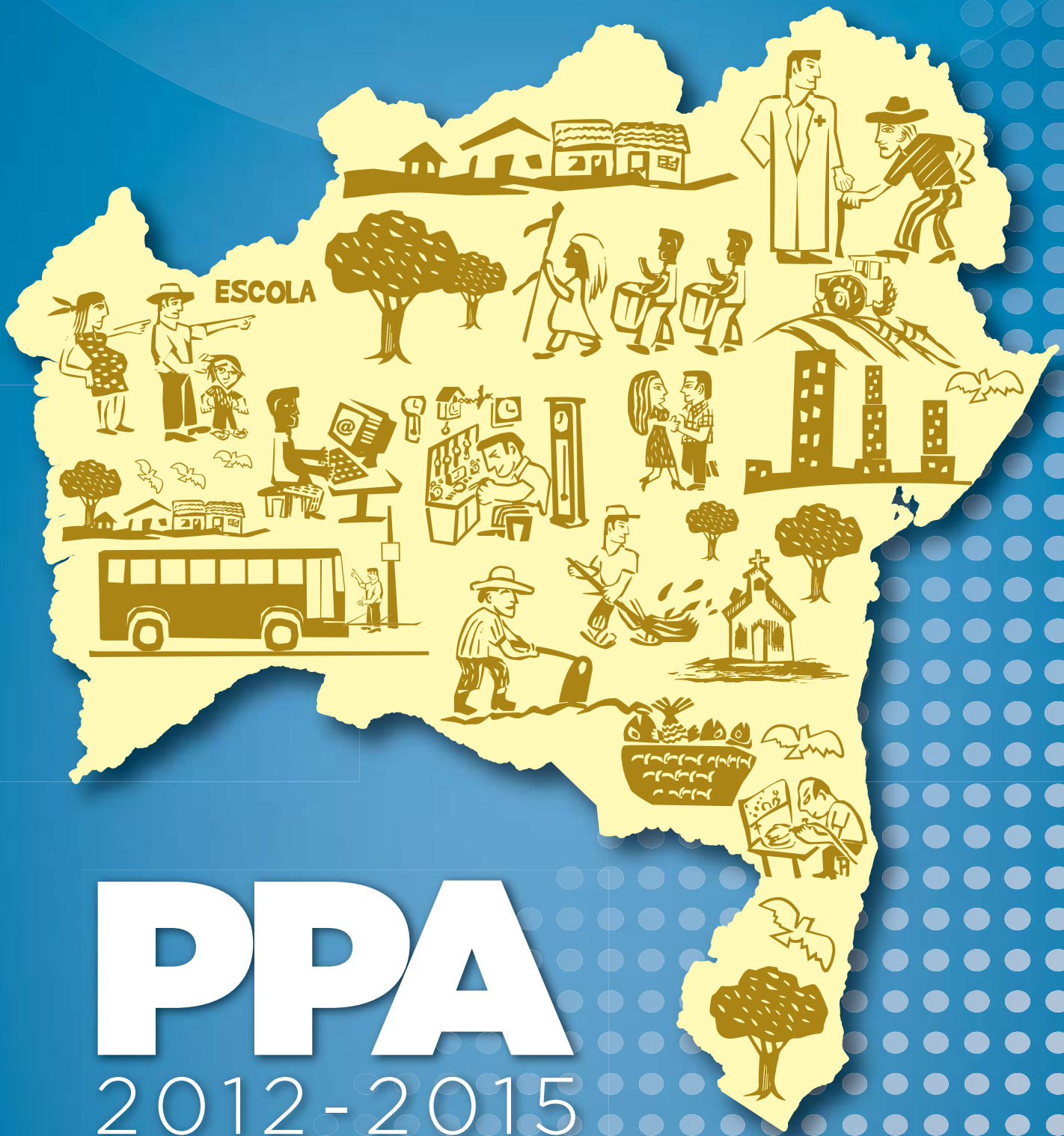


PPA
2012-2015

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2012-2015
Lei nº 12.504 de 29 de dezembro de 2011

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual
PPA 2012-2015

Salvador, 2011

© Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN
Av. Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, 250, CAB – 71749-900 – Salvador –Bahia
http://www.seplan.ba.gov.br

Bahia. Governador (2010 - : Jaques Wagner)
Plano plurianual – PPA 2012-2015. - Salvador: SEPLAN, 2011.

456 p.: il.; tab.; graf.

1. Bahia.- Administração Pública. I. Título.

CDU 35(813.8)

Este Plano Plurianual foi estruturado pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN envolvendo a participação de todos os órgãos da Administração Pública Estadual e incorporando sugestões de diversos segmentos da sociedade.

JAQUES WAGNER
Governador do Estado da Bahia

OTTO ALENCAR
Vice-Governador

RUI COSTA [2]
EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON [1]
Secretário(a) da Casa Civil

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário da Administração

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
Secretário da Fazenda

ZEZÉU RIBEIRO
Secretário do Planejamento

OSVALDO BARRETO FILHO
Secretário da Educação

JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA
Secretário da Saúde

MAURÍCIO TELES BARBOSA
Secretário da Segurança Pública

OTTO ALENCAR
Secretário de Infraestrutura

EDUARDO SEIXAS DE SALLES
Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

ALMIRO SENA SOARES FILHO
Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

JAMES SILVA SANTOS CORREIA
Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

NILTON VASCONCELOS JÚNIOR
Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

EUGÊNIO SPENGLER
Secretário do Meio Ambiente

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO
Secretário de Desenvolvimento Urbano

PAULO FRANCISCO DE CARVALHO CÂMERA
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

WILSON ALVES DE BRITO FILHO
Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional

ANTÔNIO ALBINO CANELAS RUBIM
Secretário de Cultura

DOMINGOS LEONELLI NETO
Secretário de Turismo

ELIAS DE OLIVEIRA SAMPAIO
Secretário de Promoção da Igualdade Racial

PAULO CÉZAR LISBOA CERQUEIRA
Secretário de Relações Institucionais

CARLOS ALBERTO LOPES BRASILEIRO
Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

ROBINSON SANTOS ALMEIDA
Secretário de Comunicação Social

VERA LÚCIA DA CRUZ BARBOSA
Secretária de Políticas para as Mulheres

NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO
Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

NEY JORGE CAMPELLO
Secretário para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014

RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado

EDMON LOPES LUCAS
Chefe do Gabinete do Governador

Cel. PM RIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS
Chefe da Casa Militar do Governador

CARLOS AUGUSTO COSTA
Secretário Extraordinária da Indústria Naval e Portuária

FERNANDO ROTH SCHIMIDT
Secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia

.....
1 Até de outubro de 2011
2 A partir de outubro 2011

Sumário

Apresentação 09
Lei do PPA 13
Contexto Socioeconômico da Bahia 17
Cenário Fiscal 27
O PPA Participativo 33
A Dimensão Estratégica no PPA 37
O Novo Modelo do PPA 39

Poder Executivo
Eixo Estruturante Inclusão Social e Afirmação de Direitos 41
Eixo Estruturante Inclusão Social e Afirmação de Direitos 43
Áreas Temáticas 45
- Desenvolvimento Social 45
- Inclusão Produtiva 68
- Saúde 91
- Educação 110
- Segurança Pública 140
- Trabalho e Renda 154
- Esporte e Lazer 167
- Cidadania e Direitos Humanos 174
- Gênero, Raça e Etnia 193

Poder Executivo
Eixo Estruturante Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento 213
Eixo Estruturante Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento 215
Áreas Temáticas 217
- Infraestrutura Logística e de Telecomunicações 217
- Energia 232
- Ciência e Tecnologia 241
- Meio Ambiente 252
- Economia Verde 262
- Desenvolvimento Urbano - Cidades Sustentáveis 268
- Cadeias Produtivas do Agronegócio 286
- Turismo 295
- Cultura e Desenvolvimento 310
- Indústria, Mineração e Serviços Estratégicos 326

Poder Executivo
Eixo Estruturante Gestão Democrática do Estado 341
Eixo Estruturante Gestão Democrática do Estado 343
Áreas Temáticas 345
- Planejamento e Gestão Estratégica 345
- Gestão Fiscal 349
- Modernização da Gestão Pública 350
- Relação Governo-Sociedade 355
- Pacto Federativo 358

Poder Legislativo
Eixo Estruturante Ação Legislativa e o Controle das Contas Públicas 359
Eixo Estruturante Ação Legislativa e o Controle das Contas Públicas 361
Áreas Temáticas 363
Ação Legislativa 363
Controle Externo Estadual 365
Controle Externo dos Municípios 368

Poder Judiciário
Eixo Estruturante Efetividade no Poder Judiciário 373
Eixo Estruturante Efetividade no Poder Judiciário 375
Área Temática 376
Justiça 376

Ministério Público
Eixo Estruturante Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania 379
Eixo Estruturante Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania 381
Área Temática 383
Defesa da Sociedade 383

Denfensoria Pública
Eixo Estruturante Justiça Integral e Gratuita e Garantia dos Direitos do Cidadão 395
Eixo Estruturante Justiça Integral e Gratuita e Garantia dos Direitos do Cidadão 397
Área Temática 400
Justiça Cidadã 400
Modernização da Gestão da Defensoria Pública 403

Outros Demonstrativos
Recursos Totais do PPA 407
Recursos do PPA por Fonte 408
Recursos Orçamentários por Programa 409
Recursos Orçamentários por Programa e Fonte 412
Recursos dos Compromissos por Poder, Órgão e Fonte 417
Recursos da Manutenção Adminstrativa por Poder, Órgão e Fonte 419
Recursos das Operações Especiais por Poder, Órgão e Fonte 421

Anexos Complementares
Indicadores por Programa 425
Mapa: Municípios da Bahia por Território de Identidade 441
Tabelas: Informações sobre os Municípios 443
Gráficos: Distribuição dos Recursos 456

PPA 2012-2015

APRESENTAÇÃO

O Estado, como agente normativo e regulador das atividades realizadas em seu território, institucionaliza um importante instrumento que é o planejamento, balizador das ações de Governo que tem como objetivo promover mudanças no ambiente socioeconômico e urbano do Estado da Bahia, almejadas e pactuadas junto ao povo baiano.

Essas ações apontam na direção da consolidação de um novo modelo de desenvolvimento para a Bahia, includente e redistributivo, que promova o crescimento econômico associado à melhoria das condições de vida de amplas parcelas da sua população.

Sublinhamos que o Plano Plurianual – PPA se constitui numa importante peça do sistema de planejamento governamental – definido pela Carta Magna, estabelecendo de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas para os dispêndios de investimentos e as pertinentes aos programas de duração continuada. Assim, o Plano Plurianual constitui-se em instrumento intermediário entre o Planejamento Estratégico, de longo prazo, e os orçamentos anuais.

A partir desta premissa, aprimoramos a metodologia utilizada no processo de elaboração do Plano Plurianual, com base num entendimento da ação de planejamento, enquanto extensão de um processo de decisão política, em que o Governo tenha na sociedade organizada um parceiro fundamental na definição das políticas públicas. Estas se traduzem numa pactuação de compromissos entre o Poder Público e os diversos atores sociais, conferindo legitimidade e transparência às ações de Governo. Ou seja, colocando o aparelho do Estado a serviço do interesse público.

O fato de ser o PPA uma exigência constitucional nos impõe esforços para a construção de políticas públicas que convirjam na direção do cumprimento dos princípios de igualdade, justiça e democracia consagrados na nossa Constituição.

Em alinhamento às novas diretrizes e metodologias de planejamento postas em prática pelo Governo Federal, deixamos de considerar os programas como soluções de problemas, para trabalharmos a construção de uma agenda propositiva, que tem como norte temas estratégicos de diferentes naturezas – sociais, culturais, econômicos, logísticos, de infraestrutura, urbanos e territoriais. Estes contêm as grandes tendências de transformação da sociedade baiana e as ansiedades e esperanças de seu povo, construindo um processo civilizatório baseado em valores de solidariedade, democracia e afirmação dos direitos sociais e garantias cidadãs.

O eminente economista e planejador Celso Furtado, a quem reverenciamos como fonte de inspiração, nos legou importantes ensinamentos que acenam para a compreensão de que o real desafio rumo ao desenvolvimento é nos enxergarmos como agentes transformadores do mundo. E a minha convicção é que todos os debates, discussões e conceitos que compõem este PPA comungam deste espírito: de que somos nós os protagonistas da nossa História.

Sinto-me, como cidadão baiano, contemplado com o conteúdo manifesto pelos programas e, como Governador do Estado da Bahia, compromissado a realizar as entregas, ao conjunto dos cidadãos baianos, dos serviços e produtos consolidados neste PPA. Sei que será o cumprimento do conjunto dos serviços e produtos definidos em Programas como o Vida Melhor, o Bom Trabalho, o Água para Todos, o Pacto pela Vida, o Pacto pela Educação, o Bahia Saudável, para citar apenas alguns, que ampliarão as mudanças positivas pelas quais têm passado a sociedade e a economia baianas.

Com o propósito de fortalecer o papel da Bahia no cenário econômico nacional e global, robustecendo o potencial competitivo da economia baiana, definimos um elenco de investimentos considerados estratégicos e estruturadores do nosso processo de desenvolvimento.

Destacamos um conjunto de obras e investimentos em infraestrutura logística, energética, social e urbana, que alicerçam as condições para a sustentabilidade – a médio e longo prazo –, do ciclo de prosperidade e desenvolvimento experimentado pela Bahia. Estes potencializam a atração de novos empreendimentos produtivos para o Estado, em todos os territórios de identidade, favorecendo a geração de novas oportunidades de trabalho e renda para a sua população. Contribuem, também, para a integração territorial e econômica das diversas regiões produtoras do Estado, possibilitando novos eixos de articulação com as economias regional, nacional, sul-americana e mundial.

No que se refere às ações de assistência e proteção social, estamos alocando um expressivo volume de recursos em um conjunto de iniciativas de inclusão sócio-produtiva, de caráter emancipatório, mobilizadoras das vontades individuais e coletivas, direcionadas à organização e capacitação para o trabalho. Essas iniciativas têm como objetivo incluir sócio-produtivamente, de forma sustentável e digna, o maior número de cidadãos baianos em situação de pobreza. Ou seja, despertando as habilidades, vocações e aptidões dos baianos em todo o seu território.

Da mesma forma, estamos destinando substanciais recursos para a segurança pública, conceituada não apenas como a ampliação do aparelho repressivo do Estado, mas como formuladora de inteligência preventiva, voltada, como afirma o Programa deste PPA a ela dedicado, para a formulação de um amplo esforço de diálogo e concertação em torno de um Pacto pela Vida.

Se é verdade que o ambiente externo nos impõe um exercício de prudência e análise de cenário, estaremos atentos, realizando um constante monitoramento dos desdobramentos do panorama internacional e seus possíveis reflexos no desempenho das cadeias produtivas da Bahia. Afinal, a Bahia não está isolada do mundo, o que nos conduz ao necessário aprimoramento das políticas de relações internacionais, com o propósito de ampliar a inserção do nosso Estado no comércio mundial.

O PPA 2012-2015 traduz a renovação do nosso compromisso com a população baiana de continuar a execução de políticas públicas buscando o máximo de eficácia, eficiência e efetividade na execução do gasto público. E a efetividade não é apenas categoria fundamental de qualquer processo de avaliação e monitoramento; é, acima de tudo, a capacidade que uma política pública tem de transformar para melhor a vida das pessoas, via otimização do uso dos recursos públicos.

O fortalecimento do sistema de planejamento e gestão - através do PPA participativo, nos permite a adoção de critérios mais racionais no processo de tomada de decisão, na definição e hierarquização das prioridades de Governo. Contribui, também, para uma alocação mais eficiente dos recursos orçamentários, conferindo maior eficácia e legitimidade às ações governamentais, face às crescentes demandas e aspirações da coletividade.

Ressaltamos o caráter pedagógico da metodologia utilizada na elaboração do PPA participativo, cuja principal disciplina é o exercício da cidadania e a participação social. Ou seja, a adoção de um novo *"modus operandi"* em que o Estado se torna mais permeável à ação da cidadania, estabelecendo permanentes canais de diálogos e mediação com a sociedade na formulação e execução das políticas públicas. Sobretudo na Bahia, que sempre sonegou ao cidadão comum a participação no debate sobre os rumos que envolvem o seu processo de desenvolvimento.

A ação democrática e inovadora desenvolvida nas oficinas do PPA Participativo, baseada no diálogo social, em todos os territórios de identidade da Bahia, tornou-se referência para diversos Estados da Federação.

É desta forma que o Governo da Bahia - através do PPA 2012-2015, estará transformando uma estrutura socioeconômica historicamente desigual. Ou seja, consolidando um conjunto integrado de projetos e ações, na direção da construção de um Estado com oportunidades para todos, via afirmação dos direitos e garantias cidadãs.

JAQUES WAGNER
Governador

Lei nº 12.504 de 29 de dezembro de 2011 da Bahia

Institui o Plano Plurianual - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2012-2015.

O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Plurianual - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2012-2015, estabelecendo de forma regionalizada, conforme o disposto no art. 159, I, da Constituição do Estado, diretrizes, objetivos e metas com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental, orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável.

Art. 2º - O PPA 2012-2015 tem como princípios norteadores:

I - a inclusão social;
II - a participação social;
III - a sustentabilidade ambiental;
IV - a afirmação dos direitos do cidadão;
V - o desenvolvimento com equidade;
VI - a gestão transparente e democrática;
VII - a excelência na gestão.

Art. 3º - O Plano Plurianual 2012-2015, alicerçado no fortalecimento da função de planejamento governamental, pelo maior diálogo com a dimensão estratégica e estruturação na dimensão tática, está organizado em Eixos Estruturantes e respectivas áreas temáticas, em que as políticas públicas estão expressas por meio de Programa, composto por Ementa, Indicadores, Recursos do Programa e Compromissos.

§1º - A Ementa, formulada a partir das diretrizes estratégicas, expressa o resultado ou impacto pretendido pela ação de governo.

§2º - Os Indicadores são instrumentos que permitem identificar e aferir a efetividade do Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§3º - Os Recursos do Programa indicam uma estimativa para a consecução dos Compromissos.

§4º - Os Compromissos refletem o que deve ser feito e as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Entregas ou Iniciativas, sob a responsabilidade de um órgão setorial, e tem como atributos:

I - Meta: uma medida do alcance do Compromisso, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa;
II - Entrega ou Iniciativa: declara as iniciativas a serem empreendidas para a entrega de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas.

§5º - Os valores financeiros, os enunciados e as metas dos Compromissos, as declarações das Entregas ou Iniciativas e as demais informações estabelecidas neste Plano são orientadores, não se constituindo em limites à programação das despesas.

Art. 4° - Integra o Plano Plurianual o seu Anexo único, contendo o detalhamento dos Programas de Governo, por Eixo Estruturante e Àrea Temática, os Quadros Demonstrativos Financeiros e Informações Complementares.

Art. 5º - Os Programas do PPA serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos créditos adicionais que as modifiquem.

Art. 6º - O investimento plurianual de que trata o parágrafo 1º do art. 161 da Constituição do Estado, para o período 2012-2015, está contemplado por meio das Entregas ou Iniciativas e respectivas ações orçamentárias vinculadas e compõe o montante dos Recursos do Programa.
Parágrafo único - A Lei Orçamentária Anual detalhará o valor dos Programas para o exercício de sua vigência.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária Anual detalhará o valor dos Programas para o exercício de sua vigência.

Art. 7º A criação de ações no orçamento será orientada:

I - para o alcance das metas dos Compromissos;
II - pela viabilização da execução das Entregas ou Iniciativas.

Art. 8º - Caberá ao Poder Executivo definir normas, diretrizes e orientações técnicas complementares para a gestão do PPA.

Parágrafo único - O ciclo de gestão das políticas públicas deve ser otimizado mediante o aperfeiçoamento e a simplificação de processos para ampliar a capacidade de consecução dos objetivos e metas declarados.

Art. 9º -O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento e avaliação dos Programas do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

Art. 10 - A inclusão, exclusão ou alteração de Programas constantes desta Lei serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão, sempre que necessário.

§1º - Após publicação da respectiva Lei, o Poder Executivo atualizará, na internet, as alterações ocorridas nos Programas constantes do Plano Plurianual em função do Projeto de Lei de revisão.

§2º - Na hipótese de revisão do Plano Plurianual como etapa preliminar à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, os anexos deste constarão com demonstrativos das alterações resultantes daquela revisão.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar ao Poder Legislativo, como anexo do relatório de prestação de contas anual, relatórios de avaliação parcial da execução do Plano Plurianual, com o objetivo de apresentar os resultados alcançados, comparando-os com a proposta inicial, com destaque para os valores, metas atingidas, produtos, Territórios de Identidade, além de divulgá-los na internet, em formato e linguagem acessíveis à sociedade.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de dezembro de 2011.

OTTO ALENCAR
Governador em exercício

CARLOS MELLO
Secretário da Casa Civil em exercício

EDUARDO SEIXAS DE SALLES
Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

ZEZÉU RIBEIRO
Secretário do Planejamento

MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI
Secretário de Infra-Estrutura em exercício

JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA
Secretário da Saúde

NILTON VASCONCELOS JÚNIOR
Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

ANTÔNIO ALBINO CANELAS RUBIM
Secretário deCultura

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO
Secretário de Desenvolvimento Urbano

WILSON ALVES DE BRITO FILHO
Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional

ELIAS DE OLIVEIRA SAMPAIO
Secretário de Promoção da Igualdade Racial

CARLOS ALBERTO LOPES BRASILEIRO
Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

VERA LÚCIA DA CRUZ BARBOSA
Secretária de Políticas para as Mulheres

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário da Administração

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
Secretário da Fazenda

OSVALDO BARRETO FILHO
Secretário da Educação

ALMIRO SENA SOARES FILHO
Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

JAMES SILVA SANTOS CORREIA
Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

MAURÍCIO TELES BARBOSA
Secretário da Segurança Pública

EUGÊNIO SPENGLER
Secretário do Meio Ambiente

PAULO FRANCISCO DE CARVALHO CÂMERA
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

DOMINGOS LEONELLI NETO
Secretário de Turismo

PAULO CÉZAR LISBOA CERQUEIRA
Secretário de Relações Institucionais

ROBINSON SANTOS ALMEIDA
Secretário de Comunicação Social

NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO
Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

NEY JORGE CAMPELLO
Secretário para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014

CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA BAHIA

A crise da economia mundial, iniciada em 2008, tem acelerado as mutações na estrutura e na hierarquia do sistema internacional de Estados, com significativa repercussão na divisão internacional do trabalho. Ainda é obscura a configuração do novo cenário global que emergirá no longo prazo.

Atingindo inicialmente a economia norte-americana e contagiando, em seguida, a Europa e grande parte do globo, a crise mudou de perfil e tem exigido novas medidas de política econômica que minimizem o seu impacto. Ela esteve centrada, inicialmente, na quebra de grandes instituições financeiras, que foram socorridas pelos Estados ao custo da expansão da dívida pública. Seu desdobramento de crise de endividamento privado, imobiliário e bancário em crise fiscal e de dívida pública, nos EUA e na Europa, reforça o ambiente de incerteza e aversão ao risco que ameaça o desempenho das economias emergentes, inclusive o Brasil.

Nessa perspectiva, as estimativas de crescimento mundial vêm sendo revistas para baixo pelas entidades e organizações internacionais de cooperação econômica, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ganha corpo a apreensão quanto aos limites da anêmica recuperação global que ocorre em ritmos distintos desde 2009, marcada por taxas de expansão insuficientes para reduzir o elevado desemprego nas economias avançadas e despertando o espectro do "duplo mergulho", isto é, uma nova paralisia do sistema financeiro global. Como consequência, proliferam a retração da liquidez, o congelamento dos investimentos e a rápida redução dos fluxos internacionais de comércio, e ganha corpo a hipótese de um longo período de estagnação das economias centrais, marcado por baixo dinamismo e níveis elevados de desemprego.

Nesse cenário, cresce a importância da manutenção da trajetória de crescimento econômico nos países emergentes, sobretudo na China, Russia, Índia e Brasil. Mas a sustentação da economia global pelo desenvolvimento dos chamados BRICs dependerá, antes de tudo, da evolução da economia chinesa. Esta enfrenta pressões inflacionárias, sociais e ambientais crescentes, e deve desacelerar seu ritmo de expansão.

Foco no mercado interno e no reposicionamento no mercado externo

Na companhia de outros países emergentes, o Brasil voltou a crescer entre 2010 e 2011, graças à solidez do seu sistema bancário, com forte presença de bancos públicos e ao volume expressivo de reservas internacionais, que desestimularam ataques especulativos contra o Real. Mas o país não teria escapado tão rapidamente da crise se não houvesse assegurado duas condições decisivas: primeiro, uma maior mobilidade social, caracterizada pelo surgimento de novas classes médias, rápida redução da pobreza extrema e consequente expansão continuada do seu mercado interno. Segundo, a reorientação de sua corrente de comércio exterior para os fluxos Sul-Sul, robustecido pelo aprofundamento dos laços econômicos com antigos e novos parceiros sul-americanos e asiáticos.

A hipótese de uma nova etapa da crise mundial reforça a importância de prosseguir com a estratégia de "repartir para crescer". O desenvolvimento brasileiro a taxas elevadas não pode prescindir, é claro, do mercado internacional. Mas seu mercado interno pode servir mais uma vez de "colchão anticíclico" enquanto perdurar a crise externa. Ao contrário da maioria dos países desenvolvidos, o Brasil não se encontra numa "armadilha de liquidez" e pode voltar a reduzir juros assim que a inflação ceder. Além disso, os níveis de endividamento público e privado ainda são relativamente baixos, quando comparados internacionalmente, e o país permanece atraente para o investimento estrangeiro.

Conjuntura econômica nacional

Em 2010, o desempenho da economia brasileira superou as expectativas iniciais de 5% de crescimento e, para 2011, a projeção de crescimento continua superior a 3% (Relatório de Mercado *Focus* de 12/08/2011). Esta taxa, se confirmada, confirmará um patamar superior à expectativa de crescimento mundial para o período[1]. Este quadro econômico justifica-se, em parte, pela base estatística de comparação reprimida em 2009; mas o desempenho razoável está associado, também, ao crescimento do consumo e à ampliação da taxa de investimento, com destaque para a construção civil, investimento público e importação e produção interna de máquinas e equipamentos [2].

A inflação importada, ao mesmo tempo, retornou ao cenário. O IPCA alcançou 5,91% em 2010, contra 4,31% em 2009, reflexo em grande parte do choque de oferta, propiciado pela elevação significativa do preço de *commodities* no período e pela elevação da utilização da capacidade instalada da produção nacional. O aumento da liquidez global e o descompasso entre oferta e demanda, dada a ampliação de mercados asiáticos para *commodities* e alimentos tem provocado os aumentos de preços internacionais que pressionam a inflação nos países emergentes [3].

As recentes pressões inflacionárias e os choques de oferta interna e externa levaram o Banco Central do Brasil – BACEN a promover, em dezembro de 2010, um ajuste monetário que consistiu no aumento da taxa do compulsório exigida dos bancos sobre os depósitos à vista, assim como no recrudescimento das garantias exigidas pelas instituições financeiras para a concessão de empréstimos. Ao mesmo tempo, o BACEN voltou a elevar a taxa SELIC, variável de referência para os juros no país. Apesar de tais medidas, a inflação mantém sua trajetória de alta durante 2011, acima da meta de 4,5% e próxima do teto, que é 6,5%. Insistindo nas medidas antiinflacionárias, a equipe econômica suprimiu os estímulos fiscais até então em vigor e reduziu os gastos do governo por meio do corte e bloqueio de R$ 50 bilhões de suas despesas para 2011, com o objetivo de conter o crescimento da dívida pública em relação ao PIB e refrear a expansão da demanda agregada.

O câmbio tem se apreciado nos últimos anos, comprometendo a competitividade dos produtos nacionais no mercado externo e ampliando a concorrência dos produtos importados no mercado doméstico. A taxa de câmbio, que iniciou 2010 a R$ 1,723/US$ (taxa de compra), oscilou entre R$ 1,655/US$ e R$ 1,880/US$ e encerrou o ano cotada a R$ 1,665/US$, atingindo, em agosto de 2011, a razão de R$ 1,50/US$, o nível mais baixo desde 1999.[4]

[1] FIEB. **Acompanhamento Conjuntural**: edição especial 2010/2011. Salvador, 2011.

[2] Idem.

[3] BACEN. **Decomposição da inflação de 2010**. Relatório de Inflação. Brasília, 2011.

[4] FIEB. **Acompanhamento Conjuntural**: edição especial 2010/2011. Salvador, 2011.

Nesse contexto, reflexos negativos já são observados na capacidade de expansão da economia brasileira, sinalizando a necessidade de reformas estruturais que fortaleçam a competitividade e criem as condições para o crescimento econômico sustentado. Reconhecendo essa carência, o Governo Federal lançou recentemente o Plano Brasil Maior, cujo objetivo é minimizar os efeitos da sobrevalorização cambial sobre a redução da competitividade de alguns segmentos da indústria nacional, através de ações de desoneração fiscal, incentivo à inovação e criação de novas formas de financiamento à exportação.

Conjuntura econômica baiana

A Bahia tem acompanhado o dinamismo da economia brasileira. O PIB do estado registrou um aumento de 7,5% em 2010, a segunda maior taxa de crescimento de toda a série histórica deste índice [5]. Tal número sintetiza a recuperação da economia estadual diante dos efeitos da crise financeira mundial, intensificados a partir de 2008, quando cresceu a taxas mais baixas. Contribuíram para este resultado as expansões nos setores da agropecuária (8,5%), impulsionadas pelo recorde na safra de grãos, na indústria (8,4%), com destaque para o crescimento de 14,6% da construção civil, e no setor de serviços (6,9%), notadamente devido ao dinamismo do comércio, que cresceu 11,2% ao ano.

Principal responsável pela expansão do setor de serviços, o comércio varejista baiano apresentou crescimento de 10,1% no volume de negócios em 2010, frente à elevação da taxa nacional de 10,9%. Este desempenho deve-se não apenas aos efeitos do crescimento econômico estadual e nacional, mas também ao aumento de liquidez da economia (e a consequente expansão do crédito para financiamento do consumo), ampliação dos prazos para parcelamento dos financiamentos, melhoria de rendimento dos consumidores, aumento do emprego formal e desonerações de impostos [6].

A performance recente da indústria baiana mostra que esta vem se recuperando do arrefecimento ocorrido durante a crise de 2007/2009, aproveitando as oportunidades surgidas no mercado mundial, especialmente com a expansão da demanda da economia chinesa por *commodities* industriais e agropecuárias.

A elevação atual da produção industrial foi influenciada, principalmente, pelo resultado positivo em sete dos oito segmentos da indústria de transformação, que cresceu 7,1% em 2010. Os maiores impactos positivos foram observados em (a) refino de petróleo e produção de álcool (22,6%), (b) alimentos e bebidas (8%), oriundos do aumento da produção de cerveja e óleo de soja, e (c) metalurgia básica (9,3%), por conta da crescente produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e vergalhões de aço [7]. Esse desempenho positivo da indústria de transformação da Bahia deriva, ainda, do maior volume de investimentos atrelados aos setores de petróleo e extrativo mineral, assim como da manutenção da procura internacional por celulose.

A agropecuária baiana, por sua parte, vem se mostrando uma atividade competitiva, diversificada e com participação sustentada na economia estadual. No período entre 2007 e 2009, o crescimento real do complexo do agronegócio foi até maior do que o do PIB baiano: 7,7% contra 6,6% [8]. A expansão do setor nos últimos anos deriva, principalmente, dos recordes consecutivos na produção de grãos, sobretudo soja, milho e algodão. Entre os fatores que estimulam a elevação nas safras destas *commodities* estão a alta nos preços dos próprios grãos e a crescente demanda internacional por esses produtos.

No comércio exterior, a Bahia atingiu, em 2010, superávit de US$ 2,26 bilhões na sua ba-lança comercial. As exportações alcançaram US$ 8,9 bilhões, com acréscimo de 26,8% em relação ao ano anterior. As importações, por sua vez, cresceram 41,8%, perfazendo volume de US$ 6,6 bilhões. Apesar de positivo, o desempenho das exportações foi afetado pela valorização cambial, cujo efeito foi um incremento de 16,7% nos preços relativos. Destaca-se, entretanto, a ampliação das vendas para os países emergentes e a retomada das compras dos EUA[9]. No biênio

5 SEI. **Produto Interno Bruto**. 2011.

6 SEI. **Conjuntura e planejamento.** n. 170. Salvador, 2011.

7 Idem.

8 BAHIA. Plano Estratégico da Agropecuária Baiana. SEAGRI. Salvador, 2010.

9 SEI. **Boletim do comércio exterior**. 2010.

2009-2010, os principais destinos das exportações baianas foram os Estados Unidos (absorvendo 15% do total exportado), China (13%), Argentina (12%) e Holanda (7%).

Trabalho e renda

Apesar das restrições ao crescimento advindas da crise econômica norte-americana e européia, os bons resultados observados no mercado de trabalho são a melhor evidência do cenário favorável vivido pela economia baiana. Em 2010, confirmou-se a continuada expansão do mercado formal de trabalho verificada nos anos recentes, registrando-se a criação de 91.402 postos, saldo bastante superior ao contabilizado no ano anterior, de 71.170 vagas. Este resultado deve-se, notadamente, ao desempenho dos setores de serviços (32.198), construção civil (17.980) e agropecuária (3.872)[10] . Note-se, ainda, que o bom desempenho do emprego formal tem sido acompanhado por uma melhoria nas condições gerais de inserção produtiva: nos últimos anos, diminuiu a proporção de famílias sem rendimento, assim como daquelas que ganhavam até um salário mínimo.

É necessário ressaltar, contudo, a persistência de reduzidos índices de formalização das relações de trabalho na zona rural da Bahia. Apesar de a agricultura responder pela inserção de um contingente significativo dos ocupados no estado, apenas 4,1% dos trabalhadores estavam registrados em 2009. Além disso, destaca-se a elevada participação dos emprega-dos em serviços públicos na constituição de vínculos formais no mercado de trabalho, com destaque para a administração pública. O peso do funcionalismo na ocupação formal assinala os obstáculos que ainda existem para o desenvolvimento da economia formal em muitos municípios do estado, nos quais o ingresso na administração pública permanece como uma das poucas alternativas de inserção ocupacional com contrato de trabalho[11].

Vale a pena ressaltar, contudo, que o assalariamento formal (em franca expansão nas economias brasileira e baiana) é apenas um dos modos de inclusão na esfera da cidadania através do trabalho. A política pública de geração de renda e de oportunidades pode e deve apoiar, também, o desenvolvimento de outras formas de produção que, por vezes, surgem como meras estratégias de sobrevivência, mas que em outras situações apresentam-se como estratégias vitoriosas de trabalho autônomo ou independente. Com acesso ao crédito e à tecnologia, organizadas em associações ou cooperativas, estas formas, tradicionais ou novas podem se traduzir, inclusive, em sólidas soluções de inclusão sócioprodutiva dos segmentos populacionais mais vulneráveis.

No Brasil e na Bahia, a economia solidária e a agricultura familiar vêm ganhando força, integrando diversos atores que se articulam e buscam consolidar essas atividades como elementos para a formulação de uma nova política popular de trabalho e renda. Como conquista, o movimento tem conseguido implantar políticas públicas no âmbito nacional e estadual, com destaque para o fortalecimento, em 2001, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, e a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego. Registre-se, ainda, no âmbito estadual, a criação, em 2007, da Superintendência de Economia Solidária, na Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Esporte e da Superintendência de Agricultura Familiar, na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária [12].

Na economia solidária baiana encontram-se milhares de trabalhadoras e trabalhadores organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São iniciativas de organizações não-governamentais e instituições universitárias, voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar e cooperativas de prestação de serviços, dentre outras [13].

Outro tema que não deve ser omitido é o do trabalho decente, que, segundo a OIT, é um "trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade,

10 SEI. **Conjuntura e planejamento.** n. 170. Salvador, 2011.

11 SEI. **Bahia em números**. v. 10. Salvador, 2011.

12 Idem.

13 Idem.

equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna". Os governos Federal e Estadual têm aderido firmemente a essa bandeira, o que se pode confirmar nas várias conferências em que assumiram o compromisso de enfrentamento a práticas contrárias à geração de trabalho digno, assim como no estímulo a políticas, programas e ações que confirmam a estratégia de tornar o trabalho vetor de inclusão social e desenvolvimento [14].

A promoção do trabalho decente deve visar não apenas a identificação de meios para geração de ocupação e renda, mas também o estímulo para que as ocupações se desenvolvam como trajetórias efetivas para condições dignas de vida. Ela envolve ações nas áreas de segurança e saúde no trabalho, combate à discriminação e busca por oportunidades de trabalho mais equânimes, com liberdade de associação e abertura à participação e ao diálogo social. Destaca-se igualmente o objetivo de erradicação de formas degradantes de trabalho, como o trabalho infantil, o trabalho forçado e outras práticas espúrias [15].

O crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente, para se atingir esses objetivos, ambiciosos e fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa. Sua efetividade nesse projeto está condicionada a uma atenção especial a setores que gerem mais empregos, que permitam distribuir melhor a riqueza e melhorar a qualidade da ocupação ofertada. As instituições brasileiras têm demonstrado significativo avanço na valorização do trabalho, com disposição política e mobilização social para enfrentamento aos problemas relativos a esse tema. Aderir à convocação global para o debate do Trabalho Decente é insistir na valorização do trabalho como premissa central da nossa sociedade, é reconhecer o trabalho como essência do desenvolvimento e da inclusão social [16].

Erradicação da extrema pobreza

A Organização das Nações Unidas estabeleceu oito objetivos para o Milênio, sendo o primeiro deles erradicar a extrema pobreza e a fome. Até 2015, a proporção dos mais pobres na população mundial deve permanecer em torno de 15%, acima dos 14,1% previstos antes da crise financeira mundial de 2007 a 2009. A crise teria levado 64 milhões de pessoas, em todo o globo, para o grupo dos extremamente pobres ao final de 2010. Como resultado dessa conjuntura adversa, estima-se que 53 milhões de pessoas estarão impedidas de deixar a pobreza até 2015 [17].

A Meta I do primeiro objetivo do Milênio estipula reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas com renda inferior a um dólar por dia, conforme a paridade do poder de compra. O Brasil, já em 2008, cumpriu este objetivo: se, em 1990, 25,6% da sua população permanecia abaixo deste patamar, em 2008 o índice foi reduzido a 4,8%. No ano corrente, o percentual de pessoas vivendo nesta condição era de quase um quinto do observado em 1990, e pouco mais do que um terço do encontrado em 1995 [18].

Esse avanço se concretizou porque o Brasil priorizou, nos anos recentes, o combate à pobreza e criou condições para a aceleração da mobilidade social. Os resultados são animadores: 28 milhões de brasileiros saíram da miséria e 36 milhões passaram à classe média. Contudo, há ainda 16,2 milhões vivendo na extrema pobreza. Para erradicá-la até 2014, o Governo Federal criou o Plano Brasil Sem Miséria, que visa aperfeiçoar e ampliar a experiência brasileira na área social [19].

Esse plano agrega ações de transferência de renda, garantia de acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva. O Governo Federal, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, implementará um conjunto de iniciativas que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de ações já existentes, no intuito de incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo crescimento econômico brasileiro [20].

14 BAHIA. Trabalho decente. Disponível em: http://www2.setre.ba.gov.br/trabalhodecente/trabalho_decente.asp. Acesso em: 5 ago. 2011.

15 Idem.

16 Ibidem.

17 PNUD. **Erradicar a pobreza e a fome.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_1/. Acesso em: 04 ago. 2011.

18 Idem.

19 BRASIL. **Brasil sem miséria**. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/album_tecnico_final_modificado-internet.pdf. Acesso em: 04 ago. 2011.

20 BRASIL. Conheça o plano. Disponível em: http://www.brasilsemmiseria.gov.br/conheca-o-plano/. Acesso em: 04 ago. 2011.

Para o combate à extrema pobreza, parte-se do entendimento de que esta situação é multidimensional: às pessoas mais vulneráveis faltam instrução, acesso à terra e insumos para produção, além de saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades de inclusão produtiva. Entende-se, assim, que a insuficiência de renda é um importante indicador de privações, porém não é o único. Além disso, fatores sociais, geográficos, culturais e biológicos são capazes de multiplicar ou reduzir o impacto causado pela insuficiência de rendimentos sobre cada indivíduo [21].

De forma semelhante ao que acontece no Brasil, a extrema miséria na Bahia tem diminuído rapidamente nos últimos anos, em função do desenvolvimento econômico, da extensão da previdência social (graças ao Benefício de Prestação Continuada) e da efetividade de diversos programas sociais, com destaque para o Bolsa Família. Mas é preciso notar, também, que a democratização do acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva tem impulsionado o processo baiano de desenvolvimento social. Assim como o Governo Federal, o Governo do Estado tem buscado fazer mais pelos que enfrentam maiores privações, como no caso do Programa Vida Melhor, central para este PPA, que tem por objetivo promover a inclusão produtiva da população baiana socialmente mais vulnerável.

A prioridade de atendimento dos programas sociais vem sendo devidamente dirigida aos grupos da população mais vulneráveis, porque estão historicamente excluídos do processo sócioprodutivo. Entretanto, persistem grandes desigualdades econômicas e sociais, que se agravam nas regiões e territórios mais pobres e que se mesclam à discriminação em outras dimensões, inclusive de gênero, raça e etnia.

Em 2009, 41% da população baiana ainda sofria alguma forma de insegurança alimentar [22]. Na Bahia de 2010, em torno de 2,4 milhões de pessoas ainda eram extremamente pobres, isto é, viviam com até R$ 70,00 per capita de renda familiar, enquanto quase 1,7 milhão de famílias recebiam a Bolsa Família – o maior número absoluto de famílias pobres entre os estados do país e quase 43,9% da população estadual.

Educação

O analfabetismo entre as crianças de 7 a 14 anos de idade está praticamente erradicado, em função do aumento das taxas de escolarização verificado nas duas últimas décadas. Atualmente, a proporção dos que frequentam a escola, nessa faixa de idade, está próxima de representar o pleno atendimento.

No segmento populacional com 15 anos ou mais, entretanto, a Bahia apresenta o maior número absoluto de analfabetos dos estados da Federação, situação que continuará a exigir um esforço hercúleo para garantir aos jovens a oportunidade de iniciação no mundo letrado, bem assim aos adultos e idosos historicamente excluídos do acesso à educação.

Em 2009, a taxa de analfabetismo desse público na Bahia foi de 16,7%, representando quase o dobro da taxa nacional (9,6%), sendo apenas um pouco menor que a da Região Nordeste, de 18,7%. O que é mais grave: na zona rural da Bahia, este percentual continua sendo um dos mais altos do país, com 31,6% [23].

Ainda em 2009, registrava-se que 32,4% da população com 10 anos ou mais contavam, no máximo, com até três anos de estudo. Nesse patamar, se entre os adolescentes de 15 a 17 anos houve um acréscimo no atendimento, entre 2007 e 2009, a maioria dos jovens de 18 a 24 anos de idade manteve-se afastada do sistema de ensino [24].

Ocorre, contudo, ponderável progresso. Entre 2007 e 2009, observou-se declínio na taxa de analfabetismo, seguindo a tendência de queda dos últimos anos. Entre 2008 e 2009, diminuiu significativamente a proporção de indivíduos com "oito anos de estudo" e elevou-se a presença daqueles

21 Idem.

22 IBGE. 2009. **Insegurança alimentar diminui, mas ainda atinge 30,2% dos domicílios brasileiros**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1763&id_pagina=1. Acesso em: 07 jan. 2011

23 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. 2009.

24 Idem.

que apresentavam maior escolaridade, notadamente dos que tinham de "nove a 11 anos e mais" [25].

É preciso lembrar, por fim, que o acesso à educação superior, apesar da ampliação dos investimentos públicos e privados nos anos recentes, continua limitado. A Bahia ainda não apresenta uma posição confortável no cenário nacional, com uma taxa de escolarização bruta de apenas 16,9% para os jovens de 18 a 24 anos, em 2009, muito inferior ao percentual brasileiro de 26,7%. Espera-se que este quadro comece a mudar com o incremento dos investimentos federais na Bahia, através da implantação de novas universidades e campi, um resgate de dívida histórica já anunciado por Brasília.

Gênero e etnia

Apesar dos índices indicarem que as mulheres estudam, em média, mais que os homens, no ambiente de mercado elas são contempladas com menores chances de emprego, ocupam os piores postos de trabalho e, exercendo as mesmas funções, continuam recebendo menos. Em 2008, 57,6% das brasileiras eram consideradas economicamente ativas, enquanto 80,5% dos homens se encontravam nesta condição. Nesse mesmo ano, os homens com carteira assinada somavam 39,1%, enquanto as mulheres eram 29,5%[26] . Esses números expõem uma importante disparidade nas condições de acesso e permanência entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, mesmo quando se considera que uma parcela significativa de mulheres tende a se dedicar exclusivamente ao trabalho no lar, em benefício da família.

Vale ressaltar que a participação feminina nas esferas de decisão também é pequena. Apesar de representarem 51% da população brasileira, em 2006, nas eleições gerais, as mulheres ficaram com apenas 11,6% das cadeiras nas Assembléias Legislativas, 8,7% das vagas na Câmara dos Deputados e 12,3% no Senado. Em 2010, elas obtiveram 13,6% dos assentos no Senado, 8,7% na Câmara dos Deputados e 11,6% no total das Assembléias Legislativas.

Três estados eram governados por mulheres nas eleições anteriores: Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará; a partir de 2011, o número foi reduzido para dois: Maranhão e Rio Grande do Norte [27].

Como no resto do país, as mulheres baianas, apesar de uma maior escolaridade média do que os homens, também se encontram mais frequentemente em situação de pobreza, contam com menores oportunidades de emprego formal, ocupam os piores postos de trabalho e são mais mal remuneradas que os homens, mesmo em funções idênticas.

Nas esferas decisórias, a disparidade permanece: as representações políticas das mulheres na Assembléia Legislativa baiana, nos executivos municipais e nas câmaras de vereadores estão longe de expressar a participação das mulheres na sociedade. Com o intuito de minimizar esse problema de ordem sociocultural, o Governo do Estado da Bahia instituiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que buscará articular e integrar o combate a feminização da pobreza e da violência e programar ações que fortaleçam a autonomia econômica das mulheres.

Saúde

Nos países emergentes, tem se verificado, no setor da saúde, uma tendência de aumento da incidência das doenças crônicas não-transmissíveis (DCNT), em sua maioria doenças relacionadas ao envelhecimento. Estima-se que as DCNT sejam, atualmente, responsáveis por 60% das mortes e incapacidade em todo o mundo, e podem vir a responder por 73% de todas as mortes em 2020[28]. Conforme aumenta a proporção de indivíduos idosos no total da população, as DCNT ganham importância enquanto principais causas de morbidade, incapacidade e mortalidade em todas as regiões do mundo, inclusive nos países em desenvolvimento.

Em face a esse cenário, a Organização Mundial da Saúde propõe a abordagem do "envelhecimento ativo", isto

25 SEI. **Bahia em números.** v. 10. Publicações. Salvador, 2011.

26PNUD. **Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_3/. Acesso em: 04 ago. 2011.

27 Idem.

28 ACHUTTI, Aloyzio; AZAMBUJA, Maria Inês Reinert. **Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil**: repercussões do modelo de atenção à saúde sobre a seguridade social. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n4/a02v9n4.pdf . Acesso em: 2 maio 2011.

é, o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais idosas. Esta forma de envelhecer seria estimulada por meio do desenvolvimento de políticas e programas de enfrentamento aos problemas e desafios culturais, sociais e econômicos decorrentes do envelhecimento individual e populacional [29].

Na perspectiva dessa abordagem, quando políticas sociais de saúde, mercado de trabalho, emprego e educação apoiarem o envelhecimento ativo, muito provavelmente se verificará: (i) menor percentual de mortes prematuras em estágios da vida altamente produtivos; (ii) menor incidência de deficiências associadas às doenças crônicas entre os idosos; (iii) mais pessoas com uma melhor qualidade de vida à medida que envelhecem; (iv) mais indivíduos idosos participando ativamente da vida cultural, econômica e política, em atividades remuneradas ou não, e da vida doméstica, familiar e comunitária; e (v) menores gastos com tratamento médico e serviços de assistência médica [30].

Programas e políticas de envelhecimento ativo deverão reconhecer a necessidade de incentivar e equilibrar a responsabilidade pessoal (cuidado consigo mesmo), ambientes amistosos para a faixa etária dos idosos e a solidariedade entre gerações. As famílias e os indivíduos precisarão planejar e se preparar para a velhice, se esforçando para adotar uma postura de práticas saudáveis em todas as fases da vida. Ao mesmo tempo, será necessário que os ambientes de apoio garantam que "as opções saudáveis sejam as mais fáceis" [31].

No que concerne aos cuidados com os mais jovens, importa reconhecer que o Brasil reduziu a mortalidade infantil, entre crianças com menos de um ano, de 47,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 1990, para 19 em 2008. Até 2015, a meta é reduzir essa taxa para 17,9 óbitos por mil. A expectativa é de que esse objetivo seja cumprido antes desse prazo. Todavia, essa taxa não expressa a heterogeneidade das realidades socioeconômicas e regionais encontradas no país, pois a desigualdade ainda é grande: crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer do que as ricas, e as nascidas de mães negras e indígenas têm as maiores taxas de mortalidade. A região Nordeste apresentou a maior queda nas mortes de zero a cinco anos, mas a taxa de mortalidade na infância nordestina é, ainda, quase o dobro das taxas verificadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste [32].

A taxa baiana de mortalidade infantil para cada mil nascidos vivos no primeiro ano de vida também tem mantido forte tendência de queda. Conforme a PNAD, esta taxa caiu 14,4%, entre 2004 e 2009. Como no Brasil, também na Bahia as crianças pobres e filhos de mães negras e indígenas continuam sendo vítimas de taxas mais elevadas de mortalidade.

Entre 2008 e 2009, não houve alterações significativas no quadro das causas de mortalidade entre a população do estado. Nesse período houve uma discreta elevação na participação das mortes por agravos associados ao desenvolvimento e à urbanização, principalmente as causas externas de morbidade e mortalidade e as neoplasias, ao passo que as principais causas de morte, evidenciando o envelhecimento da população baiana, foram as doenças do aparelho circulatório [33].

Importa ressaltar que o Governo Estadual, entre 2007 e 2009, acresceu o número dos leitos hospitalares de 4.045 para 4.498, um crescimento de 11,2% [34], resultado da ampliação e instalação de novas unidades de atendimento da rede do Estado. A ampliação da rede prossegue no início desta década: em 2010, os destaques foram as inaugurações do hospital do Subúrbio (268 leitos) e do hospital da Criança, em Feira de Santana (280 leitos), considerada a maior unidade especializada em pediatria do Norte e Nordeste.

Segurança Pública

Na área da segurança pública, o principal indicador de violência, o homicídio doloso, começou a mostrar sinais de redução. Já em 2010, o número de homicídios dolosos

29 OPAS. **Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Brasília, 2005.

30 Idem.

31 Idem.

32 PNUD. **Reduzir a mortalidade na infância.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_4/. Acesso em: 04 ago. 2011.

33 Idem.

34 Ibidem.

por 100 mil habitantes estabilizou-se, após ter alcançado a taxa de 34,2 por 100 mil habitantes; o primeiro semestre de 2011 se encerrou com clara tendência de queda desta taxa.

Para reduzir a criminalidade, o Governo do Estado tem como foco de suas ações a informação, a inteligência e a prevenção. Vale ressaltar que, entre 2007 e 2010, o orçamento da segurança foi ampliado de R$1,6 bilhão para R$ 2,2 bilhões. Foi lançado, também, o programa Pacto pela Vida, que inicia uma nova visão de segurança pública no estado, transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembléia Legislativa, os municípios e a União.

Além disso, o Governo do Estado tem buscado humanizar o sistema prisional por meio da melhoria da estrutura das unidades prisionais, oferecendo condições mínimas de respeito ao ser humano e ampliando as ações de assistência e acompanhamento de penas e medidas alternativas para delitos de pequeno e médio potencial ofensivo.

CENÁRIO FISCAL

1. Antecedentes

O Brasil passou a integrar, nos anos recentes, o rol dos países emergentes que lideram o crescimento mundial. O desempenho da economia do país, no período de 2008-2010, foi marcado pelos resultados positivos alcançados, suplantando os efeitos da crise financeira internacional do final de 2008. A economia em crescimento passou a gerar expressivos superavits primários das contas públicas, com a inflação controlada pelo sistema de metas.

No decorrer de 2009, a economia brasileira teve uma discreta retração de 0,6%, o que afetou diretamente o nível de atividade econômica, influenciando o desempenho fiscal. Entretanto, a perspectiva de um cenário de recuperação se estabeleceu graças à solidez dos fundamentos fiscais e monetários, políticas de aceleração do crescimento e forte geração de empregos, combinados com a valorização do salário mínimo e com programas de transferência de renda, de ampliação do crédito e dos níveis de confiança de empresários e consumidores. Essas medidas possibilitaram à economia brasileira um crescimento de 7,5% em 2010.

A crise surgiu no centro das economias mais avançadas do planeta, sendo os seus impactos na trajetória de crescimento particularmente severos durante o último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009. Intervalo em que observou-se uma retração nas linhas internacionais de crédito. Aliado a isso, seguiu-se a redução nos preços das *commodities*, levando o Governo a intervir no mercado de câmbio com o fim de conter a desvalorização do real frente ao dólar.

No bojo da crise, o Governo garantiu a ampliação do crédito e o financiamento dos bancos públicos, para contrabalançar a retração das linhas de crédito dos bancos privados e para suprir as necessidades do setor produtivo, por meio de medidas de política fiscal e monetária de caráter anticíclico. O propósito de tais medidas foi estimular a economia, reverter as expectativas do setor privado e garantir o retorno da confiança. Nesse sentido, a desoneração tributária de produtos de consumo duráveis e de construção civil, entre outros, estimularam a demanda doméstica.

Ao longo desse período, a taxa de crescimento real do PIB registrou oscilações relevantes. O desempenho fiscal do

setor público e, em particular, do governo central, esteve associado não apenas à evolução de receitas, mas também ao impacto de decisões discricionárias, tanto no que se refere à elevação das receitas quanto ao corte de despesas. No campo monetário, verificou-se o imediato provimento de liquidez em moeda estrangeira e doméstica, a disponibilização das reservas internacionais para o comércio exterior, a implantação de facilidades de crédito para o setor exportador e a redução dos depósitos compulsórios dos bancos. Consoante esse quadro, o Banco Central iniciou o movimento de corte das taxas básicas de juros Selic, de forma a contribuir para a recuperação da atividade econômica.

Com a contenção creditícia das instituições privadas e em resposta à crise de 2008, a participação do BNDES no financiamento das atividades econômicas alcançou 20,7% em 2010. A expansão do investimento, sobretudo público, não decorreu apenas do aumento do crédito direcionado, ou mesmo da oferta de recursos por parte dos bancos oficiais. Em decorrência das políticas de estímulos econômicos, a economia brasileira se ajustou ao período pós-crise. O esforço fiscal conduziu a uma tendência positiva do resultado primário como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

O Resultado Primário apura a diferença entre as receitas e as despesas fiscais. O principal objetivo desse cálculo é avaliar a política fiscal em um dado exercício financeiro, tendo em vista o patamar atual da dívida consolidada e a capacidade de pagamento da mesma pelo setor público, no longo prazo, garantindo uma trajetória sustentável de endividamento.

A manutenção de resultados primários em ambiente de ajuste fiscal aponta para o declínio do endividamento. Nesse sentido, pode-se observar que a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), como proporção do PIB, saiu de 45,7% em 2007 para 40,4% em 2010 (Tabela 1). Essa trajetória de queda da relação Dívida/PIB foi acompanhada da melhoria do perfil do endividamento, em termos de maturidade e indexação. De igual modo, observa-se uma diminuição na necessidade de financiamento do setor público, medido pelo Resultado Nominal.

Tabela 1 — **Brasil: Resultado Fiscal do Governo Central, segundo indicador. 2007-2010**

Indicador	Percentual do PIB			
	2007	2008	2009	2010
Resultado Primário	2,17	2,36	1,24	2,15
Resultado Nominal	2,23	2,35	1,33	2,14
Dívida Líquida	45,7	42,3	41,8	40,4

Fonte: STN/Ministério do Planejamento e Orçamento

Nesse mesmo período, como reflexo da conjuntura nacional, o Estado da Bahia apresentou resultados positivos na condução da sua política fiscal. Os indicadores de endividamento evidenciam o cumprimento das metas fiscais, tanto no que se refere à sustentabilidade da dívida como na composição dos gastos. Em ambos os casos, destaca-se o esforço em gerar superavits primários compatíveis com a manutenção do estoque da dívida consolidada, dentro dos patamares sustentáveis a curto e longo prazos.

Nos anos de 2007 a 2010 as despesas cresceram 52,9%, influenciadas pelas de natureza corrente – como pessoal e custeio, ao passo que as receitas fiscais foram incrementadas em 40,43%, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 — **Bahia: Receita Fiscal, Despesa Fiscal e Resultado Primário. 2007-2010** — **Em R$ mil**

Descrição	2007	2008	2009	2010
Receita Fiscal (1)	**17.004.820**	**19.226.190**	**20.184.060**	**23.880.900**
Correntes	16.906.148	19.106.671	19.766.483	23.295.670
De Capital	98.672	119.519	417.577	585.229
Despesa Fiscal (2)	**15.124.961**	**17.788.845**	**19.446.082**	**23.136.387**
Correntes	14.206.728	16.437.063	18.009.521	20.992.161
De Capital	918.233	1.351.782	1.436.561	2.144.226
Resultado Primário (1–2)	**1.879.859**	**1.437.345**	**737.978**	**744.513**

Fonte: Sefaz

A Dívida Consolidada (DC) alcançou, em 2010, o montante de R$ 10.425.936 mil, e a Dívida Consolidada Líquida (DCL) representou 0,52 da Receita Corrente Líquida (RCL), dentro do limite de endividamento estabelecido pela Resolução nº. 40/01 do Senado, de não ultrapassar a razão de duas vezes o valor da RCL. De acordo com os dados da Tabela 3, a redução da relação DCL/RCL, em comparação com o exercício anterior, tem justificativa no crescimento da RCL, apesar do discreto aumento nominal do estoque da dívida em relação a 2009. Em comparação com 2007, a RCL alcançou, em 2010, um incremento de 38%.

Um princípio a ser observado é a capacidade de pagamento pelo critério do fluxo, sendo necessário examinar se o Estado tem condições de garantir os pagamentos correspondentes aos juros e à amortização da dívida. Nesse contexto, o Estado da Bahia comprometeu, em 2010, 8% da RCL em serviço da dívida.

2. O contexto macroeconômico do PPA 2012–2015

O cenário internacional para 2011 apresenta-se instável, tendo em vista a insegurança e a volubilidade financeira que cingem as grandes economias mundiais. Registra-se, ainda, a instabilidade dos mercados com o prolongamento da recuperação da economia americana em relação à crise de 2008, agravada com a questão política no congresso americano, referente à aprovação do aumento do endividamento público e redução do deficit público. Na zona do Euro, a demora da União Européia em equacionar a questão da dívida de países como Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (PIIGS) predispôs o aumento do ambiente de incerteza na economia. Nesse contexto, as perspectivas macroeconômicas são marcadas por algumas economias que permanecem impactadas por risco de insolvência e sujeitas a fortes ajustes fiscais, mesmo havendo países com um ritmo de expansão sustentado, como é o caso da Alemanha.

A economia japonesa, a terceira maior do mundo, se contraiu fortemente no primeiro trimestre de 2011, no rastro do cataclisma que, entre outras consequências, originou o episódio nuclear de Fukushima, o qual acirra o debate sobre as matrizes energéticas no futuro.

Nos países emergentes, observam-se pressões inflacionárias disseminadas e a continuidade dos apertos monetários em diversas economias. Até mesmo a China vem adotando medidas contra a inflação, elevando as taxas de referência para depósitos e empréstimos, além de aumentos nas taxas de juros.

Do ponto de vista econômico e social, o Brasil é marcado por grandes desafios. No início de 2011, a política macroeconômica adotada suprimiu estímulos fiscais, reduzindo os gastos do governo, alinhado-a com a política anticíclica praticada nos últimos anos. Por outro lado, a retração do comércio internacional e o aumento da concorrência, em função do prolongamento da crise, exigem amplo programa de estímulo às exportações de manufaturados e de defesa comercial, frente à concorrência dos produtos chineses.

Ao lado desses condicionantes, a iminência de uma guerra cambial – como estratégia para aumentar a competitividade – constitui-se em um dos fatores que interferem no desenvolvimento da indústria nacional. Para tanto, o governo lançou uma nova política industrial, contemplando os aspectos tecnológicos, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011-2014. No centro dessa nova política estão medidas de desoneração tributária, cujos efeitos só poderão ser

Tabela 3 — **Bahia: Dívida Consolidada Líquida, Resultado Nominal e RCL. 2007-2010** — **Em R$ mil**

Descrição	2007	2008	2009	2010
1 - Dívida Consolidada Líquida (DCL)	10.370.838	10.240.885	9.234.947	9.057.007
2 - Resultado Nominal (NFSP)	(1.245.651)	(129.953)	(1.005.938)	(177.940)
3 - Receita Corrente Líquida (R-CL)	12.584.607	14.237.786	14.671.427	17.372.551
4 - Relação DCL/RCL (1/3)	0,82	0,72	0,63	0,52

Fonte: Sefaz

mensurados no processo de viabilização da política industrial.

A expansão do investimento em infraestrutura firma-se como o grande suporte para a aceleração do desenvolvimento sustentável brasileiro. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) faz parte dessa expansão, mobilizando mais de R$ 500 bilhões entre 2007 e 2010, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Em 2010, o investimento, pelo critério de formação bruta de capital fixo expandiu-se 21,8%, quase três vezes o crescimento do PIB (7,5%), garantindo um crescimento de qualidade. Nessa perspectiva, o lançamento do PAC–2, iniciado em 2011, continuará a impulsionar o investimento para níveis elevados, de modo a se atingir 24% do PIB até 2014.

Nesse horizonte, fatores de alavancagem como a busca da redução da pobreza, o avanço na educação e nos investimentos para infraestrutura e o fortalecimento da competitividade da economia e, ainda, a gestão responsável das contas públicas anunciam um cenário macroeconômico favorável, mesmo condicionado às incertezas e instabilidades nas demais economias do mundo. As principais ameaças dizem respeito à elevação dos níveis inflacionários e à excessiva valorização da moeda nacional, o Real.

De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, apesar do cenário de incertezas na economia mundial, o Brasil se encontra preparado para suportar o agravamento da crise. Para isso, ele pressupõe a queda dos juros no momento adequado e a melhoria da qualidade do gasto público. Sinaliza, dessa forma, a continuação do amadurecimento das políticas monetária e fiscal, visando a um crescimento sustentável.

Diante disso, vislumbra-se para o país e para a Bahia uma média de crescimento do PIB de 5% ao ano. O cenário macroeconômico que serviu para projeções das receitas no período de 2012-2015 considera uma taxa média de inflação (IGP-DI) de 4,7% ao ano, e uma taxa média de câmbio de R$/U$1,83. No entanto, cabe ressaltar que os deficits fiscal e comercial dos EUA poderão resultar no aumento da oferta de dólares no mercado internacional, aumentando as incertezas com relação ao câmbio. Adicionalmente, projeta-se uma trajetória declinante para taxa Selic, conquanto reduções mais expressivas para os próximos anos venham a depender da implantação de um conjunto de políticas monetárias e fiscais. Essa perspectiva, aliada à manutenção da relação Dívida/PIB, pode se constituir em uma oportunidade de crescimento para economia, na medida em que reduz a meta de superavit primário, de forma a disponibilizar mais recursos para investimento.

A previsão da taxa média de crescimento para o PIB nacional, de 5% até 2015, é justificada pela busca do crescimento, solidez nas contas públicas e o vigor do mercado interno, que darão condições de sustentabilidade à economia brasileira. Somam-se a essas ações (i) a busca do controle inflacionário como prioridade nas ações do governo, (ii) a redução nos índices de desemprego, (iii) o crescimento das exportações (mesmo com apreciação da moeda) e (iv) a redução da vulnerabilidade externa e do risco-país.

A Tabela 4, a seguir, indica os parâmetros macroeconômicos utilizados na construção do cenário fiscal para os próximos anos.

Tabela 4 — Parâmetros Macroeconômicos Projetados. Brasil. 2012-2015

Parâmetros Macroeconômicos	2011	2012	2013	2014	2015
Crescimento real do PIB-BR (%)	4,50	5,00	5,50	5,50	5,50
Crescimento real do PIB-BA (%)	4,00	4,80	6,00	5,20	5,20
Superavit primário do setor público-BR (% do PIB)	2,88	3,10	3,10	3,10	3,10
Dívida Líquida Consolidada do Setor Público-BR (% do PIB)	37,80	34,90	31,90	28,50	25,70
Inflação – IGP-DI médio (%)	9,10	5,40	4,50	4,50	4,50
Câmbio médio (R$/US$)	1,69	1,76	1,82	1,86	1,86
Taxa de juros (% em dezembro)	11,75	10,75	10,00	8,50	8,50

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

3. Oportunidades estratégicas para o financiamento do PPA 2012–2015

A estabilidade macroeconômica é um elemento fundamental no projeto de desenvolvimento sustentável. O cenário macroeconômico projetado indica uma tendência de crescimento real da Receita do Estado da Bahia para os próximos anos. Isso se deve à relação observada entre a arrecadação e o crescimento da economia baiana.

Nesse contexto, o planejamento das ações do Governo para os próximos anos será essencial para compatibilizar os objetivos de alcançar o máximo crescimento possível, ampliar a inclusão social, reduzir o desemprego e as disparidades regionais e fortalecer a cidadania com as restrições decorrentes da necessidade de financiamento na consolidação dos programas do Plano Plurianual (PPA) 2012–2015.

Cabe ressaltar, no quadro descrito, o grande desafio posto ao Governo do Estado: conciliar a necessidade de disponibilizar recursos para a implementação de programas estratégicos com uma restrição orçamentária intertemporal. No entanto, tal restrição tem sido ratificada pelo estabelecimento de limites legais para alguns indicadores de composição de gastos e de endividamento. Sendo assim, obter a sustentabilidade da dívida consolidada, ao mesmo tempo em que se busca garantir a efetivação dos programas discutidos com a sociedade, tornam maior a responsabilidade na efetivação do PPA 2012–2015.

O esforço do Governo para controle e manutenção da dívida tem permitido folga no critério de fluxo e melhoramento na capacidade de pagamento. Entretanto, os recursos de origem orçamentária não são suficientes para financiar todos os programas e investimentos necessários ao desenvolvimento da Bahia. Desse modo, buscou-se a contratação de novas operações de crédito, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (R$ 999,7 milhões) e com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (R$ 1.166,3 milhões), como oportunidades estratégicas e necessárias para o financiamento dos programas do PPA no período considerado (2012–2015). As operações de crédito totalizam um montante de R$ 3.316,0 milhões.

Para um conhecimento amplo do ambiente, o ajuste gradual no âmbito fiscal, com níveis de endividamento aceitáveis do ponto de vista gerencial constitui uma estratégia de viabilização do PPA 2012-2015. E, a partir disso, buscar a conciliação entre os princípios da responsabilidade fiscal e a expansão e melhoria dos serviços disponibilizados. Esta opção garante o ajuste fiscal num cenário cujas transformações de longo prazo são prioridades.

Nos próximos anos, deve prosseguir o comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas de pessoal para percentuais abaixo dos limites prudencial e legal. Na perspectiva de reduzir despesas correntes e melhorar a qualidade do investimento, espera-se ampliar a capacidade de financiamento das ações e políticas públicas, hierarquizadas pelas diretrizes estratégicas do Governo e pelas prioridades reveladas nos "territórios de identidade" com o PPA Participativo.

As metas fiscais estabelecidas para a Bahia estão em consonância com os princípios da gestão responsável dos recursos públicos, tendo como horizonte uma redução cerca de 14% no endividamento líquido do Estado. Para tanto, a Divida Consolidada Líquida passará dos R$ 9.039 milhões, orçados inicialmente para o exercício de 2011, para R$ 7.775 milhões em 2015. Esta projeção é compatível com as metas de resultado primário que exigirá maior esforço fiscal por parte do Governo.

No que se refere às prioridades e objetivos estratégicos do Governo, e levando-se em consideração as despesas administrativas e as operações especiais, chegou-se ao montante de R$ 143,06 bilhões para financiar as ações do PPA 2012-2015, envolvendo os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação 29 de *jun. 2011*. [Brasília]: BACEN, 2011. Disponível em: <http://www. bacen.gov.br>. Acesso em: 2 ago. 2011.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Economia Brasileira em Perspectiva – Edição especial, Ano 2010. Ministério da Fazenda. Disponível em: < http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/link.htm>. Acesso em 2 de agosto de 2011.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-BAHIA. Balanço 4 anos 2007-2010 Programa de Aceleração do Crescimento – Bahia. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais/bahia-1/bahia-balanco--de-4-anos>. Acesso em: 02 de agosto de 2011.

Demais Sites:
www.fazenda.gov.br
www.bcb.gov.br
www.planejamento.gov.br
http://www.sefaz.ba.gov.br
http://www.sei.ba.gov.br
http://www.seplan.ba.gov.br

O PPA PARTICIPATIVO

Em 2011, o Governo do Estado realizou pela segunda vez o Plano Plurianual Participativo (PPA-P), processo de escuta social que tem o objetivo de coletar subsídios para a construção do Plano Plurianual 2012-2015. As secretarias do Planejamento (Seplan), de Relações Institucionais (Serin) e de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir) foram as responsáveis pela articulação do PPA-P, que contou com a colaboração e o envolvimento de todas as secretarias estaduais.

Em relação à experiência anterior, que ocorreu em 2007, foram introduzidas inovações com a finalidade de aprimorar o processo. Uma das principais foi a criação dos 26 Grupos de Trabalho Territoriais (GTT), compostos por membros da sociedade civil e por integrantes de instituições governamentais com atuação nos territórios. A medida permitiu o compartilhamento da construção do PPA-P com representantes da sociedade, que se engajaram na mobilização dos participantes e atuaram como multiplicadores da escuta social, viabilizando a realização das plenárias prévias.

Essa medida contribuiu positivamente para o amadurecimento do processo e um maior engajamento social. Se, em 2007, houve participação da sociedade civil somente na etapa de consulta, indicação de prioridades temáticas e eleição dos membros do Conselho de Acompanhamento do PPA (CAPPA), que ocorreram na plenária territorial, em 2011 essa participação se ampliou, com o envolvimento da sociedade em todas as etapas de construção do plano. Confirmam esse avanço a constituição do GTT, a discussão e aprimoramento da matriz temática do PPA-P[1] a sensibilização e formação de multiplicadores para atuação nos territórios, a realização das plenárias prévias e a mobilização para a participação nas plenárias territoriais.

Para cada um dos 26 Territórios de Identidade foi criado um GTT, composto por nove integrantes: cinco indicados pela sociedade civil, inclusive dois membros do CAPPA, e quatro representantes de órgãos públicos. A função do grupo foi promover reuniões para qualificar o público-alvo envolvido e articular a participação desses atores nas plenárias territoriais.

1 Por meio da Resolução Cedeter nº 05, combinada com a Resolução Cedeter nº 06, ambas de 19 de maio de 2011, publicadas no DOE de 25 de maio de 2011, foi criado o 27º Território de Identidade, denominado Costa do Descobrimento, para vigência a partir do PPA 2012-2015.

Como primeiro passo da realização do PPA-P, aconteceu em Salvador, em março de 2011, um encontro de trabalho para a sensibilização e capacitação dos 234 representantes do GTT nos 26 territórios. O evento contou com a realização de seminários e oficinas voltados à mobilização dos participantes das plenárias, além de palestras e debates sobre a elaboração do Plano Plurianual, planejamento estratégico de longo prazo e apresentação de informações sobre a conjuntura baiana.

Os participantes saíram das oficinas com o compromisso de promover a mobilização de segmentos representativos da sociedade para participar dos eventos, e tiveram a oportunidade de conhecer a metodologia da escuta social elaborada para as plenárias. Ressalte-se que a construção do PPA-P 2008-2011 contou com a contribuição dos integrantes do CAPPA, colegiado eleito para promover o acompanhamento do PPA 2008-2011, colaborando de forma significativa para a implementação do segundo Plano Plurianual Participativo realizado na Bahia.

Após a realização das oficinas em Salvador, os integrantes do GTT promoveram reuniões e plenárias prévias em alguns municípios e convidaram representantes da sociedade para participar das plenárias territoriais. Nessa fase do processo, houve o engajamento dos colegiados territoriais, que contribuíram no esforço de mobilização para que o evento contasse com a necessária representatividade.

No período de 5 de abril a 28 de maio foram realizadas 26 plenárias nos 26 Territórios de Identidade. Importante reivindicação apresentada pela sociedade foi acolhida pelo Governo do Estado: que cada território sediasse sua própria plenária. Em 2007, em função do prazo limitado para a realização da consulta à sociedade, alguns municípios sediaram, simultaneamente, duas plenárias, embora fosse respeitado o critério de separação por Território de Identidade. A realização de uma plenária por território permitiu maior comodidade para o deslocamento dos participantes e a realização de debates mais focados no contexto de cada território.

Com o objetivo de aprimorar a escuta social, foram promovidas mudanças metodológicas que estimularam a discussão coletiva, a reflexão e a síntese acerca da natureza das propostas, considerando como cenário o contexto de cada Território de Identidade. A adoção dessa nova metodologia permitiu a elevação da qualidade e a redução do número de proposições apresentadas, que se tornaram mais aderentes às especificidades do PPA.

Nas plenárias territoriais, a primeira etapa da escuta social envolveu uma atividade de sensibilização sobre a importância da tomada de decisões de forma coletiva. Em um jogo aplicado nas salas temáticas, os participantes foram estimulados a refletir sobre as decisões individuais, orientadas por caráter competitivo, e sobre as opções em grupo voltadas para os ganhos coletivos. Em seguida, ocorreu uma reflexão sobre os aspectos positivos e negativos do Território, por núcleo temático, quando foram apontadas as potencialidades e oportunidades por um lado, e os estrangulamentos e ameaças pelo outro. Três princípios nortearam essa etapa da atividade: o foco no desenvolvimento territorial, o foco no estratégico e na diversidade/inclusão.

A partir das reflexões sobre a necessidade de se discutir e propor, sob uma perspectiva coletiva e mais voltada para o conjunto do território – e considerando a discussão sobre os aspectos positivos e negativos do território –, os participantes das salas temáticas foram divididos em grupos na terceira etapa da escuta social, de acordo com o núcleo temático escolhido no processo de inscrição. Teve início, então, a discussão e a apresentação coletiva de propostas, com utilização de tarjetas. Com o auxílio do moderador, que facilitou o trabalho em sala, foi realizada uma sistematização preliminar das propostas, como a fusão de proposições com conteúdo semelhante ou a análise daquelas que continham conteúdos conflitantes.

Depois de concluída a etapa de apresentação das propostas pelos grupos, as informações foram digitadas em um sistema informatizado desenvolvido pela Secretaria do Planejamento, com a finalidade de cadastrar as propostas apresentadas pela sociedade.

Esse sistema viabilizou outra novidade incorporada ao PPA-P 2012-2015: a sistematização e validação, na Secretaria do Planejamento, das propostas apresentadas nas plenárias pela sociedade. Em linhas gerais, o processo envolveu a classificação das propostas por eixo estruturante, núcleo temático e tema, elementos da matriz temática do

PPA-P, o que facilitou a avaliação realizada pelas secretarias estaduais. Uma etapa importante do trabalho envolveu a análise crítica das propostas, através da utilização de critérios que permitiram a triagem, o tratamento e a sistematização das proposições.

Entre os critérios observados está a objetividade da proposta, sendo verificadas aquelas que envolvem proposição de intervenção para o governo e/ou tenham objetivos claros ou mensuráveis, o que facilita a análise pelas secretarias. Como necessidade preliminar, foram consideradas as propostas que envolvam medidas que estejam contempladas no conjunto de atribuições previstas para o Plano Plurianual. No caso de propostas cujo conteúdo está contemplado em outra proposta apresentada no mesmo Território, fez-se a opção pela validação de apenas uma delas, racionalizando o processo ao evitar que as secretarias trabalhem com muitas propostas com o mesmo conteúdo.

Nas 26 plenárias territoriais realizadas na escuta social do PPA-P, foram coletadas e cadastradas pela Secretaria do Planejamento 3.288 propostas, das quais 2.996 foram apresentadas por representantes da sociedade, enquanto outras 292 foram coletadas nos grupos institucionais. O trabalho de validação realizado pela Seplan resultou em 1.952 propostas, colocadas à disposição das secretarias estaduais para análise e incorporação ao Plano Plurianual, caso elas atendam aos critérios técnicos e legais que regem o Plano e as funções dos órgãos estaduais.

A construção de um *software* específico para o armazenamento, tratamento, triagem e disponibilização das propostas do PPA Participativo constituiu uma novidade em relação à primeira experiência de 2007. No sistema, diversos usuários foram cadastrados, permitindo a realização simultânea de várias tarefas com segurança. Um requisito essencial adotado pela Secretaria do Planejamento foi a preservação das propostas com a redação original, inclusive as que não foram validadas para consultas pelas secretarias, mas que permanecem na base de dados para consultas posteriores. As propostas validadas foram colocadas em um campo específico, permitindo a visualização de ambas as versões.

Note-se que, a partir do cadastramento dos usuários das secretarias pela Seplan, o acesso às propostas aconteceu *on line*, sem a necessidade da utilização de recursos como o papel ou mídia eletrônica. Outra comodidade oferecida pelo *software* foi o acesso a qualquer momento, pelos usuários, ao sistema e às propostas validadas, para avaliação e seleção. Nessa etapa, avaliando as propostas, as secretarias puderam fazer a seleção e incorporação no Plano Plurianual 2012-2015. O registro das propostas selecionadas por secretaria foi possível através de um clique em um ícone, o que automaticamente conferiu o status "selecionada".

Como alternativa complementar ao trabalho realizado pelas secretarias, a Seplan realizou a classificação das propostas validadas com base na matriz programática do PPA 2012-2015, através de planilhas em formato Excel. A Seplan também realizou visitas às secretarias com o objetivo de apresentar o *software* desenvolvido para a seleção das propostas validadas – e, também, apresentar a compatibilização das proposições validadas com a matriz do PPA 2012-2015, além dos procedimentos metodológicos empregados na construção do processo de escuta social.

Esse exercício permitiu às secretarias visualizar as proposições da sociedade já nos programas elaborados nas mesas temáticas, facilitando o processo de avaliação e seleção, quando considerado cabível.

Na elaboração do Plano Plurianual Participativo 2012-2015 foi reservado, também, espaço específico para a discussão entre agentes políticos que exercem mandato eletivo (prefeitos e vereadores). O Grupo Institucional discutiu e aprovou um total de 292 propostas, nos 26 Territórios de Identidade, que também foram validadas e disponibilizadas para apreciação das secretarias através do sistema elaborado pela Secretaria do Planejamento.

Experiência implantada em 2007, o Grupo Institucional permite o direcionamento das discussões para aspectos mais específicos da realidade dos agentes que exercem mandatos eletivos. A ênfase nos debates desses grupos se voltou para aspectos relacionados à gestão, além de solicitações de realizações governamentais nos territórios.

Foi disponibilizada ainda à população a possibilidade de opinar pela Internet. Através do site www.ppaparticipativo.ba.gov.br, a sociedade contou com a opção de indicar as

prioridades temáticas para o PPA 2012-2015 através de um processo simples de votação. Depois de cadastrar algumas informações e indicar o Território de Identidade onde reside, o usuário teve acesso à matriz temática do PPA-P, com os eixos estruturantes, núcleos temáticos e temas, tendo a possibilidade de indicar até dez temas de qualquer dos eixos.

A utilização da votação através da Internet permitiu à Secretaria do Planejamento mapear as prioridades temáticas por território, sinalizando quais temas o cidadão considera mais relevantes na construção do PPA. Cerca de sete mil indicações foram coletadas entre os meses de abril e junho de 2011, período em que o site permaneceu disponível para votação.

Assim, o Governo do Estado consolidou o processo iniciado em 2007, quando foi realizado o primeiro PPA Participativo, incorporando aprimoramentos e ampliando o processo de escuta social. É pertinente ressaltar a ampliação dos espaços de participação da sociedade no processo, já que houve a possibilidade de se discutir o formato das plenárias territoriais e a matriz temática empregada na escuta social. Até mesmo a mobilização dos atores sociais contou com a colaboração da sociedade.

Nesse processo, os integrantes do Conselho de Acompanhamento do PPA e os colegiados territoriais desempenharam papel fundamental, seja na articulação do processo, na mobilização social e na discussão das propostas elaboradas. Essa participação mais ampla converge com o propósito do Governo do Estado de fortalecer a parceria com a sociedade, o que constitui uma tendência na gestão das sociedades democráticas modernas, favorecendo a implementação do controle social e o exercício da cidadania.

A DIMENSÃO ESTRATÉGICA NO PPA

O Plano Plurianual 2012-2015 inicia uma fase de maior diálogo entre as dimensões estratégica e tática do planejamento, pela aproximação com alguns dos objetivos estratégicos delineados no debate em torno do Plano Bahia 2023 e nas discussões relacionadas à construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia (PDS).

O Plano Bahia 2023 é o processo de revisão do planejamento estadual de longo prazo, iniciado em 2009 com a realização da série de seminários "Pensar a Bahia". Ele prossegue, dentro e fora da Secretaria do Planejamento (Seplan), com o debate permanente sobre os grandes temas e os principais projetos estratégicos colocados para o Estado e a sociedade baiana. O Bahia 2023 é um processo, inclusive, de convencimento e concertação, que se dá em paralelo com a construção do PDS. Este se desdobra em dois momentos: a elaboração dos Planos Mestres Regionais e a construção do ZEE – o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado.

Os primeiros produtos sistematizados do Bahia 2023 e do PDS/ZEE virão a público entre 2011 e 2012. Um depende do outro, até porque entre as primeiras resoluções adotadas em 2009 estava a de dar centralidade à componente ambiental no novo planejamento estadual estratégico. Isso não significa dizer, contudo, que o esforço despendido até aqui já não tenha produzido frutos importantes. Estes frutos são, basicamente, de dois tipos.

Houve, em primeiro lugar, a partir do debate lançado, uma retomada da discussão estratégica no conjunto de secretarias de Governo e em vários órgãos do Estado. Multiplicaram-se as iniciativas pautadas pela necessidade de pensar o longo prazo, de pensar em termos de missão, visão e grandes metas, de iluminar a gestão do cotidiano com as luzes de objetivos estratégicos. Em várias unidades da Administração, foram produzidos ou estão sendo preparados documentos importantes no campo do planejamento regional: Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, Planos de Bacias Hidrográficas, Planos Territoriais e outros. Foram concluídas ou iniciadas peças fundamentais para o planejamento setorial da intervenção do Estado: Plano Estratégico do Turismo Náutico, Diretrizes Estratégicas para a Agropecuária Baiana, Projeto Aliança para definição de uma nova política industrial e uma série de outras.

Toda esta movimentação é bem-vinda. Ela não concorre com a preparação do Bahia 2023 e do PDS/ZEE. Ela produz informação e novo conhecimento que se tornarão insumos essenciais para estas duas ferramentas. Mais que isto: planos estratégicos regionais e setoriais, Bahia 2023 e PDS já estão presentes no conteúdo do próprio PPA 2012-2015. De fato – e este é o segundo tipo de fruto prometido –, alguns dos novos programas estabelecidos para o próximo Plano Plurianual decorrem das conclusões já tiradas do debate estratégico em curso. Podem ser citados, entre outros, três exemplos. Em primeiro lugar, o programa "envelhecimento ativo", resposta inicial para um dos principais desafios estratégicos do Estado – o rápido envelhecimento da população, que terá graves consequências econômicas e sociais nas próximas décadas. Em segundo, a definição de um campo programático próprio para as atividades de serviços, que marca o reconhecimento, pelo Governo, de que a economia baiana do futuro também será uma economia cada vez mais pós-industrial. Em terceiro, a inserção, enfim, da "economia verde" como um vetor programático decisivo para o desenvolvimento com maior sustentabilidade.

Desta forma, o Governo da Bahia passa a adotar uma nova metodologia de planejamento, fundamentada nos temas estratégicos.

Alinhados aos conceitos formulados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, compreendemos os temas como áreas do conhecimento relevantes e estratégicos para a atuação governamental. Organizado em temas, o planejamento incorpora a lógica intersetorial e transversal das políticas públicas, permitindo uma maior articulação entre os níveis estratégico, tático e operacional.

O NOVO MODELO DO PPA

Conscientes de que a função de Planejamento deve incorporar os meios capazes de orientar a formulação e execução eficazes das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento de confiança e participação da sociedade, o Governo do Estado assumiu o desafio da mudança proposta pela União, buscando solução para os seguintes aspectos do Plano Plurianual anterior:

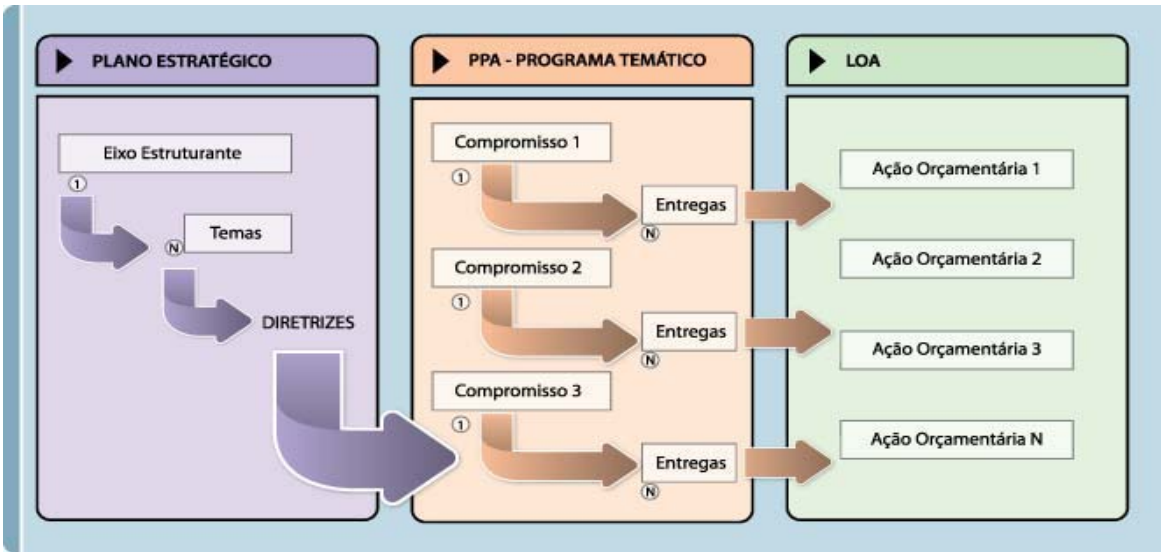
- não dialoga com a dimensão estratégica;
- não cumpre o papel da dimensão tática, mas sim da operacional;
- resulta da consolidação de programas setoriais;
- dificulta a compreensão da extensão da Política Pública;
- dificulta a gestão e mensuração dos resultados alcançados;
- Programas são organizados em função de problemas;
- não esclarece os desafios para a implementação das políticas, de forma articulada com os resultados.

Assim, fortemente alinhado com o Plano Estratégico Bahia 2023, o Plano Plurianual 2012-2015 inaugura uma nova metodologia, em conformidade com as orientações emanadas do Governo Federal, tendo como principal motivação a busca por um caráter mais estratégico para o Plano, criando as condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas.

No novo modelo, com o escopo ampliado de uma perspectiva setorial para uma escala de Governo, os programas temáticos foram concebidos a partir das diretrizes estratégicas, definidas para os diversos *Temas*, associados aos *Eixos Estruturantes*.

No âmbito das suas competências institucionais, os órgãos setoriais inscrevem nos programas temáticos os seus *Compromissos*, detalhando objetivos e metas a serem cumpridos ao longo do quadriênio, relacionando *Entregas* ou iniciativas a serem desenvolvidas, que, conforme se verifica na figura apresentada, refletem o elo de integração com os orçamentos.

Conforme a natureza finalística ou sistêmica do programa, os compromissos setoriais se destinam à disponibilização ou aperfeiçoamento de bens ou serviços, a gerir ou manter em funcionamento bens ou serviços-fins já disponibilizados ou à gestão do Estado.



O novo modelo (Seplan/SPO)

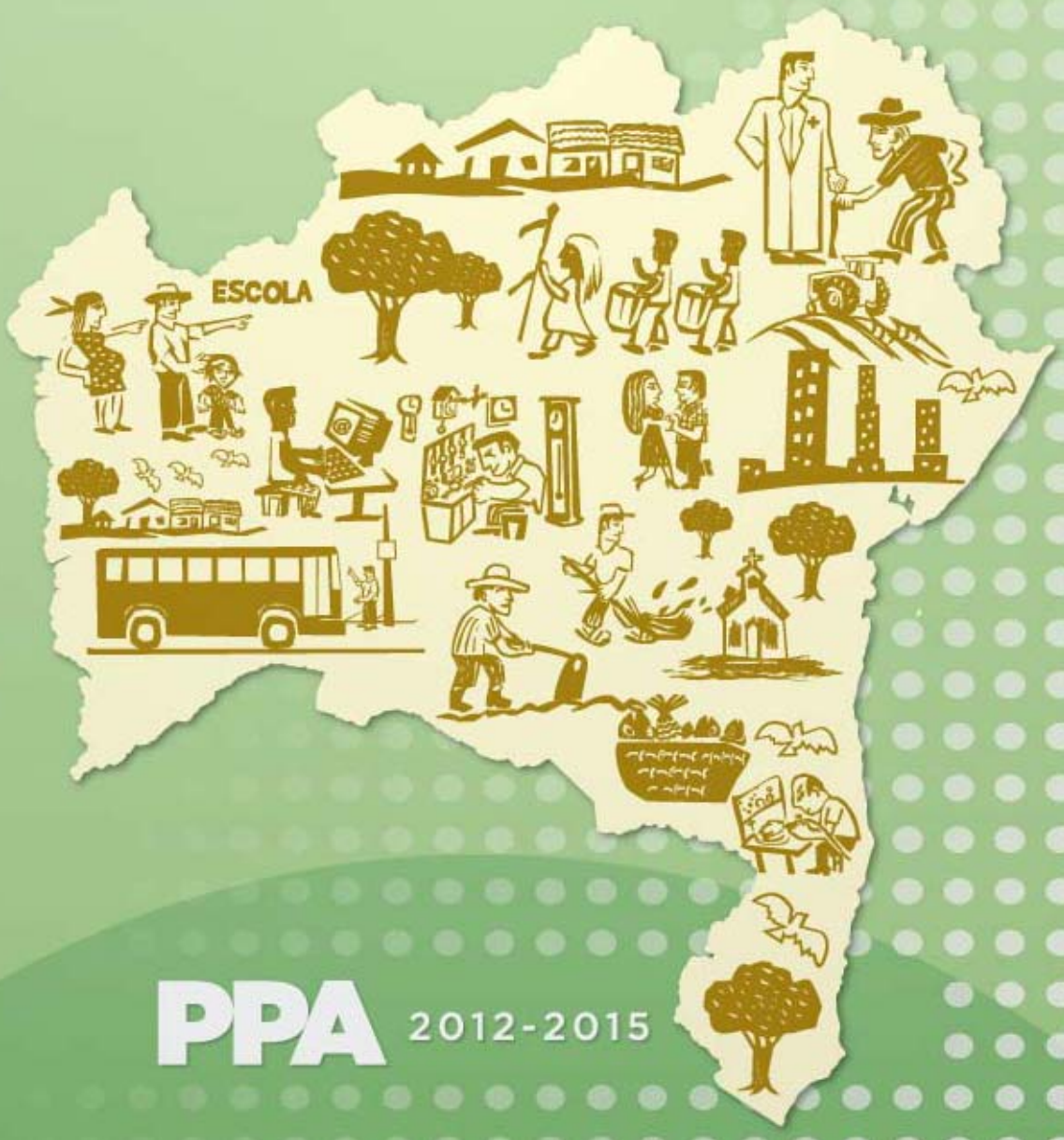
São requisitos para o novo PPA a pactuação entre as instâncias política, técnica e a sociedade civil, uma forte articulação e alinhamento entre os atores das áreas de gestão, executoras e de controle, bem como a definição de um modelo de gestão, visando à efetivação do monitoramento e avaliação das dimensões tática e estratégica do Plano.

Seguindo a linha que vem sendo adotada, o novo modelo seguirá nos princípios da governança solidária, em que as ações governamentais são orientadas pela *Ética e Democracia, Transparência, Controle Social e Participação Cidadã, Efetividade, Territorialização, Transversalidade e Descentralização Administrativa.*

Ante o exposto, o novo modelo aplicado ao PPA 2012-2015 contribuirá, sobremaneira, para o fortalecimento do planejamento, pelos requisitos da forte articulação sistêmica do PPA *Participativo* e da efetiva integração dos instrumentos de planejamento. Por conseguinte, contribuirá também para a efetividade das políticas públicas, por meio do planejamento fundado no conhecimento e na transparência da ação governamental. Por outro lado, o modelo que se inaugura imprime ao Plano uma maior estabilidade, pelo seu caráter mais estratégico e estruturação na dimensão tática.

PODER EXECUTIVO

Eixo Estruturante
Inclusão Social e Afirmação de Direitos



PPA 2012-2015

PODER EXECUTIVO

EIXO ESTRUTURANTE
INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

Embora a Constituição Brasileira de 1988 garanta que todos são iguais perante a lei – sem distinção de qualquer natureza –, a discriminação, o preconceito e a extrema desigualdade social persistem no país e na Bahia.

Para enfrentar esse quadro, as políticas de combate à pobreza e de inclusão social têm sido priorizadas. Trata-se de garantir a satisfação de necessidades básicas, qualidade de vida e desenvolvimento humano para os indivíduos e grupos sociais que se encontram em desvantagem de oportunidades e direitos. Trata-se de assegurar o acesso universal a serviços públicos de qualidade, mas de entender também que as políticas sociais precisam ser orientadas segundo o princípio do tratamento equitativo e que a equidade, por seu turno, depende muitas vezes de ações afirmativas. A universalidade só será um fato na medida em que o poder público fizer mais para quem mais precisa.

O Eixo I do PPA 2012-2015, *Inclusão social e Afirmação de Direitos,* relaciona os enfoques estratégicos, programas e compromissos que buscam incluir socialmente a população menos favorecida, reduzir as desigualdades, combater todas as formas de preconceito e respeitar as diferenças e diversidades de condições e opções que existem na sociedade baiana.

O Eixo é formado pelos seguintes temas: Desenvolvimento Social, Inclusão Produtiva, Saúde, Educação, Segurança Pública, Esporte e Lazer, Trabalho e Renda, Cidadania e Direitos Humanos e Gênero, Raça e Etnia.

ÁREA TEMÁTICA
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, resultado de processos econômicos, sociais, culturais e políticos entrecruzados. Ela se manifesta tanto nas assimetrias de acesso aos serviços e bens, quanto na frágil inserção da população mais pobre no sistema produtivo. A persistência da pobreza constitui o principal entrave para o desenvolvimento em bases sólidas e para a garantia do princípio da equidade.

Se a insuficiência de renda é um importante sinalizador de vulnerabilidade das pessoas, ela não é o único. Fatores sociais, geográficos e biológicos ampliam ou diminuem os efeitos desta carência sobre os indivíduos. Além de um rendimento capaz de suprir as necessidades básicas, é preciso garantir às pessoas pobres instrução, acesso à terra e a insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal [1].

Desde os anos 90, o combate à pobreza e à desigualdade passou a ser prioridade na agenda política brasileira. Em um país com o passivo de desigualdades e de exclusão social como o Brasil, não se pode pensar em desenvolvimento sem considerar como um objetivo prioritário a eliminação da pobreza absoluta e uma repartição mais redistributiva dos resultados do crescimento econômico.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, 14% da população baiana vivia em condições de extrema pobreza (gráfico 1). Os pobres, ao mesmo tempo, somavam 39%. Em que pese os índices de pobreza absoluta e pobreza terem caído nos últimos anos, em torno de 1,9 milhão de baianos ainda podem ser considerados como extremamente pobres.[2]

1 BRASIL. Plano Brasil sem Miséria. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/album_tecnico_final_modificado-internet.pdf. Acesso em: 2 ago. 2011.

2 São consideradas extremamente pobres as pessoas com renda domiciliar per capita inferior à linha de indigência ou miséria. A linha de extrema pobreza aqui considerada é a estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. Segundo o IPEA, pobreza extrema pode ser definida como o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que a sociedade a qual ele pertence julga obrigada a garantir. São consideradas pobres as pessoas na população total com renda domi-

GRÁFICO 1 PERCENTUAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA Bahia, 1990 a 2009

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD/IPEADATA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados do universo preliminar do Censo Demográfico 2010, também procurou mensurar a parcela da população que se encontra em situação de extrema pobreza. Neste caso, a linha de extrema pobreza foi estabelecida em R$ 70,00 per capita, considerado o rendimento nominal mensal domiciliar. No Brasil, foram identificadas 16,3 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza. A Bahia – com 2,4 milhões – é o Estado brasileiro com o maior número de pessoas nesta condição.

O Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF), com base nos dados do CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), permite uma melhor aproximação da situação da pobreza em que se encontra parcela significativa da população baiana. Como lembra o MDS, "o IDF é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias [numa escala que vai de 0 a 1], possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CadÚnico, bem como analisar um grupo de famílias ou mesmo o total de famílias [cadastradas] do município"[3]. O conjunto de dados sintetizados para a Bahia, em 2010, revela que o único indicador aceitável para o estado é o de "desenvolvimento infantil", com 0,95. A dimensão "condições de habitação" alcançou 0,73 do IDF e as dimensões "acesso ao conhecimento", "disponibilidade de recursos" e "acesso ao trabalho" revelaram IDFs menores que 0,50, mostrando as condições precárias de desenvolvimento da família baiana que integra o cadastro.

Entende-se, assim, que a redução da pobreza não será resultado apenas do crescimento econômico. A concentração espacial dos setores mais dinâmicos da economia, a má distribuição da renda e da riqueza, o analfabetismo e os baixos níveis de instrução, o desemprego e a insegurança alimentar podem perdurar mesmo em conjunturas de crescimento acelerado. E isto é ainda mais verdadeiro quando este cresci-

ciliar per capita inferior à renda mínima definida pela linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada corresponde ao dobro da renda definida como linha de indigência.

3 Ver Índice de Desenvolvimento das Famílias, disponível em: http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/gestor/cadunico-indice-de-desenvolvimento-da-familia-idf. Acessado em 15/08/2011.

mento de dá num contexto de abertura econômica, reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho. O combate à situação de pobreza na Bahia dependerá de ações de governo que contrabalancem as tendências inerentes a esses processos, que considerem a multicausalidade do problema e a necessidade de intersetorialidade, convergência e articulação nas ações de diversos agentes.

Nessa direção, a estratégia de Desenvolvimento Social, entendida como ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e inclusão socioeconômica da população em situação de pobreza, se fortalece enquanto política pública no Brasil e na Bahia, desdobrando-se em seis tipos de ações: assistência social, transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, formação, garantia de acesso à infraestrutura social (água, energia elétrica, transporte e saneamento) e inclusão produtiva.

Parte fundamental dessa estratégia são os programas de transferência direta de renda. O principal deles é o Programa Bolsa Família (PBF), cujo objetivo é assegurar o direito à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. O PBF se pauta em três dimensões: alívio imediato da pobreza, contribuição para redução da pobreza sistêmica, intergeracional, e articulação com ações e políticas complementares: acesso ao conhecimento e ampliação da escolaridade, geração de trabalho e renda, garantia de direitos sociais como acesso à documentação civil e segurança, entre outras.

No ranking nacional, a Bahia é o estado que conta com o maior número de cadastrados no PBF e o maior número de beneficiários; é, consequentemente, a unidade federativa que recebe maior volume de recursos. Isso não significa dizer que todo o público potencial do programa já esteja sendo atendido. O Governo da Bahia precisa qualificar a atuação no que lhe cabe em relação ao Programa, garantindo: (a) a identificação e inserção do público mais vulnerável (população de rua, povos tradicionais, pessoas sem registro civil); (b) implantação da "busca ativa" para incluir no CadÚnico as famílias que continuam fora da rede de proteção e promoção social; (c) qualidade do cadastro para, inclusive, dificultar os desvios, e, por fim, (d) acompanhamento às condicionalidades (compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias do PBF nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social).

Na Bahia, segundo dados da PNAD/IBGE de 2009, 41,2% dos domicílios se encontravam em situação de insegurança alimentar e nutricional, dos quais 8,9% ainda em situação de insegurança grave, ou seja, conviviam com a fome [4]. Essa situação levou o Governo do Estado a direcionar um conjunto de ações para assegurar o direito à alimentação adequada, na perspectiva de salvaguardar condições mínimas de sobrevivência.

Outra questão importante para as políticas de desenvolvimento social é a garantia dos serviços socioassistenciais básicos para proteção social às famílias e/ou indivíduos em situação de risco, de vulnerabilidade social e com vínculos fragilizados e/ou rompidos. Faz-se necessário garantir, a partir da rede socioassistencial, a oferta de serviços de proteção em quantidade satisfatória e melhorar o acesso aos seus benefícios.

A melhoria da qualidade de vida da população do estado passa, necessariamente, pelo abastecimento de água em quantidade e qualidade adequadas ao consumo humano. Ao mesmo tempo, a energia elétrica acessível contribui para a redução da pobreza, por favorecer ao aumento da renda familiar e facilitar o acesso aos demais serviços públicos. A garantia de uma infraestrutura social se completa, ainda, com o acesso ao saneamento, à moradia e ao transporte.

Nas áreas rurais, a democratização do acesso à terra é outro elemento importante para as políticas de desenvolvimento social. A ação prioritária é a regularização fundiária, ou seja, garantir o título da terra aos produtores. O reconhecimento legal da posse de um imóvel rural é o primeiro passo para a garantia hipotecária, que abre as portas do financiamento agrícola, sendo também o documento exigido para a concessão de aposentadoria rural.

Com vistas a democratizar o acesso à terra, deve ser intensificado, no âmbito estadual, o processo de assentamen-

4 IBGE. 2009. **Insegurança alimentar diminui, mas ainda atinge 30,2% dos domicílios brasileiros.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1763&id_pagina=1. Acesso em: 07 jan. 2011

to de reforma agrária e a concessão de crédito fundiário. Os assentamentos devem dispor de toda a infraestrutura mínima para uma moradia digna, com acesso à água, saneamento, energia elétrica, meios de comunicação e transporte. Outras ações vitais para a reforma agrária são o suporte às atividades produtivas nos assentamentos e o apoio às associações responsáveis pelos assentamentos rurais

Elementos importantes para o delineamento dessas ações de desenvolvimento social são a utilização do IDF como mecanismo de planejamento da aplicação dos recursos, bem assim os dados do CadÚnico e do cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CadSuas), para definição do público-alvo. Além disso, deve-se priorizar a família como unidade de atendimento, com o objetivo de valorizar essa instância de organização social, reduzir a fragmentação dos benefícios e aperfeiçoar o monitoramento do gasto público em políticas sociais.

Cabe enfatizar que a política estadual de combate à pobreza será construída em consonância com o "Plano Brasil sem Miséria", sob a coordenação do MDS e em conjunto com outros ministérios. Seu objetivo é acabar, até o fim de 2014, com a pobreza extrema no Brasil. O Plano é direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R$ 70 por pessoa. Este critério deverá orientar a definição do público prioritário dos programas de Desenvolvimento Social na Bahia.

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Programa	**PROTEÇÃO SOCIAL**

Ementa

Combater à pobreza, com ações de assistência social e transferência direta de renda, tendo prioritariamente a família como unidade de atendimento e como público alvo às famílias baianas inscritas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Cadastro do Sistema Único de Assistência Social – CadSuas

Recursos do Programa **R$ 123.026.740,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Percentual de Cobertura de Famílias Protegidas Socialmente	%	2011	76,00	100,00

Compromisso	Assegurar que todas as famílias vulneráveis estejam incluídas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, com condições de inclusão às políticas públicas, por meio do permanente e efetivo apoio do Governo do Estado aos municípios
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Apoiar 417 municípios na gestão plena do Cadastro Único – CadÚnico e do programa Bolsa Família

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	417	Município

Entrega/Iniciativa
Implantação de rede de agentes de desenvolvimento social para realização da busca ativa
Implantação da oficina de escuta do programa Bolsa Família
Mobilização para erradicação do sub-registro civil
Capacitação de técnicos municipais para atuarem como instrutores e entrevistadores do programa Bolsa Família
Capacitação de gestores estaduais e municipais para utilização do Cadastro Único - CadÚnico como ferramenta estratégica na elaboração dos programas complementares
Acompanhamento e monitoramento das ações do programa Bolsa Família
Apoio a capacitação das instâncias de controle social municipais do programa Bolsa Família

Compromisso	Fortalecer o Sistema Estadual de Defesa Civil para garantir a integridade física do cidadão
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Consolidar o Sistema Estadual de Defesa Civil e assistir 70,8 mil famílias nos municípios

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	70.800	Família

Entrega/Iniciativa
Desenvolvimento de ações preventivas e emergenciais
Realização de mapeamento de áreas de vulnerabilidade social e de risco no Estado da Bahia
Implantação de sistema de comunicação
Capacitação de agentes

Compromisso	Fortalecer o convívio familiar, comunitário e social para contribuir com a garantia de direitos das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa	PROTEÇÃO SOCIAL

Meta	Promover o atendimento a 600 mil famílias do Cadastro Único - CadÚnico e beneficiárias do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada - BPC, atendidas em serviços socioassistenciais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	32.000	Família	Piemonte do Paraguaçu	25.000	Família
Velho Chico	31.000	Família	Bacia do Jacuípe	12.000	Família
Chapada Diamantina	27.000	Família	Piemonte da Diamantina	8.000	Família
Sisal	41.000	Família	Semiárido Nordeste II	28.000	Família
Litoral Sul	45.000	Família	Litoral Norte e Agreste Baiano	7.000	Família
Baixo Sul	26.000	Família	Portal do Sertão	20.000	Família
Extremo Sul	25.000	Família	Vitória da Conquista	22.000	Família
Médio Sudoeste da Bahia	19.000	Família	Recôncavo	30.000	Família
Vale do Jiquiriçá	22.000	Família	Médio Rio de Contas	15.000	Família
Sertão do São Francisco	36.000	Família	Bacia do Rio Corrente	14.000	Família
Bacia do Rio Grande	12.000	Família	Piemonte Norte do Itapicuru	20.000	Família
Bacia do Paramirim	10.000	Família	Metropolitano de Salvador	38.000	Família
Sertão Produtivo	17.000	Família	Costa do Descobrimento	12.000	Família
Itaparica	6.000	Família			

Entrega/Iniciativa
Ampliação do atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social - Cras
Apoio aos municípios de pequeno porte para a criação e construção de Centros de Referência de Assistência Social - Cras
Reforma e ampliação de Centros Sociais Urbanos - CSUs
Elaboração e implementação de novo modelo de organização e financiamento dos Centros Sociais Urbanos - CSUs
Capacitação de operadores responsáveis por serviços socioassistenciais
Capacitação de grupos gestores locais do programa Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola
Apoio a projetos especiais de caráter modular

Compromisso	Ampliar a proteção integral a famílias e indivíduos com vínculos fragilizados ou rompidos
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Promover o atendimento a 15 mil pessoas com direitos violados na Rede de Serviços de Proteção Especial

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	420	Pessoa	Velho Chico	570	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa	PROTEÇÃO SOCIAL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	570	Pessoa	Piemonte da Diamantina	320	Pessoa
Sisal	870	Pessoa	Semiárido Nordeste II	570	Pessoa
Litoral Sul	1.000	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	620	Pessoa
Baixo Sul	600	Pessoa	Portal do Sertão	630	Pessoa
Extremo Sul	600	Pessoa	Vitória da Conquista	570	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	470	Pessoa	Recôncavo	700	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	570	Pessoa	Médio Rio de Contas	450	Pessoa
Sertão do São Francisco	700	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	370	Pessoa
Bacia do Rio Grande	420	Pessoa	Itaparica	250	Pessoa
Bacia do Paramirim	370	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	400	Pessoa
Sertão Produtivo	370	Pessoa	Metropolitano de Salvador	1.200	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	620	Pessoa	Costa do Descobrimento	350	Pessoa
Bacia do Jacuípe	420	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Ampliação dos Centros Especializados de Referência da Assistência Social - Creas
Apoio a rede que desenvolve serviços para pessoas com deficiência
Apoio e estruturação das unidades regionais de acolhimento em regime Integral
Apoio à Casa de Passagem
Implantação de consórcio intermunicipal de proteção especial
Assessoramento a consórcios intermunicipais para a implantação da Rede Regional de Atendimento da Proteção Especial
Financiamento de projetos especiais de caráter modular, por meio de editais públicos em apoio aos Serviços de Proteção Especial
Capacitação de operadores do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua - CreasPOP
Capacitação de instituições públicas e privadas que ofertam serviços de alta complexidade de forma regular
Instituição e regulamentação da Política Estadual para População de Rua

Compromisso	Aprimorar e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social - Suas na Bahia para o seu pleno funcionamento e promovendo o fortalecimento do Pacto Federativo
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Promover o aprimoramento e a qualificação da gestão do Sistema Único de Assistência Social - Suas em todos os municípios baianos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	417	Município

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Programa	**PROTEÇÃO SOCIAL**

Entrega/Iniciativa
Implantação de sistema de monitoramento e avaliação dos serviços
Ampliação do quadro técnico de nível superior para atuação na gestão
Elaboração de diagnóstico do Sistema Único de Assistência Social - Suas-Bahia
Apoio aos municípios

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
Compromisso Transversal	**Órgão**
Garantir à população baiana o direito à documentação civil básica	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Programa	Autonomia das Mulheres
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a erradicação da feminilização da extrema pobreza na Bahia, por meio da busca ativa de famílias chefiadas por mulheres, ainda excluídas, para viabilizar seu acesso ao Cadastro Único do programa Bolsa Família e aos equipamentos de promoção da segurança alimentar e nutricional e proteção social	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Programa	Copa 2014
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a gestão integrada das ações de identificação e tratamento de riscos e situações emergênciais, considerando ocorrências de origem diversas, em especial eventos climáticos extremos, promovendo o atendimento tempestivo e efetivo à população, nas áreas de segurança, saúde, assistência social, bombeiros, defesa civil, dentre outras	Secretaria de Infraestrutura
Programa	Planejamento e Gestão Estratégica
Compromisso Transversal	**Órgão**
Planejar, coordenar, articular e acompanhar ações voltadas ao combate e erradicação da pobreza, buscando eficiência na aplicação dos recursos disponíveis	Casa Civil
Programa	Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena
Compromisso Transversal	**Órgão**
Contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Social, visando à redução dos índices de criminalidade no Estado	Ministério Público

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Programa	**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Ementa

Promover a segurança alimentar e nutricional na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da integração de ações intersetoriais que ampliem a disponibilidade e as condições de acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e regularidade suficientes para todos, a partir de processos sustentáveis de produção que promovam trabalho, gerem renda e respeitem a diversidade social, ambiental e cultural

Recursos do Programa **R$ 146.812.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Domicílios com Prevalência de Insegurança Alimentar Grave	%	2009	8,90	5,80
Domicílios com Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada	%	2009	10,80	6,20
Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Moderada ou Grave entre a População Negra e Pardos	%	2009	24,50	14,50
Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Moderada ou Grave entre Mulheres	%	2009	22,30	13,90
Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Grave entre Pessoas com Idade Inferior a 18 anos	%	2009	9,70	6,40

Compromisso	Consolidar o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Universalizar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan para todo o Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Fortalecimento dos Conselhos Estuadual e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional
Formação em Segurança Alimentar e Nutricional – SAN para conselheiros, gestores, profissionais e agentes sociais
Implantação de sistema de avaliação e monitoramento da política de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN
Realização de eventos para a promoção da educação alimentar e nutricional nos territórios

Compromisso	Garantir o direito humano à alimentação adequada para salvaguardar as condições mínimas de sobrevivência e a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Alcançar 827.600 beneficiários com programas de aquisição e distribuição de alimentos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	827.600	Pessoa

Meta	Fornecer 6,1 milhões de refeições

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	6.100.000	Unid

Meta	Beneficiar 23 mil pequenos produtores de alimentos

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Programa	**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	23.000	Produtor

Entrega/Iniciativa
Aquisição e distribuição de alimentos – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Alimentos
Aquisição e distribuição de leite – Programa de Aquisição de Alimentos modalidade Leite – PAA Leite
Fornecimento de refeições nos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN
Distribuição de sopa
Implantação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN
Implantação de unidades coletivas de produção de alimentos
Realização de eventos e conferências de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN para a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan

Compromisso	Promover a segurança alimentar de famílias inscritas no Cadastro Único – CadÚnico, em locais de potencialidade para a pesca artesanal, aquicultura, núcleos produtivos rurais, urbanos e periurbanos
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Apoiar a inclusão de 46,8 mil famílias no processo produtivo

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	800	Família	Piemonte do Paraguaçu	700	Família
Velho Chico	350	Família	Bacia do Jacuípe	2.160	Família
Chapada Diamantina	550	Família	Piemonte da Diamantina	1.310	Família
Sisal	1.000	Família	Litoral Norte e Agreste Baiano	1.100	Família
Litoral Sul	3.780	Família	Portal do Sertão	3.750	Família
Baixo Sul	1.150	Família	Vitória da Conquista	2.500	Família
Extremo Sul	3.600	Família	Recôncavo	1.570	Família
Médio Sudoeste da Bahia	650	Família	Médio Rio de Contas	1.600	Família
Vale do Jiquiriçá	350	Família	Bacia do Rio Corrente	550	Família
Sertão do São Francisco	1.550	Família	Itaparica	900	Família
Bacia do Rio Grande	1.100	Família	Piemonte Norte do Itapicuru	1.050	Família
Bacia do Paramirim	500	Família	Metropolitano de Salvador	13.480	Família
Sertão Produtivo	750	Família			

Entrega/Iniciativa
Inserção de jovens agentes comunitários rurais no processo produtivo
Implantação de condomínios para criação de peixe em tanque rede
Implantação de unidades de beneficiamento primário de mariscos

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Programa	**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Entrega/Iniciativa
Implantação de núcleos produtivos rurais e urbanos
Implantação de sistemas coletivos de produção para o auto consumo
Implantação de mini fábricas de pequenas embarcações de fibra de vidro
Capacitação de pescadores
Promoção de feiras de comercialização direta da agricultura familiar urbana
Formação de parcerias com Prefeituras e Organizações Sociais

Compromisso	Promover a segurança alimentar de pequenos produtores familiares do semiárido baiano na perspectiva de aumento da produção de alimentos
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Incluir produtivamente 8,4 mil famílias do semiárido, fortalecendo a cadeia produtiva da caprinocultura, fruticultura e sisaleira

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão do São Francisco	2.100	Família	Semiárido Nordeste II	1.300	Família
Sisal	5.000	Família			

Entrega/Iniciativa
Capacitação de produtores
Implantação de unidades de produção e beneficiamento de leite
Instalação de batedeiras para o beneficiamento do sisal
Implantação de unidades didáticas de artesanato
Implantação de unidades de pré-processamento e beneficiamento de frutas
Formação de cooperativa de pequenos produtores
Construção de laboratórios para produção de mudas de sisal

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Água para Todos – PAT
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover o desenvolvimento social e sustentável do semiárido baiano, proporcionando a segurança hídrica, alimentar e nutricional da população em situação de pobreza	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Contribuir para a garantia do acesso a água em quantidade e qualidade, na perspectiva de fortalecer a segurança hídrica e alimentar em áreas de extrema pobreza	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
Implantar soluções hídricas emergenciais para viabilizar a convivência com a estiagem	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Garantir o acesso à água em qualidade e quantidade e o esgotamento sanitário com destinação adequada de dejetos sanitários residenciais em meio rural e em comunidades quilombolas	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Programa	**ÁGUA PARA TODOS - PAT**

Ementa

Proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico com a oferta de água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, a coleta e tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como o manejo de águas pluviais

Recursos do Programa **R$ 2.964.869.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Percentual da População Rural Atendida com Abastecimento de Água	%	2010	38,90	57,00
Percentual da População Rural Atendida com Esgotamento Sanitário	%	2010	10,00	11,40
Percentual da População Urbana Atendida com Abastecimento de Água	%	2010	85,70	90,00
Percentual da População Urbana Atendida com Esgotamento Sanitário	%	2010	27,70	33,00
Total de Munícipios Atendidos com Disposição Adequada de Resíduos Sólidos	%	2010	10	18

Compromisso	Promover o desenvolvimento social e sustentável do semiárido baiano, proporcionando a segurança hídrica, alimentar e nutricional da população em situação de pobreza
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Construção de 200 mil cisternas, sendo 160 mil de consumo e 40 mil de produção

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	9.200	Unid	Bacia do Jacuípe	10.600	Unid
Velho Chico	10.600	Unid	Piemonte da Diamantina	5.900	Unid
Chapada Diamantina	11.700	Unid	Semiárido Nordeste II	21.700	Unid
Sisal	31.400	Unid	Portal do Sertão	12.100	Unid
Vale do Jiquiriçá	9.200	Unid	Vitória da Conquista	26.000	Unid
Sertão do São Francisco	4.900	Unid	Médio Rio de Contas	4.700	Unid
Bacia do Paramirim	6.300	Unid	Bacia do Rio Corrente	4.000	Unid
Sertão Produtivo	14.800	Unid	Itaparica	2.300	Unid
Piemonte do Paraguaçu	7.000	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	7.600	Unid

Entrega/Iniciativa

Construção de cisternas

Compromisso	Contribuir para a garantia do acesso a água em quantidade e qualidade, na perspectiva de fortalecer a segurança hídrica e alimentar em áreas de extrema pobreza
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
Meta	Implantar 260 projetos de infraestrutura hídrica e de saneamento básico em áreas rurais

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa	ÁGUA PARA TODOS - PAT

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	08	Unid	Piemonte do Paraguaçu	10	Unid
Velho Chico	11	Unid	Bacia do Jacuípe	13	Unid
Chapada Diamantina	13	Unid	Piemonte da Diamantina	14	Unid
Sisal	29	Unid	Semiárido Nordeste II	29	Unid
Litoral Sul	03	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	11	Unid
Baixo Sul	03	Unid	Portal do Sertão	22	Unid
Extremo Sul	03	Unid	Vitória da Conquista	10	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	07	Unid	Recôncavo	05	Unid
Vale do Jiquiriçá	06	Unid	Médio Rio de Contas	07	Unid
Sertão do São Francisco	11	Unid	Bacia do Rio Corrente	03	Unid
Bacia do Rio Grande	03	Unid	Itaparica	04	Unid
Bacia do Paramirim	07	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	08	Unid
Sertão Produtivo	20	Unid			

Entrega/Iniciativa
Implantação de cisternas domiciliares
Implantação, ampliação e recuperação de sistemas de abastecimento de água
Construção, ampliação e recuperação de barragens
Perfuração de poços artesianos
Implantação de melhoria sanitária domiciliar
Implantação de sistema para dessedentação animal
Capacitação de técnicos e produtores rurais

Compromisso	Implantar soluções hídricas emergenciais para viabilizar a convivência com a estiagem
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Implantar 3 mil soluções hídricas emergenciais em 160 municípios para beneficiar 10 mil famílias

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	3.000	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação de cisternas de vinil
Implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água potável
Construção de aguadas em convênio com os municípios

Compromisso	Promover o abastecimento de água, priorizando as comunidades mais carentes de água, por meio da exploração dos mananciais superficiais e subterrâneos de recursos hídricos

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Programa	**ÁGUA PARA TODOS - PAT**
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente
Meta	Ampliar a oferta de água beneficiando 1,3 milhões de habitantes

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	23.650	Hab	Piemonte do Paraguaçu	6.990	Hab
Velho Chico	31.338	Hab	Bacia do Jacuípe	7.380	Hab
Chapada Diamantina	166.700	Hab	Piemonte da Diamantina	20.520	Hab
Sisal	26.780	Hab	Semiárido Nordeste II	100.500	Hab
Litoral Sul	218.476	Hab	Litoral Norte e Agreste Baiano	34.412	Hab
Baixo Sul	13.390	Hab	Portal do Sertão	16.390	Hab
Extremo Sul	15.014	Hab	Vitória da Conquista	159.189	Hab
Médio Sudoeste da Bahia	5.524	Hab	Recôncavo	16.390	Hab
Vale do Jiquiriçá	6.630	Hab	Médio Rio de Contas	7.573	Hab
Sertão do São Francisco	69.600	Hab	Bacia do Rio Corrente	16.390	Hab
Bacia do Rio Grande	78.236	Hab	Itaparica	16.390	Hab
Bacia do Paramirim	150.000	Hab	Piemonte Norte do Itapicuru	36.775	Hab
Sertão Produtivo	48.763	Hab	Costa do Descobrimento	7.000	Hab

Entrega/Iniciativa
Elaboração de estudos e projetos de saneamento
Construção de sistemas de abastecimento de água
Perfuração de poços
Construção de barragens
Aquisição de materiais e equipamentos
Formação inicial e continuada voltada para o saneamento no meio rural

Compromisso	Ampliar o atendimento em abastecimento de água nas localidades não operadas pela Embasa com foco na universalização desses serviços
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Elaborar 22 projetos de sistemas de abastecimento de água

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	22	Unid

Meta	Elaborar o Plano Estadual de Abastecimento de Água

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa	ÁGUA PARA TODOS - PAT

Meta	Implantar e supervisionar 53 obras de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	53	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de projetos de implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em áreas urbanas
Execução de obras de implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em áreas urbanas
Promoção de melhoria da qualidade da água distribuída
Supervisão técnica para projetos e obras de sistemas de abastecimento de água

Compromisso	Melhorar a qualidade de vida da população pela ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Executar 23.104 ligações domiciliares de água

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	3.332	Unid	Recôncavo	7.836	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	86	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	6.238	Unid
Piemonte da Diamantina	1.573	Unid	Metropolitano de Salvador	2.713	Unid
Vitória da Conquista	1.326	Unid			

Meta	Ampliar a adução da água em 278.900 m

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	278.900	m

Meta	Construir dois reservatórios

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	02	Unid

Meta	Ampliar 87.560 m de rede de distribuição

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	87.560	m

Meta	Implantação e ampliação de 10 sistemas de abastecimento de água

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	01	Unid	Bacia do Rio Grande	01	Unid
Extremo Sul	03	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Metropolitano de Salvador	04	Unid			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa	ÁGUA PARA TODOS - PAT

Meta	Perfurar 162 poços artesianos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	162	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação de sistema de abastecimento de água
Ampliação de sistema de abastecimento de água

Compromisso	Garantir o acesso à água em qualidade e quantidade e o esgotamento sanitário com destinação adequada de dejetos sanitários residenciais em meio rural e em comunidades quilombolas
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Atender 135 localidades do meio rural com abastecimento de água

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	20	Unid	Semiárido Nordeste II	22	Unid
Sisal	20	Unid	Vitória da Conquista	20	Unid
Bacia do Jacuípe	10	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	21	Unid
Piemonte da Diamantina	22	Unid			

Meta	Implantar 01 laboratório regional de controle da qualidade da água para consumo humano em conjunto com o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território Sertão do São Francisco	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão do São Francisco	01	Unid

Meta	Implantar 16 sistemas simplificados de abastecimento de água com dessalinização em unidade produtiva e para abastecimento humano	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	16	Unid

Meta	Implantar 540 cisternas para armazenamento de água de chuva em residências localizadas em comunidades quilombolas e aglomerados rurais dispersos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	90	Unid	Piemonte da Diamantina	90	Unid
Chapada Diamantina	90	Unid	Itaparica	30	Unid
Sisal	90	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	90	Unid
Sertão do São Francisco	60	Unid			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa	ÁGUA PARA TODOS - PAT

Meta	Atender no meio rural e comunidades quilombolas 700 famílias com Módulos Sanitários Domiciliares	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	700	Unid

Meta	Atender no meio rural 50 localidades com sistemas de esgotamento sanitário				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	08	Unid	Piemonte da Diamantina	10	Unid
Chapada Diamantina	10	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	10	Unid
Sisal	10	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Perfuração de poços artesianos
Implantação de sistemas abastecimento de água
Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água com dessalinizadores e unidades produtivas
Implantação de Laboratório de Qualidade de Água
Implantação de sistema de esgotamento sanitário
Construção de cisternas
Implantação de Módulos Sanitários Domiciliares
Implementação de ações de educação socioambiental

Compromisso	Fortalecer a gestão municipal com o propósito da universalização dos serviços públicos de saneamento básico
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Apoiar a elaboração de 06 planos regionais de saneamento básico e/ou intermunicipais de resíduos sólidos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	06	Unid

Meta	Apoiar a elaboração de 25 planos municipais de saneamento básico e/ou planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	25	Unid

Meta	Apoiar a formação, implantação e funcionamento de 27 consórcios públicos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	27	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de planos estaduais, regionais e microrregionais de resíduos sólidos, abastecimento de água e consolidação do plano estadual de saneamento básico
Apoio à realização de planos municipais e intermunicipais de saneamento básico e/ou de gestão integrada de resíduos sólidos

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa	ÁGUA PARA TODOS - PAT

Entrega/Iniciativa
Apoio a implementação de consórcios públicos de desenvolvimento sustentável
Implantação e manutenção do sistema estadual de informação de saneamento básico
Realização de eventos de capacitação

Compromisso	Reduzir a proliferação de doenças e o nível de poluição provocada pelos efluentes lançados no meio ambiente, por meio da ampliação da cobertura de esgotamento sanitário
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Executar 323.200 ligações de esgotamento sanitário

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	1.329	Unid	Piemonte da Diamantina	11.495	Unid
Litoral Sul	5.377	Unid	Portal do Sertão	30.840	Unid
Extremo Sul	22.786	Unid	Vitória da Conquista	15.741	Unid
Vale do Jiquiriçá	2.017	Unid	Recôncavo	20.201	Unid
Bacia do Rio Grande	25.201	Unid	Médio Rio de Contas	4.675	Unid
Sertão Produtivo	4.600	Unid	Itaparica	16.326	Unid
Piemonte do Paraguaçu	17.998	Unid	Metropolitano de Salvador	143.469	Unid
Bacia do Jacuípe	1.145	Unid			

Meta	Elaborar, implantar e supervisionar 80 projetos de sistema de esgotamento sanitário	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80	Unid

Meta	Implantar e/ou ampliar 104 obras de sistema de esgotamento sanitário	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	104	Unid

Meta	Implantação de 10 sistemas de esgotamento sanitário

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Piemonte do Paraguaçu	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Piemonte da Diamantina	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid
Portal do Sertão	02	Unid			

Meta	Ampliação 18 sistemas de esgotamento sanitário

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa	ÁGUA PARA TODOS - PAT

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Litoral Sul	05	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Metropolitano de Salvador	06	Unid
Vitória da Conquista	01	Unid			

Entrega/Iniciativa
Implantação de sistema de esgotamento sanitário
Ampliação de sistema de esgotamento sanitário
Elaboração de projeto de reuso de águas residuárias em áreas urbanas
Supervisão técnica de obras de esgotamento sanitário

Compromisso	Contribuir para a redução de doenças de veiculação hídrica por meio da implantação de obras de saneamento básico voltadas ao tratamento dos efluentes líquidos
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente
Meta	Ampliar a cobertura de esgotamento sanitário no meio rural para 23 mil habitantes

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	600	Hab	Bacia do Jacuípe	600	Hab
Chapada Diamantina	600	Hab	Piemonte da Diamantina	600	Hab
Bacia do Rio Grande	20.000	Hab	Piemonte Norte do Itapicuru	600	Hab

Entrega/Iniciativa
Elaboração de projetos de saneamento
Construção de sistema de esgotamento sanitário
Construção de módulo sanitário domiciliar

Compromisso	Minimizar os impactos sociais e ambientais negativos ocasionados pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Implantar sistemas de resíduos sólidos em 10 municípios

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Litoral Sul	02	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa	ÁGUA PARA TODOS - PAT

Meta	Elaborar 619 projetos de destinação final de resíduos sólidos ambientalmente adequados, que incluem soluções de triagem, transbordo, tratamento, disposição final, encerramento e remediação de lixões

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	619	Unid

Entrega/Iniciativa
Implementação de planos de resíduos sólidos urbanos
Apoio aos municípios na realização de projetos de destinação final de resíduos sólidos ambientalmente adequados
Desenvolvimento institucional na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos
Implantação de coleta seletiva
Apoio à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis
Implantação de unidades de destinação final de resíduos sólidos urbanos
Avaliação e monitoramento dos sistemas de resíduos sólidos urbanos

Compromisso	Garantir os usos múltiplos e a sustentabilidade ambiental por meio da promoção da gestão dos recursos hídricos
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente
Meta	Garantir regularização da vazão em 08 barragens

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	02	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Piemonte do Paraguaçu	02	Unid	Recôncavo	01	Unid
Bacia do Jacuípe	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid

Meta	Restaurar 800 ha de áreas de preservação permanente

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	800	ha

Entrega/Iniciativa
Implementação do programa de ação estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
Elaboração de planos de revitalização de bacias hidrográficas
Implantação do programa de Restauração de Nascentes e Áreas de Preservação Permanente
Recuperação e controle de processos erosivos em bacias hidrográficas
Apoio à programas de educação ambiental com ênfase em comitês de bacias e na sustentabilidade dos recursos hídricos
Elaboração do cadastro estadual de obras de infraestrutura hídrica
Formação inicial e continuada com ênfase na sustentabilidade dos recursos hídricos

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS	
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**	
Programa	**ÁGUA PARA TODOS - PAT**	
Compromisso	Prover soluções no manejo de águas pluviais em áreas críticas de localidades urbanas	
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	
Meta	Elaborar e supervisionar 32 projetos de manejo de águas pluviais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	32	Unid
Meta	Implantar e supervisionar 32 obras de manejo de águas pluviais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	32	Unid
Entrega/Iniciativa		
Elaboração de projetos de manejo de águas pluviais		
Execução de obras de manejo de águas pluviais		

Compromisso	Exercer a regulação, por meio de normatização e fiscalização, dos serviços públicos de saneamento básico garantindo a eficiência, a qualidade e o bom atendimento	
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	
Meta	Fiscalizar serviços públicos de saneamento básico em 43% dos municípios do estado	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	43	%
Entrega/Iniciativa		
Fiscalização de serviços públicos de saneamento básico		

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Programa	**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA**

Ementa

Promover a regularização fundiária por meio da legalização da posse de imóveis e do apoio à reforma agrária, auxiliando o Governo Federal no processo de democratização do acesso à terra

Recursos do Programa **R$ 31.094.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Percentual de Imóveis a serem Regularizados para Fins de Reforma Agrária	%	2010	31,00	48,00

Compromisso	Ampliar e intensificar a regularização de terras por meio de ações discriminatórias administrativas rurais e urbanas, especialmente nas áreas de comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Regularizar a titularização de 49.575 imóveis

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	49.575	Unid

Entrega/Iniciativa

- Emissão de títulos de terra
- Arrecadação de áreas para fins de reforma agrária
- Discriminação e reconhecimento de áreas urbanas

Compromisso	Ampliar e democratizar o acesso à terra com base no Programa Nacional de Reforma Agrária
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Realizar vistoria em 1.450 imóveis rurais, para fins de desapropriação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	1.450	Unid

Meta	Viabilizar a contratação de 122 propostas de crédito fundiário

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	122	Unid

Meta	Implantar 20 obras e serviços em assentamentos rurais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	Unid

Entrega/Iniciativa

- Vistoria de áreas para fins de desapropriação
- Implantação de obras e serviços em assentamentos
- Melhoria do acesso ao crédito fundiário Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Programa	**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA**

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Moradia Digna
Compromisso	**Órgão**
Regularizar a situação fundiária de imóveis, inclusive de áreas com potencial para habitação de interesse social	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

ÁREA TEMÁTICA
INCLUSÃO PRODUTIVA

A emancipação da população baiana que vive em situação de pobreza pressupõe o apoio do Estado à integração das pessoas ainda excluídas à esfera da cidadania, ao pleno gozo dos direitos e ao circuito econômico. Nesses termos, a inserção social da população mais pobre pela via do consumo deve ser completada pela sua afirmação como produtora. A luta pela primeira condição vem se desenrolando desde os anos 1990, mas a batalha pela segunda apenas começou.

A partir de 2003, iniciou-se no Brasil o processo de promoção da dignidade dos excluídos do processo produtivo. O Estado tomou para si a responsabilidade de oferecer condições mínimas de sobrevivência para pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza. Nesta direção, ações focalizadas de transferência de renda foram essenciais, sendo a principal delas o Programa Bolsa Família. Ocorre, entretanto, que os instrumentos de transferência, apesar de oferecer uma melhoria na renda, limitam-se a diminuir as péssimas condições de vida e não são capazes de realizar a efetiva transformação dos seus beneficiários em brasileiros plenamente integrados ao mundo do trabalho e à esfera da cidadania.

É para suprir essa lacuna que este PPA propõe o Programa Estadual de Inclusão Produtiva, instrumento capaz de mediar a situação dessas pessoas, através da oferta de meios que, integrados, sejam capazes de proporcionar a inclusão em ambientes produtivos e assegurar trabalho e renda, de forma sustentável, àqueles que continuam tendo acesso apenas ao benefício pecuniário do PBF. Esse novo programa será focado, prioritariamente, nas pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, inscritas no CadÚnico.

No meio rural, uma das ações mais importantes será a utilização do poder de compra do Estado para criar mercado para a produção realizada por empreendimentos de caráter solidário/familiar. Este tipo de ação é garantido pela lei federal 11.947/09, que determina que ao menos 30% da merenda escolar seja adquirida de empreendimentos solidários ou similares.

Para que haja produção, é necessário que se criem condições para produzir. O Estado promoverá a capacitação técnica dos produtores agrícolas, pescadores e outros

extrativistas, apresentando-lhes novas técnicas, mais salubres, produtivas e sustentáveis. A materialização da produção dependerá ainda do fornecimento de insumos básicos, ferramentas e equipamentos, já que a aquisição deles sem a ajuda estatal é muito difícil, haja vista a descapitalização desses pequenos produtores. A constituição de estruturas capazes de produzir dependerá, também, de linhas de crédito acessíveis ou, mesmo, de recursos iniciais a fundo perdido, capazes de assegurar a implantação de pequenos negócios.

As ações do Estado não deverão se restringir ao meio rural, até porque, na Bahia, a maioria da população inserida no cadastro único e dependente do PBF vive nas cidades[1]. É preciso criar condições para que a economia urbana no estado seja capaz de absorver o grande quantitativo de desocupados e criar condições de trabalho adequadas. O melhor caminho para alcançar este objetivo é oferecer capacitação, associada a sistemas de intermediação de mão-de-obra, àqueles que estão desempregados ou ocupados em situação precária nas cidades baianas.

Ao mesmo tempo, é fundamental apoiar o trabalhador autônomo. A qualificação do trabalhador independente, a oferta de microcrédito e de condições para que ele se insira na previdência social constituem ações positivas que podem levá-lo a obter maiores rendimentos na sua atividade habitual.

A economia solidária deve ser, em paralelo, promovida também no meio urbano através da associação entre trabalhadores. Caberá ao Estado promover ações que visem ao acesso dessas associações a crédito, novas técnicas, melhorias na capacidade de gestão, mas, principalmente, de meios para promover a comercialização dos bens e serviços produzidos por estruturas colaborativas ou comunitárias.

1 ALMEIDA, Larissa et al. Perfil das famílias baianas beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Bahia Análise & Dados,** Salvador, v.19, n.4, p.945-956, jan./mar. 2010 BRASIL. PNAD 2009. disponível em < http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba> acesso em 04/08/2011

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**INCLUSÃO PRODUTIVA**
Programa	**VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA**

Ementa

Incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, o maior número de pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho na Bahia

Recursos do Programa **R$ 978.124.750,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Incremento ao PIB do Agronegócio do Estado da Bahia	R$ 1 milhão	2009	24,10	26,50
Agricultores Assegurados no Programa Garantia Safra	Nº	2011	114.000,00	135.000,00
Número de Projetos Produtivos Implantados para Atender para Jovens, Mulheres e Quilombolas	Nº	2010	33,00	85,00
Número de Familias de Agricultores Familiares com Apoio de Fomento à Produção	Nº	2010	8.238,00	11.200,00
Número de Eventos com Foco na Comercialização Apoiados	Nº	2010	23,00	200,00
Número de Bases de Serviços Apoiadas por Territorio de Identidade	Nº	2010	11,00	20,00
Número de Produtos da Agricultura Familiar com Selo de Origem	Nº	2010	131,00	500,00
Número de Agroíndustrias e Unidades de Processamento Apoiadas	Nº	2010	133,00	148,00
Número de Grupos Produtivos com Atividades não Agrícolas Apoiado	Nº	2010	0,00	10,00
Índice de Expansão da Produção de Pescado	t	2010	119.601,70	159.545,00

Compromisso	Promover a inclusão produtiva de famílias inscritas no Cadastro Único – CadÚnico nas maiores cidades do Estado e nas sedes dos Territórios de Identidade
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Apoiar a inclusão de 46,8 mil famílias no processo produtivo

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	800	Família	Vale do Jiquiriçá	350	Família
Velho Chico	350	Família	Sertão do São Francisco	1.550	Família
Chapada Diamantina	550	Família	Bacia do Rio Grande	1.100	Família
Sisal	1.000	Família	Bacia do Paramirim	500	Família
Litoral Sul	3.780	Família	Sertão Produtivo	750	Família
Baixo Sul	1.150	Família	Piemonte do Paraguaçu	700	Família

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Extremo Sul	3.600	Família	Bacia do Jacuípe	2.160	Família
Médio Sudoeste da Bahia	650	Família	Piemonte da Diamantina	1.310	Família
Litoral Norte e Agreste Baiano	1.100	Família	Bacia do Rio Corrente	550	Família
Portal do Sertão	3.750	Família	Itaparica	900	Família
Vitória da Conquista	2.500	Família	Piemonte Norte do Itapicuru	1.050	Família
Recôncavo	1.570	Família	Metropolitano de Salvador	13.480	Família
Médio Rio de Contas	1.600	Família			

Entrega/Iniciativa
Prestação de assistência técnica a empreendimentos individuais e familiares populares urbanos
Apoio ao microcrédito para empreendimentos
Disponibilizaçao de insumos para processo produtivo
Organização de arranjos produtivos
Articulação com a rede da assistência social

Compromisso	Incluir produtivamente populações pobres do Estado, com investimentos na infraestrutura social e produtiva e fomento a empreendimentos populares
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
Meta	Implantar 440 projetos de inclusão produtiva em comunidades rurais e sedes municipais com população de até 7,5 mil habitantes

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	10	Unid	Piemonte do Paraguaçu	13	Unid
Velho Chico	15	Unid	Bacia do Jacuípe	11	Unid
Chapada Diamantina	18	Unid	Piemonte da Diamantina	13	Unid
Sisal	41	Unid	Semiárido Nordeste II	82	Unid
Litoral Sul	08	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	18	Unid
Baixo Sul	08	Unid	Portal do Sertão	18	Unid
Extremo Sul	08	Unid	Vitória da Conquista	34	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	08	Unid	Recôncavo	08	Unid
Vale do Jiquiriçá	10	Unid	Médio Rio de Contas	16	Unid
Sertão do São Francisco	15	Unid	Bacia do Rio Corrente	08	Unid
Bacia do Rio Grande	08	Unid	Itaparica	25	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Paramirim	10	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	10	Unid
Sertão Produtivo	21	Unid	Costa do Descobrimento	4	Unid

Meta	Apoiar 110 projetos de empreendimentos populares de atividades agrícolas e não agrícolas	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	110	Unid

Meta	Implantar 257 unidades de produção de agropólos da agricultura familiar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	30	Unid	Sertão Produtivo	15	Unid
Velho Chico	10	Unid	Bacia do Jacuípe	10	Unid
Chapada Diamantina	20	Unid	Semiárido Nordeste II	10	Unid
Sisal	15	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	10	Unid
Litoral Sul	30	Unid	Portal do Sertão	10	Unid
Baixo Sul	15	Unid	Vitória da Conquista	10	Unid
Extremo Sul	30	Unid	Recôncavo	10	Unid
Vale do Jiquiriçá	10	Unid	Médio Rio de Contas	10	Unid
Sertão do São Francisco	10	Unid	Itaparica	2	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação, ampliação e recuperação de infraestrutura social de apoio a produção
Implantação, ampliação e recuperação de estrutura de apoio a comercialização e a produção
Implantação, ampliação e recuperação de unidades de produção e beneficiamento
Implantação de projetos agropecuários
Apoio a produção e a comercialização
Implantação de ensaios agroecológicos
Implantação de projetos de produção de energias alternativas para autoconsumo
Assistência técnica a produtores rurais
Capacitação de técnicos e produtores rurais

Compromisso	Aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar, com investimento nas principais cadeias produtivas
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Atender 11,2 mil agricultores familiares nas diversas cadeias produtivas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	431	Pessoa	Velho Chico	455	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	431	Pessoa	Bacia do Jacuípe	431	Pessoa
Sisal	340	Pessoa	Piemonte da Diamantina	455	Pessoa
Litoral Sul	546	Pessoa	Semiárido Nordeste II	430	Pessoa
Baixo Sul	340	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	455	Pessoa
Extremo Sul	546	Pessoa	Portal do Sertão	546	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	340	Pessoa	Vitória da Conquista	459	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	431	Pessoa	Recôncavo	459	Pessoa
Sertão do ão Francisco	340	Pessoa	Médio Rio de Contas	339	Pessoa
Bacia do Rio Grande	546	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	431	Pessoa
Bacia do Paramirim	340	Pessoa	Itaparica	339	Pessoa
Sertão Produtivo	545	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	431	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	455	Pessoa	Metropolitano de Salvador	339	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Aquisição e distribuição de pequenos animais
Aquisição e distribuição de insumos e equipamentos
Implantação de unidades didáticas
Melhoramento genético da bovinocultura de leite
Recuperação de solos improdutivos
Capacitação de agricultores
Adequação de unidades de beneficiamento
Inspeção de terreno para implantação de unidades agroindustriais
Inspeção de unidades agroindustriais para liberação de funcionamento

Compromisso	Fomentar a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar em todos os territórios da Bahia
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Apoiar 200 eventos da agricultura familiar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	08	Unid	Baixo Sul	08	Unid
Velho Chico	08	Unid	Extremo Sul	06	Unid
Chapada Diamantina	08	Unid	Médio Sudoeste da Bahia	06	Unid
Sisal	08	Unid	Vale do Jiquiriçá	08	Unid
Litoral Sul	08	Unid	Sertão do São Francisco	08	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Rio Grande	07	Unid	Vitória da Conquista	09	Unid
Bacia do Paramirim	08	Unid	Recôncavo	08	Unid
Sertão Produtivo	08	Unid	Médio Rio de Contas	07	Unid
Piemonte do Paraguaçu	08	Unid	Bacia do Rio Corrente	06	Unid
Bacia do Jacuípe	07	Unid	Itaparica	07	Unid
Piemonte da Diamantina	08	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	07	Unid
Semiárido Nordeste II	07	Unid	Metropolitano de Salvador	04	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	08	Unid	Costa do Descobrimento	06	Unid
Portal do Sertão	09	Unid			

Meta	Apoiar implantação de 20 Bases de Serviços para a Comercialização de produtos da agricultura familiar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Bacia do Paramirim	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Sertão Produtivo	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Piemonte do Paraguaçu	01	Unid
Sisal	01	Unid	Bacia do Jacuípe	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid

Meta	Conceder 500 selos a produtos da agricultura familiar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	18	Unid	Médio Sudoeste da Bahia	18	Unid
Velho Chico	18	Unid	Vale do Jiquiriçá	19	Unid
Chapada Diamantina	18	Unid	Sertão do São Francisco	19	Unid
Sisal	18	Unid	Bacia do Rio Grande	19	Unid
Litoral Sul	18	Unid	Bacia do Paramirim	19	Unid
Baixo Sul	18	Unid	Sertão Produtivo	19	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Extremo Sul	18	Unid	Médio Rio de Contas	19	Unid
Bacia do Jacuípe	19	Unid	Bacia do Rio Corrente	19	Unid
Piemonte da Diamantina	19	Unid	Itaparica	19	Unid
Semiárido Nordeste II	19	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	19	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	18	Unid	Metropolitano de Salvador	18	Unid
Portal do Sertão	18	Unid	Costa do Descobrimento	18	Unid
Vitória da Conquista	18	Unid	Recôncavo	19	Unid
Piemonte do Paraguaçu	19	Unid			

Meta	Apoiar 100 empreendimentos de comercialização de produtos da agricultura familiar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	04	Unid	Bacia do Jacuípe	04	Unid
Velho Chico	04	Unid	Piemonte da Diamantina	04	Unid
Chapada Diamantina	03	Unid	Semiárido Nordeste II	04	Unid
Sisal	04	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	04	Unid
Litoral Sul	04	Unid	Portal do Sertão	04	Unid
Baixo Sul	03	Unid	Vitória da Conquista	04	Unid
Extremo Sul	04	Unid	Recôncavo	03	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	03	Unid	Médio Rio de Contas	04	Unid
Vale do Jiquiriçá	04	Unid	Bacia do Rio Corrente	04	Unid
Sertão do São Francisco	04	Unid	Itaparica	03	Unid
Bacia do Rio Grande	04	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	04	Unid
Bacia do Paramirim	03	Unid	Metropolitano de Salvador	04	Unid
Sertão Produtivo	04	Unid	Costa do Descobrimento	03	Unid
Piemonte do Paraguaçu	03	Unid			

Entrega/Iniciativa
Implantação de centros de comercialização da produção
Estruturação das bases de serviços para comercialização nos territórios
Aquisição de kits de comercialização para feiras livres
Comercialização dos produtos da agricultura familiar, através dos programas institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar) e mercados varejistas

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**INCLUSÃO PRODUTIVA**
Programa	**VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA**

Entrega/Iniciativa
Cessões de uso do selo da agricultura familiar
Apoio a eventos e feiras da agricultura familiar
Implantação de pontos de comercialização nas rodovias estaduais

Compromisso	Fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando a geração de renda
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Apoiar a implantação de 85 projetos produtivos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	03	Unid	Bacia do Jacuípe	03	Unid
Velho Chico	03	Unid	Piemonte da Diamantina	03	Unid
Chapada Diamantina	04	Unid	Semiárido Nordeste II	03	Unid
Sisal	03	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	03	Unid
Litoral Sul	03	Unid	Portal do Sertão	03	Unid
Baixo Sul	04	Unid	Vitória da Conquista	04	Unid
Extremo Sul	03	Unid	Recôncavo	04	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	03	Unid	Médio Rio de Contas	03	Unid
Vale do Jiquiriçá	03	Unid	Bacia do Rio Corrente	03	Unid
Sertão do São Francisco	04	Unid	Itaparica	03	Unid
Bacia do Rio Grande	03	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	03	Unid
Bacia do Paramirim	03	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid
Sertão Produtivo	03	Unid	Costa do Descobrimento	02	Unid
Piemonte do Paraguaçu	04	Unid			

Entrega/Iniciativa
Implantação de projetos produtivos
Capacitação de jovens, povos tradicionais e mulheres

Compromisso	Apoiar o desenvolvimento sustentável da aquicultura no Estado com aproveitamento do potencial hídrico existente, promovendo o incremento da produção de pescados e a geração de emprego e renda para as comunidades ribeirinhas
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Produzir 112 mil toneladas de pescado

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	10.000	t	Sertão Produtivo	5.000	t
Velho Chico	15.000	t	Piemonte do Paraguaçu	10.000	t
Chapada Diamantina	5.000	t	Bacia do Jacuípe	5.000	t
Sisal	5.000	t	Semiárido Nordeste II	5.000	t
Vale do Jiquiriçá	5.000	t	Portal do Sertão	5.000	t
Sertão do São Francisco	14.000	t	Vitória da Conquista	8.000	t
Bacia do Rio Grande	5.000	t	Bacia do Rio Corrente	5.000	t
Bacia do Paramirim	5.000	t	Piemonte Norte do Itapicuru	5.000	t

Meta	Beneficiar 30 mil famílias ribeirinhas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	1.200	Família	Bacia do Jacuípe	1.700	Família
Velho Chico	1.200	Família	Piemonte da Diamantina	800	Família
Chapada Diamantina	700	Família	Semiárido Nordeste II	800	Família
Sisal	1.100	Família	Litoral Norte e Agreste Baiano	800	Família
Litoral Sul	800	Família	Portal do Sertão	700	Família
Baixo Sul	1.100	Família	Vitória da Conquista	1.200	Família
Extremo Sul	1.100	Família	Recôncavo	1.200	Família
Médio Sudoeste da Bahia	700	Família	Médio Rio de Contas	800	Família
Vale do Jiquiriçá	1.300	Família	Bacia do Rio Corrente	700	Família
Sertão do São Francisco	1.100	Família	Itaparica	1.200	Família
Bacia do Rio Grande	1.700	Família	Piemonte Norte do Itapicuru	1.100	Família
Bacia do Paramirim	1.700	Família	Metropolitano de Salvador	1.100	Família
Sertão Produtivo	1.100	Família	Costa do Descobrimento	1.100	Família
Piemonte do Paraguaçu	2.000	Família			

Entrega/Iniciativa
Produção e distribuição de alevinos pelas estações de piscicultura da Bahiapesca
Construção e revitalização de unidades de base familiar de apoio a produção aquícola
Distribuição de petrechos de aquicultura
Implantação de módulos produtivos de pescado de base familiar
Implantação de viveiros escavados com aproveitamento de água de poços salinizados para produção de pescado

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	**INCLUSÃO PRODUTIVA**
Programa	**VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA**

Entrega/Iniciativa
Construção do Centro de Referência em Aquicultura Marinha - Cram
Produção e distribuição de espécies marinhas em áreas degradadas e sobre explotadas, pelo Centro de Referencia em Aquicultura Marinha
Implantação de unidades produtivas de espécies nativas marinhas: algas, moluscos, peixes bijupirá e carapeba, dentre outras
Realização de estudos para mapeamento e monitoramento dos pontos de cultivo de pescado
Avaliação e levantamento de aguadas públicas para povoamento com alevinos das estações de piscicultura da Bahiapesca

Compromisso	Promover o desenvolvimento sustentável da pesca no Estado, com o incremento da produção de pescados e garantindo renda e emprego às comunidades pesqueiras com qualidade e segurança
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Produzir 360 mil toneladas de pescado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	10.800	t	Sertão do São Francisco	18.000	t
Velho Chico	18.000	t	Litoral Norte e Agreste Baiano	39.600	t
Sisal	7.200	t	Recôncavo	28.800	t
Litoral Sul	30.600	t	Metropolitano de Salvador	46.800	t
Baixo Sul	54.000	t	Costa do Descobrimento	30.600	t
Extremo Sul	75.600	t			

Entrega/Iniciativa
Distribuição de petrechos de pesca
Distribuição de kits marisqueiras
Construção e requalificação de unidades de apoio a pesca artesanal
Implantação de unidades da cadeia produtiva pesqueira
Realização de oficinas de orientação para proteção a saúde de pescadores
Capacitação de pescadores em novas técnicas de captura e navegação
Capacitação de jovens para o exercício da atividade pesqueira
Realização de estudos para mapeamento e monitoramento dos pontos de desembarque de pescado
Modernização, legalização e benefício para embarcações de pesca artesanal

Compromisso	Fomentar a verticalização da produção com vistas a agregar valor ao produto final de empreendimentos da agricultura familiar
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Implantar 42 agroindústrias da agricultura familiar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Velho Chico	02	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	02	Unid	Bacia do Jacuípe	01	Unid
Sisal	02	Unid	Piemonte da Diamantina	02	Unid
Litoral Sul	02	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Baixo Sul	02	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Portal do Sertão	02	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Vitória da Conquista	02	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Recôncavo	02	Unid
Sertão do São Francisco	02	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Bacia do Paramirim	02	Unid	Itaparica	02	Unid
Sertão Produtivo	02	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Piemonte do Paraguaçu	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid

Meta	Implantar 64 unidade de beneficiamento de produtos da agricultura familiar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Bacia do Jacuípe	03	Unid
Velho Chico	03	Unid	Piemonte da Diamantina	02	Unid
Chapada Diamantina	02	Unid	Semiárido Nordeste II	03	Unid
Sisal	02	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid
Litoral Sul	03	Unid	Portal do Sertão	02	Unid
Baixo Sul	02	Unid	Vitória da Conquista	02	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Recôncavo	03	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	03	Unid	Médio Rio de Contas	03	Unid
Vale do Jiquiriçá	03	Unid	Bacia do Rio Corrente	02	Unid
Sertão do São Francisco	02	Unid	Itaparica	02	Unid
Bacia do Rio Grande	03	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	03	Unid
Bacia do Paramirim	02	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid
Sertão Produtivo	02	Unid	Costa do Descobrimento	02	Unid
Piemonte do Paraguaçu	02	Unid			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Meta	Adequar 42 agroindústrias da agricultura familiar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Piemonte do Paraguaçu	02	Unid
Velho Chico	01	Unid	Bacia do Jacuípe	02	Unid
Chapada Diamantina	02	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Sisal	01	Unid	Semiárido Nordeste II	02	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Baixo Sul	02	Unid	Portal do Sertão	02	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Vitória da Conquista	02	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	02	Unid	Recôncavo	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	02	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	02	Unid
Bacia do Rio Grande	02	Unid	Itaparica	02	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	02	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Costa do Descobrimento	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantaçao de unidades agroindustriais
Implantação de unidades processadoras para a agricultura familiar
Elaboração de rótulos e embalagens
Reforma e/ou adequação de unidades agroindustriais
Capacitação de agricultores
Inspeção de produtos de origem vegetal
Elaboração de perfis agroindustriais

Compromisso	Fomentar o desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural com a inclusão de grupos produtivos, de base comunitária, visando a ampliação de renda para as famílias rurais
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Fomentar atividades rurais não agrícolas geradoras de renda para 10 grupos produtivos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	03	Unid	Baixo Sul	03	Unid
Litoral Sul	02	Unid	Recôncavo	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Capacitação e qualificação de empreendimentos da agricultura familiar para o desenvolvimento de atividades não agrícolas

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**INCLUSÃO PRODUTIVA**
Programa	**VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA**
Compromisso	Ampliar a intermediação na prestação de serviços autônomos e aumentar o número de formalizados e contribuintes da Previdência Social, para garantir um maior acesso ao mercado à essa categoria de trabalhadores, através da requalificação e expansão da rede de atendimento ao trabalhador autônomo
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Intermediar 675 mil serviços autônomos, beneficiando 4,4 mil trabalhadores

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	1.000	Atendimento	Vitória da Conquista	82.000	Atendimento
Litoral Sul	2.000	Atendimento	Recôncavo	2.000	Atendimento
Extremo Sul	2.000	Atendimento	Médio Rio de Contas	2.000	Atendimento
Sertão do São Francisco	2.000	Atendimento	Piemonte Norte do Itapicuru	2.000	Atendimento
Portal do Sertão	30.000	Atendimento	Metropolitano de Salvador	550.000	Atendimento

Entrega/Iniciativa
Implantação da Unidade Modelo
Pesquisa para diagnósico das demandas de serviços
Requalificação e padronização de unidades
Implantação de sistema informatizado de intermediação e atendimento
Implantação de unidades de atendimento no interior do Estado
Estabelecimento de parceria com bancos de fomento para oferta de microcrédito

Compromisso	Promover a melhoria dos micro e pequenos empreendimentos locais, por meio da criação e manutenção do agente de inclusão produtiva, facilitador das ações públicas e privadas para esse segmento
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Promover a formalização assistida de 15% dos empreendimentos atendidos na Casa do Empreendedor

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	15	%

Entrega/Iniciativa
Apoio na implantação dos fóruns municipais
Qualificação de agentes de inclusão produtiva
Contratação de agentes de inclusão produtiva

Compromisso	Construir galpões industriais multifuncionais para fabricação e/ou comercialização da produção realizada por pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para promover a geração de trabalho e renda
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Construir 15 galpões industriais multifuncionais para produção e / ou comercialização de produtos

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Piemonte do Paraguaçu	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Bacia do Jacuípe	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Sisal	01	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid			

Entrega/Iniciativa
Construção e/ou ampliação de galpões industriais multifuncionais

Compromisso	Promover a inserção de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis e suas organizações no mundo dos direitos e geração de renda
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Inserir socioeconomicamente 8 mil catadores de material reciclável nos 20 municípios que integram as áreas do Programa Pacto Pela Vida - PPV

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	600	Pessoa	Vitória da Conquista	600	Pessoa
Baixo Sul	200	Pessoa	Médio Rio de Contas	400	Pessoa
Sertão do São Francisco	250	Pessoa	Itaparica	150	Pessoa
Bacia do Rio Grande	150	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	200	Pessoa
Litoral Norte e Agreste Baiano	150	Pessoa	Metropolitano de Salvador	4.000	Pessoa
Portal do Sertão	1.000	Pessoa	Costa do Descobrimento	300	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Organização de catadores avulsos em associações ou cooperativas
Apoio à infraestrutura produtiva das cooperativas de reciclagem

Compromisso	Contribuir para a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população mediante apoio a empreendimentos de economia popular e solidária
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Apoiar 180 empreendimentos de economia solidária beneficiando 3,6 mil famílias

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	180	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Meta	Atender a 2.228 empreendimentos de economia solidária beneficiando 46 mil famílias	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	2.288	Unid

Meta	Estruturar 850 catadores de resíduos sólidos em entidades associativas de reciclagem	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	850	Pessoa

Meta	Implantar e prestar assistência continuada a 16 incubadoras públicas de economia solidária	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	16	Unid

Meta	Desincubar 80 empreendimentos solidários e populares	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80	Unid

Entrega/Iniciativa
Cessão de ativos produtivos para empreendimentos solidários
Implantação e modernização de unidades de inclusão socioprodutivas
Constituição e especialização de equipes multifuncionais
Organização de associações e cooperativas de catadores de resíduos sólidos
Realização do Encontro Estadual de Catadores da Bahia
Implantação de incubadoras públicas de empreendimentos econômicos solidários
Formação em empreendimentos econômicos solidários

Compromisso	Promover a sustentabilidade das comunidades, reforçando o protagonismo social e fomentando a geração de trabalho e renda a beneficiários de programas habitacionais de interesse social	
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	
Meta	Atender a 80 mil famílias beneficiárias dos programas habitacionais de interesse social	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80.000	Família

Meta	Atender a 9 cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Metropolitano de Salvador	04	Unid
Litoral Sul	02	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Entrega/Iniciativa

Implantação e manutenção de núcleos produtivos

Compromisso	Prestar assistência técnica e extensão com qualidade a pescadores e aquicultores a fim de garantir uma melhoria na vida
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Prestar assistência técnica a 12 mil aquicultores e pescadores

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	700	Pessoa	Bacia do Jacuípe	200	Pessoa
Velho Chico	700	Pessoa	Piemonte da Diamantina	300	Pessoa
Chapada Diamantina	200	Pessoa	Semiárido Nordeste II	300	Pessoa
Sisal	600	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	300	Pessoa
Litoral Sul	300	Pessoa	Portal do Sertão	200	Pessoa
Baixo Sul	600	Pessoa	Vitória da Conquista	700	Pessoa
Extremo Sul	600	Pessoa	Recôncavo	700	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	200	Pessoa	Médio Rio de Contas	300	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	300	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	200	Pessoa
Sertão do São Francisco	600	Pessoa	Itaparica	700	Pessoa
Bacia do Rio Grande	200	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	600	Pessoa
Bacia do Paramirim	200	Pessoa	Metropolitano de Salvador	600	Pessoa
Sertão Produtivo	600	Pessoa	Costa do Descobrimento	600	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	500	Pessoa			

Entrega/Iniciativa

Capacitação de aquicultores e pescadores pelo Centro Vocacional Territorial e Tecnológico de pescados
Capacitação de técnicos da Bahiapesca em assistência técnica e extensão rural
Contratação de técnicos em assistência técnica e extensão rural
Estruturação dos escritórios regionais de assistência técnica e extensão rural
Adequação da frota de veículos para assistência técnica e extensão rural

Compromisso	Assegurar Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater qualificada aos agricultores familiares
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Assistir com qualidade a 280 mil agricultores familiares sendo 200 mil através do serviço oficial e 80 mil por meio de entidades conveniadas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	15.600	Pessoa	Velho Chico	13.581	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	13.578	Pessoa	Piemonte da Diamantina	5.406	Pessoa
Sisal	24.713	Pessoa	Semiárido Nordeste II	21.504	Pessoa
Litoral Sul	7.262	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	18.086	Pessoa
Baixo Sul	11.243	Pessoa	Portal do Sertão	13.538	Pessoa
Extremo Sul	3.951	Pessoa	Vitória da Conquista	16.942	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	3.185	Pessoa	Recôncavo	10.137	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	10.750	Pessoa	Médio Rio de Contas	4.698	Pessoa
Sertão do São Francisco	15.611	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	7.837	Pessoa
Bacia do Rio Grande	7.611	Pessoa	Itaparica	864	Pessoa
Bacia do Paramirim	8.052	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	7.861	Pessoa
Sertão Produtivo	16.989	Pessoa	Metropolitano de Salvador	684	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	6.244	Pessoa	Costa do Descobrimento	2.000	Pessoa
Bacia do Jacuípe	12.073	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Assistência técnica e extensão rural direta e indireta para agricultores familiares
Formação e/ou capacitação de agricultores familiares
Consolidação da rede estadual de assistência técnica e extensão rural
Formação e/ou capacitação de técnicos para prestar assistência técnica e extensão rural
Elaboração de planos municipais e territoriais de assistência técnica e extensão rural
Implantação e manutenção do sistema informatizado para a agricultura familiar

Compromisso	Disponibilizar sementes e mudas de boa qualidade para os agricultores familiares
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Atender a 67,8 mil familias com a produção e distribuição de sementes e mudas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	3.260	Família	Bacia do Jacuípe	3.386	Família
Velho Chico	2.742	Família	Piemonte da Diamantina	2.226	Família
Chapada Diamantina	3.685	Família	Semiárido Nordeste II	3.501	Família
Sisal	4.235	Família	Litoral Norte e Agreste Baiano	2.879	Família
Litoral Sul	1.512	Família	Portal do Sertão	2.370	Família
Baixo Sul	1.670	Família	Vitória da Conquista	4.508	Família

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Extremo Sul	2.263	Família	Recôncavo	2.206	Família
Médio Sudoeste da Bahia	1.412	Família	Médio Rio de Contas	1.740	Família
Vale do Jiquiriçá	2.284	Família	Bacia do Rio Corrente	2.874	Família
Sertão do São Francisco	4.098	Família	Itaparica	1.597	Família
Bacia do Rio Grande	1.843	Família	Piemonte Norte do Itapicuru	2.498	Família
Bacia do Paramirim	2.149	Família	Metropolitano de Salvador	810	Família
Sertão Produtivo	3.499	Família	Costa do Descobrimento	200	Família
Piemonte do Paraguaçu	2.353	Família			

Entrega/Iniciativa
Aquisição e distribuição de sementes e mudas
Implantação de campos de produção e bancos de sementes e mudas
Implantação e manutenção de biofábricas para produção de mudas
Disponibilização de equipamentos para processamento, beneficiamento e armazenamento das sementes produzidas nas comunidades
Formação e qualificação de agricultores familiares para a produção de sementes e mudas
Formação e qualificação de técnicos para a produção de sementes e mudas
Formação de agentes comunitários de sementes

Compromisso	Assegurar agricultores no programa Garantia Safra para garantir indenizações em caso de perda da lavoura
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Assegurar a inclusão de 135 mil agricultores no programa Garantia Safra

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	12.000	Pessoa	Bacia do Paramirim	5.000	Pessoa
Velho Chico	8.000	Pessoa	Sertão Produtivo	12.000	Pessoa
Chapada Diamantina	7.500	Pessoa	Piemonte do Paraguaçu	3.000	Pessoa
Sisal	15.000	Pessoa	Bacia do Jacuípe	6.000	Pessoa
Sertão do São Francisco	10.000	Pessoa	Piemonte da Diamantina	2.000	Pessoa
Litoral Norte e Agreste Baiano	5.000	Pessoa	Médio Rio de Contas	1.500	Pessoa
Portal do Sertão	12.000	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	4.000	Pessoa
Vitória da Conquista	5.500	Pessoa	Itaparica	4.000	Pessoa
Bacia do Rio Grande	5.000	Pessoas	Semiárido Nordeste II	7.500	Pessoas

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Recôncavo	5.000	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	5.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Adesão ao programa Garantia Safra
Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf para o programa Garantia Safra
Capacitação de técnicos

Compromisso	Desenvolver ações de pesquisa agropecuária utilizando a rede de laboratórios do Estado para aumentar a rentabilidade da exploração agropecuária dos agricultores familiares
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Desenvolver 18 estudos agropecuários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	18	Unid

Meta	Realizar 40 pesquisas agropecuárias

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	40	Unid

Meta	Realizar 42 diagnósticos agropecuários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	42	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de estudo, pesquisas e diagnósticos aplicados
Implementação de campos de demonstração de inovações tecnológicas
Geração de tecnologias na área de homeopatia para incorporação aos sistemas de produção orgânica

Compromisso	Disponibilizar linhas de financiamento visando a promoção da inclusão produtiva, de forma sustentável e digna, de pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho no Estado
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda
Meta	Ampliar em 78% a oferta de crédito para cadeias produtivas e a geração de emprego e renda

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	78	%

Meta	Ampliar em 100% a oferta de crédito para microempreendedores e empreendedores individuais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Meta	Ampliar em 61% a oferta de crédito para projetos de interesse social	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	61	%

Entrega/Iniciativa
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas a apoiar os microempreendedores e empreendedores individuais
Disponibilização de linhas de financiamento, na modalidade de microcrédito, destinadas a apoiar projetos de interesse social
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas a apoiar o fortalecimento da cadeia produtiva e a geração de emprego e renda

Compromisso	Implementar formação técnico-pedagógica de forma permanente e continuada para o setor agropecuário, desenvolvendo competências gerenciais, organizacionais, profissionais, sociais e humanas	
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	
Meta	Criar 01 instituição para formação continuada em Assistência Técnica e Extensão Rural e em pesquisa agropecuária	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de projeto político-pedagógico de formação continuada
Implantação da infraestrutura física de instituição para formação de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária
Implantação de cursos básicos de curta duração, cursos de extensão, cursos de especialização (latu sensu) e mestrado profissional

Compromisso	Divulgar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar	
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	
Meta	Produzir e divulgar 569 mil publicações técnicas e institucionais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	569.000	Unid

Meta	Veicular 11 mil produções de rádio	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	11.000	Unid

Meta	Produzir 20 vídeos para divulgação de assistência técnica e extensão rural	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	20	Unid

Entrega/Iniciativa
Veiculação em programas de rádio
Produção de vídeos e de publicações técnicas e institucionais

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	INCLUSÃO PRODUTIVA
Programa	VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA

Entrega/Iniciativa
Publicação de periódicos
Capacitação em comunicação rural e social, em meios e métodos de comunicação e em fotografia

Compromisso	Fortalecer a gestão da Política da Agricultura Familiar, por meio de modelo de gestão informatizado e de base consolidada de dados, disponibilizando consultas às informações através de tecnologias geoespaciais
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Implantar 01 sistema de informação integrado com os diversos setores da agricultura familiar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de projeto de Tecnologia da Informação e Comunicação
Implantação de sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação
Implantação de base de dados consolidada dos cadastros de beneficiário e de propriedade ou unidade produtiva

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Segurança Alimentar e Nutricional
Compromisso Transversal	Órgão
Promover a segurança alimentar de famílias inscritas no Cadastro Único - CadÚnico, em locais de potencialidade para a pesca artesanal, aquicultura, núcleos produtivos rurais, urbanos e periurbanos	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Promover a segurança alimentar de pequenos produtores familiares do semiárido baiano na perspectiva de aumento da produção de alimentos	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Programa	Autonomia das Mulheres
Compromisso Transversal	Órgão
Promover a inclusão socioprodutiva de mulheres das áreas rurais, urbanas e periurbanas, que se encontram em situação de pobreza	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Programa	Economia Verde
Compromisso Transversal	Órgão
Aumentar a participação dos biocombustíveis na Matriz Energética da Bahia, inserindo a agricultura familiar em sua base de produção	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Programa	Sustentabilidade Ambiental
Compromisso Transversal	Órgão
Incentivar o processo de reciclagem de materiais descartáveis, por meio de ações de conscientização das empresas instaladas no Centro Industrial de Subaé, possibilitando a inclusão social e a sustentabilidade ambiental	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**INCLUSÃO PRODUTIVA**
Programa	**VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA**

Programa	Comércio e Serviços Estratégicos

Compromisso Transversal	Órgão
Promover o acesso de pequenos produtores e de organizações públicas e privadas do Estado aos serviços de avaliação da conformidade de produtos, processos e serviços	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

ÁREA TEMÁTICA
SAÚDE

Nos próximos anos, o desenvolvimento do sistema de saúde estadual estará entre as políticas prioritárias do governo estadual – universalizado, prestando assistência de saúde básica, de média e alta complexidade, com qualidade e equidade a todos os cidadãos.

As políticas para a área de saúde no estado deverão ter como marco o programa "Bahia Saudável". Ele parte de uma concepção ampliada de saúde, que vai além da prevenção, assistência e recuperação dos enfermos, para operar numa perspectiva de integração e de transversalidade das ações de políticas públicas de saúde na Bahia.

Os compromissos e ações relativas ao setor Saúde, na Bahia, deverão considerar inicialmente a elevação da expectativa de vida da população, incluindo a faixa etária de 60 anos e mais, a qual representa, de acordo com o IBGE, um contingente de 10 % da população do estado. O envelhecimento exige uma mudança na oferta de serviços públicos de saúde, especialmente no que concerne à prevenção e ao tratamento de doenças crônico-degenerativas e à implantação de centros de assistência voltados para idosos.

Expandir e qualificar a atenção básica significa melhorar o atendimento com qualidade aos usuários do sistema, o que implica na ampliação e melhoria da infraestrutura da rede de Atenção Básica do Estado, articulada com o sistema de vigilância em saúde, potencializando apoio institucional em parceria com as Diretorias Regionais de Saúde (Dires). Além disso, requer a capacitação de profissionais e gestores, ampliando e consolidando o apoio às equipes por profissionais e serviços especializados.

Para que a universalização do sistema se efetive, serão requeridas ações articuladas para garantir o acesso aos serviços. Para tal fim, são ações fundamentais a ampliação das unidades básicas de saúde, a consolidação do Programa Saúde na Família, a qualificação dos recursos humanos e a admissão de novos profissionais para atender à demanda da população em todos os territórios.

O fortalecimento do sistema de média e alta complexidade exige, por sua vez, investimento cuidadosamente planejado em novos equipamentos e instalações. Deve-se privilegiar a implantação desses equipamentos em cidades de porte médio, reduzindo, dessa forma, a pressão

da demanda pelos serviços médicos na capital e promovendo a interiorização dos serviços de saúde no estado.

A atenção às urgências deve ser priorizada e encaminhada, através dos serviços das unidades móveis do SAMU expandido, às Unidades Primárias de Atendimento – UPAs e policlínicas. Somente os casos mais graves devem ser encaminhados aos hospitais.

Os avanços conquistados com a introdução de novas tecnologias promovem uma mudança radical no sistema de saúde, com a utilização de equipamentos cada vez mais sofisticados para a realização de exames médicos, diagnósticos precisos e cirurgias. A população exige que o Estado acompanhe as inovações, incorporando em seus serviços médicos novos, medicamentos, técnicas e procedimentos. O ideal é que isso ocorra com investimento crescente em formação e pesquisa, com a ampliação e fortalecimento de centros de excelência e a redução da dependência à importação de serviços especializados e insumos básicos.

Nesse sentido, haverá incentivo à produção de fármacos e à expansão e qualificação da assistência farmacêutica, de modo a assegurar o uso racional e facilitar o acesso dos usuários aos medicamentos no estado. Destaca-se, neste sentido, a implantação da Bahiafarma e a ampliação da rede de farmácias populares, incrementando a distribuição de medicamentos gratuitos ou a custos mais baixos.

A redução drástica de mortes por doenças endêmicas e epidêmicas, assim como a queda da taxa de mortalidade infantil para patamares abaixo de 10 óbitos para cada mil nascidos vivos e a manutenção da mortalidade materna abaixo da infantil é parte integrante de uma política de universalização da saúde e de inclusão social de segmentos historicamente excluídos.

A forte incidência de DST/AIDS e de dengue, assim como a prevalência da hanseníase, de doenças crônico-degenerativas, cardiovasculares, tuberculoses e de transtornos mentais elevam o índice de morbimortalidade da população. É preciso lembrar ainda das mortes por causas externas e da mortalidade infantil provocada pela falta de acompanhamento da gestante durante o pré-natal e da criança, sobretudo no primeiro ano de vida. São situações que exigem políticas mais agressivas de vigilância epidemiológica, riscos, agravos e controle das doenças de maior ocorrência.

Outras políticas públicas transversais e intersetoriais, voltadas ao objetivo de reduzir o número de mortes por causas externas (acidentes de trânsito e homicídios), devem ser colocadas em prática.

O segmento de jovens requer uma atenção especial, não só pela vulnerabilidade a que estão expostos, como também pelo fato de demandar atenção específica das áreas de saúde e educação. O índice elevado de gravidez precoce de adolescentes e jovens entre 12 e 19 anos, em algumas regiões do estado, chama a atenção para a necessidade de intervenções intersetoriais.

O enfrentamento aos desafios da saúde exigirá, com frequência, esse tipo de ação intersetorial ou transversal, articulada entre as áreas de saúde, educação, direitos humanos, saneamento básico e habitação social, combinando iniciativas do poder público e do setor privado, de forma a garantir atenção integral acessível a todos os baianos.

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**SAÚDE**
Programa	**BAHIA SAUDÁVEL**

Ementa

Construir uma sociedade saudável, ampliando o conceito de saúde de modo que contemple outros aspectos além da prevenção, assistência e recuperação de enfermos

Recursos do Programa **R$ 12.278.349.370,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Percentual de Atendimento pela Rede Hemoba da Demanda de Hemocomponentes da Rede SUS no Estado da Bahia	%	2010	80,00	100,00
Número de Conselhos Municipais de Saúde Qualificados	Nº	2010	86	417
Cobertura da Vacina Tetravalente em Menores de Dois Anos	%	2010	86,60	95,00
Proporção de Casos de Doenças de Notificação Compulsória (DNC) Encerrados Oportunamente	%	2010	62,90	80,00
Proporção da Cobertura Populacional Estimada pela Estratégia da Saúde da Família	%	2010	58,60	68,00
Cobertura de Saúde Prisional nas Unidades Prisionais do Estado	%	2010	98,30	100,00
Taxa de Mortalidade Infantil	Por mil	2009	18,60	15,15
Percentual da População Coberta pelo Samu 192	%	2011	77,00	100,00

Compromisso	Ampliar as ações de promoção e proteção da saúde e de prevenção de doenças e agravos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS	
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde	
Meta	Obter 80% de municípios com cobertura adequada (95%) para vacina tetravalente em menores de 01 ano de idade	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	80	%
Meta	Obter 80% dos casos das doenças de notificação compulsória encerrados oportunamente após investigação	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	80	%
Meta	Diminuir o subregistro/subnotificação dos óbitos alcançando a proporção de 90%	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	90	%
Meta	Obter 70% de estabelecimentos e serviços de saúde com licença sanitária concedida	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	70	%

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**SAÚDE**
Programa	**BAHIA SAUDÁVEL**

Entrega/Iniciativa
Implementação da Gestão do Sistema Estadual de Vigilância da Saúde
Reorganização e ampliação da Rede Estadual de Saúde de Trabalhador - Renast
Implementação das ações de vigilância epidemiológica de doenças e agravos à saúde
Implementação do Programa Estadual de Imunizações nos municípios
Reforma e ampliação da Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos – Ceadi
Implantação de novos Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais - Crie em municípios
Implantação de novos Centros de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde - Cievs em municípios
Implantação do Serviço Estadual de Verificação de Óbitos em Salvador
Implementação das ações de vigilância de produtos e serviços de interesse da saúde
Implementação das ações de vigilância em saúde ambiental
Implementação da vigilância de pós-comercialização nas áreas de fármaco, tecno e hemovigilância
Implementação das ações do Programa Estadual de Prevenção e Controle de Infecção relacionada à Assistência à Saúde nos municípios e nos serviços de saúde
Ampliação e qualificação da Rede de Laboratórios de Saúde Pública do Estado da Bahia
Construção do marco normativo da Política Estadual de Promoção da Saúde
Atualização do Código Estadual de Saúde

Compromisso	Fortalecer a Atenção Básica efetivando a mudança do Modelo de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde
Meta	Construir 400 unidades de saúde para a Atenção Básica (unidades de saúde da família / unidades satélites)

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	22	Unid	Bacia do Jacuípe	20	Unid
Velho Chico	21	Unid	Piemonte da Diamantina	12	Unid
Chapada Diamantina	16	Unid	Semiárido Nordeste II	16	Unid
Sisal	18	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	11	Unid
Litoral Sul	16	Unid	Portal do Sertão	16	Unid
Baixo Sul	11	Unid	Vitória da Conquista	22	Unid
Extremo Sul	07	Unid	Recôncavo	11	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	11	Unid	Médio Rio de Contas	12	Unid
Vale do Jiquiriçá	12	Unid	Bacia do Rio Corrente	15	Unid
Sertão do São Francisco	18	Unid	Itaparica	15	Unid
Bacia do Rio Grande	19	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	15	Unid
Bacia do Paramirim	16	Unid	Metropolitano de Salvador	13	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão Produtivo	14	Unid	Costa do Descobrimento	07	Unid
Piemonte do Paraguaçu	14	Unid			

Meta	Ampliar em 10% a cobertura de saúde da família	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	10	%

Entrega/Iniciativa
Implantação da Política Estadual de Promoção da Saúde
Implementação da Política Estadual de Atenção Básica com ênfase na promoção da saúde e integração das práticas de vigilância em saúde no território
Implantação da Política Estadual de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica
Implantação de linhas de cuidado na Atenção Básica
Implantação de Academias da Saúde
Implantação das equipes de consultório de rua
Ampliação dos Núcleos de Apoio a Saúde da Família - Nasf
Construção de unidades de saúde (unidades de saúde da família / unidades satélites) para Atenção Básica
Desprecarização dos vínculos dos trabalhadores da Atenção Básica
Desenvolvimento das ações de educação permanente para os trabalhadores da Atenção Básica
Apoio institucional aos municípios para qualificação da Atenção Básica
Ampliação do incentivo financeiro estadual para a Saúde da Família

Compromiso	Avançar na Política de Assistência Farmacêutica do Sistema Único de Saúde - SUS, assegurando e qualificando o acesso aos medicamentos	
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde	
Meta	Obter 100% dos municípios atendidos trimestralmente com componente básico de assistência farmacêutica	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	10 por ano	%
Meta	Obter 100% dos municípios atendidos trimestralmente com o componente básico de Assistência Farmacêutica	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	100 por trimestre	%

Entrega/Iniciativa
Expansão da Rede Baiana de Farmácia Popular do Brasil
Implantação do programa Farmácia da Bahia
Implantação do programa Respira Bahia
Expansão do elenco e da cobertura do programa Medicamento em Casa
Ampliação da disponibilidade de medicamentos e insumos da Assistência Farmacêutica

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Entrega/Iniciativa
Estruturação e qualificação da gestão e infraestrutura da Assistência Farmacêutica
Implantação e desenvolvimento do Centro de Informação sobre Medicamentos da Bahia - Cimbahia
Atualização da Relação Estadual de Medicamentos Essenciais - Resme
Qualificação dos profissionais da Assistência Farmacêutica
Implantação e desenvolvimento da Rede Baiana de Farmacovigilância
Implantação da fitoterapia no SUS-Bahia
Ampliação das ações de avaliação, monitoramento e acompanhamento na Assistência Farmacêutica
Construção da nova central de armazenamento e distribuição de medicamentos

Compromisso	Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde
Meta	Ampliar a oferta de serviços para o cuidado por ciclo de vida e gênero

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Meta	Acompanhar pela Atenção Básica 75% das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	75	%

Entrega/Iniciativa
Implantação da Política Estadual de Alimentação e Nutrição
Implantação da Política de Práticas Integrativas e Complementares
Implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Criança
Implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem
Implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher
Implantação da Política Estadual da Saúde do Homem
Implantação de linhas de cuidado para os ciclos de vida e gênero
Implantação da Rede de Atenção a Mulheres em Situação de Violência Sexual e/ou Doméstica
Implantação de serviços de atenção à gestante adolescente, com foco na prevenção da segunda gestação não planejada
Ampliação dos serviços de saúde bucal do Estado
Organização da Rede de Atenção ao Diabetes, Hipertensão e Obesidade

Compromisso	Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde
Meta	Implantar o programa de combate ao racismo institucional em 51 unidades da rede própria de Saúde

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	01	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Portal do Sertão	03	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Vitória da Conquista	02	Unid
Bacia do Rio Grande	02	Unid	Recôncavo	02	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Bacia do Jacuípe	01	Unid	Metropolitano de Salvador	32	Unid

Meta	Ampliar a cobertura do Programa Nacional de Saúde Prisional - PNSP para 80% das unidades prisionais do Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sisal	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Litoral Sul	02	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Itaparica	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Metropolitano de Salvador	03	Unid

Entrega/Iniciativa
Implementação da Rede Estadual de Atenção às Pessoas com Deficiência (física, auditiva e visual)
Descentralização da atenção ao cuidado de pessoas ostomizadas
Implantação de serviços para deficiência intelectual e transtorno global do desenvolvimento
Qualificação das equipes da rede de serviços de saúde para cuidado das populações com doença falciforme, albinos, indígenas, quilombolas, do campo, cigana, assentados/acampados, privada de liberdade, LGBT, em situação de rua e pessoa com deficiência
Qualificação das equipes da rede de serviços de saúde para abordagem às dimensões do direitos sexual, reprodutivo, gênero, raça, religião, etnia e orientação sexual
Implantação de processos educativos que articulem o conhecimento técnico profissional com os saberes e práticas populares na produção do cuidado na saúde
Implantação da Política Estadual de Atenção à Saúde da População Negra
Implantação de serviços de referência em atenção integral às pessoas com doença falciforme no Estado
Implantação dos planos operativos de saúde nos municípios com população privada de liberdade
Implantação do Programa de Combate ao Racismo Institucional na rede SUS-Bahia
Estruturação da Atenção Básica para as populações do campo, ribeirinhas, quilombolas, assentados e acampados, indígenas e ciganos e organização de fluxo para outros níveis de complexidade
Implantação da linha de cuidado na atenção integral às pessoas com albinismo (diagnóstico e tratamento com foco na assistência oftalmológica e dermatológica)
Realização de diagnóstico sobre a saúde das mulheres indígenas na Bahia e do sistema de serviços de atenção à esta população, visando à implantação de linhas de cuidado materno-infantil

Compromiso	Ampliar o acesso da população às ações e serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde - SUS, com qualidade e resolutividade

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS	
Área Temática	**SAÚDE**	
Programa	**BAHIA SAUDÁVEL**	
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde	
Meta	Obter 100% dos procedimentos de internação de Média e Alta Complexidade - MAC autorizados pré-fato	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%
Meta	Regular 60% dos leitos por meio dos Complexos Reguladores Macrorregionais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	60	%

Entrega/Iniciativa
Implementação do Plano Estratégico de Atenção Hospitalar
Regulação, controle e avaliação da rede SUS
Garantia do acesso da população ao Tratamento Fora do Domicílio - TFD
Contratualização / credenciamento de unidades e serviços de saúde
Gerenciamento das unidades da rede pública estadual
Implementação dos complexos reguladores
Ampliação do programa Saúde em Movimento
Organização da Atenção Domiciliar
Implementação das ações do Sistema Estadual de Regulação dos Transplantes de Órgãos e Tecidos
Implantação de unidades de atenção especializada em oftalmologia, nefrologia, queimados, traumato-ortopedia, cardiologia, neurologia e oncologia
Construção de novos hospitais
Reforma e ampliação de unidades da rede própria de Saúde
Ampliação de leitos de UTI
Concessão de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção e bolsas de ostomias
Processamento e execução de unidades credenciadas ao SUS

Compromiso	Implantar a rede de serviços para o cuidado materno-infantil no Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia, contribuindo efetivamente para a melhoria das condições de vida e a redução da morbimortalidade	
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde	
Meta	Reduzir anualmente em 5% a taxa da mortalidade infantil em todo o Estado	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	05 por ano	%
Meta	Reduzir anualmente em 5% a razão da mortalidade materna em todo o Estado	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	05 por ano	%

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS	
Área Temática	**SAÚDE**	
Programa	**BAHIA SAUDÁVEL**	
Meta	Vincular 100% das unidades básicas à referência para parto	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Implantação da rede de referência em atenção à gravidez e ao recém-nascido de risco
Implantação de leitos "canguru" em hospitais e maternidades da rede de referência do Estado
Ampliação do número de hospitais na iniciativa Amigo da Criança
Implantação de leitos de UTI e UCI neonatal
Implantação de leitos de UTI materno
Qualificação de profissionais na atenção materna e neonatal
Implantação de bancos de leite humano
Implantação de serviços de referência para gestação de alto risco
Implantação de atenção integral e humanizada à mulher em situação de abortamento
Estruturação e qualificação da rede de atenção ao pré-natal
Implantação de casas de apoio à gestante e ao recém nascido
Formação de enfermeiros obstetras e de médicos, enfermeiros e fisioterapeutas neonatologistas
Implantação do transporte inter-hospitalar para atenção materno-infantil
Implantação da regulação para atenção materno-infantil
Cadastramento e qualificação de parteiras e doulas comunitárias

Compromiso	Promover a atenção integral às pessoas com transtorno mental e/ou usuário de crack, álcool e de outras drogas no âmbito do SUS-Bahia	
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde	
Meta	Ampliar em 10% a disponibilidade de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, com prioridade para os CAPS AD (álcool e outras drogras) e CAPS III	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	10	%
Meta	Ampliar em 10% os leitos hospitalares da rede própria estadual destinados ao tratamento de usuários de crack, álcool e outras drogas	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	10	%
Meta	Ampliar em 20% os leitos de atenção integral em saúde mental na rede SUS-Bahia	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%
Meta	Obter 20% dos CAPS desenvolvendo ações de inclusão por meio da Economia Solidária	

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**SAÚDE**
Programa	**BAHIA SAUDÁVEL**

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%

Entrega/Iniciativa
Organização da rede de atenção à saúde mental
Implementação do Observatório de Acidentes e Violências
Implantação de serviços hospitalares de referência para atenção integral de usuários de álcool e outras drogas
Implantação de casas de acolhimento transitório regionais
Implantação de Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS AD
Implantação de Centros de Atenção Psicossocial Infância e Adolescencia - CAPS IA
Ampliação de leitos de Atenção Integral em Saúde Mental em hospitais gerais
Qualificação dos profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação
Realização de diagnóstico das comunidades terapêuticas do Estado
Implantação de práticas integrativas e complementares para a saúde mental
Estruturação dos serviços farmacêuticos nos CAPS
Implantação de ações de inclusão social por meio da Economia Solidária

Compromiso	Expandir, qualificar e humanizar a rede de urgência e emergência no Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde
Meta	Ampliar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 para 100% dos territórios de identidade

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	20	Município	Bacia do Jacuípe	14	Município
Velho Chico	16	Município	Piemonte da Diamantina	09	Município
Chapada Diamantina	23	Município	Semiárido Nordeste II	04	Município
Sisal	20	Município	Litoral Norte e Agreste Baiano	22	Município
Litoral Sul	27	Município	Portal do Sertão	17	Município
Baixo Sul	15	Município	Vitória da Conquista	24	Município
Extremo Sul	13	Município	Recôncavo	18	Município
Médio Sudoeste da Bahia	05	Município	Médio Rio de Contas	16	Município
Vale do Jiquiriçá	20	Município	Bacia do Rio Corrente	11	Município
Sertão do São Francisco	10	Município	Itaparica	06	Município
Bacia do Rio Grande	14	Município	Piemonte Norte do Itapicuru	09	Município

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Paramirim	09	Município	Metropolitano de Salvador	10	Município
Sertão Produtivo	18	Município	Costa do Descobrimento	07	Município
Piemonte do Paraguaçu	14	Município			

Meta Implantar o acolhimento por classificação de risco em 35 unidades da rede própria estadual

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Bacia do Rio Grande	02	Unid	Recôncavo	02	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Bacia do Jacuípe	01	Unid	Metropolitano de Salvador	19	Unid
Semiárido Nordeste II	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid

Meta Implantar dispositivos da política de humanização em 35 unidades rede própria estadual

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Bacia do Rio Grande	02	Unid	Recôncavo	02	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Bacia do Jacuípe	01	Unid	Metropolitano de Salvador	19	Unid
Semiárido Nordeste II	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Ampliação e regionalização do SAMU 192
Implantação de transporte seguro de neonatos em situação de risco no SAMU 192
Implantação de núcleos de epidemiologia nas unidades de urgência e emergência
Implantação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA
Acompanhamento e avaliação das UPA implantadas

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Entrega/Iniciativa
Reforma e ampliação das unidades de urgência e emergência da rede própria estadual
Implementação do acolhimento por classificação de risco nas unidades de urgência e emergência
Qualificação dos trabalhadores da urgência e emergência
Ampliação da estratégia PermanecerSUS em maternidades e unidades de urgência e emergência da rede própria estadual
Integração da rede de urgência e emergência às linhas de cuidado

Compromiso	Consolidar a rede de hematologia e hemoterapia do Estado da Bahia para atender à demanda do Sistema Único de Saúde - SUS
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde
Meta	Atender 100% da rede SUS na sua demanda por hemocomponentes por meio da Fundação Hemoba

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Meta	Implantar assistência a pacientes com patologias hematológicas em hospitais da rede própria de Saúde

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Meta	Executar a regulação, controle e avaliação de 100% da atividade hemoterápica no Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Meta	Obter a acreditação do Hemocentro Coordenador da Fundação Hemoba

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Construir 12 unidades hematológicas e hemoterápicas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sisal	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Bacia do Rio Grande	02	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Portal do Sertão	01	Unid	Metropolitano de Salvador	04	Unid

Meta	Adquirir 02 unidades móveis de coleta (hemóvel)

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Descentralização da atenção hematológica para a rede hospitalar estadual

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Entrega/Iniciativa
Implementação de ações de educação continuada para servidores da rede hematológica e hemoterápica
Estruturação e ampliação das agências transfusionais nas unidades hospitalares
Descentralização da distribuição de hemoderivados para os hemocentros regionais
Modernização e aparelhamento das unidade hematológicas e hemoterápicas
Acreditação do Hemocentro Coordenador da Fundação Hemoba
Construção de unidades hematológicas e hemoterápicas
Reestuturação de unidades hemoterápicas e hematológicas
Aquisição de novas unidades móveis de coleta (hemóvel)
Criação do quadro próprio de servidores da Fundação Hemoba, através de concurso público

Compromiso	Fortalecer o controle social em saúde, com gestão democrática e participativa e ampliação dos canais de diálogo com a sociedade, para a consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde
Meta	Implantar ouvidoria em 70% das unidades da rede própria de Saúde

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Metropolitano de Salvador	28	Unid
Portal do Sertão	03	Unid			

Meta	Obter 100% das ouvidorias regionais em funcionamento	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Meta	Implementar o MobilizaSUS em 50% das regiões de saúde do Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	20	Município	Bacia do Jacuípe	14	Município
Velho Chico	16	Município	Piemonte da Diamantina	09	Município
Chapada Diamantina	23	Município	Semiárido Nordeste II	18	Município
Sisal	20	Município	Litoral Norte e Agreste Baiano	22	Município
Litoral Sul	27	Município	Portal do Sertão	18	Município
Baixo Sul	14	Município	Vitória da Conquista	24	Município
Extremo Sul	21	Município	Recôncavo	20	Município
Médio Sudoeste da Bahia	13	Município	Médio Rio de Contas	16	Município

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Vale do Jiquiriçá	21	Município	Bacia do Rio Corrente	11	Município
Sertão do São Francisco	10	Município	Itaparica	06	Município
Bacia do Rio Grande	14	Município	Piemonte Norte do Itapicuru	09	Município
Bacia do Paramirim	09	Município	Metropolitano de Salvador	10	Município
Sertão Produtivo	19	Município	Costa do Descobrimento	08	Município
Piemonte do Paraguaçu	14	Município			

Meta	Qualificar 50% dos Conselhos Municipais de Saúde

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	20	Município	Bacia do Jacuípe	14	Município
Velho Chico	16	Município	Piemonte da Diamantina	09	Município
Chapada Diamantina	23	Município	Semiárido Nordeste II	18	Município
Sisal	20	Município	Litoral Norte e Agreste Baiano	22	Município
Litoral Sul	27	Município	Portal do Sertão	18	Município
Baixo Sul	14	Município	Vitória da Conquista	24	Município
Extremo Sul	21	Município	Recôncavo	20	Município
Médio Sudoeste da Bahia	13	Município	Médio Rio de Contas	16	Município
Vale do Jiquiriçá	21	Município	Bacia do Rio Corrente	11	Município
Sertão do São Francisco	10	Município	Itaparica	06	Município
Bacia do Rio Grande	14	Município	Piemonte Norte do Itapicuru	09	Município
Bacia do Paramirim	10	Município	Metropolitano de Salvador	10	Município
Sertão Produtivo	19	Município	Costa do Descobrimento	08	Município
Piemonte do Paraguaçu	14	Município			

Entrega/Iniciativa
Formação de redes solidárias para o fortalecimento da participação popular nas políticas de saúde
Implementação das estratégias do Projeto MobilizaSUS
Qualificação dos conselheiros estaduais e municipais de saúde

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	**SAÚDE**
Programa	**BAHIA SAUDÁVEL**

Entrega/Iniciativa
Implementação e qualificação das ouvidorias da rede SUS-Bahia
Ampliação dos canais de diálogo e de comunicação com a sociedade civil
Educação para o fortalecimento da participação popular e controle social do SUS
Realização de plenárias territoriais de conselheiros de saúde
Implementação do Controle Social no SUS-Bahia

Compromiso	Ampliar a qualidade do Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia, modernizando e fortalecendo os mecanismos de gestão e expandindo sua base científica, tecnologica e produtiva
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde
Meta	Obter 100% de municípios com adesão ao Pacto Pela Saúde ou política substitutiva

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Meta	Homologar 100% das deliberações dos espaços de gestão interferativa na Comissão Intergestores Bipartite

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Implementação do Sistema Estadual de Planejamento em Saúde
Implementação da gestão colegiada do SUS-Bahia
Implantação da política estadual de regulação das ações e serviços de saúde
Intensificação e qualificação das ações de auditoria do SUS
Adequação do Plano Diretor de Regionalização - PDR ao Plano Diretor de Investimentos - PDI, atendendo às demandas do Governo/Sesab/Municípios
Revisão, adequação e monitoramento da Programação Pactuada Integrada - PPI
Implantação/implementação, monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde ou política substitutiva do mesmo
Qualificação dos espaços deliberativos interfederativos / Conselhos de Gestão Microrregional - CGMR
Modernização dos instrumentos e mecanismos de gestão e controle administrativo da Sesab
Implantação de centros de custos nos hospitais da rede própria de Saúde
Implementação da tecnologia da informação e da informática na Sesab
Reestruturação das Diretorias Regionais de Saúde - Dires na perspectiva da integração das estruturas gerenciais do governo no âmbito regional
Implantação de núcleo de avaliação de tecnologias em saúde
Implantação da política estadual de gerenciamento de equipamentos e produtos médicos
Fomento à pesquisa e produção de conhecimento em Saúde
Implantação do Complexo Produtivo da Saúde

Compromiso	Consolidar a política de gestão do trabalho e da educação na saúde, com vistas à qualificação e humanização das práticas de gestão e do cuidado, em atendimento aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Órgão Responsável	Secretaria da Saúde

Meta	Obter 100% das regiões com ações de gestão do trabalho implantadas	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Meta	Obter 70% dos municípios com trabalhadores do SUS formados/qualificados	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	70	%

Meta	Avaliar 100% dos trabalhadores da Sesab pelo Programa de Avaliação de Desempenho	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Meta: Obter 100% das unidades da rede própria sob gestão direta da Sesab e das Diretorias Regionais de Saúde - Dires com Núcleos de Gestão da Educação e do Trabalho na Saúde - Nugtes implantados

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Piemonte do Paraguaçu	02	Unid
Velho Chico	01	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Sisal	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Litoral Sul	03	Unid	Portal do Sertão	03	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	03	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Recôncavo	01	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid	Metropolitano de Salvador	28	Unid
Sertão Produtivo	04	Unid			

Meta: Implementar dispositivos de humanização em 100% das unidades da rede própria sob gestão direta da Sesab

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	02	Unid	Metropolitano de Salvador	28	Unid

Entrega/Iniciativa
Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH no Estado
Convocação de aprovados em concurso público para substituição de vínculos temporários e suprimento de vagas da Sesab
Implementação do Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos - PCCV para os trabalhadores de saúde da Sesab
Implantação da Mesa de Negociação Permanente do SUS-Bahia
Implementação dos Núcleos de Gestão da Educação e do Trabalho na Saúde - Nugtes na Sesab
Implementação do dimensionamento da força de trabalho como instrumento gerencial para definição do quadro funcional
Modernização administrativa da área de gestão do trabalho da Sesab
Implementação do programa Universidade Aberta do SUS-Bahia
Implantação das novas sedes das Escolas de Formação Técnica em Saúde e Estadual de Saúde Pública
Qualificação dos trabalhadores do SUS com ênfase na formação e especialização técnica
Formação/qualificação dos trabalhadores do SUS com ênfase na pós-graduação latu e stricto sensu
Ampliação e qualificação dos programas de residência em saúde com enfoque nas necessidades do SUS-Bahia
Ordenamento do processo de formação técnica e qualificação de trabalhadores em saúde
Implantação do Observatório Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Ampliação do programa Mais Futuro na rede de saúde estadual
Implantação do programa de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador da Sesab
Implantação do espaço de valorização do servidor
Consolidação da Rede de Integração Educação Trabalho

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Segurança Alimentar e Nutricional
Compromisso Transversal	**Órgão**
Garantir o direito humano à alimentação adequada para salvaguardar as condições mínimas de sobrevivência e a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Promover a segurança alimentar de famílias inscritas no Cadastro Único - CadÚnico, em locais de potencialidade para a pesca artesanal, aqüicultura, núcleos produtivos rurais, urbanos e periurbanos	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Água para Todos - PAT
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover o desenvolvimento social e sustentável do semiárido baiano, proporcionando a segurança hídrica, alimentar e nutricional da população em situação de pobreza	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Compromisso Transversal	Órgão
Contribuir para a garantia do acesso a água em quantidade e qualidade, na perspectiva de fortalecer a segurança hídrica e alimentar em áreas de extrema pobreza	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
Implantar soluções hídricas emergenciais para viabilizar a convivência com a estiagem	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Garantir o acesso à água em qualidade e quantidade e o esgotamento sanitário com destinação adequada de dejetos sanitários residenciais em meio rural e em comunidades quilombolas	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Reduzir a proliferação de doenças e o nível de poluição provocada pelos efluentes lançados no meio ambiente, por meio da ampliação da cobertura de esgotamento sanitário	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Contribuir para a redução de doenças de veiculação hídrica por meio da implantação de obras de saneamento básico voltadas ao tratamento dos efluentes líquidos	Secretaria do Meio Ambiente

Programa	Promoção da Igualdade Racial e Garantia de Direitos
Compromisso Transversal	**Órgão**
Fomentar ações e articular estratégias intersetoriais para apoiar a implementação da Política de Saúde Integral da População Negra no Estado da Bahia	Secretaria de Promoção da Igualdade

Programa	Autonomia das Mulheres
Compromisso Transversal	**Órgão**
Fortalecer a Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, visando a melhoria das suas condições de saúde e resguardar as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça, de etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência	Secretaria de Políticas para as Mulheres

Programa	Logística Integrada de Transporte
Compromisso Transversal	**Órgão**
Desenvolver ações integradas para melhorar a segurança nas rodovias	Secretaria de Infraestrutura

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação
Compromisso Transversal	**Órgão**
Realizar ações de pesquisa que possibilitem a utilização de métodos mais precisos de diagnóstico de doenças e pragas e de análises físico-químicas de alimentos e de contaminantes	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Programa	Sustentabilidade Ambiental
Compromisso Transversal	**Órgão**
Integrar as políticas de planejamento urbano voltadas para o aperfeiçoamento de planos diretores, qualidade do ar, mobilidade urbana, saneamento e resíduos sólidos, visando a melhoria da qualidade ambiental urbana	Secretaria do Meio Ambiente

Programa	Moradia Digna
Compromisso Transversal	**Órgão**
Contribuir para a redução da pobreza urbana com a construção de habitações populares, urbanização de favelas e assentamentos precários, requalificação de moradias e desenvolvimento de ações sociais	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SAÚDE
Programa	BAHIA SAUDÁVEL

Programa	Mobilidade e Acessibilidade Urbana
Compromisso Transversal	Órgão
Preservar a qualidade de vida, a integridade física, a capacidade laborativa e a sustentabilidade econômica do cidadão, com a redução do quantitativo de acidentes de trânsito e de suas consequências	Secretaria da Administração

Programa	Copa 2014
Compromisso Transversal	Órgão
Promover a gestão integrada das ações de identificação e tratamento de riscos e situações emergênciais, considerando ocorrências de origem diversas, em especial eventos climáticos extremos, promovendo o atendimento tempestivo e efetivo à população, nas áreas de segurança, saúde, assistência social, bombeiros, defesa civil, dentre outras	Secretaria de Infraestrutura

Programa	Bahia Segura: Da Produção ao Consumo
Compromisso Transversal	Órgão
Garantir a segurança sanitária necessária para o desenvolvimento sustentável da produção e comercialização da agropecuária baiana	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Oferecer a infraestrutura adequada para garantir a segurança no consumo de gêneros alimentícios comercializados em mercados municipais	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Assegurar as condições adequadas de qualidade metrológica e segurança alimentar nas relações de consumo, contribuindo para a minimização dos riscos sanitários	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Programa	Modernização da Gestão Pública
Compromisso Transversal	Órgão
Ampliar a assistência preventiva e terapêutica tornando efetiva a promoção da saúde dos beneficiários do Planserv, otimizando a relação custo x benefício, de modo a manter o nível de acesso e de qualidade para os usuários	Secretaria da Administração

Programa	Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena
Compromisso Transversal	Órgão
Contribuir para a promoção da Saúde Pública de qualidade, com ações e medidas voltadas para a melhoria e acesso universal e igualitário aos serviços de saúde no âmbito do Estado	Ministério Público

ÁREA TEMÁTICA
EDUCAÇÃO

Vive-se, no Brasil, um momento privilegiado no campo das políticas públicas educacionais. A capacidade e as alternativas de financiamento multiplicaram-se nos últimos anos e a educação conquistou, definitivamente, o status de agenda prioritária, em todo o país. Neste contexto, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) elegeu como foco principal a construção de um Sistema Articulado de Educação para o Brasil, que deve buscar superar a histórica fragmentação das ações dos agentes que compõem a atividade educacional.

Na Bahia, a educação básica pública é de responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado e das secretarias municipais de educação, seja por meio da gestão exercida diretamente sobre as unidades escolares de cada rede, seja por meio do regime de colaboração entre Estado e municípios, conforme as competências estabelecidas no artigo 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

Atualmente, os municípios baianos têm um papel preponderante na oferta da educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, respondendo ainda por 33,8% da oferta de matrículas das séries finais desta etapa do ensino básico. A rede pública estadual, por sua vez, oferece quase 90% das matrículas no ensino médio.

Nos próximos quatro anos, a Secretaria Estadual da Educação estará empenhada em mobilizar mais recursos financeiros, melhores recursos humanos e conhecimento pedagógico de base científica, de modo a elevar o desempenho dos estudantes baianos.

A prioridade absoluta será concentrar esforços na busca da melhoria da qualidade da educação por meio de ações com base técnico-científica, capazes de alcançar resultados concretos, fortalecendo a educação pública na Bahia no cumprimento dos seus papéis de emancipadora de pessoas e de ferramenta para o desenvolvimento econômico e social.

Para elevar a qualidade na prestação dos serviços educacionais, a valorização dos profissionais da educação tem assumido status de política estruturante para a melhoria da qualidade educacional, ao lado de outros elementos

importantes como financiamento, gestão democrática e avaliação institucional. A maior valorização desses profissionais é expectativa tanto nacional quanto baiana.

As taxas brutas e líquidas de escolarização têm mostrado que a Bahia está em situação desfavorável em relação ao Brasil e ao Nordeste, em todos os níveis de ensino. Embora pesquisas do IBGE tenham revelado que a Bahia foi o Estado brasileiro de maior crescimento no atendimento educacional nos últimos anos, há ainda um quadro de déficit a ser superado, como mostra a Tabela I.

No ensino fundamental, em particular, existe um grande percentual de estudantes em idade avançada para as séries que cursam, como consequência do ingresso tardio na escola, de reprovações sucessivas e de abandonos temporários. A reprovação e o abandono da escola na rede estadual e nas redes municipais têm apresentado os primeiros sinais de redução, mas a queda dos índices ainda é modesta e restrita ao primeiro segmento da escolaridade obrigatória, o que não permite considerar o problema como superado (Tabela II).

É importante considerar que, mesmo entre estudantes ou egressos de séries mais avançadas, não é raro encontrar pouco domínio de habilidades básicas de leitura e escrita, evidenciando que a alfabetização não foi definitivamente consolidada. Ao se considerar o analfabetismo funcional e o analfabetismo escolar como resultados diretamente relacionados com o fracasso na e da escola, o desafio da educação pública no estado exige o desenvolvimento de programas e projetos capazes de assegurar, a todos os que ingressam nas unidades públicas de ensino, condições favoráveis a uma permanência bem sucedida e à conclusão das etapas sucessivas de escolaridade. Em outras palavras, é necessário garantir a todos o direito de aprender.

Outra expectativa é a da expansão da educação em tempo integral na rede pública, uma vez que o governo federal e o estadual têm programas que visam expandir esse formato educacional. As escolas que funcionam em tempo integral oferecem, além de educação no turno regular, oficinas pedagógicas no contraturno em temas como meio ambiente, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, comunicação, educação científica e econômica, esportes, reforço escolar e outros.

No que concerne ao analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade, a Bahia apresenta o maior número absoluto de analfabetos entre os estados da Fede-

Tabela 1 – Taxas de Escolarização Bruta (1) e Líquida (2) - 2008

Unidade da Federação	Pré Escola (4 e 5 anos)		Pré Escola (4 a 6 anos)		Ensino Fundamental (6 a 14 anos)		Ensino Fundamental (7 a 14 anos)		Ensino Médio (15 a 17 anos)		Educação Superior (18 a 24 anos)	
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
Brasil	73,4	59,6	48,5	47,1	104,5	90,1	115,7	94,9	85,5	50,4	25,5	13,7
Nordeste	75,1	61,9	49,2	47,5	110,0	88,9	122,2	94,3	78,7	36,4	16,9	8,3
Bahia	69,2	58,0	44,4	42,9	113,6	88,0	126,2	94,0	84,0	35,3	17,0	7,2

Fonte: IBGE/Pnad; Elaborado por Inep/DTDIE
Elaboração: CIE, SUPAV/CAI
(1) Total das matrículas em determinado nível de ensino e a população na faixa etária correspondente.
(2) Relação entre as matrículas dos estudantes na faixa etária adequada ao nível de ensino e o total da população na faixa etária correspondente àquele nível.

Tabela 2 – Taxas de Movimento e Rendimento no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, Bahia 2007-2008

Ano	Dependência Administrativa	Taxas (%)											
		1ª a 4ª			5ª a 8ª			Total			Ensino Médio		
		Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Repro-vação	Abandono	Apro-vação	Reprovação	Abandono
2007	Estadual	65,3	23,0	11,7	65,1	21,8	13,1	65,2	22,0	12,8	67,0	11,7	21,3
	Municipal	74,3	18,2	7,5	69,2	17,4	13,4	72,6	17,9	9,5	79,2	6,4	14,4
2008	Estadual	66,8	22,9	10,3	63,6	24,1	12,3	64,1	23,9	12,0	66,0	12,6	21,4
	Municipal	75,3	17,7	7,0	69,1	18,1	12,8	73,1	17,8	9,1	78,1	7,4	14,5

Fonte : INEP/MEC
Elaboração: CIE, SUPAV/CAI

ração, situação que continuará a exigir um esforço gigantesco para levar a oportunidade de iniciação no mundo letrado aos jovens, adultos e idosos, excluídos do processo educacional. Em 2009, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais na Bahia era de 16,7%, vale dizer, quase o dobro da taxa nacional de 9,6%, um pouco menor que a da região Nordeste, de 18,7%. Contudo, na zona rural da Bahia, o analfabetismo atinge 31,6% deste estrato da população, um dos mais altos índices do país[1] .

Esse quadro mostra a necessidade premente de perseverante empenho na expansão do processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos, de forma a combater a exclusão e ampliar as possibilidades para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de mais de um milhão de pessoas no quadriênio 2012-2015.

Nos próximos quatro anos, o crescimento da população potencialmente ativa superará o crescimento da população de dependentes, isto é, de idosos e crianças, situação denominada bônus demográfico. Esta fase é propícia ao crescimento econômico, especialmente se a mão de obra estiver bem qualificada. A Bahia viverá um momento no qual a demografia assegurará maiores retornos ao investimento na educação dos jovens.

Em 2009, embora o ensino fundamental no estado estivesse próximo da universalização, a taxa de escolarização bruta no ensino médio, isto é, a relação entre o total das matrículas nesse nível de ensino e a população na faixa etária correspondente, que é de 15 a 17 anos, foi de 83%. De cada 100 jovens baianos dessa faixa etária, 17 não estavam matriculados no ensino secundário. [2]

Ampliar o acesso desses jovens ao nível médio de ensino e aos cursos profissionalizantes é importante para o Estado aproveitar melhor "o bônus demográfico" e ampliar a qualificação de sua população economicamente ativa. Ofertar bolsas de estudos a esses jovens é uma alternativa para desestimular a evasão e fomentar a matrícula escolar nessa fase do ensino, em que muitos, precocemente, deixam os estudos em busca de vagas no mercado de trabalho.

Na educação profissional, com o objetivo de minorar o problema do baixo nível de escola-ridade e qualificação da População Economicamente Ativa (PEA) da Bahia, tem-se expandido a educação profissional na rede estadual de ensino. A recente expansão da oferta de vagas a tornou a maior provedora desta forma de educação na Bahia e a terceira rede pública de educação profissional do país.

Para garantir o provimento adequado de cursos de qualificação profissional, técnicos e tecnológicos, necessários para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia, o Estado prosseguirá, no quadriênio 2012-2015, com a expansão das matrículas na educação profissional e garantirá o atendimento à diversidade crescente de públicos e demandas do mundo do trabalho.

No que se refere à educação superior, o Sistema Estadual de Educação está presente em quase todos os Territórios de Identidade, prestando relevantes serviços em sua área de abrangência, por meio da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). As universidades estaduais da Bahia caracterizam-se pelos perfis diferenciados e pelo propósito comum de atender às demandas sociais inerentes ao processo de desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico e cultural do estado.

Apesar das políticas implementadas e dos investimentos empreendidos, a Bahia ainda convive com apenas 16,9% de taxa de escolarização bruta do ensino superior, em 2009. Essa taxa indica que o estado ainda precisará de maiores esforços no sentido de ampliar o acesso e permanência da população em uma educação superior adequada às demandas do século 21, o que se configura em um enorme desafio para o Estado.

1 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. 2009.

2 BAHIA. *Educação em números*. Disponível em: http://www.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/canal_institucional/educacaoemnumeros2009.pdf. Acesso em: 16 maio 2010.

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

Fortalecer a educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante, combatendo a reprovação, o abandono e a evasão escolar

Recursos do Programa **R$ 12.422.318.114,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Ideb - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Nº	2011	3,80	4,10
Ideb - Anos Finais do Ensino Fundamental	Nº	2011	3,10	4,00
Ideb - Ensino Médio	Nº	2011	3,30	3,80

Compromisso	Alfabetizar todas as crianças de até 8 anos de idade e extinguir o analfabetismo escolar	
Órgão Responsável	Secretaria da Educação	
Meta	Alfabetizar todas as crianças até 8 anos de idade, nos municípios que aderirem ao pacto Todos pela Escola e nas escolas estaduais que ainda ofertem os três primeiros anos do ensino fundamental	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa

- Ampliação da participação dos municípios no pacto Todos pela Escola
- Formação continuada de professores dos três primeiros anos do ensino fundamental
- Produção e distribuição de livros e material didático
- Consolidação do letramento matemático e linguístico
- Implantação de sistema de consolidação dos resultados da Provinha Brasil
- Desenvolvimento de sistema de acompanhamento e avaliação para a construção de habilidades em leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático
- Fortalecimento e ampliação das ações do programa Gestão da Aprendizagem Escolar - Gestar nas escolas do ensino fundamental I e II
- Implementação do programa Escola Ativa
- Consolidação do ensino fundamental de 9 anos

Compromisso	Fortalecer a inclusão educacional, garantindo o tratamento das temáticas relacionadas ao ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como às questões de gênero e sexualidade, identidade étnico-racial, educação especial e educação em direitos humanos	
Órgão Responsável	Secretaria da Educação	
Meta	Estruturar 80% das escolas públicas estaduais com ações de infraestrutura, curriculares e educativas-culturais voltadas ao fortalecimento da inclusão educacional	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	80	%

Entrega/Iniciativa

- Ampliação e monitoramento das ações de respeito à diversidade na educação básica

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Entrega/Iniciativa
Implementação da Lei 11.645/2008, que inclui o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica
Produção e distribuição de material didático, em atendimento às especificidades e a inclusão educacional, bem como às necessidades de equipar os centros de educação especial
Dotação das bibliotecas escolares com títulos da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como às questões de gênero e sexualidade
Ampliação de vagas para a educação da população do campo, dos povos indígenas, quilombolas e estudantes com deficiência

Compromisso	Ampliar o acesso à educação integral, elevando os tempos e espaços educativos e garantindo a permanência dos estudantes na escola
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Ampliar a oferta da educação integral para atendimento de 1 mil escolas da rede estadual de ensino

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	1.000	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração e implementação da política de educação integral e jornada ampliada
Ampliação da oferta de vaga em educação integral em jornada ampliada
Implantação, ampliação e fortalecimento dos Centros Juvenis de Ciência e Cultura
Implementação e ampliação do programa Escola Aberta
Avaliação e fortalecimento do ensino médio inovador no semiárido baiano, disseminando experiências exitosas na rede

Compromisso	Reduzir a repetência e o abandono escolar, auxiliando o acesso e a permanência dos alunos pertencentes à rede estadual de ensino
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Elevar os índices de aprovação para no mínimo 90% nas séries iniciais, 85% nas séries finais do ensino fundamental e 80% no ensino médio

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	90 nas séries iniciais; 85 no ensino fundamental; 80 no ensino médio	%

Meta	Garantir acesso e permanência de 1.092.202 alunos da rede estadual de ensino

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	20.454	Pessoa	Extremo Sul	20.759	Pessoa
Velho Chico	24.916	Pessoa	Médio Sudoeste da Bahia	14.758	Pessoa
Chapada Diamantina	26.550	Pessoa	Vale do Jiquiriçá	23.065	Pessoa
Sisal	39.439	Pessoa	Sertão do São Francisco	41.707	Pessoa
Litoral Sul	67.280	Pessoa	Bacia do Rio Grande	22.824	Pessoa
Baixo Sul	20.667	Pessoa	Bacia do Paramirim	10.242	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão Produtivo	28.485	Pessoa	Recôncavo	44.762	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	20.284	Pessoa	Médio Rio de Contas	27.990	Pessoa
Bacia do Jacuípe	17.187	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	12.999	Pessoa
Piemonte da Diamantina	11.798	Pessoa	Itaparica	13.044	Pessoa
Semiárido Nordeste II	20.992	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	23.884	Pessoa
Litoral Norte e Agreste Baiano	44.907	Pessoa	Metropolitano de Salvador	327.680	Pessoa
Portal do Sertão	97.697	Pessoa	Costa do Descobrimento	20.760	Pessoa
Vitória da Conquista	47.072	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas estaduais
Fortalecimento da prática de avaliação em cada etapa da educação básica
Implementação do programa Gestão da Aprendizagem Escolar - Gestar II (língua portuguesa e matemática) em todas as escolas de ensino fundamental nas séries finais
Criação do banco estadual de itens de avaliações externas
Garantia das aprendizagens prioritárias para todos os estudantes com base nas avaliações
Disponibilização de transporte escolar para os alunos matriculados no ensino médio da zona rural
Promoção de assistência alimentar e nutricional aos educandos
Disponibilização de fardamento dos estudantes regularmente matriculados nas escolas estaduais
Disponibilização de bolsa-auxílio aos alunos monitores voluntários

Compromisso	Valorizar os profissionais da educação e promover sua formação nas diversas áreas do conhecimento
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Efetivar a formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública estadual de educação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Formação para professores de língua portuguesa e matemática da rede estadual pelo programa Gestão da Aprendizagem Escolar - Gestar
Implantação do programa de Formação Colaborativa de Professores do Ensino Médio
Construção, reforma, manutenção e adequação da infraestrutura dos pólos formativos
Implementação de práticas de iniciação científica e tecnológica nas escolas
Realização de concurso público para profissionais da educação
Desenvolvimento da atenção à saúde dos professores da rede estadual de ensino

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Compromisso	Fortalecer a gestão democrática e participativa na rede de ensino	
Órgão Responsável	Secretaria da Educação	
Meta	Implementar o modelo de gestão democrática e participativa em todas as escolas de educação básica	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Assessoramento às unidades escolares estaduais e aos municípios na elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento da Educação
Acompanhamento do funcionamento da escola por meio de revitalização, orientação e segurança a comunidade escolar
Consolidação do processo de eleição para dirigentes escolares
Consolidação do processo de eleição e qualificação para colegiados escolares
Orientação e incentivo à formação de gremios estudantis
Promoção e fortalecimento da autonomia das escolas
Realização de autoavaliação das unidades escolares da rede pública estadual

Compromisso	Inovar e diversificar os currículos escolares, promovendo o acesso dos estudantes ao conhecimento científico, às artes e à cultura	
Órgão Responsável	Secretaria da Educação	
Meta	Implantar as diretrizes curriculares da educação básica e promover a inovação e a diversificação dos currículos escolares em 85% das escolas da rede estadual de ensino	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	85	%

Entrega/Iniciativa
Elaboração e implementação das Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado da Bahia e orientações curriculares às transversalidades e diversidades no currículo
Implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares
Estruturação e expansão das fanfarras escolares - projeto Fanfarras Escolares no Compasso da Juventude
Implementação da Política de Educação Ambiental através do programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia
Fortalecimento e fomento da cultura corporal e do esporte no currículo escolar
Implementação e consolidação das linguagens artísticas e da cultura no currículo escolar
Fortalecimento e fomento de ações sócioeducativas da promoção do vínculo entre a escola, a família e a comunidade
Aplicação do conhecimento científico e tecnológico desenvolvido nas universidades em cursos a serem oferecidos pelos Centros Juvenis de Ciência e Cultura
Fomento à iniciação científica, à leitura e ao desenvolvimento do letramento na educação básica
Estabelecimento de parceria com centros de pesquisa e de ensino superior para aporte de conhecimento e conteúdos para a educação profissional

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Compromisso	Estimular as inovações e o uso das tecnologias como instrumentos pedagógicos e de gestão escolar
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Desenvolver e prover acesso à mídia e a tecnologias educacionais com suporte ao uso pedagógico-administrativo para todas as unidades escolares da rede estadual de ensino

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Ampliação do programa Ensino Médio com Intermediação Tecnologica
Fortalecimento do processo de acompanhamento, monitoramento, avaliação e intervenção do trabalho pedagógico desenvolvido na rede estadual de ensino
Desenvolvimento, customização e catalogação de novas tecnologias educacionais
Instalação de plataforma tecnológica com objetos educacionais
Consolidação do Portal da Educação
Estabelecimento de parceria com universidades e órgãos de fomento à pesquisa
Consolidação do Sistema Integrado de Gestão Escolar
Implantação e fortalecimento de laboratórios de informática com conexão internet banda larga nas unidades escolares
Ampliação da Rede Anísio Teixeira nas unidades escolares

Compromisso	Assegurar as condições objetivas para oferta de ensino pela rede pública estadual
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Garantir o funcionamento adequado de 1.469 unidades escolares da rede estadual de ensino

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	31	Unid	Sertão Produtivo	43	Unid
Velho Chico	46	Unid	Piemonte do Paraguaçu	32	Unid
Chapada Diamantina	48	Unid	Bacia do Jacuípe	32	Unid
Sisal	68	Unid	Piemonte da Diamantina	19	Unid
Litoral Sul	92	Unid	Semiárido Nordeste II	51	Unid
Baixo Sul	23	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	68	Unid
Extremo Sul	39	Unid	Portal do Sertão	129	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	23	Unid	Vitória da Conquista	67	Unid
Vale do Jiquiriçá	37	Unid	Recôncavo	63	Unid
Sertão do São Francisco	56	Unid	Médio Rio de Contas	42	Unid
Bacia do Rio Grande	42	Unid	Bacia do Rio Corrente	20	Unid
Bacia do Paramirim	20	Unid	Itaparica	26	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Piemonte Norte do Itapicuru	33	Unid	Costa do Descobrimento	25	Unid
Metropolitano de Salvador	294	Unid			

Entrega/Iniciativa
Aquisição de acervo bibliográfico
Dotação das unidades escolares de mobiliário, equipamento e demais meios necessários ao atendimento do trabalho técnico, administrativo e pedagógico
Funcionamento de Diretorias Regionais da Educação - Direc
Funcionamento do Conselho Estadual da Educação - CEE
Expansão, ampliação e melhoria da rede física

Compromisso	Proporcionar apoio técnico pedagógico nas escolas da Polícia Militar garantido a escolarização de crianças e adolescentes fortalecendo a rede estadual de ensino básico
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública
Meta	Garantir o funcionamento de 13 colégios administrados pela Polícia Militar

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	02	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid	Metropolitano de Salvador	05	Unid

Entrega/Iniciativa
Funcionamento dos colégios da Polícia Militar

Compromisso	Prover estrutura para o fortalecimento e o desenvolvimento das aprendizagens do esporte e demais práticas da cultura corporal no currículo da educação básica
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Estruturar 60% das escolas públicas para o fortalecimento e desenvolvimento do esporte da escola e demais temas da cultura corporal

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	60	%

Entrega/Iniciativa
Escolas públicas estruturadas adequadamente para o desenvolvimento de aprendizagens do esporte e demais práticas da cultura corporal

Compromisso	Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação por meio de educação formal e informal
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Meta	Atingir um público de 4 mil pessoas nos eventos de popularização da ciência

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	4.000	Pessoa

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**EDUCAÇÃO**
Programa	**FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Entrega/Iniciativa
Promoção de eventos na área de Ciência,Tecnologia e Inovação - CT&I voltados à popularização da ciência
Criação de programa baiano de TV, rádio e revista de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I
Criação do prêmio Ciência na Escola
Criação de pólo de ensino de matemática e ciências com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - Capes
Elaboração de plano de informação de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I com interface junto à comunidade, Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, indústria e educação
Apoio ao desenvolvimento de kits didáticos para fortalecer o aprendizado nas disciplinas de matemática e ciências

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Bahia Esportiva
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover o esporte educacional, com vistas a garantir o direito à prática esportiva, o desenvolvimento integral do aluno e a formação da cidadania	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação
Compromisso Transversal	**Órgão**
Ampliar e qualificar o acesso à Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, por meio dos Centros Digitais de Cidadania - CDC's	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Programa	Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena
Compromisso Transversal	**Órgão**
Contribuir para a promoção da Educação Pública de qualidade, garantindo a sua oferta e acesso no Estado	Ministério Público

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**EDUCAÇÃO**
Programa	**ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Ementa

Reduzir o índice de analfabetismo e assegurar a oferta de escolarização de jovens, adultos e idosos, criando as condições objetivas para inclusão social, política, econômica e cultural

Recursos do Programa **R$ 400.134.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Percentual de Jovens de 16 a 29 Anos com Ensino Fundamental Incompleto	%	2009	34,10	30,69
Percentual de Jovens de 16 a 29 Anos com Ensino Fundamental Completo	%	2009	8,90	9,79
Percentual de Jovens de 16 a 29 Anos com Ensino Médio Completo	%	2009	28,60	31,69
Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 Anos e Mais	%	2009	16,70	14,50

Compromisso	Ampliar as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, enquanto direito que não prescreve com a idade
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Alfabetizar 1 milhão de pessoas jovens, adultas e idosas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	34.860	Pessoa	Bacia do Jacuípe	26.070	Pessoa
Velho Chico	29.615	Pessoa	Piemonte da Diamantina	10.770	Pessoa
Chapada Diamantina	42.890	Pessoa	Semiárido Nordeste II	50.670	Pessoa
Sisal	49.970	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	51.910	Pessoa
Litoral Sul	79.670	Pessoa	Portal do Sertão	53.605	Pessoa
Baixo Sul	15.355	Pessoa	Vitória da Conquista	84.900	Pessoa
Extremo Sul	35.720	Pessoa	Recôncavo	30.815	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	23.800	Pessoa	Médio Rio de Contas	38.520	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	28.430	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	20.020	Pessoa
Sertão do São Francisco	32.110	Pessoa	Itaparica	10.890	Pessoa
Bacia do Rio Grande	34.080	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	18.550	Pessoa
Bacia do Paramirim	700	Pessoa	Metropolitano de Salvador	87.720	Pessoa
Sertão Produtivo	31.200	Pessoa	Costa do Descobrimento	35.720	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	41.440	Pessoa			

Entrega/Iniciativa

Alfabetização de jovens, adultos e idosos

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Entrega/Iniciativa
Acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa Todos pela Alfabetização - Topa
Formação inicial e continuada dos alfabetizadores, coordenadores de turma e tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras, vinculados ao programa Todos pela Alfabetização - Topa
Provimento de material didático-pedagógico
Fornecimento de transporte aos alfabetizandos para acesso aos espaços de alfabetização
Fornecimento de gêneros alimentícios para refeição dos alfabetizandos
Implementação do projeto Leitura para Todos

Compromisso	Assegurar a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Ampliar em 70% a oferta e permanência de Educação de Jovens e Adultos - EJA com qualidade

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	70	%

Entrega/Iniciativa
Implementação da proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos - EJA
Elaboração e distribuição de material didático específico para a Educação de Jovens e Adultos - EJA
Elaboração e implementação do Plano Estadual de Educação em Prisões
Elaboração e monitoramento da Agenda Territorial de Desenvolvimento, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena

Compromisso Transversal	Órgão
Contribuir para a promoção da Educação Pública de qualidade, garantindo a sua oferta e acesso no Estado	Ministério Público

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**EDUCAÇÃO**
Programa	**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Ementa

Consolidar e ampliar a oferta da educação profissional em consonância com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios baianos, promovendo a inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho

Recursos do Programa **R$ 514.524.720,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Integrada	Nº	2011	28.753	31.628
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Subsequente	Nº	2011	12.870	14.157
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Concomitante	Nº	2011	154	169
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Proeja Fundamental	Nº	2011	8.821	9.703
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Proeja Médio	Nº	2011	7.044	7.748

Compromisso	Garantir o desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho, por meio da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio subsequentes
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Ofertar 50 mil matrículas em cursos técnicos de nível médio integrada ao ensino médio

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	1.400	Pessoa	Bacia do Jacuípe	900	Pessoa
Velho Chico	1.250	Pessoa	Piemonte da Diamantina	700	Pessoa
Chapada Diamantina	1.250	Pessoa	Semiárido Nordeste II	1.350	Pessoa
Sisal	2.000	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	2.100	Pessoa
Litoral Sul	2.950	Pessoa	Portal do Sertão	3.100	Pessoa
Baixo Sul	1.100	Pessoa	Vitória da Conquista	2.450	Pessoa
Extremo Sul	1.250	Pessoa	Recôncavo	2.000	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	900	Pessoa	Médio Rio de Contas	1.300	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	1.150	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	700	Pessoa
Sertão do São Francisco	1.850	Pessoa	Itaparica	550	Pessoa
Bacia do Rio Grande	1.300	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	900	Pessoa
Bacia do Paramirim	580	Pessoa	Metropolitano de Salvador	13.100	Pessoa
Sertão Produtivo	1.570	Pessoa	Costa do Descobrimento	1.250	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	1.050	Pessoa			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Meta	Ofertar 20 mil matrículas em cursos técnicos de nível médio subsequentes

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	560	Pessoa	Bacia do Jacuípe	360	Pessoa
Velho Chico	500	Pessoa	Piemonte da Diamantina	280	Pessoa
Chapada Diamantina	500	Pessoa	Semiárido Nordeste II	540	Pessoa
Sisal	800	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	840	Pessoa
Litoral Sul	1.180	Pessoa	Portal do Sertão	1.240	Pessoa
Baixo Sul	440	Pessoa	Vitória da Conquista	980	Pessoa
Extremo Sul	500	Pessoa	Recôncavo	800	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	360	Pessoa	Médio Rio de Contas	520	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	460	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	280	Pessoa
Sertão do São Francisco	740	Pessoa	Itaparica	220	Pessoa
Bacia do Rio Grande	520	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	360	Pessoa
Bacia do Paramirim	230	Pessoa	Metropolitano de Salvador	5.240	Pessoa
Sertão Produtivo	630	Pessoa	Costa do Descobrimento	500	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	420	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Promoção da participação e do controle social para garantir oferta de cursos alinhados com as demandas do desenvolvimento dos territórios de identidade
Realização de estudos e pesquisas em educação profissional, compreendendo a análise sistemática das demandas de educação profissional na Bahia
Elaboração de diretrizes e instrumentos de certificação profissional
Implantação do Marco Regulatório da Educação Profissional e do novo Modelo de Gestão da Educação Profissional
Construção do sistema de integração entre a escola e o mundo do trabalho, envolvendo orientação profissional e estágio
Construção do acervo das bibliotecas técnicas, do material didático e dos objetos educacionais, orientações para o uso e sua divulgação
Monitoramento institucional, técnico e pedagógico permanente com estabelecimento de parâmetros mínimos de qualidade da educação profissional
Formação inicial e continuada de professores
Funcionamento da rede de unidades de educação profissional
Provimento de professores, técnicos e pessoal de apoio na rede pública estadual de educação profissional
Promoção da melhoria, ampliação e aparelhamento da rede física de unidades de educação profissional

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Compromisso	Assegurar a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, por meio de cursos de educação profissional integrados à elevação da escolaridade nos níveis fundamental e médio, em articulação com ações federais e estaduais voltadas à promoção de trabalho, emprego e renda
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Ofertar 20 mil matrículas do Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica - Proeja Médio

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	560	Pessoa	Bacia do Jacuípe	360	Pessoa
Velho Chico	500	Pessoa	Piemonte da Diamantina	280	Pessoa
Chapada Diamantina	500	Pessoa	Semiárido Nordeste II	540	Pessoa
Sisal	800	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	840	Pessoa
Litoral Sul	1.180	Pessoa	Portal do Sertão	1.240	Pessoa
Baixo Sul	440	Pessoa	Vitória da Conquista	980	Pessoa
Extremo Sul	500	Pessoa	Recôncavo	800	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	360	Pessoa	Médio Rio de Contas	520	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	460	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	280	Pessoa
Sertão do São Francisco	740	Pessoa	Itaparica	220	Pessoa
Bacia do Rio Grande	520	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	360	Pessoa
Bacia do Paramirim	230	Pessoa	Metropolitano de Salvador	5.240	Pessoa
Sertão Produtivo	630	Pessoa	Costa do Descobrimento	500	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	420	Pessoa			

Meta	Ofertar 32 mil matrículas do Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica - Proeja Fundamental

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	900	Pessoa	Médio Sudoeste da Bahia	600	Pessoa
Velho Chico	800	Pessoa	Vale do Jiquiriçá	700	Pessoa
Chapada Diamantina	800	Pessoa	Sertão do São Francisco	1.200	Pessoa
Sisal	1.300	Pessoa	Bacia do Rio Grande	800	Pessoa
Litoral Sul	1.900	Pessoa	Bacia do Paramirim	400	Pessoa
Baixo Sul	700	Pessoa	Sertão Produtivo	1.000	Pessoa
Extremo Sul	800	Pessoa	Piemonte do Paraguaçu	700	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Jacuípe	600	Pessoa	Médio Rio de Contas	800	Pessoa
Piemonte da Diamantina	450	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	450	Pessoa
Semiárido Nordeste II	900	Pessoa	Itaparica	350	Pessoa
Litoral Norte e Agreste Baiano	1.300	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	600	Pessoa
Portal do Sertão	2.000	Pessoa	Metropolitano de Salvador	8.250	Pessoa
Vitória da Conquista	1.600	Pessoa	Costa do Descobrimento	800	Pessoa
Recôncavo	1.300	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Elaboração e distribuição de material didático específico do Proeja Médio e do Proeja Fundamental
Elaboração e implementação de ações de educação profissional para trabalhadores
Formação inicial e continuada de professores do Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - Proeja
Aperfeiçoamento do controle de informações e freqüencia, visando o pagamento de bolsa de estudo
Concessão de kit-ferramenta ao formando de curso de educação profissional

Compromisso	Fortalecer a inclusão educacional por meio da educação profissional para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional
Órgão Responsável	Secretaria da Educação

Meta	Ofertar 10 mil vagas de cursos de educação profissional para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	280	Vaga	Bacia do Jacuípe	180	Vaga
Velho Chico	250	Vaga	Piemonte da Diamantina	140	Vaga
Chapada Diamantina	250	Vaga	Semiárido Nordeste II	280	Vaga
Sisal	400	Vaga	Litoral Norte e Agreste Baiano	420	Vaga
Litoral Sul	580	Vaga	Portal do Sertão	620	Vaga
Baixo Sul	220	Vaga	Vitória da Conquista	490	Vaga
Extremo Sul	245	Vaga	Recôncavo	400	Vaga
Médio Sudoeste da Bahia	180	Vaga	Médio Rio de Contas	260	Vaga
Vale do Jiquiriçá	230	Vaga	Bacia do Rio Corrente	140	Vaga
Sertão do São Francisco	370	Vaga	Itaparica	110	Vaga
Bacia do Rio Grande	260	Vaga	Piemonte Norte do Itapicuru	180	Vaga
Bacia do Paramirim	110	Vaga	Metropolitano de Salvador	2.650	Vaga
Sertão Produtivo	310	Vaga	Costa do Descobrimento	245	Vaga
Piemonte do Paraguaçu	200	Vaga			

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**EDUCAÇÃO**
Programa	**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Entrega/Iniciativa
Elaboração dos currículos e material didático para a educação profissional de trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas
Criação e ampliação de vagas para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional
Formação de professores para a educação profissional dos trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas
Adequação das instalações físicas para a acessibilidade dos deficientes visuais, auditivos, físicos e mentais
Doação de kit-ferramenta ao formando de curso de educação profissional

Compromisso	Ampliar o acesso à educação integral por meio da educação profissional
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Promover a qualificação social e profissional de 52 mil estudantes

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	200	Pessoa	Piemonte do Paraguaçu	200	Pessoa
Velho Chico	200	Pessoa	Bacia do Jacuípe	200	Pessoa
Chapada Diamantina	200	Pessoa	Piemonte da Diamantina	200	Pessoa
Sisal	200	Pessoa	Semiárido Nordeste II	200	Pessoa
Litoral Sul	2.000	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	200	Pessoa
Baixo Sul	200	Pessoa	Portal do Sertão	6.800	Pessoa
Extremo Sul	200	Pessoa	Vitória da Conquista	3.000	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	200	Pessoa	Recôncavo	200	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	200	Pessoa	Médio Rio de Contas	200	Pessoa
Sertão do São Francisco	1.000	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	200	Pessoa
Bacia do Rio Grande	200	Pessoa	Itaparica	200	Pessoa
Bacia do Paramirim	200	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	200	Pessoa
Sertão Produtivo	200	Pessoa	Metropolitano de Salvador	35.000	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Meta	Atender a 10 mil estudantes com curso técnico de nível médio concomitante

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	280	Pessoa	Piemonte do Paraguaçu	210	Pessoa
Velho Chico	250	Pessoa	Bacia do Jacuípe	180	Pessoa
Chapada Diamantina	250	Pessoa	Piemonte da Diamantina	140	Pessoa
Sisal	400	Pessoa	Semiárido Nordeste II	270	Pessoa
Litoral Sul	590	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	420	Pessoa
Baixo Sul	220	Pessoa	Portal do Sertão	620	Pessoa
Extremo Sul	500	Pessoa	Vitória da Conquista	490	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	180	Pessoa	Recôncavo	400	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	230	Pessoa	Médio Rio de Contas	260	Pessoa
Sertão do São Francisco	370	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	140	Pessoa
Bacia do Rio Grande	260	Pessoa	Itaparica	110	Pessoa
Bacia do Paramirim	120	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	180	Pessoa
Sertão Produtivo	310	Pessoa	Metropolitano de Salvador	2.620	Pessoa

Meta	Atender a 50 mil estudantes de curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	1.400	Pessoa	Piemonte do Paraguaçu	1.050	Pessoa
Velho Chico	1.250	Pessoa	Bacia do Jacuípe	900	Pessoa
Chapada Diamantina	1.250	Pessoa	Piemonte da Diamantina	700	Pessoa
Sisal	2.000	Pessoa	Semiárido Nordeste II	1.350	Pessoa

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**EDUCAÇÃO**
Programa	**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	2.950	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	2.100	Pessoa
Baixo Sul	1.100	Pessoa	Portal do Sertão	3.100	Pessoa
Extremo Sul	2.500	Pessoa	Vitória da Conquista	2.450	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	900	Pessoa	Recôncavo	2.000	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	1.150	Pessoa	Médio Rio de Contas	1.300	Pessoa
Sertão do São Francisco	1.850	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	700	Pessoa
Bacia do Rio Grande	1.300	Pessoa	Itaparica	550	Pessoa
Bacia do Paramirim	580	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	900	Pessoa
Sertão Produtivo	1.570	Pessoa	Metropolitano de Salvador	13.100	Pessoa

Programa/Compromisso Transversal

Programa	Vida Melhor - Oportunidade para Quem Mais Precisa
Compromisso Transversal	**Órgão**
Implementar formação técnico-pedagógica de forma permanente e continuada para o setor agropecuário, desenvolvendo competências gerenciais, organizacionais, profissionais, sociais e humanas	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Programa	Infraestrutura de Telecomunicações
Compromisso Transversal	**Órgão**
Possibilitar aos municípios baianos o acesso aos meios de informação e comunicação, de forma a gerar oportunidades de desenvolvimento econômico, social e científico	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Promover a expansão da oferta de Internet Banda Larga à população baiana com uma melhor qualidade de acesso, facilitando a inclusão digital	Secretaria de Infraestrutura
Disponibilizar o acesso aos serviços de telecomunicações às comunidades não enquadrados nos requisitos da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel	Secretaria de Infraestrutura

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação
Compromisso Transversal	**Órgão**
Ampliar e qualificar o acesso à Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, por meio dos Centros Digitais de Cidadania – CDCs	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**EDUCAÇÃO**
Programa	**EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI**

Ementa

Consolidar o Sistema Educacional de Educação Superior por meio da implementação de políticas públicas visando o desenvolvimento científico, tecológico e cultural e a inserção nos territórios de identidade

Recursos do Programa **R$ 2.791.753.633,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Taxa de Escolarização Bruta do Ensino Superior	%	2009	16,90	18,60
Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Superior	%	2010	7,60	8,40
Produção Acadêmico-científica nas Universidades Estaduais da Bahia	Nº	2010	1.539	1.693
Número de Matrículas de Estudantes na Educação Superior	Nº	2010	60.218	70.000
Número de Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* nas Universidades Estaduais	Nº	2010	48	63

Compromisso	Garantir a efetividade das atividades finalísticas das universidades estaduais, por meio de uma gestão qualificada, assegurando os padrões de excelência científica e acadêmica das instituições
Órgão Responsável	Secretaria da Educação

Meta Gerir 155 programas de pós-graduação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	03	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid
Sisal	01	Unid	Portal do Sertão	19	Unid
Litoral Sul	42	Unid	Vitória da Conquista	53	Unid
Sertão do São Francisco	04	Unid	Recôncavo	02	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Itaparica	02	Unid
Piemonte da Diamantina	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	02	Unid
Semiárido Nordeste II	02	Unid	Metropolitano de Salvador	21	Unid

Meta Gerir pelo menos 3.135 projetos de pesquisa

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	800	Unid	Vitória da Conquista	400	Unid
Portal do Sertão	635	Unid	Estado	1.300	Unid

Meta Gerir 268 cursos de graduação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	05	Unid	Chapada Diamantina	02	Unid
Velho Chico	02	Unid	Sisal	09	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	40	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	09	Unid
Baixo Sul	03	Unid	Portal do Sertão	30	Unid
Extremo Sul	09	Unid	Vitória da Conquista	54	Unid
Sertão do São Francisco	05	Unid	Recôncavo	10	Unid
Bacia do Rio Grande	09	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Sertão Produtivo	13	Unid	Itaparica	08	Unid
Piemonte do Paraguaçu	04	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	08	Unid
Piemonte da Diamantina	08	Unid	Metropolitano de Salvador	33	Unid
Semiárido Nordeste II	01	Unid	Costa do Descobrimento	04	Unid

Meta	Capacitar 13.150 profissionais de educação superior

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	1.550	Pessoa	Vitória da Conquista	7.000	Pessoa
Portal do Sertão	1.600	Pessoa	Estado	3.000	Pessoa

Meta	Gerir cerca de 2.020 ações de extensão entre programas e projetos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	400	Unid	Vitória da Conquista	1.200	Unid
Portal do Sertão	120	Unid	Estado	300	Unid

Meta	Garantir pelo menos 28 processos seletivos de acesso ao ensino superior

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	08	Processo	Vitória da Conquista	08	Processo
Portal do Sertão	08	Processo	Estado	04	Processo

Entrega/Iniciativa
Gestão dos projetos e atividades do ensino superior
Gestão do Sistema de Bibliotecas
Gestão do Museu de Ciência e Tecnologia
Gestão dos projetos e atividades de assistência ao estudante universitário
Gestão das editoras universitárias
Capacitação de profissionais para a educação superior
Realização de processo seletivo de candidatos ao ensino superior
Divulgação de ações por meio de publicidade institucional

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Compromisso	Expandir e consolidar os programas e ações de extensão nas universidades estaduais
Órgão Responsável	Secretaria da Educação

Meta	Implantar 1.205 programas de extensão				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Médio Sudoeste da Bahia	240	Unid	Médio Rio de Contas	480	Unid
Portal do Sertão	1	Unid	Estado	4	Unid
Vitória da Conquista	480	Unid			

Meta	Implantar 53 cursos de extensão na modalidade ensino a distância				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	01	Unid	Estado	12	Unid
Vitória da Conquista	40	Unid			

Entrega/Iniciativa
Implantação de novos programas e projetos de extensão
Implantação de cursos de extensão na modalidade ensino à distância
Ampliação das ações de extensão nos programas existentes

Compromisso	Fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural
Órgão Responsável	Secretaria da Educação

Meta	Ampliar a qualidade dos indicadores do ensino, da pesquisa e da extensão	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de políticas para o fortalecimento das universidades como centros de excelência na produção de conhecimento
Elaboração de políticas para a formação e qualificação profissional, ações de extensão e inovação tecnológica
Elaboração de diagnóstico da educação superior pública estadual
Consolidação do programa de avaliação institucional das universidades estaduais

Compromisso	Fortalecer o desempenho das universidades estaduais baianas como vetores para a melhoria da qualidade de ensino e do aprendizado nas escolas públicas estaduais e municipais
Órgão Responsável	Secretaria da Educação

Meta	Formar 37.731 professores da educação básica				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	100	Pessoa	Vitória da Conquista	7.131	Pessoa
Litoral Sul	3.200	Pessoa	Recôncavo	150	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	2.745	Pessoa	Médio Rio de Contas	5.155	Pessoa
Portal do Sertão	350	Pessoa	Estado	18.900	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Meta	Atender a 105 escolas públicas estaduais e municipais com a implantação do programa de integração universidade-escola				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	25	Unid	Estado	80	Unid

Meta	Atender a 3 mil estudantes nos cursos pré-vestibulares	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	3.000	Pessoa

Meta	Formar 2 mil alfabetizadores	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	2.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Expansão e reestruturação dos programas de formação de professores
Formação de professores da educação básica
Ampliação da abrangência dos programas de interação entre as universidade e escolas municipais e estaduais
Ampliação do número de estudantes atendidos pelos programas de pré-vestibular
Fortalecimento de programas especiais voltados à inclusão social na educação básica

Compromisso	Melhorar as condições de acesso e desenvolver a assistência e a permanência dos estudantes universitários, em especial daqueles provenientes de segmentos sociais de baixa renda e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica
Órgão Responsável	Secretaria da Educação

Meta	Atender 5.500 estudantes no Serviço Médico Odontológico e Psicossocial				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	1.500	Pessoa	Vitória da Conquista	2.000	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	600	Pessoa	Médio Rio de Contas	1.400	Pessoa

Meta	Implantar 23 Serviços Médicos Odontológico e Psicossocial				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Extremo Sul	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Sertão do São Francisco	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Bacia do Rio Grande	01	Unid
Sisal	02	Unid	Sertão Produtivo	03	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Piemonte do Paraguaçu	01	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Piemonte da Diamantina	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Semiárido Nordeste II	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid
Recôncavo	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Médio Rio de Contas	01	Unid			

Meta	Atender 450 estudantes nas residências universitárias

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	200	Unid	Vitória da Conquista	104	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	48	Unid	Médio Rio de Contas	48	Unid
Portal do Sertão	50	Unid			

Meta	Atender 430 crianças nas creches

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	200	Pessoa	Vitória da Conquista	77	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	16	Pessoa	Médio Rio de Contas	77	Pessoa
Portal do Sertão	60	Pessoa			

Meta	Implantar 24 creches

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Sisal	02	Unid	Recôncavo	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid
Sertão Produtivo	03	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Piemonte do Paraguaçu	01	Unid			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Meta	Conceder 12.054 bolsas aos estudantes universitários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	174	Unid	Piemonte da Diamantina	147	Unid
Velho Chico	107	Unid	Semiárido Nordeste II	67	Unid
Chapada Diamantina	80	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	227	Unid
Sisal	254	Unid	Portal do Sertão	650	Unid
Litoral Sul	1.000	Unid	Vitória da Conquista	3.200	Unid
Baixo Sul	107	Unid	Recôncavo	160	Unid
Extremo Sul	151	Unid	Médio Rio de Contas	2.320	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	960	Unid	Itaparica	173	Unid
Sertão do São Francisco	240	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	147	Unid
Bacia do Rio Grande	187	Unid	Metropolitano de Salvador	1.107	Unid
Sertão Produtivo	387	Unid	Costa do Descobrimento	76	Unid
Piemonte do Paraguaçu	133	Unid			

Meta	Atender 165.980 estudantes em restaurantes universitários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	3.800	Pessoa	Piemonte da Diamantina	6.860	Pessoa
Velho Chico	3.400	Pessoa	Semiárido Nordeste II	1.920	Pessoa
Chapada Diamantina	1.920	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	8.380	Pessoa
Sisal	9.250	Pessoa	Portal do Sertão	650	Pessoa
Litoral Sul	400	Pessoa	Vitória da Conquista	3.000	Pessoa
Baixo Sul	4.960	Pessoa	Recôncavo	6.860	Pessoa
Extremo Sul	4.000	Pessoa	Médio Rio de Contas	3.120	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	1.000	Pessoa	Itaparica	8.000	Pessoa
Sertão do São Francisco	8.380	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	7.240	Pessoa
Bacia do Rio Grande	12.160	Pessoa	Metropolitano de Salvador	45.340	Pessoa
Sertão Produtivo	16.380	Pessoa	Costa do Descobrimento	4.760	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	4.200	Pessoa			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Meta	Isentar 45 mil candidatos da taxa de inscrição dos processos seletivos das universidades

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	780	Pessoa	Piemonte da Diamantina	1.370	Pessoa
Velho Chico	680	Pessoa	Semiárido Nordeste II	380	Pessoa
Chapada Diamantina	380	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	1.670	Pessoa
Sisal	1.900	Pessoa	Portal do Sertão	2.500	Pessoa
Litoral Sul	2.500	Pessoa	Vitória da Conquista	4.000	Pessoa
Baixo Sul	990	Pessoa	Recôncavo	1.370	Pessoa
Extremo Sul	1.170	Pessoa	Médio Rio de Contas	3.180	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	1.200	Pessoa	Itaparica	1.600	Pessoa
Sertão do São Francisco	1.670	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	1.450	Pessoa
Bacia do Rio Grande	2.440	Pessoa	Metropolitano de Salvador	9.070	Pessoa
Sertão Produtivo	3.270	Pessoa	Costa do Descobrimento	590	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	840	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Ampliação das cotas sociais de acesso ao processo seletivo das universidades
Ampliação da oferta de vagas em residências universitárias
Ampliação da oferta de bolsas estudantis
Ampliação do atendimento em restaurantes universitários
Implantação e ampliação de Serviço Médico Odontológico e Psicossocial
Ampliação da oferta de vagas em creches

Compromisso	Garantir o acesso da população baiana à educação superior de qualidade, por meio da ampliação da oferta de vagas em graduação e pós-graduação
Órgão Responsável	Secretaria da Educação

Meta	Criar 21.460 novas vagas na graduação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	520	Vaga	Extremo Sul	860	Vaga
Velho Chico	400	Vaga	Médio Sudoeste da Bahia	130	Vaga
Chapada Diamantina	200	Vaga	Sertão do São Francisco	920	Vaga
Sisal	1.280	Vaga	Bacia do Rio Grande	1.520	Vaga
Litoral Sul	160	Vaga	Sertão Produtivo	2.000	Vaga
Baixo Sul	480	Vaga	Piemonte do Paraguaçu	640	Vaga

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Piemonte da Diamantina	960	Vaga	Médio Rio de Contas	470	Vaga
Semiárido Nordeste II	200	Vaga	Itaparica	1.000	Vaga
Litoral Norte e Agreste Baiano	1.080	Vaga	Piemonte Norte do Itapicuru	800	Vaga
Portal do Sertão	180	Vaga	Metropolitano de Salvador	5.480	Vaga
Vitória da Conquista	800	Vaga	Costa do Descobrimento	420	Vaga
Recôncavo	960	Vaga			

Meta	Implantar, consolidar e ampliar 102 programas de pós-graduação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid
Sisal	02	Unid	Portal do Sertão	04	Unid
Litoral Sul	04	Unid	Vitória da Conquista	18	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Médio Rio de Contas	10	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	26	Unid	Itaparica	01	Unid
Sertão do São Francisco	02	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Metropolitano de Salvador	05	Unid
Sertão Produtivo	03	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Piemonte do Paraguaçu	01	Unid	Estado	12	Unid

Meta	Implantar 37 novos cursos de pós-graduação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Vitória da Conquista	08	Unid
Litoral Sul	04	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Metropolitano de Salvador	12	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid	Estado	08	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Meta	Implantar 09 novos cursos de mestrado				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Sertão Produtivo	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid			

Meta	Implantar 06 novos cursos de doutorado	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	06	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação de novos cursos de graduação
Implantação, consolidação e ampliação de programas de pós-graduação
Ampliação do quadro de profissionais da educação superior

Compromisso	Modernizar e ampliar a infraestrutura física das universidades estaduais
Órgão Responsável	Secretaria da Educação

Meta	Construir 52 unidades universitárias				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	01	Unid	Portal do Sertão	24	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Vitória da Conquista	06	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	08	Unid	Médio Rio de Contas	09	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid
Semiárido Nordeste II	01	Unid			

Meta	Ampliar 74 unidades universitárias				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Médio Sudoeste da Bahia	02	Unid
Sisal	02	Unid	Sertão do São Francisco	02	Unid
Litoral Sul	26	Unid	Bacia do Rio Grande	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Sertão Produtivo	02	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Piemonte do Paraguaçu	01	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Piemonte da Diamantina	01	Unid	Médio Rio de Contas	04	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid	Itaparica	01	Unid
Portal do Sertão	13	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Vitória da Conquista	05	Unid	Metropolitano de Salvador	04	Unid
Recôncavo	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid

Meta	Recuperação de 53 unidades universitárias

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid
Sisal	02	Unid	Portal do Sertão	08	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	10	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Recôncavo	01	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	04	Unid	Médio Rio de Contas	07	Unid
Sertão do São Francisco	02	Unid	Itaparica	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Sertão Produtivo	02	Unid	Metropolitano de Salvador	04	Unid
Piemonte do Paraguaçu	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Piemonte da Diamantina	01	Unid			

Meta	Aparelhar ou reaparelhar 143 unidades universitárias

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Extremo Sul	02	Unid
Velho Chico	01	Unid	Médio Sudoeste da Bahia	10	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Sertão do São Francisco	02	Unid
Sisal	02	Unid	Bacia do Rio Grande	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Sertão Produtivo	03	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Piemonte do Paraguaçu	01	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	EDUCAÇÃO
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Piemonte da Diamantina	01	Unid	Médio Rio de Contas	16	Unid
Semiárido Nordeste II	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Portal do Sertão	62	Unid	Metropolitano de Salvador	05	Unid
Vitória da Conquista	25	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Recôncavo	01	Unid			

Meta	Concluir a obra e equipar o Auditório Central da Uefs	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	01	Unid

Meta	Reparação de 27 unidades universitárias				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Vitória da Conquista	01	Unid	Estado	24	Unid

Entrega/Iniciativa
Modernização e ampliação da infraestrutura física predial das unidades universitárias
Ampliação de área física dos campi
Aparelhamento e reaparelhamento das unidades universitárias
Construção e implantação do Centro de Processos Seletivos
Implantação de novas tecnologias de informação e comunicação
Implementação das redes de gestão departamental

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação
Compromisso Transversal	Órgão
Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, apoiando os recursos humanos, a pesquisa e a infraestrutura para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

ÁREA TEMÁTICA
SEGURANÇA PÚBLICA

A transição do século XX para o século XXI se fez acompanhar de um sentimento generalizado de que as sociedades ocidentais estão prestes a sucumbir diante do crime e da violência. No Brasil, nos anos recentes, a segurança pública tem ocupado posição de destaque nas agendas governamentais em todos os níveis da federação, ao contrário do que acontecia no início da década de 90, quando a violência era um fenômeno típico das capitais e suas regiões metropolitanas.

Nos últimos anos, a morte por causas externas, inclusive os homicídios, tem substituído progressivamente as epidemias e doenças enquanto causa principal de morte entre os jovens. Na Bahia, em 2008, do total de óbitos neste perfil etário, 77% foram atribuídos a causas externas, com o homicídio sendo responsável por 50% das mortes entre os jovens baianos [1].

Desde o final dos anos 90, quando atingiu 14,3 por 100 mil habitantes, a taxa de homicídio vem apresentando crescimento. Entre 2006 e 2009, a velocidade de incremento foi acentuada, com a taxa passando de 23,1 para 34,2[2]. Na comparação entre os estados, a Bahia passou, neste último ano, a figurar entre os 10 mais violentos, ocupando a 8ª posição [3].

O quadro se torna ainda mais preocupante quando se compara a evolução do homicídio no estado, no Nordeste e no Brasil. Como mostra o gráfico a seguir, os índices baianos, embora sigam a mesma tendência verificada na região Nordeste, destoam radicalmente do quadro brasileiro. Entre 2000 e 2009, a taxa de homicídios baiana cresceu em média 7% ao ano, superando o crescimento médio da região Nordeste (4,5%) e do Brasil (-1,7).

Dados mais recentes revelam, entretanto, uma primeira redução do índice de homicídios na Bahia. A taxa por 100 mil habitantes, em 2010, estabilizou-se, e ocorreu uma

1 WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**. Os Jovens do Brasil. Instituto Sangari. 2011.

2 Dados do Centro de documentação e estatística da Policia Civil da Bahia (CEDEP).

3 Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário do fórum Brasileiro de segurança publica**. 2010. Dis-ponível em: http://www2.forumseguranca.org.br/content/anu%C3%A1rio. Acesso em: 02 ago. 2011.

GRÁFICO 1 TAXA DE HOMICÍDIO DOLOSO Bahia, 1990 a 2009

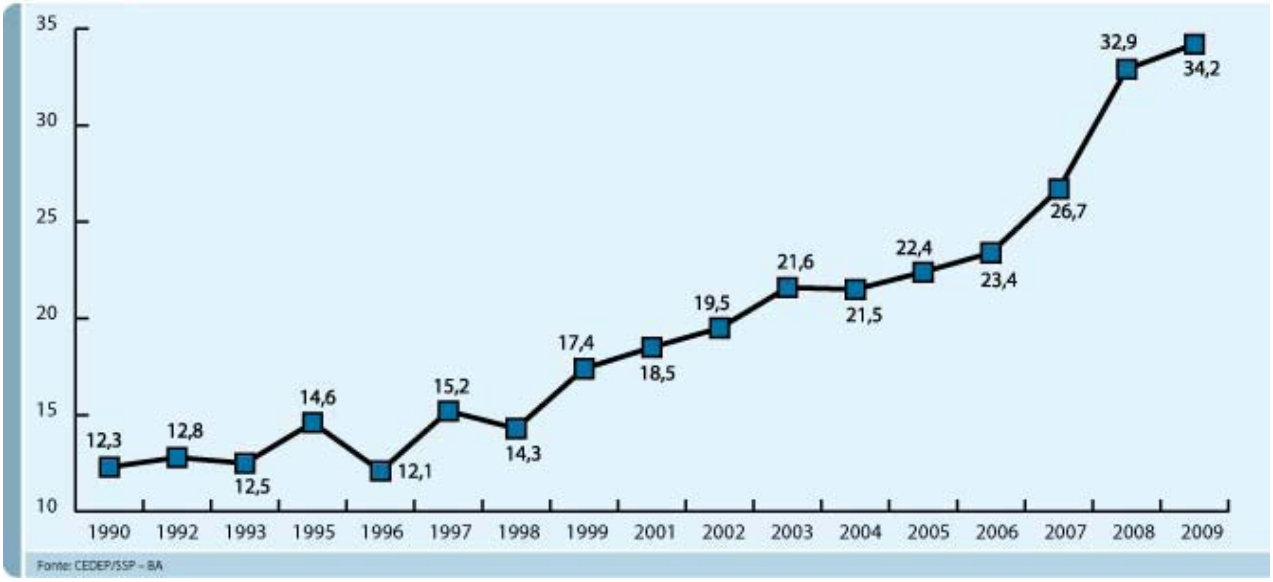
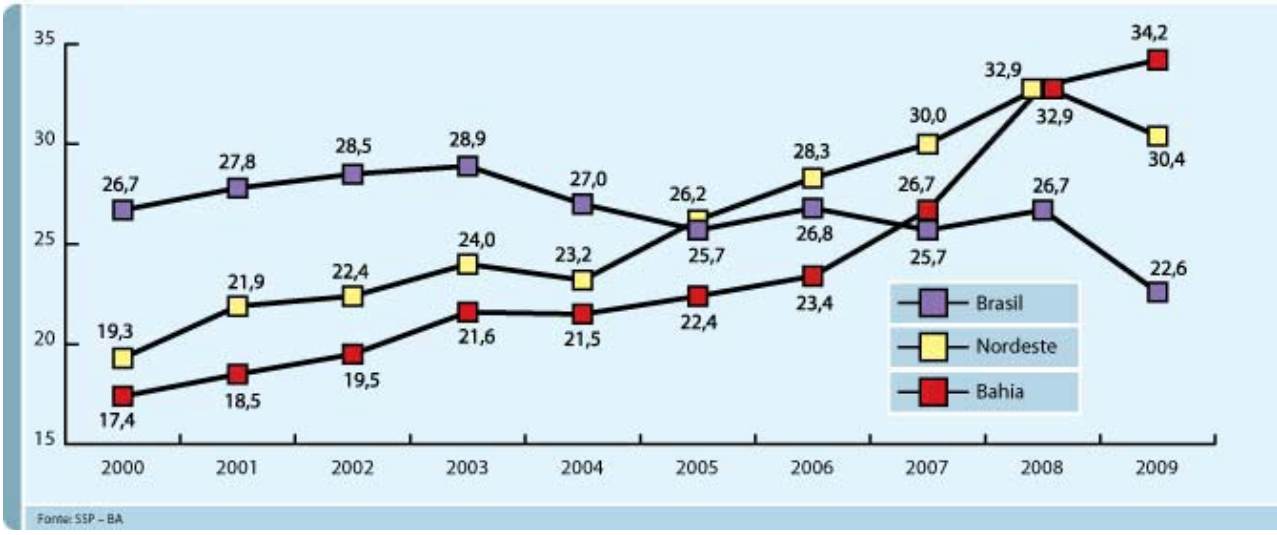


GRÁFICO 2 TAXA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES Brasil/Nordeste/Bahia, 1990 a 2009



queda de 15,6% no número absoluto de casos dolosos no estado no primeiro semestre de 2011, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Estes dados já sinalizam uma mudança de sentido na evolução da taxa [4].

Entre as principais causas a registrar para a elevação da taxa de homicídios, deve ser apontado o crescimento da oferta e do consumo de *crack*, com o fortemente correlacionado aumento do número de jovens vitimados pelo tráfico de drogas. O avanço do consumo e circulação desta droga tem ocorrido tanto na capital como nas cidades do interior. No conjunto do estado, as apreensões de *crack* aumentaram 3.310% entre 2004 e 2010, saindo de 10,5 kg para 357,4 kg. Entre 2006 e 2010, o número de adolescentes presos por tráfico de drogas cresceu de 23 para 223, uma variação de 869,6% [5].

4 Centro de documentação e estatística da Policia Civil da Bahia.

5 Dados do Centro de Documentação e Estatística da Polícia Civil da Bahia (CEDEP)

Diante de tais problemas, discute-se sobre quais seriam os mais eficientes modelos de segurança pública a serem adotados pela Bahia nos próximos, com o intuito de combater a criminalidade. Observa-se que a Bahia tem seguido a tendência brasileira de adotar uma política de segurança pública baseada nos modelos de polícia de proximidade e policiamento comunitário. Esses modelos procuram romper o distanciamento e a hostilidade das comunidades em relação à polícia, que deve trabalhar próxima à população, interagindo e atuando de forma preventiva. O policiamento comunitário busca, assim, a constituição de uma rede de prevenção, com a comunidade participando do próprio planejamento das ações de policiamento. Dentro do contexto de políticas de prevenção, com fundamento nos princípios de polícia de proximidade e polícia comunitária, o desafio é construir um modelo que incorpore as especificidades estaduais.

Outro tema importante nas políticas de segurança pública são as ações cujo público-alvo é formado por crianças e adolescentes em situação de risco, bem como egressos do sistema penitenciário e de instituições juvenis.

Constitui-se, também, de fundamental importância o uso de novas tecnologias que possam instrumentalizar uma gestão de segurança pública norteada pela inteligência, vale dizer, por métodos e processos científicos de produção do conhecimento. De fato, é crescente o entendimento de que apenas o policiamento repressivo não será suficiente para combater a violência e o crescimento de modalidades de crimes, a exemplo dos tecnológicos e transnacionais.

Para o próximo quadriênio, alguns desafios se apresentam na formulação das políticas públicas estaduais de segurança. Um primeiro é o fortalecimento da rede de proteção social e de prevenção como pré-condição fundamental para a redução da criminalidade, especialmente no caso de jovens e adolescentes em condições de vulnerabilidade.

Será necessária, também, a reestruturação do sistema estadual de defesa civil, que deve construir ferramentas eficientes de prevenção e aumentar a eficácia no atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco de integridade física em todos os Territórios de Identidade.

Outro desafio é a construção de um modelo de polícia cidadã. Além de investimentos em infraestrutura, o modelo de segurança pública deve cuidar das questões referentes à remuneração, equipamento, treinamento, preparo técnico e psicológico e rede de informação, de forma a nortear a formação policial com base na cidadania e garantia dos direitos humanos. Os objetivos devem ser fortalecer os valores e garantias de um Estado democrático de direito e aumentar a credibilidade e a confiança da sociedade em relação à polícia.

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**SEGURANÇA PÚBLICA**
Programa	**PACTO PELA VIDA**

Ementa

Implementar uma política de segurança pública transversal e integrada, que proteja a cidadania e garanta os direitos humanos, reduza os índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades, com base em ações construídas de forma pactuada junto à sociedade

Recursos do Programa **R$ 11.388.441.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI	Por 100 mil	2010	34,74	24,70
Número de Adolescentes em Conflito com a Lei	Pessoa	2011	1.501	1.350
Percentual de Reinserção Familiar e ou Comunitária de Usuários Atendidos na Rede de Acolhimento	%	2011	15,00	30,00

Compromisso	Aprimorar a prevenção e repressão da violência, com ações de polícia comunitária focadas em áreas prioritárias
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública
Meta	Diminuira taxa de Crime Violento Letal Intencional - CVLI para 247 por mil habitantes em 2015

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	24,70	Por 100 mil

Entrega/Iniciativa
Implantação da Coordenação de Delegacias e Batalhões Especializados
Implantação de centrais de flagrantes
Implantação de unidades especializadas em salvamento e extinção de incêndios
Construção de sedes de Subgrupamentos do Batalhão Móvel
Expansão e melhoria da rede física do Sistema de Segurança Pública
Ampliação e renovação da frota de veículos policiais
Ampliação e fortalecimento da estratégia Ronda nos Bairros
Aquisição de armamento e de equipamento de proteção individual
Fortalecimento do Sistema de Gestão Informatizada da Segurança Pública
Implementação de novo modelo de gestão das unidades policiais

Compromisso	Implementar ações policiais integradas por meio da gestão democrática do Sistema de Segurança Pública, com o uso da inteligência e da tecnologia como diferencial estratégico
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública
Meta	Ampliar em 60% as ações policiais integradas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	60	%

Entrega/Iniciativa
Ampliação da integração das operações das polícias civil, militar e técnica

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SEGURANÇA PÚBLICA
Programa	PACTO PELA VIDA

Implantação do Departamento Especializado em Repressão ao Crime Organizado
Implantação de Delegacia para Conflitos Fundiários
Implantação do Núcleo de Combate ao Crime Organizado
Implantação do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública - Seisp
Expansão do Sistema de Identificação por Impressões Digitais Automatizado - Siida
Modernização e ampliação do parque tecnológico de informações e telecomunicações do Sistema de Segurança Pública
Reaparelhamento técnico-científico nas áreas de perícias técnicas
Implementação de estudos nas áreas de pesquisa, perícia criminalística e médico-legal

Compromisso	Fortalecer a gestão do Sistema Estadual de Segurança Pública por meio da reestruturação administrativa e do aperfeiçoamento de suas instituições	
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública	
Meta	Reestruturar 40% das unidades do Sistema de Segurança Pública	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	40	%

Entrega/Iniciativa
Reestruturação da rede física das unidades de segurança
Reestruturação física do Corpo de Bombeiros
Reestruturação da Coordenação de Documentação e Estatística Policial
Construção da sede da Superintendência de Inteligência
Ampliação da estrutura física e reaparelhamento do Esquadrão Águia
Implantação da Central de Acompanhamento e Controle de Produção de Laudos Periciais
Implantação da Central de Custódia de Vestígios e Contraprovas
Implantação de novas bases do Grupamento Aéreo da Polícia Militar da Bahia - Graer
Implantação do Departamento de Operações Especiais
Implantação de delegacias especializadas
Implantação de gabinete móvel de comando e controle de evento crítico
Reequipamento e ampliação do parque bélico policial
Modernização do policiamento ambiental
Aquisição de viatura técnica operacional de inteligência
Implementação de ferramenta Business Intelligence - BI
Expansão e fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança

Compromisso	Promover a formação, capacitação e valorização do profissional de segurança pública, com foco no policial cidadão, para melhoria da qualidade dos serviços prestados	
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública	
Meta	Formar 16 mil policiais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	16.000	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SEGURANÇA PÚBLICA
Programa	PACTO PELA VIDA

Meta	Capacitar 52 mil policiais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	52.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Formação e capacitação de policiais
Formação de equipes multidisciplinares para intervenção qualificada a grupos vulneráveis
Modernização e ampliação do atendimento do Departamento Médico
Reestruturação de carreira do profissional de segurança pública
Unificação das Academias de Polícias

Compromisso	Garantir os direitos humanos e a dignidade dos servidores das Polícias, do Sistema Prisional e da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente - Fundac, assegurando-lhes o resgate da sua auto-imagem e da consciência a respeito da importância do seu papel na sociedade	
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	
Meta	Inserir 2 mil servidores em ações de promoção e proteção de direitos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	2.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Realização de diagnóstico de demandas e necessidades das categorias profissionais
Qualificação de servidores, com foco nos direitos humanos e na cidadania
Atendimento aos servidores visando à garantia dos seus direitos

Compromisso	Promover a inclusão social e a garantia da cidadania em áreas críticas, com a participação comunitária
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública
Meta	Implantar 28 bases comunitárias de segurança pública em áreas críticas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	02	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Sertão do São Francisco	02	Unid	Metropolitano de Salvador	15	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid			

Entrega/Iniciativa
Implantação de bases comunitárias de segurança pública em áreas críticas
Implantação de postos de identificação civil em áreas críticas

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**SEGURANÇA PÚBLICA**
Programa	**PACTO PELA VIDA**

Entrega/Iniciativa
Realização da estratégia Ronda nas Escolas
Articulação institucional para realização de projetos sociais em áreas críticas

Compromisso	Intensificar as medidas de prevenção e repressão à corrupção, pelo fortalecimento das ações correicionais no âmbito da Secretaria de Segurança Pública
Órgão Responsável	Secretaria da Segurança Pública
Meta	Instalar a Corregedoria Única do Sistema Correicional da Secretaria da Segurança Pública

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação do Sistema Único de Base de Dados na Área Correicional
Modernização e reaparelhamento logístico e tecnológico do Sistema Único de Corregedoria

Compromisso	Garantir a proteção à vida, a integridade e a assistência a vítimas de violência e testemunhas de crimes
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Meta	Atender 2.200 pessoas nos programas de proteção aos direitos humanos do Sistema Estadual de Proteção

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	2.200	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Assistência e proteção à pessoa em situação de risco ou vulnerabilidade
Manutenção do Centro de Atendimento às Vítimas de Violência - CAVV
Articulação institucional para a prevenção, repressão, responsabilização e atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência

Compromisso	Qualificar e integrar as redes públicas de saúde, assistência social, justiça, direitos humanos e educação para atuação sistêmica na prevenção e tratamento à dependência química
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Meta	Qualificar e integrar as redes públicas de saúde, assistência social, justiça, direitos humanos e educação em 10 municípios, para atuarem na prevenção e no tratamento ao dependente químico

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	01	Município	Portal do Sertão	01	Município
Extremo Sul	01	Município	Vitória da Conquista	01	Município
Sertão do São Francisco	01	Município	Metropolitano de Salvador	05	Município

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**SEGURANÇA PÚBLICA**
Programa	**PACTO PELA VIDA**

Entrega/Iniciativa
Elaboração de mapa georreferenciado das redes públicas de atenção ao usuário de drogas
Disponibilização virtual de guia intersetorial das redes de acolhimento, tratamento e inclusão social de dependentes químicos
Qualificação de profissionais que atuam na prevenção e no tratamento do dependente químico
Realização de campanha informativa e educativa para prevenção e tratamento adequado ao abuso de substâncias psicoativas
Instalação de conselhos municipais sobre drogas

Compromisso	Promover a reinserção na sociedade dos adolescentes em conflito com a lei, com a ampliação e qualificação do atendimento socioeducativo nos municípios prioritários das Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Atender 19.060 adolescentes em conflito com a lei no Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	240	Pessoa	Vitória da Conquista	240	Pessoa
Sertão do São Francisco	150	Pessoa	Médio Rio de Contas	60	Pessoa
Bacia do Rio Grande	150	Pessoa	Itaparica	60	Pessoa
Litoral Norte e Agreste Baiano	60	Pessoa	Metropolitano de Salvador	15.500	Pessoa
Portal do Sertão	2.600	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Funcionamento das unidades de atendimento socioeducativo da Fundac
Ampliação da oferta de vagas de internação e internação provisória no interior para adolescentes
Qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos
Implantação do serviço de unidades de semiliberdade para adolescentes
Implantação do Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase
Implantação da Comissão Intersetorial Estadual de Implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase
Construção da nova unidade da Comunidade de Atendimento Socioeducativo - Case em Salvador
Capacitação dos operadores do sistema socioeducativo
Construção e reforma das unidades de atendimento socioeducativo
Articulação para a inserção de adolescentes nos programas institucionais
Articulação do Programa de apoio a família e ao egresso da Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac com a rede de serviços de Proteção Especial Básica (Cras) e de Proteção Especial - (Creas)

Compromisso	Atender e acompanhar pessoas usuárias de substâncias psicoativas e suas famílias
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SEGURANÇA PÚBLICA
Programa	PACTO PELA VIDA

Meta	Promover o acolhimento de 2,4 mil usuários de substâncias psicoativas e/ou famílias referenciados aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - Creas nos serviços socioassistenciais disponíveis na rede do Sistema Único de Assistêncis Social - Suas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	300	Família	Vitória da Conquista	300	Família
Sertão do São Francisco	100	Família	Metropolitano de Salvador	1.000	Família
Bacia do Rio Grande	100	Família	Costa do Descobrimento	200	Família
Portal do Sertão	400	Família			

Entrega/Iniciativa
Normatização dos serviços de acompanhamento de pessoas usuárias de substâncias psicoativas e suas famílias
Capacitação de operadores dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas em atendimento e acompanhamento de pessoas usuárias de substâncias psicoativas e suas famílias

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Bahia Saudável
Compromisso Transversal	Órgão
Promover a atenção integral às pessoas com transtorno mental e/ou usuário de crack, álcool e de outras drogas no âmbito do SUS-Bahia	Secretaria da Saúde
Programa	Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
Compromisso Transversal	Órgão
Ampliar as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, enquanto direito que não prescreve com a idade	Secretaria da Educação
Assegurar a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular	Secretaria da Educação
Programa	Educação Superior no Século XXI
Compromisso Transversal	Órgão
Fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural	Secretaria da Educação
Fortalecer o desempenho das universidades estaduais baianas como vetores para a melhoria da qualidade de ensino e do aprendizado nas escolas públicas estaduais e municipais	Secretaria da Educação
Programa	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
Compromisso Transversal	Órgão
Facilitar o acesso à Justiça e a direitos para a população socialmente vulnerável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Garantir à população baiana o direito à documentação civil básica	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SEGURANÇA PÚBLICA
Programa	PACTO PELA VIDA

Programa	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

Compromisso Transversal	Órgão
Prevenir e enfrentar o tráfico de pessoas no Estado, preservando a dignidade do cidadão e o direito à vida e à liberdade	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Programa	Ressocialização: Direito do Interno e do Cumpridor de Penas e Medidas Alternativas

Compromisso Transversal	Órgão
Fortalecer a ressocialização e integração social dos internos e egressos do sistema penitenciário, através de ações de educação, saúde, assistência social, profissionalização e trabalho produtivo	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
Promover a inclusão de pessoas privadas de liberdade no mundo do trabalho e sua ressocialização à sociedade, através da qualificação social e profissional	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Programa	Juventude

Compromisso Transversal	Órgão
Promover o desenvolvimento socioeconômico dos jovens de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade ou risco social, contribuindo para a sua inserção no mundo do trabalho e o exercício da cidadania	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Promover a convivência social, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho do jovem adolescente, contribuindo para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, com o retorno dos adolescentes à escola e a sua permanência no sistema de ensino	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Criança e Adolescente

Compromisso Transversal	Órgão
Promover a reinserção na sociedade dos adolescentes em conflito com a lei, com a ampliação e qualificação do atendimento socioeducativo	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Ampliar e articular a rede de serviços voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco referenciados aos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - Creas e Centros de Referência de Assistência Social - Cras para contribuir com o cumprimento das legislações específicas a este segmento	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Proteção Social

Compromisso Transversal	Órgão
Assegurar que todas as famílias vulneráveis estejam incluídas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, com condições de inclusão às políticas públicas, por meio do permanente e efetivo apoio do Governo do Estado aos municípios	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Fortalecer o Sistema Estadual de Defesa Civil para garantir a integridade física do cidadão	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SEGURANÇA PÚBLICA
Programa	PACTO PELA VIDA

Programa	Proteção Social	
Compromisso Transversal		Órgão
Fortalecer o convívio familiar, comunitário e social para contribuir com a garantia de direitos das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Proteção Social	
Compromisso Transversal		Órgão
Ampliar a proteção integral a famílias e indivíduos com vínculos fragilizados ou rompidos		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Aprimorar e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social - Suas na Bahia para o seu pleno funcionamento e promovendo o fortalecimento do Pacto Federativo		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Segurança Alimentar e Nutricional	
Compromisso Transversal		Órgão
Garantir o direito humano à alimentação adequada para salvaguardar as condições mínimas de sobrevivência e a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Promover a segurança alimentar de famílias inscritas no Cadastro Único - CadÚnico, em locais de potencialidade para a pesca artesanal, aquicultura, núcleos produtivos rurais, urbanos e periurbanos		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Promover a segurança alimentar de pequenos produtores familiares do semiárido baiano na perspectiva de aumento da produção de alimentos		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Vida Melhor - Oportunidade Para Quem Mais Precisa	
Compromisso Transversal		Órgão
Prestar assistência técnica e extensão com qualidade a pescadores e aquicultores a fim de garantir uma melhoria na vida		Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Promover a inserção de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis e suas organizações no mundo dos direitos e geração de renda		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Contribuir para a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população mediante apoio a empreendimentos de economia popular e solidária		Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Programa	Promoção da Igualdade Racial e Garantia de Direitos	
Compromisso Transversal		Órgão
Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil.		Secretaria de Promoção da Igualdade

Programa	Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	
Compromisso Transversal		Órgão
Promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT, mediante a ampliação e implementação de políticas voltadas para a sua inclusão, sustentabilidade e igualdade, salvaguardando e ampliando os benefícios da biodiversidade, com ênfase na produção dos conhecimentos científicos e valorização dos saberes tradicionais		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SEGURANÇA PÚBLICA
Programa	PACTO PELA VIDA

Programa	Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	
Compromisso Transversal		Órgão
Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência		Secretaria de Políticas para as Mulheres

Programa	Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	
Compromisso Transversal		Órgão
Promover a divulgação e o fortalecimento dos instrumentos de proteção aos direitos das mulheres em situação de violência		Secretaria de Políticas para as Mulheres
Promover o respeito aos direitos sexuais e o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, por meio do fomento à desconstrução dos estereótipos e mitos e da repressão a tais condutas delituosas		Secretaria de Políticas para as Mulheres
Assegurar o respeito aos direitos humanos e melhores condições às mulheres internas no sistema penitenciário		Secretaria de Políticas para as Mulheres
Promover a proteção integral a mulher com vínculos fragilizados ou rompidos, para contribuir com a garantia de direitos, ameaçados e violados		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Autonomia das Mulheres	
Compromisso Transversal		Órgão
Promover a autonomia das mulheres, considerando as desigualdades de gênero, classe e raça, desenvolvendo ações que contribuam para a modificação da atual divisão sexual no trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza		Secretaria de Políticas para as Mulheres
Promover a erradicação da feminilização da extrema pobreza na Bahia, por meio da busca ativa de famílias chefiadas por mulheres, ainda excluídas, para viabilizar seu acesso ao Cadastro Único do programa Bolsa Família e aos equipamentos de promoção da segurança alimentar e nutricional e proteção social		Secretaria de Políticas para as Mulheres
Fortalecer uma cultura social não sexista, não racista, não lesbofóbica e homofóbica, pela promoção de políticas públicas de educação de qualidade, culturais, de esporte e lazer, com garantia de tratamento igualitário entre mulheres e homens		Secretaria de Políticas para as Mulheres
Promover o fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres em espaços de poder e decisão das políticas públicas		Secretaria de Políticas para as Mulheres
Fomentar e dar publicidade ao debate público sobre a temática de gênero para a promoção da igualdade entre mulheres e homens		Secretaria de Políticas para as Mulheres
Promover a inclusão socioprodutiva de mulheres das áreas rurais, urbanas e periurbanas, que se encontram em situação de pobreza		Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SEGURANÇA PÚBLICA
Programa	PACTO PELA VIDA

Programa	Trabalho Decente	
Compromisso Transversal		Órgão
Estimular o Trabalho Decente no âmbito da diretriz dos Empregos Verdes, junto aos grupos sociais mais vulneráveis		Secretaria do Meio Ambiente

Programa	Trabalho Decente	
Compromisso Transversal		Órgão
Assistir ao trabalhador, contribuindo para a valorização do trabalho como via de superação da pobreza		Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Programa	Bom Trabalho: Ampliando Oportunidades	
Compromisso Transversal		Órgão
Contribuir para implementação de Políticas Públicas de Comunicação Social, promovendo ações de formação, produção e difusão da comunicação em suas diversas linguagens		Secretaria de Comunicação Social
Oferecer qualificação social e profissional para os trabalhadores baianos nas áreas de proteção social como precondição para a redução da criminalidade, oportunizando a inclusão no mundo do trabalho		Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Programa	Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda	
Compromisso Transversal		Órgão
Desenvolver tecnologias sociais e ambientais para empreendimentos solidários		Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fortalecer o microcrédito, o crédito solidário e as finanças solidárias para ampliar a geração de renda e autoemprego da população baiana		Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Ampliar a comercialização do artesanato baiano para estimular a sua sustentabilidade		Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Programa	Bahia Esportiva	
Compromisso Transversal		Órgão
Criar espaços de convivência para a prática de esporte e lazer, propiciando a promoção da saúde física e mental		Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Promover a inclusão social por meio do esporte de participação		Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Programa	Energia para o Desenvolvimento	
Compromisso Transversal		Órgão
Promover a oferta de energia elétrica, em quantidade e qualidade adequadas ao suprimento de consumidores e/ou potenciais consumidores, buscando o desenvolvimento socioeconômico do Estado		Secretaria de Infraestrutura

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	SEGURANÇA PÚBLICA
Programa	PACTO PELA VIDA

Programa	Reabilitação do Centro Antigo de Salvador
Compromisso Transversal	Órgão
Qualificar os serviços, projetos e equipamentos sociais do Centro Antigo de Salvador para promover a inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Copa 2014
Compromisso Transversal	Órgão
Promover a gestão integrada das ações de identificação e tratamento de riscos e situações emergênciais, considerando ocorrências de origem diversas, em especial eventos climáticos extremos, promovendo o atendimento tempestivo e efetivo à população, nas áreas de segurança, saúde, assistência social, bombeiros, defesa civil, dentre outras	Secretaria de Infraestrutura

Programa	Economia Criativa
Compromisso Transversal	Órgão
Fomentar os seguimentos culturais na Bahia, por meio de um sistema de financiamento diversificado, que contemple a plurialidade da cultura e estimule o desenvolvimento sustentável das atividades culturais	Secretaria de Cultura

Programa	Desenvolvimento Cultural
Compromisso Transversal	Órgão
Consolidae e aprofundar o desenvolvimento territoral da cultura no Estado, contemplando sua diversidade de expressões manifestadas em todos os territórios de identidade	Secretaria de Cultura

Programa	Planejamento e Gestão Estratégica
Compromisso Transversal	Órgão
Buscar, de acordo com o protocolo Agenda Bahia, soluções para questões prioritárias das Políticas Públicas Estaduais, articulando a cooperação entre os Poderes, Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Bahia e demais entes congêneres	Gabinete do Governador

Programa	Justiça Presente
Compromisso Transversal	Órgão
Facilitar o acesso à justiça para atender os direitos do cidadão mediante o desenvolvimento de ações que propiciem a expansão e a celeridade dos serviços	Tribunal de Justiça
Incentivar a conciliação e outras formas alternativas para resolução de conflitos, de modo a agilizar o atendimento judicial, promovendo a negociação e mediação entre as partes envolvidas	Tribunal de Justiça

Programa	Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena
Compromisso Transversal	Órgão
Contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Social, visando à redução dos índices de criminalidade no Estado	Ministério Público

Programa	Acesso à Justiça Integral e Gratuita
Compromisso Transversal	Órgão
Garantir a dignidade da pessoa humana e reduzir as desigualdades sociais prestando assistência jurídica integral e gratuita	Defensoria Pública do Estado da Bahia

ÁREA TEMÁTICA
TRABALHO E RENDA

Pensar a renda e o trabalho para os próximos quatro anos vai além de criar oportunidades de emprego. Trata-se de buscar opções de vida para a população baiana, a qual, ao longo da história, sofreu com péssimas condições de trabalho e pouca capacidade de auferir rendimento. Estas opções podem avançar além do assalariamento padrão; é necessário apoiar também o trabalho autônomo, os microempreendedores individuais e as cooperativas, sem perder de vista a promoção de um trabalho digno e de acordo com as condições mínimas de salubridade e segurança, assegurando-se a igualdade de gênero e étnica.

Desde 2003, quando o Brasil assinou um memorando de cooperação técnica com a OIT, a fim de estabelecer a promoção de uma Agenda do Trabalho Decente, verifica-se no país uma busca para concretizar uma relação de trabalho mais justa e equitativa. Esta também se revelou a preocupação da Bahia, uma vez que o estado foi pioneiro, no Brasil, no estabelecimento dessa Agenda.

Assim, o governo baiano tornou pública sua preocupação com o oferecimento de trabalho em condições adequadas, já que tomou para si a atribuição de tornar realidade as ideias objetivadas nos pilares estabelecidos pela OIT, que são: o respeito aos princípios e direitos fundamentais do trabalho, a geração de mais e melhores empregos, a extensão da proteção social e a promoção do diálogo social.

Algumas ações já foram empreendidas, como a promulgação da lei 11.479/09, que veda as relações do estado com empresas que não pautem suas atividades em uma relação trabalhista digna. Também se buscou oferecer novas oportunidades. Nos últimos anos, foram criados centenas de milhares de empregos formais, quase 140 mil apenas em 2010.[1] Programas sociais também contribuíram, significativamente, para a geração de trabalho e renda, em especial aqueles que possibilitaram ao trabalhador exercer suas atividades de forma independente. Nesse sentido, são destaque os programas voltados para economia solidária, como o Credisol – Programa de Crédito Solidário do Estado da Bahia. Através dele, muitos trabalhadores foram capa-

1 SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais), Boletim PED, Dez,2010

zes de acessar ao crédito necessário para desenvolver suas próprias atividades e obter renda a partir delas.

Os desafios são, contudo, muito mais complexos. Entre 2003 e 2010, a população em idade ativa cresceu 20,3% na Região Metropolitana de Salvador [2]. Apesar das ações concretizadas, as intervenções ainda não foram suficientes para eliminar os problemas de falta de oportunidades, de permanente ameaça de precarização das relações de trabalho e de persistência da má distribuição da renda no estado.

A questão se complica ainda mais pelo fato de continuar em curso uma complexa reestruturação produtiva da economia, baseada na criação de novas formas de produção ditas "flexíveis" e de gestão da força de trabalho. A reestruturação destruiu empregos num primeiro momento e tende a impor, com a retomada do crescimento econômico, um novo tipo de assalariamento com menos direitos e maior instabilidade, até porque fortemente assentado na terceirização.

Na Bahia, o atraso da modernização da agropecuária, o perfil da indústria, ainda centrada na produção de bens intermediários, e o caráter capital-intensivo dos seus setores mais dinâmicos geraram um excedente de trabalhadores nunca foram incorporados ao circuito da acumulação do capital. Derivam daí os altos níveis de desemprego (tanto aberto quanto oculto) e de persistência de relações informais de trabalho como estratégias de sobrevivência pessoal e familiar. Em 2009, menos de 30% da população baiana ocupada trabalhou com carteira assinada e apenas 35,7% contribuiu com a previdência [3].

Outra característica marcante da economia baiana reside nas disparidades regionais de renda e de condições de trabalho, notadamente no que se refere à diferença de situações entre a Região Metropolitana de Salvador e o interior do estado. É no semiárido que as condições são mais criticas. Nesta região perduram o trabalho infantil e o trabalho escravo, e a remuneração abaixo do salário mínimo faz-se mais presente.

2 Dados IBGE, "Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa mensal de emprego", 2010.

3 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. PNAD. 2009.

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível a intervenção governamental para garantir e ampliar direitos sociais básicos. A ação estatal deve buscar corrigir os desequilíbrios, a fim de permitir uma melhor distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico entre as diversas regiões e entre os diversos grupos de empreendedores e trabalhadores.

Os próximos anos sinalizam um ambiente favorável para a expansão das oportunidades de trabalho. Espera-se uma intensificação do investimento privado e a aceleração do investimento público em grandes projetos: mobilidade urbana, nova arena da Fonte Nova e outras obras relacionadas à Copa de 2014, ferrovia Oeste-Leste, Porto Sul, grandes projetos de mineração, expansão do agronegócio. Este cenário de crescimento econômico cria melhores condições para o incentivo e a garantia do "trabalho decente".

Será preciso, inicialmente, resguardar os interesses das crianças e adolescentes e oferecer condições igualitárias de trabalho. Para os jovens, deve-se proporcionar educação ao invés de trabalho. Para negros, mulheres e outros grupos de trabalhadores discriminados, será necessário assegurar direitos.

A promoção de um trabalho decente também passa pela afirmação dos direitos dos trabalhadores domésticos, segmento onde perduram antigos problemas como a reduzida proporção de ocupados com carteira assinada, longas jornadas de trabalho, remuneração inferior ao salário mínimo e emprego de crianças e adolescentes.

Garantir a segurança dos trabalhadores na execução de suas atividades também constitui um aspecto importante no que se refere ao trabalho decente. Assim, a promoção de mecanismos de proteção da integridade física e psicológica do trabalhador deve ser intensificada, visto que os acidentes de trabalho, as lesões por esforço repetitivo, a exposição ao barulho ou materiais perigosos, a depressão por assédio moral e outros fatores crescem como explicações para significativa parcela dos afastamentos de trabalhadores.

É dever do Estado vincular à criação de trabalhos decentes uma dimensão sustentável. Para isso, a política estadual para o trabalho, emprego e renda deve incluir uma diretriz direcionada ao fomento dos "empregos ver-

des". Trata-se de avançar no desenvolvimento de uma economia sustentável, incentivando não apenas a geração de postos de trabalho nos setores econômicos da economia verde, mas também de iniciar a construção de uma rede de prestação de serviços ambientais, financiada por recursos públicos e privados, com foco na preservação dos solos, rios e matas, reflorestamento, reciclagem e outras atividades.

A inclusão no mundo do trabalho exige, sobretudo, o investimento em educação. É de fundamental importância informar os trabalhadores sobre seus direitos e instruir, estimular e monitorar os empregadores com o objetivo de fazê-los pautar suas atividades através da manutenção de uma relação trabalhista saudável e civilizada, que se assente também na valorização contínua dos recursos humanos. Um dos primeiros desafios é a melhoria da qualificação da mão-de-obra, que deve ser alcançada através da profissionalização.

Muitas vagas de trabalho deixam de ser preenchidas por falta de qualificação, o que não é interessante nem para o trabalhador nem para o empregador e prejudica o desenvolvimento do estado. A qualificação deve estar associada a sistemas de intermediação de mão-de-obra, que tornam mais atrativa para o trabalhador a realização dos cursos de aprendizado e reduzem custos de transação no conjunto da economia.

É preciso lembrar, ainda, que a Economia Solidária tem sido uma importante alternativa de ocupação nos anos recentes. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o Nordeste é a região com maior número de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): em 2007, eram 9.498, representando 43,5% do total do país. A Bahia contava, no mesmo ano, com 1.611 EES. Em consonância com o Programa Federal de Economia Solidária, o Governo da Bahia tem apoiado o fortalecimento desses empreendimentos por meio do acesso ao capital e regulamentação do setor, além do incentivo e apoio à assistência técnica e organização do comércio.

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**TRABALHO E RENDA**
Programa	**TRABALHO DECENTE**

Ementa

Promover o trabalho decente garantindo condições de liberdade, equidade, saúde, segurança, dignidade humana e proteção social, de acordo com as diretrizes da Agenda Bahia do Trabalho Decente

Recursos do Programa **R$ 25.998.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Documentos Civis e Trabalhistas Emitidos	Unid	2010	305.000	1.650.000
Trabalhador Orientado	Pessoa	2010	23.565	80.080

Compromisso	Gerir a Agenda Bahia do Trabalho Decente
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Implementar, desenvolver e avaliar as linhas de ação da Agenda Bahia do Trabalho Decente

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa

- Coordenação do Comitê Gestor para o Programa Trabalho Decente
- Articulação e fomento para a implementação dos planos de ação do Programa Trabalho Decente
- Realização de conferências, eventos e atividades de divulgação, discussão e avaliação das ações dos eixos prioritários da Agenda Bahia do Trabalho Decente
- Monitoramento e avaliação do Programa Trabalho Decente
- Estudos e pesquisas para conhecimento do mundo do trabalho sob a ótica do Trabalho Decente
- Consolidação do Observatório do Trabalho na Bahia como instrumento de pesquisas e análises estruturais sobre o mundo do trabalho
- Parcerias para a realização mensal da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador – PEDRMS
- Formação de servidores multiplicadores nos temas relacionados ao Trabalho Decente

Compromisso	Assistir ao trabalhador, contribuindo para a valorização do trabalho como via de superação da pobreza
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Atender 80.080 trabalhadores orientando-os sobre direitos trabalhistas e previdenciários, saúde e segurança do trabalho

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80.080	Pessoa

Meta	Emitir 1,65 milhão de documentos civis e trabalhistas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	1.650.000	Unid

Meta	Realizar a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, em 120 mil domicílios

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	**TRABALHO E RENDA**
Programa	**TRABALHO DECENTE**

Meta	Publicar 12 relatórios / boletins sobre o mercado de trabalho baiano	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	12	Unid

Meta	Apoiar 380 comissões municipais de emprego, trabalho e renda	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	380	Unid

Entrega/Iniciativa
Disseminação de informações sobre direitos trabalhistas e previdenciários, saúde e segurança do trabalho
Levantamento, sistematização e divulgação de informações sobre emprego e desemprego na Bahia
Fortalecimento das Comissões Municipais de Emprego, Trabalho e Renda

Compromisso	Ampliar o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho	
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	
Meta	Implantar e desenvolver o programa de Divulgação e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mundo do Trabalho	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Diagnóstico sobre pessoas com deficiência no mundo do trabalho, com identificação dos pontos vulneráveis do ato de inclusão
Implantação do programa de Divulgação e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mundo do Trabalho

Compromisso	Estimular o Trabalho Decente no âmbito da diretriz dos Empregos Verdes, junto aos grupos sociais mais vulneráveis
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente
Meta	Implantação de 03 Centros de Referência de Restauração Florestal

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Portal do Sertão	01	Unid			

Entrega/Iniciativa
Estímulo a implantação de microempreendimentos de produção de mudas florestais nativas nos biomas Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado
Fomento a empreendimentos solidários de catadores de materiais recicláveis
Desenvolvimento da meliponicultura no entorno de Unidades de Conservação Estaduais - UCEs e em áreas prioritárias para conservação nos biomas Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado
Implantação do Centro de Referência de Restauração Florestal

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Autonomia das Mulheres
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a autonomia das mulheres, considerando as desigualdades de gênero, classe e raça, desenvolvendo ações que contribuam para a modificação da atual divisão sexual no trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza	Secretaria de Políticas para as Mulheres

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	TRABALHO E RENDA
Programa	BOM TRABALHO: AMPLIANDO OPORTUNIDADES

Ementa

Ampliar as oportunidades ocupacionais para trabalhadores, geradas pelo novo ciclo de desenvolvimento social, econômico e ambiental no Estado

Recursos do Programa R$ 238.839.990,00

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Número de Trabalhadores Colocados pelo Serviço de Intermediação de Mão de Obra	Pessoa	2010	60.285,00	280.000,00
Número de Trabalhadores Qualificados	Pessoa	2010	11.000,00	161.500,00
Participação no Caged (inclusão)	%	2010	8,00	10,00
Unidade de Atendimento ao Trabalhador Implantada	Unid	2010	7	29
Serviços Autônomos Intermediados	Unid	2010	99.458	650.000

Compromisso	Ampliar a capacidade de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda	
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	
Meta	Inserir e/ou reinserir no mercado de trabalho 280 mil trabalhadores	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	280.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa

- Fortalecimento da Rede de Atendimento ao Trabalhador
- Ampliação de Pontos de Atendimento ao Trabalhador
- Realização de cursos de qualificação profissional
- Inserção e reinserção de trabalhadores no mercado de trabalho

Compromisso	Promover a inclusão no mundo do trabalho, dos jovens em situação de vulnerabilidade social, pela qualificação social e profissional, com foco nos investimentos previstos no Estado, prioritariamente nas áreas de construção civil, indústria, comércio, serviço, tecnologia da informação, transporte, turismo, alimentos e agricultura familiar				
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte				
Meta	Realizar a qualificação social e profissional de 69,5 mil jovens				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	1.200	Pessoa	Sisal	2.000	Pessoa
Velho Chico	1.900	Pessoa	Litoral Sul	3.500	Pessoa
Chapada Diamantina	1.200	Pessoa	Baixo Sul	2.600	Pessoa
Extremo Sul	3.000	Pessoa	Vale do Jiquiriçá	1.700	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	1.300	Pessoa	Sertão do São Francisco	3.200	Pessoa
Bacia do Rio Grande	2.100	Pessoa	Bacia do Jacuípe	1.300	Pessoa
Bacia do Paramirim	1.100	Pessoa	Piemonte da Diamantina	1.200	Pessoa
Sertão Produtivo	3.400	Pessoa	Semi-árido Nordeste II	1.100	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	TRABALHO E RENDA
Programa	BOM TRABALHO: AMPLIANDO OPORTUNIDADES

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Piemonte do Paraguaçu	1.100	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	2.500	Pessoa
Costa do Descobrimento	2.200	Pessoa	Portal do Sertão	3.600	Pessoa
Vitória da Conquista	3.000	Pessoa	Itaparica	1.100	Pessoa
Recôncavo	7.500	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	1.200	Pessoa
Médio Rio de Contas	900	Pessoa	Metropolitano de Salvador	13.500	Pessoa
Bacia do Rio Corrente	1.100	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Qualificação de jovens em situação de vulnerabilidade social

Compromisso	Oferecer qualificação social e profissional para os trabalhadores baianos nas áreas de proteção social como precondição para a redução da criminalidade, oportunizando a inclusão no mundo do trabalho
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Realizar qualificação social e profissional para 10 mil trabalhadores, moradores nas áreas estratégicas de ação do Programa Pacto Pela Vida – PPV

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	800	Pessoa	Vitória da Conquista	1.200	Pessoa
Extremo Sul	600	Pessoa	Itaparica	800	Pessoa
Portal do Sertão	600	Pessoa	Metropolitano de Salvador	6.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Qualificação de trabalhadores das áreas estratégicas do Programa Pacto Pela Vida – PPV

Compromisso	Fomentar a empregabilidade e o empreendedorismo na área de Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Meta	Realizar 10 mil capacitações na área de Tecnologia da Informação – TI

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	731	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	237	Pessoa
Baixo Sul	126	Pessoa	Portal do Sertão	865	Pessoa
Extremo Sul	572	Pessoa	Vitória da Conquista	560	Pessoa
Bacia do Rio Grande	314	Pessoa	Médio Rio de Contas	271	Pessoa
Sertão do São Francisco	404	Pessoa	Itaparica	235	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	TRABALHO E RENDA
Programa	BOM TRABALHO: AMPLIANDO OPORTUNIDADES

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Médio Sudoeste da Bahia	110	Pessoa	Metropolitano de Salvador	5.575	Pessoa

Meta	Implantar 34 Centros Vocacionais Tecnológicos Territoriais – CVTTs

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Bacia do Jacuípe	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Semiárido Nordeste II	02	Unid
Sisal	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid
Litoral Sul	02	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Recôncavo	02	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid
Sertão Produtivo	02	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Piemonte do Paraguaçu	01	Unid			

Entrega/Iniciativa
Capacitação de profissionais na área de Tecnologia da Informação – TI
Implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos Territoriais – CVTTs

Compromisso	Contribuir para implementação de Políticas Públicas de Comunicação Social, promovendo ações de formação, produção e difusão da comunicação em suas diversas linguagens
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social
Meta	Promover a formação técnica qualificada de 800 comunicadores comunitários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	60	Pessoa	Velho Chico	42	Pessoa
Chapada Diamantina	72	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	66	Pessoa
Sisal	60	Pessoa	Vitória da Conquista	69	Pessoa
Litoral Sul	81	Pessoa	Médio Rio de Contas	48	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	TRABALHO E RENDA
Programa	BOM TRABALHO: AMPLIANDO OPORTUNIDADES

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Vale do Jiquiriçá	63	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	33	Pessoa
Sertão do São Francisco	30	Pessoa	Itaparica	18	Pessoa
Bacia do Rio Grande	32	Pessoa	Metropolitano de Salvador	31	Pessoa
Bacia do Jacuípe	32	Pessoa	Costa do Descobrimento	63	Pessoa

Meta	Apoiar quatro projetos de produção nas diversas linguagens midiáticas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	04	Unid

Meta	Promover uma pesquisa-diagnóstico sobre a comunicação no Estado	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Implementação do programa Ondas Livres
Fomento à produção de comunicação em diversas linguagens midiáticas
Realização de edital de circulação da produção independente em diversos espaços midiáticos e públicos
Pesquisa-diagnóstico da comunicação
Promoção de eventos de comunicação
Treinamento de comunicadores comunitários

Compromisso	Produzir informações sobre o impacto decorrente de investimentos específicos na economia baiana, para a geração de emprego direto e indireto e sobre as características do mercado de trabalho em cidades médias
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento
Meta	Realizar quatro estudos sobre o impacto dos investimentos realizados no Estado no nível de emprego direto e indireto

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	04	Unid

Meta	Realizar duas avaliações sobre o mercado de trabalho formal e informal em cidades médias				
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**	**Regionalização**	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Portal do Sertão	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de pesquisa de emprego e desemprego em cidades médias baianas
Elaboração da matriz de insumo-produto do Estado da Bahia

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**TRABALHO E RENDA**
Programa	**BOM TRABALHO: AMPLIANDO OPORTUNIDADES**

Entrega/Iniciativa
Capacitação do corpo técnico em avaliação de matriz insumo-produto
Identificação de oportunidades de negócios por setor, a partir da matriz de insumo-produto
Análise semestral de impactos no nível de emprego por setor, a partir da matriz de insumo-produto

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Educação Profissional
Compromisso Transversal	**Órgão**
Fortalecer a inclusão educacional por meio da educação profissional para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional	Secretaria da Educação
Garantir o desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho, por meio da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio subsequentes	Secretaria da Educação
Assegurar a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, por meio de cursos de educação profissional integrados à elevação da escolaridade nos níveis fundamental e médio, em articulação com ações federais e estaduais voltadas à promoção de trabalho, emprego e renda	Secretaria da Educação
Programa	Juventude
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover o desenvolvimento socioeconômico dos jovens de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade ou risco social, contribuindo para a sua inserção no mundo do trabalho e o exercício da cidadania	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Fortalecer o sistema de garantias de direitos dos jovens, elevando o patamar da temática juvenil na Agenda Política Estadual	Secretaria de Relações Institucionais
Programa	Microempresa e Empresas de Pequeno Porte
Compromisso Transversal	**Órgão**
Fortalecer o segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, para aumentar a competitividade, reduzir a informalidade, gerar novos empregos e facilitar o acesso ao crédito e a novos mercados	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**TRABALHO E RENDA**
Programa	**BAHIA SOLIDÁRIA: MAIS TRABALHO E MAIS RENDA**

Ementa

Estimular o desenvolvimento socioeconômico de empreendimentos solidários e populares

Recursos do Programa **R$ 67.430.480,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Evolução do Número de Empreendimentos de Economia Solidária	%	2010	77,70	85,40
Número de Contratos Liberados para Empreendedores de Micro e Pequenos Negócios da Economia Popular e Solidária	Unid	2010	16.000	105.000
Volume de Recursos Liberados para Empreendedores de Micro e Pequenos Negócios da Economia Popular e Solidária	Reais	2010	26.500.000,00	136.500.000,00
Número de Contratos Liberados para Empreendimentos de Economia Popular e Solidária	Unid	2011	7	81
Número de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária	Unid	2011	45	97
Número de Projetos Beneficiados com Apoio Direto	Unid	2010	20	180
Número de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária Recicladores Beneficiados com Processo Formativo	Unid	2010	8	20
Empreendimentos de Economia Solidária Beneficiados com Processo Formativos	Unid	2010	150	600

Compromisso	Difundir a cultura da economia solidária
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Qualificar 6 mil atores sociais envolvidos em grupos produtivos, em empreendimentos e instituições de apoio e fomento e gestores públicos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	6.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa

- Elaboração de relatório com o perfil da economia solidária na Bahia
- Manutenção da base de dados dos Empreendimentos da Economia Solidária – EES
- Implantação do Portal do Cooperativismo, da Economia Popular e da Economia Solidária
- Publicação de revistas para divulgação dos resultados alcançados pelo Programa
- Realização de campanhas publicitárias
- Promoção de feiras solidárias, oficinas, cursos e seminários

Compromisso	Fortalecer o microcrédito, o crédito solidário e as finanças solidárias para ampliar a geração de renda e autoemprego da população baiana
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Incorporar 105 mil contratos do programa de Microcrédito do Estado da Bahia – Credibahia

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	105.000	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	TRABALHO E RENDA
Programa	BAHIA SOLIDÁRIA: MAIS TRABALHO E MAIS RENDA

Meta	Beneficiar 97 Empreendimentos de Economia Solidária - EES através de Fundos Rotativos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	97	Unid

Meta	Acompanhar e monitorar 81 empreendimentos associativos solidários beneficiários do Crédito Solidário - Credisol	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	81	Unid

Entrega/Iniciativa
Formação de agentes e supervisores de crédito
Formação de pessoas contempladas com políticas públicas de microcrédito e finanças solidárias
Apoio a Empreendimentos de Economia Solidária - EES praticantes de fundos rotativos
Liberação de contratos de financiamento, na forma de Microcrédito e de Crédito Solidário - Credisol
Implantação de postos de atendimento do programa de Microcrédito do Estado da Bahia - Credibahia

Compromisso	Promover a melhoria do processo produtivo e do produto artesanal, propiciando a sustentabilidade dos empreendimentos
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Atender 6 mil artesãos em núcleos, associações, cooperativas e incubadoras temáticas artesanais de 160 municípios

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	03	Município	Bacia do Jacuípe	06	Município
Velho Chico	06	Município	Piemonte da Diamantina	05	Município
Chapada Diamantina	05	Município	Semiárido Nordeste II	08	Município
Sisal	05	Município	Litoral Norte e Agreste Baiano	06	Município
Litoral Sul	08	Município	Portal do Sertão	06	Município
Baixo Sul	08	Município	Vitória da Conquista	08	Município
Extremo Sul	04	Município	Recôncavo	06	Município
Médio Sudoeste da Bahia	05	Município	Médio Rio de Contas	05	Município
Vale do Jiquiriçá	06	Município	Bacia do Rio Corrente	04	Município
Sertão do São Francisco	06	Município	Itaparica	03	Município
Bacia do Rio Grande	04	Município	Piemonte Norte do Itapicuru	05	Município
Bacia do Paramirim	06	Município	Metropolitano de Salvador	10	Município
Sertão Produtivo	10	Município	Costa do Descobrimento	04	Município
Piemonte do Paraguaçu	08	Município			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	TRABALHO E RENDA
Programa	BAHIA SOLIDÁRIA: MAIS TRABALHO E MAIS RENDA

Entrega/Iniciativa
Elaboração de cadastro com o perfil dos artesãos baianos e a sua inclusão no Sistema Nacional de Cadastramento do Artesanato Brasileiro – Sicab
Qualificação da atividade artesanal, com capacitação e cessão de equipamentos à artesãos

Compromisso	Ampliar a comercialização do artesanato baiano para estimular a sua sustentabilidade
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Meta	Escoar 175 mil produtos representando um incremento de 50% em relação ao PPA 2008-2011	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	175.000	Unid

Meta	Promover e/ou apoiar 160 eventos para promoção e comercialização do artesanato baiano, representando um incremento de 30% em relação ao PPA 2008-2011	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	160	Unid

Entrega/Iniciativa
Apoio à comercialização de produtos artesanais
Promoção de eventos para fomento à autonomia nas relações comerciais
Promoção da inserção do segmento artesanal no comércio exterior

Compromisso	Desenvolver tecnologias sociais e ambientais para empreendimentos solidários
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Meta	Apoiar o desenvolvimento de 50 projetos com tecnologias sociais e ambientais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	50	Unid

Entrega/Iniciativa
Apoio financeiro a projetos para o desenvolvimento de tecnologias sociais e ambientais

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Vida Melhor - Oportunidade para Quem Mais Precisa
Compromisso Transversal	Órgão
Contribuir para a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população mediante apoio a empreendimentos de economia popular e solidária	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Programa	Reabilitação do Centro Antigo de Salvador
Compromisso Transversal	Órgão
Incrementar o nível da atividade econômica no Centro Antigo de Salvador – CAS para atrair novos negócios, gerar maior renda e oportunidades de trabalho, além de ampliar a participação de mercado das micro e pequenas empresas existentes na região	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Programa	Comércio e Serviços Estratégicos
Compromisso Transversal	Órgão
Promover o acesso de pequenos produtores e de organizações públicas e privadas do Estado aos serviços de avaliação da conformidade de produtos, processos e serviços	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

ÁREA TEMÁTICA
ESPORTE E LAZER

As atividades esportivas são consideradas, cada vez mais, importante instrumento para desenvolver a cidadania e promover a inclusão social. Podem colaborar decisivamente para que se elevem os patamares de desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade nas relações sociais. Valores como solidariedade, respeito ao próximo, tolerância, sentido coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito às regras e noções de trabalho em equipe são fundamentais tanto para a formação esportiva como para a vida em comunidade do cidadão [1].

Diversas nações têm utilizado o fomento ao esporte e lazer, aliados à educação como forma de obter alto desempenho em modalidades esportivas, como estímulo à ocupação e inclusão social de grupos vulneráveis das suas populações. O documento final da III Conferência Nacional do Esporte comprova que o Brasil também consolidou e incorporou tais conceitos em sua política de esporte e lazer [2].

Destaca-se a necessidade, no país, de massificar as práticas do esporte e lazer, seja como atividade educacional ou como atividade lúdica. A prática do esporte é associada à saúde e ao envelhecimento com melhor qualidade de vida. O esporte favorece, ainda, a redução das desigualdades, sendo parte integrante de uma política transversal de segurança pública e constituindo-se em importante atividade econômica, com potencial significativo para a geração de emprego e renda [3].

O acesso ao esporte e lazer e às práticas esportivas educativas e participativas integra os objetivos da Política Nacional do Esporte, configurando um direito humano fundamental, garantia de que os indivíduos possam conquistar uma vida saudável e plena. Outro objetivo importante dessa política é o desenvolvimento de talentos esportivos e o aprimoramento de atletas e para-atletas de alto rendimento [4].

Além do estímulo à prática esportiva propriamente dita, a preparação para a realização de grandes eventos, inclusive internacionais, como a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, impulsionará diferentes setores da econo-

1 WILPERT, Antonio Raul. O futebol como agente de inclusão e interação social: um estudo de caso sobre as escolinhas de futebol de Florianópolis – SC. 2005.

2 Idem.

3 BRASIL, Brasil 2022. 2010.Disponível em: http://www.sae.gov.br/brasil2022/.Acesso:15/1/2011

4 BRASIL, idem.

mia. É importante destacar, nessa perspectiva, o valor do legado deixado pela realização desses grandes eventos. De saída, as melhorias na infraestrutura física das cidades que sediarão os jogos, além de impacto prolongado sobre a atividade turística, com a promoção das cidades-sede e seus estados como destinos hospitaleiros e confiáveis [5].

Na Bahia, o reconhecimento do esporte é demonstrado pelo crescente investimento em projetos esportivos destinados a incluir e educar os jovens e apoiar atletas de alto rendimento. Contudo, o Estado precisa, ainda, consolidar políticas públicas para o esporte e o paraesporte que permitam integrar ações conjuntas das diversas Secretarias do Estado, outros órgãos governamentais e a iniciativa privada.

Dialogando com este quadro de referência, a política para a área, nos próximos anos, considera o acesso ao esporte/lazer não apenas um direito de cidadania, mas também um vetor de desenvolvimento. Ações serão apoiadas com base nessa visão estratégica e serão implementadas de forma articulada e continuada, numa perspectiva de médio e longo prazos.

5 BRASIL, idem.

Algumas orientações estratégicas foram levadas em consideração para o desenho de ações de um programa consolidado para o esporte e lazer: (a) garantir a criação e a manutenção permanente dos equipamentos nos espaços escolares e universidades públicas, destinados à prática do esporte e lazer educacional; (b) construir, adequar, ampliar e qualificar espaços públicos de atividades físicas, esporte e lazer para a população em geral; (c) estimular o esporte escolar e universitário; (d) fomentar o desenvolvimento do paradesporto; (e) estimular o esporte de alto rendimento; (f) promover festivais, jogos, competições escolares e comunitárias; (g) estimular à prática do esporte, atividade física, saúde e qualidade de vida pela população; (h) ampliar e modernizar instalações esportivas e de lazer; (i) desenvolver a ciência esportiva no estado, e (j) valorizar os profissionais que atuam no esporte e lazer.

Com este programa, objetiva-se consolidar uma política pública voltada para o desporto e o paradesporto capaz de estruturar o esporte no estado e captar recursos e investimentos que possibilitarão o seu desenvolvimento.

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**ESPORTE E LAZER**
Programa	**BAHIA ESPORTIVA**

Ementa

Fortalecer a estrutura do desporto, paradesporto e lazer e fomentar sua prática através de ações com enfoque nos aspectos de saúde, sociais, educativos, econômicos, ambientais, científicos, tecnológicos e inovadores com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população

Recursos do Programa **R$ 149.189.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de Desempenho do Esporte Amador e de Alto Rendimento - Idear	Unid	2011	0	120
Número de Equipamentos Construidos	Unid	2011	0	96
Número de Equipamentos Recuperados	Unid	2011	0	8
Número de Eventos Realizados	Unid	2011	0	28
Número de Bolsas Concedidas	Unid	2011	0	520
Número de Atendimentos de Pessoas no Esporte Educacional	Unid	2011	0	15.000
Número de Agentes Esportivos Qualificados	Unid	2011	0	2.000
Número de Eventos para o Esporte de Alto Rendimento	Unid	2011	0	157
Número de Pessoas Atendidas no Esporte de Participação (comunitário)	Unid	2011	0	173.000
Número de Técnicos e Gestores Qualificados para Atuarem na Área de Esporte e Lazer	Unid	2011	0	4.000

Compromisso	Promover a inclusão social por meio do esporte de participação	
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	
Meta	Atender 173 mil pessoas por meio do esporte de participação	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	173.000	Pessoa
Meta	Realizar e/ou apoiar 32 eventos esportivos e de lazer comunitário	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	32	Unid

Entrega/Iniciativa

- Desenvolvimento de atividades esportivas em praças públicas
- Realização de eventos esportivos e de lazer comunitários
- Promoção de Dias de Lazer
- Capacitação de agentes de esporte e lazer
- Implantação e implementação de núcleos de iniciação esportiva e inclusão social

Compromisso	Promover o esporte educacional, com vistas a garantir o direito à prática esportiva, o desenvolvimento integral do aluno e a formação da cidadania	
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	
Meta	Promover 28 eventos esportivos educacionais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	28	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	**ESPORTE E LAZER**
Programa	**BAHIA ESPORTIVA**

Entrega/Iniciativa
Realização de eventos esportivos educacionais
Implantação do programa Segundo Tempo

Compromisso	Qualificar os profissionais que atuam no esporte e lazer	
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	
Meta	Qualificar 6 mil pessoas dentre gestores, dirigentes, técnicos e árbitros esportivos	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	6.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Qualificação de corpo técnico esportivo
Capacitação de gestores públicos municipais

Compromisso	Fortalecer a política de esporte e lazer, por meio da implantação e implementação de um sistema integrado de gestão	
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	
Meta	Implantar e implementar o Sistema Estadual de Gestão do Esporte e Lazer	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Consolidação e formalização da Política Estadual de Esporte e Lazer
Realização de conferências
Articulação para implantação de conselhos municipais de esporte e lazer
Capacitação de conselheiros
Implementação de banco de dados do esporte
Capacitação de gestores públicos municipais
Realização do Censo Desportivo

Compromisso	Desenvolver a ciência esportiva no Estado, visando a elevação da performance dos atletas de alto rendimento e a qualificação das políticas públicas na área do esporte e lazer	
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	
Meta	Elaborar 24 projetos que contribuam para o desenvolvimento da ciência esportiva no Estado	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	24	Unid

Entrega/Iniciativa
Apoio às atividades científicas na área de esporte e lazer

Compromisso	Fomentar o esporte de alto rendimento	
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	
Meta	Conceder 520 bolsas esporte para atletas e paraatletas de alto rendimento	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	520	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	ESPORTE E LAZER
Programa	BAHIA ESPORTIVA

Meta	Promover a realização de 157 eventos esportivos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	157	Unid

Meta	Propiciar a formação de 120 talentos esportivos e paradesportivos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	120	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação do Calendário Desportivo Estadual
Identificação e formação de talentos esportivos e paradesportivos
Concessão de bolsas para o desenvolvimento do esporte
Realização de eventos esportivos de alto rendimento

Compromisso	Garantir a infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e controle social
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Meta	Requalificar 08 equipamentos esportivos da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - Sudesb	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	08	Unid

Meta	Construir o Centro de Treinamento de Esporte de Alto Rendimento	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Construir 106 equipamentos desportivos e de lazer				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	04	Unid	Bacia do Paramirim	03	Unid
Velho Chico	04	Unid	Sertão Produtivo	05	Unid
Chapada Diamantina	04	Unid	Piemonte do Paraguaçu	05	Unid
Sisal	04	Unid	Bacia do Jacuípe	03	Unid
Litoral Sul	05	Unid	Piemonte da Diamantina	03	Unid
Baixo Sul	04	Unid	Semi-árido Nordeste II	05	Unid
Extremo Sul	03	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	03	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	04	Unid	Portal do Sertão	04	Unid
Vale do Jiquiriçá	04	Unid	Vitória da Conquista	05	Unid
Sertão do São Francisco	04	Unid	Recôncavo	04	Unid
Bacia do Rio Grande	03	Unid	Médio Rio de Contas	04	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	ESPORTE E LAZER
Programa	BAHIA ESPORTIVA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Rio Corrente	03	Unid	Metropolitano de Salvador	05	Unid
Itaparica	04	Unid	Costa do Descobrimento	03	Unid
Piemonte Norte do Itapicuru	04	Unid			

Entrega/Iniciativa
Funcionamento de equipamentos esportivos
Realização de auditoria nas obras do Estádio Octávio Mangabeira - Arena Fonte Nova
Recuperação de espaços desportivos
Construção e recuperação de equipamentos esportivos e de lazer
Construção do Centro de Treinamento de Esporte de Alto Rendimento

Compromisso	Criar espaços de convivência para a prática de esporte e lazer, propiciando a promoção da saúde física e mental
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Meta	Construir 28 praças poliesportivas com equipamentos de ginástica

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Bacia do Jacuípe	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Semi-árido Nordeste II	01	Unid
Sisal	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Piemonte do Paraguaçu	01	Unid	Estado	01	Unid

Meta	Implantar 02 parques urbanos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	ESPORTE E LAZER
Programa	BAHIA ESPORTIVA

Meta	Revitalizar 02 parques urbanos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Revitalização de parque urbano
Implantação de parque urbano
Implantação de praça com quadra poliesportiva e equipamentos de ginástica

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Logística Integrada de Transporte
Compromisso Transversal	Órgão
Promover o fortalecimento da cadeia produtiva naval e a melhoria da infraestrutura náutica e de lazer, de serviços e de transporte	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Programa	Copa 2014
Compromisso Transversal	Órgão
Promover a incorporação da função ecoesportiva no Parque Metropolitano de Pituaçu, transformando-o em local de realizações de competições e centro de treinamento de atletas para as Olimpíadas de 2016	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

ÁREA TEMÁTICA
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A defesa e a promoção da cidadania e dos direitos humanos são fundamentais para o desenvolvimento social da Bahia, com implicações para sua economia e imagem no exterior. Nos próximos anos, o Estado buscará garantir, principalmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e àquelas historicamente excluídas, condições dignas de vida.

Na Bahia, está em vigor o Plano Estadual de Direitos Humanos (PEDH). Com 97 ações e dezenas de parceiros, o PEDH nasceu do compromisso do Governo da Bahia de construir e articular uma rede de proteção, promoção e defesa dos direitos humanos no estado. Este Plano tem sido um instrumento que visa a proteger tais direitos por meio de ações que vários agentes empreendem, a partir de suas competências institucionais e dos compromissos assumidos [1].

Ressalte-se que o primeiro passo para a consolidação da cidadania será a garantia do registro civil de nascimento para todas as pessoas. Produzido nos cartórios, este documento é condição fundamental para o exercício da cidadania, uma vez que é o ato da oficialização da existência do indivíduo, de sua identificação e da sua relação com o Estado. A sétima diretriz do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), "Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena", estipula como seu primeiro objetivo estratégico a "universalização do registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica".

Em 2006, com 25,2% das crianças nascidas vivas sem registro de nascimento, a Bahia foi a 5ª unidade da federação com a maior taxa de sub-registro [2]. Para se ampliar o exercício da cidadania entre os baianos, será fundamental ampliar o acesso ao registro de nascimento, bem como à documentação civil fundamental.

Entre os fatores relacionados à omissão dos registros de nascimento, destacam-se a elevada incidência da po-

1 BAHIA. **Plano estadual de direitos humanos**. SJCDH. Salvador, 2010.

2 IBGE. **Estatísticas do registro civil:** 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2006/registrocivil_2006.pdf. Acesso em: 6 maio 2011.

breza, a filiação ilegítima, o desconhecimento de muitas pessoas da importância do registro civil, a negligência, o distanciamento entre as famílias e os cartórios e o baixo grau de instrução dos pais.

Na Bahia, as ações específicas que busquem maior equilíbrio social, promover a cidadania e assegurar os direitos humanos terão como público-alvo os grupos mais vulneráveis e historicamente excluídos da população: mulheres, negros, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos, povos e comunidades tradicionais e o grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) [3]. Haverá continuidade, portanto, das políticas voltadas para estes grupos, que têm sido consideradas estratégicas e prioritárias, até mesmo por conta do seu caráter reparatório.

No que concerne aos idosos, destaca-se o processo acelerado de envelhecimento da população. Na Bahia, em 1970, 3,1% da população tinha 65 anos ou mais de idade. Trinta anos depois, esta faixa etária cresceu para 6,9% e, em 2010, já somava 7,2% da população [4].

Em um cenário de aumento da proporção de idosos, a Organização Mundial da Saúde propõe o "envelhecimento ativo", isto é, o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida no curso de toda a existência. Não se trata, portanto, de uma política exclusivamente voltada para os idosos, mas sim de uma nova abordagem intergeracional, focada, inclusive, em ações de prevenção e formação, que deverão reduzir os custos sociais e econômicos do envelhecimento populacional e permitir a inclusão produtiva voluntária dos mais velhos [5].

Estima-se que 15,6% da população baiana viva com alguma forma de deficiência, percentual superior ao encontrado em âmbito nacional, que é de 14,5% [6]. A maioria dos empreendimentos que procura os serviços baianos de intermediação da mão-de-obra para contratar pessoas com deficiência (PcD) o faz por conta da Lei 8.213/91, que obriga às empresas com mais de cem funcionários a incluírem, no seu quadro de funcionários, de 2% a 5% de PcD.

Embora as leis de proteção aos deficientes contribuam para a inclusão das PcD no mercado de trabalho, ainda há resistência das empresas em absorver essa mão de obra. Em 2008, apenas 1% do contingente total de vínculos empregatícios formais foi preenchido por PcD. Além disso, excetuando-se os trabalhadores com deficiência auditiva, todos os demais trabalhadores deficientes recebem rendimento médio significativamente menor que a média dos trabalhadores em geral.

Na Bahia, as políticas voltadas para as PcD deverão assegurar (i) acessibilidade, (ii) atenção e prevenção à saúde, (iii) acesso à educação e ao emprego e (iv) acesso ao esporte, à cultura e ao lazer. Além de elevar a inclusão das PcD no mercado de trabalho, os objetivos das políticas de afirmação de direitos devem buscar a elevação da remuneração do trabalho destas pessoas, o que implica em aumentar sua produtividade, tanto via aumento da escolaridade quanto através de formação específica.

Em se tratando do grupo LGBT, é preciso registrar, inicialmente, os dados preocupantes da homofobia, vale dizer, do ódio, da aversão aos homossexuais, no Brasil. Na Bahia, assim como em outros estados da federação, a homofobia tem gerado frequentes manifestações de violência contra os LGBT. De acordo com dados da ONG Grupo Gay da Bahia (GGB), apenas nos últimos três anos 73 homossexuais foram assassinados no estado [7].

Assim, o desafio para a Bahia é fortalecer as políticas voltadas a esses segmentos vulneráveis, de modo a promover a sua inserção em todas as ações governamentais e fomentar a inclusão dessas parcelas da população em projetos sociais de organizações não governamentais e pri-

3 As questões racial, de etnia e de gênero serão tratadas como um tema específico na formulação do PPA.

4 IBGE. **Censos demográficos.** 1970-2010.

5 OPAS. **Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Brasília, 2005.

26 BAHIA. Agenda do trabalho decente debate inclusão de pessoas com deficiência. Disponível em: http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/04/26/agenda-do-trabalho-decente-debate-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia. Acesso em: 13 maio 2011.

7 O GGB contabiliza esses crimes anualmente, a partir de registros na imprensa e de informações enviadas à entidade. Cabe frisar que esta pesquisa não tem base científica. Contudo, estes dados, que são publicados periodicamente, ajudam a ter uma dimensão do nível de violência contra os homossexuais.

vadas. Além disso, deve-se garantir o monitoramento e o acompanhamento sistemático dessas ações pelos órgãos colegiados e organizações da sociedade civil.

Outra grave questão é o tráfico de seres humanos. No ano 2000, o Brasil ratificou o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, documento que ficou conhecido como Protocolo de Palermo.

Conforme este Protocolo, o tráfico de pessoas significa "o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração." A exploração inclui, no mínimo, "a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos".

O Brasil tem sido um país de origem, destino e passagem das rotas do tráfico internacional de seres humanos. Em âmbito nacional, o tráfico também perdura. Esquemas criminosos são montados com o objetivo de capturar pessoas em situação de vulnerabilidade social para prestarem serviços forçados, de servidão, de exploração sexual, ocorrendo também a mutilação para a retirada de órgãos e células [8].

Estão vigentes, no país, a Política Nacional e o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Estes instrumentos exigem uma atuação integrada entre os ministérios da Justiça, Saúde, Trabalho e Emprego e as secretarias de Direitos Humanos e de Proteção à Mulher, com foco em três grandes eixos de ação: prevenção, repressão e proteção às vítimas.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2010 a Bahia ocupou o sétimo lugar no ranking dos estados com os maiores números de trabalhadores em regime análogo à escravidão. Geralmente as vítimas são levadas para as regiões Oeste e Noroeste do estado, para estabelecimentos em zonas rurais onde o crime é praticado [9].

Em 2008, uma pesquisa feita pela Universidade Federal da Bahia mostrou que em um terço dos municípios baianos estudados havia a prática do tráfico intermunicipal de crianças para fins de exploração sexual e que, em pelo menos 11 municípios, havia o tráfico de crianças para outros países com esta finalidade [10].

Na Bahia, a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, em parceria com diversas entidades públicas, privadas e não governamentais, elaboraram o Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Este Plano estrutura-se por meio de diversas ações, distribuídas em três eixos estratégicos: (1) Prevenção, (2) Repressão e Responsabilização e (3) Atendimento às Vítimas.

No que se refere ao sistema prisional baiano, ressalta-se que deverá ser objeto de ampliação e humanização. Diversos fatores, a exemplo da superlotação carcerária, dos maustratos aos presos e da elevada reincidência dos egressos em crimes indicam a precariedade do sistema, que não tem alcançado sua principal finalidade: ressocializar os internos e os egressos do sistema prisional.

Nos próximos anos, uma das ações do Governo do Estado para favorecer a ressocialização e integração social dos internos e egressos do sistema penitenciário será o incentivo à aplicação de penas alternativas. Outras medidas estarão nos campos da educação, saúde, assistência social, profissionalização e trabalho produtivo. Ainda nessa direção, o Governo vem adotando diversas iniciativas com o objetivo de melhorar as condições do sistema prisional, a exemplo da construção, ampliação e reforma de presídios, racionalização da gestão e a criação da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP).

8 Idem.

9 BRASIL. **Lista suja do trabalho escravo.** Disponível em: http://www.mte.gov.br/trab_escravo/lista_suja.pdf. Acesso em: 13 maio 2011.

10 BAHIA. Plano estadual de prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas. Salvador, 2010.

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**
Programa	**PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Ementa

Garantir o efetivo respeito aos direitos humanos e à cidadania, através de ações que visam sua promoção, proteção e defesa

Recursos do Programa **R$ 32.564.400,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Número de Denúncias de Violação dos Direitos Humanos	Nº	2011	900	1.386
Índice de Resolutividade do Procon	%	2010	88,00	75,00
Índice de Sub-registro Civil na Bahia	%	2007	24,50	5,50

Compromisso	Garantir à população baiana o direito à documentação civil básica	
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	
Meta	Reduzir para 8,5% o índice de sub-registro civil na Bahia	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	8,5	%

Entrega/Iniciativa

Emissão de certidão de nascimento em unidades hospitalares interligadas aos cartórios

Emissão de certidão de nascimento para pessoas sem documentação civil básica

Compromisso	Prevenir e enfrentar o tráfico de pessoas no Estado, preservando a dignidade do cidadão e o direito à vida e à liberdade	
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	
Meta	Implantar 01 posto avançado de atendimento humanizado para viajantes	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Consolidar 01 rede de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Meta	Atender 800 pessoas em situação de tráfico em suas diversas modalidades	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	800	Pessoa

Entrega/Iniciativa

Consolidação e integração da rede de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas

Divulgação de informação à sociedade civil para a prevenção ao tráfico de pessoas

Atendimento jurídico e psicossocial a vítimas de tráficos de pessoas

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
Programa	PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Entrega/Iniciativa
Qualificação de profissionais das redes de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Direitos Humanos
Implantação de posto avançado de atendimento humanizado para viajantes

Compromisso	Facilitar o acesso à Justiça e a direitos para a população socialmente vulnerável	
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	
Meta	Atender 65 mil pessoas nos Núcleos de Direitos Humanos - NUDH e nos NUDH-POP dos postos do programa Justiça Comunitária	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	65.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Implantação de Núcleos de Direitos Humanos - NUDH
Implantação de Núcleos de Justiça Comunitária
Implantação da Casa do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci
Implantação do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, em Salvador

Compromisso	Garantir o respeito à diversidade e aos direitos humanos, prioritariamente das pessoas com deficiência, com danos de substâncias psicoativas, indígenas e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT	
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	
Meta	Beneficiar 30% do contingente populacional historicamente discriminado	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	30	%

Meta	Realizar 04 campanhas sobre respeito à diversidade e direitos humanos e aos direitos dos segmentos historicamente discriminados	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	04	Unid

Meta	Implantação de 03 comitês: desarmamento, enfrentamento à intelerância religiosa e direitos da população de rua	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	03	Unid

Entrega/Iniciativa
Fortalecimento de associações e/ou entidades da sociedade civil, vinculadas aos movimentos sociais de segmentos historicamente discriminados
Divulgação de informações sobre o respeito à diversidade, direitos humanos e aos direitos dos segmentos historicamente discriminados
Criação do Centro de Referência em Acessibilidade
Implantação do Comitê do Desarmamento
Implantação do Comitê de Enfrentamento à Intolerância Religiosa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
Programa	PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Entrega/Iniciativa
Implantação do Comitê de Promoção dos Direitos da População de Rua
Modernização dos órgãos colegiados implantados
Qualificação de profissionais e gestores das diversas redes para atuação focada nos direitos humanos
Elaboração de mapa georreferenciado nas redes de atendimento à pessoa com deficiência
Apoio à elaboração e implantação de planos municipais de acessibilidade e dos direitos da pessoa com deficiência

Compromisso	Fortalecer o gozo dos direitos do consumidor no Estado, educando o cidadão e ampliando a forma e a abrangência territorial de atendimento
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Meta	Beneficiar 80 mil cidadãos com ações preventivas e educativas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80.000	Pessoa

Meta	Beneficiar 300 mil cidadãos com ações de atendimento e orientação ao consumidor

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	300.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Desenvolvimento de ações educativas sobre direitos do consumidor
Implantação de *call-center* e atendimento *web*
Implantação de atendimento itinerante
Implantação de novos postos e núcleos regionais de atendimento
Apoio à implantação de Procons municipais
Modernização do Procon

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
Compromisso	Órgão
Facilitar o acesso na emissão de documentos civis aos alfabetizados pelo programa	Secretaria da Educação

Programa	Trabalho Decente
Compromisso	Órgão
Ampliar o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Programa	Mobilidade e Acessibilidade Urbana
Compromisso	Órgão
Verificar e acompanhar a conformidade dos veículos de transporte de passageiros urbanos, interurbanos, aquaviários, metroviários e ferroviários, quanto a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
Programa	PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Programa	Copa 2014
Compromisso	**Órgão**
Assegurar que a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014 ocorram com eficiência e de forma articulada com todos os entes federativos	Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014

Programa	Justiça Presente
Compromisso	**Órgão**
Facilitar o acesso à justiça para atender os direitos do cidadão mediante o desenvolvimento de ações que propiciem a expansão e a celeridade dos serviços	Tribunal de Justiça
Incentivar a conciliação e outras formas alternativas para resolução de conflitos, de modo a agilizar o atendimento judicial, promovendo a negociação e mediação entre as partes envolvidas	Tribunal de Justiça

Programa	Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena
Compromisso	**Órgão**
Contribuir para a promoção da Defesa da Cidadania, visando a garantia dos direitos humanos constitucionais no Estado	Ministério Público
Contribuir para a promoção da Defesa dos Direitos do Consumidor, visando o cumprimento das normas de proteção e dos direitos constitucionais	Ministério Público

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**
Programa	**RESSOCIALIZAÇÃO: DIREITO DO INTERNO E DO CUMPRIDOR DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS**

Ementa

Humanizar o sistema penitenciário com ações que possibilitem a reintegração da pessoa privada de liberdade na sociedade e que evitem o ingresso de pessoas que cometeram delito de baixo potencial ofensivo

Recursos do Programa **R$ 657.241.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Número de Presos por Vaga no Sistema Penitenciário	Preso por vaga	2011	1,94	1,20
Percentual de Apenados que Exercem Atividades Laborais Remuneradas e Não Remuneradas	%	2011	19,40	38,00

Compromisso	Fortalecer o efetivo cumprimento das penas e medidas alternativas e o reconhecimento de sua legitimidade pela sociedade e operadores do direito como medidas punitivas de caráter educativo
Órgão Responsável	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
Meta	Implantar 10 novos núcleos de apoio e acompanhamento às penas e medidas alternativas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Sertão Produtivo	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Sisal	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid

Entrega/Iniciativa

- Implantação de centrais de apoio e acompanhamento às penas e medidas alternativas
- Ampliação de equipes técnicas de acompanhamento da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – Ceapa
- Capacitação da equipe das centrais de apoio e acompanhamento às penas e medidas alternativas e das entidades parceiras
- Realização de seminários de sensibilização para os operadores de direito e entidades parceiras quanto à utilização de penas e medidas alternativas
- Avaliação e ampliação dos pactos firmados com as entidades parceiras

Compromisso	Fortalecer a ressocialização e integração social dos internos e egressos do sistema penitenciário, através de ações de educação, saúde, assistência social, profissionalização e trabalho produtivo
Órgão Responsável	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
Meta	Beneficiar 7.500 internos com ações de assistência à saúde, conforme Plano Nacional de Saúde Pentenciária

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
Programa	RESSOCIALIZAÇÃO: DIREITO DO INTERNO E DO CUMPRIDOR DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	7.500	Pessoa

Meta	Oferecer a 4 mil internos acesso efetivo às atividades produtivas laborais remuneradas e não remuneradas e ações de educação formal, profissional e cultural

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	4.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Implementação do programa de desinstitucionalização progressiva dos pacientes do Hospital de Custódia e Tratamento – HCT
Ampliação de escola formal de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio nas unidades prisionais
Ampliação das atividades laborativas nas unidades prisionais
Implantação e execução do Plano Operativo de Saúde nas unidades prisionais
Implantação e implementação de ações em assistência social individualizada para o interno e egresso do Sistema Penitenciário
Implantação e ampliação de cursos profissionalizantes e inclusão digital nas unidades prisionais
Implantação de banco de empregos, através do desenvolvimento de cadastro próprio junto às empresas privadas parceiras
Implantação de núcleos de atividades rurais nas unidades prisionais para produção de hortifrutigranjeiros, embutidos e laticínios
Implantação de oficinas de reciclagem para promoção de ações referentes à saúde ambiental

Compromisso	Promover a inclusão de pessoas privadas de liberdade no mundo do trabalho e sua resso-cialização à sociedade, através da qualificação social e profissional
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Realizar qualificação social e profissional de 3,5 mil pessoas em situação de privação de liberdade no Sistema Penitenciário do Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sisal	200	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	200	Pessoa
Litoral Sul	300	Pessoa	Portal do Sertão	300	Pessoa
Baixo Sul	200	Pessoa	Vitória da Conquista	100	Pessoa
Extremo Sul	200	Pessoa	Médio Rio de Contas	200	Pessoa
Sertão do São Francisco	200	Pessoa	Metropolitano de Salvador	1.600	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Qualificação de jovens em situação de restrição de liberdade
Qualificação de adultos em situação de privação de liberdade

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
Programa	RESSOCIALIZAÇÃO: DIREITO DO INTERNO E DO CUMPRIDOR DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Compromisso	Promover a melhoria contínua do sistema prisional, com ênfase na racionalização da gestão das práticas operacionais e no aprimoramento das condições de segurança
Órgão Responsável	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
Meta	Atingir 70% do padrão de desempenho operacional implantado nas unidades prisionais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	70	%

Entrega/Iniciativa
Implantação de sistema integrado de gestão para aperfeiçoamento das informações penitenciárias
Qualificação da logística das unidades prisionais
Melhoria da segurança do sistema prisional
Instalação de Ouvidoria especializada
Implementação de ações de medicina, saúde ocupacional e qualidade de vida para o servidor do sistema prisional
Implantação da Escola de Administração Penitenciária para capacitação dos servidores
Ampliação do quadro funcional das unidades prisionais

Compromisso	Dotar o sistema penitenciário de infraestrutura capaz de atender às necessidades das pessoas privadas de liberdade, promovendo a humanização do sistema prisional
Órgão Responsável	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
Meta	Implantar 4 mil novas vagas em unidades prisionais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	200	Pessoa	Piemonte do Paraguaçu	250	Pessoa
Velho Chico	400	Pessoa	Portal do Sertão	1.100	Pessoa
Litoral Sul	200	Pessoa	Vitória da Conquista	470	Pessoa
Bacia do Rio Grande	460	Pessoa	Metropolitano de Salvador	670	Pessoa
Sertão Produtivo	250	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Aparelhamento do sistema penitenciário
Renovação de frota de veículos do sistema penitenciário
Reforma, ampliação e recuperação da estrutura física do sistema penitenciário
Construção de novas unidades prisionais e cadeias públicas

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Acesso à Justiça Integral e Gratuita
Compromisso	Órgão
Garantir a dignidade da pessoa humana e reduzir as desigualdades sociais prestando assistência jurídica integral e gratuita	Defensoria Pública do Estado da Bahia

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**
Programa	**JUVENTUDE**

Ementa

Desenvolver políticas, projetos e ações que contemplem os aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais e econômicos, com o objetivo de integrar os jovens ao desenvolvimento da Bahia, compreendendo-os não somente enquanto beneficiários, mas também como sujeitos ativos na elaboração da política estadual de juventude

Recursos do Programa **R$ 46.866.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Evolução da Renda Média Mensal dos Jovens de 18 a 29 Anos	Reais	2009	452,30	588,00
Número de Jovens Atendidos no CadÚnico	Pessoa	2010	0	60.000

Compromisso	Fortalecer o sistema de garantias de direitos dos jovens, elevando o patamar da temática juvenil na Agenda Política Estadual
Órgão Responsável	Secretaria de Relações Institucionais
Meta	Implementar 01 sistema de acompanhamento e avaliação das ações voltadas para a população jovem

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa

- Articulação institucional para aprovação e implementação do Plano Estadual de Juventude
- Implantação de sistema de acompanhamento e avaliação das ações voltadas a população jovem
- Promoção e realização de estudos, debates, encontros, foruns, seminários e pesquisas
- Capacitação na temática juvenil

Compromisso	Promover o desenvolvimento socioeconômico dos jovens de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade ou risco social, contribuindo para a sua inserção no mundo do trabalho e o exercício da cidadania
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Atender 60 mil jovens através de bolsa-auxílio e de cursos de capacitação profissionalizantes

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	60.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa

- Oferta de cursos, seminários e oficinas para o exercício da cidadania
- Incentivo a qualificação e inserção socioprodutiva
- Incentivo a permanência do jovem no meio educacional, com aumento da sua escolaridade
- Incentivo ao associativismo e empreendedorismo juvenil
- Ampliação de parcerias para a inserção do jovem no mundo do trabalho

Compromisso	Promover a convivência social, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho do jovem adolescente, contribuindo para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, com o retorno dos adolescentes à escola e a sua permanência no sistema de ensino

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**
Programa	**JUVENTUDE**
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Consolidar o programa Projovem Adolescente qualificando a sua oferta no atendimento de 77,1 mil jovens

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	3.500	Pessoa	Bacia do Jacuípe	1.600	Pessoa
Velho Chico	3.000	Pessoa	Piemonte da Diamantina	1.300	Pessoa
Chapada Diamantina	2.900	Pessoa	Semiárido Nordeste II	2.700	Pessoa
Sisal	4.500	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	3.100	Pessoa
Litoral Sul	6.700	Pessoa	Portal do Sertão	2.700	Pessoa
Baixo Sul	3.100	Pessoa	Vitória da Conquista	4.000	Pessoa
Extremo Sul	2.100	Pessoa	Recôncavo	2.900	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	1.900	Pessoa	Médio Rio de Contas	2.300	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	2.200	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	2.100	Pessoa
Sertão do São Francisco	3.600	Pessoa	Itaparica	500	Pessoa
Bacia do Rio Grande	2.700	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	1.900	Pessoa
Bacia do Paramirim	1.400	Pessoa	Metropolitano de Salvador	8.900	Pessoa
Sertão Produtivo	1.700	Pessoa	Costa do Descobrimento	1.700	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	2.100	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Organização da rede de comunicação de orientadores e facilitadores do Projovem Adolescente
Organização da rede de agentes de desenvolvimento social
Promoção de encontro estadual do Projovem Adolescente
Apoio aos serviços de convivência para jovens entre 15 e 17 anos
Capacitação de gestores e operadores dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo para jovens entre 15 e 17 anos

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Bahia Saudável
Compromisso	**Órgão**
Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS	Secretaria da Saúde

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**
Programa	**JUVENTUDE**

Programa	Vida Melhor - Oportunidade para Quem Mais Precisa
Compromisso	**Órgão**
Fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando a geração de renda	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Programa	Bom Trabalho: Ampliando Oportunidades
Compromisso	**Órgão**
Promover a inclusão no mundo do trabalho, dos jovens em situação de vulnerabilidade social, pela qualificação social e profissional, com foco nos investimentos previstos no Estado, prioritariamente nas áreas de construção civil, indústria, comércio, serviço, tecnologia da informação, transporte, turismo, alimentos e agricultura familiar	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Programa	Relação Governo-Sociedade
Compromisso	**Órgão**
Articular e dialogar com a sociedade civil e a população jovem do Estado, promovendo o desenvolvimento econômico e social	Secretaria de Relações Institucionais

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**
Programa	**CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Ementa

Assegurar oportunidades que proporcionem o desenvolvimento físico, psíquico, social e cultural, em condições de liberdade e de dignidade, a todas as crianças e adolescentes

Recursos do Programa **R$ 118.476.260,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Número de Adolescentes em Conflito com a Lei	Pessoa	2011	1.501	1.350
Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil	%	2011	13,53	10,29
Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social	%	2011	61,54	42,30
Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Violação de Direitos	%	2011	3,02	1,51
Percentual de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto	%	2011	5,18	7,00

Compromisso	Fortalecer o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente para consolidar a Política Estadual de Defesa e Garantia de Direitos, focada na devida implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Proteger e defender direitos de 25.800 crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	2.000	Pessoa	Piemonte da Diamantina	2.000	Pessoa
Extremo Sul	2.000	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	1.800	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	1.000	Pessoa	Metropolitano de Salvador	15.000	Pessoa
Sertão do São Francisco	2.000	Pessoa			

Meta	Realizar 3 conferências

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	03	Unid

Meta	Apoiar 52 projetos sociais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	52	Unid

Entrega/Iniciativa

Apoio a projetos sociais para a promoção de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**
Programa	**CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Entrega/Iniciativa
Apoio a projetos sociais para a promoção de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social
Implantação de sistema de monitoramento e avaliação das políticas públicas na área da criança e do adolescente
Implantação de banco de dados da situação da infância e adolescência na Bahia
Fortalecimento do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente
Dinamização do Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente - Fecriança
Realização de conferências estadual e territoriais de direitos da criança e do adolescente
Capacitação de conselheiros, por meio de cursos, seminários e oficinas

Compromiso	Promover a reinserção na sociedade dos adolescentes em conflito com a lei, com a ampliação e qualificação do atendimento socioeducativo
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Atender a 180 adolescentes em conflito com lei em municípios que não compõem as Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	60	Pessoa	Recôncavo	60	Pessoa
Extremo Sul	60	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Manutenção das unidades que recebem adolescentes para atendimento socioeducativo
Implantação de unidades de semiliberdade para adolescentes
Qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos
Articulação do programa de Apoio à Família e ao Egresso da Fundação Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente - Fundac, com a rede de serviços de proteção
Articulação para a inserção de adolescentes nos programas de geração de emprego e renda e socioassistenciais
Promoção de campanhas de mobilização e sensibilização social sobre o adolescente em conflito com a lei
Capacitação dos operadores do sistema socioeducativo das unidades

Compromiso	Ampliar e articular a rede de serviços voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco referenciados aos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - Creas e Centros de Referência de Assistência Social - Cras para contribuir com o cumprimento das legislações específicas a este segmento
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Promover 1,5 milhão de atendimento/ano a crianças e adolescentes na rede de serviços de proteção social

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	71.940 por ano	Pessoa	Bacia do Jacuípe	50.358 por ano	Pessoa
Velho Chico	57.552 por ano	Pessoa	Piemonte da Diamantina	32.373 por ano	Pessoa
Sisal	71.940 por ano	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	75.537 por ano	Pessoa

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS				
Área Temática	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS				
Programa	CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Litoral Sul	97.170 por ano	Pessoa	Vitória da Conquista	86.328 por ano	Pessoa
Baixo Sul	50.358 por ano	Pessoa	Recôncavo	68.343 por ano	Pessoa
Extremo Sul	50.358 por ano	Pessoa	Médio Rio de Contas	57.552 por ano	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	46.761 por ano	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	39.567 por ano	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	75.537 por ano	Pessoa	Itaparica	21.582 por ano	Pessoa
Sertão do São Francisco	35.970 por ano	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	32.373 por ano	Pessoa
Bacia do Rio Grande	50.358 por ano	Pessoa	Metropolitano de Salvador	43.164 por ano	Pessoa
Bacia do Paramirim	32.373 por ano	Pessoa	Costa do Descobrimento	25.179 por ano	Pessoa
Sertão Produtivo	68.343 por ano	Pessoa	Chapada Diamantina	82.731 por ano	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	50.358 por ano	Pessoa	Semiárido Nordeste	64.746 por ano	Pessoa
Portal do Sertão	61.149 por ano	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Ampliação dos serviços de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços a Comunidade - PSC
Manutenção e ampliação do apoio aos municípios para abrigos de crianças
Realização de campanhas de enfrentamento ao trabalho infantil
Realização de campanhas contra a violência sexual de crianças e adolescentes
Participação no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti
Elaboração do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitário
Capacitação de operadores dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo para crianças e adolescentes
Capacitação de operadores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti e servidores da Secretaria de Educação - SEC

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Bahia Saudável
Compromisso	Órgão
Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS	Secretaria da Saúde
Programa	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
Compromisso	Órgão
Prevenir e enfrentar o tráfico de pessoas no Estado, preservando a dignidade do cidadão e o direito à vida e à liberdade	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Programa	Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena
Compromisso	Órgão
Contribuir para a proteção da criança e do adolescente, assegurando o cumprimento dos direitos infanto-juvenis previstos em Lei	Ministério Público

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**
Programa	**ENVELHECIMENTO ATIVO**

Ementa

Assegurar melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas, garantindo o acesso à educação, trabalho, segurança, seguridade e participação social

Recursos do Programa **R$ 27.418.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Taxa de Internação por Diabetes Mellitus (DM) e suas Complicações na População de 30 a 59 Anos	Por 10 mil	2010	7,80	7,00
Taxa de Internações por Acidente Vascular Cerebral – AVC	Por 10 mil	2010	6,10	5,50
Percentual de Idosos em Situação de Violação de Direitos	%	2010	26,93	5,38
Percentual de Idosos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	%	2010	63,00	100,00

Compromisso	Fortalecer o sistema de garantias de direitos e proteção ao idoso para consolidar a política estadual de defesa e garantia de seus direitos
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Meta	Implantar e desenvolver o Centro Estadual do Idoso

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Implantar e desenvolver o Serviço de Abrigamento

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa

- Criação e funcionamento do Centro de Referência dos Direitos das Pessoas Idosas
- Implantação do Serviço de Abrigamento às Pessoas Idosas
- Fortalecimento do Conselho Estadual do Idoso - CEI
- Apoio a projetos sociais para a promoção de atendimento a idosos em situação de risco pessoal e social
- Implantação de sistema de monitoramento e avaliação das políticas públicas na área de envelhecimento
- Capacitação na área de gerontologia
- Desenvolvimento de campanhas educativas
- Construção de banco de dados da situação do envelhecimento ativo na Bahia

Compromiso	Contribuir para a autonomia, o desenvolvimento de sociabilidades, a proteção e a prevenção de situações de risco social e violação de direitos dos idosos
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Promover o atendimento a 155 mil idosos em serviços de convivência para os idosos nos Centros de Referência de Assistência Social - Cras

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
Programa	ENVELHECIMENTO ATIVO

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	1.076	Pessoa	Bacia do Jacuípe	1.389	Pessoa
Velho Chico	2.003	Pessoa	Piemonte da Diamantina	8.062	Pessoa
Chapada Diamantina	1.821	Pessoa	Semiárido Nordeste II	2.251	Pessoa
Sisal	3.292	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	6.487	Pessoa
Litoral Sul	22.521	Pessoa	Portal do Sertão	9.553	Pessoa
Baixo Sul	4.322	Pessoa	Vitória da Conquista	9.997	Pessoa
Extremo Sul	13.069	Pessoa	Recôncavo	3.871	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	6.415	Pessoa	Médio Rio de Contas	2.809	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	3.880	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	1.222	Pessoa
Sertão do São Francisco	4.423	Pessoa	Itaparica	1.026	Pessoa
Bacia do Rio Grande	1.666	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	1.250	Pessoa
Bacia do Paramirim	500	Pessoa	Metropolitano de Salvador	29.703	Pessoa
Sertão Produtivo	3.110	Pessoa	Costa do Descobrimento	6.856	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	2.426	Pessoa			

Meta	Qualificar a rede que oferta serviços de acolhimento institucional para idosos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Capacitação de operadores dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo da pessoa idosa
Capacitação de operadores dos serviços de alta complexidade para pessoa idosa
Manutenção e ampliação do apoio aos municípios para os centros de convivência de idosos
Manutenção e ampliação do apoio aos municípios para os abrigos de idosos

Compromiso	Ampliar as ações de cuidado integral ao ser humano no Sistema Único de Saúde - SUS, promovendo o envelhecimento ativo e saudável	
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde	
Meta	Reduzir para 5,5 por 10 mil/ano, a taxa de internações por Acidente Vascular Cerebral - AVC	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	5,5/10.000 por ano	Tx

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
Programa	ENVELHECIMENTO ATIVO

Meta	Reduzir para 7 por 10 mil/ano, a taxa de internação por Diabetes Mellitus - DM e suas complicações, na população de 30 a 59 anos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	7/10.000 por ano	Tx

Entrega/Iniciativa
Implantação da Política Estadual de Saúde do Idoso
Qualificação dos trabalhadores da saúde na Atenção Geriátrica e Gerontológica
Implementação do cuidado às doenças mais prevalentes no processo de envelhecimento
Implementação da promoção e do cuidado em saúde para populações em processo de envelhecimento
Organização da linha de cuidado ao idoso frágil

Compromiso	Promover a inserção socioeducativa e cultural do idoso pelo desenvolvimento da Universidade Aberta à Terceira Idade - UATI	
Órgão Responsável	Secretaria da Saúde	
Meta	Ampliar de 2.600 para 3.200 a matrícula de idosos na UATI	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	3.200	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Implantação do Plano de Consolidação da Universidade Aberta da Terceira Idade - UATI
Expansão da Universidade Aberta da Terceira Idade - UATI
Implantação de oficinas de atividades corporais, manuais e de núcleos de estudos teóricos
Implantação de cursos de pós-graduação na área de gerontologia social
Lançamento de livros produzidos por idosos
Realização de eventos direcionados a idosos
Capacitação e ampliação dos quadros profissionais da área de atuação da Universidade Aberta da Terceira Idade - UATI

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Bahia Saudável
Compromisso	Órgão
Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS	Secretaria da Saúde

ÁREA TEMÁTICA
GÊNERO, RAÇA E ETNIA

Nas últimas décadas, o Brasil avançou no sentido da universalização das políticas sociais, o que muito contribuiu para a redução das desigualdades. No entanto, para promover a cidadania, assegurar os direitos humanos e a igualdade plena de oportunidades é necessário desenvolver ações específicas direcionadas aos grupos vulneráveis e historicamente excluídos, como a população negra, as mulheres e os povos e comunidades tradicionais. Estes segmentos merecem atenção especial devido à desigualdade social, discriminação e preconceito que ainda persistem. Os governos compreenderam que seriam necessárias políticas focalizadas para estes grupos, complementares às políticas universais.

Na Bahia, especificamente, a herança da escravidão negra deixou sequelas que atingem a população de afrodescendentes e, sobretudo, as mulheres negras. Para promover a reparação e a igualdade social, será exigida, de forma cada vez mais estruturada, a efetividade de políticas sociais diferenciadas, inclusive compensatórias, por gênero, raça e étnico-culturais.

Os pobres são quase 70% da população negra na Bahia[1]. Com 80% de negros entre seus habitantes, o estado conta com menos de 5% desta raça no ensino público superior [2]. De acordo com os dados da PNAD/IBGE, em 2009, a renda da média dos trabalhadores brancos era 64% maior que a dos negros. No mercado de trabalho, os negros estão mais vulneráveis ao desemprego que os não-negros, sendo a taxa de desemprego dos negros sistematicamente mais elevada. A análise por cor ou raça e sexo mostrou que ser mulher e negra são características que ampliam em muito as dificuldades para a obtenção de um posto de trabalho.

Ao fazer uma analise da incidência de violência sobre a população, percebe-se que ser negro é fator de aumento da vulnerabilidade do indivíduo. No Brasil, enquanto o número de vítimas brancas de homicídios caiu 22,3% entre 2002 e 2008, entre os negros o número de assassinatos aumentou 20,2%.

A desigualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres se evidencia na baixa remuneração, na propor-

1 Dados da PNAD/IBGE

2 VOGT, Carlos. **Ações afirmativas e políticas de afirmação do negro no Brasil.** Disponível em: http://www.comciencia.br/reportagens/negros/01.shtml. Acesso em: 14 jul. 2010.

ção mais elevada de trabalho feminino no mercado informal e na taxa de desemprego. Na Bahia, em 2007, a taxa global de atividade era de 73,1% para homens e de 51,4% para as mulheres, enquanto o desemprego, que era de 6,8% para os homens, alcançava 12,5% entre as mulheres [3]. Em 2009, a renda média dos homens era de R$ 670,00 no estado, enquanto o rendimento médio das mulheres era de R$ 475,00. Isso acontecia apesar de estarem elas mais qualificadas do que os homens e de contarem com escolaridade média mais elevada [4].

Para promover a igualdade entre homens e mulheres na sociedade baiana é preciso avançar no fortalecimento da autonomia das mulheres. Esta diretiva deve ser considerada em suas múltiplas dimensões – econômica, social, política e cultural. Nesse sentido, as políticas públicas devem privilegiar o reconhecimento das mulheres como produtoras de bens e serviços, em igualdade de condições com os homens, o que significa acesso à assistência técnica, ao crédito e à ampliação e fortalecimento das organizações produtivas.

A violência contra a mulher em todas as suas formas (psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, institucional e tráfico de mulheres) é um fenômeno que atinge as diferentes classes sociais, origens, estados civis, escolaridades e raças. Na Bahia, de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, registraram-se as seguintes ocorrências relacionadas a mulheres: 474 foram vítimas de homicídio doloso, 750 sofreram tentativas de homicídio, 38.350 sofreram lesão corporal, 818 foram estupradas e 65.546 sofreram ameaças [5].

A violência, sobretudo a registrada em âmbito doméstico, é uma questão preocupante e corresponde à maioria dos crimes contra a mulher, cujos agressores são, com frequência, maridos ou companheiros. Este fenômeno vem aumentando nos últimos anos e representa um grande desafio para as instituições públicas ou civis, que são gestoras e executoras das políticas públicas voltadas para as mulheres[6].

Os Povos e Comunidades Tradicionais são aqueles que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionais, de forma permanente ou temporária, tendo como referência sua ancestralidade e reconhecendo-se a partir de seu pertencimento baseado na identidade étnica e na autodefinição. Por conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, línguas específicas e relação coletiva com o meio ambiente são determinantes na preservação e manutenção do patrimônio material e imaterial. Dessa forma, configura-se a necessidade de elaboração de políticas específicas e focadas, dadas as características diferenciadas destas populações.

Na Bahia, estão presentes Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas, Comunidades de Terreiro, Extrativistas, Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, Ciganos, Comunidades de Gerazeiros, Pescadores Artesanais. Estes grupos, presentes em todas as regiões do estado, demandam políticas públicas que promovam a alteração do quadro de exclusão a que foram submetidos, sendo de igual importância o combate à discriminação e à intolerância religiosa.

O Governo da Bahia entende que políticas públicas afirmativas para esses grupos são fundamentais para o combate aos preconceitos e o reconhecimento das diferenças e diversidades de condições. A criação das secretarias de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres atendeu à necessidade de se estabelecer, coerentemente, estruturas, programas e um conjunto de políticas sociais articuladas nas áreas de educação, saúde, cultura e emprego e renda com foco em gênero, raça e etnia.

3 Dados IBGE/PNAD.

4 Idem

5 Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

6 BAHIA, SEPROMI. Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, 2009.

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS**

Ementa

Promover a redução das desigualdades raciais e a melhoria das condições de vida, mediante a ampliação e implementação de políticas voltadas para a inclusão e a igualdade de oportunidades da população negra

Recursos do Programa **R$ 22.318.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Média de Anos de Estudo das Populações Negra e Indígena com 25 anos ou mais	%	2009	5,70	8,10
Número de Municípios com Acesso à Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa	Unid	2011	0,00	417,00
Número de Escolas Públicas Estaduais com Conteúdo e Práticas Antirracistas Inseridos no Currículo	Nº	2011	0,00	1.280,00

Compromisso	Gerir as políticas de promoção da igualdade racial no âmbito estadual
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade
Meta	Elaborar quatro relatórios anuais de avaliação das políticas de promoção da igualdade racial no Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	04	Unid

Entrega/Iniciativa

- Publicação do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial
- Implantação de sistema de geração e difusão de informações
- Implantação de processo para acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial
- Estabelecimento de parceria visando instituir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
- Promoção de conferências, no âmbito estadual e municipal, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- Fortalecimento e apoio institucional ao Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN
- Lançamento de editais de apoio às iniciativas da sociedade civil com foco no empoderamento da população negra e comunidades tradicionais
- Apoio à implantação do Centro Cultural da Irmandade da Boa Morte e às ações de fortalecimento de datas de referência histórica, em articulação com a Secretaria de Cultura

Compromisso	Combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade
Meta	Divulgar a Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, através de campanhas, nos 417 municípios baianos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Meta	Realizar 200 oficinas de combate, identificação e prevenção do racismo em todos os órgãos da administração pública

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	GÊNERO, RAÇA E ETNIA
Programa	PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	200	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de campanhas de combate ao racismo
Formação para a identificação, prevenção e combate ao racismo
Prevenção e combate ao racismo nas campanhas publicitárias
Fomentar a instituição do subtipo descriminação racial nos registro da Ouvidoria Geral do Estado do tipo denúncia e reclamação
Fomentar a instituição do quesito raça/cor nos cadastros públicos
Fortalecimento institucional das entidades parceiras, com destaque para a Secretaria de Segurança Pública e para o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da Defensoria Pública
Implantação de centro de referência na prevenção e combate ao racismo e intolerância religiosa
Estímulo à produção e formação acadêmica na área de políticas públicas com ênfase na legislação antirracista
Articulação para inclusão de cotas raciais em cargos e empregos públicos no âmbito do Estado

Compromisso	Fomentar ações e articular estratégias intersetoriais para apoiar a implementação da Política de Saúde Integral da População Negra no Estado da Bahia
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade
Meta	Apoiar a elaboração e implementação da Política de Saúde Integral da População Negra no Estado da Bahia

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Fortalecimento do Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra
Sensibilização e qualificação de gestores públicos sobre a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra
Apoio à elaboração da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra

Compromisso	Promover a educação antirracista nas escolas públicas
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Estruturar 80% das escolas públicas com ações curriculares educativas e culturais voltadas ao desenvolvimento de conteúdo e práticas escolares antirracistas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80	%

Entrega/Iniciativa
Implantação de conteúdo curricular voltado para a educação anti-racista nas escolas públicas estaduais

Compromisso	Promover o acesso da população negra às novas tecnologias da informação e comunicação
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade
Meta	Ampliar o acesso da população negra às novas tecnologias da informação e comunicação através de articulação com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – Secti

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	GÊNERO, RAÇA E ETNIA
Programa	PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Estímulo à capacitação de monitores e gestores dos Centros Digitais de Cidadania na temática racial
Fomento a implantação de Centro Digital de Cidadania em áreas com índice elevado de pobreza

Compromisso	Aprovar e implementar o Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa – Projeto de Lei nº 14.692/2005
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade
Meta	Realizar 20 ações visando fomentar a aprovação do Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	Unid

Entrega/Iniciativa
Articulação para a implantação do Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa
Realização de campanha para aprovação do Projeto de Lei – PL 14.692/2005
Articulação para a aprovação do Projeto de Lei – PL nº 14.692/2005

Compromisso	Fomentar a municipalização das políticas públicas de promoção da igualdade racial
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade
Meta	Ampliar para 200 o número de municípios baianos no Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	11	Município	Sertão Produtivo	06	Município
Velho Chico	08	Município	Piemonte do Paraguaçu	06	Município
Chapada Diamantina	16	Município	Bacia do Jacuípe	02	Município
Sisal	13	Município	Piemonte da Diamantina	03	Município
Litoral Sul	07	Município	Semiárido Nordeste II	07	Município
Baixo Sul	14	Município	Vitória da Conquista	13	Município
Extremo Sul	06	Município	Portal do Sertão	08	Município
Médio Sudoeste da Bahia	04	Município	Litoral Norte e Agreste Baiano	18	Município
Vale do Jiquiriçá	06	Município	Recôncavo	20	Município
Sertão do São Francisco	08	Município	Médio Rio de Contas	02	Município

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS**

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Paramirim	04	Município	Bacia do Rio Corrente	03	Município
Sertão Produtivo	06	Município	Itaparica	02	Município
Piemonte do Paraguaçu	06	Município	Piemonte Norte do Itapicuru	06	Município
Metropolitano de Salvador	07	Município			

Entrega/Iniciativa
Apoio à construção de planos municipais de promoção da igualdade racial
Fortalecimento e coordenação do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial
Implantação do projeto de Formação em Raça e Políticas Públicas
Instituição do prêmio Melhores Práticas em Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Bahia Saudável
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde – SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas	Secretaria da Saúde
Programa	Fortalecimento da Educação Básica
Compromisso Transversal	**Órgão**
Fortalecer a inclusão educacional, garantindo o tratamento das temáticas relacionadas ao ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como às questões de gênero e sexualidade, identidade étnico-racial, educação especial e educação em direitos humanos	Secretaria da Educação

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Ementa

Promover a redução das desigualdades raciais e a melhoria das condições de vida, mediante a ampliação e implementação de políticas voltadas para a inclusão, a sustentabilidade e a igualdade de oportunidades de povos e comunidades tradicionais

Recursos do Programa **R$ 21.832.780,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Nº de municípios com desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT	Unid	2011	0	99
Nº de organizações da Sociedade Civil capacitadas	Unid	2011	0	500
Nº de organizações de Povos e Comunidades Tradicionais - PCT capacitados em gestão de projetos públicos	Unid	2011	0	150

Compromisso	Promover a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos, culturais e religiosos
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade
Meta	Elaborar, desenvolver e articular a execução de 50 Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Bacia do Jacuípe	01	Unid
Velho Chico	02	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Chapada Diamantina	02	Unid	Semiárido Nordeste II	02	Unid
Sisal	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Litoral Sul	03	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Baixo Sul	02	Unid	Vitória da Conquista	02	Unid
Extremo Sul	03	Unid	Recôncavo	03	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	03	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Sertão do São Francisco	03	Unid	Itaparica	03	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	02	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid	Metropolitano de Salvador	03	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Costa do Descobrimento	03	Unid
Piemonte do Paraguaçu	02	Unid			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	GÊNERO, RAÇA E ETNIA
Programa	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Entrega/Iniciativa
Realização de estudos e diagnósticos
Identificação e mapeamento dos povos e comunidades tradicionais
Apoio às manifestações culturais da população negra e de povos e comunidades tradicionais
Apoio a eventos para o desenvolvimento profissional de povos e comunidades tradicionais
Fomento ao acesso de povos e comunidades tradicionais às novas tecnologias da informação e comunicação
Articulação e apoio para a adequação curricular do ensino fundamental, médio e superior à realidade histórica afro-brasileira e indígena
Fortalecimento dos mecanismos de controle social das políticas públicas
Apoio a ações de fortalecimento dos quilombos educacionais
Articulação intersetorial para a implementação de políticas públicas
Fomento ao acesso qualificado de povos e comunidades tradicionais ao mercado formal de trabalho
Articulação com instituições públicas para atendimento a situações emergenciais

Compromisso	Qualificar as comunidades remanescentes de quilombo, criando condições para o desenvolvimento de políticas e projetos beneficiadores das comunidades, pela promoção do associativismo e do diálogo com instâncias políticas e financeiras
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
Meta	Qualificar 100 comunidades tradicionais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	13	Unid	Sertão Produtivo	08	Unid
Velho Chico	05	Unid	Piemonte da Diamantina	09	Unid
Chapada Diamantina	25	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	03	Unid
Litoral Sul	07	Unid	Vitória da Conquista	10	Unid
Baixo Sul	15	Unid	Recôncavo	05	Unid

Entrega/Iniciativa
Assessoria técnica às comunidades tradicionais
Realização de oficinas para a formação de lideranças
Promoção do intercâmbio entre comunidades quilombolas
Construção e/ou requalificação de espaços para centros comunitários multiuso

Compromisso	Ampliar o acesso das comunidades remanescentes de quilombos às políticas públicas sociais e de infraestrutura
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade
Meta	Elaborar, desenvolver e coordenar a execução de planos de desenvolvimento social, econômico e ambientais sustentáveis em 200 comunidades remanescentes de quilombos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	15	Unid	Chapada Diamantina	25	Unid
Velho Chico	09	Unid	Sisal	02	Unid

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	GÊNERO, RAÇA E ETNIA
Programa	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	12	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	07	Unid
Baixo Sul	14	Unid	Portal do Sertão	05	Unid
Extremo Sul	04	Unid	Vitória da Conquista	23	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	04	Unid	Recôncavo	25	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Sertão Produtivo	08	Unid	Itaparica	02	Unid
Piemonte do Paraguaçu	02	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	15	Unid
Piemonte da Diamantina	06	Unid	Metropolitano de Salvador	09	Unid
Semiárido Nordeste II	04	Unid	Costa do Descobrimento	04	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração, desenvolvimento e execução de planos de desenvolvimento social, econômico e ambientais sustentáveis em comunidades remanescentes de quilombos
Articulação intersetorial para a pactuação de ações
Fortalecimento institucional e capacitação em comunidades
Implantação de sistema de acompanhamento das ações
Apoio à regularização fundiária e assistência jurídica em comunidades quilombolas

Compromisso	Promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT, mediante a ampliação e implementação de políticas voltadas para a sua inclusão, sustentabilidade e igualdade, salvaguardando e ampliando os benefícios da biodiversidade, com ênfase na produção dos conhecimentos científicos e valorização dos saberes tradicionais
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT em 99 municípios

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	05	Município	Extremo Sul	05	Município
Velho Chico	05	Município	Bacia do Rio Grande	05	Município
Chapada Diamantina	05	Município	Bacia do Paramirim	05	Município
Sisal	05	Município	Piemonte do Paraguaçu	05	Município
Litoral Sul	05	Município	Litoral Norte e Agreste Baiano	05	Município
Baixo Sul	05	Município	Portal do Sertão	07	Município

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	GÊNERO, RAÇA E ETNIA
Programa	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Vitória da Conquista	05	Município	Itaparica	05	Município
Recôncavo	05	Município	Piemonte Norte do Itapicuru	05	Município
Médio Rio de Contas	05	Município	Metropolitano de Salvador	12	Município

Meta	Capacitar 500 organizações da sociedade civil	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	500	Unid

Meta	Capacitar 150 organizações de Povos e Comunidades Tradicionais - PCT em gestão de projetos públicos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	150	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de estudos e publicações sobre a cadeia socioprodutiva de povos e comunidades tradicionais
Capacitação técnica em gestão de projetos públicos
Apoio a projeto para o desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais
Apoio institucional a eventos públicos de povos e comunidades tradicionais

Compromisso	Promover a melhoria das condições de habitabilidade de populações tradicionais respeitando suas características étnicas e diversidades culturais	
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	
Meta	Produzir 5.500 unidades habitacionais destinadas a comunidades tradicionais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	5.500	Unid

Meta	Requalificar 500 unidades habitacionais em situação de precariedade, destinadas a comunidades tradicionais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	500	Unid

Entrega/Iniciativa
Promoção de melhorias de unidades habitacionais em comunidades tradicionais
Produção de unidades habitacionais em comunidades tradicionais

Compromisso	Promover a preservação e valorização das religiões de matriz africana	
Órgão Responsável	Secretaria de Promoção da Igualdade	
Meta	Elaborar 01 plano de ação visando o desenvolvimento sustentável dos espaços de religião de matriz africana do Estado	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Entrega/Iniciativa
Elaboração de plano de ação para comunidades de religiões de matriz africana
Apoio à preservação, restauração, sustentabilidade e reconstituição de sítios e espaços sagrados das religiões de matriz africana
Realização de campanhas para preservação e valorização das religiões de matriz africana
Fomento ao tombamento e salvaguarda dos espaços de religiões de matriz africana
Fomento à utilização de espaços de religião de matriz africana para desenvolvimento de políticas públicas nas áreas de educação, promoção e atenção à saúde

Programa/Compromisso Transversal		
Programa	Bahia Saudável	
Compromisso Transversal		**Órgão**
Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas		Secretaria da Saúde
Programa	Fortalecimento da Educação Básica	
Compromisso Transversal		**Órgão**
Fortalecer a inclusão educacional, garantindo o tratamento das temáticas relacionadas ao ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como às questões de gênero e sexualidade, identidade étnico-racial, educação especial e educação em direitos humanos		Secretaria da Educação
Programa	Educação Profissional	
Compromisso Transversal		**Órgão**
Fortalecer a inclusão educacional por meio da educação profissional para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional		Secretaria da Educação
Programa	Água para Todos - PAT	
Compromisso Transversal		**Órgão**
Garantir o acesso à água em qualidade e quantidade e o esgotamento sanitário com destinação adequada de dejetos sanitários residenciais em meio rural e em comunidades quilombolas		Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Programa	Regularização Fundiária e Reforma Agrária	
Compromisso Transversal		**Órgão**
Ampliar e intensificar a regularização de terras por meio de ações discriminatórias administrativas rurais e urbanas, especialmente nas áreas de comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores		Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Programa	Vida Melhor - Oportunidade para Quem Mais Precisa	
Compromisso Transversal		**Órgão**
Fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando a geração de renda		Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Desenvolvimento Cultural
Compromisso Transversal	**Órgão**
Preservar a memória e história dos movimentos sociais, da crença e da cultura popular	Secretaria da Educação
Programa	Acesso à Justiça Integral e Gratuita
Compromisso Transversal	**Órgão**
Garantir a dignidade da pessoa humana e reduzir as desigualdades sociais prestando assistência jurídica integral e gratuita	Defensoria Pública do Estado da Bahia

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Ementa

Combater todas as formas de violência e o tráfico de mulheres e garantir o atendimento integral às mulheres vítimas de violência

Recursos do Programa **R$ 5.667.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Percentual de ocorrências registradas nas instituições integradas a rede de enfrentamento à violência contra a mulher	%	2010	6.45	50

Compromisso	Promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Meta	Criar e implementar o Sistema Estadual de Informações sobre Violência

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Meta	Elaborar e aprovar Lei Estadual institucionalizando a política de abrigamento às mulheres vítimas de violência

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa

- Articulação para garantir atendimento prioritário às mulheres em situação de violência
- Articulação para implantação de centros de referência territorial para atendimento às mulheres em situação de violência
- Articulação para a consolidação e implantação da rede de atendimento às mulheres
- Realização de campanha para o fortalecimento da rede de atendimento às mulheres
- Capacitação de gestores públicos e profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência
- Apoio à construção de planos municipais de promoção da igualdade de gênero
- Instituição do prêmio Melhores Práticas em políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher

Compromisso	Promover a proteção integral a mulher com vínculos fragilizados ou rompidos, para contribuir com a garantia de direitos, ameaçados e violados
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Garantir o pleno funcionamento de 09 casas de acolhimento de mulheres vítimas de violência

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Portal do Sertão	01	Unid			

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS
Área Temática	GÊNERO, RAÇA E ETNIA
Programa	ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Entrega/Iniciativa
Funcionamento de Casas de Acolhimento da Mulher em regime de co-gestão
Funcionamento da Casa de Acolhimento da Mulher Cidadã
Implantação de Casas de Acolhimento da Mulher em regime de co-gestão

Compromisso	Promover a divulgação e o fortalecimento dos instrumentos de proteção aos direitos das mulheres em situação de violência	
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres	
Meta	Realizar 04 campanhas de sensibilização	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	04	Unid
Meta	Implantar 01 sistema de monitoria dos processos julgados e da utilização das medidas protetivas	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de campanha de sensibilização da sociedade
Sensibilização e capacitação de operadores de direito e da segurança pública
Implantação de sistema de monitoria dos processos julgados e da utilização das medidas protetivas

Compromisso	Promover o respeito aos direitos sexuais e o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, por meio do fomento à desconstrução dos estereótipos e mitos e da repressão a tais condutas delituosas	
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres	
Meta	Realizar 04 campanhas de conscientização contra exploração sexual e tráfico de mulheres	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	04	Unid
Meta	Implementar o Plano Estadual de Enfrentamento a Feminilização da AIDS/HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Desenvolvimento de núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres
Consolidação do Plano Estadual de Enfrentamento à Feminilização da AIDS/HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs
Implementação do Plano Integral de Enfrentamento à Feminilização da AIDS/HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs
Apoio a implementação da Política Nacional e Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
Realização de campanhas educativas e de divulgação
Formação de multiplicadores do programa prevenção ao tráfico no turismo
Realização de seminários sobre a caracterização da exploração das mulheres em situação de migração internacional e nacional

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Entrega/Iniciativa
Desenvolvimento de estudos e diagnóstico sobre a situação do tráfico de mulheres no Estado
Promoção do acesso dos municípios à rede de proteção às mulheres

Compromisso	Assegurar o respeito aos direitos humanos e melhores condições às mulheres internas no sistema penitenciário
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Meta	Implantar a Central de Denúncias sobre a violação dos direitos das mulheres internas e egressas do sistema penitenciário

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação da Central de Denúncias
Articulação para desenvolvimento de programa de resgate da cidadania das internas e egressas do sistema prisional
Realização de campanha sobre as condições atuais do sistema prisional

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

Compromisso Transversal	Órgão
Prevenir e enfrentar o tráfico de pessoas no Estado, preservando a dignidade do cidadão e o direito à vida e à liberdade	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**AUTONOMIA DAS MULHERES**

Ementa

Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres urbanas e rurais por meio da inclusão produtiva e social, de forma a ampliar a cidadania pelo acesso a direitos e a bens e serviços

Recursos do Programa **R$ 8.635.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Taxa de ocupação das mulheres urbanas	%	2009	84,50	87,60
Taxa de ocupação das mulheres rurais	%	2009	94,40	95,50
Rendimento médio das mulheres urbanas	Reais	2009	666,00	818,70
Rendimento médio das mulheres rurais	Reais	2011	307,00	460,70
Média de anos de estudo das mulheres urbanas com 15 anos ou mais	Nº	2009	7,60	9,00
Média de anos de estudo das mulheres rurais com 15 anos ou mais	Nº	2011	4,30	5,00

Compromisso	Promover a erradicação da feminilização da extrema pobreza na Bahia, por meio da busca ativa de famílias chefiadas por mulheres, ainda excluídas, para viabilizar seu acesso ao Cadastro Único do programa Bolsa Família e aos equipamentos de promoção da segurança alimentar e nutricional e proteção social
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres

Meta	Promover a busca ativa de 300 mil mulheres em situação de extrema pobreza	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	300.000	Pessoa

Meta	Realizar 08 campanhas de mobilização de mulheres para inserção no Cadastro Único - CadÚnico	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	08	Unid

Entrega/Iniciativa

Realização de campanha para mobilização de mulheres visando o cadastramento nas prefeituras, postos e orientação dos agentes comunitários

Integração da rede de articuladoras territoriais à campanha de busca ativa para mulheres ainda excluídas do Cadastro Único

Instituição do selo para condecoração de município isento de mulheres em situação de miséria

Compromisso	Promover a autonomia das mulheres, considerando as desigualdades de gênero, classe e raça, desenvolvendo ações que contribuam para a modificação da atual divisão sexual no trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres

Meta	Promover 08 cursos de capacitação para a inclusão produtiva da mulher	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	08	Unid

Entrega/Iniciativa

Capacitação e qualificação profissional das mulheres para inserção no mercado de trabalho

Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**AUTONOMIA DAS MULHERES**

Entrega/Iniciativa
Desenvolvimento de parcerias para a implementação de unidades de produção agroecológica para mulheres
Desenvolvimento de parcerias para a implantação de equipamentos de apoio à produção familiar
Apoio à implementação de políticas públicas de formalização e valorização do trabalho doméstico
Apoio à implementação de políticas públicas de inclusão pela educação formal, erradicação do analfabetismo e inclusão digital
Articulação para a inserção e o fortalecimento da mulher no mercado de trabalho

Compromisso	Promover a inclusão socioprodutiva de mulheres das áreas rurais, urbanas e periurbanas, que se encontram em situação de pobreza
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Atuar em 120 municípios com maior percentual de mulheres chefes de famílias e em situação de extrema pobreza, atendendo a 1.200 grupos, associações ou cooperativas de mulheres das áreas urbanas, periurbanas e rurais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	05	Município	Bacia do Jacuípe	03	Município
Velho Chico	05	Município	Piemonte da Diamantina	02	Município
Chapada Diamantina	01	Município	Semiárido Nordeste II	08	Município
Sisal	15	Município	Litoral Norte e Agreste Baiano	08	Município
Litoral Sul	06	Município	Portal do Sertão	04	Município
Baixo Sul	03	Município	Vitória da Conquista	05	Município
Extremo Sul	04	Município	Recôncavo	07	Município
Piemonte do Paraguaçu	04	Município	Médio Rio de Contas	02	Município
Vale do Jiquiriçá	03	Município	Bacia do Rio Corrente	02	Município
Sertão do São Francisco	07	Município	Itaparica	01	Município
Oeste Baiano	04	Município	Piemonte Norte do Itapicuru	02	Município
Bacia do Paramirim	03	Município	Metropolitano de Salvador	08	Município
Sertão Produtivo	04	Município	Costa do Descobrimento	02	Município
Médio Sudoeste da Bahia	02	Município			

Entrega/Iniciativa
Prestação de assistência técnica e extensão rural e urbana
Doação de kits para o desenvolvimento de atividades produtivas
Apoio a projetos de inclusão socioprodutiva
Capacitação em economia solidária, associativismo e gênero
Capacitação para o desenvolvimento de atividades produtivas
Acompanhamento permanente das ações implementadas

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS	
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**	
Programa	**AUTONOMIA DAS MULHERES**	
Compromisso	Fortalecer a Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, visando a melhoria das suas condições de saúde e resguardar as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça, de etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência	
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres	
Meta	Prover 08 campanhas de divulgação da Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	08	Unid
Entrega/Iniciativa		
Otimização do programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher		
Realização de campanha de divulgação da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher		
Promoção de seminários e capacitação		
Acompanhamento das políticas de saúde, adequando-as às demandas específicas das mulheres		
Compromisso	Fortalecer uma cultura social não sexista, não racista, não lesbofóbica e homofóbica, pela promoção de políticas públicas de educação de qualidade, culturais, de esporte e lazer, com garantia de tratamento igualitário entre mulheres e homens	
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres	
Meta	Sensibilizar e capacitar 500 gestores em políticas públicas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	500	Pessoa
Meta	Realizar 04 seminários de abrangência estadual	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	04	Unid
Entrega/Iniciativa		
Fomento a produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados		
Fomento a produção cultural afirmativa		
Fomento a produção, publicação de estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais		
Desenvolvimento de parcerias para a formação e a produção de conhecimento		
Incentivo e monitoramento da implementação da política de acesso e permanência das mulheres nas universidades, de redução do analfabetismo e de inclusão digital das mulheres		
Compromisso	Promover o fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres em espaços de poder e decisão das políticas públicas	
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres	
Meta	Realizar 08 campanhas de valorização da mulher jovem	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	08	Unid
Entrega/Iniciativa		
Promoção da difusão dos direitos e do estímulo a participação das mulheres nos espaços de poder de decisão e das políticas públicas		
Fomentar a incorporação das mulheres na formulação de políticas públicas e programas dos governos federal e municipal		

Eixo Estruturante	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS	
Área Temática	GÊNERO, RAÇA E ETNIA	
Programa	AUTONOMIA DAS MULHERES	
Compromisso	Fomentar e dar publicidade ao debate público sobre a temática de gênero para a promoção da igualdade entre mulheres e homens	
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres	
Meta	Realizar 12 campanhas publicitárias	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	12	Unid
Entrega/Iniciativa		
Realização de campanha comemorativa e de sensibilização da população sobre o Dia Internacional da Mulher		
Realização de campanha de resgate das lideranças femininas nos movimentos históricos da Bahia para inserção nos currículos escolares		
Realização de campanha pela criação de conselhos municipais de promoção e defesa dos direitos das mulheres		
Compromisso	Promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão da Política Estadual para Mulheres, para garantir a articulação intragovernamental, intergovernamental e o fomento à participação social com o objetivo de subsidiar as decisões do governo	
Órgão Responsável	Secretaria de Políticas para as Mulheres	
Meta	Fortalecer o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres – CDDM	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid
Meta	Realizar 40 conferências territoriais e estadual de politicas para as mulheres	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	40	Unid
Meta	Estruturar e instalar o Comitê Estadual de Monitoramento de Programas Institucionais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid
Meta	Implantar 03 Câmaras Temáticas de Mulheres	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	03	Unid
Meta	Ampliar para 80 os municípios com organismos de políticas para as mulheres e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80	Município
Meta	Ampliar para 50% o total de municípios que dispõem de conselhos de promoção e defesa dos direitos das mulheres	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	50	%
Entrega/Iniciativa		
Revisão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres		

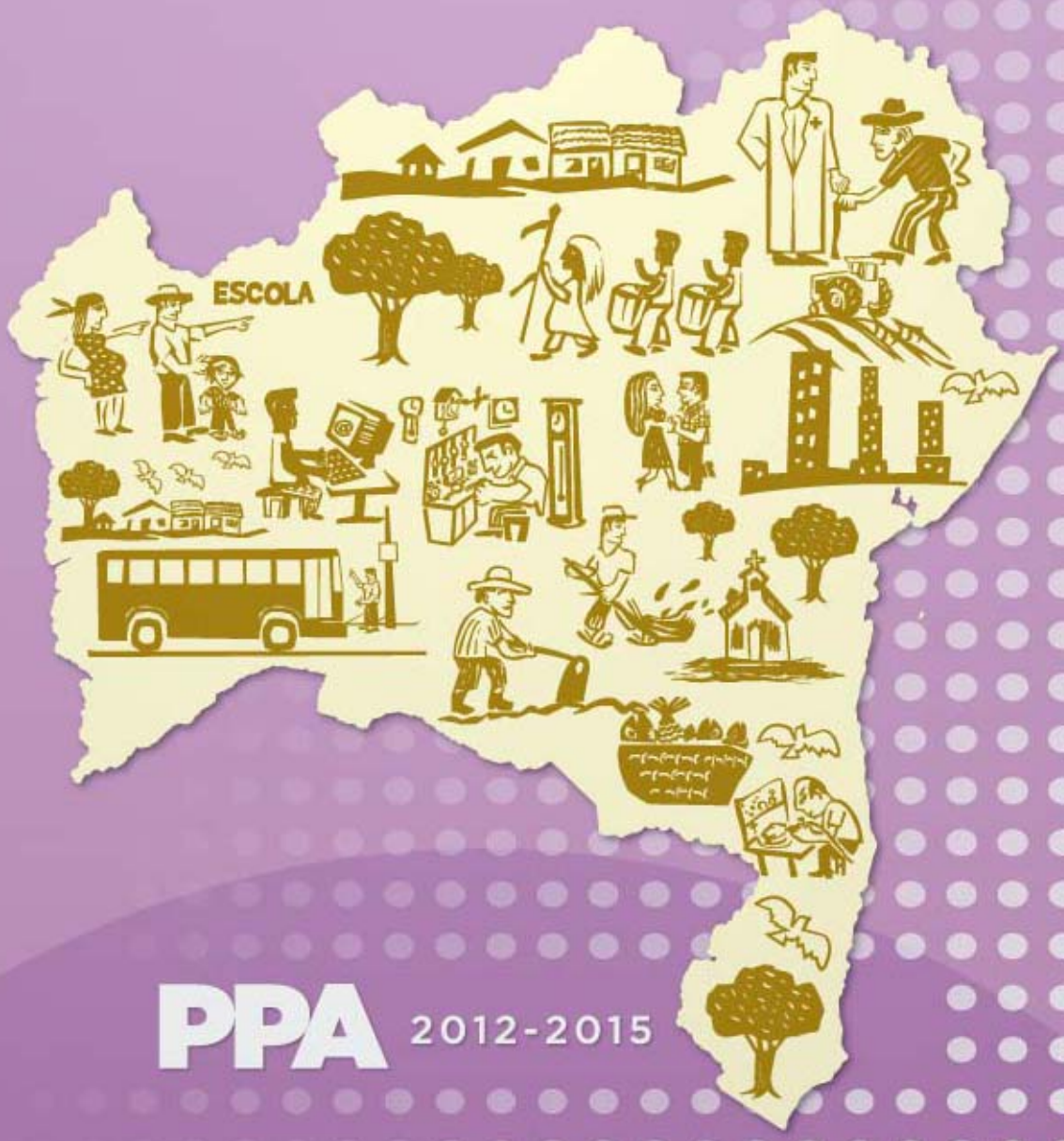
Eixo Estruturante	**INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**
Programa	**AUTONOMIA DAS MULHERES**

Entrega/Iniciativa
Estruturação física, política, institucional e financeira das ações do Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres
Estruturação de câmaras temáticas de mulheres nos colegiados territoriais
Estruturação de sistema integrado de dados e indicadores
Fomento a construção de planos locais e a criação de organismos municipais para promoção e defesa dos direitos das mulheres
Monitoramento e avaliação de planos, programas e ações relacionados à Políticas Estadual para as Mulheres

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Vida Melhor - Oportunidade para Quem Mais Precisa
Compromisso Transversal	**Órgão**
Fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando a geração de renda	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

PODER EXECUTIVO

Eixo Estruturante
Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento



PPA 2012-2015

PODER EXECUTIVO

EIXO ESTRUTURANTE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

Nas décadas recentes, o processo de desenvolvimento socioeconômico na Bahia se caracterizou por uma forte concentração econômica, setorial e espacial e uma dependência crescente da política de incentivos fiscais para garantir a atração de investimentos. Este modelo resultou na formação de algumas ilhas de prosperidade, sobretudo na Região Metropolitana de Salvador e em alguns territórios situados nas fronteiras estaduais: Extremo-Sul, Oeste e São Francisco. O semiárido, região que abriga quase metade da população da Bahia, pouco se beneficiou da expansão desses polos econômicos. Além disso, não houve um processo de integração dinâmica entre essas regiões por conta de uma infraestrutura logística não competitiva, porque não integrada, sucateada ou obsoleta.

Eis porque será prioridade absoluta para este governo a integração territorial por meio da intensificação das ações para consolidar e modernizar os equipamentos de infraestrutura e logística do estado, como o Porto Sul e a Ferrovia Oeste-Leste, a recuperação da malha rodoviária e, também, para assegurar novos investimentos em plataformas logísticas, portos, aeroportos e na hidrovia do São Francisco. Todos esses projetos serão desenvolvidos em parceria com o Governo Federal e o setor privado.

Além dos investimentos em logística integrada, o desenvolvimento passará também pelo fomento à atração de novos investimentos mais bem distribuídos territorialmente, em setores e segmentos que vão da mineração à produção de energia eólica, da indústria química à produção de alimentos e também pelo apoio, por meio de políticas específicas, ao bom desempenho das atividades de construção civil e do comércio.

Terá primazia, além disso, o fortalecimento das pequenas e médias empresas, aumentando sua competitividade através do estímulo e apoio ao empreendedorismo. A economia baiana atraiu indústrias, mas não criou ainda o tecido de empresas de médio e pequeno porte necessário a uma economia diversificada e de alta produtividade.

A interiorização do desenvolvimento passa, também, pela consolidação e ampliação da imagem da Bahia como um destino turístico moderno, diversificado culturalmente, hospitaleiro e dotado de um patrimônio ambiental e pai-

sagístico de grande valor. Para tanto, serão intensificados os investimentos em qualidade dos produtos e serviços turísticos oferecidos aos visitantes.

As ações visarão, ainda, a dar o suporte necessário ao desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar – grãos, frutas, celulose, pecuária, algodão, agroenergia e outras cadeias –, disponibilizando infraestrutura e logística para o escoamento da produção, prestando assistência técnica, consolidando a expansão de mercados e estimulando a produção saudável e de qualidade.

Todas as políticas públicas de fomento e regulação necessárias à criação de um ambiente favorável à multiplicação de investimentos deverão pressupor, necessariamente, a expansão das redes estaduais de educação superior, transferência tecnológica, pesquisa e inovação, com o fortalecimento do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I. Elas também exigirão o aprofundamento e a integração das políticas de meio ambiente, com a defesa da biodiversidade e dos recursos hídricos e a implantação do Zoneamento Econômico Ecológico, ferramenta indispensável para assegurar as condições para o desenvolvimento com sustentabilidade e equilíbrio ambiental.

O objetivo desse Eixo será, em síntese, assegurar a geração de riquezas com maior equidade social, garantindo a todos condições de acesso ao básico para uma existência com dignidade e às oportunidades abertas pela retomada do crescimento, num contexto de desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Integram este Eixo os seguintes Temas: Infraestrutura Logística e de Telecomunicações, Meio Ambiente, Economia Verde, Ciência e Tecnologia, Urbanização e Cidades Sustentáveis, Turismo, Cultura e Desenvolvimento, Indústria, Mineração e Serviços Estratégicos, Cadeias Produtivas do Agronegócio.

ÁREA TEMÁTICA
INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES

Ponto estratégico na política de infraestrutura, o setor logístico tem sido essencial para o desenvolvimento de países que buscam competitividade no mercado mundial. Afinal, os investimentos na implantação de uma rede integrada de transportes e serviços logísticos, que interligue as áreas de produção às de consumo e exportação, têm impactos diretos no fortalecimento e nos ganhos de eficiência do setor produtivo e no desenvolvimento regional equilibrado, gerando, consequentemente, maior competitividade econômica.

A logística integrada virou a grande ação estratégica para os países emergentes que objetivam ampliar sua competitividade no mercado internacional e vêm estimulando vários fundos de investimento a direcionarem recursos para projetos no setor. Neste contexto se enquadram os investimentos da China e da Índia, novos grandes demandantes mundiais de *commodities* produzidas em países como o Brasil.

Um estudo do Banco Mundial com 155 países e mais de mil operadores logísticos internacionais mostrou que a infraestrutura brasileira passou do 61º lugar para o 41º de 2007 a 2009, um dos maiores avanços registrados no ranking [1]. Apesar desse resultado e da crescente participação do investimento privado nacional e estrangeiro, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) estima que o Brasil precisará investir, por ano, cerca de R$ 168 bilhões em infraestrutura durante o próximo quinquênio. Deste montante, R$ 25,2 bilhões deverão ser destinados ao setor de transporte e à logística [2].

Esta questão é também crucial para as expectativas de crescimento da atividade produtiva na Bahia, que já concentra uma produção agrícola considerável no cerrado e região de Juazeiro e começa a implantar empreendimentos de mineração na região de Caetité. Além disso, a consolidação de portos e ferrovias em outros estados do

1 PIMENTEL, Nilson. Investir em infraestrutura para desenvolvimento econômico sustentável. Texto capturado na Internet em: >http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/Investir_em_Infraestrutura_para_Desenvolvimento_Economico_Sustentavel.pdf<. Acesso: 05 de julho de 2010.

2 O GLOBO. Os nós que terão de ser desatados para o país se desenvolver de fato. Desafios do Brasil. Pág. 16. 3 out. 2010.

Nordeste potencializa a disputa, com a Bahia, de investimentos privados e fluxo de mercadorias, o que reforça a necessidade de investimentos na logística baiana.

A consolidação de projetos estruturantes que tenham a capacidade de promover um grande salto de qualidade na logística de transporte poderá firmar a Bahia como um importante polo industrial e de serviços. Desta forma, a ferrovia Oeste-Leste ampliará o escoamento de grãos do Oeste baiano e minérios da região de Caetité, além de atrair fluxos dos estados de Goiás e Tocantins até Ilhéus, onde encontrará no Porto Sul um ponto de escoamento da produção destinada à exportação. Ao longo do trajeto, outros municípios se beneficiarão das externalidades geradas, atraindo mais investimentos industriais e ampliando a oferta de serviços.

O Porto Sul, a ser implantado no Território de Identidade do Litoral Sul, bem como a Ferrovia Oeste-Leste, são partes de uma linha estratégica que visa promover a desconcentração das atividades produtivas no estado através da criação de um complexo logístico-industrial que funcione como alternativa à Região Metropolitana de Salvador. Nesse mesmo sítio será construído o futuro Aeroporto Internacional de Ilhéus. O novo terminal portuário estará, além disso, integrado aos modais rodoviário (BRs 101, 251 e 415), ferroviário, aeroviário e dutoviário (Gasene).

Apesar do peso econômico da Bahia no cenário nordestino, os atrasos decorrentes das condições inadequadas dos portos locais, inclusive de defasagem tecnológica, afetam os custos e desviam para outros estados as mercadorias produzidas internamente com destino à exportação. Com segurança, dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) registram que cerca de 22% das cargas baianas em 2010 foram movimentadas por, pelo menos, 11 diferentes portos do país.

Desta forma, ações como dragagem, manutenção e aprofundamento do acesso marítimo são fundamentais para viabilizar as operações portuárias, mesmo nas condições naturais privilegiadas dos portos na Baía de Todos os Santos. Uma parte das vias de acesso terrestre aos portos baianos também estão necessitando de reparos e novas soluções e alternativas. As estradas encontram-se esburacadas e mal sinalizadas; além disso, é preciso investir nas conexões dos portos com o modal ferroviário, que constitui outro importante gargalo logístico. A modernização dos portos exige, ainda, nova infraestrutura de telecomunicações, haja vista que os portos são organismos complexos, cujas operações envolvem uma grande quantidade de intervenientes, entre eles a Autoridade Portuária, os Operadores Portuários e a Receita Federal. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) podem contribuir para uma maior e mais eficiente integração desses atores, tornando mais ágil e confiável a operação portuária. Finalmente, é necessário que o Estado assegure maior agilidade ao processo de licenciamento ambiental.

Tabela 1 **Comércio Exterior Bahia – Cargas Totais. Movimentação nos Portos da Bahia e nos outros estados no período 2000-2010.**

Ano	Portos da Bahia (10^6)	Portos de outros estados (10^6)	(%)
2000	8,9	01	10%
2001	10,4	1,2	10%
2002	9,2	1	10%
2003	10,4	0,8	7%
2004	11,3	1,5	12%
2005	12,9	2,1	14%
2006	10,9	2,6	19%
2007	11,1	2,6	19%
2008	11,2	3,2	22%
2009	10,4	3,4	25%
2010	12,5	3,7	22%

Fonte: Secex/MDIC

Considerando que o fundamental da questão portuária é atribuição do governo federal, o Estado precisa articular-se para que suas necessidades de infraestrutura portuária sejam atendidas e não se transformem em empecilho para o desenvolvimento do estado.

Outro fator que pode se tornar um entrave ao desenvolvimento sustentável da Bahia é a ausência de um sistema intermodal capaz de escoar a produção agrícola e mineral estadual com menor custo e maior eficiência. Para que isso aconteça, será preciso promover as ações necessárias em alguns campos, como as recentes concessões das principais rodovias do estado, a requalificação da malha ferroviária existente, a melhoria da hidrovia do São Francisco para

torná-la operacional, a modernização e ampliação da capacidade portuária, além da modernização dos aeroportos e aeródromos em municípios importantes tanto para o turismo quanto para a produção agroindustrial.

Os aeroportos regionais são estratégicos para o desenvolvimento intraregional e para a integração da Bahia nacionalmente, pois são fundamentais não apenas para o turismo, mas também para o desenvolvimento de negócios e para a atração de novas empresas. Além da ampliação e modernização do Aeroporto Internacional de Salvador, fundamental para o bom funcionamento da estrutura de mobilidade montada para a Copa do Mundo, será vital para a economia baiana a reconstrução e expansão da rede de aeroportos no interior do estado. O Aeroporto Regional de Barreiras requer intervenções que permitam a operação de aeronaves de grande porte, favorecendo a demanda de linhas regulares e viabilizando o desenvolvimento de operações no eixo Salvador-Lençóis-BarreirasBrasília. O Aeroporto Regional de Vitória da Conquista é peça fundamental para garantir a diversificação e a sustentabilidade da economia do Sudoeste. Outro importante terminal aeroviário a ser construído é o Aeroporto Internacional de Ilhéus, uma vez que o existente – em função de sua localização em zona urbana residencial – não pode responder às demandas que decorrerão da implantação do complexo logístico e industrial vinculados ao futuro Porto Sul.

Outro nó crítico está no sistema rodoviário estadual. Mais de 90% das cargas na Bahia são movimentadas pelo modal rodoviário e a maior parte da malha rodoviária não se integra com outros modais, o que reduz a capacidade dinâmica da logística e da mobilidade nos territórios baianos. Além da necessidade de se investir na manutenção nos grandes troncos rodoviários, faz-se necessária uma atuação mais presente na abertura de novas estradas vicinais e na manutenção das já existentes, pois muitas delas encontram-se em péssimo estado de conservação.

O rio São Francisco é via importante de comunicação e integração que permanece subutilizada. Ele tem potencial para desempenhar o papel de eixo logístico, tanto na integração interna quanto na interligação com outros estados, inclusive São Paulo e Minas Gerais, mas principalmente com aqueles do Nordeste setentrional.

Outro fator fundamental para modernizar a infraestrutura baiana de transportes são as Plataformas Logísticas, que deverão ser implantadas em conexões intermodais, ampliando o suporte à agropecuária e à indústria.[3] Estas estruturas alavancam a própria intermodalidade, na medida em que favorecem a integração de diversos modos de transporte, com significativas economias de escala e redução de custos operacionais. Além disso, podem impulsionar os serviços de apoio necessários à produção e comercialização, inclusive favorecendo a atração e o desenvolvimento de empresas operadoras logísticas.

O problema da logística passa, também, por entraves regulatórios, obstáculos à renovação tecnológica e escassez de recursos humanos qualificados. O atual marco regulatório, particularmente, deve merecer atenção especial, pois é insuficiente e frágil, o que dificulta o desenvolvimento de um ambiente de segurança institucional e jurídica que permita a atração de mais e melhores investimentos.

A modernização da logística terá que vir, ainda, acompanhada da evolução da infraestrutura de telecomunicações. A extensão das redes de banda larga é primordial para o desenvolvimento do estado, pois sem esta infraestrutura não se tem o devido acesso ao conhecimento e a direitos fundamentais, como saúde e educação. A disseminação dos serviços de governo e de comércio eletrônico também depende dessa infraestrutura, que deve chegar a todos os que ainda estão em condições de exclusão digital, em especial os mais pobres e aqueles que vivem em municípios mais distantes das regiões metropolitanas.

A rede escolar pública estadual, notadamente, necessita de infraestrutura que garanta o fluxo de comunicação e informação com maior velocidade e promova maior interatividade. A implantação da banda larga nas escolas demandará, contudo, investimentos na melhoria da estrutura física em várias unidades que hoje não contam com o mínimo para que possam receber os equipamentos necessários.

3 Área demarcada onde são efetuadas diversas operações (por diferentes profissionais) relativas à logística, transporte, distribuição de mercadorias, tanto para o trânsito nacional como para o internacional. (Europlatforms – European Association of Freight Village, 1992, Cit. por DUBKE et al.- Plataformas Logísticas: características e tendências para o Brasil, p. 2).

O Estado da Bahia precisa estruturar o eGov para transformar as relações do Governo com os cidadãos, empresas e também entre os órgãos do próprio Governo, de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados; promover a interação com empresas; e fortalecer a participação cidadã por meio do acesso à informação e a uma administração mais eficiente. Prioritariamente, deve-se focar nas áreas de saúde, segurança, justiça e direitos humanos, permitindo a troca de informações em tempo real e a coordenação de ações com maior efetividade.

A TV Pública é um importante instrumento para a formação da cidadania, na medida em que sua finalidade seja oferecer uma programação diversificada e alternativa, de natureza informativa, cultural, artística e científica. A TV Digital – mais especificamente a TV Digital Interativa – torna este meio de comunicação de massa muito mais importante para a constituição da cidadania, uma vez que a interação permite ao usuário acesso a novos serviços públicos e privados e, principalmente, possibilita que se formem redes de Educação a Distância (EAD).

Considerando a importância crescente da TV Pública e da TV Digital, caberá ao Estado, por meio do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), estender a cobertura da TV Educativa da Bahia e da rádio pública a todos os municípios da Bahia e implantar e difundir o sinal digital da emissora com a maior brevidade possível.

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES**
Programa	**LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE**

Ementa

Ampliar e modernizar a infraestrutura logística multimodal baiana

Recursos do Programa **R$ 1.255.472.500,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de expansão da malha rodoviária	Número-índice	2011	100,00	106,00
Percentual de rodovias em boas condições de trafegabilidade	%	2011	48,74	68,38
Percentual de terminais hidroviários em boas condições de operação	%	2011	56,25	100,00
Percentual de terminais aeroviários em boas condições de operação	%	2011	79,49	90,24

Compromisso	Expandir, recuperar e manter a malha rodoviária estadual, promovendo uma maior integração das rodovias e produzindo caminhos mais racionais e eficientes
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura

Meta Implantar 271,9 km de acessos viários a sedes municipais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	51,90	km	Bacia do Rio Grande	14	km
Chapada Diamantina	17	km	Sertão Produtivo	56	km
Sisal	25	km	Portal do Sertão	08	km
Litoral Sul	17	km	Vitória da Conquista	83	km

Meta Manter 8.740 km de rodovias em condições de trafegabilidade

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	8.740	km

Meta Recuperar 2.459,40 km de rodovias

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	121,40	km	Bacia do Rio Grande	330,7	km
Velho Chico	472,3	km	Bacia do Paramirim	27	km
Chapada Diamantina	85	km	Sertão Produtivo	55	km
Sisal	57	km	Piemonte do Paraguaçu	341,40	km
Litoral Sul	91,20	km	Semiárido Nordeste II	11,50	km
Baixo Sul	14,40	km	Litoral Norte e Agreste Baiano	124	km
Extremo Sul	82	km	Portal do Sertão	33	km
Vale do Jiquiriçá	47,40	km	Vitória da Conquista	174	km
Sertão do São Francisco	104	km	Recôncavo	99,10	km

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES
Programa	LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Médio Rio de Contas	63	km	Metropolitano de Salvador	37	km
Itaparica	89	km			

Meta	Implantar e pavimentar 967,32 km de rodovias

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	223,3	km	Piemonte do Paraguaçu	03	km
Chapada Diamantina	40	km	Semiárido Nordeste II	171	km
Litoral Sul	185	km	Litoral Norte e Agreste Baiano	20,32	km
Bacia do Rio Grande	302	km	Recôncavo	22,7	km

Meta	Construir e recuperar 2.474 m de pontes, viadutos e passarelas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	240	m	Sertão Produtivo	140	m
Sisal	60	m	Bacia do Jacuípe	62	m
Litoral Sul	755	m	Semiárido Nordeste II	19	m
Baixo Sul	30	m	Litoral Norte e Agreste Baiano	160	m
Extremo Sul	586	m	Recôncavo	79	m
Médio Sudoeste da Bahia	64	m	Itaparica	20	m
Vale do Jiquiriçá	96	m	Metropolitano de Salvador	100	m
Bacia do Rio Grande	63	m			

Meta	Restaurar e manter 1.108 km de rodovias

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	251	km	Sertão Produtivo	158	km
Velho Chico	87	km	Vitória da Conquista	180	km
Chapada Diamantina	135	km	Bacia do Rio Corrente	167	km
Bacia do Paramirim	130	km			

Entrega/Iniciativa
Implantação e pavimentação de rodovias
Construção de ponte, viaduto e passarela
Implantação de acesso viário a sedes municipais
Recuperação de rodovia
Conservação de rodovia
Restauração e manutenção preventiva da Malha Rodoviária Estadual
Apoio operacional a município

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES**
Programa	**LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE**
Compromisso	Expandir e recuperar os terminais hidroviários, rodoviários e aeroviário, aumentando a competitividade da produção baiana e melhorando a mobilidade de pessoas
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura

Meta Construir 04 terminais aeroviários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Semiárido Nordeste II	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid

Meta Ampliar 22 terminais aeroviários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Sertão Produtivo	02	Unid
Velho Chico	02	Unid	Piemonte do Paraguaçu	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Piemonte da Diamantina	02	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Sertão do São Francisco	02	Unid	Itaparica	01	Unid
Bacia do Rio Grande	03	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid

Meta Construir 12 terminais hidroviários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	03	Unid	Recôncavo	01	Unid
Baixo Sul	03	Unid	Metropolitano de Salvador	04	Unid
Extremo Sul	01	Unid			

Meta Recuperar 14 terminais hidroviários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	01	Unid	Metropolitano de Salvador	07	Unid
Baixo Sul	02	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Recôncavo	03	Unid			

Meta Construir 01 terminal rodoviário

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES
Programa	LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE

Meta	Recuperar 02 terminais rodoviários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sisal	01	Unid	Itaparica	01	Unid

Meta	Recuperar 08 terminais aeroportuários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	01	Unid	Bacia do Rio Grande	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Sertão Produtivo	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Itaparica	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Construção de terminal rodoviário
Construção de terminal aeroviário
Construção de terminal hidroviário
Recuperação de terminal rodoviário
Ampliação de terminal aeroviário
Recuperação de terminal hidroviário

Compromisso	Desenvolver ações integradas para melhorar a segurança nas rodovias
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura

Meta	Reduzir em 80% o número de acidentes de trânsito nas rodovias estaduais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80	%

Entrega/Iniciativa
Realização de controle e fiscalização do trânsito nas rodovias
Sinalização das infraestruturas de transportes
Operacionalização de praças de pesagem em rodovias
Modernização dos processos de controle e fiscalização do trânsito nas rodovias estaduais
Georreferenciamento de ocupações da faixa de domínio em rodovias
Realização de treinamentos, seminários, campanhas educativas e divulgação na mídia de temas relacionados ao trânsito

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES
Programa	LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE

Compromisso	Regular e fiscalizar os serviços públicos concedidos, permissionados, autorizados e delegados, transferidos aos municípios e/ou à iniciativa privada, nas áreas de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, terminais e rodovias pedagiadas, garantindo a eficiência, a qualidade e o bom atendimento à população
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura

Meta	Realizar 137,6 mil ações de fiscalização

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	648	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	2.376	Unid
Chapada Diamantina	336	Unid	Portal do Sertão	14.848	Unid
Litoral Sul	8.464	Unid	Vitória da Conquista	4.112	Unid
Extremo Sul	5.936	Unid	Recôncavo	2.456	Unid
Sertão do São Francisco	2.136	Unid	Médio Rio de Contas	1.456	Unid
Bacia do Rio Grande	2.000	Unid	Metropolitano de Salvador	92.832	Unid

Entrega/Iniciativa
Fiscalização dos serviços públicos delegados
Elaboração de estudo de viabilidade econômica e reclassificação de terminais rodoviários
Implementação de sistema único para informatizar todas as áreas reguladas
Realização de campanha educativa sobre os direitos e deveres dos usuários

Compromisso	Planejar o atendimento das demandas futuras nos diversos modais, de forma a identificar e viabilizar os principais investimentos necessários em infraestrutura de logística de transportes
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura

Meta	Elaborar 50 projetos de infraestrutura de transportes	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	50	Unid

Meta	Elaborar 10 estudos/planos em logística de transportes	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	10	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de estudos e projetos de infraestrutura de transportes rodoviários
Elaboração de estudos e projetos de infraestrutura de transportes aeroviários
Elaboração do estudos e projetos de infraestrutura de transportes hidroviários
Elaboração do Plano Diretor de Logística e Transportes do Estado
Elaboração do Plano Diretor Aeroviário
Elaboração do Plano Diretor de Transportes Intermunicipais de Passageiros
Elaboração do Plano Diretor de Terminais Rodoviários

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES
Programa	LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE

Entrega/Iniciativa
Elaboração de pesquisa origem/destino na Região Metropolitana de Salvador
Elaboração de pesquisa origem/destino na Macrorregião de Feira de Santana
Elaboração de estudo de viabilidade, modelo de gestão e projeto básico da Ponte Salvador Itaparica
Elaboração de estudos para Implantação de Plataformas e Centros Logísticos
Elaboração de estudos para Identificação de Oportunidades de Parceria com o Setor Privado
Elaboração de estudos para Concessão de Terminais Rodoviários
Elaboração de Estudos para Concessão de Terminais Aeroviários

Compromisso	Elaborar estudos para integração do transporte hidroviário com o rodoviário, ferroviário e aeroviário visando o escoamento da produção e transporte de passageiros
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura
Meta	Elaborar 03 estudos de transporte

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	02	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração do Plano Diretor de Transportes da Baía de Todos os Santos
Elaboração de estudo para recuperação e requalificação da Hidrovia do São Francisco
Elaboração de estudo para recuperação e requalificação das estradas estaduais vicinais na área de influência do Rio São Francisco

Compromisso	Promover o fortalecimento da cadeia produtiva naval e a melhoria da infraestrutura náutica e de lazer, de serviços e de transporte
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Implantação de infraestrutura para 05 marinas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Baixo Sul	01	Unid	Metropolitano de Salvador	04	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de estudo sobre o potencial náutico da Baía de Todos os Santos
Elaboração de estudo e projeto para implantação de marinas
Elaboração de estudo para implantação de projetos para lazer e entretenimento nas áreas de açude
Implantação de infraestruturas para marinas

Compromisso	Promover as atividades portuárias e navais para fomentar o desenvolvimento sustentável e a desconcentração das atividades econômicas
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Implantar infraestrutura em 02 empreendimentos na área naval

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES**
Programa	**LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE**

Meta	Implantar infraestrutura em 01 empreendimento na área portuária	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Litoral Sul	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Estudo de prospecção e viabilidade para instalação de novos canteiros
Implantação de infraestrutura para o Complexo Logístico Intermodal Porto Sul
Implantação de infraestrutura para o Estaleiro Enseada do Paraguaçu
Implantação de infraestrutura para o Complexo Naval de Aratu
Elaboração de zoneamento de áreas portuárias e da indústria naval

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Planejamento e Gestão Estratégica
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a atração de investimentos privados em projetos de reconhecido interesse do Estado, viabilizando a implementação de Parcerias Público Privadas - PPP	Secretaria da Fazenda
Promover a intermodalidade logística para revitalização das áreas dos rios que integram a Bacia do Rio São Francisco em território baiano	Secretaria do Planejamento

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES**
Programa	**INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES**

Ementa

Disponibilizar o acesso aos serviços de telecomunicações

Recursos do Programa **R$ 37.149.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Proporção de Municípios Atendidos com Sinal de Banda Larga	Número-índice	2011	100,00	150,00

Compromisso	Melhorar a qualidade dos serviços de transmissão oferecidos à população, ampliando e modernizando o sistema de radiodifusão pública
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social
Meta	Implantar o sistema de transmissão digital até 2015

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Meta	Implantar 26 estações de retransmissão digital do Sistema Estadual de Retransmissão do Sinal de TV

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	26	Unid

Meta	Modernizar 320 estações de retransmissão

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	320	Unid

Entrega/Iniciativa
Instalação de transmissor digital da TV Educativa da Bahia
Implantação de estações de retransmissão digital
Aquisição de unidade móvel da Rádio Educadora e TV Educativa da Bahia
Instalação de equipamentos digitais nas estações de retransmissão
Instalação de transmissor analógico da TV Educativa da Bahia
Implantação da Rádio AM e ortorgas
Digitalização do acervo do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - Irdeb
Capacitação de técnicos em telecomunicações
Operacionalização do sistema de sinal da TV Educativa da Bahia

Compromisso	Possibilitar aos municípios baianos o acesso aos meios de informação e comunicação, de forma a gerar oportunidades de desenvolvimento econômico, social e científico
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Meta	Implantar projetos de infraestrutura de conectividade em 18 municípios

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Município	Litoral Sul	01	Município
Sisal	01	Município	Baixo Sul	01	Município

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES
Programa	INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Extremo Sul	02	Município	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Município
Médio Sudoeste da Bahia	01	Município	Recôncavo	01	Município
Sertão do São Francisco	01	Município	Médio Rio de Contas	01	Município
Bacia do Rio Grande	01	Município	Itaparica	01	Município
Sertão Produtivo	01	Município	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Município
Piemonte da Diamantina	01	Município	Metropolitano de Salvador	02	Município

Meta	Implantar 02 projetos de redes metropolitanas de comunicação de dados

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação de projetos de interligação entre redes metropolitanas baseadas em fibra óptica
Implantação de projetos de redes metropolitanas

Compromisso	Promover a expansão da oferta de Internet Banda Larga à população baiana com uma melhor qualidade de acesso, facilitando a inclusão digital
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura
Meta	Implantar o acesso à internet banda larga em 39 sedes municipais baianas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Litoral Sul	02	Unid
Velho Chico	01	Unid	Baixo Sul	02	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Extremo Sul	02	Unid
Sisal	01	Unid	Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Vitória da Conquista	02	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Recôncavo	02	Unid
Bacia do Rio Grande	03	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Bacia do Paramirim	02	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Sertão Produtivo	02	Unid	Itaparica	02	Unid
Piemonte do Paraguaçu	01	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid
Bacia do Jacuípe	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES
Programa	INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Piemonte da Diamantina	01	Unid	Costa do Descobrimento	02	Unid
Semiárido Nordeste II	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid			

Entrega/Iniciativa
Articulação para implantação de acesso à Internet Banda Larga

Compromisso	Disponibilizar o acesso aos serviços de telecomunicações às comunidades não enquadradas nos requisitos da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura
Meta	Implantar 19 unidades de telefones públicos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Sertão Produtivo	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Piemonte da Diamantina	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Sisal	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Bacia do Paramirim	01	Unid			

Meta	Implantar 76 estações de Serviço Móvel Pessoal/ TV Educativa da Bahia

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	04	Unid	Piemonte do Paraguaçu	03	Unid
Velho Chico	04	Unid	Bacia do Jacuípe	03	Unid
Chapada Diamantina	03	Unid	Piemonte da Diamantina	02	Unid
Sisal	03	Unid	Semiárido Nordeste II	03	Unid
Litoral Sul	03	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	03	Unid
Baixo Sul	02	Unid	Portal do Sertão	02	Unid
Extremo Sul	04	Unid	Vitória da Conquista	03	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	03	Unid	Recôncavo	01	Unid

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES**
Programa	**INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES**

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Vale do Jiquiriçá	03	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Sertão do São Francisco	03	Unid	Bacia do Rio Corrente	03	Unid
Bacia do Rio Grande	04	Unid	Itaparica	03	Unid
Bacia do Paramirim	04	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	02	Unid
Sertão Produtivo	03	Unid	Costa do Descobrimento	03	Unid

Meta	Implantar sinal de Serviço Móvel Pessoal nas principais rodovias baianas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida

Entrega/Iniciativa
Implantação do sinal da TV Educativa da Bahia
Implantação de sinal do Serviço Móvel Pessoal
Implantação de telefones de uso público
Expansão do Serviço Móvel Pessoal

ÁREA TEMÁTICA
ENERGIA

Nas próximas décadas, a despeito das inovações no campo da eficiência energética, espera-se que a demanda por energia continue crescendo aceleradamente. Isso ocorrerá em razão de vários fatores, entre os quais a manutenção de elevadas taxas de crescimento dos países emergentes, e o acesso à energia de 1,5 bilhão de pessoas que ainda não são atendidas em todo o mundo.

A incorporação de novos consumidores será também um grande desafio para o Brasil e para a Bahia, onde o consumo per capita de energia ainda é muito baixo[1] . Enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 4,6 toneladas equivalentes de petróleo – tep/hab/ano, a do Brasil é de apenas 1,3 tep/hab/ano, quadro que tende a mudar rapidamente pela incorporação de um amplo contingente das classes D e E ao mercado de consumo[2].

Soma-se a esse contexto o cenário projetado pela Empresa de Planejamento Energético (EPE), que mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentará maior dinamismo que o PIB mundial, com variação média de 5%.

O rápido crescimento do nosso PIB, ainda que se faça num quadro de uso mais racional da energia, implicará aumento na demanda, tanto de empresas como de consumidores individuais. O gráfico 1 mostra o crescimento da demanda de energia por consumidor residencial nos próximos anos – um aumento em torno de 2% a.a, assegurado, principalmente, pelo incremento da renda pessoal.[3]

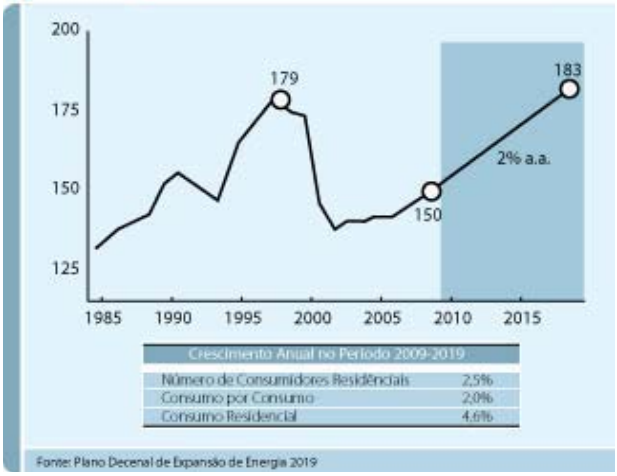
O Brasil precisará, para continuar crescendo no ritmo anual de 5%%, adicionar 6 mil MW por ano à sua capacidade de geração para evitar o risco de novos apagões, como os ocorridos em 2001 e 2009, causados pelo estrangulamento da oferta de energia. Esse forte crescimento do consumo energético nos próximos anos exigirá elevados

1 Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos. Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Série Estudos de Energia. Nota Técnica DEA 15/09. Rio de Janeiro. Dezembro de 2009. 114p.

2 Setor Elétrico: Desafios e Oportunidades. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro. Comunicados do IPEA nº 51. Maio de 2010. 36p.

3 Brasil, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. Plano Decenal de Expansão de Energia 2019. Brasília: MME/EPE, 2011. 343p.

GRÁFICO 1 CONSUMO RESIDENCIAL / POR CONSUMIDOR



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia 2019

investimentos na ampliação da oferta de energia, oriunda fundamentalmente dos combustíveis fósseis. Existe, contudo, uma relação conflituosa entre a utilização crescente de combustíveis fósseis e a preservação do meio ambiente, cuja maior evidência é o aquecimento da temperatura média do planeta provocada pelo constante incremento das emissões de CO2. As consequências são conhecidas: diminuição da biodiversidade e derretimento das geleiras, entre outros processos de natureza desastrosa.

Uma das principais soluções para o agravamento da crise ambiental está no fomento da produção e oferta de energia renovável. Para isso, o Brasil conta com uma estrutura energética privilegiada se comparada à de outros países, uma vez que o seu potencial hidroelétrico é grande e as possibilidades para o uso no país da biomassa, da energia eólica e da energia solar são altamente significativas. Graças a isso, os brasileiros mantêm, desde 1970, uma matriz energética fortemente baseada em energias renováveis, conforme mostra o gráfico 2[4].

A matriz energética da Bahia é fortemente baseada em fontes não renováveis (65,6%), com destaque para o petróleo e derivados, que representam 51,3% da matriz, além do gás natural, com 13,6% de participação (gráfico 3)[5]. O setor de petróleo e seus derivados registrou, em

4 Balanço Energético Nacional (BEN). Empresa de Planejamento Energético – EPE. 2010.

5 Balanço Energético da Bahia, 2010. Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA).

GRÁFICO 2 MATRIZ ENERGÉTICA NACIONAL

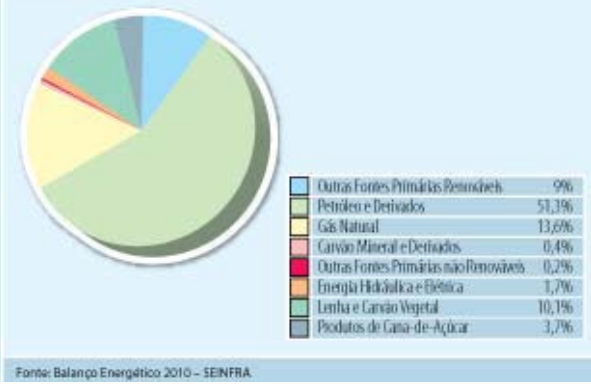
Nota: * Inclui lenha, carvão vegetal e outros

Fonte: MME, 2010

2009, uma oferta 30,6% superior à de 1993. O gás natural registrou um incremento de 83,4%, tendo sua participação elevada de 10,3%, em 1993, para 13,6% em 2009 [6]. Por sua vez, as fontes renováveis possuem menor participação, com 34,4%, sendo o destaque a energia hidráulica e elétrica com 11,7%, somadas à energia oriunda da lenha e carvão vegetal, que representam 10,1%. Com relação à biomassa, houve declínio na participação da lenha e carvão vegetal, de 21,3%, em 1993 para 10,1% em 2009. A participação da energia hidráulica e elétrica, por sua vez, cresceu de 9,5%, em 1993, para 11,7% em 2009. Haverá algum aumento da oferta estadual de hidroeletricidade, com a implantação, nos próximos anos, da Usina de Riacho Seco, na fronteira da Bahia (município de Curaçá) e Pernambuco (Santa Maria da Boa Vista), a partir de um investimento total de R$ 1,5 bilhão para geração (potência instalada) de 276 MW.

6 Idem.

GRÁFICO 3 MATRIZ ENERGÉTICA ESTADUAL



Fonte: Balanço Energético 2010 – SEINFRA

Torna-se importante ressaltar que a Bahia também se configura como um grande importador de energia[7].

A importação de energia primária cresceu a uma taxa média de 5,7% a.a., tendo sua participação no total crescido de 55,7%, em 1993, para 68,4% em 2009, com o petróleo representando, em 2009 - 68,4% do total importado. Ao mesmo tempo, a importação de energia secundária cresceu 2,2% a.a., ainda que sua participação no total tenha decrescido de 44,3%, em 1993, para 31,6%, em 2009. O óleo diesel (energia secundária) apresentou crescimento significativo, registrando uma taxa de 17,9% a.a., com a importação de 30 mil toneladas equivalentes de petróleo (tep), em 1993, e 430 mil tep, em 2009. Sua participação relativa na importação total foi de 0,5%, em 1993, crescendo para 3,3%, em 2009. A nafta, outro tipo de energia secundária, com taxa média de crescimento de 2,2% a.a., registrou importação de quase 1,8 milhão de tep em 1993, vale dizer, 26,8% do total, quantidade aumentada para 2,5 milhões em 2009, significando 19% do total.

Com relação à Oferta Interna de Energia (OIE) na Bahia, os dados demonstram a participação preponderante das energias não renováveis, perfazendo o total de 66,4%. Em 2009, houve um crescimento da OIE de 37,9% em relação ao ano de 1993. A evolução da oferta, nesse período, foi marcada por um pequeno incremento da participação da energia não renovável – de 64,9% para 65,6% – e redução na participação da energia renovável de 35,1% para 34,4%.

Quanto ao consumo final de energia, ele registrou incremento de 23% no período de 1992 a 2008 (antes da crise internacional), com taxa média de crescimento de 1,3% ao ano.

O quadro I sinaliza para a necessidade de que a Bahia garanta maiores investimentos na produção de energia, para que não cresça o seu déficit energético e seja assegurada uma oferta de custos aceitáveis para a atração de empresas e expansão do mercado consumidor residencial nas classes de menor renda.

A Bahia enfrenta, no contexto exposto, o risco de ver seu processo de crescimento prejudicado em razão de estrangulamentos de oferta de energia. Isso pode ocorrer não apenas porque o estado precisa ofertar energia em maior quantidade, mas também porque precisa distribuí-la para uma economia em processo de desconcentração. A política de desenvolvimento econômico do Estado continuará promovendo o crescimento de outras regiões, além da Metropolitana de Salvador. Os grandes investimentos para os próximos anos contemplam a indústria da celulose no Extremo Sul, a produção de *commodities* no Oeste, as mineradoras do Sudoeste, os projetos do Polo Industrial do Portosul, de Ilhéus, e da Ferrovia Oeste-Leste e os Polos Industriais de Alagoinhas e Itabuna, dentre outros.

10^3 tep

Quadro 1 — Bahia: Autossuficiência de Energia 1993-2009

	1993	2000	2009
Demanda Total de Energia (a)	**12.657**	**14.887**	**17.141**
Consumo Final	11.591	12.801	14.040
Perdas (1)	1.066	2.086	3.101
Produção de Energia Primária (2) (b)	**9.457**	**8.534**	**10.559**
Autos-suficiência de Energia (b-a)	-3.200	-6.353	-6.582
Autossuficiência de Energia (b/a)	**74,7%**	**57,3%**	**61,6%**

(1) Perdas na transformação, distribuição e armazenagem, inclusive reinjeção e energia não aproveitada.
(2) Não inclui U^3O^8, visto que toda produção de *yellow cake* é exportada.

Esse quadro traduz desafios aos quais a Bahia reúne condições excepcionais de enfrentamento, na perspectiva de se tornar um grande produtor de energia, principalmente renovável. Segundo alguns estudos, as reservas de energias renováveis, tecnicamente acessíveis, na Bahia, a exemplo das fontes solar, biomassa e energia eólica, são suficientes para atender a demanda estadual projetada para os próximos 50 anos. O grande desafio será o de ampliar o volume de recursos públicos e privados para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), infraestrutura de suporte, qualificação do capital humano local e apoio ao licenciamento ambiental dos empreendimentos que irão explorar essas novas fontes de energia.

Com relação à eólica, o potencial está principalmente no interior, nos territórios do Sertão do São Francisco, da Bacia do Paramirim e do Sertão Produtivo[8]. A Bahia foi o

7 Balanço Energético da Bahia, 2010. SEINFRA.

8 CEPEL. Centro Brasileiro de Energia Eólica. Disponível em: http://

grande destaque no 2º Leilão de Fontes Alternativas e no 3º Leilão de Energia de Reserva (Fase 3), realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, com um total de 16 usinas eólicas contratadas para 587,4 MW de capacidade instalada. Serão instalados parques eólicos nos municípios de Casa Nova, Juazeiro, Sobradinho, Morro do Chapéu, Igaporã, Guanambi e Pindaí, com operação prevista para 2013. Guanambi, que pertence ao território de Sertão Produtivo, receberá obras de 14 parques eólicos. O projeto já foi apresentado e a expectativa da empresa de energia vencedora do leilão é que sejam investidos R$ 1,17 bilhão na construção de parques eólicos, que contemplam ainda os municípios de Caetité e Igaporã.

De acordo com o Banco de Informações Gerenciais (BIG) da ANEEL, o segmento eólico baiano contará com cerca de 28 usinas para Produção Independente de Energia (PIE).[9] A potência total produzida ultrapassará 853.890 KW. Das 28 usinas que irão compor o parque eólico, sete já estão em fase de construção e mais 21 estão em outorga. A grande maioria dos investimentos (16 usinas) será instalada no Território de Identidade Sertão Produtivo, onde irá gerar aproximadamente 554.000 MW de potência, e no Território do Velho Chico, em municípios pobres que passarão a ter importante fonte de geração de renda e empregos. Estima-se que, no início de julho de 2012, os parques eólicos já estejam produzindo energia suficiente, já na primeira fase, para atender 500 mil residências ou, aproximadamente, dois milhões de habitantes.

Com relação à energia nuclear, a Bahia detém hoje a maior jazida de urânio do país em qualidade e operacionalidade de exploração e, no rio São Francisco, excelentes vantagens de localização, o que torna o estado uma opção para a instalação de uma nova usina nuclear. O acidente em Fukujima, no Japão, levou, contudo, o Governo Federal a rever, temporariamente, a ampliação da capacidade de geração de energia nuclear no país a partir de novas plantas.

O gás natural é, da mesma forma, uma fonte estratégica de energia. O objetivo do Governo da Bahia é expandir a distribuição e comercialização do gás para municípios além da Região Metropolitana do Salvador, para uso em residências e estabelecimentos comerciais e industriais. Esta interiorização da malha distribuidora torna-se viável com a entrada em operação do Gasoduto Sudeste-Nordeste (GASENE) e do futuro Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito da Bahia (TRBA). Com tais investimentos será possível expandir as redes de gás canalizado, ampliando o número de residências e estabelecimentos comerciais consumidores desse insumo energético.

A ampliação da oferta de energia passa, também, pelo fomento à implantação de projetos-piloto com o propósito de disseminar o uso de sistemas locais de geração de energia elétrica, baseados no uso de fontes renováveis, no atendimento a áreas isoladas, distantes da rede convencional, e, também, em situações que promovam a eficiência energética.

Outra questão estratégica para os próximos anos é o aumento da eficiência. Em um mercado cada vez mais competitivo, promover o uso racional da energia elétrica será um diferencial importante para as organizações aqui sediadas, traduzindo-se em melhor desempenho das instalações e equipamentos, proporcionando a redução de custos com insumos energéticos e tornando os produtos ou serviços dessas organizações mais competitivas no mercado nacional e internacional.

Será prioridade, ainda, promover o uso eficiente da energia elétrica no âmbito do setor público estadual e municipal para reduzir os gastos públicos. Na esfera municipal, atuará conjuntamente com as prefeituras no sentido de apoiá-las técnica e financeiramente na viabilização de ações que assegurem maior eficiência de seus sistemas de iluminação pública e/ou na expansão, com adoção de equipamentos energeticamente eficientes e adequados, contribuindo para a segurança dos logradouros públicos, o lazer noturno, o desenvolvimento do comércio e do turismo, além de minimizar a demanda de energia nas horas de ponta do sistema.

Tornar a Bahia um estado com uma produção mais robusta de energia, tanto primária quanto secundária, mediante a atração de empreendimentos de geração de energia elétrica – com foco prioritário nas fontes renováveis – constitui um importante desafio para os próximos anos.

www.passeiweb.com/saiba_mais/voce_sabia/energia_eolica

9 BIG. Banco de Informações Gerenciais. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2011.

Será necessário, para sua superação, articular ações conjuntas entre o setor público e todos os agentes que atuam ao longo dessa cadeia produtiva.

Apesar da grande necessidade de ampliação da oferta de energia nos próximos anos, para evitar o risco de novos apagões, o Governo do Estado deve enfrentar o desafio de conciliar o aumento da oferta de energia, com a minimização dos riscos ambientais associados. Nos próximos anos, as ações se concentrarão no desenvolvimento de uma matriz energética diversificada, buscando um maior equilíbrio entre fontes renováveis e não renováveis. Para tanto, deverão ser elaborados estudos e pesquisas – a exemplo das atualizações dos mapas eólico e solar e o uso de biomassa para a produção de biodiesel e etanol – voltados para a utilização dos recursos energéticos renováveis do estado, passíveis de utilização na geração de energia elétrica.

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**ENERGIA**
Programa	**ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Ementa

Elevar a produção de energia, diversificar a matriz energética estadual com ampliação de fontes renováveis, estimular a eficiência energética e aumentar as malhas de transporte de energia

Recursos do Programa **R$ 584.178.240,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Participação das fontes renováveis na geração de energia do Estado	%	2009	36,60	38,00

Compromisso	Aumentar a oferta de energia e diversificar a Matriz Energética utilizando fontes renováveis e apoiando agentes públicos e privados
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura
Meta	Adicionar 4.002 MW de potência instalada a partir de fontes renováveis

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	400	MW	Sertão Produtivo	400	MW
Velho Chico	400	MW	Vitória da Conquista	400	MW
Chapada Diamantina	400	MW	Itaparica	400	MW
Sisal	400	MW	Piemonte Norte do Itapicuru	400	MW
Sertão do São Francisco	400	MW	Metropolitano de Salvador	02	MW
Bacia do Paramirim	400	MW			

Entrega/Iniciativa

Elaboração de estudos e projetos

Implantação de sistemas de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis

Implantação de sistemas locais de geração de energia elétrica com fonte renovável

Compromisso	Promover a oferta de energia elétrica, em quantidade e qualidade adequadas ao suprimento de consumidores e/ou potenciais consumidores, buscando o desenvolvimento socioeconômico do Estado
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura
Meta	Distribuir energia para 71.416 consumidores residenciais e empresariais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	2.021	Unid	Médio Sudoeste da Bahia	1.662	Unid
Velho Chico	2.488	Unid	Vale do Jiquiriçá	1.723	Unid
Chapada Diamantina	2.357	Unid	Sertão do São Francisco	3.407	Unid
Sisal	2.866	Unid	Bacia do Rio Grande	1.476	Unid
Litoral Sul	3.025	Unid	Bacia do Paramirim	2.286	Unid
Baixo Sul	1.807	Unid	Sertão Produtivo	2.676	Unid
Extremo Sul	1.285	Unid	Piemonte do Paraguaçu	2.568	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	ENERGIA
Programa	ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Jacuípe	2.643	Unid	Médio Rio de Contas	2.058	Unid
Piemonte da Diamantina	1.711	Unid	Bacia do Rio Corrente	1.671	Unid
Semiárido Nordeste II	2.298	Unid	Itaparica	2.062	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	1.583	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	1.762	Unid
Portal do Sertão	2.087	Unid	Metropolitano de Salvador	15.479	Unid
Vitória da Conquista	3.429	Unid	Costa do Descobrimento	1.711	Unid
Recôncavo	1.275	Unid			

Entrega/Iniciativa
Elaboração de estudos e projetos para área de infraestrutura energética
Implantação de linhas de distribuição tronco
Implantação de linhas de transmissão
Implantação de subestações
Implantação de rede de distribuição de energia elétrica
Articulação para a implantação de usina geradora de energia elétrica

Compromisso	Expandir a distribuição e comercialização do gás natural para municípios além da Região Metropolitana do Salvador - RMS e massificar o seu uso em residências e estabelecimentos comerciais e industriais
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura
Meta	Expandir em 7 milhões m^3/dia a distribuição do gás natural

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	500.000 por dia	m^3	Portal do Sertão	200.000 por dia	m^3
Extremo Sul	300.000 por dia	m^3	Vitória da Conquista	700.000 por dia	m^3
Litoral Norte e Agreste Baiano	100.000 por dia	m^3	Metropolitano de Salvador	5.200.000 por dia	m^3

Entrega/Iniciativa
Implantação de redes de infraestrutura
Implantação de terminais de compressão e descompressão de gás natural
Interligação de clientes à rede de distribuição

Compromisso	Promover o uso racional da energia elétrica, no âmbito do poder público, como forma de aumentar a disponibilidade da energia ofertada à sociedade e reduzir os gastos públicos
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura
Meta	Eficientizar 20 prédios públicos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	20	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	ENERGIA
Programa	ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Meta Eficientizar 22 mil pontos de iluminação pública

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	800	Unid	Bacia do Jacuípe	800	Unid
Velho Chico	800	Unid	Piemonte da Diamantina	800	Unid
Chapada Diamantina	800	Unid	Semiárido Nordeste II	800	Unid
Sisal	800	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	800	Unid
Litoral Sul	800	Unid	Portal do Sertão	800	Unid
Baixo Sul	800	Unid	Vitória da Conquista	800	Unid
Extremo Sul	800	Unid	Recôncavo	800	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	800	Unid	Médio Rio de Contas	800	Unid
Vale do Jiquiriçá	800	Unid	Bacia do Rio Corrente	800	Unid
Sertão do São Francisco	800	Unid	Itaparica	800	Unid
Bacia do Rio Grande	800	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	800	Unid
Bacia do Paramirim	800	Unid	Metropolitano de Salvador	1.200	Unid
Sertão Produtivo	800	Unid	Costa do Descobrimento	800	Unid
Piemonte do Paraguaçu	800	Unid			

Meta Instalar 33,2 mil pontos de iluminação pública

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	1.000	Unid	Bacia do Paramirim	1.000	Unid
Velho Chico	1.000	Unid	Sertão Produtivo	1.000	Unid
Chapada Diamantina	1.000	Unid	Piemonte do Paraguaçu	1.000	Unid
Sisal	1.000	Unid	Bacia do Jacuípe	1.000	Unid
Litoral Sul	1.000	Unid	Piemonte da Diamantina	1.000	Unid
Baixo Sul	1.000	Unid	Semiárido Nordeste II	1.000	Unid
Extremo Sul	1.000	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	1.000	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	1.000	Unid	Portal do Sertão	1.000	Unid
Vale do Jiquiriçá	1.000	Unid	Vitória da Conquista	1.000	Unid
Sertão do São Francisco	1.000	Unid	Recôncavo	1.000	Unid
Bacia do Rio Grande	1.000	Unid	Médio Rio de Contas	1.000	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	ENERGIA
Programa	ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Rio Corrente	1.000	Unid	Metropolitano de Salvador	7.200	Unid
Itaparica	1.000	Unid	Costa do Descobrimento	1.000	Unid
Piemonte Norte do Itapicuru	1.000	Unid			

Entrega/Iniciativa
Elaboração de diagnósticos energéticos
Implantação de redes de iluminação pública eficiente
Eficientização de prédios públicos
Eficientização de redes de iluminação pública

Compromisso	Elaborar e atualizar o Balanço Energético e o Estudo Prospectivo da Matriz Energética da Bahia objetivando subsidiar o planejamento e as ações dos diversos agentes econômicos
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura

Meta	Elaborar 04 edições do Balanço Energético	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	04	Unid

Meta	Elaborar 02 edições da Matriz Energética	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de relatórios anuais do Balanço Energético da Bahia
Elaboração do Estudo Prospectivo da Matriz Energética 2040

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Planejamento e Gestão Estratégica
Compromisso Transversal	Órgão
Subsidiar a construção de políticas públicas em áreas prioritárias para o desenvolvimento estadual	Secretaria do Planejamento

ÁREA TEMÁTICA
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Uma análise rápida da sociedade e da economia internacionais deixa claro que as nações mais bem-sucedidas são também as que investem, de forma sistemática, em Ciência e Tecnologia e são capazes de transformar os frutos desses esforços em inovações. Seus bens e serviços são tecnologicamente avançados e incorporam de forma intensiva o conhecimento, o que, em um contexto de fluxos crescentes de comércio internacional, garante melhor desempenho econômico aos exportadores de produtos de alto conteúdo tecnológico. É esse cenário que motiva os países em desenvolvimento a investirem de forma maciça em Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I.

No passado, o Brasil pôde crescer sem contar, até certo ponto, com um sistema dinâmico e organizado de geração e incorporação de inovações ao tecido produtivo. Foi possível expandir fronteiras agropecuárias, explorar recursos naturais e instalar setores industriais, principalmente por meio da importação de tecnologia, na sua maioria madura e de ampla utilização internacional, que não garantiam, às empresas, reais vantagens em relação aos concorrentes [1].

É apenas a partir da segunda metade do século XX, com o esgotamento desse modelo, que surge no país uma política nacional de CT&I e condições mínimas para a construção de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Destacam-se nesse processo a criação de importantes instituições, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), os Fundos Setoriais de Financiamento à Pesquisa e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Atualmente, o Brasil exibe um sistema de C&T considerado maduro, capaz de praticar uma gestão autônoma da ciência e tecnologia, apta a reduzir as dependências em relação ao conhecimento importado [2].

Os primeiros movimentos em direção à estruturação de um Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia para a Bahia ocorrem no mesmo período. Conta-se hoje, também no

1 Ministério da Ciência e Tecnologia. Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, 2002.

2 Mendes, Janúzia. Evolução Histórica do Sistema de C&T na Bahia – dos anos 50 a atualidade. Tese de douramento no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2011.

nível estadual, com estrutura institucional estabelecida e consolidada, destacando-se nesse cenário a atuação da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

São significativos os desafios, entretanto, para garantir uma sólida atuação da ciência, tecnologia e inovação no estado, capaz de colocar a Bahia em uma posição de destaque no cenário nacional e internacional, além de garantir equidade na distribuição dos avanços obtidos nesta área. Nesse sentido, mostra-se imperativo um planejamento estruturado e articulado com outras esferas de poder e instituições de CT&I públicas e privadas, assegurando o fortalecimento do Sistema Estadual de C&T e uma atuação com sustentabilidade socioambiental no longo prazo. Para tanto, é necessária a atualização da Política Estadual de C&T, de forma a estabelecer novas estratégias para promoção de um modelo sustentável de desenvolvimento, com ampliação das bases científicas, tecnológicas e de conhecimento, com destaque para as áreas consideradas estratégicas: Biotecnologia e Saúde, Energias Renováveis, Engenharias e Tecnologia da Informação e Comunicação.

A ampliação das ações voltadas para o fortalecimento da área de CT&I depende, em grande medida, da capacidade estadual de captar recursos federais, em especial do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e internacionais. A base científica da Bahia possui 207 grupos de pesquisa que atuam nas áreas prioritárias da CT&I, cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Esses grupos contam com uma massa crítica qualificada, envolvendo mais de 1.100 doutores (36% do total de doutores do estado) e 500 mestres, além de especialistas e graduados.[3]
No entanto, a falta de ações estratégicas voltadas à formação de recursos humanos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ciência e tecnologia (C&T), ao incremento das bolsas, à formação de centros de excelência âncoras no Estado, à implantação de empresas tecnológicas no entorno das universidades baianas e aos incentivos de atração de pesquisadores para o quadro dessas universidades ocasionam baixa captação de recursos das diversas fontes de financiamento.

Dentre as ações de fomento ao Sistema de CT&I no estado, destaca-se o fortalecimento da base científica e tecnológica baiana, como forma de favorecer o potencial de aprendizado, criatividade e conhecimento crítico. Segundo dados da CAPES e do INEP, a Bahia apresentou em 2009 os melhores resultados do Nordeste, em número de cursos de graduação (1.326) e programas de pós-graduação (112), docentes (2.373) e bolsas de pós-graduação concedidas pela CAPES (2.196)[4].
Entretanto, sua participação no total nacional ainda é bastante reduzida, concentrando apenas 4,1% dos programas de pós-graduação e 3,7% das bolsas CAPES para o Brasil. Para fortalecer a base de C&T no estado deverão ser incentivadas ações de fomento, como a concessão de bolsas em diversas modalidades, que permitam a ampliação de cursos e programas de pós-graduação stricto sensu, a inserção de mestres e doutores nas equipes de pesquisa e o desenvolvimento de atividades científicas que insiram os estudantes dos cursos de graduação e do ensino médio no âmbito da pesquisa científica e tecnológica. Além disso, devem ser estimulados o incentivo à cooperação em rede de grupos baianos de pesquisa e sua articulação com grupos e instituições nacionais e internacionais.

A Bahia foi o primeiro estado a ter um curso superior de processamento de dados e, durante anos, capitaneou o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação (TI) no Nordeste, perdendo, contudo, nas últimas duas décadas, posição para outros estados da região. Mas o setor de TI apresenta-se aquecido, com expectativa de ampliação de produção, empregos e exportações, delineando boas oportunidades para o país no cenário internacional. Diante desse cenário promissor, a Bahia deve investir na ampliação das atividades de TI no estado, garantindo o retorno a uma posição de protagonista na região Nordeste.

3 Plataforma Lattes/CNPq. Dados disponíveis em http://lattes.cnpq.br/painelLattes/mapa/, acesso em 05/08/2011.

4 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES. Dados disponíveis em http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#app=c501&da7a-selectedIndex=0&5317-selectedIndex=0&82e1-selectedIndex=0, acesso em 05/08/2011. Ver ainda: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Dados disponíveis em http://portal.inep.gov.br/superior-censo-superior-sinopse, acesso em 05/08/2011.

A presença de centros de pesquisa de excelência tem se mostrado um forte dinamizador da capacidade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) local. O Brasil concentra os centros de excelência nacional e internacional nas regiões Sudeste, Sul e no Distrito Federal, os quais reúnem a maior parte dos doutores e do financiamento das agências de fomento federais. Este fato acentua também a concentração, nessas regiões, de empresas de elevada capacidade tecnológica e inovadora. Na região Nordeste, apenas o estado de Pernambuco possui um centro de P&D – o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE, que atua nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e microeletrônica. A Bahia precisa posicionar-se como um estado que seja referência na pesquisa e desenvolvimento nacional e internacional, imperativo que não prescinde da implantação de centros de P&D.

Para o estabelecimento desse ambiente de inovação no estado, com a geração, atração e fixação de novos empreendimentos de base tecnológica, encontra-se em fase de implantação o Parque Tecnológico da Bahia. Projetado para abrigar empresas, centros de pesquisa, incubadoras e empreendimentos de base tecnológica em áreas prioritárias, o Parque atuará também como centro de convergência do Sistema Estadual de Inovação da Bahia, permitindo uma maior interação e articulação entre o setor empresarial, as universidades e centros de pesquisa.

A atração de investimentos de base tecnológica para o estado será favorecida pelo fomento a projetos em empresas de base tecnológica via editais públicos, a exemplo do Inovatec. Esses editais incentivam também a contratação de mão de obra qualificada, através dos investimentos advindos das contrapartidas dos projetos, da transferência de tecnologia, do surgimento de novas empresas inovadoras e do crescimento do número de patentes depositadas para o estado da Bahia, fortalecendo os núcleos de inovação tecnológica – NITs e empresas que atuem em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Todavia, quando se analisa o ambiente estadual para a atração de empresas de base tecnológica, destaca-se o fato de existirem, na Bahia, milhares de vagas de emprego em aberto em diversas áreas intensivas em Ciência e Tecnologia, sem que haja profissionais com formação adequada para ocupálas, o que deixa clara a necessidade de promover a empregabilidade e o empreendedorismo em tais setores. Para atendimento dessa demanda, torna-se decisivo o fortalecimento dos Centros Vocacionais Tecnológicos Territoriais – CVTT, que atuam de forma a atender as características vocacionais de cada região, e do Programa de Qualificação de Recursos Humanos em Tecnologia da Informação, que também promove qualificação em tecnologia da informação (TI) para atendimento preferencial aos jovens da rede pública do ensino médio.

É importante destacar, ainda, que na formação de uma sociedade do conhecimento, um grande desafio é a popularização da CT&I e a inclusão sociodigital, favorecendo o aperfeiçoamento de tecnologias para o desenvolvimento social. A realização de projetos voltados para a inclusão digital potencializa oportunidades de desenvolvimento espacial equilibrado e de inclusão social, especialmente para as comunidades rurais, periféricas e tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadores, assentamentos), contribuindo para o acesso à educação e à inserção no mercado de trabalho, bem assim para o desenvolvimento de habilidades para a formação cidadã e a gestão participativa.

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Programa	**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Ementa

Definir e implementar a política estadual para Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I, priorizando estratégias para o fortalecimento, articulação e descentralização territorial do Sistema de CT&I, o estímulo a inovações para a competitividade sustentável do setor produtivo e a aplicação dos instrumentos de promoção da inovação tecnológica para o desenvolvimento

Recursos do Programa **R$ 440.616.537,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Número de Doutores	Unid	2009	1.818	2.000
Número de Bolsas de Estudo Concedidas para Pesquisas	Unid	2010	2.196	2.515
Patentes Depositadas	Unid	2007	99	160
Investimentos em Ciência e Tecnologia	R$ 1 milhão	2010	427,00	684,00

Compromisso	Fortalecer o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação com uma política pública alinhada com os requerimentos de inovações tecnológicas para a competitividade sustentável do Estado
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Meta	Ampliar em 60% os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	60	%

Entrega/Iniciativa

- Implementação da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Fomento a cooperação nacional e internacional
- Realização de estudos especializados de prospectiva e vigilância tecnológica para o setor produtivo

Compromisso	Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, apoiando os recursos humanos, a pesquisa e a infraestrutura para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Meta	Conceder 8 mil bolsas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	8.000	Unid

Meta	Fomentar 400 projetos de infraestrutura de pesquisa

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	400	Unid

Entrega/Iniciativa

- Apoio a projetos de pesquisa na área de Ciência,Tecnologia e Inovação
- Apoio a projetos de infraestrutura de pesquisa: laboratórios, biotérios, bibliotecas, equipamentos, dentre outros
- Fomento a projetos e ações para popularização da ciência e tecnologia
- Incentivo a publicações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Concessão de bolsas e auxílios

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Entrega/Iniciativa
Incentivo à fixação de doutores no Estado
Apoio a eventos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso	Fortalecer o Sistema Estadual de Inovação, aperfeiçoando os vínculos entre os seus agentes e consolidando o Programa Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica - Inovatec
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Meta	Apoiar 06 projetos de inovação nas áreas prioritárias da Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Portal do Sertão	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Fomentar 36 projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Programa Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	36	Unid

Meta	Apoiar 03 projetos de inovação para competitividade de empresas e cadeias produtivas	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	03	Unid

Entrega/Iniciativa
Apoio a projetos de inovação em áreas prioritárias de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fomento a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Compromisso	Fomentar a capacidade estadual de inovação nas áreas prioritárias de Ciência, Tecnologia e Inovação
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Meta	Implantar 02 Centros de Pesquisa e Desenvolvimento em inovação tecnológica				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de estudo para implantação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
Implantação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento nas áreas prioritárias de Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso	Fortalecer o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, com articulação, cooperação e capacitação empresarial e institucional
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Meta	Certificar 40 empresas do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	05	Unid	Metropolitano de Salvador	35	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Meta	Desenvolver 04 polos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Desenvolvimento de polos de Tecnologia da Informação e Comunicação
Certificação de empresas baianas de Tecnologia da Informação e Comunicação

Compromisso	Ampliar e qualificar o acesso à Tecnologia de Informação e Comunicação, por meio dos Centros Digitais de Cidadania
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Meta	Implantar 250 centros públicos acessíveis, fixos e móveis, de acesso aos computadores e a internet

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	08	Unid	Bacia do Jacuípe	08	Unid
Velho Chico	08	Unid	Piemonte da Diamantina	08	Unid
Chapada Diamantina	08	Unid	Semiárido Nordeste II	08	Unid
Sisal	08	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	08	Unid
Litoral Sul	08	Unid	Portal do Sertão	15	Unid
Baixo Sul	08	Unid	Vitória da Conquista	08	Unid
Extremo Sul	08	Unid	Recôncavo	08	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	08	Unid	Médio Rio de Contas	08	Unid
Vale do Jiquiriçá	08	Unid	Bacia do Rio Corrente	08	Unid
Sertão do São Francisco	08	Unid	Itaparica	08	Unid
Bacia do Rio Grande	08	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	08	Unid
Bacia do Paramirim	08	Unid	Metropolitano de Salvador	35	Unid
Sertão Produtivo	08	Unid	Costa do Descobrimento	08	Unid
Piemonte do Paraguaçu	08	Unid			

Meta	Qualificar 30 mil usuários dos Centros Digitais de Cidadania

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	760	Pessoa	Sisal	760	Pessoa
Velho Chico	760	Pessoa	Litoral Sul	760	Pessoa
Chapada Diamantina	760	Pessoa	Baixo Sul	760	Pessoa

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Extremo Sul	760	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	760	Pessoa
Médio Sudoeste da Bahia	760	Pessoa	Portal do Sertão	2.000	Pessoa
Vale do Jiquiriçá	760	Pessoa	Vitória da Conquista	760	Pessoa
Sertão do São Francisco	760	Pessoa	Recôncavo	760	Pessoa
Bacia do Rio Grande	760	Pessoa	Médio Rio de Contas	760	Pessoa
Bacia do Paramirim	760	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	760	Pessoa
Sertão Produtivo	760	Pessoa	Itaparica	760	Pessoa
Piemonte do Paraguaçu	760	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	760	Pessoa
Bacia do Jacuípe	760	Pessoa	Metropolitano de Salvador	9.000	Pessoa
Piemonte da Diamantina	760	Pessoa	Costa do Descobrimento	760	Pessoa
Semiárido Nordeste II	760	Pessoa			

Entrega/Iniciativa
Implantação de centros públicos acessíveis, fixos e móveis, de acesso aos computadores e à internet
Qualificação de monitores, gestores e usuários dos Centros Digitais de Cidadania
Promoção de eventos de caráter estadual e nacional sobre políticas públicas de inclusão digital

Compromisso	Melhorar a competitividade empresarial do Estado, apoiando o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Meta	Apoiar 160 projetos para o desenvolvimento de inovações tecnológicas e empreendedorismo

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	160	Unid

Entrega/Iniciativa
Fomento a projetos de pesquisa em empresas baianas
Fomento à criação e ao desenvolvimento de incubadoras de base tecnológica
Apoio ao desenvolvimento de projetos de inovação nas Instituições Científicas e Tecnológicas
Apoio a projetos de educação voltados ao empreendedorismo
Apoio à criação de cursos de pós-graduação em inovação
Incentivo ao desenvolvimento da propriedade intelectual
Apoio à criação e ao fortalecimento de núcleos de inovação tecnológica
Apoio a eventos de inovação e empreendedorismo

Compromisso	Criar um ambiente de inovação no Estado com a geração, atração e fixação de novos empreendimentos de base tecnológica para consolidação do Parque Tecnológico da Bahia
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Meta	Atrair 10 empresas de base tecnológica ou centros de pesquisa e desenvolvimento para o Parque Tecnológico

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	10	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Meta	Implantar 02 laboratórios compartilhados nas áreas prioritárias da Ciência, Tecnologia e Inovação	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Meta	Implantar 02 equipamentos dinamizadores para popularização da ciência	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Atração de empreendimentos e de investimentos para o Parque Tecnológico
Implantação de incubadoras de empresas
Implantação de laboratórios compartilhados e outros equipamentos dinamizadores
Implantação da Escola Técnico-Científica
Implantação do Museu Mundo da Ciência
Inclusão socioprodutiva das comunidades do entorno do Parque Tecnológico
Implantação do Parque Ambiental
Implantação e operação da entidade gestora do Parque Tecnológico
Estruturação do Prédio Central do Parque Tecnológico

Compromisso	Participar do projeto colaborativo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, viabilizando um moderno centro técnico-científico de interesse da indústria do petróleo e gás no Parque Tecnológico da Bahia
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Realizar de 9.100 calibrações de padrões e instrumentos metrológicos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	140	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	616	Unid
Baixo Sul	224	Unid	Portal do Sertão	140	Unid
Extremo Sul	140	Unid	Vitória da Conquista	56	Unid
Sertão do São Francisco	168	Unid	Recôncavo	280	Unid
Bacia do Rio Grande	196	Unid	Médio Rio de Contas	140	Unid
Sertão Produtivo	112	Unid	Metropolitano de Salvador	6.888	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação do laboratório de calibração de instrumentos na área de petróleo e gás
Elaboração de relatório sobre o panorama da Tecnologia Industrial Básica
Promoção de eventos para disseminação dos conceitos da Tecnologia Industrial Básica, para a indústria

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Compromisso	Desenvolver e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação no âmbito das instituições do ensino superior
Órgão Responsável	Secretaria da Educação

Meta Desenvolver 1.615 novas pesquisas voltadas a inovação, geração e/ou transferência de tecnologia

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	40	Unid	Vitória da Conquista	198	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	68	Unid	Médio Rio de Contas	134	Unid
Portal do Sertão	175	Unid	Estado	1.000	Unid

Meta Publicar 1.115 resultados de produção científica por novas pesquisas desenvolvidas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	40	Unid	Vitória da Conquista	160	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	50	Unid	Médio Rio de Contas	90	Unid
Portal do Sertão	175	Unid	Estado	600	Unid

Meta Depositar, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, 14 pedidos de patentes, registros de softweres e/ou cultivares referentes as inovações científicas e tecnológicas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	04	Unid	Portal do Sertão	10	Unid

Meta Conceder 10 bolsas de iniciação tecnológica

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	10	Pessoa

Meta Dar suporte a 60 processos de inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	60	Processo

Meta Patentear 40 inovações científicas e tecnológicas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Médio Sudoeste da Bahia	02	Unid	Médio Rio de Contas	03	Unid
Sertão do São Francisco	03	Unid	Itaparica	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid	Metropolitano de Salvador	15	Unid
Vitória da Conquista	05	Unid			

Entrega/Iniciativa

Implementação de redes de conhecimento e pesquisa, desenvolvimento de programas e gestão de processos

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Programa	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Entrega/Iniciativa
Implantação do Sistema de Publicação, Difusão e Popularização da Produção Científica
Concessão de bolsas de iniciação tecnológica
Concessão de suporte aos projetos de espaços e arranjos destinados à inovação e interação entre universidades e empresas
Depósito no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, de pedidos de patentes, registros de softweres e/ou cultivares referentes as inovações científicas e tecnológicas

Compromisso	Realizar ações de pesquisa que possibilitem a utilização de métodos mais precisos de diagnóstico de doenças e pragas e de análises físico-químicas de alimentos e de contaminantes
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Realizar 56 ensaios de pesquisa

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	56 ensaios de pesquisa	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de ensaios de pesquisa e inovações tecnológicas
Realização de estudos da biodiversidade, agroecologia, segurança alimentar e preservação do meio ambiente

Compromisso	Proporcionar o maior conhecimento da biodiversidade e suas relações ecológicas por meio de estudos e pesquisas sobre os recursos naturais e as alternativas para a sua conservação e utilização
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente
Meta	Implantar uma rede estadual de pesquisas e estudos em biodiversidade, incluindo aspectos das ciências naturais e sociais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Apoio a estudos e pesquisas ecológicas
Articulação para implantação da Rede de Pesquisa em Biodiversidade

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Educação Superior no Século XXI
Compromisso Transversal	Órgão
Fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural	Secretaria da Educação

Programa	Bahia Esportiva
Compromisso Transversal	Órgão
Desenvolver a ciência esportiva no Estado, visando a elevação da performance dos atletas de alto rendimento e a qualificação das políticas públicas na área do esporte e lazer	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Programa	**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Programa	Infraestrutura de Telecomunicações	
Compromisso Transversal		**Órgão**
Possibilitar aos municípios baianos o acesso aos meios de informação e comunicação, de forma a gerar oportunidades de desenvolvimento econômico, social e científico		Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Promover a expansão da oferta de Internet Banda Larga à população baiana com uma melhor qualidade de acesso, facilitando a inclusão digital		Secretaria de Infraestrutura
Disponibilizar o acesso aos serviços de telecomunicações às comunidades não enquadrados nos requisitos da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel		Secretaria de Infraestrutura

Programa	Economia Verde	
Compromisso Transversal		**Órgão**
Promover a convergência instrumental e operacional nas áreas da metrologia, qualidade e sustentabilidade em apoio ao desenvolvimento sustentável da Bahia		Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Contribuir para a produção de energias renováveis por meio do desenvolvimento de tecnologias e modelos de negócios inovadores		Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

ÁREA TEMÁTICA
MEIO AMBIENTE

Um dos grandes desafios dos governos, corporações, entidades, associações, enfim, de toda comunidade internacional, na atual conjuntura mundial é, sem dúvida, a conciliação da necessidade de crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental. Neste sentido, torna-se cada vez mais presente a preocupação, racionalizada, com a preservação, conservação, manutenção e recuperação dos recursos do meio ambiente.

Em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO 92. Nesse encontro, foi estabelecida a Convenção sobre Diversidade Biológica, que visa à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica do planeta, a adequação do acesso aos recursos ambientais e genéticos, com a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelos seus usos.

Para o Brasil, a ECO 92 tem um significado particular, por se constituir em um dos doze países de megadiversidade, que concentram juntos cerca de 70% da diversidade biológica do planeta. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, entre 15 a 20% dessa diversidade está aqui. [1]

A conservação dos biomas brasileiros tem avançado bastante nos últimos anos, graças a avanços como o início do monitoramento por satélite do desmatamento no Cerrado e na Caatinga.[2] Mas é necessário ir além, reconhecendo que o potencial da perda de biodiversidade deve ser considerado, efetivamente, no âmbito decisório, quando da implementação de políticas e ações públicas e privadas, de forma a evitá-la ou mitigá-la.

Dotada de enorme diversidade natural, a Bahia se insere em posição de destaque nesse contexto, com seus ambientes distintos e peculiares – como o sistema ambiental da mata atlântica, da caatinga e do cerrado – e, na contracorrente, um processo de industrialização que, ao longo dos últimos anos, gerou alguns passivos ambientais significativos.

1 DIEGUES, A. C. Estudo sobre conhecimento tradicional associado à biodiversidade no Brasil. MMA/SBF, 2010.

2 Sustentabilidade Ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano, n. 77, 15 de fevereiro de 2011. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro.

Os problemas ambientais existentes nesses sistemas são diversos e dispersos regionalmente, em decorrência tanto da concentração populacional quanto das atividades econômicas. Isso ocorre, fundamentalmente, em função do fato desses sistemas estarem fortemente vinculados às demandas produtivas globais como o turismo, silvicultura, carcinocultura, mineração, produção de grãos e de agrocombustíveis e à ausência de diretrizes ambientais – nacionais e estaduais. Essas atividades terminaram por gerar fortes impactos ambientais ao longo dos anos. No que se refere, por exemplo, à qualidade das águas, pode-se citar o assoreamento de recursos hídricos por conta de desmatamento das margens (matas ciliares), uma agricultura migratória sem controle e práticas agrícolas deficientes, como alteração de canais de rios e margens de lagos, por meio de diques, canalizações, drenagens e o uso abusivo de defensivos agrícolas.

Romper esse quadro de crescente degradação exige a promoção do desenvolvimento do setor primário em bases sustentáveis, através de ações de capacitação profissional, acesso ao microcrédito e fomento à economia solidária, geridos no âmbito dos colegiados territoriais e dos comitês de bacias hidrográficas.

No que se refere à qualidade do solo, registram-se danos causados por contaminação das atividades agropecuárias, por poluição industrial e erosão, além de ocupações irregulares. De forma desafiadora para a gestão pública, torna-se imperativo um maior controle da localização de unidades industriais, de modo a reduzir os prejuízos gerados pelos seus efluentes. É indispensável, ainda, avançar na regulação, monitoramento e controle da emissão de gases poluidores, no tratamento adequado do esgoto doméstico e no enfrentamento aos sérios problemas de drenagem, agravados pela inadequada deposição de lixo e o assoreamento dos corpos d'água.[3]

O destino que é dado ao lixo em 414 municípios baianos é alarmante, considerando que, em média, há três lixões por município[4]. São eles depósitos a céu aberto, sem isolamento ou controle da entrada de pessoas e animais e desprovidos de quaisquer mecanismos para evitar a poluição ambiental, provocada pela decomposição e lixiviação dos resíduos sólidos. O quadro na Bahia merece um olhar cuidadoso da gestão pública, na medida em que há 438 pontos de disposição irregular de resíduos sólidos, entre aterros sanitários inadequados e lixões, e que dos 326 pontos analisados, localizados em 303 municípios, 276 são lixões.

Nesse sentido, a criação ou ampliação de consórcios municipais é uma iniciativa extremamente favorável, quando consideradas práticas oportunas como o manejo de resíduos sólidos, a disseminação de sistemas de coleta seletiva e reciclagem de materiais, a inserção e formação sócioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis em associações ou cooperativas, bem assim a criação de aterros sanitários, culminando com a atração de empresas nacionais de beneficiamento dos referidos resíduos. Deve-se ressaltar, porém, que apenas uma pequena parte do lixo produzido no estado é seletivamente coletado por catadores, autônomos ou associados em cooperativas.

Especificamente no que se refere ao patrimônio natural, a construção e implantação de um programa estadual de serviços ambientais, voltados para a revitalização e preservação de ativos naturais, priorizando nascentes e matas ciliares nas bacias mais degradadas do estado, proporcionaria um grande avanço para a sociedade baiana. Ainda considerando os patrimônios natural e cultural do estado, vislumbram-se alternativas para sua preservação quando se avaliam as possibilidades de implementação de uma utilização inovadora, por exemplo, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Tal gestão, desdobrada na desafiadora implantação do ICMS Patrimonial na Bahia, fomentará a concessão do repasse de recursos financeiros às prefeituras, na medida em que novos critérios de avaliação serão desenvolvidos e implantados, incentivando os poderes municipais a priorizarem a adoção de novas tecnologias socioambientais, especialmente junto aos segmentos sociais mais vulneráveis.

Evidências científicas demonstram que as atividades coletivas da humanidade estão a contribuir para mudanças climáticas significativas. Um forte desafio para o Governo

3 Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. 2010. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). São Paulo, 202 p.

4 CEAMA/2009 - Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente

da Bahia é promover ações articuladas com a União e os municípios, o setor produtivo e a universidade (fomentando redes de pesquisa), na busca de soluções para os problemas relacionados ao meio ambiente.

A falta de saneamento básico é um dos maiores problemas ambientais e sociais do país e da Bahia em particular. A contaminação de rios por efluentes domésticos e industriais e resíduos sólidos encarece o tratamento da água para o abastecimento público, e começa a gerar situações de escassez de disponibilidade de água de qualidade em áreas com abundantes recursos hídricos. A expansão do saneamento básico, especialmente da coleta e tratamento de esgotos e a proteção de nascentes, mananciais, várzeas e áreas no entorno dos rios são ações urgentes e necessárias para a conservação dos recursos hídricos das regiões mais densamente povoadas do estado.

Este quadro pode se agravar, pois o desenvolvimento econômico previsto para o estado nos próximos anos poderá gerar impactos negativos decorrentes da ausência ou insuficiência de medidas de proteção ambiental. Esta é a razão maior para a efetiva implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), articulado aos planos-mestres das macrorregiões do Estado da Bahia e aos diversos planos setoriais de ordenamento territorial, já existentes ou em fase de concepção, desenvolvimento e implementação. O ZEE tornar-se-á um efetivo instrumento de ordenamento territorial, induzindo a evolução de mecanismos que agilizem os licenciamentos ambientais e permitam aprimorar as relações entre os poderes públicos e os agentes da iniciativa privada, com seus respectivos empreendimentos.

A regularização ambiental de um empreendimento envolve o atendimento de premissas estabelecidas nos diversos dispositivos legais relativos ao meio ambiente, dentre elas: licenciamento ambiental, controle florestal e outorga de recursos hídricos. O Estado da Bahia, no intuito de buscar a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental, entende ser relevante estabelecer como desafio estratégico a regularização ambiental dos polos industriais baianos. O desafio consiste na realização de diagnósticos prévios, a partir da caracterização dos perfis dos empreendimentos, quanto aos insumos e equipamentos utilizados, além dos resíduos e efluentes gerados. Os diagnósticos visam ao mapeamento e identificação da situação ambiental de cada uma das empresas localizadas nas áreas e distritos industriais do estado que, posteriormente, subsidiarão a elaboração dos planos de ação específicos para cada área diagnosticada.

Nesse sentido, o Estado da Bahia vê-se provocado a fortalecer colegiados socioambientais (Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Comitês de Bacias Hidrográficas, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade) e de desenvolvimento territorial do estado (Colegiados Territoriais e Conselho de Desenvolvimento Territorial da Bahia), de modo a descentralizar a gestão ambiental, fortalecendo os sistemas estaduais e municipais de meio ambiente.

Ainda na linha da descentralização e fortalecimento da gestão ambiental, torna-se uma meta necessária o fortalecimento da gestão ambiental compartilhada (Resolução CEPRAM 3925/09) na Bahia, que visa organizar e ampliar a capacidade dos municípios baianos na gestão ambiental municipal, mediante normas de cooperação entre os sistemas estadual e municipal de meio ambiente.

Por fim, o Estado da Bahia vai garantir a qualidade ambiental por meio do desenvolvimento e aprimoramento dos instrumentos de regulação, fiscalização e monitoramento, possibilitando-lhes eficácia, celeridade e segurança, além de assegurar que as atividades econômicas e sociais sejam implantadas de forma sustentável, com o objetivo final de proteção a toda população e suas futuras gerações.

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**MEIO AMBIENTE**
Programa	**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Ementa

Promover o desenvolvimento sustentável considerando a biodiversidade e os recursos hídricos e florestais como ativos ambientais

Recursos do Programa **R$ 292.059.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Áreas sob Proteção Ambiental	%	2011	10,00	14,00
Áreas sob Manejo Sustentável	%	2011	11,00	50,00
Gestão de Recursos Hídricos	Unid	2010	0,00	32,00
Controle Social Meio Ambiente	Unid	2010	35,00	81,00
Regulação Ambiental	%	2010	55,00	100,00
Fiscalização e Monitoramento do Meio Ambiente	Unid	2010	2.338,00	3.934,00

Compromisso	Promover o uso sustentável dos recursos florestais, maior controle sobre a exploração desses recursos, proteção de áreas de relevante interesse para a conservação e recuperação de áreas degradadas
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente
Meta	Garantir reserva legal em 1 milhão de hectares no Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	1.000	Mil ha

Entrega/Iniciativa
Elaboração do Plano Estadual de Prevenção, Enfrentamento e Combate aos Efeitos das Mudanças Climáticas
Regularização ambiental de propriedades rurais
Elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento e educação socioambiental em unidades de conservação
Elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação
Implantação de corredores da biodiversidade
Regularização fundiária de unidades de conservação de proteção integral
Criação de unidades de conservação de proteção integral
Desenvolvimento e difusão de metodologias e tecnologias de restauração de áreas degradadas
Incentivo à implantação de florestas para fins econômicos em pequenas propriedades de agricultura familiar
Formação inicial e continuada com ênfase na Política de Desenvolvimento Florestal

Compromisso	Garantir a qualidade ambiental por meio do desenvolvimento e aprimoramento dos instrumentos de regulação, fiscalização e monitoramento
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente
Meta	Redesenhar e implementar processo de regulação, fiscalização e monitoramento

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração e implementação do Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**MEIO AMBIENTE**
Programa	**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Entrega/Iniciativa
Elaboração e implantação do sistema estadual de indicadores da qualidade de meio ambiente e dos recursos hídricos
Ampliação das redes de monitoramento climatológico, de qualidade ambiental e hidrológico
Revisão dos instrumentos legais e atos normativos ambientais
Redesenho dos processos de regulação, fiscalização e monitoramento
Qualificação de projetos de educação ambiental
Melhoria do sistema de controle de créditos florestais
Formação inicial e continuada com ênfase em regulação, fiscalização e monitoramento ambiental
Elaboração e implantação do Plano Estadual de Monitoramento da Cobertura Florestal
Implementação de prevenção e combate à incendios florestais

Compromisso	Implementar um sistema eficiente de gestão e fomento à conservação, manejo e utilização sustentável da diversidade biológica, contribuindo para a ampliação dos benefícios da biodiversidade	
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente	
Meta	Implementar 01 sistema de gestão e fomento à conservação, manejo e utilização sustentável da diversidade biológica	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de banco de dados e definição de indicadores da biodiversidade do Estado
Implantação do Plano Estadual de Gestão, Manejo e Reintrodução de Espécies da Biodiversidade
Implantação dos Centros de Triagem de Animais Silvestres
Mapeamento de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade
Mapeamento e registro de experiências sociais voltadas à sustentabilidade dos territórios
Formação inicial e continuada com ênfase na gestão da biodiversidade
Requalificação do Parque Zoobotânico Getúlio Vargas

Compromisso	Integrar as políticas de planejamento urbano voltadas para o aperfeiçoamento de planos diretores, qualidade do ar, mobilidade urbana, saneamento e resíduos sólidos, visando a melhoria da qualidade ambiental urbana	
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente	
Meta	Requalificar 02 parques estaduais urbanos	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	02	Unid
Meta	Implementar o Programa de Controle de Poluição Veicular	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid
Meta	Implementar o Programa de Revitalização de Bacias Urbanas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**MEIO AMBIENTE**
Programa	**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Entrega/Iniciativa
Implementação do Programa de Controle de Poluição Veicular
Implementação do programa de Revitalização de Bacias Urbanas
Implementação de plano de ação para a sustentabilidade - Agenda 21 Local
Requalificação de parques estaduais urbanos do Abaeté e Pituaçu
Requalificação de Áreas de Proteção Ambiental
Fomento ao desenvolvimento de tecnologias em reciclagem de resíduos sólidos
Apoio na elaboração, participação e implementação dos planos de desenvolvimento urbano, planos diretores, planos de saneamento, planos de transporte e de política estadual de resíduos sólidos
Apoio à qualificação de projetos de educação ambiental
Articulação institucional para a melhoria da gestão ambiental da Zona Costeira

Compromisso	Promover o uso sustentável dos recursos hídricos para o desenvolvimento social e econômico do Estado
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente
Meta	Implementar todos os instrumentos da política de recursos hídricos em 08 Regiões de Planejamento de Gestão de Águas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	08	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de planos e enquadramento de corpos d'água
Elaboração de cadastro de usuários dos recursos hídricos
Implementação da cobrança pelos usos dos recursos hídricos
Revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos
Criação de Agências de Bacias Hidrográficas

Compromisso	Contribuir para a preservação e conservação, uso e gestão sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga, utilizando práticas integradas de gestão do ecossistema e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
Meta	Apoiar a criação e consolidação de 04 unidades de conservação em áreas priorizadas pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão do São Francisco	01	Unid	Piemonte do Paraguaçu	01	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid

Meta	Reabilitar 20% de cobertura vegetal de terras degradadas na área do Projeto Mata Branca

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão Produtivo	05	%	Semiárido Nordeste II	05	%

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	MEIO AMBIENTE
Programa	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão do São Francisco	05	%	Piemonte do Paraguaçu	05	%

Entrega/Iniciativa
Realização de estudos para criação e consolidação de unidades de conservação
Implementação de subprojetos demonstrativos de recuperação da cobertura vegetal e aumento da renda
Capacitação das comunidades em gestão integrada de ecossistemas

Compromisso	Promover o desenvolvimento de ações para a prevenção de danos ao meio ambiente e a proteção da população
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Apoiar 120 municípios com atividades preventivas contra danos ambientais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	120	Município

Entrega/Iniciativa
Apoio ao combate a incêndios florestais
Promoção de atividades de educação ambiental
Desenvolvimento de atividades preventivas a danos e depredações do meio ambiente

Compromisso	Incentivar o processo de reciclagem de materiais descartáveis, por meio de ações de conscientização das empresas instaladas no Centro Industrial de Subaé, possibilitando a inclusão social e a sustentabilidade ambiental
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Reaproveitar 3.500 m^3 de resíduo reciclável produzido no Centro Industrial de Subaé

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	3.500	m^3

Meta	Apoiar 01 cooperativa de coleta seletiva de resíduos na área Centro Industrial de Subaé

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração do programa Recicla CIS – Centro Industrial de Subaé
Implantação do programa Recicla CIS – Centro Industrial de Subaé
Apoio às cooperativas de coleta seletiva de resíduos
Reaproveitamento dos materiais recicláveis

Compromisso	Promover a regularização ambiental de áreas dos Distritos Industriais
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Regularizar ambientalmente áreas de 15 Distritos Industriais

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	MEIO AMBIENTE
Programa	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	02	Unid	Recôncavo	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Bacia do Rio Grande	02	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Promoção de regularização ambiental em áreas de Distritos Industriais

Compromisso	Contribuir para o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente por meio do compartilhamento da gestão ambiental entre a união, estados e municípios
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Atingir 215 municípios com a competência de gestão ambiental

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	215	Município

Entrega/Iniciativa
Implementação do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada em municípios
Implementação do Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos
Apoio ao desenvolvimento de Programas Territorriais de Educação Ambiental
Apoio ao desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental associados à Agenda 21 em municípios reconhecidos pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente

Compromisso	Promover a articulação interinstitucional e a participação social para a discussão e formulação de políticas públicas para o meio ambiente
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente
Meta	Realizar 02 Conferências Estaduais do Meio Ambiente

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	02	Unid

Meta	Atingir 100% das Unidades de Conservação com conselhos implementados

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Realização de Conferências Estaduais do Meio Ambiente

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**MEIO AMBIENTE**
Programa	**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Entrega/Iniciativa
Fortalecimento e criação dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação
Fortalecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Conselho Estadual de Meio Ambiente, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, Fórum Baiano de Mudanças Climáticas

Compromisso	Preservar e recuperar áreas de valor ambiental, promovendo a desocupação das suas áreas de risco e o uso sustentável com a oferta de alternativas de esporte e lazer e efetiva apropriação dos equipamentos pelos usuários
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Elaboração e implementação de 04 programas socioambientais junto aos usuários dos Parques e Áreas de Proteção Ambiental

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid

Meta	Elaboração de 02 Programas de Avaliação de Risco Ambiental em Território de Áreas de Proteção Ambiental e Entorno

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de cadastro socioeconômico de comunidades residentes nos limites de parques e Áreas de Proteção Ambiental
Implementação de ações de educação ambiental
Elaboração de programas de avaliação de risco ambiental em território de Áreas de Proteção Ambiental e entorno
Execução de obras em áreas degradadas
Implementação de projetos de recuperação de áreas degradadas

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Água para Todos - PAT
Compromisso Transversal	**Órgão**
Minimizar os impactos sociais e ambientais negativos ocasionados pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Garantir os usos múltiplos e a sustentabilidade ambiental por meio da promoção da gestão dos recursos hídricos	Secretaria do Meio Ambiente
Programa	Energia para o Desenvolvimento
Compromisso Transversal	**Órgão**
Aumentar a oferta de energia e diversificar a Matriz Energética utilizando fontes renováveis e apoiando agentes públicos e privados	Secretaria de Infraestrutura
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação
Compromisso Transversal	**Órgão**
Proporcionar o maior conhecimento da biodiversidade e suas relações ecológicas por meio de estudos e pesquisas sobre os recursos naturais e as alternativas para a sua conservação e utilização	Secretaria do Meio Ambiente

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**MEIO AMBIENTE**
Programa	**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Programa	Economia Verde
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a convergência instrumental e operacional nas áreas da metrologia, qualidade e sustentabilidade em apoio ao desenvolvimento sustentável da Bahia	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Contribuir com a redução do aquecimento global racionalizando as emissões de carbono pela agricultura baiana através do uso de tecnologias sustentáveis	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Contribuir para a redução de ineficiências da economia a partir da adoção de mecanismos voltados para conter a poluição e limitar o acúmulo de passivos ambientais	Secretaria do Meio Ambiente
Contribuir para a produção de energias renováveis por meio do desenvolvimento de tecnologias e modelos de negócios inovadores	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Programa	Planejamento e Gestão Estratégica
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a intermodalidade logística para revitalização das áreas dos rios que integram a Bacia do Rio São Francisco em território baiano	Secretaria do Planejamento

Programa	Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena
Compromisso Transversal	**Órgão**
Assegurar e defender o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum e essencial à qualidade de vida da população do Estado	Ministério Público

ÁREA TEMÁTICA
ECONOMIA VERDE

O Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep) define a economia verde como aquela que resulta no aprimoramento do bem-estar humano e social, ao mesmo tempo em que reduz, significativamente, os riscos ambientais e a escassez de recursos ecológicos [1]. Na sua expressão mais simples, uma economia verde pode ser pensada como uma economia de baixo carbono, com utilização eficiente dos recursos naturais e inclusão social. Nestes termos, o crescimento da renda e do emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzam a emissão de carbono e, consequentemente, diminuam a poluição, enquanto otimizam a matriz energética e evitam a perda da biodiversidade, inclusive pelo incentivo aos serviços ambientais. Estes investimentos devem ser catalisados e apoiados pelos atores sociais, pelas reformas políticas e mudanças nas regulamentações dos diversos setores econômicos.

O desenvolvimento deve manter, melhorar e, sempre que necessário, reconstruir o capital natural, como um ativo econômico crítico e como fonte de benefícios públicos, especialmente para as pessoas mais pobres, cujos meios de subsistência e segurança dependem da natureza.

O conceito de "economia verde" não substitui o conceito de desenvolvimento sustentável. Admite-se, contudo, que para alcançar a sustentabilidade é necessária uma maior atenção para as consequências negativas da atual "economia marrom", modelo que cria e recria marginalização com progressivo esgotamento de recursos.

O planeta gasta, atualmente, entre 1% e 2% do PIB global em uma série de subsídios que, geralmente, prolongam a insustentabilidade do uso de recursos, tais como combustíveis fósseis, agricultura, água e pesca. De acordo com o relatório lançado em 21 de fevereiro de 2011 pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), o investimento de 2% do Produto Interno Bruto mundial em dez setores estratégicos pode assegurar um ponto de partida para a transição rumo a uma economia verde de baixo carbono e eficiência de recursos. Apoiada por políticas nacionais e internacionais inovadoras, a soma,

1 OIT – Estudos de Programas de Trabalho Decente e Empregos Verdes da OIT Brasil - Organização Internacional do Trabalho em 2009

que atualmente correspondente a cerca de 1,3 trilhão de dólares por ano, fomentaria o crescimento da economia global em níveis provavelmente, superiores aos dos atuais modelos econômicos[2].

O mesmo relatório sugere um modelo econômico que evitaria riscos, choques, escassez e crises, cada vez mais inerentes à atual economia. Ele contesta os mitos de que investimentos ambientais vão contra o crescimento econômico. A economia verde é relevante não apenas para as economias mais desenvolvidas, mas, sobretudo, para as economias emergentes, nas quais pode desempenhar o papel de catalisador-chave para o crescimento e a erradicação da pobreza. De fato, em algumas destas economias, cerca de 90% do PIB está ligado à natureza ou a recursos naturais, tais como a água potável.

Como referido, grande parte dos atuais subsídios e incentivos contribui para intensificar os danos ambientais e ampliar a ineficiência na economia global. Diminuí-los ou eliminá-los resultaria em múltiplos benefícios no processo de liberação de recursos para financiar a transição rumo a uma nova economia verde e sustentável. A transição global para esta nova situação contribuiria para o desenvolvimento e para o aumento da renda per capita, segundo os atuais padrões econômicos, fomentando, ao mesmo tempo, a redução da "pegada ecológica" em 50% até 2050 [3].

O relatório sobre a economia verde lembra ainda que, no curto prazo, a queda dos níveis de emprego em alguns setores, como o da pesca, será inevitável, caso não ocorra a transição rumo à sustentabilidade. O investimento, em alguns casos financiado pelo corte de subsídios nocivos, terá de reinserir alguns setores da força de trabalho global, para assegurar uma transição justa e socialmente aceitável. No longo prazo, o número de empregos "novos e decentes" criados em vários setores, da produção de energia renovável à agricultura sustentável, compensarão aqueles perdidos na ultrapassada economia de alto carbono.

Ainda segundo o relatório, um investimento anual de cerca de 1,3% do PIB mundial em eficiência energética e energias renováveis poderia reduzir a demanda global por energia primária em 9%, em 2020, e em 40%, até 2050. A economia de capital e de gastos com combustível na geração de energia, sob o cenário da economia verde, seria de 760 bilhões de dólares entre os anos de 2020 e 2050 [4].

Merecem destaque, também, as oportunidades para separar a geração de resíduos do crescimento do PIB, incluindo, em seu lugar, ações de recuperação e reciclagem. No Brasil, a reciclagem já gera retornos de 2 bilhões de dólares por ano, ao mesmo tempo em que evita a emissão de 10 milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Aqui, uma economia de reciclagem plena valeria 0,3% do PIB [5].

O citado relatório, preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNU-MA), em colaboração com economistas e especialistas de todo o mundo, tem como um dos seus objetivos a promoção e defesa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU –, que vão da redução pela metade do número de pessoas com fome à diminuição, pela metade, do número de pessoas sem acesso a água potável. O que se propõe é uma nova economia, estruturada nos três pilares do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, suportada por um sistema estadual de inovação (sobretudo para o desenvolvimento de tecnologias limpas ou de baixo carbono) e de inclusão social. Apoiados, por sua vez, por um sistema de gestão transversal participativo e fundamentado em uma base de indicadores socioambientais, que contemplem o monitoramento eficaz das ações e que contribuam para uma maior projeção da dimensão ambiental, na medida em que conduzem ao aperfeiçoamento das políticas públicas, em especial aquelas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Esta concepção inclui, necessariamente, uma agenda de temas inovadores, cujo desenvolvimento não pode prescindir de ampla cooperação entre atores de diferentes

2 ONU – PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Ambiente - Relatório Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza - 2010

3 Idem.

4 Ibidem.

5 Bureau of Economic Analysis. Percent Change From Preceding Period in Real Gross Domestic Product Mar/2011.

naturezas. Podem ser citados, como exemplo, os transportes sustentáveis, os novos setores industriais verdes, as cadeias de reciclagem, os empreendimentos em torno de fontes energéticas limpas e renováveis, passando pelo ecoturismo e reflorestamento, bem como pela estruturação de um sistema tributário que contemple o pagamento por serviços ambientais e que influencie positivamente as preferências expressas pelo setor privado.

Cite-se como exemplo o caso da indústria da construção civil, que sustenta um crescimento expressivo na Bahia, nos anos recentes. Apresenta-se, neste setor, uma forte tendência para o desenvolvimento de construções sustentáveis ou "prédios verdes" *(green buildings),* que surgiram nos Estados Unidos, espalharam-se pela Europa e Ásia e, agora, começam a ganhar presença no Brasil e na Bahia. O desafio futuro da construção civil é gerar menores impactos sobre o meio ambiente, haja vista os impactos ambientais que dependem da escolha das matérias primas, do uso inteligente e racionalizado de insumos como água e energia, do controle e do descarte de entulho e da reciclagem do lixo, dentre outras atividades inerentes à edificação e ao uso de imóveis.

Será fundamental ampliar os incentivos ao surgimento dos empreendimentos verdes, mas, também, fomentar o surgimento, no Estado da Bahia, de redes de pesquisa, em articulações com entidades nacionais e internacionais, e promover uma maior cooperação da universidade com a iniciativa privada, por meio de instituições como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

As propostas trazidas pela economia verde criam interessantes interfaces de cooperação interinstitucional, que se configuram em um grande desafio para a gestão pública do Estado, que é elaborar uma nova lógica que seja capaz de conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

A construção de uma agenda de economia verde é uma prioridade de governo que, por definição, pressupõe uma ação multissetorial que engloba diversas áreas da política pública em torno dos propósitos do crescimento econômico, da criação de empregos, da melhoria da qualidade ambiental e da diversificação da matriz energética, com o uso de fontes limpas e renováveis, com produção sem desperdício e poluição. Estas iniciativas inserem a Bahia na relação dos Estados comprometidos com a redução da emissão de gases poluentes, responsáveis, em parte, pelas mudanças climáticas, ocasionadoras de recentes desastres ambientais, e entre aqueles que praticam políticas de inclusão social, seguindo os novos paradigmas do desenvolvimento.

Por fim, as transformações do modelo vigente, levando-se em conta as particularidades da economia baiana, devem considerar também os seis grandes eixos sugeridos pela OIT[6] 4, a saber: maximização da eficiência energética e substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis; valorização, racionalização do uso e preservação dos recursos naturais e dos ativos ambientais; aumento da durabilidade e reparabilidade dos produtos e instrumentos de produção; redução da geração, recuperação e reciclagem de resíduos e materiais de todos os tipos; prevenção e controle de riscos ambientais e da poluição visual, sonora, do ar, da água e do solo, além da redução dos deslocamentos espaciais de pessoas e cargas.

6 OIT – Organização Internacional do Trabalho – Tendências Mundiais de Emprego - 2010

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**ECONOMIA VERDE**
Programa	**ECONOMIA VERDE**

Ementa

Elaborar e apoiar o desenvolvimento de políticas capazes de promover o surgimento de uma nova economia baiana, estruturada nos três pilares do desenvolvimento sustentável e da economia verde: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico; assim como promover a construção de um sistema estadual de inovação favorável ao desenvolvimento de tecnologias que minimizem os riscos ambientais, como de baixo carbono, e de sistemas de indicadores ambientais e de gestão

Recursos do Programa **R$ 20.508.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Participação das Fontes Renováveis na geração de enegia no Estado da Bahia	%	2009	36,60	38,00

Compromisso	Aumentar a participação dos biocombustíveis na Matriz Energética da Bahia, inserindo a agricultura familiar em sua base de produção
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Inserir 28.000 agricultores familiares nas cadeias produtivas dos biocombustíveis

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	8.000	Pessoa	Piemonte do Paraguaçu	2.000	Pessoa
Velho Chico	6.000	Pessoa	Piemonte da Diamantina	3.000	Pessoa
Chapada Diamantina	2.000	Pessoa	Semiárido Nordeste II	300	Pessoa
Baixo Sul	1.000	Pessoa	Litoral Norte e Agreste Baiano	200	Pessoa
Extremo Sul	500	Pessoa	Vitória da Conquista	1.000	Pessoa
Sertão do São Francisco	1.000	Pessoa	Bacia do Rio Corrente	1.000	Pessoa
Bacia do Paramirim	1.000	Pessoa	Piemonte Norte do Itapicuru	1.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa

- Implementação da política de infraestrutura agrícola e industrial para biodiesel
- Desenvolvimento de modelo de organização da produção para a integração eficiente lavoura-indústria
- Identificação de novas áreas para atração de novos investidores
- Acompanhamento dos investimentos nas áreas plantadas e na implantação de novas áreas de dendê, priorizando os agricultores familiares
- Fomento à utilização de matérias-primas diversas na cadeia de biodiesel

Compromisso	Contribuir para a produção de energias renováveis por meio do desenvolvimento de tecnologias e modelos de negócios inovadores
Órgão Responsável	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Meta	Realizar 01 estudo do potencial de produção de energia por território de identidade

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO	
Área Temática	**ECONOMIA VERDE**	
Programa	**ECONOMIA VERDE**	
Meta	Implantar 01 projeto executivo de biofábrica	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	01	Unid
Entrega/Iniciativa		
Estudo do potencial de produção de energia por território de identidade para implantação de sistema de energias renováveis com base em biomassa energética, sistemas eólicos e solares		
Elaboração do projeto executivo e implantação da biofábrica com definição e pesquisas em produção de sementes, melhoramento genético e aumento de produtividade		
Compromisso	Promover a reconfiguração da economia baiana baseada nos princípios da Economia Verde, internalizando o conceito nas ações governamentais e promovendo sua institucionalização	
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento	
Meta	Elaborar o Marco Legal da Política Estadual de Economia Verde	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid
Entrega/Iniciativa		
Elaboração do marco referencial para Economia Verde no Estado da Bahia		
Elaboração do Marco Legal da Política Estadual de Economia Verde		
Definição de instrumentos econômicos, financeiros e de incentivo à implantação da Política de Economia Verde		
Definição de indicadores de Economia Verde		
Compromisso	Contribuir com a redução do aquecimento global racionalizando as emissões de carbono pela agricultura baiana através do uso de tecnologias sustentáveis	
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	
Meta	Estimular o uso de tecnologias com baixa emissão de carbono em 15% das propriedades rurais do Estado	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	15	%
Entrega/Iniciativa		
Sensibilização dos agropecuaristas quanto ao uso de tecnologias com baixa emissão de carbono		
Difusão das tecnologias e treinamento de produtores para adoção destas tecnologias		
Incentivo ao plantio de florestas		
Fomento a agricultura com baixa emissão de carbono equivalente		
Desenvolvimento de modelo para a integração lavoura-pecuária-floresta		
Capacitação de técnicos para atuarem no Programa		
Compromisso	Contribuir para a redução de ineficiências da economia a partir da adoção de mecanismos voltados para conter a poluição e limitar o acúmulo de passivos ambientais	
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente	
Meta	Implantar 01 política de economia verde	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**ECONOMIA VERDE**
Programa	**ECONOMIA VERDE**

Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de estudos sobre valoração econômica de unidade de conservação
Elaboração e implementação de Programa Estadual de Manejo Sustentável de Produtos não Madeireiros de Florestas Nativas
Implementação da Política Estadual de Utilização e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, com ênfase na valorização dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais
Implementação de Política de Pagamento por Serviços Ambientais
Fomento ao desenvolvimento de tecnologias em reciclagem de resíduos sólidos
Fomento à implantação e manejo de sistemas agroflorestais em áreas de agricultura familiar para povos e comunidades tradicionais
Mapeamento de tecnologias sociais de manejo e uso sustentável da Biodiversidade
Incentivo e reconhecimento de Reserva Particular do Patrimônio Natural

Compromisso	Promover a convergência instrumental e operacional nas áreas da metrologia, qualidade e sustentabilidade em apoio ao desenvolvimento sustentável da Bahia
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Implantar o projeto de Inovação Metrológica

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Oferta de serviços tecnológicos nas diversas áreas afins das Tecnologias Infraestruturais Básicas e de Sustentabilidade por intermédio do Projeto de Inovação Metrológica
Capacitação de técnicos especialistas do órgão em nível de pós-graduação
Estabelecimento de cooperação técnica e científica com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
Participação na rede de Tecnologias Limpas e Minimização de Resíduos
Promoção do uso de indicadores e métricas de racionalização, eco-eficientização e sustentabilidade
Implementação dos processos de avaliação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e das Certificações Verdes
Disseminação seletiva da informação para o desenvolvimento sustentável

ÁREA TEMÁTICA
DESENVOLVIMENTO URBANO – CIDADES SUSTENTÁVEIS

A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade, em 2001, a questão urbana passou a ser considerada política pública, configurando-se como estratégica nas três esferas de governo[1].

Na Bahia, a política estadual de desenvolvimento urbano visa à melhoria da qualidade de vida nas cidades, com desenvolvimento socioeconômico e socioambiental equilibrado dos espaços nas cidades e da rede urbana estadual. Apesar dos avanços, o Estado ainda convive com grandes problemas no fornecimento de bens públicos e serviços básicos para a população, fruto da ausência de políticas específicas no passado. O ainda reduzido acesso domiciliar à água, saneamento e energia são incompatíveis com qualquer padrão moderno de sociabilidade e já deveriam ter sido superados para uma parcela mais significativa da população.

O quadro I apresenta a evolução de alguns indicadores relacionados ao desenvolvimento urbano do estado da Bahia. Os serviços urbanos domiciliares apresentam melhorias nas coberturas ao longo dos anos, mas ainda necessitam ser ampliados de forma significativa. Exemplo disso é o caso do esgotamento sanitário, com o acesso à rede geral ou fossa séptica chegando a menos de 60% dos domicílios em 2009.

Apesar se constatar, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, uma rápida expansão da proporção de domicílios com acesso à rede geral de água (quase 80% em 2009) e uma situação de quase universalização do acesso domiciliar a energia

Quadro 1 **Bahia. Indicadores de Desenvolvimento Urbano Selecionados. 1980-2009**

Percentual de domicílios	1980	1991	2000	2009
Ligados à rede geral de água	-	42,73	60,51	79,58
Ligados à rede geral de esgoto ou com fossa séptica	-	24,76	42,37	57,96
Com coleta de lixo	-	41,01	61,67	76,14
Com iluminação elétrica	-	-	84,79	96,52

Fonte: IBGE – PNAD

1 O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

elétrica (96,52%), investimentos adicionais precisarão ser feitos para que a eletrificação e o acesso a água de boa qualidade atinjam a integralidade dos domicílios – urbanos e rurais –, proporcionando qualidade de vida a toda a população.

Outro fato a ser destacado é que o processo de urbanização desordenada no estado, nos últimos anos, contribuiu para o agravamento dos problemas relativos à disposição de resíduos sólidos. A Bahia produz 13,5 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia, equivalentes a 7,8% do total produzido no Brasil. O volume de lixo produzido no estado tem crescido sistematicamente nos últimos anos, fenômeno que pode ser explicado pela urbanização, elevação da renda e mudanças na estratificação social, com o aumento do peso relativo das classes médias. Do total de 13,5 mil toneladas de resíduos sólidos produzidos em 2010, apenas 76% foram coletadas, respondendo por uma variação positiva insignificante de 1% em relação a 2009 [2].

Outro problema é o destino final desses resíduos. Na Bahia, apenas 36,2% do lixo coletado tem como destino final o aterro controlado, mas este tipo de disposição dos resíduos não minimiza os impactos ambientais. Os "lixões" recebem 35,5% dos resíduos coletados por dia na Bahia e são ambientalmente inadequados, já que a disposição de resíduos sólidos no solo acarreta problemas à saúde pública e gera um impacto ambiental significativo. Uma solução menos poluidora e mais segura é a implantação de aterros sanitários, que permitem a melhora da qualidade do ar (fumaça da queima do lixo e odores desagradáveis), reduzem os riscos de incêndios, da poluição das águas superficiais e subterrâneas e da poluição estética. Apesar desta verdade inconteste, os aterros representam, no entanto, a coleta e destinação final de menos de um terço do volume de resíduos sólidos no estado. [3]

A situação atual pode ainda ser enfrentada com ações inovadoras. Uma das medidas possíveis é promover o aumento da reciclagem, que ainda é incipiente; outra é desenvolver ações que estimulem a redução do volume de lixo produzido, através de campanhas de consumo consciente. Outra opção é investir na geração de energia a partir da incineração controlada de resíduos combustíveis, o que também contribuiria para a redução dos volumes aterrados, em benefício dos lençóis freáticos.

Estas questões serão contempladas pela *Política Estadual de Resíduos Sólidos*, em desenvolvimento no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), que prevê o incentivo à coleta seletiva, construção de aterros sanitários, eliminação de lixões, manejo de materiais de construção descartados e hospitalares.

Em 2010, foram concluídas duas etapas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos: a proposta de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, validada pelo ConCidades/BA, e a elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, contemplando 115 municípios da região.[4]

No que concerne à habitação, a Bahia tem déficit elevado, tanto em termos qualitativos (habitações precárias, sem atendimento às necessidades mínimas de habitabilidade e/ou legalização da propriedade), quanto em termos quantitativos (déficit de oferta). O Quadro II mostra que o déficit habitacional total do estado, em 2007, era de 511 mil unidades, o que representava 12,9% dos domicílios permanentes. Destes, 95,7% são de famílias com renda inferior a três salários mínimos. Destaca-se, também, a parcela do déficit em razão da coabitação familiar, que chega a 48,8%.

Cabe ainda destacar, dos dados acima, o total dos domicílios vagos: 658 mil unidades, quantidade superior ao déficit. A existência de déficit de moradias, em paralelo a esse enorme número de imóveis inabitados, é o fato que justifica a intervenção pública capaz de promover a eficiência alocativa que os mecanismos de mercado não conseguem promover. Uma melhor caracterização é importante para o delineamento do perfil desses domicílios,

2 Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. Disponível em: http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.php. Acesso em: 29 de abril de 2011.

3 Idem

4 Relatório Anual de Governo. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/sgc/arquivos/20110310_173651_Dir_5_Infraestrutura_Social.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2011

Quadro 2 Indicadores do Déficit Habitacional da Bahia. 2007

Indicadores	Quantidade
Déficit Habitacional Total	510.667 unidades
Proporção por Domicílios Permanentes	12,9%
Proporção por Renda Familiar (até 3 Salários Mínimos)	95,7%
Proporção por Habitação Precária	27,5%
Proporção por Coabitação Familiar	48,8%
Proporção por Ônus excessivo com aluguel	19,9%
Domicílios vagos em condições de serem habitados	658.608 unidades

Fonte: Fundação João Pinheiro

identificando a parcela que, provavelmente, poderia ser direcionada a suprir parte das carências de habitação. Estima-se que parcela substancial dessas moradias não seja adequada ao perfil do consumidor que realmente precisa ser atendido, aquele de menor renda.

Outra medida importante a ser adotada é a requalificação das moradias nos centros históricos, permitindo recuperar e reposicionar sua funcionalidade.

Uma das questões essenciais para os principais centros urbanos do estado é a garantia do direito à *acessibilidade* e *mobilidade*, variáveis importantes não apenas para a qualidade de vida da população, mas também para a elevação da produtividade do trabalho nas cidades.

As dificuldades de acessibilidade nos centros urbanos é um tema antigo, que vem ganhando espaço nos últimos anos devido à sua importância como variável que permite identificar áreas com desigualdades na oferta de infraestrutura básica e que se vincula diretamente ao bem-estar dos cidadãos, em especial aqueles com restrições físicas de deslocamento. O seu conceito está relacionado, principalmente, à qualidade de acesso ao sistema de transporte e à comunicação, exigindo da sociedade a oferta destes serviços sem obstáculos e com conforto para todo e qualquer cidadão.

Na Bahia, é notória a insuficiência de investimentos na implantação e requalificação dos serviços e equipamentos públicos disponíveis. Os grandes centros, em especial a Região Metropolitana de Salvador – RMS demandam maior atenção quanto a este tema, pois a densidade demográfica, a diversificada rede de serviços e as necessidades da população exigem investimentos mais significativos e soluções complexas. Uma das dificuldades é a própria carência de informações e dados que permitam o acompanhamento das condições de acessibilidade urbana no estado.

A mobilidade urbana na Região Metropolitana de Salvador e nas cidades médias baianas encontra-se em fase de saturação, com os tempos médios de deslocamento inflados pelo trânsito intenso e pelo transporte de massa precário, o que está se tornando um fator crítico para o desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida dos habitantes destes centros. Segunda maior região metropolitana nordestina e a sexta maior do Brasil, a RMS – em especial o município de Salvador – carece de investimentos estruturais em regime de urgência, capazes de desafogar o trânsito e poupar o tempo despendido na circulação de riqueza e de pessoas.

A tabela seguinte evidencia a situação atual do sistema de transporte de Salvador e evidencia o patamar de dificuldades que enfrenta, com destaque para a redução do número de viagens e de passageiros, apesar do aumento da oferta de transporte coletivo e do número de linhas entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 1 Média Mensal de Indicadores do Transporte Público em Salvador

Ano	Frota	Linhas	KM Percorridos	Viagens	Passageiros Total	Passageiros Equivalentes*	IPK**	Idade da Frota
2000	2.210	430	18.291.375	468.266	41.830.988	36.390.914	1,99	4,00
2005	2.290	441	17.946.926	452.526	38.136.454	29.658.825	1,65	4,97
2010	2.449	503	17.453.413	448.580	38.563.595	31.310.892	1,79	4,80

Fonte: Transalvador
*Pondera os descontos e isenções.
** Índice de Passageiro por Quilômetro.

Algumas explicações para esse quadro são: falta de políticas que priorizem o transporte de massa; ausência de regulação do transporte no âmbito metropolitano, gerando distorções como a centralização das linhas das empresas em municípios no entorno de Salvador, que oferecem maiores benefícios fiscais; deslocamento de passageiros para o transporte individual, a exemplo de carro, moto e bicicleta, elevado custo do transporte para a população de menor renda (há pesquisas que indicam um grande número de trabalhadores que se deslocam a pé para o trabalho); e, por fim, o crescimento do transporte clandestino.

O transporte de massa é um elemento estruturador do território e indutor do desenvolvimento urbano e regional e está se tornando prioritário na agenda dos governos. Mas ainda é de má qualidade e alto custo para os usuários nos principais centros urbanos do estado. Em Salvador, particularmente, é preciso avançar para a integração aberta da tarifa, com base em sistemas modernos como metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e/ou o *Bus Rapid Transit* (BRT). Tais sistemas deveriam ser mais sustentáveis ecologicamente, com o uso de biocombustíveis e de eletricidade, e deveriam ser complementados por circuitos cicloviários, opção salutar e ecológica para as pequenas distâncias.

No enfrentamento a essas grandes questões urbanas, a parceria entre a iniciativa privada e o poder público se torna essencial, de modo a viabilizar investimentos em infraestrutura e na prestação de serviços urbanos, seja sob a forma da Parceria Público Privada – PPP, seja através do contrato de gestão ou da concessão, entre outros instrumentos.

Resta lembrar que a regionalização é fundamental para o desenvolvimento urbano, uma vez que se trata da escala territorial mais adequada para o planejamento das cidades em áreas diversas, como saneamento, resíduo sólido, habitação ou mobilidade. Neste sentido, o Estado deve, além de elaborar planos territoriais, fomentar a articulação entre os municípios, incentivando a formação de redes de articulação e relacionamento entre as cidades e a cooperação federativa através dos consórcios públicos.

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS**
Programa	**MORADIA DIGNA**

Ementa

Ampliar a construção de habitações populares, legalizar terrenos e habitações de populações de baixa renda e urbanizar comunidades em área de risco e assentamentos precários considerando os planos diretores dos municípios com o objetivo de assegurar o padrão de sustentabilidade nas cidades

Recursos do Programa **R$ 1.083.555.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Déficit Habitacional Relativo do Estado	%	2009	13,00	9,00
Déficit Habitacional Rural do Estado	%	2009	12,90	9,00
Percentual de Domicílios Urbanos Adequados	%	2009	67,10	74,38
Percentual de Domicílios Rurais Adequados	%	2009	67,10	74,38

Compromisso	Contribuir para a redução da pobreza urbana com a construção de habitações populares, urbanização de favelas e assentamentos precários, requalificação de moradias e desenvolvimento de ações sociais
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Meta Beneficiar 2.554 domicílios com intervenções de infraestrutura urbana

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	2.554	Unid

Meta Produzir 868 unidades habitacionais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	868	Unid

Meta Executar 378 melhorias habitacionais em área urbana

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	378	Unid

Meta Conceder títulos de posse para 1.900 beneficiários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	1.900	Unid

Meta Realizar ações sociais para 8.224 beneficiários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	8.224	Unid

Meta Urbanizar 15 assentamentos precários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Metropolitano de Salvador	07	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Bacia do Rio Grande	01	Unid			

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS
Programa	MORADIA DIGNA

Entrega/Iniciativa
Construção de unidades habitacionais
Melhoria de unidades habitacionais
Reassentamento de domicílios em situação de risco ou insalubridade
Emissão de título de propriedade
Urbanização de assentamentos precários
Realização de serviços sociais
Execução de projetos de educação ambiental e formação comunitária

Compromisso	Regularizar a situação fundiária de imóveis, inclusive de áreas com potencial para habitação de interesse social
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Meta	Emitir 25 mil títulos de propriedade	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	25.000	Unid

Meta	Destinar 05 áreas públicas para produção de habitação de interesse social	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	05	Unid

Entrega/Iniciativa
Emissão de títulos de propriedade
Regularização fundiária de áreas públicas e privadas passíveis de construção de habitação de interesse social (Banco de Terras)

Compromisso	Fortalecer a gestão estadual e municipal de habitação, por meio da realização de planos municipais e regionais de habitação e regularização fundiária, consolidando o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Meta	Implantar o Plano de Habitação	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Meta	Implantar o cadastro único para atendimento das demandas habitacionais baianas de interesse social, expandindo a atuação do Programa Habitacional - Casa da Gente	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Meta	Realizar assistência técnica e financeira a 101 municípios, os com população acima de 50 mil habitantes e os das áreas de abrangência da Ferrovia de Integração Oeste-Leste e do Porto Sul	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	101	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação do Plano Estadual de Habitação

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS**
Programa	**MORADIA DIGNA**

Entrega/Iniciativa
Assistência técnica para projetos, planos e mobilização social
Apoio aos municípios para a elaboração dos planos locais de habitação de interesse social
Implantação do cadastro único das demandas habitacionais de interesse social

Programa/Compromisso Transversal

Programa	Energia para o Desenvolvimento
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a oferta de energia elétrica, em quantidade e qualidade adequadas ao suprimento de consumidores e/ou potenciais consumidores, buscando o desenvolvimento socioeconômico do Estado	Secretaria de Infraestrutura

Programa	Reabilitação do Centro Antigo de Salvador
Compromisso Transversal	**Órgão**
Incentivar o uso de edificações fechadas, em ruínas e lotes baldios no Centro Antigo de Salvador, assegurando sua função social, com vistas a reverter o quadro de esvaziamento e perda da centralidade da área	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Programa	Modernização da Gestão Pública
Compromisso Transversal	**Órgão**
Viabilizar a concessão de benefícios ao servidor público para aquisição da casa própria, visando a melhoria da sua qualidade de vida	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS**
Programa	**MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA**

Ementa

Proporcionar a infraestrutura necessária para assegurar a mobilidade e acessibilidade nos principais centros urbanos baianos

Recursos do Programa **R$ 897.795.781,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Tempo Médio de Deslocamento nas Vias	Minuto	2009	35	25

Compromisso	Promover a mobilidade e acessibilidade através da implantação de obras de infraestrutura viária em centros urbanos, valorizando o meio de transporte coletivo, o não motorizado e o modal cicloviário	
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	
Meta	Elaborar 03 planos de mobilidade	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	03	Unid
Meta	Elaborar 04 planos de acessibilidade	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	04	Unid
Meta	Implantar 127 km de ciclovias	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	127	km
Meta	Pavimentar 130.628 m^2 de vias urbanas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	130.628	m^2
Meta	Construir 02 passarelas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	02	Unid
Meta	Implantar 03 corredores estruturantes de alta capacidade Salvador / Lauro de Freitas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	03	Unid
Meta	Implantar 11 corredores alimentadores transversais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	11	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS
Programa	MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA

Entrega/Iniciativa
Elaboração da Política de Mobilidade Urbana
Implantação de sistema cicloviário
Implantação de Modelo de Gestão para o Sistema Integrado de Transporte Metropolitano
Elaboração de planos e de projetos
Pavimentação de vias
Construção de passarelas

Compromisso	Preservar a qualidade de vida, a integridade física, a capacidade laborativa e a sustentabilidade econômica do cidadão, com a redução do quantitativo de acidentes de trânsito e de suas consequências
Órgão Responsável	Secretaria da Administração
Meta	Reduzir em 20% a média anual de acidentes, em Salvador

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	20	%

Meta	Reduzir em 20% a média anual de acidentes com feridos, em Salvador

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	20	%

Meta	Reduzir em 25% o número de mortos por 10 mil veículos da frota soteropolitana ao ano

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	25	%

Entrega/Iniciativa
Fiscalização do trânsito
Educação para o trânsito
Funcionamento da Escola Pública de Trânsito

Compromisso	Aumentar o quantitativo de municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT, visando muni-los de condições mínimas para o desempenho das tarefas de sinalização, fiscalização, aplicação de penalidades e educação de trânsito
Órgão Responsável	Secretaria da Administração
Meta	Integrar mais 23 municípios ao Sistema Nacional de Trânsito

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Portal do Sertão	03	Unid
Chapada Diamantina	02	Unid	Recôncavo	04	Unid
Sisal	05	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS
Programa	MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Baixo Sul	03	Unid	Costa do Descobrimento	02	Unid
Extremo Sul	01	Unid			

Entrega/Iniciativa
Desenvolvimento de Sistema Integrado de Gestão do Trânsito
Capacitação de profissionais de trânsito

Compromisso	Proporcionar melhor circulação de veículos e pedestres com mais fluidez e segurança com intervenções voltadas à organização do trânsito
Órgão Responsável	Secretaria da Administração
Meta	Implantar sinalização de trânsito em 45 municípios

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Semiárido Nordeste II	03	Unid
Chapada Diamantina	04	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	06	Unid
Sisal	05	Unid	Portal do Sertão	03	Unid
Litoral Sul	03	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Baixo Sul	03	Unid	Recôncavo	05	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid
Sertão Produtivo	01	Unid	Costa do Descobrimento	02	Unid
Piemonte do Paraguaçu	03	Unid			

Entrega/Iniciativa
Implantação de sinalização de trânsito

Compromisso	Disponibilizar aos cidadãos, com qualidade, de forma ágil e descentralizada, os serviços relativos ao trânsito, no âmbito da sua competência, enquanto órgão executivo estadual do Sistema Nacional de Trânsito
Órgão Responsável	Secretaria da Administração
Meta	Atender 100% da demanda por serviços relacionados à habilitação de condutores e registro de veículos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Melhoria do atendimento ao público
Melhoria da infraestrutura física e tecnológica das Unidades de Trânsito
Implantação de Unidades de Trânsito

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS
Programa	MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA
Compromisso	Verificar e acompanhar a conformidade dos veículos de transporte de passageiros urbanos, interurbanos, aquaviários, metroviários e ferroviários, quanto a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Verificar a acessibilidade dos mais de 12.380 meios de transporte coletivos de passageiros

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	150	Unid	Bacia do Jacuípe	110	Unid
Velho Chico	160	Unid	Piemonte da Diamantina	70	Unid
Chapada Diamantina	180	Unid	Semiárido Nordeste II	70	Unid
Sisal	70	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	400	Unid
Litoral Sul	250	Unid	Portal do Sertão	2.800	Unid
Baixo Sul	100	Unid	Vitória da Conquista	2.200	Unid
Extremo Sul	150	Unid	Recôncavo	92	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	90	Unid	Médio Rio de Contas	110	Unid
Vale do Jiquiriçá	90	Unid	Bacia do Rio Corrente	90	Unid
Sertão do São Francisco	80	Unid	Itaparica	90	Unid
Bacia do Rio Grande	158	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	80	Unid
Bacia do Paramirim	80	Unid	Metropolitano de Salvador	4.500	Unid
Sertão Produtivo	70	Unid	Costa do Descobrimento	50	Unid
Piemonte do Paraguaçu	90	Unid			

Entrega/Iniciativa
Verificação dos veículos de transporte de passageiros quanto a acessibilidade

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Logística Integrada de Transporte
Compromisso Transversal	Órgão
Expandir e recuperar os terminais hidroviários, rodoviários e aeroviário, aumentando a competitividade da produção baiana e melhorando a mobilidade de pessoas	Secretaria de Infraestrutura
Planejar o atendimento das demandas futuras nos diversos modais, de forma a identificar e viabilizar os principais investimentos necessários em infraestrutura de logística de transportes	Secretaria de Infraestrutura
Elaborar estudos para integração do transporte hidroviário com o rodoviário, ferroviário e aeroviário visando o escoamento da produção e transporte de passageiros	Secretaria de Infraestrutura

Programa	Reabilitação do Centro Antigo de Salvador
Compromisso Transversal	Órgão
Requalificar a infraestrutura do Centro Antigo de Salvador, melhorando as condições de mobilidade urbana, a circulação de veículos motorizados e não-motorizados, bem como promover a sustentabilidade ambiental, possibilitando a adequação do espaço urbano e proporcionando conforto ambiental	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS**
Programa	**MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA**

Programa	Copa 2014
Compromisso Transversal	**Órgão**
Urbanizar áreas e garantir o acesso a pedestres e veículos não motorizados ao Estádio Octavio Mangabeira - Arena Fonte Nova e aos centros oficiais de treinamento	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Implementar o Plano Mestre de Acessibilidade para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Programa	Planejamento e Gestão Estratégica
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a atração de investimentos privados em projetos de reconhecido interesse do Estado, viabilizando a implementação de parcerias público-privadas	Secretaria da Fazenda

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS**
Programa	**REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR**

Ementa

Reabilitar o Centro Antigo de Salvador contemplando sua sustentabilidade cultural, econômica, social, urbanística e ambiental

Recursos do Programa **R$ 312.304.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de Requalificação Urbana do Centro Antigo de Salvador - CAS	Número-índice	2011	100,00	200,00
Percentual de Áreas do Frontispício de Salvador e seu Entorno Revitalizadas	Número-índice	2011	100,00	200,00
Percentual de Equipamentos Infraestruturais Implantados	Número-índice	2011	100,00	200,00

Compromisso	Incrementar o nível da atividade econômica no Centro Antigo de Salvador para atrair novos negócios, gerar maior renda e oportunidades de trabalho, além de ampliar a participação de mercado das micro e pequenas empresas existentes na região	
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	
Meta	Ampliar em 50% o registro de empreendedores individuais em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	50	%
Meta	Capacitar 20% dos micro e pequenos empreendedores	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	20	%
Meta	Apoiar a criação de 01 programa de incentivo ao empreendedorismo inovativo para o setor de serviços locais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa

Capacitação de micro e pequenos empreendedores para o acesso ao microcrédito

Registro de empreendedores individuais em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae

Formação de redes setoriais para a promoção de produtos, feiras e atividades criativas e serviços dinâmicos

Apoio a criação de programa de incentivo ao empreendedorismo inovativo para o setor de serviços locais

Compromisso	Recuperar a paisagem urbana da encosta do frontispício de Salvador e, concomitantemente revitalizar o bairro do Comércio e sua orla com o objetivo de dinamizar a área através da valorização do seu patrimônio material e simbólico, da promoção de serviços de qualidade para a população e do fomento a novos usos
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS
Programa	REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Meta	Recuperar 02 equipamentos culturais em estágio de degradação	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Meta	Recuperar 633 mil m² de área da paisagem da encosta do frontispício (Gamboa à Calçada)	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	633.000	m²

Meta	Reformar 02 mirantes situados no Centro Antigo de Salvador	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Meta	Recuperar 04 fortes	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	04	Unid

Entrega/Iniciativa
Reconstrução do Mercado de São Miguel
Recuperação dos Fortes da Gamboa, São Marcelo, Santo Alberto (Lagartixa), Jequitaia e do Barbalho
Reforma de mirantes situados na área do Centro Antigo de Salvador - CAS
Melhoria na estrutura para atracação e guarda de embarcações de lazer
Recuperação de área da encosta do frontispício livre com recomposição da vegetação nativa

Compromisso	Incentivar o uso de edificações fechadas, em ruínas e lotes baldios no Centro Antigo de Salvador, assegurando sua função social, com vistas a reverter o quadro de esvaziamento e perda da centralidade da área
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Meta	Construir 2 mil unidades de habitação social para famílias de "sem teto", moradoras de cômodos e cortiços	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	2.000	Unid

Meta	Ocupar 05 imóveis com residências estudantis	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	05	Unid

Meta	Instalar 04 equipamentos comunitários de apoio a projetos habitacionais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	04	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS
Programa	REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Entrega/Iniciativa
Elaboração de projetos executivos para habitações sociais
Elaboração de projetos executivos para residências estudantis
Execução de obras de habitações sociais
Execução de obras de residências estudantis
Instalação de equipamentos comunitários

Compromisso	Requalificar a infraestrutura do Centro Antigo de Salvador, melhorando as condições de mobilidade urbana, a circulação de veículos motorizados e não-motorizados, bem como promover a sustentabilidade ambiental, possibilitando a adequação do espaço urbano e proporcionando conforto ambiental
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Meta	Recuperar 14 áreas urbanas no Centro Antigo de Salvador	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	14	Unid

Meta	Implantar 03 circuitos cicloviários	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	03	Unid

Meta	Implantar 01 sistema de controle e monitoramento ambiental no Centro Antigo de Salvador	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de plano e projeto de mobilidade
Recuperação de áreas urbanas do Centro Antigo de Salvador - CAS
Recuperação paisagística do Terreiro de Jesus
Recuperação de transportes verticais (Elevador Lacerda e Planos Inclinados Pilar, Gonçalves e Liberdade)
Instalação de novos sanitários públicos
Implantação dos circuitos cicloviários
Implantação de moderno sistema de iluminação pública
Implantação da Passarela Via Histórica, conectando a Avenida Joana Angélica ao Pelourinho
Apoio a implantação da coleta seletiva de lixo

Compromisso	Promover o Centro Antigo de Salvador como sítio histórico-cultural, de convívio e integração entre moradores e visitantes para preservar a cultura e história locais, além de tornar a área amplamente divulgada, reconhecida e frequentada
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura

Meta	Implantar o Centro de Referência da Cultura Baiana	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS
Programa	REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Entrega/Iniciativa
Implantação do Centro de Referência da Cultura Baiana
Implantação de pontos de apoio do Centro de Referência da Cultura Baiana
Implantação do programa de educação patrimonial "Centro Antigo de Salvador: Aqui Bate o Coração do Brasil"
Desenvolvimento do sistema de informação do Centro de Referência da Cultura Baiana

Compromisso	Estruturar o turismo cultural no Centro Antigo de Salvador e potencializar o uso dos espaços culturais existentes com vistas a preservá-los e valorizar a cultura local
Órgão Responsável	Secretaria de Turismo
Meta	Implantar 02 roteiros turístico (Cidade Alta e Cidade Baixa)

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Criação e divulgação de roteiros turísticos
Qualificação dos serviços turísticos
Inserção de grupos locais na dinâmica do turismo cultural

Compromisso	Criar uma estrutura de governança, com sustentabilidade financeira, de forma a assegurar a implementação das ações propostas para reabilitação do Centro Antigo de Salvador
Órgão Responsável	Gabinete do Governador
Meta	Implantar a estrutura de gestão sustentável do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação de estrutura de gerenciamento
Instituição do Conselho do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador - CAS
Instituição do Conselho Deliberativo de Políticas Públicas
Implantação do Fundo de Investimentos Imobiliário - FII a partir do patrimônio imobiliário comercial do Estado no Centro Antigo de Salvador - CAS
Implantação de programa de monitoramento e avaliação

Compromisso	Qualificar os serviços, projetos e equipamentos sociais do Centro Antigo de Salvador para promover a inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Meta	Atender 3 mil famílias do Centro Antigo de Salvador - CAS em situação de vulnerabilidade social

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	3.000	Família

Entrega/Iniciativa
Financiamento de projetos especiais de caráter modular para as pessoas em situação de vulnerabilidade

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS
Programa	REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Entrega/Iniciativa
Qualificação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social Estadual para População de Rua - Creas-POP
Realização de cursos de qualificação com agentes da área social e de saúde

Compromisso	Dinamização do Centro Antigo de Salvador, por meio de ações de natureza educativa, histórica e cultural
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Implementar ações para o desenvolvimento do conhecimento histórico e cultural e para a dinamização do Centro Antigo de Salvador

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração e implementação do projeto de Educação Patrimonial e Artística, na rede estadual da ensino
Realização de cursos de educação patrimonial e artistica para os professores da rede estadual de ensino
Implantação de uma galeria de arte com produção estudantil
Publicação de coletânea de trabalhos para a difusão do conhecimento sobre a Bahia: história, cultura e patrimônio
Promoção de eventos estudantis
Promoção de cursos de qualificação nas áreas de arte, produção cultural e design

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Pacto pela Vida
Compromisso Transversal	Órgão
Atender e acompanhar pessoas usuárias de substâncias psicoativas e suas famílias	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
Aprimorar a prevenção e repressão da violência, com ações de polícia comunitária focadas em áreas prioritárias	Secretaria da Segurança Pública
Promover a formação, capacitação e valorização do profissional de segurança pública, com foco no policial cidadão, para melhoria da qualidade dos serviços prestados	Secretaria da Segurança Pública
Promover a inclusão social e a garantia da cidadania em áreas críticas com a participação comunitária	Secretaria da Segurança Pública

Programa	Juventude
Compromisso Transversal	Órgão
Promover o desenvolvimento socioeconômico dos jovens de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade ou risco social, contribuindo para a sua inserção no mundo do trabalho e o exercício da cidadania	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Criança e Adolescente
Compromisso Transversal	Órgão
Ampliar e articular a rede de serviços voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco referenciados aos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - Creas e Centros de Referência de Assistência Social - Cras para contribuir com o cumprimento das legislações específicas a este segmento	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS
Programa	REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Programa	Proteção Social
Compromisso Transversal	**Órgão**
Ampliar a proteção integral a famílias e indivíduos com vínculos fragilizados ou rompidos	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Programa	Turismo Sustentável
Compromisso Transversal	**Órgão**
Fortalecer áreas turísticas garantindo a infraestrutura urbana e a requalificação de espaços e equipamentos, potencializando a cultura e o turismo do Estado	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Estruturar, desenvolver e fortalecer segmentos e serviços da cadeia produtiva do turismo, que encontram na Bahia as bases necessárias para a sua transformação de potencial em produto efetivo, incluindo a população local na geração de riqueza, elevando a qualidade do turismo no Estado	Secretaria de Turismo
Ampliar o fluxo turístico, promovendo e divulgando o Destino Bahia, desenvolvendo novos produtos, segmentos e serviços turísticos	Secretaria de Turismo
Diversificar e qualificar os destinos turísticos visando aumentar a competitividade do Estado, garantindo a prática de um modelo de desenvolvimento sustentável	Secretaria de Turismo

Programa	Copa 2014
Compromisso Transversal	**Órgão**
Investir em infraestrutura turística e melhoria da qualidade da prestação de serviços, de forma a fortalecer a Bahia como pólo de atração turística	Secretaria de Turismo

Programa	Economia Criativa
Compromisso Transversal	**Órgão**
Fortalecer os negócios culturais na Bahia e profissionalizar as entidades e agentes que operam nas cadeias produtivas da cultura por meio da formação e da qualificação na área cultural	Secretaria de Cultura

Programa	Desenvolvimento Cultural
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover e democratizar a cultura no Estado, com o aumento da oferta e consumo cultural, por meio da dinamização da programação artístico-cultural	Secretaria de Cultura
Preservar a memória e o patrimônio cultural baiano, propiciando o acesso ao conhecimento da história e incentivando o turismo no Estado	Secretaria de Cultura

ÁREA TEMÁTICA
CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO

A ampliação da demanda mundial por alimentos e agrocombustíveis, provocada pelo aumento da população global e pelo crescimento econômico dos países emergentes, irá influenciar diretamente a produção agropecuária. Estima-se que para atender a este consumo crescente, a produção de alimentos terá de dobrar até 2050 [1].

Tem-se a perspectiva de que aproximadamente 20% do aumento dessa oferta serão oriundos da maior mobilização de terras destinadas à produção e 10% da elevação do volume das safras agrícolas. Os 70% restantes resultarão da maior eficiência gerada pelo uso de tecnologia[2]. O novo padrão produtivo será baseado no uso intensivo de biotecnologia e em tecnologias sustentáveis.

Nesse contexto, destacar-se-á o papel da agricultura ambiental e socialmente correta. O setor buscará a ecoeficiência a partir da valorização das tecnologias limpas, uso racional de recursos, valorização de subprodutos, minimização de impactos socioambientais e uso de materiais biodegradáveis.

A expectativa quanto à demanda mundial por alimentos e agrocombustíveis, as dificuldades de reposição de estoques mundiais de cereais e o intenso processo de urbanização criarão condições favoráveis aos países que têm significativo potencial de produção e tecnologia disponível, como o Brasil. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o país conta com 381 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 101 milhões ainda não foram explorados[3]. Esta disponibilidade de recursos naturais poderá ser um importante fator de competitividade.

O país elevará sua participação na oferta mundial de produtos agropecuários e agrocombustíveis, com o natural

1 GREEN, R. E.; CORNELL, J. P; SCHARLEMANN, W. Farming and the fate of wild nature. In: Science, n. 307. Balmford. 2005.

2 SIMMONS, J. 2009. Technology's role in the 21st century: food economics and consumer choice. Elanco Animal Health, Greenfield, IN.

3 LOURENÇO, J.C.: Agronegócio brasileiro: projeções de crescimento e entraves de infra-estrutura logística. In: Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 119, 2009.

aumento das exportações. Some-se que a tendência de crescimento da economia brasileira resultante deste processo poderá estimular a demanda interna, culminando numa dupla pressão sobre a produção nacional.

Nesse contexto, vislumbra-se a oportunidade de crescimento para as cadeias produtivas do agronegócio baiano. Para tanto, faz-se necessária a modernização e o desenvolvimento deste segmento, com a consequente elevação de sua capacidade produtiva. Dentre outras medidas, ressalta-se a importância da utilização de novas tecnologias e de práticas sustentáveis, da promoção de produtos e acesso a novos mercados, do fortalecimento da segurança sanitária e do estímulo a novos polos de produtos tradicionais e com potencial de mercado.

A Bahia possui uma atividade agropecuária forte, diversificada e com grande participação na economia estadual, tanto por contribuir com parcela significativa do seu PIB (24%), como por ser um setor de uso intensivo de força de trabalho. Ocupa uma área de 29 milhões de hectares, dos quais 12 milhões com pastagens, nove milhões com matas naturais, seis milhões com lavouras diversas e dois milhões com áreas agricultáveis ainda disponíveis [4].

Pode-se observar o desempenho positivo da economia agrícola baiana a partir dos resultados do PIB do agronegócio, cujo crescimento acumulado, entre 2002 e 2009, foi de cerca de 30%, saindo de 23,8 bilhões para R$ 30,8 bilhões (Tabela 1). Analisado apenas o período entre 2007 e 2009, vê-se que o crescimento real do complexo do agronegócio foi maior do que o do PIB da Bahia: 7,71% contra 6,58%, respectivamente.

Some-se que, somente em 2009, foram gerados 197 mil empregos com carteira assinada[5], o que contribuiu significativamente para a criação de postos de trabalho no interior do estado. Além disto, a participação do referido segmento na balança comercial do estado foi de 33% (em média) das exportações totais nos últimos dez anos.

Tabela 1 — Evolução do PIB da Agropecuária Baiana, 2002 a 2009

ANO	PIB em R$ bi	Crescimento acumulado
2002	23,8	0
2003	23,5	-0,94
2004	26,2	10,04
2005	25,9	8,87
2006	26,8	12,63
2007	28,6	20,44
2008	30,3	27,41
2009	30,8	29,72

Fonte: FIPE, 2010 [6].

Apesar do dinamismo já alcançado, devem ser criadas condições para o contínuo e progressivo desenvolvimento das cadeias produtivas da agropecuária baiana, de modo que estas possam beneficiar-se do cenário internacional favorável. Isto significa modernizar e desenvolver o setor frente aos exigentes padrões mundiais de produção, qualidade e certificação, bem como às barreiras comerciais sanitárias, sociais e ambientais cada vez mais elevadas.

O desafio será fazê-lo de modo sustentável, ou seja, ecologicamente correto, socialmente responsável e economicamente viável, com o incentivo a práticas sustentáveis de manejo do solo e da água, a utilização de fontes renováveis de energia no campo, emprego de variedades selecionadas de maior produtividade, reciclagem de resíduos, uso responsável de defensivos agrícolas e fomento à agricultura orgânica.

A adoção de novas tecnologias terá papel essencial no aumento da produção, produtividade e qualidade dos bens da agropecuária. Para tanto, devem-se aportar esforços em pesquisa e difusão de conhecimentos nas mais diversas instituições do setor, como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA).

Adicionalmente, com o intuito de obter centros de informações e de conhecimentos de forma descentralizada para o setor, em todos os Territórios de Identidade do estado da Bahia, será criado o Sistema de Atendimento ao Produtor –

4 Censo Agropecuário 2005/2006 - IBGE, 2009.

5 Planejamento Estratégico da Agropecuária Baiana – SEAGRI/BA, 2010.

6 Nível de Atividade do Agronegócio no Estado da Bahia – FIPE, 2010.

SAP. Este oferecerá informações para todos os aspectos das cadeias produtivas do segmento, concatenando os vários processos e instituições, assumindo as funções de identificação de potencialidades da produção agropecuária.

É necessário, ainda, estimular a introdução de novas atividades com potencial de mercado e em conformidade com as condições edafoclimáticas do estado, a exemplo da aquicultura, da produção de cachaça orgânica e do cultivo de flores ornamentais, sem esquecer, bem entendido, o desenvolvimento de novos polos de produtos tradicionais.

Para a expansão da atividade é imprescindível, entretanto, elevar o perímetro irrigado estadual, haja vista que a Bahia possui 58% de sua área inserida na porção semiárida do país. O estado possui áreas irrigáveis de 1,6 milhão de hectares, das quais apenas 22%, ou 350 mil, são explorados. A convivência produtiva com as secas exige a viabilização de projetos de irrigação como os de Baixio de Irecê e Salitre.

Dada a acirrada concorrência nacional e internacional, ampliar o mercado consumidor dos produtos agropecuários baianos e agrocombustíveis implica promover uma série de ações, entre as quais elevar o número de certificações de qualidade, implantar laboratórios regionais de Qualidade e Biotecnologia, implementar o Selo de Qualidade Bahia e marcas Bahia, melhorar a rede de distribuição através de centros de comercialização regionais, com modernas instalações, anunciar os produtos em eventos nacionais e internacionais e divulgar os produtos em campanhas publicitárias.

Para a inserção competitiva dos produtos agropecuários baianos nos mercados nacional e internacional, dadas as exigências sanitárias cada vez maiores, é necessário, ainda, assegurar sua qualidade fitossanitária. Isto se dá, notadamente, com a prevenção, controle e erradicação de pragas e enfermidades e com o controle rígido sobre o trânsito de produtos. Nessa perspectiva, para garantir a competitividade do segmento, é estratégica a consolidação do Sistema Estadual de Defesa Agropecuária e do Sistema de Vigilância Sanitária.

Além disso, é fundamental a maior profissionalização das cadeias produtivas do agronegócio baiano, principalmente através da formação de redes de cooperação entre o setor e seus fornecedores de bens e serviços, de modo a diminuir os custos de transação e de produção e elevar a eficiência. O fortalecimento dos elos das cadeias será resultado também da ação das Câmaras Setoriais no Estado, importante instrumento de política agrícola.

Diante do que foi exposto, observa-se, ainda, a necessidade de solucionar os graves problemas de logística e de infraestrutura que limitam a capacidade de crescimento do setor. Dentre as principais demandas nestas áreas estão: restauração da malha rodoviária estadual, ampliação das estradas vicinais, ampliação e restauração da malha ferroviária existente, criação de novos complexos logísticos com articulação de modais de transporte, ampliação e modernização do complexo portuário da Baía de Todos os Santos, recuperação da hidrovia do São Francisco e a revitalização da bacia do rio São Francisco, além da construção da Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) e do complexo Porto Sul. A não-realização dos investimentos necessários poderá se refletir em perda de competitividade internacional.

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO**
Programa	**DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA EMPRESARIAL**

Ementa

Desenvolver e modernizar a agropecuária baiana com o uso de práticas sustentáveis e novas tecnologias, bem como promover seus produtos nos mercados nacionais e internacionais

Recursos do Programa **R$ 102.507.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Área irrigada no Estado	ha	2006	352.000,00	387.200,00
Incremento ao PIB do Agronegócio no PIB Estadual	R$ 1 milhão	2009	30.880,00	38.290,00
Expansão da Produção da Aquicultura nas Áreas Marinhas	t	2009	6.023,10	12.046,00

Compromisso	Ampliar a área irrigada do Estado, objetivando o aumento da produtividade por meio da otimização do uso do solo e da água
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Ampliar em 564 ha a área pública irrigada do Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Jacuípe	174	ha	Semiárido Nordeste II	390	ha

Entrega/Iniciativa

- Implantação de projetos de irrigação
- Reabilitação de perímetros de irrigação
- Reabilitação de áreas de projetos de irrigação
- Realização de obras de infraestrutura para a ampliação da área irrigada
- Capacitação de agricultores para aplicação de técnicas de irrigação e drenagem
- Promoção de melhorias na gestão dos projetos de irrigação
- Capacitação de mão de obra para agricultura irrigada
- Difusão de tecnologias para maior otimização da agricultura irrigada
- Transferência da gestão de perímetros públicos de irrigação, economicamente viáveis às organizações de produtores
- Atualização do Plano Estadual de Irrigação

Compromisso	Promover o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis na agropecuária, a expansão das novas fronteiras e a inserção dos produtos agropecuários baianos nos mercados nacional e internacional
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Aumentar a produção agropecuária em 2,5% ao ano

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	2,5	% ano

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO
Programa	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA EMPRESARIAL

Entrega/Iniciativa
Implantação e ampliação da área cultivada com atividades ambientalmente sustentáveis
Modernização das instalações para comercialização e promoção de eventos agropecuários
Implementação de programa de melhoramento genético de animais
Apoio ao desenvolvimento de pesquisas e difusão de conhecimentos e tecnologias
Articulação para o acesso ao crédito rural
Articulação para melhoria do sistema de infraestrutura logística
Fortalecimento das câmaras setoriais como instrumento de política agrícola
Criação de centros de informação e conhecimento (Sistema de Atendimento ao Produtor – SAP)
Apoio para obtenção da certificação dos produtos e desenvolvimento de marketing

Compromisso	Disponibilizar linhas de financiamento de crédito produtivo destinadas a apoiar a modernização da agricultura e a ampliação de empreendimentos agropecuários
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda

Meta	Ampliar em 70 % a aferta de crédito para modernização da agricultura	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	70	%

Meta	Ampliar em 80 % a oferta de crédito para empreendimentos agropecuários	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80	%

Entrega/Iniciativa
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas a apoiar a modernização da agricultura
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas a apoiar ampliação de empreendedores agropecuários

Compromisso	Promover a agroindustrialização dos produtos da agropecuária baiana
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Meta	Ampliar em 14% a produção agroindustrial do Estado	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	14	%

Entrega/Iniciativa
Apoio à implantação de agroinvestimentos no Estado
Incentivo à formação de pólos agroindustriais
Certificação dos produtos da Bahia Selo de Qualidade Bahia e Marcas da Bahia
Promoção dos principais produtos agrícolas baianos nos mercados local, nacional e internacional
Promoção de capacitação gerencial para pequenos e médios agroindustriais e cooperativas
Realização de plano de oportunidade em agroinvestimentos para o Estado
Estudo dos perfis agroindustriais com mapeamento das possibilidades de implantação das agroindústrias voltadas para as cadeias produtivas do Estado

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO
Programa	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA EMPRESARIAL

Entrega/Iniciativa
Publicação de estudos para orientação de agroinvestimentos
Publicação e distribuição de material promocional da agropecuária

Compromisso	Promover o desenvolvimento empresarial dos produtos da aquicultura e pesca
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Meta	Produzir 60 mil t de pescado	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	60.000	t

Entrega/Iniciativa
Implantação de terminal pesqueiro público
Apoiar os projetos empresariais de captura e cultivo de espécies marinhas

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Logística Integrada de Transporte
Compromisso Transversal	Órgão
Expandir, recuperar e manter a malha rodoviária estadual, promovendo uma maior integração das rodovias e produzindo caminhos mais racionais e eficientes	Secretaria de Infraestrutura
Expandir e recuperar os terminais hidroviários, rodoviários e aeroviário, aumentando a competitividade da produção baiana e melhorando a mobilidade de pessoas	Secretaria de Infraestrutura
Planejar o atendimento das demandas futuras nos diversos modais, de forma a identificar e viabilizar os principais investimentos necessários em infraestrutura de logística de transportes	Secretaria de Infraestrutura
Elaborar estudos para integração do transporte hidroviário com o rodoviário, ferroviário e aeroviário visando o escoamento da produção e transporte de passageiros	Secretaria de Infraestrutura
Promover as atividades portuárias e navais para fomentar o desenvolvimento sustentável e a desconcentração das atividades econômicas	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Programa	Energia para o Desenvolvimento
Compromisso Transversal	Órgão
Promover a oferta de energia elétrica, em quantidade e qualidade adequadas ao suprimento de consumidores e/ou potenciais consumidores, buscando o desenvolvimento socioeconômico do Estado	Secretaria de Infraestrutura

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação
Compromisso Transversal	Órgão
Realizar ações de pesquisa que possibilitem a utilização de métodos mais precisos de diagnóstico de doenças e pragas e de análises físico-químicas de alimentos e de contaminantes	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO**
Programa	**BAHIA SEGURA: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO**

Ementa

Consolidar o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária e o Sistema de Vigilância Sanitária com o intuito promover a maior competitividade dos produtos de origem animal e vegetal nos mercados nacional e internacional, bem como assegurar a saúde do consumidor

Recursos do Programa **R$ 72.108.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividade Agrícola com Cobertura de Vigilância Sanitária	%	2011	60,00	100,00
Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividades Agrícolas	Nº índice	2011	100,00	150,00
Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividade Pecuária com Cobertura de Vigilância Sanitária	%	2011	50,00	90,00
Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividades Pecuárias	Nº índice	2011	100,00	110,00
Percentual de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Estadual	Nº índice	2011	100,00	120,00

Compromisso	Garantir a segurança sanitária necessária para o desenvolvimento sustentável da produção e comercialização da agropecuária baiana
Órgão Responsável	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Meta	Atingir a vigilância sanitária em 100% das propriedades cadastradas com atividade agrícola

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	243	Unid	Piemonte do Paraguaçu	01	Unid
Velho Chico	513	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Chapada Diamantina	144	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	06	Unid
Sisal	05	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Litoral Sul	04	Unid	Vitória da Conquista	30	Unid
Baixo Sul	07	Unid	Recôncavo	228	Unid
Extremo Sul	123	Unid	Médio Rio de Contas	04	Unid
Vale do Jiquiriçá	261	Unid	Bacia do Rio Corrente	10	Unid
Sertão do São Francisco	527	Unid	Itaparica	104	Unid
Bacia do Rio Grande	68	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	05	Unid
Sertão Produtivo	575	Unid			

Meta	Ampliar em 50% o cadastro das propriedades com atividades agrícolas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	1.430	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO
Programa	BAHIA SEGURA: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO

Meta	Promover a vigilância sanitária em 90% das propriedades cadastradas com atividade pecuária	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	228.807	Unid

Meta	Ampliar em 10% o cadastro das propriedades com atividades pecuárias	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	25.423	Unid

Meta	Atingir o controle de 100% dos produtos elaborados em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Estadual	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	400.000	t

Entrega/Iniciativa
Controle e fiscalização do trânsito de animais e vegetais e dos eventos agropecuários
Realização de campanha de vacinação animal, atendendo as normas internacionais de saúde animal
Intensificação do Sistema de Vigilância Epidemiológica e Análise de Risco
Inspeção e fiscalização de estabelecimentos industriais de produtos de origem animal
Controle e fiscalização do trânsito de produtos de origem animal
Controle do uso de agrotóxicos
Implantação do projeto piloto para adesão ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa
Realização de auditoria de defesa sanitária vegetal e animal
Realização de ações de educação sanitária na área de defesa sanitária vegetal e animal
Realização de ações de educação sanitária na área de inspeção de produtos de origem animal
Incremento da adesão de estabelecimentos ao Sistema Brasileiro de Inspeção - Sisbi de produtos de origem animal
Capacitação de técnicos em inspeção e defesa sanitária animal e vegetal

Compromisso	Oferecer a infraestrutura adequada para garantir a segurança no consumo de gêneros alimentícios comercializados em mercados municipais
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Construir 21 mercados municipais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Velho Chico	01	Unid	Bacia do Rio Grande	01	Unid
Chapada Diamantina	01	Unid	Sertão Produtivo	01	Unid
Sisal	01	Unid	Piemonte do Paraguaçu	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Bacia do Jacuípe	01	Unid
Baixo Sul	01	Unid	Semiárido Nordeste II	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Vale do Jiquiriçá	01	Unid	Recôncavo	01	Unid
Sertão do São Francisco	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO
Programa	BAHIA SEGURA: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Rio Corrente	01	Unid	Costa do Descobrimento	01	Unid
Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid			

Entrega/Iniciativa
Construção de mercados

Compromisso	Assegurar as condições adequadas de qualidade metrológica e segurança alimentar nas relações de consumo, contribuindo para a minimização dos riscos sanitários
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Verificar instrumentos de medição em feiras e mercados de 54 cidades

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	02	Unid	Bacia do Jacuípe	02	Unid
Velho Chico	02	Unid	Piemonte da Diamantina	02	Unid
Chapada Diamantina	02	Unid	Semiárido Nordeste II	02	Unid
Sisal	02	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	02	Unid
Litoral Sul	02	Unid	Portal do Sertão	02	Unid
Baixo Sul	02	Unid	Vitória da Conquista	02	Unid
Extremo Sul	02	Unid	Recôncavo	02	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	02	Unid	Médio Rio de Contas	02	Unid
Vale do Jiquiriçá	02	Unid	Bacia do Rio Corrente	02	Unid
Sertão do São Francisco	02	Unid	Itaparica	02	Unid
Bacia do Rio Grande	02	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	02	Unid
Bacia do Paramirim	02	Unid	Metropolitano de Salvador	02	Unid
Sertão Produtivo	02	Unid	Costa do Descobrimento	02	Unid
Piemonte do Paraguaçu	02	Unid			

Entrega/Iniciativa
Regularização metrológica

ÁREA TEMÁTICA
TURISMO

O turismo é uma atividade que se desenvolve consistentemente no mundo inteiro. Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), entre 2000 e 2008 as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano e alcançaram o total de 935 milhões de turistas em 2010, gerando uma renda de aproximadamente US$ 919 bilhões. [1]

Estudos sobre a perspectiva do turismo no atual momento da economia mundial consideram que, apesar das oscilações, as taxas de crescimento se manterão no médio e longo prazo.[2] O Relatório Deloitte *Hospitality 2015* considera a entrada de novos consumidores, oriundos do crescimento da classe média em mercados emergentes e alimentadores como China e Índia, e indica a necessidade de se realizarem maiores investimentos em pesquisa para conhecer os desejos e necessidades desses consumidores, de forma a melhor fundamentar as políticas de fomento.[3]

No Brasil, o turismo é uma das atividades que mais contribuem para o desenvolvimento econômico e social. Os dados disponíveis apontam um crescimento constante nos desembarques internacionais (de 6.510.953 em 2009 para 7.633.263 em 2010, um crescimento de 21,37%) e nos desembarques domésticos (de 56.024.144 em 2009 para 68.258.268 em 2010, crescimento de 21,84%), embora a receita cambial apresente déficits contínuos, mercê da valorização do real, isso contribui para o aumento das viagens de brasileiros para o exterior. [4]

No cenário nacional, a Bahia está bem posicionada, não só por conta das suas belezas naturais, mas, também, pela sua forte vocação cultural, criatividade e significativa produção nas áreas de música, teatro, audiovisual e dança. O turismo cultural pode se tornar um vetor de desenvolvimento significativo, principalmente nas vertentes étnica e religiosa.

A Bahia se destaca, adicionalmente, por ter um grande e variado estoque de recursos naturais favoráveis às práticas

1 Em http://media.unwto.org/en/press-release/2011-05-11/international-tourism-first-results-2011-confirm-consolidation-growth acessado em 12/07/2011.

2 Tourism 2020 Vision – OMT em http://www.unwto.org/facts/eng/vision.htm acessado em 03/08/2011.

3 Em www.deloitte.co.uk/hospitality2015 acessado em 03/08/2011-Hospitality 2015.

4 Em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/ acessado em 12/07/2011: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estudos e Pesquisas.

recreativas do lazer náutico, que podem revelar grande potencial econômico para o estado. Entre outras características importantes, o turista náutico possui poder aquisitivo elevado e gasta, em média, cinco vezes mais que um turista convencional. O destaque para o segmento é o Plano Estratégico do Turismo Náutico na Bahia de Todos os Santos, com ações focadas em novos investimentos em serviços: construção de marinas, implantação de estações náuticas, escolas e centros de prática para mergulho, windsurf e remo. As regatas internacionais são outro nicho de atuação no turismo náutico significativo para a Bahia.

Em 2008, a receita turística do fluxo internacional na Bahia foi de R$ 779,8 milhões, enquanto a do fluxo doméstico, nacional e local, atingiu R$ 4,288 bilhões [5]. O Governo do Estado vem desenvolvendo o Destino Bahia no mercado internacional, diversificando a oferta turística, com foco na exclusividade, hospitalidade, diversidade natural e cultural, como as festas populares, a música etc., viabilizando economias locais, resgatando formas de cultura e seus valores intangíveis, estimulando a participação das comunidades. As ações de promoção internacional priorizam os principais emissores de fluxo, segundo pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2008-2009): EUA, França, Itália, Portugal, Alemanha, Espanha, Argentina, Inglaterra, Chile e Suíça. [6]

A mesma pesquisa identificou que, dentre as 13 Zonas Turísticas (ZT) do estado, a Baía de Todos os Santos e a Costa do Descobrimento concentram 45,9% do fluxo turístico doméstico, sendo que Salvador atrai 28,8% do fluxo e Porto Seguro responde por 10,8% do total.

Outro dado importante revelado pela pesquisa referese à motivação da viagem, com 37,2% relacionados ao lazer e aos atrativos naturais (82,2%). O patrimônio cultural representa apenas 5% do interesse, revelando a necessidade de maiores investimentos em atrativos culturais. Na avaliação do destino turístico visitado, concentraram avaliações negativas a limpeza pública, o terminal rodoviário, segurança pública e sinalização urbano-turística. Na avaliação específica do Carnaval, embora não predominantes, obtiveram avaliações negativas a higiene/limpeza dos alimentos e bebidas e os espaços dos eventos.

Para finalizar, destacam-se a pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo, através do Instituto Vox Populi [7], na qual a Bahia aparece como o destino turístico preferencial dos brasileiros, e as matérias publicadas no New York Times [8] e no The Guardian [9] , nas quais a Bahia é indicada como um dos destinos que deveriam ser visitados em 2010. Mais do que um diagnóstico positivo, estas informações demonstram o enorme potencial turístico do nosso Estado.

Estima-se que a participação do turismo no PIB estadual pode chegar a 6% (base 2005) [10]. Desde 2007, a política de turismo implantada na Bahia visa ampliar esta participação. Ela se baseia em três eixos: qualidade, inovação e integração econômica, considerando a diversidade cultural nos diversos territórios do estado e buscando a convergência com o meio ambiente, visando à sustentabilidade do turismo como atividade econômica.

O eixo da qualidade exige a melhoria dos serviços turísticos. A mão-de-obra disponível para atividades relacionadas ao turismo, como restaurantes e hotelaria, apresenta baixa escolaridade e qualificação. Além disso, predomina a informalidade, a baixa remuneração dos profissionais com formação superior e baixo investimento privado na formação dos seus funcionários. Outro grande desafio neste eixo é a atração e qualificação do fluxo de turistas e a capacitação empresarial dos serviços turísticos. Deve-se focar na atração de investimentos em hotéis mais sofisticados, marinas e campos de golfe, entre outros. Por sua vez, a formação de gestores de turismo visa capacitar empresários em novas ferramentas de gestão, de modo a gerar a sustenta-

5 Caracterização e Dimensionamento do Turismo Receptivo na Bahia – 2008. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Disponível em http://www.setur.ba.gov.br/. Acessado em 12/07/2011.

6 Caracterização e Dimensionamento do Turismo Receptivo na Bahia. Disponível em www.setur.ba.gov.br/indicadores.

7 Secretaria do Turismo do Estado da Bahia, 2011.

8 Em http://travel.nytimes.com/2010/01/10/travel/10places.html?pagewanted=all Acessado em 12/07/2011. Ver ainda

9 http://www.guardian.co.uk/travel/gallery/2007/feb/16/top10.beach Acessado em 12/07/2011

10 Em http://www.abihbahia.org.br/associacao-brasileira-da-industria-de-hoteis-da-bahia/dicas-e-informacoes/index.php?id=742. Acesso em 12/07/2011

bilidade da sua atividade e a qualidade dos serviços oferecidos. O objetivo dessas ações é elevar a taxa de permanência, o índice de gasto médio e a satisfação do turista, gerando efeito multiplicador na economia baiana.

No eixo da Inovação, o desafio é desenvolver novos produtos. A promoção de eventos especiais minimiza os efeitos da sazonalidade na baixa estação. A elaboração de novos roteiros busca a interiorização e a oferta de roteiros segmentados por categorias, para o atendimento à demanda por interesses específicos (históricos, esportivos, melhor idade, etc.). O apoio às festas populares apresenta-se como ação voltada para valorizar nossa diversidade cultural e ofertar novas opções para o turista, em alternativa ao segmento de *sol e praia*.

O último eixo, o de Integração do produto turístico à economia baiana, visa desenvolver ações para a interligação dos grandes parques hoteleiros com as economias das regiões nas quais estão localizados, por meio da ampliação da produção de insumos e materiais antes importados dos grandes centros. O desafio está em desenvolver ações que estruturem uma rede produtiva nas zonas turísticas e no entorno dos parques hoteleiros, de forma a gerar o fornecimento de recursos humanos na construção, manutenção e operação e na oferta local de produtos como materiais para construção, móveis e decoração e cestas de consumo (alimentos, artesanato e outros itens regionais) para os empreendimentos turísticos.

Grandes parques hoteleiros, a exemplo de Porto Seguro, estão desconectados da economia das regiões em que estão inseridos, importando quase todos os itens que precisam. Assim, é necessário incentivar a produção associada ao turismo e o desenvolvimento de negócios, com a intermediação de produtos nos principais polos comerciais, diversificando a oferta turística e internalizando os benefícios econômicos para a Bahia.

A integração exige ainda a requalificação das áreas de interesse cultural e turístico, com a criação de circuitos temáticos e implantação de novos equipamentos, a recuperação de edificações com valor histórico e cultural e inserção de alternativas multimodais de locomoção (ciclovias, bonde elétrico, barcos etc.), em áreas de identidade histórica, cultural e paisagística na capital e no interior do Estado, potencializando vocações preexistentes e desenvolvendo novos vetores. Exemplo disso é a necessidade de expansão da malha rodoviária na região das Rotas Turísticas e Circuito do Ouro e Diamante na Chapada Diamantina, favorecendo a atividade turística na região.

Esta integração regional do turismo somente ocorrerá com o aumento dos investimentos na ampliação e melhoria das vias de acesso às regiões tradicionalmente já visitadas, bem como a novas localidades potencialmente vocacionadas para a atividade turística, mas ainda pouco exploradas pela ausência de infraestrutura adequada.

O suporte logístico à atividade turística beneficia também o turismo de negócios, não somente na Capital, mas também nas cidades de porte médio do interior. Em centros como Camaçari ou Luís Eduardo Magalhães, a movimentação de representantes de companhias de comércio exterior e de empresas fornecedoras de máquinas, equipamentos e serviços é constante. Além de estimular o desenvolvimento da rede hoteleira do interior do estado, o turismo de negócios também tem efeitos positivos sobre outras atividades como restaurantes, comércio e serviços de transporte.

No próximo quadriênio, a realização de grandes eventos como a Copa das Confederações, Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos coloca-se como importante oportunidade para a ampliação da visibilidade e consolidação da Bahia como destino turístico, já que se trata dos maiores eventos esportivos do mundo, com forte apelo midiático e significativa capacidade de geração de emprego e renda para os setores envolvidos em sua realização. A ação do Estado deve se voltar para a qualificação do destino, maximizando as oportunidades derivadas destes eventos, aproveitando as linhas de crédito disponibilizadas para o financiamento de ações estruturantes. O legado de infraestrutura, mobilidade urbana, qualificação profissional e promoção internacional impulsionará o fluxo turístico e de investimentos no setor por um longo período.

Salvador deverá receber cerca de 3,6 milhões de turistas em 2014. Nos meses de junho e julho, a capital baia-

na deverá registrar um fluxo de mais de 700 mil turistas, sendo 400 mil no mês de junho, o que significa um acréscimo de mais de 100% em relação às projeções feitas para o mesmo período num ano normal, e 300 mil no mês de julho, equivalente a um incremento de 15% das projeções, para o mesmo mês, sem a realização do evento esportivo [11].

O Plano Diretor da Copa 2014 na Bahia (PDC), desenvolvido em parceria com a Secretaria do Planejamento, foi elaborado com o principal objetivo de delinear as ações e projetos do Governo, coordenando as entidades envolvidas na organização e realização das competições (Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014). A implementação do PDC está organizada em quatro pilares: a) Modelo de Gestão, b) Plano de Comunicação, c) Portfólio de Projetos e Ações Prioritárias, d) Plano de Legados e Responsabilidade socioambiental. Serão desenvolvidas, ainda, ações de requalificação de vias, transformando-as em rotas acessíveis para pedestres e veículos não motorizados no entorno do Dique do Tororó, articulando a Arena aos estacionamentos, à área do Comércio, ao porto e à estação do metrô. Somam-se a essas ações a implantação de sistema de microacessibilidade através de viadutos, adequações viárias, passarelas, sinalização, iluminação pública e paisagismo no entorno dos centros oficiais de treinamento.

Será, finalmente, promovida a incorporação da função ecoesportiva no Parque Metropolitano de Pituaçu, transformando-o em local de realização de competições e centro de treinamento de atletas para as Olimpíadas de 2016, com sua recuperação e implantação de equipamentos de padrão olímpico.

11 Em http://www.setur.ba.gov.br/2011/07/23/salvador-deve-receber-700-mil-visitantes-na-copa-e-estado-aposta-no-mercado-sul-americano/. Acessado em 12/07/2011.

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**TURISMO SUSTENTÁVEL**

Ementa

Diversificar os destinos e os produtos turísticos baianos e fomentar a qualificação e capacitação de pessoas promovendo a Bahia no mercado nacional e internacional

Recursos do Programa **R$ 391.922.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Fluxo de Turistas Visitando a Bahia	Pessoa	2008	9.052.000	11.343.816
Receita Gerada pelo Fluxo Turístico	R$ milhões	2008	5.069,12	9.704,57

Compromisso	Fortalecer áreas turísticas garantindo a infraestrutura urbana e a requalificação de espaços e equipamentos, potencializando a cultura e o turismo do Estado
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Requalificar 02 espaços turísticos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Recôncavo	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Implantar 02 circuitos temáticos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Requalificar 01 orla marítima

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Realizar obras de restruturação urbanística nos bairros da Barra e Rio Vermelho e de reestruturação urbanístico-paisagística das avenidas Paralela, Bonocô, Juracy Magalhães, Garibaldi e Antônio Carlos Magalhães, perfazendo uma área de intervenção total de 144 ha

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	144	ha

Entrega/Iniciativa
Requalificação de orlas marítimas
Requalificação turística da Península de Itapagipe
Requalificação da orla fluvial de Juazeiro
Urbanização de espaço turístico
Implantação de estruturas marítimas atracadouro, pontes, terminais
Implantação de projetos urbanísticos em circuitos temáticos
Execução de obras de reestruturação urbanística
Incentivo à criação de espaços culturais

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**TURISMO SUSTENTÁVEL**

Compromisso	Diversificar e qualificar os destinos turísticos visando aumentar a competitividade do Estado, garantindo a prática de um modelo de desenvolvimento sustentável
Órgão Responsável	Secretaria de Turismo
Meta	Recuperar, requalificar e implantar 61 equipamentos de infraestrutura turística

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	01	Unid	Recôncavo	17	Unid
Baixo Sul	12	Unid	Metropolitano de Salvador	30	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid			

Meta	Qualificar 20 mil profissionais e empresários	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20.000	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Definição do marco regulatório do Turismo
Elaboração de estudos, projetos, pesquisas, diagnósticos e planos relacionados a atividade turística
Elaboração e execução dos planos de fortalecimento da gestão do turismo nos municípios e pólos turísticos
Elaboração e implantação do projeto do destino cultural e turístico da Baía de Todos os Santos
Urbanização e requalificação de orlas marítimas
Implantação de plano de gestão de resíduos sólidos em áreas turísticas
Implantação de estruturas de apoio ao turismo náutico
Implantação de sinalização turística marítima e terrestre
Requalificação de marinas
Implantação e requalificação de equipamentos turísticos
Capacitação e qualificação profissional do setor turístico
Implantação de centros e Serviço de Atendimento ao Turista
Recuperação e requalificação de praças, parques, jardins e feiras tradicionais
Construção de estacionamentos no pólo turístico Baía de Todos os Santos
Implantação e melhoria de terminais hidroviários
Pavimentação de vias e acessos em áreas turísticas
Implantação de equipamentos de acessibilidade em pólos turísticos para atender portadores de deficiência
Implantação de trem turístico-cultural Cachoeira-Santo Amaro
Recuperação e restauração de igrejas, mosteiros e conventos, museus, fortes e conjuntos arquitetônicos

Compromisso	Disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar os serviços turísticos do Estado, melhorando a qualidade da infraestrutura turística	
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda	
Meta	Ampliar em 13% a oferta de crédito para serviços turísticos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	13	%

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**TURISMO SUSTENTÁVEL**

Entrega/Iniciativa
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas a apoiar os serviços turísticos

Compromisso	Ampliar o fluxo turístico, promovendo e divulgando o Destino Bahia, desenvolvendo novos produtos, segmentos e serviços turísticos	
Órgão Responsável	Secretaria de Turismo	
Meta	Atrair cerca de 2,4 milhões de novos turistas para a Bahia	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	2,4	Milhão

Entrega/Iniciativa
Captação de eventos para o Destino Bahia
Realização de campanhas publicitárias e promocionais nacionais e internacionais
Divulgação da Bahia em feiras, congressos, workshops e eventos nacionais e internacionais
Realização de receptivo especializado para formadores de opinião e agentes de turismo
Realização, apoio e patrocínio a eventos e festas populares, para incremento do fluxo turístico e divulgação do destino Bahia
Realização de receptivos turísticos especiais em eventos locais, nacionais e internacionais

Compromisso	Estruturar, desenvolver e fortalecer segmentos e serviços da cadeia produtiva do turismo, que encontram na Bahia as bases necessárias para a sua transformação de potencial em produto efetivo, incluindo a população local na geração de riqueza, elevando a qualidade do turismo no Estado	
Órgão Responsável	Secretaria de Turismo	
Meta	estruturar 13 pólos turísticos	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	13	Unid

Entrega/Iniciativa
Estruturação e promoção dos principais segmentos turísticos
Elaboração de roteiros/guias dos segmentos turísticos
Desenvolvimento de novos produtos e serviços turísticos para inovação do Destino Bahia
Implantação do escritório internacional de capoeira e turismo no Forte de Santo Antônio
Implantação de escritórios para o serviço de intermediação de produtos associados ao turismo
Fomento ao turismo rural nas áreas turísticas
Implantação de núcleo com base de dados do turismo e da cultura

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Reabilitação do Centro Antigo de Salvador
Compromisso Transversal	**Órgão**
Incrementar o nível da atividade econômica no Centro Antigo de Salvador para atrair novos negócios, gerar maior renda e oportunidades de trabalho, além de ampliar a participação de mercado das micro e pequenas empresas existentes na região	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**TURISMO SUSTENTÁVEL**

Programa	Reabilitação do Centro Antigo de Salvador
Compromisso Transversal	**Órgão**
Recuperar a paisagem urbana da encosta do frontispício de Salvador e, concomitantemente revitalizar o bairro do Comércio e sua orla com o objetivo de dinamizar a área através da valorização do seu patrimônio material e simbólico, da promoção de serviços de qualidade para a população e do fomento a novos usos	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Promover o Centro Antigo de Salvador como sítio histórico-cultural, de convívio e integração entre moradores e visitantes para preservar a cultura e história locais, além de tornar a área amplamente divulgada, reconhecida e frequentada	Secretaria de Cultura
Estruturar o turismo cultural no Centro Antigo de Salvador e potencializar o uso dos espaços culturais existentes com vistas a preservá-los e valorizar a cultura local	Secretaria de Turismo

Programa	Copa 2014	
Compromisso Transversal		
Classificar a rede hoteleira baiana segundo os critérios do Sistema Oficial de Classificação dos Meios de Hospedagem		Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Programa	Economia Criativa	
Compromisso Transversal		
Ampliar a visibilidade da cultura baiana no Brasil e no exterior e inserir a Bahia em espaços de intercâmbio e cooperação cultural nacional e internacional		Secretaria de Cultura

Programa	Desenvolvimento Cultural	
Compromisso Transversal		
Preservar a memória e o patrimônio cultural baiano, propiciando o acesso ao conhecimento da história e incentivando o turismo no Estado		Secretaria de Cultura
Preservar a memória do artesanato na Bahia por meio da ampliação e modernização do acervo de peças e documentos do Centro de Estudos, Pesquisas e Preservação do Artesanato Baiano		Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Ampliar o acesso à cultura e ao entretenimento da população baiana por meio de equipamentos culturais modernizados e requalificados, inclusive com ampliação de novos espaços		Secretaria de Cultura
Fortalecer os carnavais culturais da Bahia e a economia da festa, garantindo a preservação das tradições, da diversidade, a inovação e o diálogo com a contemporaneidade		Secretaria de Cultura

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**COPA 2014**

Ementa

Maximizar as oportunidades derivadas da realização de grandes eventos desportivos mundiais no Brasil, quais sejam: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Copa América 2015 e Jogos Olímpicos 2016, como indutores da construção de legados para um Estado economicamente forte, socialmente justo e sustentável

Recursos do Programa **R$ 636.650.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Incremento do Número de Turistas Visitando a Bahia em Função da COPA 2014	Turista	2011	0	719.629

Compromisso	Assegurar que a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 ocorram com eficiência e de forma articulada com todos os entes federativos
Órgão Responsável	Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Meta	Execução de 100% das ações e projetos do Plano Diretor da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, na Bahia

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Estruturação do processo de gestão do Plano Diretor da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Implementação do Plano de Legados Sociais e Econômicos
Implantação de programa de sustentabilidade e certificação ambiental
Implementação do plano de marketing e eventos para Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Implementação do programa de qualificação, formação e certificação especializada
Implementação do Portal de Transparência Estadual da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Implementação do guia de orientação e operacionalização dos centros de treinamento de seleções e dos centros oficiais de treinamento
Implantação das estruturas temporárias de apoio à realização das competições nas áreas de concentração do evento
Estruturação do receptivo dos torcedores nos principais pontos de chegada

Compromisso	Disponibilizar linhas de financiamento destinadas à reconstrução do Estádio Octávio Mangabeira – Arena Fonte Nova, visando à realização dos jogos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda
Meta	Financiar a reconstrução do Estádio Octávio Mangabeira – Arena Fonte Nova

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas à reconstrução da Arena Fonte Nova

Compromisso	Urbanizar áreas e garantir o acesso a pedestres e veículos não motorizados ao Estádio Octávio Mangabeira – Arena Fonte Nova e aos centros oficiais de treinamento
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**COPA 2014**

Meta	Implantar 05 rotas acessíveis para pedestres	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	05	Unid

Meta	Requalificar 08 rotas de acesso aos centros oficiais de treinamento	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	08	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação de infraestrutura urbanística do entorno do Estádio Octávio Mangabeira – Arena Fonte Nova e dos centros oficiais de treinamento
Implantação de rotas acessíveis, sistema de microacessibilidade e passarelas

Compromisso	Promover a gestão integrada das ações de identificação e tratamento de riscos e situações emergenciais, considerando ocorrências de origem diversas, em especial eventos climáticos extremos, promovendo o atendimento tempestivo e efetivo à população, nas áreas de segurança, saúde, assistência social, bombeiros, defesa civil, dentre outras	
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura	
Meta	Elaboração de estudo e projeto para implantação do Centro Integrado de Emergências – Cige	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Implantação do Centro Integrado de Gestão de Emergências – Cige	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração do Plano de implantação do Centro Integrado de Gestão de Emergências – Cige
Implantação da infraestrutura física do Centro Integrado de Gestão de Emergências – Cige
Implantação da infraestrutura tecnológica, de informações e comunicação, do Centro Integrado de Gestão de Emergências – Cige
Capacitação de gestores e equipe técnica especializada
Operacionalização do Centro Integrado de Gestão de Emergências – Cige
Adequação às especificações do Plano Diretor da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Apoio aos munípios na implantação de planos locais de gestão de riscos e situações emergênciais
Articulação institucional com os diversos Poderes e esferas do Governo
Institucionalização e regulamentação da operacionalização do Centro Integrado de Gestão de Emergências

Compromisso	Implementar o Plano Mestre de Acessibilidade para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Órgão Responsável	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**COPA 2014**

Meta	Implementar o Plano Mestre de Acessibilidade para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Implementação do Plano Mestre de Acessibilidade para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Análise da acessibilidade de todos os projetos para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Elaboração de Planos Municipais de Acessibilidade para municípios sedes dos centros de treinamento de seleções: Salvador, Camaçari, Ilhéus, Mata de São João, Porto Seguro e São Francisco do Conde
Elaboração do projeto Shopping Acessível: Consumidor Cidadão
Articulação de ações de acessibilidade do plano emergencial do Centro Antigo
Implementação da acessibilidade na comunicação e material informativo relacionados à Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Qualificação em direitos de pessoas com deficiência para profissionais envolvidos diretamente com atendimento ao público

Compromisso	Investir em infraestrutura turística e melhoria da qualidade na prestação de serviços, de forma a fortalecer a Bahia como pólo de atração turística
Órgão Responsável	Secretaria de Turismo
Meta	Implantar 12 parques de torcedores

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	01	Unid	Itaparica	01	Unid
Litoral Sul	01	Unid	Metropolitano de Salvador	09	Unid

Meta	Implantar um centro de imprensa especializada	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Melhorar em 50% o grau de satisfação do turista na sua estada	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	50	%

Entrega/Iniciativa
Programa de capacitação profissional e empresarial para o turismo
Realização de ações e campanhas promocionais do Destino Bahia
Ampliação dos serviços de atendimento e informações ao turista
Ampliação do programa de guias e monitores de turismo
Implantação de receptivos específicos
Implantação dos parques de torcedores

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**COPA 2014**

Compromisso	Classificar a rede hoteleira baiana segundo os critérios do Sistema Oficial de Classificação dos Meios de Hospedagem
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Classificar 350 meios de hospedagem no Estado

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	05	Unid	Chapada Diamantina	08	Unid
Velho Chico	08	Unid	Sisal	02	Unid
Litoral Sul	20	Unid	Semiárido Nordeste II	02	Unid
Baixo Sul	05	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	05	Unid
Extremo Sul	10	Unid	Portal do Sertão	08	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	02	Unid	Vitória da Conquista	05	Unid
Vale do Jiquiriçá	09	Unid	Recôncavo	10	Unid
Sertão do São Francisco	08	Unid	Médio Rio de Contas	05	Unid
Bacia do Rio Grande	05	Unid	Bacia do Rio Corrente	09	Unid
Bacia do Paramirim	03	Unid	Itaparica	09	Unid
Sertão Produtivo	07	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	03	Unid
Piemonte do Paraguaçu	04	Unid	Metropolitano de Salvador	181	Unid
Bacia do Jacuípe	05	Unid	Costa do Descobrimento	05	Unid
Piemonte da Diamantina	07	Unid			

Entrega/Iniciativa
Classificação dos meios de hospedagem

Compromisso	Promover a incorporação da função ecoesportiva ao Parque Metropolitano de Pituaçu, transformando-o em local de realizações de competições e centro de treinamento de atletas
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Meta	Implantação de um parque ecoesportivo

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de plano urbano-ambiental do Parque Metropolitano de Pituaçu

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**COPA 2014**

Implantação do complexo esportivo de padrão olímpico

Implantação da interligação do Parque Metropolitano de Pituaçu com o Parque da Orla

Implantação do plano de gestão e operação

Compromisso	Ampliar a atuação do Teatro Castro Alves, tornando-o potencial alternativa de entretenimento para os visitantes durante a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura	
Meta	Requalificar o Teatro Castro Alves	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Requalificação do Teatro Castro Alves – TCA
Definição e implantação de novo modelo de gestão
Realização de programação artística comemorativa para o novo Teatro Castro Alves

Compromisso	Desenvolver agenda cultural, maximizando as oportunidades da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura	
Meta	Realizar 20 projetos artístico-culturais no âmbito da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	20	Unid

Entrega/Iniciativa
Lançamento de editais
Incentivo a projetos de inovação
Realização de capacitações artísticas
Realização de espetáculos
Realização da Feira das Nações

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Bahia Saudável
Compromisso Transversal	Órgão
Expandir, qualificar e humanizar a rede de urgência e emergência no Sistema Único de Saúde – SUS-Bahia	Secretaria da Saúde
Programa	Pacto pela Vida
Compromisso Transversal	Órgão
Aprimorar a prevenção e repressão da violência, com ações de polícia comunitária focadas em áreas prioritárias	Secretaria da Segurança Pública
Programa	Vida Melhor – Oportunidade para Quem Mais Precisa
Compromisso Transversal	Órgão

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**COPA 2014**

Contribuir para a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população mediante apoio a empreendimentos de economia popular e solidária	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Programa	Bahia Esportiva
Compromisso Transversal	**Órgão**
Garantir a infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e controle social	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Programa	Infraestrutura de Telecomunicações
Compromisso Transversal	**Órgão**
Melhorar a qualidade dos serviços de transmissão oferecidos à população, ampliando e modernizando o sistema de radiodifusão pública	Secretaria de Comunicação Social
Possibilitar aos municípios baianos o acesso aos meios de informação e comunicação, de forma a gerar oportunidades de desenvolvimento econômico, social e científico	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Programa	Mobilidade e Acessibilidade Urbana
Compromisso Transversal	**Órgão**
Promover a mobilidade e acessibilidade através da implantação de obras de infraestrutura viária em centros urbanos, valorizando o meio de transporte coletivo, o não motorizado, o modal cicloviário e o a pé	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Programa	Reabilitação do Centro Antigo de Salvador
Compromisso Transversal	**Órgão**
Recuperar a paisagem urbana da encosta do frontispício de Salvador e, concomitantemente revitalizar o bairro do Comércio e sua orla com o objetivo de dinamizar a área através da valorização do seu patrimônio material e simbólico, da promoção de serviços de qualidade para a população e do fomento a novos usos	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Requalificar a infraestrutura do Centro Antigo de Salvador, melhorando as condições de mobilidade urbana, a circulação de veículos motorizados e não motorizados, bem como promover a sustentabilidade ambiental, possibilitando a adequação do espaço urbano e proporcionando conforto ambiental	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Estruturar o turismo cultural no Centro Antigo de Salvador e potencializar o uso dos espaços culturais existentes, com vistas a preservá-los e valorizar a cultura local	Secretaria de Turismo
Programa	Turismo Sustentável
Compromisso Transversal	**Órgão**
Fortalecer áreas turísticas garantindo a infraestrutura urbana e a qualificação de novos espaços e equipamentos, potencializando a cultura e o turismo do Estado	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Diversificar e qualificar os destinos turísticos visando aumentar a competitividade do Estado, garantindo a prática de um modelo de desenvolvimento sustentável	Secretaria de Turismo

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**TURISMO**
Programa	**COPA 2014**

Programa	Desenvolvimento Cultural
Compromisso Transversal	**Órgão**
Ampliar o acesso à cultura e ao entretenimento da população baiana, por meio de equipamentos culturais modernizados e requalificados, inclusive com ampliação de novos espaços	Secretaria de Cultura

Programa	Planejamento e Gestão Estratégica
Compromisso Transversal	**Órgão**
Planejar a ação governamental, visando a eficientização e a integração das Políticas Públicas	Secretaria do Planejamento
Promover a atração de investimentos privados em projetos de reconhecido interesse do Estado, viabilizando a implementação de parcerias público-privadas	Secretaria da Fazenda

Programa	Gestão Fiscal
Compromisso Transversal	**Órgão**
Melhorar a eficiência, eficácia e transparência da Gestão Fiscal, maximizando a arrecadação dos tributos e o controle do gasto público	Secretaria da Fazenda

ÁREA TEMÁTICA
CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Cultura, em sentido amplo, é tudo que é apreendido e partilhado por indivíduos de determinado grupo. De um lado, as atividades culturais refletem o conjunto de práticas do cotidiano que diferencia grupos e povos. Do outro, envolvem processos de produção, circulação e consumo de bens, retendo, assim, também uma dimensão econômica.

Transformações na economia, na tecnologia e em praxes sociais – como a digitalização, o crescimento da importância do trabalho imaterial e as mudanças no consumo do lazer – têm levado a significativas transformações no papel da cultura nas atividades produtivas. Este novo peso econômico da cultura foi analisado pela empresa de consultoria Price Waterhouse & Coopers, que estimou, para o ano de 2006, em US$ 1,4 trilhão, aproximadamente, o faturamento da Indústria Global de Entretenimento e Mídia[1]. O mesmo estudo projetou para 2011 uma receita de US$ 2 trilhões, o que corresponde a um crescimento médio de 6,4% ao ano no período 2007-2011[2].

O elemento cultural, nas últimas décadas, tornou-se um aspecto fundamental na construção do modelo de desenvolvimento contemporâneo de uma nação. Há uma tendência de utilizar a "cultura como recurso", dirigida para a melhoria social, política e econômica das comunidades. As políticas culturais vêm reconhecendo dimensão claramente econômica da cultura. Em todos os países, há uma forma ou outra de intervenção dos poderes públicos com o objetivo de proteger o patrimônio e fomentar a vida artística e cultural.

Nos anos 1990, principalmente em resposta à necessidade de promover a revitalização de determinadas regiões e cidades, começou a ser utilizado, no âmbito das políticas públicas, o termo *indústria criativa* como uma nova categorização, aplicada ao setor cultural e às atividades de serviços baseadas na criatividade. Esta abarca as atividades culturais tradicionais e, ao mesmo tempo, enfatiza o

1 Conceito que engloba, além dos setores tipicamente culturais (música, audiovisual, artes cênicas, editorial, patrimônio histórico), esportes e parques temáticos.

2 GORGULHO, L, et al. A economia da cultura, o BNDES e o desenvolvimento sustentável. BNDES Setorial 30, p. 299 – 355, 2009

papel da arte e da cultura na promoção de inovação e crescimento econômico.

No Brasil, tem sido utilizado o conceito de "*economia criativa*", que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam o conhecimento, a criatividade e o ativo intelectual como principais recursos produtivos. O Governo Federal tem considerado a cultura como atividade estratégica para o país. Nos últimos oito anos, colocou-se a dimensão econômica da cultura como um elemento chave da política cultural.

A Bahia é conhecida por sua forte vocação cultural e criatividade dos seus artistas. De acordo com os dados da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com base na PNAD/IBGE de 2008, o segmento cultural na Bahia ocupava quase 160 mil pessoas, o que representava 2,3% do total das atividades. É importante destacar que, em 2000, estas atividades reuniam apenas 87 mil dos ocupados e representavam 1,9% do total; houve, portanto, um incremento de 80% da ocupação na área cultural do estado. Contudo, falta ainda a elaboração de um diagnóstico aprofundado do setor para que se possa inseri-lo solidamente na matriz de desenvolvimento da Bahia.

Algumas questões foram consideradas para o desenho de uma política que consolide, nos próximos anos, a cultura como segmento econômico importante na Bahia: democratização do acesso à cultura, viabilização de meios para produção cultural, fomento aos segmentos criativos estratégicos para o desenvolvimento do Estado e a preservação do patrimônio cultural da Bahia.

A democratização do acesso à cultura deve ser entendida não apenas como ampliação do consumo cultural, mas, também, como acesso aos meios de produção da cultura. Reconhecem-se as necessidades do cidadão e o seu direito de acessar patrimônios simbólicos herdados, ampliando o consumo de bens culturais qualificados e garantindo serviços culturais regulares. É necessário, entretanto, que o mesmo cidadão tenha a possibilidade de acesso à formação especializada, aos mecanismos de fomento e, principalmente, às redes de comunicação e produção.

Para a Bahia, o acesso à cultura deve envolver variados aspectos: primeiro, o acesso físico, ou seja, melhor distribuição geográfica dos equipamentos culturais qualificados e o transporte fácil e seguro aos locais onde os eventos culturais acontecem; segundo, o acesso econômico, diz respeito aos custos de participar da vida cultural do estado, em que estes, muitas vezes, precisam ser subvencionados para que o consumo cultural seja possível para a população; terceiro, o acesso intelectual, ou seja, a compreensão das linguagens da arte, da história e do contexto social em que a cultura é criada. Por fim, a garantia de circulação e a distribuição dos bens culturais gerados, os quais devem, necessariamente, passar pela inclusão digital, o acesso à internet e a ampliação da banda larga no estado.

Outra questão que se apresenta é como estimular a produção artística em suas diferentes linguagens e, também, a diversificação dos sujeitos que pensam e contribuem para a cultura. Ou seja, disponibilizar meios para a produção cultural de maneira democrática. Esse aspecto passa pela garantia de formas de fomento às atividades relacionadas ao campo cultural no estado.

A produção cultural na Bahia é bastante diversificada. Por um lado, existem as produções de forte apelo comercial e de retornos financeiros mais seguros: são os casos dos grandes artistas do Carnaval, das grandes empresas produtoras de eventos artísticos, segmentos aos quais a iniciativa privada tem mais interesse em associar suas marcas e, consequentemente, financiar projetos. Por outro lado, existem os novos artistas, as manifestações regionais e étnicas, as comunidades, e os povos tradicionais e pequenos projetos que dificilmente conseguem incentivos da parte do setor privado.

É preciso desenhar um modelo que seja capaz de aliar estado e mercado dentro desta perspectiva de fomentar a cultura. Os mecanismos criados devem ser diversificados, mesclando incentivos fiscais e fundos. O fomento cultural também deve abranger a produção, distribuição e comercialização de bens culturais por meio de linhas de crédito e produtos financeiros específicos, incubadoras, feira de negócios e projetos de exportação.

A democratização dos meios de produção cultural depende, também, de maior capacitação e profissionalização

dos agentes e entidades culturais. O que significa tanto uma maior formação artística como uma formação técnica na formulação e gestão de projetos e na administração de negócios. O que significa, ainda, uma maior capacitação nas áreas contábil, jurídica, produtiva e de crédito nas diversas atividades da rede/cadeia produtiva cultural.

A Bahia tem se destacado como um estado representativo no que se refere à atividade cultural/criativa brasileira. O estado possui uma significativa produção nas áreas de música, teatro, audiovisual, dança, artesanato e publicidade. Nestes segmentos, o estado tem sido reconhecido pela qualidade dos seus artistas, profissionais e das suas escolas de formação.

Como promissoras e potenciais atividades criativas no estado, podem ser apontados os segmentos de design de moda e dos jogos eletrônicos. A cultura digital é outro vetor importante a se desenvolver e consolidar, pois parte da idéia de que a tecnologia digital é cultural e capaz de mudar comportamentos, criando inclusive novas formas de arte.

Cabe destacar, ao pensar a cultura como estratégica para o desenvolvimento sustentável do estado, que a preservação da memória e do patrimônio cultural do estado é essencial. A Bahia apresenta cerca de quatro centenas de bens sob tutela dos poderes públicos federal, estadual e municipal. Dentre esses bens, encontram-se conjuntos urbanos e imóveis de arquiteturas religiosa, civil e militar que necessitam de preservação, reforma e restauro, além dos bens móveis e integrados, acervos e coleções. A ação pública de preservação se estende, ainda, ao patrimônio imaterial – práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, instrumentos, objetos, artefatos e lugares reconhecidos por comunidades – por meio da promoção de ações que integram planos de salvaguarda.

Dentre o patrimônio imaterial, destaca-se o Carnaval como uma das manifestações mais vitais da cultura baiana. A política para o Carnaval da Bahia deve ter como propósito fundamental a valorização dos conteúdos culturais, o incentivo à diversidade e à promoção das manifestações étnicas, preservando, estimulando e promovendo a diversidade cultural, a interculturalidade, a memória e a inovação.

A gestão e a consolidação das políticas culturais para o estado da Bahia devem passar, necessariamente, por dois eixos: a territorialização e a institucionalização da cultura. O primeiro envolve a descentralização e a democratização da cultura em todo estado, contemplando a diversidade de expressões manifestadas nos Territórios de Identidade e destacando ações específicas de apoio à produção das culturas populares e identitárias. Já o segundo demanda a organização sistêmica das políticas culturais e recursos, por meio de articulação e pactuação das relações intragovernamentais com instâncias de participação da sociedade.

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**ECONOMIA CRIATIVA**

Ementa

Desenvolver ações de fomento e promoção à economia criativa, contemplando a diversidade de áreas e manifestações da cultura

Recursos do Programa **R$ 198.992.713,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de Expansão na Aplicação de Recursos para o Fomento das Atividades Culturais	R$ 1 milhão	2010	21,50	40,00
Número de Ocupações Criadas na Economia Criativa	Unid	2008	157.331	258.144

Compromisso	Fortalecer os negócios culturais na Bahia e profissionalizar as entidades e agentes que operam nas cadeias produtivas da cultura, por meio da formação e da qualificação na área cultural
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura
Meta	Realizar 100 ações de formação e qualificação na área cultural

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	Unid

Meta	Fomentar e realizar 1 mil ações de circulação e distribuição cultural

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	1.000	Unid

Entrega/Iniciativa
Constituição de rede de formação e qualificação em Cultura
Promoção e atração de cursos de excelência nas áreas de políticas, gestão, produção executiva e empreendedorismo cultural
Promoção de programas de qualificação nas áreas da cadeia produtiva da cultura
Realização de cursos nas áreas das linguagens artísticas e outras modalidades culturais
Realização de cursos profissionalizantes nas áreas técnicas do espetáculo
Realização de *workshops* de elaboração de projetos culturais
Realização de ações formativas nos equipamentos culturais
Apoio à qualificação de novas profissões pertinentes à cultura
Realização de estudos e pesquisas setoriais
Realização de seminários e encontros
Abertura de escritórios de assessoria técnica na área cultural
Implantação de programa de bolsas de estudo voltado para a área cultural
Implantação de incubadoras culturais
Fortalecimento de pontos de economia criativa

Compromisso	Fomentar os segmentos culturais na Bahia, por meio de um sistema de financiamento diversificado, que contemple a pluralidade da cultura e estimule o desenvolvimento sustentável das atividades culturais
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO	
Área Temática	CULTURA E DESENVOLVIMENTO	
Programa	ECONOMIA CRIATIVA	
Meta	Realizar 08 campanhas de promoção e encontros para divulgação dos diferentes mecanismos de financiamento da cultura	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	08	Unid
Meta	Realizar um estudo de aperfeiçoamento de mecanismos de financiamento	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid
Meta	Realizar quatro edições do Prêmio de Melhores Práticas para investidores na cultura	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	04	Unid
Meta	Apoiar 600 projetos artístico-culturais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	600	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de campanha de promoção e encontros para divulgação dos diferentes mecanismos de financiamento da cultura
Realização de estudos para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de novos mecanismos de financiamento da cultura
Implantação de Prêmio de Melhores Práticas para investidores em cultura
Apoio à organização e fortalecimento de instituições e redes culturais
Apoio à realização de programação diversificada e qualificada em espaços culturais
Apoio a festas e manifestações populares, cívicas e religiosas
Apoio a ações de criação, produção, difusão, memória e formação no campo artístico-cultural
Apoio a projetos calendarizados
Apoio ao funcionamento de instituições sem fins lucrativos

Compromisso	Ampliar a visibilidade da cultura baiana no Brasil e no exterior e inserir a Bahia em espaços de intercâmbio e cooperação cultural nacional e internacional	
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura	
Meta	Desenvolver 200 ações de promoção da cultura baiana nos cenários nacional e internacional	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	200	Unid
Meta	Apoiar a realização de 20 intercâmbios culturais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	Unid

Entrega/Iniciativa
Fomento à realização de projetos de cooperação cultural e coprodução internacional

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**ECONOMIA CRIATIVA**

Apoio à participação e realização de temporadas culturais, festivais e eventos nacionais e internacionais
Atração de espetáculos e eventos internacionais de qualidade
Apoio à criação e dinamização de redes artísticas e culturais
Promoção de residências e bolsas de formação artísticas e culturais
Participação em eventos e feiras e realização de campanhas para promoção e difusão da cultura e da produção cultural do Estado
Apoio à tradução de obras baianas para outros idiomas e a edições binacionais de livros

Compromisso	Promover a interatividade do telespectador da TV Educadora – TVE e ouvinte da Rádio Educadora – RE, aumentando a participação da produção local na grade das emissoras, ampliando e fidelizando a audiência e diversificando a programação dos meios de comunicação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – Irdeb
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social
Meta	Transmitir em média 03 a 06 h/dia com produção local inédita

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	03 a 06 em média	Hora/dia

Entrega/Iniciativa
Cobertura jornalística de eventos populares na capital e interior
Cobertura jornalística e de eventos musicais, interprogramas, chamadas e vinhetas
Cobertura de eventos relacionados à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos
Cobertura de eventos relacionados à Educadora do Pelourinho
Cobertura de eventos relacionados à Copa do Mundo de 2014
Realização do Festival de Música da Rádio Educadora
Implantação da Rádio Educadora Web
Aquisição e exibição de conteúdo de obras audiovisuais
Ampliação da produção local
Implementação do Programa Especial de Fomento – PEF
Pesquisas de audiência e de opinião da Rádio Educadora e TVE
Seminários de programação e conteúdos culturais

Compromisso	Fortalecer a cultura digital na Bahia
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura
Meta	Realizar um concurso de vídeos interativos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Meta	Desenvolver o novo Portal da Cultura

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**ECONOMIA CRIATIVA**

Meta	Criar um *software* livre na área cultural	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Realização de concurso nacional de vídeos interativos
Desenvolvimento de novo Portal da Cultura
Criação de núcleos de *software* livre na área cultural
Fortalecimento de Pontos de Cultura Digital
Implantação de *clusters* de cultura digital
Estímulo à produção de bens culturais que utilizem o suporte digital
Fomento ao desenvolvimento de novos formatos de fruição cultural
Lançamento de núcleos de metarreciclagem (reinterpretação e reaproveitamento criativo do lixo tecnológico)
Lançamento do Festival Bahia Remix

Compromisso	Fomentar o desenvolvimento das expressões artísticas, manifestações culturais, ações de lazer e preservação do patrimônio cultural produzidas em suas diferentes configurações e possíveis interfaces com outras áreas
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Garantir a oferta de diversas linguagens artísticas e culturais, beneficiando 250 mil pessoas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Médio Sudoeste da Bahia	22.500	Pessoa	Vitória da Conquista	75.000	Pessoa
Portal do Sertão	100.000	Pessoa	Médio Rio de Contas	52.500	Pessoa

Entrega/Iniciativa
Produção de mídias audiovisuais, livros, revistas e programas de TV
Produção de programas de difusão artística, culturais e de lazer
Produção de bens culturais com o objetivo de preservação do patrimônio cultural no âmbito das universidades

Compromisso	Estimular e fortalecer o segmento cultural criativo baiano como vetor de desenvolvimento, ampliando a sua capacidade de geração de renda e ocupação	
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	
Meta	Estimular 02 empreendimentos por meio de incubadoras criativas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Meta	Atrair dois empreendimentos criativos que dinamizem o segmento	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**ECONOMIA CRIATIVA**

Entrega/Iniciativa
Realização e difusão de estudos e diagnósticos
Estímulo de novos empreendimentos por meio de incubadoras criativas
Atração de empreendimentos criativos que dinamizem o segmento no Estado
Promoção dos bens e serviços criativos baianos nacional e internacionalmente

Compromisso	Qualificar o artesanato baiano por meio da avaliação da conformidade dos requisitos normativos para este produto
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Disponibilizar para a indústria do artesanato baiano o Serviço de Avaliação da Conformidade do Artesanato para 40 ítens

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	40	Unid

Entrega/Iniciativa
Estabelecimento de requisitos do artesanato baiano junto ao Instituto Mauá
Avaliação da conformidade do artesanato baiano junto ao Instituto Mauá
Capacitação de auditores do Ibametro em avaliação de artesanato
Acreditação do Ibametro como organismo de avaliação de artesanato no Programa Brasileiro do Artesanato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Compromisso	Tornar os produtos do artesanato baiano mais competitivos no mercado mundial por meio do estímulo à produção de excelência e aos princípios da responsabilidade socioambiental
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Certificar 180 produtos de artesãos e empreendimentos artesanais com o Selo de Qualidade

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	180	Unid

Entrega/Iniciativa
Implementação de processo de auditoria e certificação
Qualificação técnica para a produção de excelência e voltada aos princípios da responsabilidade socioambiental
Registro documental das experiências e da produção de peças para divulgação

Compromisso	Estimular a produção e a comercialização do artesanato baiano
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Implantar o Centro de Referência do Artesanato Baiano

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração do projeto arquitetônico do Centro de Referência do Artesanato Baiano

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**ECONOMIA CRIATIVA**

Entrega/Iniciativa
Construção do Centro de Referência do Artesanato Baiano
Elaboração da modelagem institucional de gestão do Centro
Comercialização de produtos artesanais, mostras e exposições nos stands do Centro
Comercialização da culinária típica na praça de alimentação do Centro
Realização de cursos e oficinas, palestras e seminários

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**DESENVOLVIMENTO CULTURAL**

Ementa

Promover a diversidade cultural da Bahia por meio do fortalecimento das identidades; do diálogo intercultural; do incentivo à criação, divulgação, crítica, preservação e fruição cultural

Recursos do Programa **R$ 237.164.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de Expansão na Aplicação de Recursos pela Secult para a Preservação e Revitalização do Patrimônio Cultural	Número-índice	2010	100	110
Índice de Expansão da Freqüência de Público em Espaços Culturais sob a Responsabilidade do Estado	Número-índice	2010	100	110

Compromisso	Fortalecer o processo de institucionalização da cultura na Bahia, objetivando o seu desenvolvimento e democratização
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura
Meta	Implantar dois Institutos: Baiano de Museus e Audiovisual

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	02	Unid

Meta	Implantar o Centro de Cultura Popular e Identitária

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Metropolitano de Salvador	01	Unid

Meta	Reorganizar o Conselho Estadual de Cultura

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Implantação dos institutos Baiano de Museus; de Culturas Populares e Identitárias e Audiovisual
Implantação do novo Conselho Estadual de Cultura
Realização da Conferência Estadual de Cultura e apoio às conferências territoriais de cultura
Realização de encontros de dirigentes de espaços culturais da Bahia
Apoio e realização de encontros territoriais e estaduais
Apoio à consolidação do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura
Apoio à elaboração de planos municipais de cultura dos municípios que integram a rede Sertão Brasil
Apoio à implantação dos sistemas municipais de cultura
Estímulo à criação de conselhos municipais de cultura
Estímulo ao desenvolvimento da cultura junto aos consórcios municipais

Compromisso	Consolidar e aprofundar o desenvolvimento territorial da cultura no Estado, contemplando sua diversidade de expressões manifestadas em todos os territórios de identidade
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura
Meta	Implantar 250 novos Pontos de Cultura

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CULTURA E DESENVOLVIMENTO
Programa	DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	03	Município	Bacia do Jacuípe	04	Município
Velho Chico	05	Município	Médio Rio de Contas	05	Município
Chapada Diamantina	10	Município	Itaparica	02	Município
Sisal	08	Município	Bacia do Paramirim	02	Município
Litoral Sul	09	Município	Portal do Sertão	07	Município
Baixo Sul	03	Município	Vitória da Conquista	06	Município
Extremo Sul	10	Município	Recôncavo	08	Município
Médio Sudoeste da Bahia	02	Município	Piemonte da Diamantina	03	Município
Vale do Jiquiriçá	03	Município	Bacia do Rio Corrente	03	Município
Sertão do São Francisco	05	Município	Semiárido Nordeste II	06	Município
Bacia do Rio Grande	02	Município	Piemonte Norte do Itapicuru	02	Município
Litoral Norte e Agreste Baiano	05	Município	Metropolitano de Salvador	30	Município
Sertão Produtivo	04	Município	Estado	100	Município
Piemonte do Paraguaçu	03	Município			

Meta	Implantar 06 coordenações territoriais de cultura

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Velho Chico	01	Unid	Vitória da Conquista	01	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Apoio às culturas identitárias e populares
Apoio à implantação e assistência técnica a bibliotecas municipais e comunitárias, arquivos municipais e institucionais e Pontos de Leitura
Apoio à participação em eventos regionais
Fomento as ações dos Pontos de Cultura
Fomento à ampliação da rede de gestores culturais nos territórios de identidade
Celebração de acordos de cooperação com as universidades estaduais para interiorização da cultura
Ampliação da rede de Pontos de Cultura
Implantação de coordenações territoriais de cultura

Compromisso	Promover e democratizar a cultura no Estado, com o aumento da oferta e consumo cultural, por meio da dinamização da programação artístico-cultural

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**DESENVOLVIMENTO CULTURAL**

Órgão Responsável	Secretaria de Cultura	
Meta	Realizar 6 mil eventos e atividades regulares nos equipamentos culturais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	6.000	Unid

Entrega/Iniciativa
Circulação de produções artístico-culturais em equipamentos culturais
Circulação de projetos e exposições em equipamentos culturais
Programação de eventos em equipamentos culturais
Apresentação de espetáculos de excelência nacionais e internacionais em equipamentos culturais
Dinamização e acompanhamento das iniciativas artístico-culturais dos territórios de identidade
Fomento a atividades culturais através de instituições de cooperação intermunicipais
Fomento a residências artísticas e coletivas de gestão compartilhada em equipamentos culturais
Ampliação da difusão, circulação e distribuição dos bens culturais no Estado
Aquisição e licenciamento de obras audiovisuais para exibição em equipamentos culturais
Produção de publicações
Realização de atividades artístico-culturais

Compromisso	Preservar a memória e o patrimônio cultural baiano, propiciando o acesso ao conhecimento da história e incentivando o turismo no Estado	
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura	
Meta	Conservar e/ou restaurar 300 bens móveis ou integrados, incluindo peças de acervos, coleções e documentos	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	300	Unid
Meta	Realizar 400 ações de salvaguarda de bens móveis, integrados e imóveis	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	400	Unid
Meta	Digitalizar 8 milhões de documentos	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	8.000.000	Unid

Entrega/Iniciativa
Conservação e restauro em bens móveis e integrados, incluindo peças de acervos e coleções
Realização de ações de salvaguarda
Conservação e recuperação de imóveis
Execução de projeto, restauração e requalificação do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho
Requalificação dos largos e praças do Centro Histórico de Salvador
Recuperação do Forte de São Paulo da Gamboa com passarela ligando ao Solar do Unhão

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**DESENVOLVIMENTO CULTURAL**

Entrega/Iniciativa
Restauração e recuperação do Quartel do 1º Grupamento de Bombeiros
Restauração e recuperação do Mosteiro de São Bento das Lajes
Conservação das ruínas da Capela de São Brás
Urbanização da orla de São Félix
Realização de serviços de descontaminação e digitalização em peças de acervos
Realização de censo dos arquivos de valor histórico
Realização de visitas guiadas a circuitos arqueológicos
Realização de atividades de educação patrimonial
Elaboração de projetos e pesquisas

Compromisso	Preservar a memória do artesanato na Bahia por meio da ampliação e modernização do acervo de peças e documentos do Centro de Estudos, Pesquisas e Preservação do Artesanato Baiano	
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	
Meta	Estruturar o Centro de Estudos, Pesquisas e Preservação do Artesanato Bahiano	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Organização do espaço físico e informatização do acervo técnico
Ampliação do acervo de peças artesanais, livros, vídeos e publicações
Publicação de documentos sobre o artesanato baiano

Compromisso	Preservar a memória e história dos movimentos sociais, da crença e da cultura popular	
Órgão Responsável	Secretaria da Educação	
Meta	Acompanhar quatro comunidades quilombolas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Litoral Sul	04	Unid
Meta	Acompanhar quatro comunidades indígenas	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Litoral Sul	04	Unid
Meta	Apoiar duas comunidades de culto de matriz africana em Ilhéus e Itabuna	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Litoral Sul	02	Unid
Meta	Preservar e revitalizar duas unidades de documentação da Memória Regional Grapiúna	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Litoral Sul	02	Unid

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	CULTURA E DESENVOLVIMENTO
Programa	DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Meta	Consolidar e fortalecer as ações de gestão do complexo histórico-arqueológico de Canudos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão do São Francisco	01	Unid

Meta	Construir e implantar a cidade cenográfica de Canudos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão do São Francisco	01	Unid

Meta	Implantar um circuito arqueológico	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão do São Francisco	01	Unid

Meta	Preservar e revitalizar um patrimônio histórico e artístico-cultural	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão do São Francisco	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Disponibilização de bolsas de extensão
Atualização do mapeamento dos terreiros de matriz africana
Publicação de catálogo do material coletado no mapeamento
Capacitação de lideranças étnicas em cidadania e direitos
Expansão e fortalecimento das ações do complexo histórico-arqueológico de Canudos
Construção e implantação da cidade cenográfica de Canudos
Implantação de circuito arqueológico
Preservação e revitalização do patrimônio histórico e artistico-cultural

Compromisso	Fortalecer os carnavais culturais da Bahia e a economia da festa, garantindo a preservação das tradições, da diversidade, a inovação e o diálogo com a contemporaneidade
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura
Meta	Realizar anualmente o Carnaval Ouro Negro, Carnaval do Pelourinho, Carnaval de Participação, Carnaval Intercultural e outros carnavais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Portal do Sertão	04	Unid	Metropolitano de Salvador	12	Unid
Recôncavo	04	Unid			

Entrega/Iniciativa
Apoio à realização do Carnaval Ouro Negro
Realização do Carnaval do Pelourinho
Implantação do Carnaval de Participação
Implantação do Carnaval Intercultural

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**DESENVOLVIMENTO CULTURAL**

Entrega/Iniciativa
Implantação de outros carnavais
Implantação da Usina do Carnaval

Compromisso	Modernizar a prestação de serviços na área cultural, proporcionando à sociedade baiana serviços e informações culturais de melhor qualidade
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura
Meta	Informatizar 50% dos serviços prestados pela Secult

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	50	%

Entrega/Iniciativa
Ampliação da informatização dos equipamentos culturais
Implantação de sistema de acompanhamento de projetos apoiados pelo Fundo de Cultura e pelo Fazcultura
Implantação de sistemas de informações e indicadores culturais
Implantação de sistemas eletrônicos de segurança nos equipamentos culturais
Implantação de sistema de gestão e digitalização de acervos das bibliotecas
Desenvolvimento de sistemas de atendimento ao público, com ênfase nas pessoas com deficiência
Implementação da Biblioteca Virtual 2 de Julho

Compromisso	Ampliar o acesso à cultura e ao entretenimento da população baiana por meio de equipamentos culturais modernizados e requalificados, inclusive com ampliação de novos espaços
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura
Meta	Implantar 21 novos espaços culturais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Extremo Sul	01	Unid	Metropolitano de Salvador	12	Unid
Portal do Sertão	02	Unid	Estado	05	Unid
Recôncavo	01	Unid			

Meta	Requalificar 49 espaços culturais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Baixo Sul	01	Unid	Recôncavo	04	Unid
Extremo Sul	01	Unid	Médio Rio de Contas	01	Unid
Litoral Norte e Agreste Baiano	01	Unid	Metropolitano de Salvador	36	Unid
Portal do Sertão	02	Unid	Bacia do Rio Corrente	01	Unid
Vitória da Conquista	02	Unid			

Entrega/Iniciativa
Ampliação e organização de acervos museológicos

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**
Programa	**DESENVOLVIMENTO CULTURAL**

Entrega/Iniciativa
Aquisição de novos acervos para as bibliotecas públicas estaduais
Reformas de equipamentos culturais
Implantação de bibliotecas públicas estaduais
Implantação de reservas técnicas em museus
Implantação da Biblioteca Manoel Quirino e dos Arquivos Técnicos e Fotográficos do IPAC
Implantação da Casa das Culturas Indígenas
Implantação da Cinemateca da Bahia e do Memorial de Cinema
Implantação dos Museus Escolares e Ecológico Franz Kracjerb
Implantação do Espaço Cultural do Sertão
Implantação dos Memoriais dos Governadores na República; Dois de Julho e da Boa Morte
Implantação dos Centros de Referência do Sertão; de Referência da Cultura Afro-Brasileira; Nacional da Capoeira e Restauro da Bahia
Requalificação física do Liceu de Artes e Ofícios e das instalações do imóvel São Dâmaso
Construção da nova sede da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC-AP
Construção de centros de cultura

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Reabilitação do Centro Antigo de Salvador
Compromisso Transversal	**Órgão**
Recuperar a paisagem urbana da encosta do frontispício de Salvador e, concomitantemente revitalizar o bairro do Comércio e sua orla com o objetivo de dinamizar a área através da valorização do seu patrimônio material e simbólico, da promoção de serviços de qualidade para a população e do fomento a novos usos	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Promover o Centro Antigo de Salvador – CAS como sítio histórico-cultural, de convívio e integração entre moradores e visitantes para preservar a cultura e história locais, além de tornar a área amplamente divulgada, reconhecida e frequentada	Secretaria da Educação
Estruturar o turismo cultural no Centro Antigo de Salvador – CAS e potencializar o uso dos espaços culturais existentes com vistas a preservá-los e valorizar a cultura local	Secretaria de Turismo
Programa	Copa 2014
Compromisso Transversal	**Órgão**
Desenvolver agenda cultural, maximizando as oportunidades da Copa 2014	Secretaria de Cultura
Ampliar a atuação do Teatro Castro Alves e do Museu de Arte Moderna, tornando-os potenciais alternativas de entretenimento para os visitantes durante a Copa 2014 e Jogos Olímpicos	Secretaria de Cultura

ÁREA TEMÁTICA
INDÚSTRIA, MINERAÇÃO SERVIÇOS ESTRATÉGICOS

O atual cenário da indústria mundial aponta para uma consolidação das tendências a mudanças percebidas nos anos recentes, com o avanço da produção chinesa em posições anteriormente ocupadas pelas economias americana e japonesa. O ritmo de crescimento do setor industrial na China e, mais lentamente, em outros países em desenvolvimento, especialmente a Coréia do Sul e o restante do grupo BRIC (Brasil, Rússia e Índia), associado à desaceleração observada nos países tradicionalmente industrializados (principalmente EUA, Japão, Itália, Reino Unido e Alemanha), têm levado a mudanças na divisão internacional do trabalho e, principalmente, na distribuição mundial da atividade manufatureira. Este movimento ganha força, não obstante a predominância de produtos de menor valor agregado na produção dos emergentes, enquanto a produção no segundo grupo permanece fortemente atrelada à utilização de tecnologias avançadas.

Apesar do atual desempenho da produção industrial brasileira, que cresceu 10,1%, em 2010, em comparação com o ano anterior, o país ainda enfrenta grandes desafios para aproximar-se do patamar de crescimento e da fração da produção mundial de outros emergentes, tendendo a perder espaços já conquistados na cada vez mais acirrada competição internacional. [1] A atenção do governo federal a estes desafios manifesta-se, em 2008, com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), reforçada com o recente lançamento do Plano Brasil Maior[2], nova política industrial brasileira que, em linhas gerais, busca a desoneração tributária, o incentivo à inovação e à criação de novas formas de financiamento à exportação.

Inserida nesse cenário, a Bahia posiciona-se como o maior produtor industrial do Nordeste, concentrando cerca de 52% do Valor da Transformação Industrial (VTI) da região, e o sexto na comparação nacional, com uma participação de 5,1% [3]. Quanto ao comércio exterior, dados da Secreta-

1 IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia_visualiza.php?id_noticia=1830&id_pagina=1, acesso em 01/08/2011.

2 MDIC. Disponível em http://www.brasilmaior.mdic.gov.br, acesso em 03/08/2011.

3 Pesquisa Industrial Anual (PIA) - 2008 (sinopse) / Sistema FIEB. Superintendência de Desenvolvimento Industrial - SDI. Salvador: FIEB, 2010.

ria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) mostram que a Bahia congrega, aproximadamente, 56% das exportações do Nordeste, enquanto, em termos nacionais, essa participação é de 4,4%.[4]

Na estrutura da economia baiana, cresce o peso dos serviços, que já representam 64% do PIB estadual [5]. É importante notar que, para além das consequências do avanço asiático sobre os mercados de produtos industriais, a economia capitalista continua seu movimento secular na direção de uma economia de serviços. A "desindustrialização" relativa das economias nacional e nordestina tem, assim, uma dupla explicação. De um lado, trata-se do efeito imediato da concorrência asiática, principalmente chinesa, sobre os mercados de manufaturados leves, intensivos em mão de obra, e de *commodities* industriais de produção seriada. Trata-se de pano de fundo da "terciarização", da passagem para uma economia centrada em serviços e em autosserviço.

Em especial, os serviços intensivos em conhecimentos prestados a empresas são parte fundamental da nova infraestrutura, demandantes de se tornar uma das forças motrizes do desenvolvimento da Bahia nos próximos anos. O valor dos produtos é cada vez mais dependente da inovação, tecnologia e inteligência a eles incorporados, e a Bahia necessita de políticas capazes de induzir a produção de insumos voltados para a expansão no núcleo de atividades mais modernas e intensivas em conhecimento, com a formação de mão-de-obra altamente qualificada e com o adensamento das relações entre essas atividades e as redes de produção de conhecimento e apoio institucional. Nesse contexto, o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) mostra-se crucial, haja vista que o desenvolvimento das outras atividades, modernas ou não, depende da consolidação de sua base de informática e telecomunicações. O implausível cenário da Bahia não se preparar para esta nova configuração nos relegaria ao papel de importadores de produtos intensivos em tecnologia, declinando de oportunidades estratégicas no mercado mundial.

Para os próximos anos, permanece na Bahia o desafio de aproveitar as oportunidades que se delineiam e superar novos e históricos obstáculos, com foco na consolidação e ampliação dos seus setores industrial e de serviços avançados. Frente às mudanças no cenário mundial, a identificação de mercados em ascensão na nova divisão internacional do trabalho, e o incentivo aos segmentos produtivos capazes de atendê-los, mostra-se como uma estratégia importante para o crescimento da produção baiana nos próximos anos.

Em um cenário global em que o papel de locomotiva se desloca para os grandes países emergentes, em franco processo de urbanização, cresce aceleradamente a demanda por *commodities* agrícolas e minerais. A Bahia reúne importantes nichos de eficiência nestes setores, a exemplo dos complexos da soja e celulose, todos com grande potencial para explorar as "janelas de oportunidades" que o mercado internacional abre para o estado. É também uma das maiores províncias minerais do país, com pauta diversificada de exportações e gigantesco potencial para a exploração de insumos de grande demanda como o ferro, bauxita e terras raras. A adequada apropriação dessas oportunidades impulsionará uma nova infraestrutura logística, com poderosos efeitos multiplicadores, como já se vê no caso da ferrovia Oeste-Leste e do complexo Porto Sul.

No contexto da transição para uma nova realidade socioeconômica, é importante insistir no potencial da "economia verde", que propõe uma nova estratégia de desenvolvimento, estruturada em três pilares da sustentabilidade: crescimento, equidade social e equilíbrio ecológico. Seus princípios fundamentam-se, como já se avançou, na utilização de tecnologias limpas, de baixo carbono, intensivas em inovação e baseadas na busca de alternativas sustentáveis para os setores produtivos. Entre os setores mais dinâmicos, a serem priorizados em função das demandas por sustentabilidade ambiental e de novas tecnologias, estão os de energia renovável, minérios estratégicos, insumos agropecuários e alimentos.

4 MDIC. Disponível em http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076, acesso em 17/07/2011.

5 SEI. Disponível em http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=522&Itemid=282, acesso em 03/08/2011.

Diante da necessidade de ampliar e consolidar novas oportunidades no estado, sua estratégia de atração de investimentos produtivos tem sido parcialmente revista nos últimos anos. Nota-se o gradativo esgotamento das potencialidades da chamada "guerra fiscal", que pautou a atração de investimentos a partir da década de 90. Este fato decorre da diminuição da capacidade orçamentária dos estados para oferecer incentivos fiscais, em função do progressivo afastamento do PIB total em relação ao PIB tributado, além da pressão crescente dos estados industrializados, que contam, agora, com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade das leis estaduais que possibilitavam essa prática. Em razão disso, é cada vez maior o envolvimento do estado com uma estratégia baseada na criação de vantagens competitivas reais (melhor logística, força de trabalho mais qualificada, economias de aglomeração e outras), bem como no desenvolvimento de modelagens inovadoras de parcerias entre o setor público e o privado para a realização de investimentos de grande porte.

A superação dos desafios colocados para a indústria e os serviços baianos passa, cada vez mais, pela necessidade de políticas baseadas em fatores sistêmicos de suporte à competitividade dos negócios e não apenas vinculadas à oferta de incentivos fiscais. É preciso acelerar a implantação da nova infraestrutura logística, sobretudo ferroviária e aeroviária. É prioritário expandir e qualificar a estrutura de educação profissional no estado, estimulando ações articuladas entre as redes de ensino federal, estadual e do "sistema S", voltadas para a formação de alto conteúdo tecnológico, inclusive através do uso de novas tecnologias, como no caso da Educação a Distância.

É importante destacar, ainda, que muitos dos obstáculos enfrentados pelas empresas baianas podem ser mais facilmente superados através de articulações em rede horizontais e verticais de cooperação. A atuação em rede fortalece a integração entre empresas de uma mesma cadeia produtiva e propicia a obtenção de ganhos de escala para aquisição de insumos, acesso à inovação, certificação de origem, formação de marcas, qualidade e boas práticas, com o intuito de agregar valor e conquistar novos mercados. O envolvimento das grandes empresas instaladas no estado tem se mostrado uma tática importante, pois estas atuam como forma de estímulo à articulação em rede das empresas do setor, a exemplo do que acontece com a RedePetro, apoiada pela Petrobras e pelo SEBRAE. Tal ação possibilita um aprendizado vertical, decorrente de um processo de avaliação e refinamento da relação cliente/fornecedor.

A necessidade de articulação empresarial ganha ainda mais força quando analisada a importância da participação de empreendimentos de micro e pequeno porte (MPE) na economia do estado. Segundo dados da Junta Comercial do Estado, existem, na Bahia, aproximadamente 66 mil MPEs ativas, que somam um capital social total estimado em 1,1 bilhão de reais. Tais empreendimentos revestem-se de grande importância para o estado, sobretudo pela sua contribuição à geração de empregos e riquezas. São grandes, entretanto, os desafios que estes empreendimentos enfrentam, suscitando o apoio governamental como forma de garantir um ambiente propício ao seu desenvolvimento. A articulação entre as empresas é imperativa neste segmento, principalmente para que se estabeleçam relacionamentos cooperativos entre grandes empresas e as MPEs de uma cadeia de valor, favorecendo o adensamento da cadeia produtiva. Tais relacionamentos cooperativos mostram-se mutuamente atrativos e objetivam adequar as pequenas aos requisitos das grandes e facilitar a realização de negócios entre elas, melhorando a competitividade das empresas envolvidas e da cadeia como um todo.

Caracterizadas por altas taxas de natalidade e mortalidade, as micro e pequenas empresas carecem, também, de apoio para obtenção de crédito, capacitação profissional, acesso a tecnologias e fomento à inovação. O incentivo ao empreendedorismo popular e a formação de uma cultura inovadora são ações igualmente imprescindíveis para o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, na medida em que promovem a queda de barreiras à realização de idéias inovadoras e incentivam comportamentos e atividades que conduzem à geração e distribuição mais equitativa do valor criado pela sociedade.

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS**
Programa	**INDÚSTRIA E MINERAÇÃO**

Ementa

Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos

Recursos do Programa **R$ 306.314.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Variação Anual do Estoque de Empregos Formais na Indústria de Transformação	%	2011	8,00	36,00
Variação Anual do Estoque de Empregos Formais na Indústria Extrativa Mineral	%	2011	7,00	30,00
Evolução do Valor Adicionado da Indústria Extrativa Mineral	Nº índice	2008	100,00	266,00
Participação da Produção Industrial do Interior no PIB Industrial Baiano	%	2008	56,80	70,00
Participação da Produção Industrial no PIB Baiano	%	2008	24,30	27,00

Compromisso	Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Atrair 300 empreendimentos industriais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	300	Unid

Entrega/Iniciativa

- Mapeamento das necessidades de infraestrutura e recursos humanos
- Realização de estudos mercadológicos setoriais
- Implantação do Sistema Integrado de Informações Estratégicas sobre as cadeias produtivas
- Implantação do Sistema de Georeferenciamento dos Complexos Industriais
- Conservação de infraestrutura nos distritos industriais
- Implantação de infraestrutura nos distritos industriais
- Implantação de distritos industrais
- Impantação de infraestrutura para empresas industriais
- Promoção das potencialidades industriais

Compromisso	Desenvolver o setor mineral com a identificação de novas reservas e atração de empreendimentos na área de mineração e metalurgia, potencializando o desenvolvimento social e econômico do Estado
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Aumentar a produção mineral baiana comercializada em 20% ao ano

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS
Programa	INDÚSTRIA E MINERAÇÃO

Meta	Capacitar 1.140 profissionais na área de mineração	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	1.140	Unid

Meta	Implantar 02 pólos industriais cerâmicos				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sertão Produtivo	01	Unid	Bacia do Jacuípe	01	Unid

Meta	Organizar 03 novos Arranjos Produtivos Locais - APLs de base mineral				
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Bacia do Jacuípe	01	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid
Piemonte Norte do Itapicuru	01	Unid			

Entrega/Iniciativa
Elaboração do Mapa de Oportunidades Minerais no Estado
Regularização das atividades/empreendimentos minerais no Estado
Implantação e recuperação de infraestrutura viária de acesso a áreas de mineração
Capacitação profissional na área de mineração
Atração de novos empreendimentos de mineração e metalurgia
Implantação do pólo industrial cerâmico
Organização de novos Arranjos Produtivos Locais - APLs de base mineral
Realização de aerolevantamentos
Elaboração de mapas geológicos e de prospecção regional
Elaboração de projetos de prospecção mineral

Compromisso	Disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar empresas industriais, contribuindo para o fortalecimento das atividades do setor industrial
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda

Meta	Ampliar em 100% a oferta de crédito para o setor industrial	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas a apoiar empresas industriais

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Logística Integrada de Transporte
Compromisso Transversal	Órgão
Expandir, recuperar e manter a malha rodoviária estadual, promovendo uma maior integração das rodovias e produzindo caminhos mais racionais e eficientes	Secretaria de Infraestrutura
Expandir e recuperar os terminais hidroviários, rodoviários e aeroviário, aumentando a competitividade da produção baiana e melhorando a mobilidade de pessoas	Secretaria de Infraestrutura

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS
Programa	INDÚSTRIA E MINERAÇÃO

Planejar o atendimento das demandas futuras nos diversos modais, de forma a identificar e viabilizar os principais investimentos necessários em infraestrutura de logística de transportes	Secretaria de Infraestrutura
Elaborar estudos para integração do transporte hidroviário com o rodoviário, ferroviário e aeroviário visando o escoamento da produção e transporte de passageiros	Secretaria de Infraestrutura
Promover as atividades portuárias e navais para fomentar o desenvolvimento sustentável e a desconcentração das atividades econômicas	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Programa	Energia para o Desenvolvimento
Compromisso Transversal	**Órgão**
Expandir a distribuição e comercialização do gás natural para municípios além da Região Metropolitana do Salvador - RMS e massificar o seu uso em residências e estabelecimentos comerciais e industriais	Secretaria de Infraestrutura
Promover a oferta de energia elétrica, em quantidade e qualidade adequadas ao suprimento de consumidores e/ou potenciais consumidores, buscando o desenvolvimento socioeconômico do Estado	Secretaria de Infraestrutura

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação
Compromisso Transversal	**Órgão**
Criar um ambiente de inovação no Estado com a geração, atração e fixação de novos empreendimentos de base tecnológica para consolidação do Parque Tecnológico da Bahia	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Participar do projeto colaborativo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I, viabilizando um moderno centro técnico-científico de interesse da indústria do petróleo e gás no Parque Tecnológico da Bahia	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS**
Programa	**COMÉRCIO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS**

Ementa

Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos

Recursos do Programa **R$ 63.697.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de Expansão de Postos de Trabalho do Setor de Comércio	%	2010	8,69	9,00
Índice de Expansão de Postos de Trabalho do Setor de Serviços	%	2010	8,86	9,00

Compromisso	Estimular e apoiar o desenvolvimento do setor de serviços, objetivando sua estruturação e consequente ampliação da capacidade de geração de riqueza
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Meta	Realizar 04 estudos diagnósticos para subsegmentos do setor de serviços	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	04	Unid

Meta	Apoiar a criação de 04 programas de capacitação para o setor de serviços	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	04	Unid

Meta	Atrair 04 empresas âncora para o Parque Tecnológico de Salvador	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Metropolitano de Salvador	04	Unid

Meta	Apoiar a criação de 02 programas de apoio à inovação e ao empreendedorismo inovativo	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	02	Unid

Entrega/Iniciativa
Elaboração de estudos e diagnósticos para o segmento
Elaboração, em parceria com instituições públicas e privadas, programas de apoio ao empreendedorismo inovativo
Elaboração de política pública para o desenvolvimento do segmento de serviços
Apoio e estímulo ao desenvolvimento de soluções locais para o atendimento das demandas do setor de serviços
Apoio ao desenvolvimento tecnológico de microempresas e empresa de pequeno porte locais
Apoio à inovação e desenvolvimento tecnológico nas empresas locais
Fomento à criação de novas empresas de base tecnológica
Apoio a realização de programas de capacitação de empresas que atuem no setor de serviços e de mão de obra para atender às demandas do segmento
Promoção do Estado da Bahia como um pólo atrativo para empresas de alta tecnologia

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS
Programa	COMÉRCIO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS

Entrega/Iniciativa
Criação e manutenção de base de dados atualizada de Oferta x Demanda do Estado nas disciplinas dos Serviços Tecnológicos
Atração de empresas "estrangeiras" de base tecnológica

Compromisso	Desenvolver ações para dinamizar o comércio exterior visando ampliar a participação da Bahia no mercado exportador aumentando o PIB Estadual	
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	
Meta	Ampliar o valor exportado em 10% ao ano	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	10	% ano

Entrega/Iniciativa
Realização de estudos sobre comércio exterior
Fomento ao comércio exterior

Compromisso	Disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar empresas comerciais e de serviços, contribuindo para o fortalecimento das atividades do setor comercial e de serviços	
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda	
Meta	Ampliar em 100 % a oferta de crédito para o setor comercial e de serviços	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas a apoiar empresas comerciais e de serviços

Compromisso	Possibilitar o acesso da população de baixa renda a produtos e serviços de qualidade, a preços mínimos	
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	
Meta	Ampliar em 20% o número de pessoas que adquirem os produtos da Empresa Baiana de Alimentos - EBAL	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%

Entrega/Iniciativa
Implantação e reforma de lojas da Cesta do Povo e de centrais de distribuição
Eficientização do atendimento nas lojas da Cesta do Povo

Compromisso	Fiscalizar a qualidade dos bens de consumo final, assegurando a confiabilidade dos produtos adquiridos e utilizados pela população baiana
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Realizar a verificação metrológica de 1.030.734 instrumentos de medição que envolvem transações comerciais, tarifações, fiscalização no trânsito, saúde e controle ao meio ambiente, medidas de volume e inspeção veiculares

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS
Programa	COMÉRCIO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	12.513	Unid	Bacia do Jacuípe	10.925	Unid
Velho Chico	12.093	Unid	Piemonte da Diamantina	10.410	Unid
Chapada Diamantina	11.962	Unid	Semiárido Nordeste II	25.329	Unid
Sisal	21.381	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	20.897	Unid
Litoral Sul	60.096	Unid	Portal do Sertão	101.515	Unid
Baixo Sul	9.000	Unid	Vitória da Conquista	51.159	Unid
Extremo Sul	55.638	Unid	Recôncavo	30.705	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	63.890	Unid	Médio Rio de Contas	26.997	Unid
Vale do Jiquiriçá	17.088	Unid	Bacia do Rio Corrente	9.061	Unid
Sertão do São Francisco	25.105	Unid	Itaparica	9.341	Unid
Bacia do Rio Grande	31.303	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	10.055	Unid
Bacia do Paramirim	4.760	Unid	Metropolitano de Salvador	376.881	Unid
Sertão Produtivo	8.676	Unid	Costa do Descobrimento	2.071	Unid
Piemonte do Paraguaçu	11.883	Unid			

Meta	Realizar 61.380 ações de fiscalização em produtos de certificação compulsória

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	6.752	Unid	Vitória da Conquista	1.841	Unid
Extremo Sul	7.366	Unid	Médio Rio de Contas	6.752	Unid
Sertão do São Francisco	1.841	Unid	Itaparica	6.752	Unid
Bacia do Rio Grande	1.841	Unid	Metropolitano de Salvador	20.869	Unid
Portal do Sertão	7.366	Unid			

Meta	Verificar a conformidade de 417 mil produtos pré-medidos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	35.000	Unid	Vitória da Conquista	34.000	Unid
Extremo Sul	31.000	Unid	Médio Rio de Contas	36.000	Unid
Sertão do São Francisco	36.000	Unid	Itaparica	34.000	Unid
Bacia do Rio Grande	31.000	Unid	Metropolitano de Salvador	144.000	Unid
Portal do Sertão	36.000	Unid			

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS**
Programa	**COMÉRCIO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS**

Meta	Inspecionar 317 oficinas, especializadas em diversos tipos de instrumentos, como balanças, bombas de combustível, taximetros e esfigmomanômetros

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	11	Unid	Semiárido Nordeste II	07	Unid
Litoral Sul	20	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	04	Unid
Baixo Sul	07	Unid	Portal do Sertão	20	Unid
Extremo Sul	28	Unid	Vitória da Conquista	15	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	07	Unid	Recôncavo	07	Unid
Vale do Jiquiriçá	08	Unid	Médio Rio de Contas	20	Unid
Sertão do São Francisco	07	Unid	Bacia do Rio Corrente	06	Unid
Bacia do Rio Grande	15	Unid	Itaparica	07	Unid
Sertão Produtivo	08	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	07	Unid
Bacia do Jacuípe	06	Unid	Metropolitano de Salvador	100	Unid
Piemonte da Diamantina	07	Unid			

Entrega/Iniciativa
Verificação de instrumentos de medição
Avaliação de conformidade de produtos
Verificação de pré-medidos no comércio, distribuidores e fabricantes
Inspeção de oficinas permissionárias e empresas concessionárias

Compromisso	Promover o acesso de pequenos produtores e de organizações públicas e privadas do Estado aos serviços de avaliação da conformidade de produtos, processos e serviços
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Meta	Realizar 300 auditorias de avaliação da conformidade

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	300	Unid

Entrega/Iniciativa
Avaliação de conformidade e concessão de selos de qualidade
Regulamentação de processos de avaliação de conformidade e concessão de selos de qualidade
Disseminação da avaliação da conformidade
Acreditação do Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade - Ibametro, junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro

Compromisso	Qualificar as compras públicas do Governo mediante avaliação de conformidade a requisitos especificados
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS
Programa	COMÉRCIO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS

Meta	Avaliar 200 produtos nas compras públicas do Governo do Estado	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	200	Unid

Entrega/Iniciativa
Acompanhamento técnico especializado dos bens e serviços adquiridos pelas instituições públicas

Compromisso	Implantar a Rede Nacional de Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas – Redesim, objetivando reduzir prazos e custos
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Apoiar a implantação do sistema da Rede Nacional de Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas - Redesim em 150 municípios

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Irecê	05	Unid	Bacia do Jacuípe	02	Unid
Velho Chico	08	Unid	Piemonte da Diamantina	02	Unid
Chapada Diamantina	05	Unid	Semiárido Nordeste II	06	Unid
Sisal	09	Unid	Litoral Norte e Agreste Baiano	09	Unid
Litoral Sul	11	Unid	Portal do Sertão	07	Unid
Baixo Sul	06	Unid	Vitória da Conquista	04	Unid
Extremo Sul	05	Unid	Recôncavo	12	Unid
Médio Sudoeste da Bahia	06	Unid	Médio Rio de Contas	05	Unid
Vale do Jiquiriçá	03	Unid	Bacia do Rio Corrente	04	Unid
Sertão do São Francisco	08	Unid	Itaparica	01	Unid
Bacia do Rio Grande	05	Unid	Piemonte Norte do Itapicuru	03	Unid
Bacia do Paramirim	02	Unid	Metropolitano de Salvador	09	Unid
Sertão Produtivo	06	Unid	Costa do Descobrimento	04	Unid
Piemonte do Paraguaçu	03	Unid			

Entrega/Iniciativa
Implementação do Cadastro Sincronizado Nacional - Cadsinc
Instalação do Sistema Integrador Estadual - Regin
Capacitação do usuário externo da Junta Comercial do Estado da Bahia - Juceb
Modernização dos serviços de registro público de empresas mercantis
Divulgação da Rede Nacional de Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas - Redesim para a sociedade

Eixo Estruturante	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**
Área Temática	**INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS**
Programa	**MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Ementa

Desenvolver ações de fomento às microempresas e empresas de pequeno porte em setores semiestruturados ou estruturados da indústria, comércio, serviço e mineração do Estado

Recursos do Programa **R$ 17.064.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Saldo de Empregos Formais nas Micros e Pequenas Empresas	Unid	2011	0,00	160.814,00

Compromisso	Aumentar a competitividade das micros, pequenas e médias empresas dos Arranjos Produtivos Locais, permitindo uma maior participação nos mercados regional, nacional e internacional, nos respectivos segmentos
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Implementar 06 projetos estruturantes

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Sisal	01	Unid	Portal do Sertão	01	Unid
Sertão do São Francisco	02	Unid	Metropolitano de Salvador	01	Unid
Bacia do Jacuípe	01	Unid			

Meta	Apoiar a implantação de 99 planos de negócio das redes associativas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Chapada Diamantina	07	Unid	Piemonte da Diamantina	07	Unid
Sisal	07	Unid	Portal do Sertão	09	Unid
Litoral Sul	12	Unid	Vitória da Conquista	12	Unid
Sertão do São Francisco	22	Unid	Metropolitano de Salvador	18	Unid
Bacia do Jacuípe	05	Unid			

Entrega/Iniciativa

- Apoio à implementação de política de inovação nas estratégias competitivas das micro e pequenas empresas
- Apoio a novos Arranjos Produtivos Locais com estratégias competitivas e de inovação
- Implantação de projetos estruturantes
- Execução de planos de negócio das redes associativas
- Apoio a capacitação de micro e pequenas empresas

Compromisso	Qualificar empreendedores individuais e empresários de micro e pequenas empresas, a fim de desenvolvê-los para uma gestão mais profissional de seus empreendimentos
Órgão Responsável	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Meta	Qualificar 2 mil empreendedores

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS
Programa	MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida	Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	200	Pessoas	Portal do Sertão	200	Pessoas
Sertão do São Francisco	200	Pessoas	Vitória da Conquista	200	Pessoas
Bacia do Rio Grande	200	Pessoas	Médio Rio de Contas	200	Pessoas
Sertão Produtivo	200	Pessoas	Itaparica	200	Pessoas
Litoral Norte e Agreste Baiano	200	Pessoas	Metropolitano de Salvador	200	Pessoas

Entrega/Iniciativa
Qualificação de empreendedores

Compromisso	Incentivar e apoiar projetos de empreendedorismo
Órgão Responsável	Secretaria da Educação
Meta	Apoiar 08 projetos de empreendedorismo popular

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	08	Unid

Meta	Prestar assistência a 100 empreendimentos individuais e/ou coletivos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Litoral Sul	100	Unid

Entrega/Iniciativa
Assistência/apoio à inovação tecnológica
Desenvolver uma rede de interconexão entre as instituições
Implantação do observatório de empreededorismo
Implantação da loja de marca Uesc
Incubação de empreendimentos econômicos solidários
Incubação de empreendimentos tecnológicos e biotecnológicos
Construção de espaço físico para incubadoras de base tecnológica
Assistência/apoio a empreendedores e trabalhadores individuais de atividades populares

Compromisso	Fortalecer o segmento das microempresas e empresas de pequeno porte para aumentar a competitividade, reduzir a informalidade, gerar novos empregos e facilitar o acesso ao crédito e a novos mercados
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Meta	Realizar o atendimento de 15% dos empreendedores individuais, micro e pequenos empresários

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	15	%

Meta	Realizar a avaliação de conformidade de 80 empresas

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS
Programa	MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	80	Unid

Meta	Estimular a formação de 20 redes de cooperação

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	Unid

Entrega/Iniciativa
Fortalecimento do Fórum Regional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Incentivo à implantação dos fóruns municipais
Qualificação e contratação de agentes de desenvolvimento local
Realização de estudos para o mapeamento das oportunidades de negócio
Implantação do Centro de Assessoramento Especializado ao Empreendedor
Incentivo à criação de redes de cooperação e ao adensamento da cadeia produtiva
Implantação do processo de avaliação da conformidade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Compromisso	Disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar microempresas e empresas de pequeno porte do Estado, contribuindo para o fortalecimento deste segmento
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda
Meta	Ampliar em 100 % a oferta de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas a apoiar microempresas e empresas de pequeno porte

Compromisso	Incentivar uma maior participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas estaduais, fomentando o crescimento da economia local, disponibilizando incentivos para competir no mercado e desenvolver a região a qual pertence
Órgão Responsável	Secretaria da Administração
Meta	Aumentar a participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 40% das licitações públicas estaduais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	40	%

Entrega/Iniciativa
Implementação do acesso das microempresas ao Cadastro de Fornecedores
Capacitação em licitações exclusivas
Adequação da legislação do Certificado de Registro Simplificado

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Vida Melhor – Oportunidade para Quem Mais Precisa

Eixo Estruturante	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
Área Temática	INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS
Programa	MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Compromisso Transversal	Órgão
Promover a melhoria dos micro e pequenos empreendimentos locais, por meio da criação e manutenção do agente de inclusão produtiva, facilitador das ações públicas e privadas para esse segmento	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Transversal	Órgão
Melhorar a competitividade empresarial do Estado, apoiando o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Programa	Reabilitação do Centro Antigo de Salvador

Compromisso Transversal	Órgão
Incrementar o nível da atividade econômica no Centro Antigo de Salvador para atrair novos negócios, gerar maior renda e oportunidades de trabalho, além de ampliar a participação de mercado das micro e pequenas empresas existentes na região	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Programa	Economia Criativa

Compromisso Transversal	Órgão
Tornar os produtos do artesanato baiano mais competitivos no mercado mundial por meio do estímulo à produção de excelência e aos princípios da responsabilidade socioambiental	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Estimular a produção e a comercialização do artesanato baiano	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Qualificar o artesanato baiano por meio da avaliação da conformidade dos requisitos normativos para este produto	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

PODER EXECUTIVO

Eixo Estruturante
Gestão Democrática do Estado

PPA 2012-2015

PODER EXECUTIVO

EIXO ESTRUTURANTE
GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO

O Plano Plurianual 2012-2015 possui em seus dois grandes Eixos Temáticos, já apresentados, o conjunto de *Programas* e respectivos *Compromissos*, capazes de promover o desenvolvimento sustentável e equilibrado do Estado, com foco nas políticas de redução das desigualdades regionais e sociais.

Para que o governo possa atender com eficiência e efetividade as demandas contempladas nas áreas econômica, de infraestrutura e social, integrantes dos *Eixos* anteriores, é mandatória a promoção de uma gestão democrática do Estado, que se constitui no terceiro *Eixo* de sustentação deste Plano Plurianual, no âmbito do Poder Executivo, tendo como premissas a participação cidadã, o controle social e a transparência, hoje demandas das sociedades democráticas, características do estado de direito.

ÁREAS TEMÁTICAS

Este *Eixo* possui em sua estrutura programática cinco *Temas/Programas:* Planejamento e Gestão Estratégica, Gestão Fiscal, Modernização da Gestão Pública, Relação Governo-Sociedade e Pacto Federativo.

O programa *Planejamento e Gestão Estratégica* tem por objetivo a realização dos instrumentos de planejamento governamental visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social. Dentre os principais enfoques estratégicos que nortearam os conteúdos programáticos deste Tema, destacamse (i) o planejamento com participação social, (ii) a promoção do desenvolvimento territorial por meio dos Planos Territoriais, Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), (iii) a promoção e estímulo à criação de Consórcios Públicos Municipais e (iv) o fomento às parcerias nacionais e internacionais de cooperação técnica e atração de investimentos públicos e privados.

Melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal e financeira, bem como o controle do gasto público para prover melhores serviços à população. É o que propõe o programa *Gestão Fiscal* e seus respectivos *Compromissos* e *Entregas/Iniciativas*. As principais diretrizes deste programa relacionam-se à melhoria do desempenho da administração tributária e a arrecadação dos tributos estaduais, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos e méto-

dos de apoio à gestão fiscal. Outras diretrizes importantes dizem respeito ao aumento do controle do gasto público e melhoria do desempenho da administração financeira, assim como a promoção de medidas normativas e administrativas objetivando a redução do impacto negativo do déficit previdenciário na capacidade de investimentos do Estado com recursos próprios do Tesouro.

Pela sua relevância e importância, o programa *Modernização da Gestão Pública* sintetiza as diretrizes gerais do próprio *Eixo Gestão Democrática do Estado*, tendo por escopo a inovação da gestão pública, visando a elevar o padrão de eficiência e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologias da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas.

Os *Compromissos e Entregas/Iniciativas* deste programa foram concebidos a partir de enfoques estratégicos que visam ao aperfeiçoamento e padronização dos processos de Recursos Humanos, Serviços Administrativos, Modernização e Licitação, fortalecendo o Sistema Estadual de Administração – SEA.

Outro enfoque estratégico norteador do *Tema* é consolidar a cultura da qualidade do gasto público, disseminando para todas as unidades do Poder Executivo a importância dessa iniciativa, monitorando e avaliando os resultados e convidando também o cidadão a participar do esforço voltado ao combate do desperdício.

O fortalecimento da gestão estratégica de pessoas através da profissionalização do servidor público, promovendo ações de reconhecimento, capacitação e desenvolvimento de talentos, com foco no mérito para ascensão social, permeia grande parte dos atributos programáticos do programa de Modernização da Gestão Pública.

O programa Relação *Governo-Sociedade* assegura, através do diálogo social, o acesso à informação, estimulando a participação cidadã e o controle social da gestão do governo. Tem como diretrizes estratégicas (i) a transparência das ações de governo, (ii) a mediação dos conflitos e negociação das demandas dos movimentos sociais e (iii) o fomento e apoio à organização da sociedade civil, por meio dos conselhos e associações.

Completa este *Eixo* o programa *Pacto Federativo*, que visa à ampliação da efetividade na implantação das políticas públicas, pelo fortalecimento da cooperação federativa e qualificação da relação com os membros dos demais Poderes do Estado, notadamente com vereadores, deputados e senadores.

Eixo Estruturante	**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO**
Área Temática	**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**
Programa	**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

Ementa

Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social

Recursos do Programa **R$ 1.098.468.000,00**

Compromisso	Subsidiar a construção de políticas públicas em áreas prioritárias para o desenvolvimento estadual
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento

Entrega/Iniciativa

- Elaboração de diagnósticos socioespaciais e socioeconômicos
- Realização de estudos prospectivos da economia baiana
- Realização de estudo da Matriz Energética da Bahia 2012-2042

Compromisso	Planejar a ação governamental, visando a eficientização e a integração das Políticas Públicas
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento

Entrega/Iniciativa

- Elaboração de plano estratégico
- Elaboração dos Instrumentos Legais de Planejamento - PPA, LDO e LOA
- Elaboração e divulgação de relatórios anuais
- Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas governamentais
- Realização de estudos e pesquisas
- Elaboração de manuais técnicos
- Capacitação de técnicos em planejamento

Compromisso	Melhorar os processos de planejamento, gestão, orçamento e modernização, redesenhando o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica - Sepege, como rede de governança do planejamento e gestão para o desenvolvimento sustentável do Estado
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento

Entrega/Iniciativa

- Aprovação do novo marco legal do Sistema de Planejamento
- Implantação do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica - Sepege
- Elaboração dos manuais de processo e sistema
- Capacitação da rede de atores

Compromisso	Promover o diálogo e a participação da sociedade na construção do Plano Plurianual e no monitoramento das Políticas Públicas
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento

Entrega/Iniciativa

- Implementação do PPA - Participativo
- Promoção de campanhas de divulgação
- Desenvolvimento de instrumentos e estratégia para oitiva popular
- Realização de reuniões presenciais e plenárias territoriais
- Elaboração de relatório consolidado das propostas do PPA Participativo

Eixo Estruturante	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO
Área Temática	**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**
Programa	**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**
Compromisso	Planejar e coordenar a Política Estadual de Ordenamento e Desenvolvimento Territorial Sustentável, para ampliar os mecanismos de participação social na gestão e integração das Políticas Públicas
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento

Entrega/Iniciativa
Apoio aos Colegiados de Desenvolvimento Territorial - Codeter
Funcionamento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - Cedeter
Apoio ao consorciamento, cooperação federativa e gestão municipal
Elaboração de política estadual de desenvolvimento territorial
Elaboração de plano territorial de desenvolvimento sustentável
Elaboração de política estadual de incentivo e apoio aos consórcios públicos
Elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia - PDS (Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE) e planos mestres das 5 Macrorregiões do Estado
Elaboração do Plano Estadual do Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia - PDS (Zoneamento Costeiro)

Compromisso	Promover a articulação e a integração das Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional, visando à sustentabilidade das ações implementadas nos territórios de identidade do Estado
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional

Entrega/Iniciativa
Realização de estudos das potencialidades locais e territoriais
Elaboração de projeto de desenvolvimento e integração dos territórios
Criação de cadastro e fontes de financiamento de desenvolvimento territorial
Implementação de sistema de monitoramento das redes de articulação

Compromisso	Fortalecer a Gestão Municipal para melhoria crescente de qualidade e produtividade no atendimento às demandas da população, ampliando o alcance da efetividade das políticas públicas
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional

Entrega/Iniciativa
Elaboração e revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU e Cadastro Tributário
Apoio a criação dos consórcios intermunicipais
Apoio aos conselhos territoriais
Assistência técnica aos municípios
Capacitação dos colegiados territoriais

Compromisso	Posicionar o Estado no cenário global em consonância com as diretrizes estratégicas do governo e a politica externa brasileira, com vistas a dinamizar a economia baiana e promover o seu desenvolvimento
Órgão Responsável	Gabinete do Governador

Entrega/Iniciativa
Intermediação para celebração de atos de atração de investimentos internacionais e parcerias de cooperação
Organização e coordenação de eventos e missões de atração de investimentos internacionais e visitas ao Estado
Acompanhamento e monitoramento das ações internacionais dos órgãos e entidades finalisticas
Promoção de eventos de parcerias de cooperação internacionais
Capacitação de técnicos em assuntos internacionais

Eixo Estruturante	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO
Área Temática	**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**
Programa	**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**
Compromisso	Fortalecer as ações internacionais dos órgãos e entidades, coordenando a Política Internacional do Governo, em consonância com a Política Externa Brasileira
Órgão Responsável	Gabinete do Governador
Entrega/Iniciativa	
Implantação de sistema de informação das ações internacionais	
Promoção de eventos internacionais	
Elaboração de relatórios gerenciais das ações internacionais	
Compromisso	Viabilizar junto a organismos nacionais e internacionais, financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Estado
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento
Entrega/Iniciativa	
Negociação e contratação de acordos de financiamento	
Compromisso	Buscar, de acordo com o protocolo Agenda Bahia, soluções para questões prioritárias das Políticas Públicas Estaduais, articulando a cooperação entre os Poderes, Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Bahia e demais entes congêneres
Órgão Responsável	Gabinete do Governador
Entrega/Iniciativa	
Implantação de câmara setorial de articulação dos poderes do Programa Pacto pela Vida	
Implementação de ações e programas prioritários e estratégicos de interesse comum	
Compromisso	Promover a atração de investimentos privados em projetos de reconhecido interesse do Estado, viabilizando a implementação de parcerias público-privadas
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda
Entrega/Iniciativa	
Estudos técnicos de viabilidade do Projeto da Plataforma Logística	
Estudos técnicos de viabilidade do Projeto de Mobilidade Urbana	
Estudos técnicos de viabilidade de projetos de parcerias público-privadas	
Compromisso	Planejar, coordenar, articular e acompanhar ações voltadas ao combate e erradicação da pobreza, buscando eficiência na aplicação dos recursos disponíveis
Órgão Responsável	Casa Civil
Entrega/Iniciativa	
Apoio às ações de combate e erradicação da pobreza	
Monitoramento e avaliação das ações de combate e erradicação da pobreza	
Promoção de eventos para o fortalecimento do controle social	
Realização de estudos e diagnósticos de combate e erradicação da pobreza	
Compromisso	Promover a intermodalidade logística para revitalização das áreas dos rios que integram a Bacia do Rio São Francisco em território baiano
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento
Entrega/Iniciativa	
Realização de estudos de revitalização da Bacia do Rio São Francisco	

Eixo Estruturante	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO
Área Temática	**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**
Programa	**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**
Compromisso	Disponibilizar para o Estado instrumento estratégico de ordenamento, planejamento e de gestão territorial, possibilitando a implementação do desenvolvimento em bases sustentáveis
Órgão Responsável	Secretaria do Meio Ambiente

Entrega/Iniciativa
Elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico

Compromisso	Disponibilizar instrumentos e informações e prover o aperfeiçoamento técnico-operacional voltado ao planejamento e desenvolvimento urbano
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Entrega/Iniciativa
Implementação do Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação de Desenvolvimento Urbano
Funcionamento do Sistema de Informações Geográficas Urbanas da Bahia - Informs
Funcionamento do Conselho Estadual das Cidades - ConCidades
Aperfeiçoamento técnico-operacional da gestão de desenvolvimento urbano

Eixo Estruturante	**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO**
Área Temática	**GESTÃO FISCAL**
Programa	**GESTÃO FISCAL**

Ementa

Melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, bem como o controle do gasto público, provendo melhores serviços ao cidadão

Recursos do Programa **R$ 196.270.000,00**

Compromisso	Melhorar a eficiência, eficácia e transparência da Gestão Fiscal, maximizando a arrecadação dos tributos e o controle do gasto público
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda

Entrega/Iniciativa

- Desenvolvimento de sistemas informatizados na área tributária e financeira
- Desenvolvimento de projetos de controle e gestão de processos na área tributária e financeira
- Implantação do Sistema de Gestão Integrada de Planejamento e Finanças - Fiplan
- Construção e ampliação de unidades fazendárias
- Recuperação e adaptação de unidades fazendárias
- Aquisição de equipamentos para unidades fazendárias
- Capacitação de servidores na área tributária e financeira

Compromisso	Aperfeiçoar o controle eficiente da arrecadação tributária de competência da Procuradoria Geral do Estado, auxiliando o Estado nas suas funções arrecadatórias e fiscalizatórias
Órgão Responsável	Procuradoria Geral do Estado

Entrega/Iniciativa

- Integração do Processo Administrativo Fiscal com a Procuradoria
- Implantação e integração do Sistema de Gerenciamento do Imposto de Transmissão e Doação - ITD com a Sefaz
- Implantação da gestão da dívida ativa tributária e não tributária
- Implantação do Núcleo de Inteligência da Procuradoria Fiscal
- Implantação do Projeto de Alienação por Iniciativa Particular
- Implantação do Projeto *Call Center*
- Implantação do Serviço de Atendimento ao Cidadão-SAC/PGE
- Revisão de leis de arrolamento de bens, parcelamento de débitos fiscais e decretos do Imposto de Transmissão e Doação - ITD e Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA

Compromisso	Conscientizar a população sobre a importância dos tributos como meio para assegurar o desenvolvimento econômico e social do Estado
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda

Entrega/Iniciativa

- Promoção de eventos artístico-culturais e desportivos
- Educação fiscal nas escolas
- Realização de campanhas educativas

Compromisso	Estabelecer estratégias de gestão para enfrentamento dos efeitos negativos do déficit do Funprev, contribuindo para o equilíbrio do Sistema Previdenciário do Estado
Órgão Responsável	Secretaria da Administração

Entrega/Iniciativa

- Implementação de auditoria e controle interno
- Realização de recadastramento dos beneficiários da Previdência Estadual
- Vinculação de receitas ao Funprev

Eixo Estruturante	**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO**
Área Temática	**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**
Programa	**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**

Ementa

Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas

Recursos do Programa	**R$ 1.129.797.713,00**

Compromisso	Aprimorar o modelo e as práticas de gestão, disseminando tecnologias, implementando ações de melhoria e de desenvolvimento da cultura organizacional orientada para resultados, visando elevar a qualidade na prestação de serviços
Órgão Responsável	Secretaria da Administração

Entrega/Iniciativa
Implementação do Sistema Estadual de Administração
Desenvolvimento de práticas de modernização administrativa
Desenvolvimento de projetos de melhoria continuada
Implantação de modelo de gestão
Aporte de tecnologias de gestão
Implementação de melhoria do atendimento em unidades prioritárias
Implantação de programa de gerenciamento de diretrizes e rotinas
Implantação de escritórios de gestão de projetos
Elaboração de atos regulamentares

Compromisso	Consolidar a cultura de eficiência do gasto e do controle gerencial, visando uma gestão provedora de serviços de qualidade, com vistas a maximização do retorno para a sociedade
Órgão Responsável	Secretaria da Administração

Entrega/Iniciativa
Disseminação de práticas de qualificação do gasto
Elaboração de estudos e pesquisas de qualificação do gasto
Implantação do sistema de monitoramento e avaliação do gasto

Compromisso	Proporcionar aos servidores um ambiente corporativo que estimule um padrão de conduta ética, acesso ao conhecimento, valorização, profissionalização e progresso na carreira baseado no mérito, assim como aperfeiçoar os instrumentos gerenciais voltados ao monitoramento do quadro de pessoal
Órgão Responsável	Secretaria da Administração

Entrega/Iniciativa
Implantação e funcionamento da Escola de Governo
Aperfeiçoamento da gestão de carreiras
Concessão de prêmios e benefício ao servidor
Capacitação de servidor público
Implementação de sistema de atenção a saúde e segurança do trabalho do servidor
Integração dos sistemas informacionais, processuais e tecnológicos de recursos humanos
Realização de concurso público
Dimensionamento do quantitativo de pessoal de cada unidade
Intensificação da fiscalização e controle da conduta funcional do servidor

Eixo Estruturante	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO
Área Temática	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
Programa	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
Compromisso	Ampliar a assistência preventiva e terapêutica tornando efetiva a promoção da saúde dos beneficiários do Planserv, otimizando a relação custo x benefício, de modo a manter o nível de acesso e de qualidade para os usuários
Órgão Responsável	Secretaria da Administração
Entrega/Iniciativa	
Prestação de assistência à saúde	
Implantação de unidade de atendimento médico do Planserv	
Implantação e funcionamento de unidade de dispensação de medicamentos do Planserv	
Atividades educativas de saúde	
Implantação de tabela de serviços em saúde	
Implantação de sistema de auditoria de controle e qualidade	
Compromisso	Qualificar o atendimento previdenciário através da diversificação dos canais de comunicação com os beneficiários e demais usuários do Sistema de Previdência Estadual
Órgão Responsável	Secretaria da Administração
Entrega/Iniciativa	
Implantação de novos canais de comunicação previdenciária	
Preservação do acervo de documentação previdenciária	
Compromisso	Viabilizar a concessão de benefícios ao servidor público para aquisição da casa própria, visando a melhoria da sua qualidade de vida
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Entrega/Iniciativa	
Apoio ao servidor na aquisição da casa própria	
Compromisso	Aperfeiçoar a gestão dos processos de compras públicas, visando potencializar a ação do Estado por meio da economia gerada, tempestividade e qualidade dos serviços e produtos adquiridos, bem como otimizar o controle dos bens móveis e imóveis do patrimônio público
Órgão Responsável	Secretaria da Administração
Entrega/Iniciativa	
Implantação do planejamento de compras e contratação de serviços	
Implementação de gestão de estoque	
Realização de mapeamento, redesenho e priorização dos processos de licitação	
Potencialização do uso e renovação contínua dos bens móveis	
Gerenciamento do patrimônio imobiliário do Estado	
Aperfeiçomento do sistema de operação com veículo	
Compromisso	Facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, por meio da simplificação de processos e redução de burocracia, com um padrão de atendimento qualificado e impessoal
Órgão Responsável	Secretaria da Administração
Entrega/Iniciativa	
Implantação e funcionamento de Posto SAC	

Eixo Estruturante	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO
Área Temática	**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**
Programa	**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**

Entrega/Iniciativa
Implantação e funcionamento de Ponto Cidadão
Expansão do Serviço de Atendimento ao Turista - SAT
Recuperação de Posto SAC

Compromisso	Proporcionar ao Executivo o suporte tecnológico adequado a maximização dos resultados das Políticas Públicas, bem como fomentar a utilização de tecnologias inovadoras que contribuam para a melhoria dos processos
Órgão Responsável	Secretaria da Administração

Entrega/Iniciativa
Implantação das melhores práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC
Implantação do catálogo de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC
Implementação de ferramenta para solução de Business Intelligence - BI
Modernização e ampliação do Data Center da Prodeb
Implantação da central de atendimento da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - Prodeb

Compromisso	Ampliar e modernizar a Empresa Gráfica da Bahia, tornando seu processo produtivo mais eficiente e eficaz
Órgão Responsável	Casa Civil

Entrega/Iniciativa
Modernização e atualização tecnológica
Reequipamento do Parque Industrial e Tecnológico
Reestruturação dos espaços físicos

Compromisso	Prover a infraestrutura física adequada para a prestação do serviço público, investindo na melhoria constante das edificações públicas
Órgão Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Entrega/Iniciativa
Construção e ampliação de prédios públicos
Recuperação e conservação das edificações públicas
Fiscalização de obras e serviços públicos
Desenvolvimento do Programa da Qualidade das Obras Públicas da Bahia - Qualiobra

Compromisso	Ampliar e modernizar o sistema de telefonia e internet nos órgãos do Estado, melhorando a qualidade dos serviços de comunicação no âmbito do CAB
Órgão Responsável	Secretaria de Infraestrutura

Entrega/Iniciativa
Ampliação e operacionalização do Sistema de Telefonia dos Órgãos Estaduais
Implantação do Sistema Wireless no CAB

Compromisso	Ampliar a Certificação de Qualidade em Órgãos e Unidades da Administração Estadual, aplicando normas reconhecidas internacionalmente, com impactos positivos na Sociedade
Órgão Responsável	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

Eixo Estruturante	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO
Área Temática	**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**
Programa	**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**

Entrega/Iniciativa
Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade

Compromisso	Modernizar a Procuradoria Geral do Estado, tornando-a eficiente, motivada e habilitada a assessorar a Administração Pública a atender as demandas da Sociedade, garantindo a lisura e eficiência na execução dos Programas Sociais do Estado
Órgão Responsável	Procuradoria Geral do Estado

Entrega/Iniciativa
Implementação do Projeto de Modernização da PGE
Modernização do setor de Tecnologia da Informação - TI
Construção de unidades regionais
Ampliação de infraestrutura física
Adequação das unidades regionais
Aquisição de móveis e equipamentos
Realização de concurso público
Capacitação de Procuradores
Aquisição de veículos

Compromisso	Prover a Procuradoria Geral do Estado de instrumentos facilitadores das suas atribuições de representação, consultoria e assessoramento, para racionalizar suas atividades jurídicas
Órgão Responsável	Procuradoria Geral do Estado

Entrega/Iniciativa
Implantação de Processo Eletrônico Judicial
Implantação de Procuradorias Regionais
Implantação de Representação Fiscal em Brasília
Implantação do Juizado Especial da Fazenda Pública
Assessoramento jurídico das ações de infraestrutura do Estado para a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016
Acompanhamento jurídico da atuação do gestor público nas políticas públicas
Elaboração de Lei Complementar criando a Residência Jurídica

Compromisso	Ordenar e coordenar a consecução hermenêutica e finalistica do interesse público, integrando os serviços jurídicos do Estado, de forma a viabilizar os controles de inspeção e auto-orientação
Órgão Responsável	Procuradoria Geral do Estado

Entrega/Iniciativa
Reestruturação dos serviços jurídicos
Capacitação de técnicos
Realização de concurso público
Realização de seminários

Eixo Estruturante	**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO**
Área Temática	**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**
Programa	**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**
Compromisso	Fortalecer as relações interinstitucionais para o alcance dos objetivos públicos dentro da melhor técnica jurídica na Procuradoria Geral do Estado
Órgão Responsável	Procuradoria Geral do Estado

Entrega/Iniciativa
Implantação da Escola de Governo PGE
Capacitação de gestores e servidores
Realização de eventos

Programa/Compromisso Transversal	
Programa	Energia para o Desenvolvimento
Compromisso Transversal	**Orgão**
Promover o uso racional da energia elétrica, no âmbito do poder público, como forma de aumentar a disponibilidade da energia ofertada à sociedade e reduzir os gastos públicos	Secretaria da Infraestrutura

Eixo Estruturante	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO
Área Temática	**RELAÇÃO GOVERNO-SOCIEDADE**
Programa	**RELAÇÃO GOVERNO-SOCIEDADE**

Ementa

Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado

Recursos do Programa	**R$ 347.674.000,00**

Compromisso	Planejar e coordenar a execução dos serviços de eventos institucionais, mercadológicos e de utilidade pública, buscando identificar o público alvo e a melhor maneira de atingi-los com maior eficiência
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social

Entrega/Iniciativa
Realização de eventos institucionais, mercadológicos e de utilidade pública

Compromisso	Promover a política de comunicação e informação, garantindo à sociedade pleno conhecimento e transparência das ações do Governo
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social

Entrega/Iniciativa
Publicidade Institucional
Publicidade de Utilidade Pública
Divulgação das Ações do Governo

Compromisso	Viabilizar o cumprimento institucional do Estado de levar informação das ações do Governo ao cidadão
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social

Entrega/Iniciativa
Implantação da TV WEB
Aquisição tecnológica da infraestrutura de equipamentos de gravação e transmissão
Digitalização do acervo de áudio e vídeo

Compromisso	Coordenar a política de comunicação social, assegurando a sociedade o pleno conhecimento e transparência das informações
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social

Entrega/Iniciativa
Implantação do Plano Estadual de Políticas Públicas de Comunicação Social
Desenvolvimento de políticas públicas de comunicação
Implantação de rede pública de comunicação
Requalificação da infraestrutura de comunicação do Estado
Criação de serviços de radiodifusão de som e imagem
Funcionamento do Conselho Estadual de Comunicação Social
Realização das conferências estaduais, livres e regionais de comunicação social
Publicação de editais de fomento à produção e difusão
Capacitação técnica na área de comunicação social

Eixo Estruturante	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO
Área Temática	RELAÇÃO GOVERNO-SOCIEDADE
Programa	RELAÇÃO GOVERNO-SOCIEDADE
Compromisso	Promover agilidade na produção de conteúdo das matérias veiculadas, valorizando a mídia e o rádio como instrumento de socialização das ações do Governo
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social

Entrega/Iniciativa
Implantação de rádio web
Desenvolvimento do Projeto Mídia Jovem
Desenvolvimento de projeto de formação de comunicadores comunitários
Atualização da infraestrutura de equipamentos de gravação e transmissão
Aquisição de *software* específico para audios

Compromisso	Ordenar o acervo fotográfico do Governo, revitalizando suas imagens para disponibilização à sociedadee o rádio como instrumento de socialização das ações do Governo
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social

Entrega/Iniciativa
Digitalização do acervo fotográfico
Aquisição de programa de gerenciamento e indexação de imagens
Atualização tecnológica de infraestrutura de equipamentos fotográficos
Implantação de ambiente climatizado para guarda do acervo analógico

Compromisso	Normatizar e coordenar a execução dos programas de internet, incluindo sítios, campanhas publicitárias, mídias *online* e gerenciamento de redes sociais, criando uma presença digital para o Governo
Órgão Responsável	Secretaria de Comunicação Social

Entrega/Iniciativa
Implantação do portal de internet institucional do Governo
Implantação de plataformas móveis e multimídia
Gerenciamento de campanha *online*

Compromisso	Articular e dialogar com a sociedade civil e a população jovem do Estado, promovendo o desenvolvimento econômico e social
Órgão Responsável	Secretaria de Relações Institucionais

Entrega/Iniciativa
Implementação de políticas públicas e diretrizes voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social
Fomento à criação de conselhos e associações
Realização de encontros, fóruns, conferências, grupos de trabalhos e seminários

Compromisso	Coletar, tratar e divulgar informações de natureza social, econômica, ambiental e estatística, visando subsidiar o planejamento governamental e a sociedade para definir políticas e programas de desenvolvimento econômico e social do Estado
Órgão Responsável	Secretaria do Planejamento

Entrega/Iniciativa
Elaboração de pesquisas socioeconômicas e ambientais

Eixo Estruturante	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO
Área Temática	**RELAÇÃO GOVERNO-SOCIEDADE**
Programa	**RELAÇÃO GOVERNO-SOCIEDADE**

Entrega/Iniciativa
Elaboração de mapas e informações cartográficas
Produção de estatísticas e indicadores socioeconômicos
Produção de informações cartográficas

Eixo Estruturante	**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO**
Área Temática	**PACTO FEDERATIVO**
Programa	**PACTO FEDERATIVO**

Ementa
Buscar soluções integradoras dentro do Pacto Federativo, visando à ampliação da efetividade na implementação de políticas públicas, pelo fortalecimento da cooperação federativa e qualificação da relação com parlamentares

Recursos do Programa	**R$ 2.196.000,00**

Compromisso	Articular a política do Poder Executivo com os demais poderes e entes federativos, estabelecendo a sua coordenação e integração política
Órgão Responsável	Secretaria de Relações Institucionais

Entrega/Iniciativa
Coordenação da relação política do Poder Executivo com diversas esferas do Governo, Poderes e Sociedade Civil
Implementação do Sistema de Relacionamento Institucional - SRI
Apoio a criação de consórcios públicos municipais
Realização de encontros, conferências, fóruns e seminários

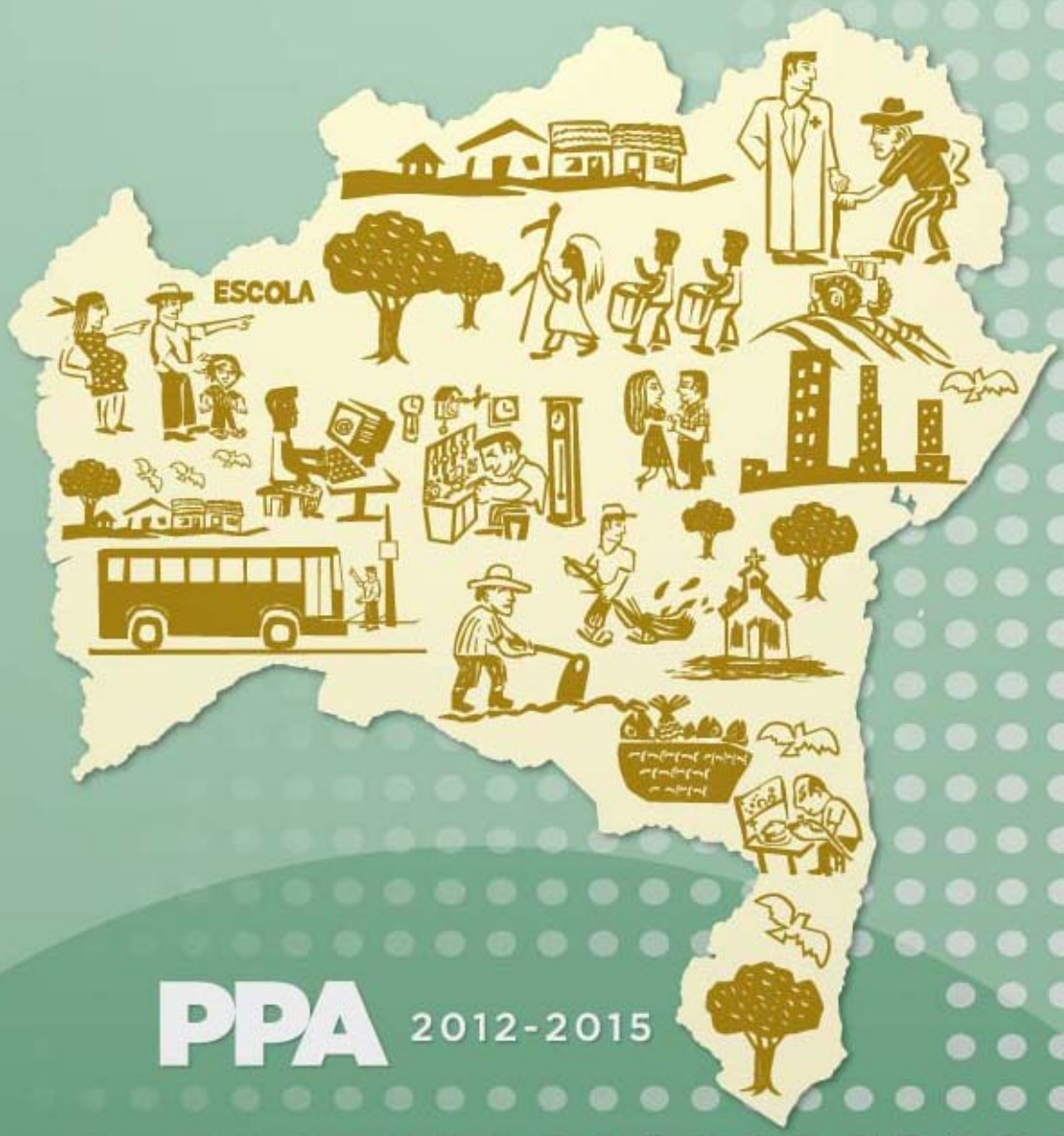
Compromisso	Disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar à infraestrutura básica em Municípios, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população e redução das desigualdades sociais
Órgão Responsável	Secretaria da Fazenda

Entrega/Iniciativa
Disponibilização de linhas de financiamento destinadas a apoiar à infraestrutura básica em municípios

PODER LEGISLATIVO

Eixo Estruturante

Ação Legislativa e o Controle das Contas Públicas



PPA 2012-2015

PODER LEGISLATIVO

EIXO ESTRUTURANTE
EIXO ESTRUTURANTE AÇÃO LEGISLATIVA E O CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS

Um dos postulados fundamentais da democracia, em harmonia com a soberania popular e regras claras estabelecendo limites aos poderes do governo, bem assim o resguardo e a promoção dos direitos fundamentais, é o dever de prestar contas que se incumbe aos governantes, responsabilizando-os pelos atos ou omissão no exercício do poder.

Consectário do regime democrático do governo é o controle da administração pública pelo Poder Legislativo, que, na democracia representativa, se coloca como fonte real do poder, uma vez que os seus membros são eleitos como representantes do povo e em nome deles o exercem. Assentada nesse postulado, a Constituição, na organização dos poderes, estabelece um conjunto de regras e mecanismos de controles institucionais, por meio dos quais se busca tornar efetivo o dever de prestar contas ou a responsabilização política dos governantes (*accountability*).

No sistema constitucional brasileiro, orientado pelo principio da separação dos poderes, há uma simbiose entre a ação legislativa e contas públicas, porquanto compete ao Poder Legislativo, como uma prerrogativa da soberania popular, não só a produção de normas e instrumentos reguladores da gestão pública, como o controle externo da administração pública, instrumento operativo do governo, objetivada na ação fiscalizatória dos atos pertinentes.

A ação de fiscalização, cujo fundamento é a submissão da Administração ao primado da Lei, surgiu com o constitucionalismo e o estado de direito e sempre constituiu tarefa básica dos parlamentos e das assembléias legislativas. No sistema de separação de poderes que molda o Estado moderno, cabe ao Poder Legislativo criar as leis, sendo, por isso, da lógica do próprio sistema que a ele também se impute a atribuição de fiscalizar seu cumprimento, sobretudo do Poder Executivo, a quem incumbe preponderantemente a função administrativa.

Com efeito, estabelece a Constituição republicana que cabe ao Congresso Nacional e, por simetria, às assembléias legislativas, câmaras distritais e câmaras de vereadores, nos seus respectivos âmbitos de atuação na esfera federativa, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com auxilio dos tribunais

de contas competentes, como escopo do controle externo dos órgãos e entidades dos correspondentes entes da Federação. Espelhando, de outra sorte, o dever de prestar contas de todo aquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos, ou que responde por obrigações de natureza pecuniária assumidas em nome da pessoa federativa.

Coerente com este imperativo, anualmente, os chefes do Poder Executivo prestam contas ao Poder Legislativo, que são apreciadas com o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas competente, de cujo escopo devem constar os resultados da ação pública empreendida, instruídas com demonstrativos, auditorias e peças contábeis que retratam as operações da administração, no cumprimento da programação estabelecida. Evidenciando, especialmente, a aplicação dos índices constitucionais em áreas cruciais de atendimento à população, a observância dos parâmetros das despesas públicas e o desempenho da arrecadação em relação à previsão. Destacando, nesse sentido, as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, que são informações essenciais para averiguação do equilíbrio fiscal das contas públicas.

Dos instrumentos de orientação e controle da ação pública, realça-se, pelos seus aspectos político, jurídico, contábil, econômico, financeiro e administrativo, o orçamento público. No estágio atual de crescentes transformações, ele deixou de ser uma simples exposição contábil de receitas e despesas públicas para expressar o programa de operações do governo e os meios do seu financiamento. No sistema adotado pelo regime constitucional brasileiro, de integração do orçamento ao planejamento, há uma sintonia entre os instrumentos normativos de modo que os orçamentos fiscal, de investimentos das empresas e o orçamento da seguridade social passam a se constituir em peças operativas do planejamento governamental, tornando factíveis as políticas, diretrizes e os objetivos estratégicos que integram os planos e programas de governo.

Nesta perspectiva, o Poder Legislativo, no exercício da legitimidade das suas funções, engaja-se e harmoniza-se aos compromissos estratégicos que integram o Plano Bahia 2023, cuidando em imprimir e fiscalizar a legalidade das ações estabelecidas como metas e prioridades para o desenvolvimento econômico, social e político do estado. Num corte temporal, estrutura para o período 2012/2015 o seu Plano Plurianual, exibido na dimensão estratégica, haja vista a delegação à peça orçamentária da tarefa de especificar e objetivar a engenharia operacional de efetivação da proposta. Assim, em consonância com a nova metodologia, o Plurianual 2012/2015 privilegia a montagem estratégica das intervenções propostas em âmbito estadual agrupadas por *Eixos, Temas, Programas, Compromissos e Entregas.*

É neste contexto que o Poder Legislativo, representado pela Assembléia e os Tribunais de Contas – Estado e Municípios, propõe com o Eixo Ação Legislativa e Controle das Contas Públicas estruturar as suas estratégias e compromissos de intervenções, articuladas aos demais poderes, de forma que, assumindo a parcela de responsabilidade que lhe compete, possa atuar de forma eficiente e eficaz na obtenção dos resultados a que se propõe o Plano Estratégico do Governo e a sua parcela de colaboração esperada com o Plano Plurianual 2012/2015.

Em que pese a escolha do *Eixo* do Poder Legislativo refletir a dimensão estratégica de sua missão, é na dinâmica operacional do Plano que se evidencia a forte vinculação entre a ação legislativa e o controle das contas públicas. Tal afirmativa constata-se na medida em que o Poder Legislativo encontra-se presente e atuante em todo ciclo orçamentário, na apreciação e adequação do planejamento de médio prazo (Plano Plurianual), na priorização das metas para a administração pública e na formulação das políticas de arrecadação e alocação de recursos (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Presente e atuante, em igual medida, nas intervenções de negociações e ajustes técnicos da proposta orçamentária (Lei Orçamentária Anual), tornando mais efetivo o dever de prestação de contas dos governantes à sociedade, referendando a legitimidade ao exercício do poder no Estado democrático.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA – ALBA

AREA TEMÁTICA
AÇÃO LEGISLATIVA

A Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, que tem como função a atribuição de legislar, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público, e o dever de exercer com total transparência suas atividades de representação da sociedade baiana, definiu suas ações prioritárias, para o período 2012-2015, com o propósito de assegurar os compromissos do colegiado e executar com eficiência suas atribuições institucionais, valendo-se de inovações tecnológicas. Nesse sentido, aproxima-se cada vez mais da população com informações em tempo real, através da comunicação televisiva e aperfeiçoamento do seu portal na internet, cumprindo o dever de liderar um processo de mudança e avanço na função institucional do Legislativo.

A ação legislativa, com ênfase na normatização, no controle e vigilância das atividades governamentais, incorpora o papel fundamental do Poder Legislativo, tendo como ferramenta o debate político entre partes diferentes.

A normatização é o corolário do princípio da legalidade, uma vez que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de espécie normativa devidamente elaborada pelo poder competente e em conformidade com as regras constitucionais de produção de atos legislativos, transformando os anseios da população em leis e, principalmente, demonstrando a independência que deve existir entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O papel de fiscalizar e cobrar resultados das ações empreendidas pelo gestor público tem como principal responsabilidade proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, fundamental ao desenvolvimento da sociedade, à melhoria na qualidade de vida da população e ao emprego eficiente, oportuno e adequado dos recursos financeiros.

Neste contexto, a relação entre o povo e os políticos começa no processo eleitoral e se estende por toda a legislatura, estabelecendo uma atuação política lastreada em um contexto de futuro. O esforço da Assembléia Legislativa de aproximar o cidadão da ação legislativa é traduzido pelo projeto Assembléia Itinerante, levando sessões plenárias a todas as regiões do estado; e também pelo aprimoramento do portal da internet, tornando-o mais interativo e transparente, bem assim com a expansão da TV Assembléia, com transmissão através de sinal aberto, abrindo as portas à sociedade baiana e firmando-se como esteio da democracia.

Eixo Estruturante	**AÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS**
Área Temática	**AÇÃO LEGISLATIVA**
Programa	**FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA**

Ementa

Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros

Recursos do Programa	**R$ 645.180.000,00**

Compromisso	Estabelecer novo padrão de relação entre Estado e sociedade, exercendo a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público, com transparência e interatividade, enfatizando a normatização e o controle social
Órgão Responsável	Assembléia Legislativa

Entrega/Iniciativa

- Exercício da Ação Legislativa
- Implementação da Assembléia Itinerante
- Implementação do Sistema de TV e Radiodifusão
- Funcionamento da Fundação Paulo Jackson
- Reforma e adaptação das instalações físicas
- Implementação da Escola do Legislativo
- Capacitação de servidores
- Desenvolvimento e implantação de novo sistema de informação

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA – TCE

ÁREA TEMÁTICA
CONTROLE EXTERNO ESTADUAL

O Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, ao ser definido, observou seu papel de agente controlador que, ao ser desempenhado, enfrenta relevantes desafios na busca do aprimoramento de suas ações, destacando-se a necessidade de compreender a atuação junto aos jurisdicionados e agir de forma colaborativa no enfrentamento aos problemas que porventura surjam.

Neste enfoque, foi considerado importante, no campo específico do controle externo, que se tenha sempre o foco na verificação da qualidade do gasto público e para a dicotomia custeio versus investimento, sob pena de aumentar a vulnerabilidade da gestão orçamentário-financeira, com consequências negativas para o desenvolvimento das políticas governamentais.

Em um contexto em que suas ações devem ter em mira a participação e colaboração, o Tribunal de Contas tem que buscar, sempre, o diálogo com os jurisdicionados, de forma a conseguir uma efetiva evolução no processo de aplicação dos recursos públicos, mercê, principalmente, das limitações financeiras que o Estado enfrenta, tendo em vista que os recursos disponíveis poderão não ser suficientes para atender a todas as demandas, caso não haja a otimização de sua aplicação.

Sob uma ótica em quê, cada vez mais, é dada ênfase a aspectos do controle social como fator significativo em um processo de valorização da gestão pública, o aperfeiçoamento do controle contribuirá de forma significativa para que a gestão governamental seja profícua, o que passa naturalmente pela necessidade de aprimorar suas práticas auditoriais, como forma de conseguir melhores resultados em relação aos recursos materiais, humanos ou financeiros aplicados.

Eixo Estruturante	**AÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS**
Área Temática	**CONTROLE EXTERNO ESTADUAL**
Programa	**APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE EXTERNO ESTADUAL**

Ementa

Aperfeiçoar o exercício do controle externo, com ênfase na modernização da estrutura física e tecnológica e na capacitação de pessoas, visando zelar pela regular aplicação dos recursos públicos contribuindo para uma gestão orçamentária e financeira do Estado desenvolvida em concordância com as políticas governamentais, sob a ótica da transparência, economicidade, efetividade, legalidade e materialidade e baseada no diálogo para enfrentar possíveis impropriedades a partir de uma perspectiva construtiva

Recursos do Programa **R$ 396.878.000,00**

Compromisso	Aprimorar as práticas auditoriais, assegurando o efetivo, regular e transparente exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado

Entrega/Iniciativa

- Apreciação, julgamento e divulgação do controle externo estadual
- Realização de auditoria e fiscalização das contas públicas do Estado
- Aprimoramento das práticas auditoriais

Compromisso	Otimizar os processos, facilitando a atuação seletiva e tempestiva do controle externo, para o aumento da transparência quanto aos resultados do controle
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado

Entrega/Iniciativa

- Implantação de módulo do Sistema de Observação das Contas Públicas
- Implantação de módulo do Sistema de Prestação de Contas
- Implantação de sistema de gerenciamento de processos e documentos
- Implantação de recursos tecnológicos para divulgação dos resultados do controle externo

Compromisso	Manter a disponibilidade e a qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação - TI do Tribunal de Contas do Estado, otimizando a utilização de recursos com responsabilidade social e ambiental
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado

Entrega/Iniciativa

- Operação do Sistema de Observação das Contas Públicas
- Operação do Sistema de Avaliação e Desempenho da Programação
- Operação do Sistema de Gerenciamento de Auditoria
- Operação do Sistema de Gerenciamento de Serviços
- Operação do Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos
- Operação do Portal Web
- Implantação de projeto de otimização dos recursos de Tecnologia da Informação - TI
- Realização de campanha de conscientização sobre o uso dos recursos de Tecnologia da Informação - TI
- Renovação do parque computacional

Compromisso	Modernizar a gestão do Tribunal de Contas do Estado, ampliando a infraestrutura física e otimizando a qualidade dos serviços prestados à sociedade
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado

Continua

Eixo Estruturante	**AÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS**
Área Temática	**CONTROLE EXTERNO ESTADUAL**
Programa	**APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE EXTERNO ESTADUAL**

Entrega/Iniciativa
Desenvolvimento e suporte institucional
Aperfeiçoamento técnico-profissional
Realização de concurso público
Ampliação e reforma do prédio sede
Construção do anexo da sede

Compromisso	Aprimorar o modelo e as práticas de gestão do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria - Cedasc, disseminando tecnologias, buscando elevar o padrão de eficiência e eficácia dos serviços prestados ao Tribunal de Contas do Estado
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado

Entrega/Iniciativa
Implantação de novo modelo de gerenciamento de serviços de atendimento aos usuários
Realização de campanhas de divulgação dos recursos tecnológicos
Capacitação de servidores

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS – TCM

ÁREA TEMÁTICA
CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS

Os Tribunais de Contas no Brasil têm importante papel nas relações entre Estado e sociedade e na consolidação do regime democrático, como uma das instituições de controle público.

No modelo constitucional brasileiro, aos Tribunais de Contas cabe exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, em auxílio ao controle externo de competência dos poderes legislativos no âmbito dos respectivos entes federativos, tornando efetiva a *accountability* – ou o dever de prestar contas por todo aquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens, valores públicos ou por obrigações de natureza pecuniária, assumidas em nome do poder público. Destas, as Cortes de Contas, para cumprimento da sua missão, desenvolvem atividades de natureza fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora, corretiva e normativa, além da pedagógica assumida em algumas atuações.

Nos tempos recentes, registra-se uma maior atuação dos Tribunais de Contas, tanto em decorrência do novo paradigma de controle estabelecido pela Constituição de 1988, ampliado pela EC nº 19/98, com a inserção do princípio da eficiência entre as balizas de controle de legitimidade da administração pública, e pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, indicando o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como ações necessárias à prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Essas questões demandaram um realinhamento dos órgãos públicos de controle em busca de maior eficiência, eficácia e efetividade em suas ações, práticas e procedimentos, inclusive com a adoção de tecnologia de informação, para se aprestarem às novas demandas dos próprios jurisdicionados e da sociedade.

É neste cenário que o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2006,

celebrou convênios com os Tribunas de Contas para a execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – Promoex, tendo como objetivo "o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo como instrumento da cidadania, incluindo a intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, com vistas ao incremento da eficácia, eficiência e efetividade das ações de controle e dos mecanismos de articulação social". É financiado com recursos provenientes do contrato de empréstimo celebrado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a República Federativa do Brasil, e da contrapartida dos Tribunais de Contas, na qualidade de subexecutores, por meio das Unidades Executoras – UEL's.

O Promoex vem sendo desenvolvido em componentes *Nacional* e *Local*, que agrupam atividades específicas, a seguir discriminadas.

O *Componente Nacional* contempla as ações destinadas a reduzir as assimetrias entre os Tribunais de Contas e a fortalecer os mecanismos de interlocução entre si e com os órgãos dos governos dos entes federativos sobre temas e procedimentos de controle externo, com ênfase nos pontos de controle da Lei de Responsabilidade Fiscal e na aplicação das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. São produtos deste componente: a criação da Rede Nacional de Controle Público, que possibilita a troca e o compartilhamento de informações entre os TC's, e a implantação do Portal Nacional, que concentra informações e trabalhos desenvolvidos pelos diversos grupos temáticos nacionais, constituídos por técnicos dos próprios Tribunais e de suas entidades representativas.

O *Componente Local*, por sua vez, agrega as ações voltadas à modernização dos seus processos de trabalho, aporte de tecnologia, aumento da competência dos seus técnicos, transparência de suas ações e melhoria dos mecanismos de interrelação com os seus jurisdicionados e a sociedade local.

Inserido nesse amplo esforço de modernização, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM elaborou uma carteira de projetos, envolvendo Planejamento Estratégico de TI, Redesenho dos Métodos e Procedimentos, Gerenciamento Eletrônico de Documentos, Pesquisa de Imagem, Gestão de Pessoas, Revisão do Planejamento Estratégico e Fortalecimento do Controle Interno Municipal, que se encontram em execução ou em fase de conclusão.

A tecnologia de informação tem contribuído significativamente para a inovação das práticas de trabalho voltadas para a fiscalização orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional dos municípios, na medida em que introduz a captação e guarda magnética ou digital de dados e informações sobre estas áreas e produz maior agilidade, menores prazos, melhor gestão e mais qualidade nos procedimentos de controle, análise e auditoria das contas públicas municipais.

No conjunto dos projetos, merece destaque, pelo seu potencial de transformações, o Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – Siga, que se constitui numa rede de coleta de dados declaratórios dos jurisdicionados, para servir de base ao exame e análise das contas municipais de forma mais abrangente, ágil, transparente, segura e confiável. Este sistema apresenta, ainda, as vantagens da alteração da metodologia de exame censitário pela técnica de amostragem, como da substituição gradativa do papel pela comunicação/informação digital, facilitando a conferência de dados referentes ao planejamento, orçamento, finanças, patrimônio, contabilidade e desempenho operacional dos municípios, assim como da absorção de sistemas auxiliares, tais como: Cadastramento de Obras e Serviços – Sicob; Informações de Gastos com Publicidade – SIP; Acompanhamento de Pagamento de Pessoal – SAPPE; e Informações de Gastos de Educação e Saúde – SIES.

Visando ao aprimoramento do controle externo, o TCM, além do redimensionamento das 1ª, 2ª e 3ª Coordenadorias, distribuindo a vinculação técnica das 24 Inspetorias Regionais de Controle Externo entre a 1ª e 2ª CCE, dirigiu esforços na implantação da Ouvidoria e para a constituição do Ministério Público de Contas.

Com a revisão do seu Planejamento Estratégico, o TCM deverá promover o realinhamento de sua engrenagem operacional, repensando e propondo intervenções es-

tratégicas e gerenciais que serão monitoradas e avaliadas com o objetivo de produzirem respostas concretas e satisfatórias aos seus clientes internos e externos.

Assim, dentre outros aspectos considerados balizas nas decisões e estruturação do Programa de Trabalho para o período 2011/2015, mereceu destaque especial o alcance das atividades exercidas pelo Tribunal, em número superior a mil clientes diretos, dos quais 956 jurisdicionados (417 prefeituras, 417 câmaras de vereadores e 122 entidades da administração indireta), que se somam às entidades civis contempladas com repasses de subvenções, auxílios ou contribuições destes órgãos e entidades. Neste cenário de atuação, uma das questões que lidera a pauta das preocupações do Tribunal tem sido o resultado obtido no exame das contas anuais dos seus jurisdicionados, que revela uma concentração expressiva nas categorias de contas aprovadas com ressalvas e rejeitadas, em razão, principalmente, de: (i) ausência de processo licitatório; (ii) falta do prévio concurso público para a admissão de pessoal; (iii) descumprimento dos limites na aplicação em despesa de pessoal, saúde e educação; (iv) abertura de créditos adicionais sem base legal; e (v) inadequação de gastos no Poder Legislativo e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais em Educação – Fundeb.

Com o propósito de investir na reversão desse quadro, assim como buscar melhor atender às demandas dos seus jurisdicionados e às aspirações da sociedade e dos cidadãos quanto à transparência, ao controle e à qualidade dos gastos e o combate à corrupção no serviço público municipal, o Tribunal de Contas dos Municípios está empenhado em desenvolver e dar continuidade às ações que agreguem esforços ao pleno exercício das suas funções constitucionais e legais, tais como:

- mobilização da sociedade e dos cidadãos para o controle social, promovendo campanhas educativas e eventos;
- capacitação e cooperação técnica dos conselhos municipais e entidades civis representativas;
- aperfeiçoamento da gestão municipal, mediante o fortalecimento do controle interno e capacitação dos servidores municipais;
- capacitação e orientação técnica em controle externo das câmaras municipais;
- redimensionamento da estrutura organizacional e operativa do TCM;
- redesenho dos processos e aperfeiçoamento dos sistemas informatizados relativos às atividades de controle externo;
- fortalecimento da imagem do TCM, mediante a publicidade de suas ações e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade e conselhos municipais;
- capacitação e valorização em competências técnicas e administrativas dos servidores do TCM;
- gestão da informação e conhecimento, inclusive com a revisão do gerenciamento eletrônico de documentos;
- redesenho dos processos e aperfeiçoamento dos sistemas informatizados das atividades administrativas; e
- ampliação e otimização dos recursos de tecnologia da informação.

Eixo Estruturante	**AÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS**
Área Temática	**CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS**
Programa	**APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS**

Ementa

Aperfeiçoar o controle externo da administração pública municipal como instrumento de articulação social e de cidadania com eficiência, eficácia e efetividade das ações, assegurando uma gestão orçamentária e financeira em conformidade com as normas legais e em benefício do interesse comum, com a priorização, no âmbito interno, da intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, da modernização dos procedimentos e instrumentos de controle, da valorização e capacitação de pessoas e da requalificação da informação e do conhecimento

Recursos do Programa	**R$ 25.045.000,00**

Compromisso	Contribuir para a efetividade das políticas públicas municipais, com a mobilização da sociedade e do cidadão para o controle social e a união de esforços no combate à improbidade administrativa e na defesa do patrimônio público
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios

Entrega/Iniciativa

- Atualização da legislação, normas e pareceres
- Implantação de projeto de ouvidoria itinerante
- Implantação de auditoria operacional
- Ampliação de auditoria de conformidade com inspeção *in loco*
- Implantação de banco de dados das orientações jurídicas e técnicas
- Promoção de campanhas educativas e eventos de controle social
- Capacitação dos conselhos municipais e entidades civis representativas

Compromisso	Contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento da gestão municipal, fortalecendo o controle interno e o relacionamento com as Câmaras Municipais, visando a eficácia do exercício do controle externo municipal
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios

Entrega/Iniciativa

- Disponibilização aos jurisdicionados de legislação, normas, decisões e orientações
- Disponibilização de produtos e serviços para a gestão municipal
- Realização de estudo para melhoria das orientações jurídicas e técnicas aos jurisdicionados
- Implantação de meios de comunicação com os jurisdicionados
- Capacitação e orientação técnica às Câmaras Municipais

Compromisso	Melhorar a eficácia do controle externo municipal, ampliando a transparência das ações e a capacidade de atendimento às demandas dos jurisdicionados, da sociedade e fortalecer a imagem institucional
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios

Entrega/Iniciativa

- Implantação de sistema de jurisprudência
- Integração das unidades envolvidas em análise de processos de controle externo
- Implementação de instrumentos de ouvidoria
- Elaboração de boletim de informações municipais
- Implantação do planejamento estratégico e de sistema de monitoramento e avaliação
- Implementação de novas soluções de Tecnologia da Informação - TI

Eixo Estruturante	AÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS
Área Temática	CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS
Programa	APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS

Entrega/Iniciativa
Ampliação do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria - Siga
Aperfeiçoamento de sistemas de suporte operacional
Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação com a sociedade
Implantação de plano estratégico de comunicação e marketing institucional
Realização de pesquisa sobre a satisfação da sociedade com a atuação e a comunicação institucional
Realização de estudo para a qualificação da instrução processual
Promoção de ações voltadas para o fortalecimento da imagem institucional
Construção do anexo da sede

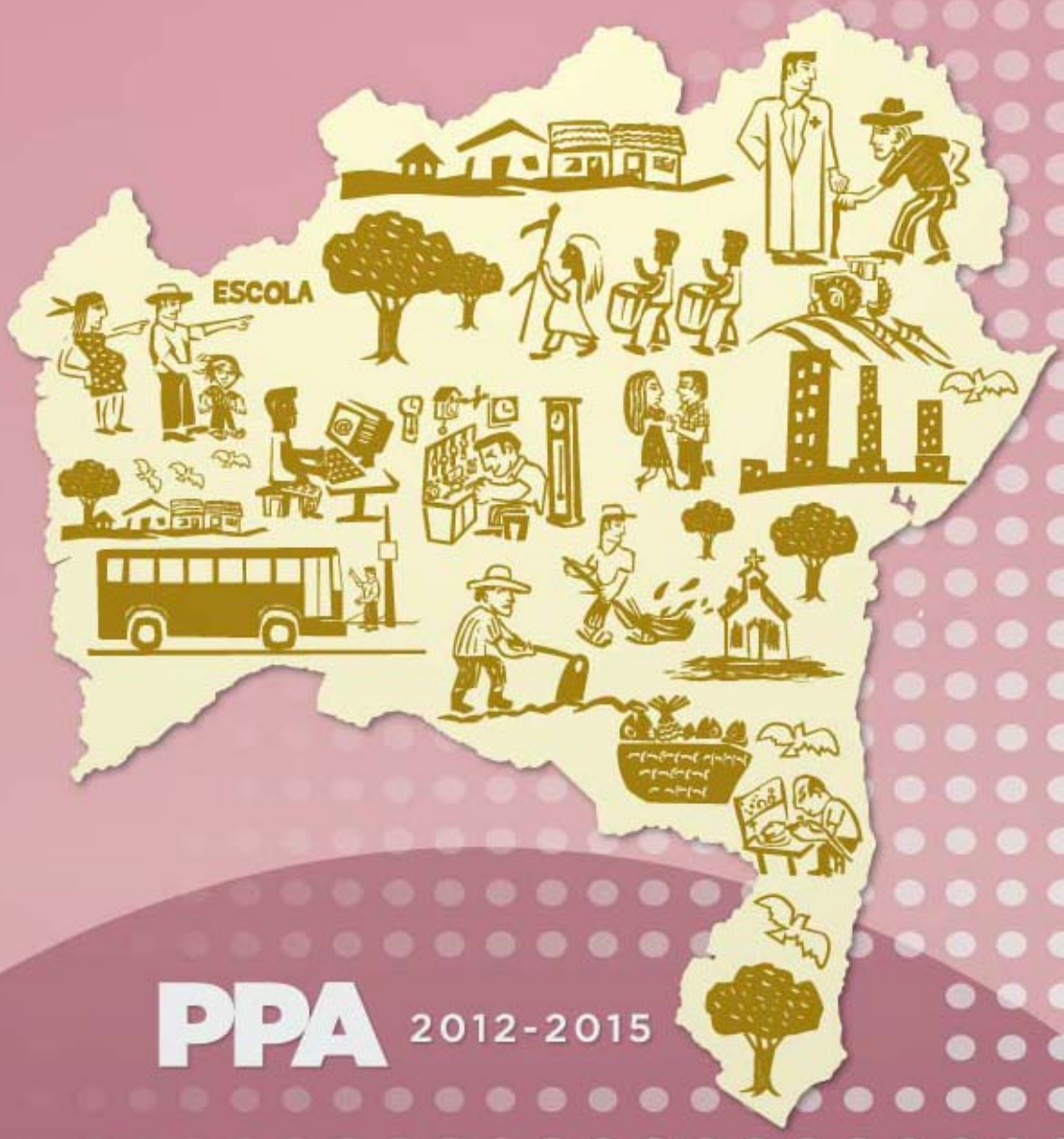
Compromisso	Aprimorar e ampliar a capacidade de gestão de pessoas, processos, informação, conhecimento e tecnologia, visando a eficiência, eficácia e efetividade no controle externo municipal, dentro da legalidade e responsabilidade fiscal
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios

Entrega/Iniciativa
Implementação da política e modelo de gestão de pessoas
Implementação da Escola de Contas
Desenvolvimento e implementação de programa de capacitação continuada
Realização de pesquisa para a qualificação do clima organizacional
Estudo para a definição de política e instrumentos de comunicação interna
Implementação do Sistema Business Intelligence - BI

PODER JUDICIÁRIO

Eixo Estruturante

Efetividade no Poder Judiciário



PPA 2012-2015

PODER JUDICIÁRIO

EIXO ESTRUTURANTE
EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO

A Constituição brasileira preceitua que os direitos dos cidadãos serão tutelados pelo Estado. O desafio para o Poder Judiciário é tornar-se efetivo agente de uma Justiça acessível, célere, voltada para os interesses dos cidadãos e respeitada pela sociedade.

Nesse sentido, foram criados diversos institutos e instrumentos de legitimação do acesso efetivo da população à Justiça. Garantir esse direito significa empreender esforços na construção de um sistema jurídico pelo qual os cidadãos possam reivindicar e resolver seus questionamentos sob os auspícios do Estado. Deve o sistema ser acessível a todos e produzir resultados que sejam social e igualmente justos e satisfatórios, de forma tempestiva. O acesso à Justiça compreende, ainda, a redução dos obstáculos jurídicos, econômicos e sociais e a distribuição de meios que garantam a presença efetiva de serviços judiciais em todas as regiões do estado em tempo razoável.

A garantia da equidade na Justiça e a percepção dos direitos individuais são reforçadas com a celeridade e eficácia no atendimento às demandas. Assim, ampliar os índices de acesso à prestação de serviços judiciais com eficiência e qualidade é prioridade estabelecida pelo Tribunal de Justiça da Bahia, de modo a concorrer para a harmonia e o equilíbrio da sociedade. A solução dos problemas do Judiciário demanda esforço e integração de magistrados e servidores em torno de uma estratégia compartilhada, focando a importante missão que lhe é confiada e ensejando uma atuação transparente, dinâmica e independente. A necessidade do constante aprimoramento da gestão requer um plano que objetive a construção de um Poder mais democrático, descentralizado e integrado, que disponha de infraestrutura e corpo funcional adequados e promova otimização e distribuição de recursos em função dos compromissos assumidos com a sociedade, além de sistematizar sua atuação para evitar a solução de continuidade decorrente das mudanças de gestão.

Com base nesses pilares e inspirado no Plano Estratégico, que consolida as diretrizes do Tribunal de Justiça de 2010 a 2014, refletindo a política do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Poder Judiciário do Estado da Bahia direcionou a construção do seu programa de trabalho para o próximo quadriênio, conferindo prioridade à implementação de políticas que privilegiem a visão de futuro do Poder, comprometida com a excelência dos serviços jurisdicionais e com a missão de assegurar o acesso à Justiça a todos os cidadãos.

ÁREA TEMÁTICA
JUSTIÇA

Em busca de melhor atender aos interesses da sociedade, no que concerne às crescentes demandas dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, contextualiza-se a proposta deste programa temático denominado Justiça Presente, composto de quatro compromissos focados (i) na descentralização, celeridade e ampliação dos serviços de acesso à justiça, (ii) na resolução consensual de conflitos, (iii) na transparência dos serviços prestados à população e (iv) no desenvolvimento de ações de cunho administrativo que favoreçam o bom desempenho dos serviços judiciários, capazes de serem realizados numa projeção quadrienal, com vistas a assegurar respostas satisfatórias aos cidadãos.

Com esse propósito, o Tribunal de Justiça apresenta, em seu plano, ações que favorecem a celeridade e o aprimoramento dos índices de eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento de suas atividades, como a implantação de novas unidades, o fortalecimento das práticas de conciliação, a correição e fiscalização dos serviços judiciários, a modernização da infrainstrutura, a publicidade das ações desenvolvidas pela instituição, a capacitação dos magistrados e servidores e o suprimento adequado do quadro de pessoal, entre outras.

Desta forma, o Poder Judiciário apresta-se no sentido de contribuir com o fortalecimento da paz social, mobilizando-se para o enfrentamento ao desafio de ampliar o acesso à prestação de serviços jurisdicionais equânimes e com crescente qualidade, atento aos chamamentos e anseios de uma sociedade que, a cada dia, exerce sua cidadania com níveis cada vez mais elevados de consciência e participação.

Eixo Estruturante	EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO
Área Temática	JUSTIÇA
Programa	JUSTIÇA PRESENTE

Ementa

Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais

Recursos do Programa R$ 407.644.000,00

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de Acesso à Justiça	%	2010	69,00	79,00
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas 1º Grau	%	2010	56,00	86,00
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas 2º Grau	%	2010	22,00	32,00
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas Juizados Especiais	%	2010	64,00	84,00
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas Pré - Processuais	%	2010	52,00	62,00
Índice de Execuções das Ações Estratégicas	%	2010	6,00	39,00

Compromisso	Facilitar o acesso à justiça para atender os direitos do cidadão mediante o desenvolvimento de ações que propiciem a expansão e a celeridade dos serviços	
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça	
Meta	Aumentar para 79% os municípios atendidos por Unidades Judiciais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	79	%

Meta	Implantar em 100% o processo eletrônico para atender o 1º e 2º Graus do Poder Judiciário	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	100	%

Entrega/Iniciativa

- Implantação de serviços virtuais da justiça
- Ampliação de serviços de acesso à justiça
- Implantação de unidades judiciárias

Compromisso	Incentivar a conciliação e outras formas alternativas para resolução de conflitos, de modo a agilizar o atendimento judicial, promovendo a negociação e mediação entre as partes envolvidas	
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça	
Meta	Ampliar para 66% a taxa de efetividade das audiências de conciliação	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	66	%

Entrega/Iniciativa

- Implantação de núcleos de conciliação
- Implantação de núcleos de justiça restaurativa

Eixo Estruturante	**EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO**
Área Temática	**JUSTIÇA**
Programa	**JUSTIÇA PRESENTE**

Entrega/Iniciativa
Realização de mutirões de conciliação
Realização de campanhas de publicidade nas conciliações

Compromisso	Propiciar a transparência das ações do Poder Judiciário, favorecendo a credibilidade da instituição perante a sociedade
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça

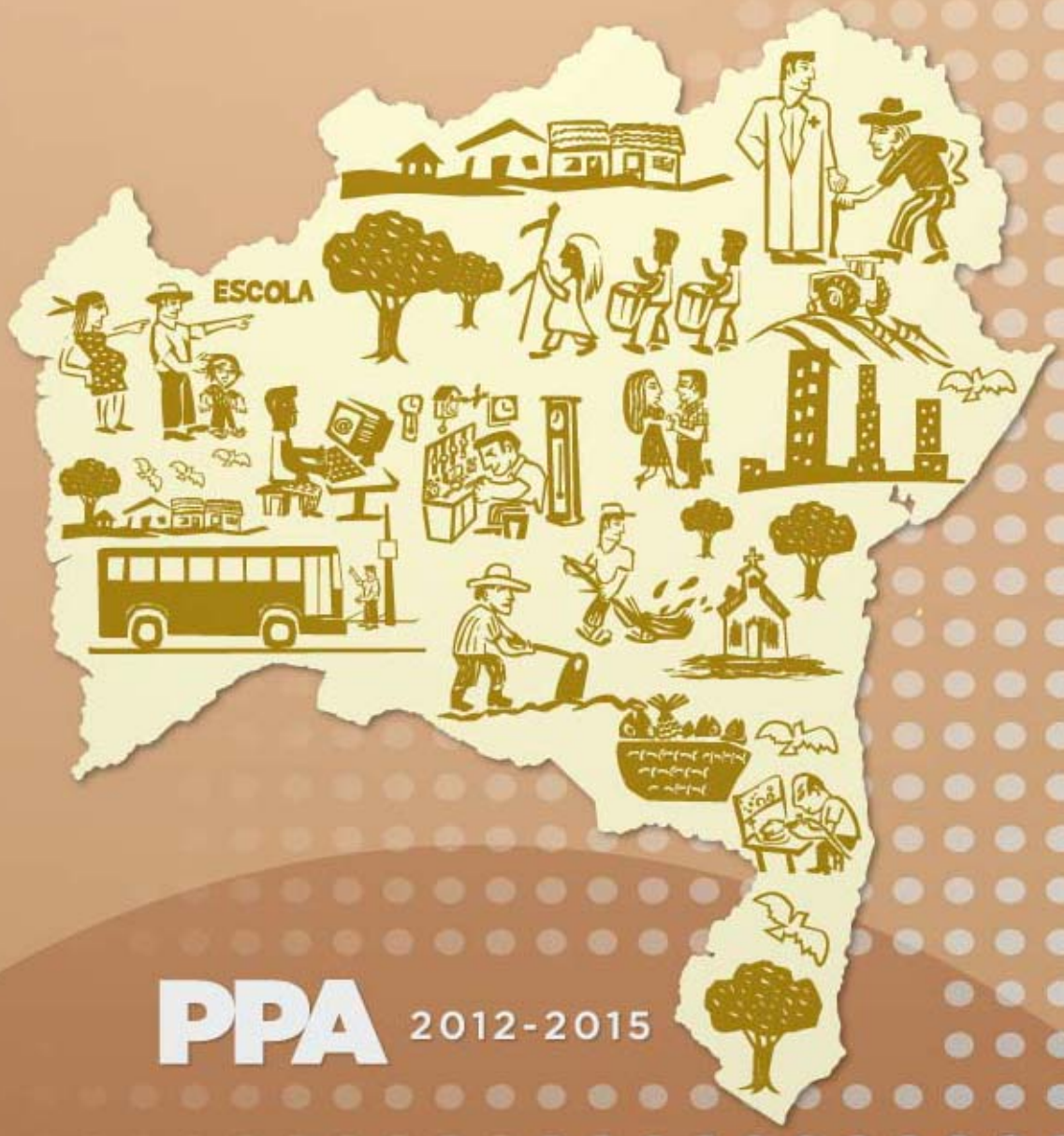
Entrega/Iniciativa
Fortalecimento da Ouvidoria
Implantação da TV Justiça
Fortalecimento do orçamento participativo
Realização de campanhas de publicidade institucional
Reestruturação do portal eletrônico

Compromisso	Buscar excelência na gestão e melhores condições de trabalho para garantir o bom desempenho das atividades judiciárias
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça

Entrega/Iniciativa
Aperfeiçoamento de controle do recolhimento de custas
Padronização de procedimentos administrativos
Correição e fiscalização de unidades judiciárias
Implantação do escritório de projetos
Desenvolvimento de ações voltadas à otimização na utilização de recursos naturais
Implantação de sistema integrado de custos
Ampliação do Programa de Controle de Acesso
Desenvolvimento de ações de avaliação de desempenho e produtividade dos servidores
Implantação do Programa de Gestão por Competências
Capacitação para magistrados e servidores
Modernização do Plano de Carreiras
Realização de concurso público
Construção, ampliação e reforma de unidades judiciárias
Aquisição de imóveis para instalações de unidades judiciárias
Aquisição de equipamentos para unidades judiciárias
Modernização de sistemas informatizados
Aquisição de equipamentos de informática
Modernização da frota de veículos

Ministério Público

Eixo Estruturante
Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania



PPA 2012-2015

MINISTÉRIO PÚBLICO

EIXO ESTRUTURANTE
PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA

A Constituição Federal de 1988 define para o Ministério Público (MP) um novo perfil atrelado à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o que o caracteriza, verdadeiramente, como representante da soberania popular e como instituição autônoma, indivisível e funcionalmente independente.

Após o advento da Carta Magna de 1988, outras leis vieram no sentido de possibilitar a efetividade das tarefas constitucionais do MP, explicitando suas atribuições e legitimando-o expressamente para atuação na tutela, especialmente das pessoas portadoras de necessidades especiais, da criança e do adolescente, do consumidor, do patrimônio público, da ordem econômica e da livre concorrência, do idoso e do meio ambiente, dentre outras.

Na Bahia, sensível à defesa dos interesses da coletividade e preocupado com o imperativo de estancar inaceitáveis violações aos direitos de alcance social ou individual indisponíveis, a instituição organizou-se, com base na Lei Complementar Estadual Nº 11/96 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia, de modo a efetivar a instalação e o funcionamento de, pelo menos, uma Promotoria de Justiça em cada uma das comarcas do nosso Estado.

E mais: considerando a necessidade de descentralização de suas atividades, investiu numa estrutura constituída por órgãos de administração superior, 47 Procuradorias de Justiça, 29 Promotorias Regionais, nove Centros de Apoio Operacional, dez Grupos de Atuação Especial e 17 Núcleos, além dos órgãos auxiliares, que oportunizam uma ampla rede de parcerias e integração.

Para assegurar dinamismo a essa estrutura, o Ministério Público conta atualmente com 1.582 integrantes, sendo 567 membros e 1.015 servidores. Dentre os membros, 47 são Procuradores de Justiça que integram o Colégio de Procuradores de Justiça, dentre os quais nove são eleitos para compor o Conselho Superior, junto aos órgãos jurisdicionais de primeira instância. Quanto ao quadro de servidores, conta-se com o total de 1.015, dos quais 777 efetivos e 238 comissionados (dentre estes últimos, cerca de 20% são também efetivos).

As funções institucionais são exercidas diretamente por 193 Promotores de Justiça na capital e 327 no interior, cabendo-

-lhes a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais, enquanto que as atividades auxiliares dos órgãos do MP ficam a cargo de servidores também distribuídos entre capital e interior.

Nestes vinte anos de vitalidade da Constituição Federal, o *parquet* baiano vem promovendo sucessivos concursos públicos, de modo a ampliar o seu quadro para atendimento às novas atribuições que lhe foram impostas, em função de uma realidade social caracterizada pelas desigualdades socioeconômicas, na qual o desempenho estatal relacionado às suas obrigações básicas fica, ainda, a desejar, especialmente em estados que, como a Bahia, detêm grande contingente populacional.

Na perspectiva exposta, é notório que o crescimento da demanda social por serviços do Ministério Público não pode ser equacionado, exclusivamente, com o aumento contínuo dos integrantes da carreira. Tal medida é imprescindível, mas, por si só, não resolveria a questão.

É nesse contexto que o Ministério Público da Bahia identificou a premente necessidade de um novo modelo de gestão, dando início a um processo participativo e envolvendo todos os segmentos da instituição e da sociedade, para construção do seu Plano Estratégico 2012-2023.

A efetivação desse avanço implicou na priorização e no ordenamento das iniciativas estratégicas, considerando que há muito a ser feito e, não existindo todos os meios necessários, o caminho é analisar, de forma criteriosa, o quadro da realidade e priorizar o que de mais importante e crucial precisa ser feito, em função das necessidades emergenciais detectadas na sociedade, quais sejam:

- a defesa do sistema social;
- saúde pública de qualidade;
- educação pública de qualidade.

Participando do processo de planejamento do Estado para o período 2012-2015, o MP preservou a programação básica constante do Plano Estratégico – PE/MP – 2012-2023, no qual estão estabelecidos a Missão, Visão e Valores, além das políticas institucionais. Estas são aqui entendidas como as diretrizes gerais que expressam os limites nos quais as ações da organização e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da Missão para alcance da Visão. São elas:

- valorizar as pessoas: proporcionar satisfação, ambiente salutar e condições de desenvolvimento às pessoas;
- fomentar a pró-atividade: estimular a postura antecipativa e a inovação constante com foco na atuação resolutiva;
- buscar excelência: pautar a gestão em padrões de classe mundial de excelência;
- fortalecer a unidade institucional: promover a integração e atuação concatenada;
- promover a cooperação interinstitucional: realizar parcerias estratégicas para o atendimento satisfatório às demandas sociais.

A matriz programática para o quadriênio 2012-2015 contempla os programas de Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena e Modernização do Ministério Público.

O primeiro abarca compromissos delimitados para a área finalística, incluindo a contribuição do MP ao aperfeiçoamento de suas atividades nas áreas de competência como (i) o sistema de defesa social, (ii) saúde pública de qualidade, (iii) educação pública de qualidade, (iv) probidade na gestão pública, (v) proteção da criança e do adolescente, (vi) defesa da cidadania, (vii) defesa do meio ambiente, (viii) defesa dos direitos do consumidor, (ix) fortalecimento das alianças estratégicas, (x) instrumental normativo do Ministério Público e (xi) aperfeiçoamento da atuação funcional.

O Programa de Modernização do Ministério Público permeará as diversas ações da instituição para assegurar a continuidade do processo de modernização, tendo em vista a melhoria da qualidade e a garantia de uma eficiente oferta de serviços à população. Os compromissos integrantes do Programa estarão voltados à implantação e implementação da gestão estratégica, melhoria da gestão administrativa, incremento de recursos e fortalecimento da gestão orçamentária e financeira, aperfeiçoamento da gestão de pessoas, ampliação e melhoria da infraestrutura tecnológica e implantação de um novo modelo de gestão de tecnologia da informação, além do fortalecimento da imagem institucional.

A expectativa é de que as intervenções propostas possibilitem ao Ministério Público galgar patamares cada vez mais elevados de atuação, contribuindo para o fortalecimento da sua condição de guardião dos direitos fundamentais assegurados ao homem.

ÁREA TEMÁTICA
DEFESA DA SOCIEDADE

Cabe ao Ministério Público exigir dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública o respeito aos direitos elencados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia. Nessa perspectiva, o Ministério Público é a instituição a que é atribuída a defesa da sociedade, de forma e em alcance legitimados, passando a intervir na vida social em defesa dos direitos fundamentais explícitos e implícitos.

Para atingir tal desiderato, a própria Constituição e as normas que a regulamentam armam o MP de uma gama de instrumentos dos quais podem os promotores e procuradores de Justiça lançar mão, tais como a Ação Civil Pública, a Ação Penal Pública e o Inquérito Civil – estes com exclusividade –, sem esquecer da via mais ampla e democrática que será, sempre, a da educação e do contato com a sociedade na qual está inserido o Ministério Público e suas magnas atribuições.

Evidencia-se que os diferentes tipos de manifestações de violência têm sua ocorrência aumentada, em especial aquelas infrações a normas e leis que prejudicam o indivíduo por motivo fútil e incoerente, ocasionando um sentimento social de insegurança e ansiedade. Este fenômeno constitui-se em característica dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e, hoje, embora a situação seja mais grave nos grandes centros urbanos, a violência e a insegurança estão disseminadas, inclusive na zona rural. Suas causas são oriundas das condições de subdesenvolvimento, a exemplo da disparidade em relação à distribuição de renda, baixo nível de escolaridade, condições extremamente precárias de moradia, fome, subnutrição e gravames relacionados à saúde.

Prolifera nas diversas regiões do país o crime organizado, entendido como os agrupamentos mais sofisticados na elaboração de planejamentos que envolvem, por exemplo, o tráfico de drogas e redes respectivas de consumo, as modalidades de extorsão e sequestro, a militarização dos marginais e da sociedade como um todo, casos de corrupção, guerras de gangues ou de facções criminosas, narcotráfico e bicheiros como segmentos consolidados e arraigados na estrutura social.

No Estado da Bahia, os indicadores de violência têm tido comportamento similar ao nacional, a despeito dos es-

forços empreendidos pelo Governo. Os investimentos na área de segurança pública ainda não são suficientes para sanar as carências ou inadequações do aparelho estatal, tais como instalações físicas, viaturas, armamentos e equipamentos (principalmente os de proteção individual do policial) para atendimento às demandas na área, além de comunicação deficiente e uso ainda precário da tecnologia da informação.

Nos 417 municípios baianos, a situação dos quartéis e das delegacias de polícia é precária e a maior parte deles necessita de aparato para bem servir suas comunidades.
Na área de saúde, a Bahia está a requerer melhoria nos índices de cobertura pelo programa Saúde na Família e na oferta de leitos hospitalares. Por outro lado, há que se reduzir significativamente a mortalidade materna e infantil e melhorar o acompanhamento das gestantes.

Em comunidades historicamente excluídas, como as assentadas, quilombolas, ribeirinhas, moradores de favelas e de rua, as carências são maiores. Mesmo onde existem agentes e equipamentos públicos, a população se ressente da inadequação do modelo de atenção e da alta rotatividade dos profissionais, comprometendo a qualidade da atenção e o vínculo com a comunidade e os usuários. Desse modo, ficam prejudicados o trabalho dessas equipes e a articulação com a comunidade para o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Mesmo com o aumento de investimentos na área pelo Governo Federal, que a partir de 2003 ampliou em 80% o repasse das verbas para todos os estados brasileiros, a saúde pública ainda requer muitos hospitais, fornecimento regular de medicamentos e melhor aparelhamento para a diminuição das filas de atendimento que afetam boa parte da população, especialmente a mais carente.

Na área de Educação verifica-se que, apesar de indicadores que mostram atendimento quase universalizado para o ensino fundamental, obrigatório para a população de 7 a 14 anos, estudos apontam para importantes problemas pendentes de solução. Dentre eles, o aumento da taxa de repetência, que gera a manutenção da defasagem de idade-série e da evasão escolar. No que tange à qualidade, os dados das avaliações externas, em nível nacional e estadual, apontam para ponderável distância entre as competências e habilidades que o aluno deveria ter e aquelas que demonstram ter adquirido.

Dentre os fatores que agravam a situação do sistema educacional estão, ainda, os baixos salários pagos aos professores e a insuficiência de investimentos – tanto nas estruturas das escolas como na formação de profissionais atuantes na educação.

Com relação à infância e adolescência, prioridade absoluta no que se refere à salvaguarda de seus direitos fundamentais, não obstante os esforços legislativos que garantem ao Brasil uma das legislações mais avançadas do mundo, os problemas enfrentados são muitos e as dificuldades e ameaças provêm de diversificados segmentos e fatores: dos meios de comunicação, de um processo açodado de globalização, de uma precária condição socioeconômica, da pouca condição do poder público e até do próprio seio familiar.

Dentre os direitos fundamentais da criança e do adolescente que requerem intervenção efetiva do Governo para a contenção de vetores adversos, destacam-se:

- a exploração do trabalho infantil, que se apresenta como uma realidade dos países subdesenvolvidos, principalmente no meio rural. O posicionamento dos pais em relação ao trabalho dos seus filhos, em especial nos segmentos de baixa renda, é muitas vezes de incentivo, visando a assegurar o complemento da renda familiar, com prejuízos ao desenvolvimento educacional, lesões à saúde e aviltamento da infância, com graves repercussões no convívio social, lazer e educação;
- o abuso sexual, cujas principais vítimas são meninas, tanto nas ruas quanto em suas próprias casas. Nas ruas podem ser exploradas comercialmente, enquanto que em suas casas esta violência apresenta-se como abuso intrafamiliar, em situações de difícil identificação pelas autoridades;
- a violência, abrangendo desde a negligência até a violência física ou sexual, frequente tanto no âmbito doméstico quanto no público. A violência doméstica apresenta-se como a negligência dos pais frente à educação, à saúde, ao respeito, ao afeto e à dignidade, entre outros direitos fundamentais citados.

A área do meio ambiente é de grande relevância e os seus problemas podem ser diferenciados em dois tipos, interligados porém distintos: os de âmbito global, a exemplo da perda da biodiversidade, o efeito estufa e os danos à camada de ozônio, que repercutem no mundo como um todo, e os regionais, que têm relação direta com o desenvolvimento e a pobreza, sendo exemplos a falta de saneamento básico, condições inapropriadas de habitação etc.

No Brasil, a defesa do meio ambiente é tarefa das mais árduas. De um lado, pelo estupendo manancial biológico de que é dotado o país, situando-o num patamar de importância planetária nesse aspecto, e, do outro, pelas dificuldades de coadunar as aspirações de progresso como nação e a proteção desse manancial.

No presente, os principais problemas estão relacionados com as práticas agropecuárias, o extrativismo vegetal e a gestão dos resíduos urbanos, constituindo-se em agravantes principais a perda da biodiversidade, em razão do desmatamento e das queimadas, a degradação e esgotamento dos solos, decorrente das técnicas de produção, a escassez da água, pelo mau uso e gerenciamento das bacias hidrográficas e contaminação dos corpos hídricos por esgoto sanitário, e a poluição do ar nos grandes centros urbanos.

Destaque também para os atos de improbidade administrativa que ocorrem na nossa sociedade, demandando o fortalecimento dos órgãos de controle do meio ambiente.

No tocante à área do consumidor, há que se considerar que a sociedade contemporânea impõe ao indivíduo o consumo de bens e serviços. Esse consumo abrange o processo produtivo das indústrias, a agricultura, a produção de alimentos e a área de serviços de uma forma geral, incluindo o comércio, os transportes e os serviços bancários, apenas para citar os mais relevantes. Nesse contexto, o alcance dos direitos individuais e coletivos se amplia na mesma proporção em que crescem as responsabilidades dos produtores e fornecedores.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, através do seu balanço anual de atendimentos, referente a 2010, apontam os setores que se mantém no topo dos principais problemas de consumo: os planos de saúde, telecomunicações e serviços financeiros. O aparecimento em relevância dos setores de energia elétrica, veículos, educação, lazer e entretenimento pode ser atribuído ao crescimento econômico do país, como as facilidades para aquisição de veículos e aumento do acesso da população à educação privada, ao lazer e ao entretenimento.

Outro ponto a ser destacado refere-se aos direitos das minorias, também amplamente desrespeitados. Podemos arrolar como tais os grupos de deficientes físicos, os negros, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, dentre outros que sofrem limitações da sociedade quanto ao exercício de suas práticas culturais ou estilos de vida.

Aos deficientes físicos e portadores de necessidades especiais são impostas restrições e impedimentos os mais variados. Uma primeira e grande dificuldade vivenciada por eles dá-se na esfera das relações sociais. As escolas no Brasil, com suas estruturas e pedagogia, não foram preparadas e ainda resistem ao recebimento de pessoas portadoras de deficiência e/ou de necessidades especiais.

Outro relevante problema para os portadores de deficiência são as barreiras arquitetônicas, tendo em vista que as cidades, prédios e as construções públicas, de um modo geral, não foram projetados considerando o atendimento às necessidades específicas.

Por sua vez, os negros no Brasil passam por um tipo peculiar de discriminação que não é ostensiva, no mais das vezes subliminar, embora mais recentemente tenha-se começado a praticar, no país, as políticas de discriminação positiva.

Apesar dos avanços legais como a Lei Maria da Penha, o Brasil ainda possui altos índices de violência doméstica, tanto contra crianças quanto contra mulheres, cujas principais causas são alcoolismo e vício em drogas, além da pobreza e baixa escolaridade. As mulheres de baixa renda que sofrem com o problema têm acesso limitado à justiça e o seu contato com o sistema de justiça criminal resulta, muitas vezes, em maus tratos e intimidações.

A situação contextualizada evidencia o quanto é delicada a questão dos direitos humanos no Brasil.

Maculam-se direitos constitucionalmente assegurados como a liberdade, a igualdade e a segurança. E é nesse sistema de claras diferenças sociais que se impõe a necessidade de atuação do Ministério Público, com uma postura mais acerbada, em resposta às singulares exigências impostas por uma realidade social desagregadora e em defesa da sociedade que o legitima.

Para enfrentar desafios de tal magnitude, o Ministério Público deve assegurar a continuidade do seu processo de modernização, envolvendo modelos de gestão, o capital humano e a infraestrutura física e tecnológica, além de buscar métodos e soluções inovadores que propiciem o monitoramento constante de sua atuação, com foco em resultados efetivos para a sociedade.

Eixo Estruturante	**PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA**
Área Temática	**DEFESA DA SOCIEDADE**
Programa	**DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA**

Ementa

Cumprir as atribuições constitucionais, intervindo na vida social em defesa das garantias e dos direitos fundamentais explícitos e implícitos da sociedade, priorizando: o combate à criminalidade, a garantia da disponibilização de saúde e educação pública de qualidade, a fiscalização permanente da probidade na gestão pública, à proteção da criança e do adolescente, à proteção do meio ambiente e a defesa da cidadania e dos direitos humanos para transformação da realidade social, e da construção de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e solidária

Recursos do Programa **R$ 9.967.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de Comarcas do Estado da Bahia Assistidas Permanentemente pelo MP	%	2011	59,00	86,00
Quantidade de Operações de Repressão aos Crimes Econômicos-tributários	Nº	2011	5	24
Índice de Municípios Fiscalizados com Relação à Utilização de Recursos Obrigatórios por Lei para a Educação	%	2011	5,00	20,00
Índice de Resolutividade no Combate ao Abate e Comercialização Clandestina de Animais	%	2011	15,00	30,00
Percentual de Reconhecimento e Registro de Crianças e Adolescentes	%	2010	20,85	20,00
Quantidade de Operações de Fiscalização na Defesa do Meio Ambiente	Nº	2010	12	40

Compromisso	Contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Social, visando à redução dos índices de criminalidade no Estado	
Órgão Responsável	Ministério Público	
Meta	Implantar 08 Promotorias de Justiça de Defesa Comunitária	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	08	Unid
Meta	Realizar 30 operações no combate ao crime organizado	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	30	Unid
Meta	Efetivar 24 operações de repressão aos crimes econômico-tributários	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	24	Unid
Meta	Realizar 12 eventos na área criminal	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	12	Unid
Meta	Estruturar 30 centrais de inquérito	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	30	Unid

Eixo Estruturante	PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA
Área Temática	DEFESA DA SOCIEDADE
Programa	DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA

Entrega/Iniciativa
Aperfeiçoamento da atuação no combate ao crime organizado
Fomento a atuação preventiva e articulada entre os órgãos do Sistema de Defesa Social, no combate à criminalidade
Ampliação da atuação no controle externo da atividade policial
Aperfeiçoamento de ações de prevenção e repressão aos crimes econômico-tributários
Aperfeiçoamento de ações ministeriais na melhoria da execução penal e do sistema penitenciário
Apoio a implantação de um novo modelo de segurança pública

Compromisso	Contribuir para a promoção da Saúde Pública de qualidade, com ações e medidas voltadas para a melhoria e acesso universal e igualitário aos serviços de saúde no âmbito do Estado	
Órgão Responsável	Ministério Público	
Meta	Realizar 20 eventos na área de saúde	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	Unid
Meta	Concluir com resolutividade 50% dos inquéritos civis e procedimentos preparatórios	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	50	%
Meta	Monitorar e Fiscalizar 30% de unidades de atenção básica	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	30	%
Meta	Realizar 70% de medidas extrajudiciais e/ou judiciais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	70	%
Meta	Fiscalizar 20% dos municípios para verificação da correta aplicação dos recursos na área de saúde	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%

Entrega/Iniciativa
Aperfeiçoamento da atuação na apuração de infrações relacionadas à bioética, ao biodireito e ao erro médico
Fiscalização do acesso universal e igualitário ao serviço público de saúde com qualidade
Fiscalização do repasse e da aplicação das verbas destinadas à saúde
Fomento à implantação de políticas públicas na oferta de serviços de saúde

Compromisso	Contribuir para a promoção da Educação Pública de qualidade, garantindo a sua oferta e acesso no Estado	
Órgão Responsável	Ministério Público	
Meta	Fiscalizar 30% dos municípios que receberam recursos do Fundeb/FNDE	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	30	%

Eixo Estruturante	PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA	
Área Temática	DEFESA DA SOCIEDADE	
Programa	DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA	
Meta	Fiscalizar 05% das unidades escolares estaduais e municipais com possíveis irregularidades ou reclamações	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	05	%
Meta	Realizar audiências públicas em 25% dos municípios do Estado para esclarecer programas/ projetos da erradicação do analfabetismo	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	25	%
Entrega/Iniciativa		
Fiscalização da oferta e do acesso à educação infantil, aos ensinos fundamental e médio e à educação especial		
Fiscalização das políticas públicas de promoção e oferta de educação pública de qualidade		
Realização de ações de combate ao analfabetismo		
Compromisso	Contribuir para a promoção da Probidade na Gestão Pública, atuando quando houver qualquer indício de improbidade no Estado	
Órgão Responsável	Ministério Público	
Meta	Realizar 08 eventos de esclarecimento/audiências públicas voltadas para a promoção de transparência na administração pública	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	08	Unid
Meta	Concluir 20% de procedimentos investigatórios por ano	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%
Meta	Realizar 08 seminários/reuniões realizados com as federações e entidades do terceiro setor	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	08	Unid
Meta	Fiscalizar 20% de Fundações e entidades de interesse social na Bahia	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%
Meta	Capacitar 30% de membros e servidores, com atuação na área de terceiro setor	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	30	%
Meta	Cadastrar 40% dos municípios com entidades do terceiro setor	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	40	%
Entrega/Iniciativa		
Combate à improbidade administrativa e a defesa do patrimônio público		

Eixo Estruturante	PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA
Área Temática	DEFESA DA SOCIEDADE
Programa	DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA

Ampliação das ações ministeriais para o aperfeiçoamento da persecução criminal dos crimes atribuidos a gestores públicos estaduais e municipais
Fiscalização da aplicação das verbas públicas destinadas às entidades do terceiro setor
Fiscalização dos recursos destinados à saúde pública
Fiscalização dos recursos destinados à educação pública
Promoção de ações para assegurar a transparência das gestões e contas

Compromisso	Contribuir para a promoção da Defesa da Cidadania, visando a garantia dos direitos humanos constitucionais no Estado	
Órgão Responsável	Ministério Público	
Meta	Promover 32 audiências públicas sobre a defesa da mulher, dos homossexuais e dos direitos das pessoas com deficiência física ou sensorial	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	32	Unid
Meta	Realizar 08 campanhas de conscientização sobre direitos das pessoas com deficiência física ou sensorial e dos idosos	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	08	Unid

Entrega/Iniciativa
Fiscalização da implementação de políticas públicas básicas de promoção da cidadania e redução das desigualdades
Ampliação de ações de combate à discriminação racial e de gênero
Ampliação da atuação na proteção e defesa das garantias das pessoas com transtornos mentais
Ampliação de ações de proteção e defesa das garantias e direitos dos idosos
Análise e acompanhamento de processos relativos à ocupação agrária e urbana, objetivando evitar abusos e atos de violência contra os cidadãos
Divulgação de informações sobre o respeito aos direitos das pessoas com deficiência física ou sensorial

Compromisso	Contribuir para a promoção da Defesa dos Direitos do Consumidor, visando o cumprimento das normas de proteção e dos direitos constitucionais	
Órgão Responsável	Ministério Público	
Meta	Gerar 20% de compromissos de ajustes de conduta em função do combate ao abate e à comercialização de animais e seus derivados	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%
Meta	Gerar 50% das execuções do total de TACs não cumpridos relativas ao combate, ao abate e à comercialização clandestinos de animais	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	50	%
Meta	Fiscalizar 20% dos municípios com relação a oferta de serviços públicos de energia elétrica	

Eixo Estruturante	PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA
Área Temática	DEFESA DA SOCIEDADE
Programa	DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%
Meta	Fiscalizar 20% dos municípios com relação a oferta de serviços públicos de esgotamento sanitário	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	20	%
Meta	Fiscalizar 15% dos municípios com medidas decorrentes de operadoras de planos de saúde suplementar	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	15	%
Meta	Implementar medidas em 20% dos municípios para a criação e estruturação das vigilâncias sanitárias municipais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	20	%
Meta	Implementar medidas em 15% dos municípios para a criação e estruturação de Procon municipais	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	15	%
Meta	Concluir com resolutividade 30% das ações de combate ao abate e à comercialização clandestinos de animais e seus derivados	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	30	%
Meta	Promover 04 campanhas na área do direito do consumidor	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	04	Unid
Meta	Efetivar 15 operações de fiscalização de armazenamento e comercialização de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	15	Unid
Meta	Efetivar 15 operações de combate ao abate e à comercialização clandestinos de animais e seus derivados	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	15	Unid
Meta	Realizar 05 operações de combate à adulteração de combustíveis e ao cartel de combustíveis	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	05	Unid

Eixo Estruturante	PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA
Área Temática	DEFESA DA SOCIEDADE
Programa	DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA

Entrega/Iniciativa
Ampliação de ações de combate ao abate e a comercialização clandestinas de animais e seus derivados
Ampliação de ações de combate à formação de cartéis de combustíveis
Fiscalização de operadoras de planos de saúde suplementar
Fiscalização do fornecimento, da continuidade e da qualidade dos serviços públicos prestados diretamente ou concedidos

Compromisso	Contribuir para a proteção da criança e do adolescente, assegurando o cumprimento dos direitos infanto-juvenis previstos em Lei	
Órgão Responsável	Ministério Público	
Meta	Empreender medidas em 50% dos municípios para a estruturação dos Conselhos Tutelares	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	50	%
Meta	Fiscalizar 25% dos municípios para a efetiva implantação de programa na área de combate a violência sexual contra criança e adolescente	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	25	%
Meta	Fiscalizar 40% dos municípios para efetiva implantação da regionalização do atendimento socioeducativo em meio aberto e fechado	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	40	%
Meta	Identificar 20% de reconhecimento e registro de criança e adolescente no Projeto Paternidade Responsável	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	20	%

Entrega/Iniciativa
Ampliação de ações ministeriais no combate do subregistro de nascimento
Ampliação de ações ministeriais de combate ao uso de substância psicoativa por criança e adolescente
Ampliação de ações de combate ao abuso, à violência e à exploração sexual de criança e adolescente
Ampliação de ações de combate ao trabalho infantil e à fiscalização do trabalho do adolescente e dos programas de aprendizagem

Compromisso	Assegurar e defender o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum e essencial à qualidade de vida da população do Estado	
Órgão Responsável	Ministério Público	
Meta	Implantar 10 Promotorias Regionais Especializadas em Meio Ambiente	
Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	10	Unid
Meta	Realizar 40 operações de fiscalização ao meio ambiente	

Eixo Estruturante	**PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA**
Área Temática	**DEFESA DA SOCIEDADE**
Programa	**DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA**

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	40	Unid

Meta	Realizar 20 eventos na área de meio ambiente	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Estado	20	Unid

Meta	Construir 01 unidade de base ambiental	
Regionalização	**Quantidade / Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Baixo Sul	01	Unid

Entrega/Iniciativa
Ampliação de ações na Defesa das Bacias Hidrográficas e da Mata Atlântica
Ampliação de ações para o desenvolvimento sustentável do semiárido na Bahia, através do combate à desertificação e proteção da caatinga e do cerrado
Proteção e defesa do patrimônio histórico e cultural
Prevenção e combate às infrações penais ambientais

Eixo Estruturante	**PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA**
Área Temática	**DEFESA DA SOCIEDADE**
Programa	**MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Ementa

Promover a modernização das políticas organizacional e de gestão do Ministério Público do Estado da Bahia, visando aperfeiçoar cotidianamente sua atuação no cumprimento da missão institucional, em consonância com as atribuições constitucionais; ampliar os mecanismos de interação com a sociedade, a partir da incorporação de uma nova cultura e uma nova percepção das ações ministeriais, calcadas num modelo de gestão estratégica

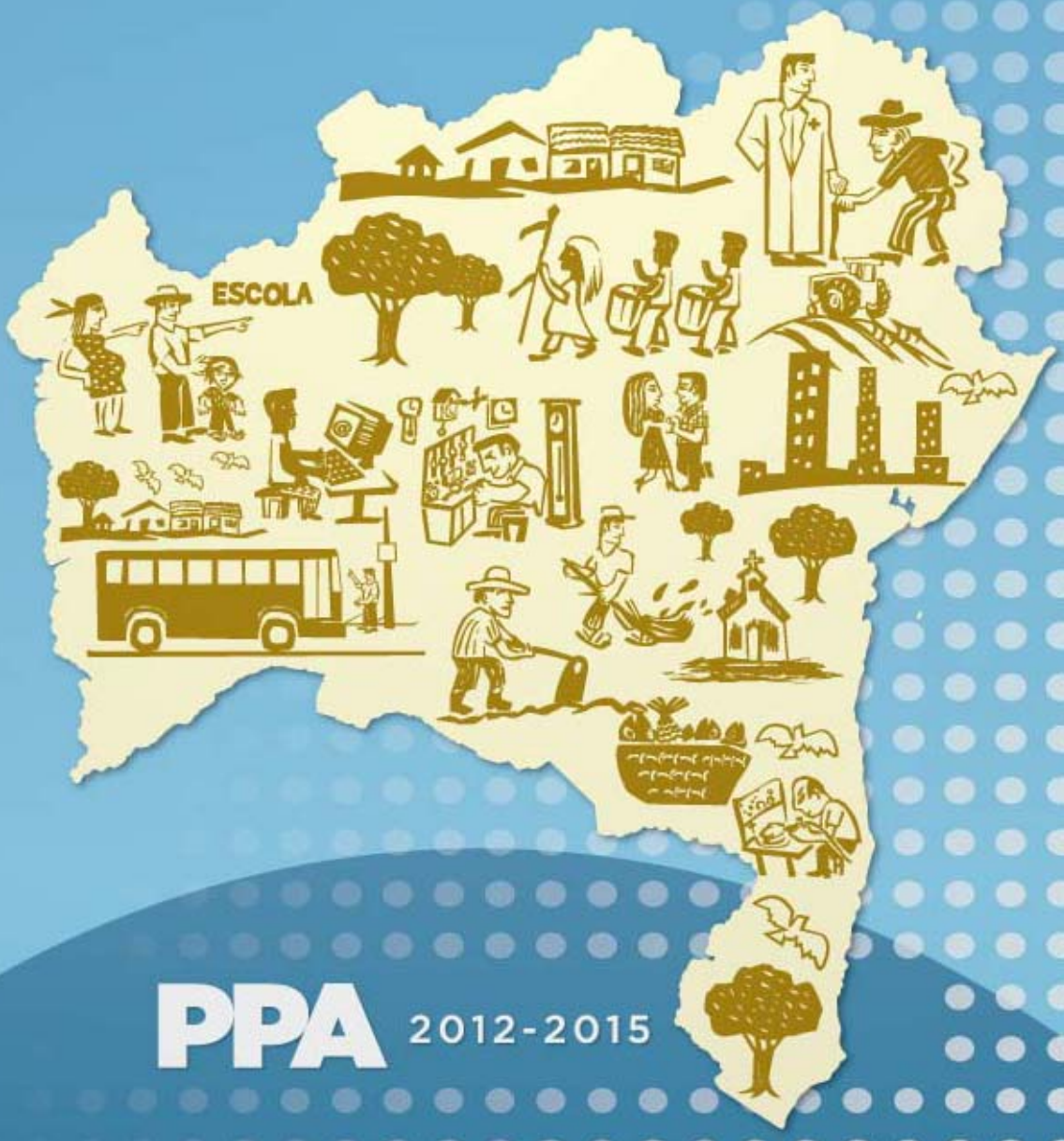
Recursos do Programa **R$ 31.878.000,00**

Compromisso	Fortalecer institucional e administrativamente o Ministério Público, alinhados aos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, visando a melhoria e a qualidade da prestação jurisdicional à sociedade
Órgão Responsável	Ministério Público

Entrega/Iniciativa
Implementação da gestão estratégica
Aperfeiçoamento do instrumental normativo
Fomento a integração institucional
Melhoria da gestão administrativa
Fortalecimento da gestão orçamentária e financeira
Fortalecimento da imagem institucional
Aperfeiçoamento da política de gestão de pessoas
Implantação de novo modelo de gestão de Tecnologia da Informação - TI
Ampliação e melhoria da infraestrutura tecnológica
Ampliação e melhoria da infraestrutura física
Aquisição de imóvel para instalação de unidades do MP
Construção, ampliação e reforma de unidades do MP
Realização de Concurso Público

DEFENSORIA PÚBLICA

Eixo Estruturante
Justiça Integral e Gratuita
e Garantia dos Direitos do Cidadão



PPA 2012-2015

DEFENSORIA PÚBLICA

EIXO ESTRUTURANTE
JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA E GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Com a conquista da autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE), ocorrida apenas há cinco anos, através da Lei Complementar nº 26, de junho de 2006, o Plano Plurianual – PPA da instituição, para o período 2012/2015, constitui o principal instrumento de planejamento e gestão, onde são definidos os objetivos que se pretende alcançar e as ações e recursos necessários à sua consecução.

Espelhado nas diretrizes do Plano de Gestão traçado para o biênio 2011/2013 e nos enfoques do planejamento estratégico, o PPA registra propósitos e necessidades, realçando a importância do planejamento como base para os avanços indispensáveis ao fortalecimento de uma instituição cuja credibilidade e reconhecimento junto à população mais pobre do estado são, hoje, indiscutíveis. Evidencia-se que, atuando num contexto permeado, ainda, por carências estruturais, sua importância social e a crescente demanda por seus serviços colocam a Defensoria Pública como uma organização indispensável, na estrutura governamental do Estado, para apoiar políticas públicas focadas no desenvolvimento sustentável e equilibrado.

A implementação dos programas integrantes deste PPA e respectivos compromissos, que se desdobram nas entregas, é condição necessária para oferecer respostas satisfatórias da Defensoria à sociedade baiana.

Enquanto organização comprometida com resultados e atenta ao estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, reforça a importância da ação planejada e transparente como pressuposto para uma gestão orçamentária e financeira responsável. O PPA dá especial ênfase ao alcance social da Defensoria no cumprimento da sua responsabilidade legal, plenamente justificada no contexto de uma sociedade democrática e de um governo comprometido com a defesa da cidadania.

A sinergia de propósitos com os demais poderes e a transversalidade inerente à metodologia definida para este Plano Plurianual fortalecem, em especial, a operacionalidade dos compromissos dos diversos órgãos no Estado e representam forças propulsoras para o incremento dos resultados desejados por todos. Nesse sentido, os esforços realizados nos últimos anos pela Defensoria, com resultados sociais altamente positivos, permitiram significativos avanços no convencimento da imprescindibilidade

do planejamento das suas ações, introduzindo no corpo funcional – membros, gestores e servidores – a prática de planejar suas atividades e traçar objetivos e metas, o que tem ampliado o grau de confiabilidade para a viabilização de ações futuras. Exemplo disso pauta-se na receptividade da equipe no chamado à participação da construção deste instrumento, o que amplia o seu caráter democrático e lhe confere maior legitimidade.

Para melhor contextualizar o papel da Defensoria Pública, vale esboçar um breve histórico do seu posicionamento, com o fim de demarcar a urgência de medidas decisórias para dar cumprimento à sua finalidade.

Os níveis de crescimento econômico e de expansão da produção do Brasil, nos anos recentes, permitiram a abertura para um ciclo de prosperidade, passando o país a ser considerado como uma potência emergente, com poder de decisão no rumo do desenvolvimento mundial.

No decurso da história, tem sido um fato evidente que esses ciclos de crescimento e prosperidade só têm persistência no tempo se acompanhados de distribuição dos ganhos econômicos, bem assim de um aprofundamento dos valores democráticos, levando bem estar às diferentes camadas da população.

Nesse cenário, percebe-se o comprometimento do país num decisivo processo de fortalecimento das instituições que garantam o convívio democrático, cujas bases estão instituídas na Constituição de 1988. São pilares fundamentais para esse processo a consolidação do Sistema de Justiça e a garantia à defesa dos direitos humanos.

Exemplo deste fato é a reforma do marco jurídico que normatiza o acesso universal à Justiça e redefine o papel da Defensoria Pública no contexto institucional do país, através do artigo 134 da Constituição Federal Brasileira, e o advento da emenda 45/2004, adequado à Constituição Estadual pela Emenda 11/05. A sanção da Lei Complementar n° 26, de 28 de junho de 2006 que regulamenta a Lei Orgânica e o estatuto da instituição, permite que a DPE execute as mudanças constitucionais referentes à autonomia e adequação da sua estrutura e funcionamento.

Mais recentemente, sofreu alterações com a edição da Lei Nº132 de outubro de 2009, que alterou a Lei Orgânica Federal Nº 80/94 e estabeleceu as novas particularidades e prerrogativas das defensorias públicas. A lei trata não apenas de regras para a administração e gerenciamento, mas, principalmente, da atuação do defensor público, ampliando significativamente suas funções institucionais.

De igual forma o novo marco estabelece pautas de organização administrativa e presença territorial das defensorias, como também estabelecem a regulamentação da autonomia e as diretrizes para distribuição geográfica.

Não obstante esses avanços, que evidenciam o aprofundamento das garantias para o acesso livre e universal à Justiça, a presença da Defensoria Pública na Bahia ainda não cobre, ainda, todos os "territórios de identidade", principalmente naqueles municípios que mostram baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social, alta violação dos direitos dos cidadãos e maiores índices de C-VLI – Crimes Violentos Letais e Intencionais e CVP – Crimes Violentos Contra o Patrimônio.

O número de defensores públicos é menor que o necessário para atender a população carente, o que acaba contribuindo para o agravamento da exclusão social na Bahia. Em um Estado composto por 417 municípios, a Defensoria atende a apenas 32, o que corresponde a menos de 8% do total. Dos 583 cargos de Defensor Público previstos em lei, apenas 196 são ocupados.

Insta salientar, dada a pertinência do conteúdo, "que em junho deste ano, a 41ª Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, aprovou por unanimidade a Resolução 2656 (XLI-0/11), que trata das garantias para o acesso à Justiça, a qual recomenda aos Estados membros que já disponham do serviço de assistência jurídica gratuita, que adotem medidas que garantam que os defensores públicos oficiais gozem de independência e autonomia funcional".

Nesse cenário, são muitos os desafios apresentados à Defensoria Pública do Estado da Bahia e as ações de enfrentamento devem nortear sua projeção como entidade essencial à Justiça, dentre os quais importa destacar: (i)

aumentar a acessibilidade, com serviços de qualidade e de forma integral, da população carente aos serviços de justiça; (ii) contribuir para o fortalecimento de uma consciência cidadã, de respeito aos direitos da população em situação de risco social; e (iii) investir nas dimensões de planejamento, pessoas, tecnologias e processos para alinhar a estrutura às estratégias institucionais.

A abrangência e complexidade dos desafios identificados começaram, assim, a ser equacionados, com a dinamização imputada pelos gestores da Defensoria Pública em sucessivas iniciativas de solução que culminam, em 2009, com o início de um planejamento estratégico (finalizado em 2011) no qual estiveram comprometidas todas as unidades que compõem a instituição.

Essa etapa planejadora permitiu a construção de um conjunto de ações necessárias, harmonizadas com o Plano de Desenvolvimento do Estado para 2023, visando a elevar o nível da gestão da Defensoria e traçar o seu Plano de fortalecimento institucional, incorporados neste PPA, incluindo demandas especiais – a exemplo do Carnaval e da Copa do Mundo em 2014.

O conjunto desses fatores, favorecido por um ambiente político de maior abertura e transparência na gestão do Estado, desde 2007, reforça a convicção do cumprimento da missão institucional da Defensoria, no sentido de contribuir para a redução das desigualdades, conflitos sociais e violação dos direitos das pessoas em situação de hipossuficiência ou vulnerabilidade, individual e coletivamente, no Estado da Bahia, por meio da assistência jurídica, extrajudicial e judicial, integral, gratuita e multidisciplinar.

No quadro exposto, o PPA da Defensoria para o período 2012/2015, que integra o PPA do Governo do Estado da Bahia, associa esforços que contribuam para o aprimoramento da democracia no Estado em direção à construção de uma sociedade participativa e crítica em relação à gestão pública.

Elaborado de forma partilhada, envolvendo a administração superior, defensores públicos e servidores – em conformidade com o modelo definido pelo Estado através da Secretaria do Planejamento - Seplan, o presente PPA uniformiza conceitos e estabelece princípios e diretrizes coerentes com as definições constantes do Plano Bienal da atual gestão, articulados com o planejamento estratégico realizado. Define a estrutura constituída de Eixo Temático, Programas, Compromissos e Entregas de forma criteriosa, abrangente e capaz de favorecer a convergência para uma prestação de serviços que atenda ao objetivo precípuo de garantir a dignidade da pessoa humana e contribuir para reduzir as desigualdades sociais, a partir de uma atuação pautada na educação para os direitos humanos e pacificação dos conflitos sociais, perseverando na solução de desafios como:

- Priorização da ação preventiva, contribuindo na redução de conflitos sociais;
- Cobertura do Sistema Prisional, contribuindo para redução do número de presos e estimulando práticas de ressocialização, essenciais à inclusão social com garantia dos direitos.

A concretização de sua finalidade se efetiva através da atuação das Defensorias na capital e no interior do estado, da Corregedoria e da Ouvidoria Cidadã, que absorve de forma direta informações para melhoria da prestação dos serviços.

No propósito da concretização de uma prática capaz de responder às necessidades da população, no que concerne aos serviços constitucionalmente prestados por esta Defensoria Pública, todo esforço será envidado no sentido de implementar o elenco das proposições aqui registradas.

ÁREA TEMÁTICA
JUSTIÇA CIDADÃ

Inserida num contexto de amadurecimento do sistema de justiça brasileiro, favorável ao avanço e fortalecimento do papel da Defensoria através (i) da ampliação do acesso aos cidadãos necessitados de assistência e orientação jurídica, integral e gratuita para fortalecimento das políticas de direitos humanos, coletivos e difusos, e (ii) a defesa judicial, extrajudicial e administrativa, em todos os graus e instâncias, o tema Justiça Cidadã representa a ação precípua da Defensoria. E, como tal, reflete a missão, visão, valores e princípios estratégicos, assumindo a educação para os direitos humanos como norteador filosófico da sua atuação.

Será viabilizado, através das Defensorias Públicas Especializadas de Família, da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cível e de Fazenda Pública, Criminal e de Execução Penal, Prestação aos Direitos Humanos e Itinerantes, Curadoria Especial, Idoso, Defensorias Públicas da Região Metropolitana de Salvador e das Defensorias Públicas Regionais de Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, Ilhéus, Senhor do Bonfim e Santo Antônio de Jesus.

A Corregedoria, enquanto instância que acompanha, fiscaliza e orienta a regularidade dos serviços da instituição, dispõe-se a uma atuação focada na prevenção, para alcançar um patamar de maior eficiência, reduzindo situações indesejáveis e potencializando atitudes favoráveis ao desenvolvimento humano.

A Ouvidoria Cidadã representa importância significativa para legitimar a prestação dos serviços, a partir das auscultas à sociedade civil.

Eixo Estruturante	**JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA E GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO**
Área Temática	**JUSTIÇA CIDADÃ**
Programa	**ACESSO À JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA**

Ementa

Contribuir para a redução das desigualdades, conflitos sociais e de violação dos direitos das pessoas em situação de hipossuficiência ou vulnerabilidade, individual e coletiva, através da assistência extrajudicial e judicial, integral, gratuita e multidisciplinar, valorizando a dignidade humana e cidadã

Recursos do Programa **R$ 9.500.000,00**

Indicador	Unidade de Medida	Referência Data	Referência Índice	Índice Esperado PPA
Desempenho Anual	Nº	2010	603.783,00	3.200.000,00
Número de Atendimentos Territoriais da Defensoria	Nº	2010	20,00	27,00
Número de Atendimentos Municipais da Defensoria	Nº	2010	32,00	85,00
Taxa de Resolução de Conflitos de Ações Extrajudiciais	%	2010	65,00	80,00
Ações de Reconhecimento de Paternidade	Pessoa	2010	2.636	4.000
Número de Participantes nos Eventos Itinerantes	Pessoa	2010	14.980	22.470
Cobertura da Atuação nas Unidades Prisionais e Delegacias	Nº	2010	96,00	149,00

Compromisso	Garantir a dignidade da pessoa humana e reduzir as desigualdades sociais prestando assistência jurídica integral e gratuita
Órgão Responsável	Defensoria Pública do Estado da Bahia
Meta	Atender 800 mil pessoas/ano na prestação da Assistência Jurídica de forma ampla

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	800.000 por ano	Pessoa

Meta	Implantar 10 Defensorias Regionais

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	10	Unid

Meta	Implantar 3 Defensorias Especializadas

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	03	Unid

Meta	Estruturar 10 Núcleos Temáticos

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
Estado	10	Unid

Entrega/Iniciativa

- Prestação da Assistência Jurídica, Integral e Gratuita ao Cidadão
- Intensificação do atendimento jurídico itinerante aos povos tradicionais, comunidades rurais, quilombolas, indígenas e populações vulneráveis
- Estruturação de núcleos temáticos para atendimento ao cidadão
- Dinamização e funcionamento da Corregedoria
- Fortalecimento e funcionamento da Ouvidoria Geral

Eixo Estruturante	JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA E GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO
Área Temática	**JUSTIÇA CIDADÃ**
Programa	**ACESSO À JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA**

Entrega/Iniciativa
Estímulo às práticas de assistência integral ao sistema prisional e às Casas de Atendimento Sócio Educativo - Case's
Prevenção à judicialização de conflitos fomentando a prática de mediação e conciliação
Ampliação da disponibilização dos serviços da Defensoria, nos territórios de identidade do Estado
Implantação das Defensorias Especializadas e Regionais
Fortalecimento das parcerias com Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Ministério Público do Estado da Bahia, Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Universidades

Eixo Estruturante	**JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA E GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO**
Área Temática	**JUSTIÇA CIDADÃ**
Programa	**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA**

Ementa

Desenvolver ações e projetos que ampliem as condições físicas e tecnológicas da Instituição, bem como fomentar ações de investimento na educação continuada de defensores públicos e servidores, através da Escola Superior da Defensoria Pública - Esdep, para humanizar, simplificar e agilizar o atendimento aos cidadãos que buscam os serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, no intento de reduzir a demanda reprimida e as filas de espera, evoluindo para o alcance de padrões de qualidade e respeito ao princípio da dignidade humana, essenciais a efetividade de suas ações

Recursos do Programa	**R$ 41.133.000,00**

Compromisso	Modernizar a gestão da Defensoria Pública, ampliando a infraestrutura física, tecnológica e operacional essencial à qualidade da prestação dos serviços e incremento de resultados
Órgão Responsável	Defensoria Pública do Estado da Bahia

Entrega/Iniciativa
Construção da Sede da Defensoria Pública
Construção, ampliação e reforma de unidades defensoriais
Aquisição de imóveis para instalação de unidades defensoriais
Implementação do Sistema de Tecnologia de Informação em Gestão de Atendimento - Sigad
Desenvolvimento da rede única de informação
Ampliação do parque de informática
Ampliação e inovação da comunicação interna e externa
Atualização da Lei Orgânica nº 26/2006

Compromisso	Fortalecer a Escola Superior da Defensoria Pública - Esdep, expandindo a cultura do aprendizado permanente, favorecendo a conquista de idéias e soluções inovadoras na busca de autonomia e resultados sociais
Órgão Responsável	Defensoria Pública do Estado da Bahia

Entrega/Iniciativa
Capacitação de defensores públicos e servidores
Realização de ações voltadas para inclusão social
Realização de estudos e pesquisas
Implementação do Núcleo de Apoio à Pesquisa e Publicações
Realização de concurso público

Outros Demonstrativos

PPA 2012-2015

RECURSOS TOTAIS DO PPA

(Em R$ 1,00)

Especificação	Origem	Recursos	%
Orçamentários		143.064.653.831	100,00
	Tesouro	93.730.398.013	65,52
	Outras do Tesouro	10.352.222.643	7,24
	Outras Fontes	38.982.033.175	27,25
TOTAL		**143.064.653.831**	**100,00**

RECURSOS DO PPA POR FONTE

(Em R$ 1,00)

	Fonte de Recurso		
	Tesouro	Outras Fontes	Total
Compromissos do PPA	47.680.559.160	9.073.051.561	56.753.610.721
Manutenção Administrativa	33.158.316.562	22.982.859.614	56.141.176.176
Operações Especiais	23.243.744.934	6.926.122.000	30.169.866.934
TOTAL	**104.082.620.656**	**38.982.033.175**	**143.064.653.831**

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROGRAMA

(Em R$ 1,00)

Poder Eixo Estruturante Área Temática Programa	Recursos Orçamentários Total
Total do Poder Executivo	55.186.385.721
Inclusão Social e Afirmação de Direitos	45.461.923.237
Saúde	12.278.349.370
Bahia Saudável	12.278.349.370
Educação	16.128.730.467
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	400.134.000
Educação Profissional	514.524.720
Educação Superior no Século XXI	2.791.753.633
Fortalecimento da Educação Básica	12.422.318.114
Segurança Pública	11.388.441.000
Pacto pela Vida	11.388.441.000
Cidadania e Direitos Humanos	882.565.660
Criança e Adolescente	118.476.260
Envelhecimento Ativo	27.418.000
Juventude	46.866.000
Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania	32.564.400
Ressocialização: Direito do Interno e do Cumpridor de Penas e Medidas Alternativas	657.241.000
Desenvolvimento Social	3.265.801.740
Água para Todos - PAT	2.964.869.000
Proteção Social	123.026.740
Regularização Fundiária e Reforma Agrária	31.094.000
Segurança Alimentar e Nutricional	146.812.000
Inclusão Produtiva	978.124.750
Vida Melhor - Oportunidade para Quem Mais Precisa	978.124.750
Gênero, Raça e Etnia	58.452.780
Autonomia das Mulheres	8.635.000
Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	21.832.780
Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	5.667.000
Promoção da Igualdade Racial e Garantia de Direitos	22.318.000
Trabalho e Renda	332.268.470
Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda	67.430.480
Bom Trabalho: Ampliando Oportunidades	238.839.990
Trabalho Decente	25.998.000
Esporte e Lazer	149.189.000
Bahia Esportiva	149.189.000
Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento	6.950.056.771
Infraestrutura Logística e de Telecomunicações	1.292.621.500
Infraestrutura de Telecomunicações	37.149.000

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROGRAMA

(Em R$ 1,00)

Poder Eixo Estruturante Área Temática Programa	Recursos Orçamentários Total
Logística Integrada de Transporte	1.255.472.500
Energia	**584.178.240**
Energia para o Desenvolvimento	584.178.240
Ciência e Tecnologia	**440.616.537**
Ciência, Tecnologia e Inovação	440.616.537
Economia Verde	**20.508.000**
Economia Verde	20.508.000
Meio Ambiente	**292.059.000**
Sustentabilidade Ambiental	292.059.000
Desenvolvimento Urbano - Cidades Sustentáveis	**2.293.654.781**
Mobilidade e Acessibilidade Urbana	897.795.781
Moradia Digna	1.083.555.000
Reabilitação do Centro Antigo de Salvador	312.304.000
Turismo	**1.028.572.000**
Copa 2014	636.650.000
Turismo Sustentável	391.922.000
Cultura e Desenvolvimento	**436.156.713**
Desenvolvimento Cultural	237.164.000
Economia Criativa	198.992.713
Cadeias Produtivas do Agronegócio	**174.615.000**
Bahia Segura: Da Produção ao Consumo	72.108.000
Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agropecuária Empresarial	102.507.000
Indústria, Mineração e Serviços Estratégicos	**387.075.000**
Comércio e Serviços Estratégicos	63.697.000
Indústria e Mineração	306.314.000
Microempresa e Empresas de Pequeno Porte	17.064.000
Gestão Democrática do Estado	**2.774.405.713**
Planejamento e Gestão Estratégica	**1.098.468.000**
Planejamento e Gestão Estratégica	1.098.468.000
Gestão Fiscal	**196.270.000**
Gestão Fiscal	196.270.000
Modernização da Gestão Pública	**1.129.797.713**
Modernização da Gestão Pública	1.129.797.713
Relação Governo-Sociedade	**347.674.000**
Relação Governo-Sociedade	347.674.000
Pacto Federativo	**2.196.000**
Pacto Federativo	2.196.000

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROGRAMA

(Em R$ 1,00)

Poder Eixo Estruturante Área Temática Programa	Recursos Orçamentários Total
Total dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública	1.567.225.000
Ação Legislativa e Controle das Contas Públicas	1.067.103.000
Ação Legislativa	645.180.000
Fortalecimento da Ação Legislativa	645.180.000
Controle Externo Estadual	396.878.000
Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual	396.878.000
Controle Externo dos Municípios	25.045.000
Aperfeiçoamento do Controle Externo dos Municípios	25.045.000
Efetividade no Poder Judiciário	407.644.000
Justiça	407.644.000
Justiça Presente	407.644.000
Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania	41.845.000
Defesa da Sociedade	41.845.000
Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena	9.967.000
Modernização do Ministério Público	31.878.000
Justiça Integral e Gratuita e Garantia dos Direitos do Cidadão	50.633.000
Justiça Cidadã	50.633.000
Acesso à Justiça Integral e Gratuita	9.500.000
Modernização da Gestão da Defensoria Pública	41.133.000
Total Geral do Estado	56.753.610.721

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROGRAMA E FONTE

(Em R$ 1,00)

Eixo Estruturante Programa	Fonte	Recursos Orçamentários
Inclusão Social e Afirmação de Direitos		45.461.923.237
Bahia Saudável		12.278.349.370
	Outras Fontes	6.430.179.587
	Tesouro	5.848.169.783
Fortalecimento da Educação Básica		12.422.318.114
	Outras Fontes	12.422.318.114
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos		400.134.000
	Outras Fontes	400.134.000
Educação Profissional		514.524.720
	Outras Fontes	514.524.720
Educação Superior no Século XXI		2.791.753.633
	Outras Fontes	2.498.840.059
	Tesouro	292.913.574
Pacto pela Vida		11.388.441.000
	Outras Fontes	11.388.441.000
Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania		32.564.400
	Outras Fontes	32.564.400
Ressocialização: Direito do Interno e do Cumpridor de Penas e Medidas Alternativas		657.241.000
	Outras Fontes	657.241.000
Juventude		46.866.000
	Outras Fontes	46.866.000
Criança e Adolescente		118.476.260
	Outras Fontes	118.476.260
Envelhecimento Ativo		27.418.000
	Outras Fontes	25.818.000
	Tesouro	1.600.000
Proteção Social		123.026.740
	Outras Fontes	123.026.740
Segurança Alimentar e Nutricional		146.812.000
	Outras Fontes	146.812.000
Água para Todos - PAT		2.964.869.000
	Outras Fontes	1.635.016.000
	Tesouro	1.329.853.000
Regularização Fundiária e Reforma Agrária		31.094.000
	Outras Fontes	31.094.000
Vida Melhor - Oportunidade para Quem Mais Precisa		978.124.750
	Outras Fontes	865.770.530
	Tesouro	112.354.220
Promoção da Igualdade Racial e Garantia de Direitos		22.318.000

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROGRAMA E FONTE

(Em R$ 1,00)

Eixo Estruturante Programa	Fonte	Recursos Orçamentários
	Outras Fontes	22.318.000
Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais		21.832.780
	Outras Fontes	21.075.000
	Tesouro	757.780
Enfrentamento da Violência contra as Mulheres		5.667.000
	Outras Fontes	5.667.000
Autonomia das Mulheres		8.635.000
	Outras Fontes	8.635.000
Trabalho Decente		25.998.000
	Outras Fontes	25.998.000
Bom Trabalho: Ampliando Oportunidades		238.839.990
	Outras Fontes	238.839.990
Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda		67.430.480
	Outras Fontes	61.401.480
	Tesouro	6.029.000
Bahia Esportiva		149.189.000
	Outras Fontes	120.546.000
	Tesouro	28.643.000
Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento		**6.950.056.771**
Logística Integrada de Transporte		1.255.472.500
	Outras Fontes	1.175.558.500
	Tesouro	79.914.000
Infraestrutura de Telecomunicações		37.149.000
	Outras Fontes	35.544.000
	Tesouro	1.605.000
Energia para o Desenvolvimento		584.178.240
	Outras Fontes	329.239.000
	Tesouro	254.939.240
Ciência, Tecnologia e Inovação		440.616.537
	Outras Fontes	318.805.537
	Tesouro	121.811.000
Economia Verde		20.508.000
	Outras Fontes	19.224.000
	Tesouro	1.284.000
Sustentabilidade Ambiental		292.059.000
	Outras Fontes	243.072.000
	Tesouro	48.987.000
Moradia Digna		1.083.555.000

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROGRAMA E FONTE

(Em R$ 1,00)

Eixo Estruturante Programa	Fonte	Recursos Orçamentários
	Outras Fontes	1.083.555.000
Mobilidade e Acessibilidade Urbana		897.795.781
	Outras Fontes	802.376.243
	Tesouro	95.419.538
Reabilitação do Centro Antigo de Salvador		312.304.000
	Outras Fontes	306.304.000
	Tesouro	6.000.000
Turismo Sustentável		391.922.000
	Outras Fontes	378.576.000
	Tesouro	13.346.000
Copa 2014		636.650.000
	Outras Fontes	631.288.000
	Tesouro	5.362.000
Economia Criativa		198.992.713
	Outras Fontes	36.245.000
	Tesouro	162.747.713
Desenvolvimento Cultural		237.164.000
	Outras Fontes	229.651.000
	Tesouro	7.513.000
Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agropecuária Empresarial		102.507.000
	Outras Fontes	84.257.000
	Tesouro	18.250.000
Bahia Segura: Da Produção ao Consumo		72.108.000
	Outras Fontes	53.488.000
	Tesouro	18.620.000
Indústria e Mineração		306.314.000
	Outras Fontes	284.134.000
	Tesouro	22.180.000
Comércio e Serviços Estratégicos		63.697.000
	Outras Fontes	3.530.000
	Tesouro	60.167.000
Microempresa e Empresas de Pequeno Porte		17.064.000
	Outras Fontes	16.857.000
	Tesouro	207.000
Gestão Democrática do Estado		**2.774.405.713**
Planejamento e Gestão Estratégica		1.098.468.000
	Outras Fontes	1.095.028.000
	Tesouro	3.440.000

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROGRAMA E FONTE

(Em R$ 1,00)

Eixo Estruturante Programa	Fonte	Recursos Orçamentários
Gestão Fiscal		196.270.000
	Outras Fontes	196.270.000
Modernização da Gestão Pública		1.129.797.713
	Outras Fontes	602.940.000
	Tesouro	526.857.713
Relação Governo-Sociedade		347.674.000
	Outras Fontes	344.393.000
	Tesouro	3.281.000
Pacto Federativo		2.196.000
	Outras Fontes	2.196.000
Apoio Administrativo do Poder Executivo		**47.386.548.622**
Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo		47.386.548.622
	Outras Fontes	24.403.689.008
	Tesouro	22.982.859.614
Operação Especial		**30.169.866.934**
Operação Especial		30.169.866.934
	Outras Fontes	23.243.744.934
	Tesouro	6.926.122.000
Total do Poder Executivo		**132.742.801.277**
Apoio Administrativo do Poder Legislativo		**1.374.904.399**
Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo		1.374.904.399
	Outras Fontes	1.374.904.399
Apoio Administrativo do Poder Judiciário		**5.454.879.622**
Ações de Apoio Administrativo do Poder Judiciário		5.454.879.622
	Outras Fontes	5.454.879.622
Apoio Administrativo do Ministério Público		**1.492.701.938**
Ações de Apoio Administrativo do Ministério Público		1.492.701.938
	Outras Fontes	1.492.701.938
Apoio Administrativo da Defensoria Pública		**432.141.595**
Ações de Apoio Administrativo da Defensória Pública		432.141.595
	Outras Fontes	432.141.595
Ação Legislativa e Controle das Contas Públicas		**1.067.103.000**
Fortalecimento da Ação Legislativa		645.180.000
	Outras Fontes	645.180.000
Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual		396.878.000
	Outras Fontes	396.078.000
	Tesouro	800.000
Aperfeiçoamento do Controle Externo dos Municípios		25.045.000

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR PROGRAMA E FONTE

(Em R$ 1,00)

Eixo Estruturante Programa	Fonte	Recursos Orçamentários
	Outras Fontes	25.045.000
Efetividade no Poder Judiciário		**407.644.000**
Justiça Presente		407.644.000
	Outras Fontes	407.644.000
Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania		**41.845.000**
Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena		9.967.000
	Outras Fontes	9.967.000
Modernização do Ministério Público		31.878.000
	Outras Fontes	31.878.000
Justiça Integral e Gratuita e Garantia dos Direitos do Cidadão		**50.633.000**
Acesso à Justiça Integral e Gratuita		9.500.000
	Outras Fontes	9.500.000
Modernização da Gestão da Defensoria Pública		41.133.000
	Outras Fontes	41.133.000
Total dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública		**10.321.852.554**
Total Geral do Estado		143.064.653.831

RECURSOS DOS COMPROMISSOS POR PODER, ÓRGÃO E FONTE

(Em R$ 1,00)

Poder Órgão	Fonte de Recurso Recursos do Tesouro	Outras Fontes	Total
Legislativo	**1.066.303.000**	**800.000**	**1.067.103.000**
Assembléia Legislativa	645.180.000	0	645.180.000
Tribunal de Contas do Estado	396.078.000	800.000	396.878.000
Tribunal de Contas dos Municípios	25.045.000	0	25.045.000
Judiciário	**407.644.000**	**0**	**407.644.000**
Tribunal de Justiça	407.644.000	0	407.644.000
Executivo	**46.114.134.160**	**9.072.251.561**	**55.186.385.721**
Procuradoria Geral do Estado	29.282.000	0	29.282.000
Secretaria da Administração	434.152.243	498.156.538	932.308.781
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	684.108.000	138.317.000	822.425.000
Secretaria da Educação	15.910.429.285	300.785.000	16.211.214.285
Secretaria da Fazenda	338.280.000	0	338.280.000
Casa Civil	737.297.000	69.813.000	807.110.000
Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	336.187.000	109.200.000	445.387.000
Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	52.129.400	0	52.129.400
Secretaria do Planejamento	371.955.000	3.281.000	375.236.000
Secretaria da Saúde	6.472.489.587	5.849.769.783	12.322.259.370
Secretaria da Segurança Pública	11.216.664.000	0	11.216.664.000
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	445.835.000	23.148.000	468.983.000
Secretaria de Cultura	306.537.000	165.933.000	472.470.000
Secretaria de Infraestrutura	1.536.993.500	344.893.240	1.881.886.740
Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza	808.490.000	0	808.490.000
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	3.660.811.000	1.283.301.000	4.944.112.000
Secretaria do Meio Ambiente	768.924.000	130.483.000	899.407.000
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	404.589.145	119.271.000	523.860.145
Secretaria de Relações Institucionais	9.315.000	0	9.315.000
Secretaria de Promoção da Igualdade	20.141.000	0	20.141.000
Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	182.180.000	13.479.000	195.659.000
Secretaria de Turismo	441.515.000	18.408.000	459.923.000
Gabinete do Governador	2.430.000	0	2.430.000
Secretaria de Políticas para as Mulheres	14.404.000	0	14.404.000
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização	654.523.000	0	654.523.000
Secretaria de Comunicação Social	234.511.000	4.013.000	238.524.000
Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	39.962.000	0	39.962.000

RECURSOS DOS COMPROMISSOS POR PODER, ÓRGÃO E FONTE

(Em R$ 1,00)

Poder Órgão	Fonte de Recurso Recursos do Tesouro	Outras Fontes	Total
Ministério Público	41.845.000	0	41.845.000
Ministério Público	41.845.000	0	41.845.000
Defensoria Pública	50.633.000	0	50.633.000
Defensoria Pública do Estado da Bahia	50.633.000	0	50.633.000
Total	47.680.559.160	9.073.051.561	56.753.610.721

RECURSOS DA MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA POR PODER, ÓRGÃO E FONTE

(Em R$ 1,00)

Poder Órgão	Recursos do Tesouro	Outras Fontes	Total
Legislativo	**1.374.904.399**	**0**	**1.374.904.399**
Assembleia Legislativa	675.414.000	0	675.414.000
Tribunal de Contas do Estado	220.760.697	0	220.760.697
Tribunal de Contas dos Municípios	478.729.702	0	478.729.702
Judiciário	**5.454.879.622**	**0**	**5.454.879.622**
Tribunal de Justiça	5.454.879.622	0	5.454.879.622
Executivo	**24.403.689.008**	**26.561.940.614**	**50.965.629.622**
Casa Militar do Governador	106.307.000	0	106.307.000
Procuradoria Geral do Estado	417.676.000	0	417.676.000
Gabinete do Vice Governador	8.789.000	0	8.789.000
Secretaria da Administração	7.925.883.000	15.175.835.000	23.101.718.000
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	1.073.489.000	18.965.000	1.092.454.000
Secretaria da Educação	3.346.255.008	21.581.000	3.367.836.008
Secretaria da Fazenda	3.150.641.000	564.133.000	3.714.774.000
Casa Civil	91.553.000	157.543.794	249.096.794
Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	301.654.000	3.009.655.000	3.311.309.000
Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	252.780.000	0	252.780.000
Secretaria do Planejamento	177.167.000	2.966.000	180.133.000
Secretaria da Saúde	2.583.897.000	59.140.000	2.643.037.000
Secretaria da Segurança Pública	1.281.254.000	0	1.281.254.000
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	217.474.000	1.170.000	218.644.000
Secretaria de Cultura	443.842.000	11.122.000	454.964.000
Secretaria de Infraestrutura	373.595.000	322.431.820	696.026.820
Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza	344.355.000	0	344.355.000
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	492.129.000	7.205.031.000	7.697.160.000
Secretaria do Meio Ambiente	589.404.000	7.347.000	596.751.000
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	73.655.000	0	73.655.000
Secretaria de Relações Institucionais	19.745.000	0	19.745.000
Secretaria de Promoção da Igualdade	14.613.000	0	14.613.000
Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	137.403.000	698.000	138.101.000
Secretaria de Turismo	193.320.000	0	193.320.000
Gabinete do Governador	81.765.000	0	81.765.000
Secretaria de Políticas para as Mulheres	32.236.000	0	32.236.000

RECURSOS DA MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA POR PODER, ÓRGÃO E FONTE

(Em R$ 1,00)

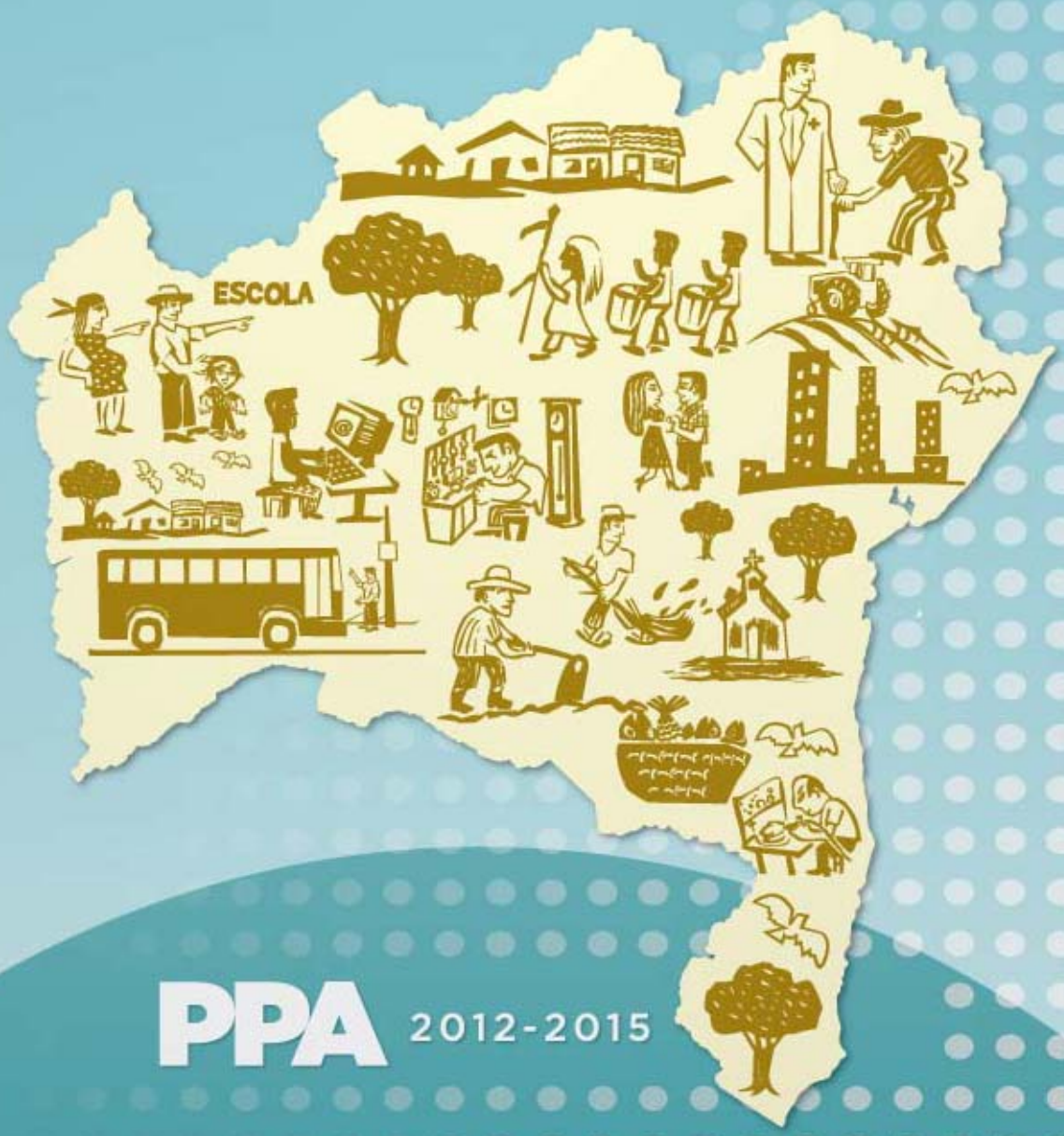
Poder Órgão	Recursos do Tesouro	Outras Fontes	Total
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização	221.450.000	0	221.450.000
Secretaria de Comunicação Social	144.359.000	4.322.000	148.681.000
Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	24.285.000	0	24.285.000
Encargos Gerais do Estado	282.714.000	0	282.714.000
Ministério Público	**1.492.701.938**	**0**	**1.492.701.938**
Ministério Público	1.492.701.938	0	1.492.701.938
Defensoria Pública	**432.141.595**	**0**	**432.141.595**
Defensoria Pública do Estado da Bahia	432.141.595	0	432.141.595
Total	**33.158.316.562**	**26.561.940.614**	**59.720.257.176**

RECURSOS DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS POR PODER, ÓRGÃO E FONTE

(Em R$ 1,00)

Poder Órgão	Recursos do Tesouro	Outras Fontes	Total
Legislativo	**34.508.000**	**0**	**34.508.000**
Assembléia Legislativa	34.504.000	0	34.504.000
Tribunal de Contas dos Municípios	4.000	0	4.000
Judiciário	**9.548.000**	**0**	**9.548.000**
Tribunal de Justiça	9.548.000	0	9.548.000
Executivo	**23.199.684.934**	**3.347.041.000**	**26.546.725.934**
Secretaria da Administração	24.000	1.080.000	1.104.000
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	427.000	0	427.000
Secretaria da Educação	5.017.000	1.933.000	6.950.000
Secretaria da Fazenda	0	1.529.052.000	1.529.052.000
Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	1.301.000	20.883.000	22.184.000
Secretaria do Planejamento	69.390.968	0	69.390.968
Secretaria da Saúde	453.000	0	453.000
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	335.000	80.000	415.000
Secretaria de Cultura	2.050.000	24.000	2.074.000
Secretaria de Infraestrutura	16.284.000	1.675.000	17.959.000
Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza	1.280.000	0	1.280.000
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	1.619.000	0	1.619.000
Secretaria do Meio Ambiente	2.304.000	4.000	2.308.000
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	24.000	0	24.000
Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	108.000	0	108.000
Secretaria de Turismo	1.317.000	4.281.000	5.598.000
Secretaria de Comunicação Social	554.000	190.000	744.000
Encargos Gerais do Estado	23.031.639.966	1.787.839.000	24.819.478.966
Reserva de Contingência	65.557.000	0	65.557.000
Ministério Público	**4.000**	**0**	**4.000**
Ministério Público	4.000	0	4.000
Total	**23.243.744.934**	**3.347.041.000**	**26.590.785.934**

Anexos Complementares



PPA 2012-2015

Eixo Estratégico	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**SAÚDE**				
Programa	**BAHIA SAUDÁVEL**				
Percentual de Atendimento pela Rede Hemoba da Demanda de Hemocomponentes da Rede SUS no Estado da Bahia	%	80,00	2010	100,00	Número de hemocomponentes expedidos pela Hemoba / Demanda estimada de transfusões de sangue na rede SUS do Estado
Número de Conselhos Municipais de Saúde Qualificados	Nº	86	2010	417	Número de conselhos municipais de saúde que participaram de curso de formação no ano de aferição
Cobertura da Vacina Tetravalente em Menores de Dois Anos	%	86,60	2010	95,00	Número de crianças de 12 meses a 23 meses e 29 dias com uma dose da vacina / Número total de crianças de 12 meses a 23 meses e 29 dias com uma dose de vacina * 100
Proporção de Casos de Doenças de Notificação Compulsória (DNC) Encerrados Oportunamente	%	62,90	2010	80,00	Número de casos de DNC encerrados oportunamente / Número total de casos de DNC * 100
Proporção da Cobertura Populacional Estimada pela Estratégia da Saúde da Família	%	58,60	2010	68,00	Número de ESF * 3.450 / População do Estado * 100
Cobertura de Saúde Prisional nas Unidades Prisionais do Estado	%	98,30	2010	100,00	População coberta pelas ESP / População de internos do Estado * 100
Taxa de Mortalidade Infantil	Por mil	18,60	2009	15,15	Número de óbitos com menos de um ano de idade em determinado período / Número de nascidos vivos no mesmo período * 1.000
Percentual da População Coberta pelo Samu 192	%	77,00	2011	100,00	População residente em municípios que implantaram SAMU / População total do Estado * 100
Área Temática	**EDUCAÇÃO**				
Programa	**FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**				
Ideb - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Nº	3,80	2011	4,10	Ideb - Anos iniciais do Ensino Fundamental
Ideb - Anos finais do Ensino Fundamental	Nº	3,10	2011	4,00	Ideb - Anos finais do Ensino Fundamental
Ideb - Ensino Médio	Nº	3,30	2011	3,80	Ideb - Ensino Médio

Eixo Estratégico	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Programa	**ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**				
Percentual de Jovens de 16 a 29 Anos com Ensino Fundamental Incompleto	%	34,10	2009	30,69	Total de jovens de 16 a 29 anos com Ensino Fundamental incompleto / Total de jovens na mesma faixa etária * 100
Percentual de Jovens de 16 a 29 Anos com Ensino Fundamental Completo	%	8,90	2009	9,79	Total de jovens de 16 a 29 anos com Ensino Fundamental completo / Total de jovens na mesma faixa etária * 100
Percentual de Jovens de 16 a 29 Anos com Ensino Médio Completo	%	28,60	2009	31,69	Total de jovens de 16 a 29 anos com Ensino Médio completo / Total de jovens na mesma faixa etária * 100
Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 Anos e Mais	%	16,70	2009	14,50	Número de pessoas com 15 anos e mais analfabetas / População do Estado com 15 anos e mais * 100
Programa	**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**				
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Integrada	Nº	28.753	2011	31.628	Somatório das matrículas na educação profissional integrada
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Subsequente	Nº	12.870	2011	14.157	Somatório das matrículas na Educação Profissional Subsequente
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Concomitante	Nº	154	2011	169	Somatório das matrículas na Educação Profissional Concomitante
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Proeja Fundamental	Nº	8.821	2011	9.703	Somatório das matrículas na Educação Profissional - Proeja Fundamental
Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Proeja Médio	Nº	7.044	2011	7.748	Somatório das matrículas na Educação Profissional - Proeja Médio
Programa	**EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI**				
Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Superior	%	7,60	2010	8,40	Número de alunos matriculados no Ensino Superior na idade correspondente / População do Estado de 18 a 24 anos * 100
Produção Acadêmico-científica nas Universidades Estaduais da Bahia	Nº	1.539	2010	1.693	Número de projetos de pesquisa nas Universiades Estaduais da Bahia
Número de Matrículas de Estudantes na Educação Superior	Nº	60.218	2010	70.000	Somatório de matrículas de estudantes na educação superior em oferta regular e especial
Número de Cursos de Pós-graduação Srticto Sensu nas Universiaddes Estaduais	Nº	48	2010	63	Somatório do número de cursos de pós-graduação na Educação Superior
Taxa de Escolarização Bruta do Ensino Superior	%	16,90	2009	18,60	Número de alunos matriculados no Ensino Superior / População do Estado de 18 a 24 anos * 100

Eixo Estratégico	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**SEGURANÇA PÚBLICA**				
Programa	**PACTO PELA VIDA**				
Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI	Por 100 mil	34,74	2010	24,70	Número de vítimas / População * 100.000 habitantes
Percentual de Reinserção Familiar e ou Comunitária de Usuários Atendidos na Rede de Acolhimento	%	15,00	2011	30,00	Número de pessoas reinseridas / Número de pessoas atendidas na Rede de Acolhimento
Número de Adolescentes em Conflito com a Lei	Pessoa	1.501	2011	1.350	Total de adolescentes em conflito com a lei
Área Temática	**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**				
Programa	**PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**				
Número de Denúncias de Violação dos Direitos Humanos	Nº	900	2011	1.386	Número de registro de denúncias
Índice de Resolutividade do Procon	%	88,00	2010	75,00	Total de ações resolvidas / Total de ações demandadas * 100
Índice de Sub-registro Civil na Bahia	%	24,50	2007	5,50	((Total de nascidos no Estado / Total de registros efetuados)-1) * 100
Programa	**RESSOCIALIZAÇÃO: DIREITO DO INTERNO E DO CUMPRIDOR DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS**				
Percentual de Apenados que Exercem Atividades Laborais Remuneradas e Não Remuneradas	%	19,40	2011	38,00	Número de presos em programas de laborterapia / Número de presos custodiados no sistema penitenciário * 100
Número de Presos por Vaga no Sistema Penitenciário	Preso por vaga	1,94	2011	1,20	Número total de presos no sistema penitenciário e nas delegacias / Número de vagas no sistema penitenciário
Programa	**JUVENTUDE**				
Número de Jovens Atendidos no CadÚnico	Pessoa	0,00	2010	60.000	Total de jovens do CadÚnico participantes do Programa
Evolução da Renda Média Mensal dos Jovens de 18 a 29 Anos	Reais	452,30	2009	588,00	Somatório do rendimento do trabalho único ou principal das pessoas ocupadas de 18 a 29 anos / Total de pessoas ocupadas de 18 a 29 anos
Programa	**CRIANÇA E ADOLESCENTE**				
Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social	%	61,54	2011	42,30	Quantidade de pessoas de 0 (zero) a 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social / Total de pessoas atendidos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos * 100

Eixo Estratégico	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Programa	**CRIANÇA E ADOLESCENTE**				
Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil	%	13,53	2011	10,29	Crianças e adolescentes ocupados / Total de crianças e adolescentes atendidos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos
Número de Adolescentes em Conflito com a Lei	Pessoa	1.501	2011	1.350	Total de adolescentes em conflito com a lei
Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Violação de Direitos	%	3,02	2011	1,51	Total de crianças e adolescentes atendidas / Total de crianças e adolescentes inseridas na rede de proteção * 100
Percentual de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto	%	5,18	2011	7,00	Total de adolescentes atendidos em LA e PSC / Total de adolescentes em cumprimento de pena * 100
Programa	**ENVELHECIMENTO ATIVO**				
Percentual de Idosos em Situação de Violação de Direitos	%	26,93	2010	5,38	Quantidade de ocorrências registradas em atendimentos hospitalares e delegacias / Número de atendidos na rede de proteção social * 100
Taxa de Internações por Acidente Vascular Cerebral – AVC	Por 10 mil	6,10	2010	5,50	Número de internações por AVC na população de 30 anos a 59 anos em determinado local de residência e período / População de 30 a 59 anos no mesmo local e período * 10.000
Percentual de Idosos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	%	63,00	2010	100,00	Número de atendimento de pessoas idosas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos / Quantidade de pessoas idosas do CadÚnico * 100
Taxa de Internação por Diabetes Mellitus (DM) e suas Complicações na População de 30 a 59 Anos	Por 10 mil	7,80	2010	7,00	Número de internações por DM e suas complicações na população de 30 a 59 anos em determinado local de residência e período / População de 30 a 59 anos no mesmo local e período * 10.000
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**				
Programa	**PROTEÇÃO SOCIAL**				
Percentual de Cobertura de Famílias Protegidas Socialmente	%	76,00	2011	100,00	Número de famílias do CadÚnico / Número de famílias referenciadas nos serviços e benefícios socioassistenciais * 100

Eixo Estratégico	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Programa	**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**				
Domicílios com Prevalência de Insegurança Alimentar Grave	%	8,90	2009	5,80	Média de redução anual no período 2004-2009 * Quantidade de anos do período 2009-2015 aplicada sobre o índice de 2009
Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Moderada ou Grave entre a População Negra e Pardos	%	24,50	2009	14,50	Total de pessoas da população negra e parda em situação de insegurança alimentar / Total da população negra e parda * 100
Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Moderada ou Grave entre Mulheres	%	22,30	2009	13,90	Total de mulheres em situação de insegurança alimentar grave / Total das mulheres * 100
Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Grave entre Pessoas com Idade Inferior a 18 Anos	%	9,70	2009	6,40	Total de pessoas na faixa etária menor de 18 anos em situação de insegurança alimentar grave / Total de pessoas nesta faixa etária * 100
Domicílios com Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada	%	10,80	2009	6,20	Média de redução anual no período 2004-2009 * Quantidade de anos do período 2009-2015 aplicada sobre o índice de 2009
Programa	**ÁGUA PARA TODOS - PAT**				
Percentual da População Rural Atendida com Abastecimento de Água	%	38,90	2010	57,00	Total da população rural atendida por abastecimento de água / Total da população rural * 100
Percentual da População Rural Atendida com Esgotamento Sanitário	%	10,00	2010	11,40	Total da população rural atendida por esgotamento sanitário / Total da população rural * 100
Percentual da População Urbana Atendida com Abastecimento de Água	%	85,70	2010	90,00	Total da população urbana atendida por abastecimento de água / Total da população urbana * 100
Percentual da População Urbana Atendida com Esgotamento Sanitário	%	27,70	2010	33,00	Total da população urbana atendida por esgotamento sanitário / Total da população urbana * 100
Total de Munícipios Atendidos com Disposição Adequada de Resíduos Sólidos	%	10,00	2010	18,00	Total de munícipios atendidos com disposição adequada de resíduos / Total de munícipios do Estado da Bahia * 100
Programa	**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA**				
Percentual de Imóveis a serem Regularizados para Fins de Reforma Agrária	%	31,00	2010	48,00	Número de imóveis regularizados no ano de aferição / Número de imóveis a serem regularizados no ano de refrência * 100

Eixo Estratégico	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**INCLUSÃO PRODUTIVA**				
Programa	**VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA**				
Número de Grupos Produtivos com Atividades não Agricolas Apoiado	Nº	0	2010	10	Número de grupos produtivos com atividades não agrícolas apoiados
Número de Agroindustrias e Unidades de Processamento Apoiadas	Nº	133	2010	148	Número de Agroindustrias e Unidades de Processamento Apoiadas
Número de Eventos com Foco na Comercialização Apoiados	Nº	23	2010	200	Número de Eventos com Foco na Comercialização Apoiados
Número de Bases de Serviços Apoiadas por Território de Identidade	Nº	11	2010	20	Número de Bases de Serviços Apoiadas por Território de Identidade
Número de Produtos da Agricultura Familiar com Selo de Origem	Nº	131	2010	500	Produtos da Agricultura Familiar com Selo de Origem
Número de Familias de Agricultores Familiares com Apoio de Fomento à Produção	Nº	8.238	2010	11.200	Total de Familias de Agricultores Familiares com Apoio de Fomento à Produção
Número de Projetos Produtivos Implantados para Atender Jovens, Mulheres e Quilombolas	Nº	33	2010	85	Número de Projetos produtivos implantados para atender jovens, mulheres e quilombolas
Agricultores Assegurados no Programa Garantia Safra	Nº	114.000	2011	135.000	Total de agricultores assegurados pelo Programa Garantia Safra
Incremento o PIB do Agronegócio do Estado da Bahia	R$ 1 milhão	24	2009	26,50	PIB do agronegócio estadual / PIB estadual * 100
Índice de Expansão da Produção do Pescado	t	119.601,70	2009	159.545,00	Número de toneladas de pescado obtidas pela pesca extrativa e pela aquicultura nas áreas marinha e costeira no ano de aferição / Número de toneladas de pescado obtidas pela pesca extrativa e pela aquicultura nas áreas marinha e costeira no ano de referência * 100
Área Temática	**GÊNERO, RAÇA E ETNIA**				
Programa	**PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS**				
Média de Anos de Estudo das Populações Negra e Indígena com 25 Anos ou mais	%	5,70	2009	8,10	Média de anos de estudo das populações negra e indígena com 25 anos ou mais
Número de Municípios com Acesso à Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa	Unid	0	2011	417	Somatório de municípios com acesso à Rede de combate ao Racismo e à Intolerância religiosa
Número de Escolas Públicas Estaduais com Conteúdo e Práticas Antiracistas Inseridos no Currículo	Nº	0	2011	1.280	Total de escolas públicas estaduais com conteúdo e práticas antiracistas inseridos no currículo

Eixo Estratégico	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Programa	**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**				
Número de Municípios com Desenvolvimento Sócioeconômico e Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT	Unid	0	2011	99	Somatório de municípios com desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT
Número de Organizações da Sociedade Civil Capacitadas	Unid	0	2011	500	Somatório do número de organizações da Sociedade Civil capacitada
Número de Organizações de Povos e Comunidades Tradicionais - PCT Capacitados em Gestão de Projetos Públicos	Unid	0	2011	150	Número de organizações de Povos e Comunidades Tradicionais - PCT capacitadas em gestão de projetos públicos
Programa	**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**				
Percentual de Ocorrências Registradas nas Instituições Integradas a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	%	6,45	2010	50,00	Número de ocorrências de violência contra a mulher registradas pelos Centros de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS / Número de ocorrêncial de violência contra a mulher * 100
Programa	**AUTONOMIA DAS MULHERES**				
Taxa de Ocupação das Mulheres Urbanas	%	84,50	2009	87,60	Total de mulheres urbanas ocupadas / População feminina urbana economicamente ativa * 100
Média de Anos de Estudo das Mulheres Urbanas com 15 Anos ou mais	Nº	7,60	2009	9,00	Somatório dos anos de estudo das mulheres urbanas com 15 anos ou mais / Total de mulheres urbanas com 15 anos ou mais
Média de Anos de Estudo das Mulheres Rurais com 15 Anos ou mais	Nº	4,30	2011	5,00	Somatório dos anos de estudos das mulheres rurais com 15 anos ou mais / Total das mulheres rurais com 15 anos ou mais
Rendimento Médio das Mulheres Urbanas	Reais	666,00	2009	818,70	Total do rendimento do trabalho principal das mulheres urbanas / Total de mulheres urbanas com rendimento superior a zero no trabalho principal
Rendimento Médio das Mulheres Rurais	Reais	307,00	2011	460,70	Total do rendimento do trabalho principal das mulheres rurais / total de mulheres rurais com rendimento superior a zero no trabalho principal
Taxa de Ocupação das Mulheres Rurais	%	94,40	2009	95,50	Total de mulheres rurais ocupadas / População rural feminina economicamente ativa * 100

Eixo Estratégico	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**TRABALHO E RENDA**				
Programa	**TRABALHO DECENTE**				
Trabalhador Orientado	Pessoa	23.565	2010	80.080	Número de trabalhador orientado
Documentos Civis e Trabalhistas Emitidos	Unid	305.000	2010	1.650.000	Número de documentos civis e trabalhistas emitidos
Programa	**BOM TRABALHO: AMPLIANDO OPORTUNIDADES**				
Participação no Caged (inclusão)	%	8,00	2010	10,00	Total de trabalhadores colocados / Total de trabalhadores registrados no Caged * 100
Unidade de Atendimento ao Trabalhador Implantada	Unid	7	2010	29	Unidade de atendimento ao trabalhador implantada
Serviços Autônomos Intermediados	Unid	99.458	2010	650.000	Serviços autônomos intermediados
Número de Trabalhadores Colocados pelo Serviço de Intermediação de Mão de Obra	Pessoa	60.285	2010	280.000	Número de trabalhadores colocados pelo servico de intermediação de mão de obra
Número de Trabalhadores Qualificados	Pessoa	11.000	2010	161.500	Número de trabalhadores qualificados
Programa	**BAHIA SOLIDÁRIA: MAIS TRABALHO E MAIS RENDA**				
Número de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária Recicladores Beneficiados com Processo Formativo	Unid	45	2011	97	Número de empreendimentos da economia popular e solidária beneficiados nos anos de aferição 2012, 2013, 2014 e 2015
Número de Projetos Beneficiados com Apoio Direto	Unid	20	2010	180	Número de projetos beneficiados com "Apoio Direto" nos anos de aferição 2012, 2013, 2014 e 2015
Número de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária Recicladores	Unid	8	2010	20	Número de empreendimentos de economia popular e solidária recicladores beneficiados nos anos de aferição 2012, 2013, 2014 e 2015
Empreendimentos de Economia Solidária Beneficiados com Processo Formativos	Unid	150	2010	600	Número de empreendimentos de economia popular e solidária recicladores beneficiados nos anos de aferição 2012, 2013, 2014 e 2015
Volume de Recursos Liberados para Empreendedores de Micro e Pequenos Negócios da Economia Popular e Solidária	Reais	26.500.000,00	2010	136.500.000,00	Volume de recursos financeiros liberados para empreendedores de micro e pequenos negócios da economia popular e solidária nos anos de aferição 2012, 2013, 2014 e 2015
Número de Contratos Liberados para Empreendimentos de Economia Popular e Solidária	Unid	7	2011	81	Número de contratos liberados para emprendimentos da economia popular e solidária nos anos de aferição 2012, 2013, 2014 e 2015

Eixo Estratégico	INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Número de Contratos Liberados para Empreendedores de Micro e Pequenos Negócios da Economia Popular e Solidária	Unid	16.000	2010	105.000	Número de contratos liberados para empreendedores de micro e pequenos negócios da economia popular e solidária nos anos de aferição 2012, 2013, 2014 e 2015
Evolução do Número de Empreendimentos de Economia Solidária	%	77,70	2010	85,40	(Número de empreendimentos de economia solidária no ano de aferição / Número de empreendimentos de economia solidária no ano de referência - 1)* 100

Área Temática	ESPORTE E LAZER
Programa	BAHIA ESPORTIVA

Número de Agentes Esportivos Qualificados	Unid	0	2011	2.000	Somatório do número de Agentes Esportivos qualificados
Índice de Desempenho do Esporte Amador e de Alto Rendimento - Idear	Unid	0	2011	120	Número de atletas classificados para participar de competições nacionais + Número de atletas classificados para participar de competições internacionais + Número de para-atletas classificados para participar de competições nacionais + Número de para-atletas classificados para participar de competições internacionais
Número de Equipamentos Recuperados	Unid	0	2011	8	Somatório do número de equipamentos recuperados
Número de Equipamentos Construidos	Unid	0	2011	96	Somatório do número de equipamentos construídos
Número de Eventos para o Esporte de Alto Rendimento	Unid	0	2011	157	Somatório do número de eventos de Alto Rendimento realizados
Número de Técnicos e Gestores Qualificados para Atuarem na Área de Esporte e Lazer	Unid	0	2011	4.000	Somatório do número de Técnicos e Gestores qualificados para atuarem na área de Esporte e Lazer
Número de Eventos Realizados	Unid	0	2011	28	Somatório do número de eventos realizados
Número de Pessoas Atendidas no Esporte de Participação (comunitário)	Unid	0	2011	173.000	Somatório do número de pessoas atendidas no Esporte de Participação (comunitário)
Número de Atendimentos de Pessoas no Esporte Educacional	Unid	0	2011	15.000	Somatório do número de atendimentos de pessoas no Esporte Educacional
Número de Bolsas Concedidas	Unid	0	2011	520	Somatório do número de bolsas esporte concedidas

Eixo Estratégico	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES**				
Programa	**LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE**				
Índice de Expansão da Malha Rodoviária	Número-índice	100,00	2011	106,00	Número de quilômetros de malha rodoviária construída até o ano de aferição / Número de quilômetros de malha rodoviária existente no ano de referência * 100
Percentual de Rodovias em Boas Condições de Trafegabilidade	%	48,74	2011	68,38	Número de quilômetros de rodovias em boas condições de trafegabilidade / Número de quilômetros de rodovias existentes * 100
Percentual de Terminais Hidroviários em Boas Condições de Operação	%	56,25	2011	100,00	Número de terminais hidroviários em boas condições de operação / Número de terminais hidroviários existentes * 100
Percentual de Terminais Aeroviários em Boas Condições de Operação	%	79,49	2011	90,24	Número de terminais aeroviários em boas condições de operação / Número de terminais aeroviários existentes * 100
Programa	**INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES**				
Proporção de Municípios Atendidos com Sinal de Banda Larga	Número índice	100,00	2011	150,00	Total de municípios atendidos com sinal de banda larga no ano de aferição / Total de municípios atendidos com sinal de banda larga no ano de referência * 100
Área Temática	**ENERGIA**				
Programa	**ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO**				
Participação das Fontes Renováveis na Geração de Energia no Estado da Bahia	%	36,60	2009	38,00	Energia gerada por fontes renováveis / Total de energia gerada * 100
Área Temática	**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**				
Programa	**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**				
Número de Doutores	Unid	1.818	2009	2.000	Somatório do número de Doutores
Número de Bolsas de Estudo Concedidas para Pesquisas	Unid	2.196	2010	2.515	Somatório do número de bolsas de estudo de pós-graduação concedidas
Patentes Depositadas	Unid	99	2007	160	Número de pedidos de Patentes Depositadas
Investimentos em Ciência e Tecnologia	R$ 1 milhão	427,00	2010	684,00	Valor dos gastos em Ciência e Tecnologia do Estado
Área Temática	**ECONOMIA VERDE**				
Programa	**ECONOMIA VERDE**				
Participação das Fontes Renováveis na Geração de Energia no Estado da Bahia	%	36,60	2009	38,00	Energia gerada por fontes renováveis / Total de energia gerada * 100

Eixo Estratégico	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**MEIO AMBIENTE**				
Programa	**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**				
Áreas sob Proteção Ambiental	%	10,00	2011	14,00	Percentual de área protegida do Estado da Bahia
Áreas sob Manejo Sustentável	%	11,00	2011	50,00	Percentual de área com plano de manejo / total de área de unidades de conservação
Gestão de Recursos Hídricos	Unid	0,00	2010	32,00	Total de instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) implementados
Controle Social Meio Ambiente	Unid	35,00	2010	81,00	Total de colegiados estaduais (Cepram, Conerh, Ciea, FBMC), Conselhos Gestores de Unidades de Conservação e de Comitês de Bacia em pleno funcionamento (regimento, renovação, regularidade de reuniões) e de Conferências Estaduais de Meio Ambiente realizadas
Regulação Ambiental	%	55,00	2010	100,00	Número de processos e atos de regulação ambiental concluídos / Número de processos e atos de regulação ambiental demandados * 100
Fiscalização e Monitoramento do Meio Ambiente	Unid	2.338	2010	3.934	Somatório do número de pontos de coleta de dados ambientais da Rede de monitoramento hidrológico, climatológico e de qualidade ambiental e do número de processos fiscalizados anualmente
Área Temática	**DESENVOLVIMENTO URBANO - CIDADES SUSTENTÁVEIS**				
Programa	**MORADIA DIGNA**				
Déficit Habitacional Relativo do Estado	%	13,00	2009	9,00	Déficit habitacional relativo do Estado / Estoque total de domicílios * 100
Percentual de domicílios urbanos Adequados	%	67,10	2009	74,38	Déficit habitacional urbano do Estado / Estoque total de domicílios urbanos * 100
Percentual de Domicílios Rurais Adequados	%	67,10	2009	74,38	Percentual de domícilios rurais adequados do Estado / Estoque total de domicílios rurais * 100
Déficit Habitacional Rural do Estado	%	12,90	2009	9,00	Déficit habitacional rural do Estado / Estoque total de domicílios rurais * 100

Eixo Estratégico	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Programa	**MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA**				
Tempo Médio de Deslocamento nas Vias	Minuto	35,00	2009	25,00	Tempo médio de deslocamento das pessoas nas vias da Região Metropolitana de Salvador
Programa	**REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR**				
Índice de Requalificação Urbana do Centro Antigo de Salvador - CAS	Número índice	100	2011	200	Percentual de incremento na requalificação urbana do Centro Histórico de Salvador - CAS
Percentual de Áreas do Frontispício de Salvador e seu Entorno Revitalizadas	Número índice	100	2011	200	Percentual de incremento na revitalização das áreas do Frontispício de Salvador e seu entorno
Percentual de Equipamentos Infraestruturais Implantados	Número índice	100	2011	200	Número equipamentos infraestruturais implantados no ano de aferição / Número de equipamentos infraestruturais implantados no ano de referência * 100
Área Temática	**TURISMO**				
Programa	**TURISMO SUSTENTÁVEL**				
Receita Gerada pelo Fluxo Turístico	R$ milhões	5.069,12	2008	9.704,57	Gasto médio anual por visitante * Número anual de visitantes
Fluxo de Turistas Visitando a Bahia	Pessoa	9.052.000	2008	11.343.816	Total de turistas visitando a Bahia
Programa	**COPA 2014**				
Incremento do Número de Turistas Visitando a Bahia em Função da COPA 2014	turista	0	2011	719.629	Somatório do número de turistas visitando a Bahia em função da COPA 2014, nos anos 2014 e 2015
Área Temática	**CULTURA E DESENVOLVIMENTO**				
Programa	**ECONOMIA CRIATIVA**				
Índice de Expansão na Aplicação de Recursos para o Fomento das Atividades Culturais	R$ 1 milhão	21,50	2010	40,00	Somatório de recursos aplicados para o fomento de atividades culturais
Número de Ocupações Criadas na Economia Criativa	Unid	157.331	2008	258.144	Total de ocupações criadas na economia criativa
Programa	**DESENVOLVIMENTO CULTURAL**				
Índice de Expansão da Frequência de Público em Espaços Culturais sob a Responsabilidade do Estado	Número índice	100	2010	110	Número de frequentadores de espaços culturais sob a responsabilidade do Estado no ano / Número de frequentadores de espaços culturais sob a responsabilidade do Estado no ano de referência * 100
Índice de Expansão na Aplicação de Recursos pela Secult para a Preservação e Revitalização do Patrimônio Cultural	Número índice	100	2010	110	Recursos aplicados pela Secult para a preservação e revitalização do patrimônio cultural no ano / Recursos aplicados pela Secult para a preservação e revitalização do patrimônio cultural no ano de referência * 100

Eixo Estratégico	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO**				
Programa	**DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA EMPRESARIAL**				
Incremento o PIB do Agronegócio do Estado da Bahia	R$ 1 milhão	30.880,00	2009	38.290,00	Total do PIB do agronegócio estadual
Expansão da Produção da Aquicultura nas Áreas Marinhas	t	6.023,10	2009	12.046,00	(Número de toneladas de pescado obtido pela aquicultura nas áreas marinhas no ano de aferição / Número de toneladas de pescado obtido pela aquicultura nas áreas marinhas no ano de referência - 1) * 100
Área irrigada no Estado	ha	352.000,00	2006	387.200,00	Total de área irrigada em operação
Programa	**BAHIA SEGURA: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO**				
Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividade Agrícola com Cobertura de Vigilância Sanitária	%	60,00	2011	100,00	Número de vigilância sanitária em propriedades com atividade agrícola com cobertura de vigilância sanitária cadastradas por território no ano de aferição / Número de propriedades com atividade agrícola cadastradas por território no ano de referência * 100
Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividades Agrícolas	Nº índice	100,00	2011	150,00	Número de propriedades com atividade agrícola cadastradas no Estado no ano de aferição / Número de propriedades com atividade agrícola cadastradas no Estado no ano de referência * 100
Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividade Pecuária com Cobertura de Vigilância Sanitária	%	50,00	2011	90,00	Número de vigilância sanitária em propriedades com atividade pecuária cadastradas por território no ano de aferição / Número de propriedades com atividade pecuária cadastradas por território no ano de referência * 100
Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividades Pecuárias	Nº índice	100,00	2011	110,00	Número de propriedades com atividade pecuária cadastradas no Estado no ano de aferição / Número de propriedades com atividade pecuária cadastradas no Estado no ano de referência * 100
Percentual de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Estadual	Nº índice	100,00	2011	120,00	Número de toneladas em produtos elaborados em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Estadual no ano de aferição / Número de produtos elaborados em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Estadual no ano de referência * 100

Eixo Estratégico	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS**				
Programa	**INDÚSTRIA E MINERAÇÃO**				
Evolução do Valor Adicionado da Indústria Extrativa Mineral	Nº índice	100,00	2008	266,00	Valor adicionado da indústria extrativa mineral no ano de aferição / Valor adicionado da indústria extrativa mineral no ano de referência * 100
Participação da Produção Industrial do Interior no PIB Industrial Baiano	%	56,80	2008	70,00	Somatório do PIB industrial do interior baiano / PIB da Bahia * 100
Participação da Produção Industrial no PIB Baiano	%	24,30	2008	27,00	Somatório do PIB industrial baiano / PIB da Bahia * 100
Variação Anual do Estoque de Empregos Formais na Indústria de Transformação	%	8,00	2011	36,00	(estoque de empregos formais na indústria de transformação no ano de aferição / estoque de empregos formais na indústria de transformação no ano anterior - 1) * 100
Variação Anual do Estoque de Empregos Formais na Indústria Extrativa Mineral	%	7,00	2011	30,00	(estoque de empregos formais na indústria extrativa mineral no ano de aferição / estoque de empregos formais na indústria extrativa mineral no ano anterior -1) * 100
Programa	**COMÉRCIO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS**				
Índice de Expansão de Postos de Trabalho do Setor de Comércio	%	8,69	2010	9,00	(Número de postos de trabalho no setor de comércio no ano de aferição / Número de postos de trabalho no setor de comércio no ano de referência - 1) * 100
Índice de Expansão de Postos de Trabalho do Setor de Serviços	%	8,86	2010	9,00	(Número de postos de trabalho no setor de serviços no ano de aferição / Número de postos de trabalho no setor de serviços no ano de referência -1) * 100
Programa	**MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**				
Saldo de Empregos Formais nas Micros e Pequenas Empresas	Unid	0	2011	160.814	Saldo anual acumulado de empregos formais gerados pelas micros e pequenas empresas

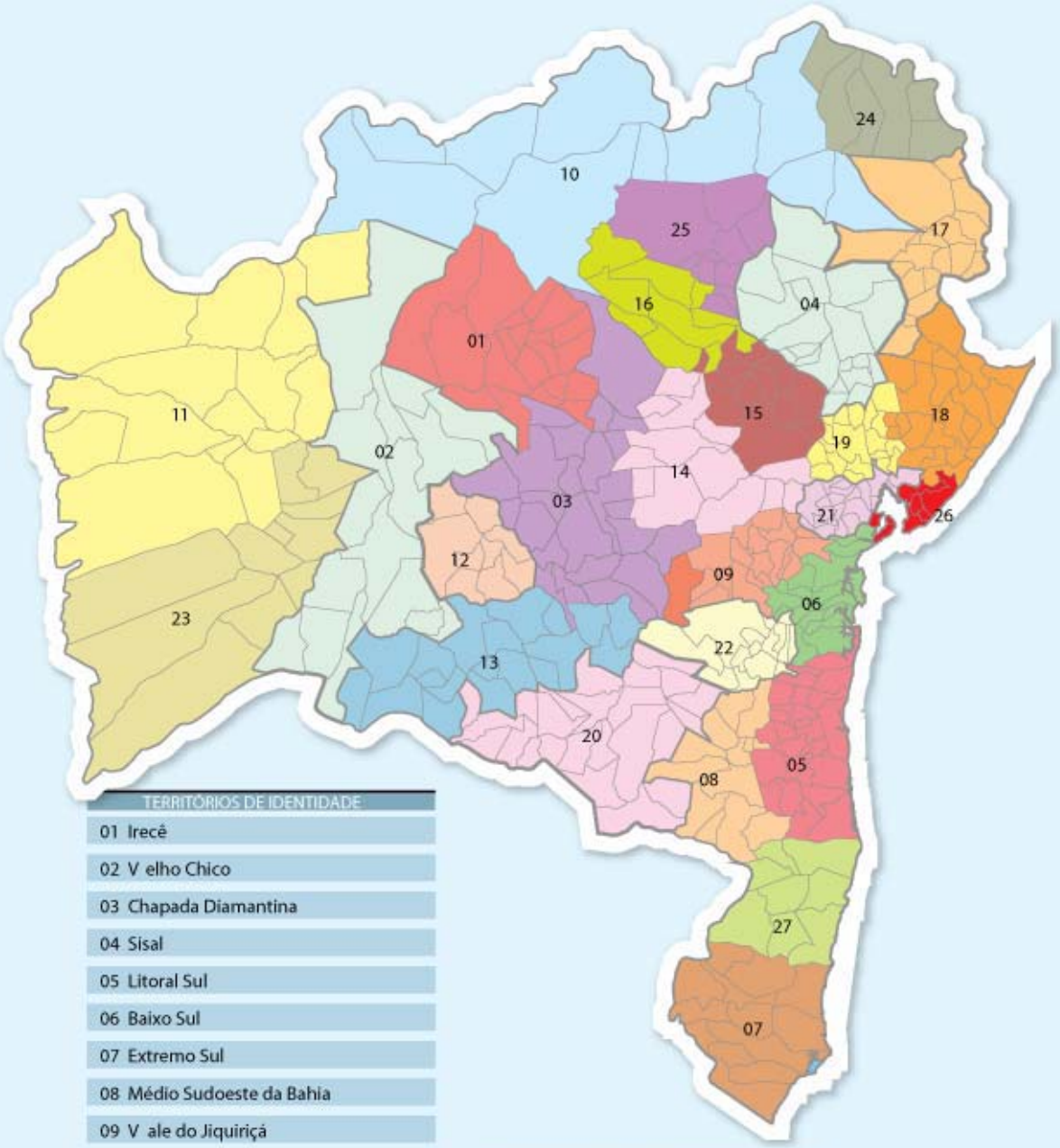
Eixo Estratégico	EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**JUSTIÇA**				
Programa	**JUSTIÇA PRESENTE**				
Índice de Acesso à Justiça	%	69,00	2010	79,00	Número de Municípios atendidos / Número total de Municípios do Estado da Bahia * 100
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas 1º Grau	%	56,00	2010	86,00	Acordos firmados / Audiências realizadas * 100
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas 2º Grau	%	22,00	2010	32,00	Acordos firmados / Audiências realizadas * 100
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas Juizados Especiais	%	64,00	2010	84,00	Acordos firmados / Audiências realizadas * 100
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas Pré - Processuais	%	52,00	2010	62,00	Acordos firmados / Audiências realizadas * 100
Índice de Execuções das Ações Estratégicas	%	6,00	2010	39,00	Total executados nas ações de gestão estratégica / Total das receitas das fontes próprias * 100

Eixo Estratégico	PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA				
Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**DEFESA DA SOCIEDADE**				
Programa	**DEFESA DA SOCIEDADE E GARANTIA DA CIDADANIA PLENA**				
Índice de Comarcas do Estado da Bahia Assistidas Permanentemente pelo MP	%	59,00	2011	86,00	Quantidade de Comarcas com assistência permanente do MP / Número total de Comarcas do Estado da Bahia * 100
Quantidade de Operações de Repressão aos Crimes Econômico-Tributários	Nº	5	2011	24	Quantidade de operações de repressão aos crimes econômicos-tributários
Índice de Municípios Fiscalizados com Relação à Utilização de Recursos Obrigatórios por Lei para a Educação	%	5,00	2011	20,00	Total de Municípios fiscalizados / Total de Municípios * 100
Índice de Resolutividade no Combate ao Abate e Comercialização Clandestina de Animais	%	15,00	2011	30,00	Quantidade de TAC cumpridos / Total de TAC firmados * 100
Percentual de Reconhecimento e Registro de Crianças e Adolescentes	%	20,00	2010	28,00	Quantidade de crianças e adolescentes com reconhecimento nos registros efetivados / Total de notificações * 100
Quantidade de Operações de Fiscalização na Defesa do Meio Ambiente	Nº	12	2010	40,00	Quantidade de operações de fiscalização na defesa do Meio Ambiente

Eixo Estratégico	JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA E GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Indicador	Unid. de Medida	Referência		Índice Esperado PPA	Forma de Cálculo
		Índice	Ano		
Área Temática	**JUSTIÇA CIDADÃ**				
Programa	**ACESSO À JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA**				
Cobertura da Atuação nas Unidades Prisionais e Delegacias	Nº	96	2010	149	Número de Penitenciárias e Delegacias atendidas
Desempenho Anual	Nº	603.783	2010	3.200.000	Número de atendimentos projetados para o ano de aferição (2012, 2013, 2014, 2015) em todas as unidades da Defensoria existentes
Número de Atendimentos Territoriais da Defensoria	Nº	20	2010	27	Número de Territórios de Identidade projetados para serem atendidos pela Defensoria no Estado da Bahia
Número de Atendimentos Municipais da Defensoria	Nº	32	2010	85	Número de Municípios baianos projetados para serem atendidos pela Defensoria no ano de aferição
Taxa de Resolução de Conflitos de Ações Extrajudiciais	%	65,00	2010	80,00	Somatório dos acordos firmados (conflitos resolvidos) no ano de aferição / Número de audiências realizadas no ano de referência por todas as unidades da Defensoria em funcionamento * 100
Ações de Reconhecimento de Paternidade	Pessoa	2.636	2010	4.000	Somatório dos exames de DNA para reconhecimento de paternidade realizados pela Defensoria no ano de aferição
Número de Participantes nos Eventos Itinerantes	Pessoa	14.980	2010	22.470	Número de participantes nos diversos tipos de eventos (palestras, audiências públicas, etc) realizados pela Defensoria no ano de aferição

MAPA 1 MUNICÍPIOS DA BAHIA POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE



TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	
01 Irecê	19 Portal do Sertão
02 V elho Chico	20 Vitória da Conquista
03 Chapada Diamantina	21 Recôncavo
04 Sisal	22 Médio Rio de Contas
05 Litoral Sul	23 Bacia do Rio Corrente
06 Baixo Sul	24 Itaparica
07 Extremo Sul	25 Piemonte Norte do Itapicuru
08 Médio Sudoeste da Bahia	26 Metropolitano de Salvador
09 V ale do Jiquiriçá	27 Costa do Descobrimento
10 Sertão do São Francisco	
11 Bacia do Rio Grande	
12 Bacia do Paramirim	
13 Sertão Produtivo	
14 Piemonte do Paraguaçu	
15 Bacia do Jacuípe	
16 Piemonte da Diamantina	
17 Semiárido Nordeste II	
18 Litoral Norte e Agreste Baiano	

Municípios por Território de Identidade

01–Irecê
337 América Dourada
128 Barra do Mendes
353 BarroAlto
284 Cafarnaum
285 Canarana
179 Central
104 Gentio do Ouro
209 Ibipeba
215 Ibititá
177 Ipupiara
140 Irecê
375 Itaguaçu da Bahia
358 João Dourado
313 Jussara
360 Lapão
403 Mulungu do Morro
255 Presidente Dutra
342 São Gabriel
211 Uibaí
44 Xique-Xique

02 -Velho Chico
19 Barra
107 Bom Jesus da Lapa
77 Brotas de Macaúbas
40 Carinhanha
384 Feira da Mata
186 Ibotirama
170 Igaporã
225 Malhada
388 Matina
291 Morpará
398 Muquém do São Francisco
116 Oliveira dos Brejinhos
18 Paratinga
79 Riacho de Santana
407 Serra do Ramalho
370 Sítio do Mato

03 - Chapada Diamantina
237 Abaíra
91 Andaraí
108 Barra da Estiva
262 Boninal
410 Bonito
305 Ibicoara
113 Ibitiara
272 Iraquara
212 Itaetê
198 Iramaia
275 Jussiape
61 Lençóis
316 Marcionílio Souza
65 Morro do Chapéu
55 Mucugê
377 Nova Redenção
409 Novo Horizonte
111 Palmeiras
75 Piatã
12 Rio de Contas
97 Seabra
274 Souto Soares
169 Utinga
127 Wagner

04–Sisal
109 Araci
417 Barrocas
261 Biritinga
263 Candeal
178 Cansanção
110 Conceição do Coité
327 Ichu
152 Itiúba
307 Lamarão
49 Monte Santo
362 Nordestina
92 Queimadas
242 Quijingue
318 Retirolândia
154 Santaluz
394 São Domingos
71 Serrinha
266 Teofilândia
50 Tucano
180 Valente

05 - Litoral Sul
241 Almadina
352 Arataca
228 Aurelino Leal
258 Barro Preto
197 Buerarema
206 Camacã
48 Canavieiras
159 Coaraci
264 FlorestaAzul
156 Ibicaraí
21 Ihéus
122 Itabuna
17 Itacaré
299 Itaju do Colônia
163 Itajuípe
233 Itapé
201 Itapitanga
359 Jussari
26 Maraú
300 Mascote
260 Pau Brasil
365 Santa Luzia
395 São José daVitória
150 Ubaitaba
102 Una
166 Uruçuca

06 - Baixo Sul
100 Aratuípe
4 Cairu
5 Camamu
174 Gandu
371 Igrapiúna
25 Ituberá
204 Ibirapitanga
7 Jaguaripe
35 Nilo Peçanha
376 Piraí do Norte
372 Pres.Tancredo Neves
56 Taperoá
302 Teolândia
30 Valença
303 Wenceslau Guimarães

07 - Extremo Sul
21 Alcobaça
9 Caravelas
306 Ibirapoã
213 Itamaraju
188 Itanhém
383 Jucuruçu
289 Lajedão
190 Medeiros Neto
28 Mucuri
317 NovaViçosa
22 Prado
366 Teixeira de Freitas
374 Vereda

08–Médio Sudoeste da Bahia
202 Caatiba
312 FirminoAlves
161 Ibicuí
162 Iguaí
147 Itambé
164 Itapetinga
203 Itarantim
196 Itororó
134 Macarani
290 Maiquinique
221 Nova Canaã
176 Potiraguá
273 Santa Cruz daVitória

09 -Vale do Jiquiriçá
73 Amargosa
138 Brejões
286 Cravolândia
304 Elísio Medrado
288 Irajuba
143 Itaquara
153 Itiruçu
133 Jaguaquara
112 Jiquiriçá
236 Lafayete Coutinho
120 Laje
393 Lajedo doTabocal
59 Maracás
230 Milagres
141 Mutuípe
308 Nova Itarana
331 Planaltino
137 Santa Inês
155 São Miguel das Matas
46 Ubaíra

10 - Sertão do São Francisco
270 CampoAlegre de Lourdes
338 Canudos
81 Casa Nova
41 Curaçá
76 Juazeiro
33 PilãoArcado
62 Remanso
43 Sento Sé
379 Sobradinho
142 Uauá

11 - Bacia do Rio Grande
103 Angical
325 Baianópolis
115 Barreiras
354 Buritirama
311 Catolândia
36 Cotegipe
297 Cristópolis
229 Formosa do Rio Preto
416 Luís Eduardo Magalhães
341 Mansidão
301 Riachão das Neves
51 Santa Rita de Cássia
239 São Desidério
346 Wanderley

12 - Bacia do Paramirim
250 Boquira
243 Botuporã
401 Caturama
246 Érico Cardoso
287 Ibipitanga
42 Macaúbas
80 Paramirim
222 Rio do Pires
343 Tanque Novo

13 - Sertão Produtivo
74 Brumado
130 Caculé
34 Caetité
310 Candiba
214 Contendas do Sincorá
248 Dom Basílio
131 Guanambi
292 Ibiassucê
67 Ituaçu
369 Iuiu
414 Lagoa Real
136 Livramento de Nossa Senhora
279 Malhada de Pedras
52 Palmas de MonteAlto
235 Pindaí
319 Rio doAntônio
333 Sebastião Laranjeiras
210 Tanhaçu
98 Urandi

14 - Piemonte do Paraguaçu
295 BoaVista doTupim
185 Iaçu
195 Ibiquera
72 Itaberaba
404 Itatim
278 Lajedinho
121 Macajuba
101 Mundo Novo
158 Piritiba
364 Rafael Jambeiro
125 Ruy Barbosa
57 SantaTerezinha
322 Tapiramutá

15 - Bacia do Jacuípe
94 Baixa Grande
347 Capela doAltoAlegre
348 Gavião
60 Ipirá
63 Mairi
411 Nova Fátima
349 Pé de Serra
363 Pintadas
408 Quixabeira
78 Riachão do Jacuípe
413 São José do Jacuípe
173 Serra Preta
344 Várzea da Roça
334 Várzea do Poço

16 - Piemonte da Diamantina
277 Caém
355 Capim Grosso
11 Jacobina
224 Mirangaba
139 Miguel Calmon
406 Ourolândia
126 Saúde
309 Serrolândia
380 Umburanas
345 Várzea Nova

17 - Semiárido Nordeste II
387 Adustina
171 Antas
381 Banzaê
70 Cícero Dantas
149 Cipó
323 Coronel João Sá
119 Euclides da Cunha
350 Fátima
351 Heliópolis
38 Jeremoabo
20 Nova Soure
382 NovoTriunfo
96 Paripiranga
324 PedroAlexandre
192 Ribeira doAmparo
23 Ribeira do Pombal
321 Santa Brígida
390 Sítio do Quinto

18 - Litoral Norte eAgreste Baiano
157 Acajutiba
58 Alagoinhas
181 Aporá
385 Araçás
208 Aramari
326 Cardeal da Silva
68 Catu
32 Conde
124 Crisópolis
69 Entre Rios
148 Esplanada
31 Inhambupe
328 Itanagra
15 Itapicuru
16 Jandaíra
54 Mata de São João
191 Olindina
244 Ouriçangas
280 Pedrão
123 Pojuca
89 Rio Real
193 Sátiro Dias

19 - Portal do Sertão
281 Água Fria
216 Amélia Rodrigues
223 Angüera
259 Antonio Cardoso
145 Conceição da Feira
217 Conceição do Jacuípe
114 Coração de Maria
45 Feira de Santana
298 Ipecaetá
10 Irará
227 Santa Bárbara
282 Santanópolis
135 Santo Estevão
93 São Gonçalo dos Campos
194 Tanquinho
218 Teodoro Sampaio
219 Terra Nova

20 -Vitória da Conquista
247 Anagé
276 Aracatu
268 Barra do Choça
238 Belo Campo
397 Bom Jesus da Serra
368 Caetanos
271 Cândido Sales
378 Caraíbas
64 Condeúba
232 Cordeiros
160 Encruzilhada
340 Guajeru
84 Jacaraci
254 Licínio deAlmeida
361 Maetinga
412 Mirante
226 Mortugaba
330 Piripá
249 Planalto
88 Poções
234 Presidente Jânio Quadros
386 Ribeirão do Largo
172Tremedal
53Vitória da Conquista

21–Recôncavo
399 Cabaceiras do Paraguaçu
6 Cachoeira
87 CastroAlves
105 Conceição doAlmeida
118 Cruz dasAlmas
245 Dom Macedo Costa
240 Governador Mangabeira
13 Maragogipe
336 Muniz Ferreira
129 Muritiba
39 Nazaré
14 SantoAmaro
82 SantoAntônio de Jesus
83 São Felipe
99 São Félix
8 São Francisco do Conde
144 São Sebastião do Passé
168 Sapeaçu
396 Saubara
391 Varzedo

22 - Médio Rio de Contas
251 Aiquara
392 Apuarema
205 Barra do Rocha
86 Boa Nova
252 Dário Meira
253 Gongogi
199 Ibirataia
151 Ipiaú
200 Itagi
187 Itagibá
293 Itamari
117 Jequié
231 Jitaúna
329 ManoelVitorino
402 Nova Ibiá
165 Ubatã

23 - Bacia do Rio Corrente
283 Brejolândia
296 Canápolis
183 Cocos
184 Coribe
66 Correntina
357 Jaborandi
85 Santa Maria daVitória
106 Santana
400 São Félix do Coribe
256 Serra Dourada
257 Tabocas do BrejoVelho

24–Itaparica
294 Abaré
132 Chorrochó
95 Glória
315 Macururé
175 PauloAfonso
332 Rodelas

25 - Piemonte Norte do Itapicuru
415 Andorinha
269 Antonio Gonçalves
267 Caldeirão Grande
90 Campo Formoso
356 Filadélfia
146 Jaguarari
167 Pindobaçu
373 Ponto Novo
29 Senhor do Bonfim

26 - Metropolitano de Salvador
24 Camaçari
182 Candeias
339 Dias D'Ávila
37 Itaparica
314 Lauro de Freitas
405 Madre de Deus
320 Salinas da Margarida
3 Salvador
220 Simões Filho
335 Vera Cruz

27 - Costa do Descobrimento
27 Belmonte
367 Eunápolis
207 Guaratinga
389 Itabela
265 Itagimirim
189 Itapebi
1 Porto Seguro
47 Santa Cruz Cabrália

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, ÁREA, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E PIB

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)	PIB - 2008 (R$ Milhão)
	Total	Urbana	Rural			
01 -Irecê	403.070	247.678	155.392	26.638,4	15,1	1.452,0
02 -Velho Chico	370.102	172.480	197.622	45.986,5	8,0	1.374,0
03 - Chapada Diamantina	371.927	179.964	191.963	32.664,8	11,7	1.756,0
04 - Sisal	582.331	249.182	333.149	20.398,8	28,5	1.970,0
05 - Litoral Sul	772.694	632.866	139.828	14.664,7	52,6	5.099,0
06 - Baixo Sul	359.234	191.173	168.061	7.695,2	46,4	2.241,0
07 -Extremo Sul	416.989	320.015	96.974	18.535,4	24,8	3.586,2
08 - Médio Sudoeste da Bahia	247.321	194.832	52.489	11.763,0	21,0	1.188,0
09 - Vale do Jiquiriçá	301.690	174.100	127.590	10.287,0	25,6	1.328,0
10 - Sertão do São Francisco	494.624	315.960	178.664	61.616,5	8,0	2.839,0
11 - Bacia do Rio Grande	398.166	265.961	132.205	75.841,1	5,2	5.303,0
12 - Bacia do Paramirim	163.198	59.009	104.189	10.155,5	16,1	474,0
13 - Sertão Produtivo	444.616	243.269	201.347	23.550,9	18,9	2.034,0
14 - Piemonte do Paraguaçu	268.361	169.096	99.265	17.791,6	15,1	1.126,0
15 - Bacia do Jacuípe	237.237	122.409	114.828	10.718,0	22,1	748,0
16 - Piemonte da Diamantina	229.787	141.237	88.550	11.661,4	20,1	879,0
17 - Semiárido Nordeste II	407.964	183.288	224.676	15.976,8	25,5	1.435,0
18 - Litoral Norte e Agreste Baiano	628.071	401.389	226.682	14.516,9	43,3	4.608,0
19 - Portal do Sertão	873.000	682.117	190.883	5.811,6	150,2	6.706,0
20 - Vitória da Conquista	694.885	450.433	244.452	27.275,6	25,5	4.047,0
21 - Recôncavo	576.658	399.168	177.490	5.221,1	110,5	11.846,0
22 - Médio Rio de Contas	366.627	286.509	80.118	9.903,7	37,0	2.250,0
23 - Bacia do Rio Corrente	200.872	93.393	107.479	44.778,4	4,5	1.330,0
24 - Itaparica	167.144	117.351	49.793	12.343,4	13,5	2.142,0
25 - Piemonte Norte do Itapicuru	261.941	144.295	117.646	14.123,0	18,5	1.236,0
26 - Metropolitano de Salvador	3.439.670	3.394.333	45.337	2.779,2	1.237,4	50.044,0
27 - Costa do Descobrimento	343.253	273.711	69.542	12.132,1	28,3	2.467,8

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010.

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Estado da Bahia	**14.021.432**	**10.105.218**	**3.916.214**	**564.830,60**	**24,82**
01 -Irecê	**403.070**	**247.678**	**155.392**	**26.638,40**	**15,12**
América Dourada	15.952	10.845	5.107	839,3	19,02
Barra do Mendes	13.997	6.255	7.742	1.540,6	9,08
Barro Alto	13.626	6.726	6.900	416,7	32,67
Cafarnaum	17.212	10.559	6.653	675,4	25,48
Canarana	24.055	11.463	12.592	576,4	41,76
Central	17.027	8.165	8.862	602,4	28,24
Gentio do Ouro	10.720	5.404	5.316	3.700,1	2,87
Ibipeba	17.021	10.055	6.966	1.383,7	12,29
Ibititá	17.832	8.341	9.491	624,1	28,58
Ipupiara	9.290	5.984	3.306	1.061,2	8,75
Irecê	66.404	61.248	5.156	319,0	207,45
Itaguaçu da Bahia	13.209	2.598	10.611	4.451,2	2,97
João Dourado	22.359	13.566	8.793	914,9	24,65
Jussara	15.053	10.052	5.001	948,6	15,87
Lapão	25.651	10.053	15.598	602,4	42,57
Mulungu do Morro	12.270	5.934	6.336	566,0	21,64
Presidente Dutra	13.756	9.057	4.699	163,6	84,07
São Gabriel	18.419	10.486	7.933	1.199,5	15,36
Uibaí	13.655	8.335	5.320	551,0	24,73
Xique-Xique	45.562	32.552	13.010	5.502,3	8,28
02 -Velho Chico	**370.102**	**172.480**	**197.622**	**45.986,50**	**8,05**
Barra	49.342	22.461	26.881	11.412,8	4,32
Bom Jesus da Lapa	63.508	43.111	20.397	4.200,3	15,11
Brotas de Macaúbas	10.718	3.118	7.600	2.240,0	4,78
Carinhanha	28.378	12.580	15.798	2.736,9	10,37
Feira da Mata	6.179	3.243	2.936	1.668,5	3,71
Ibotirama	25.422	19.499	5.923	1.722,3	14,76
Igaporã	15.194	7.860	7.334	832,5	18,26
Malhada	16.008	6.559	9.449	2.008,4	7,97
Matina	11.134	3.485	7.649	775,7	14,37
Morpará	8.285	5.539	2.746	1.696,9	4,88
Muquém do São Francisco	10.272	1.283	8.989	3.638,1	2,82
Oliveira dos Brejinhos	21.839	6.583	15.256	3.512,7	6,21
Paratinga	29.475	10.915	18.560	2.614,8	11,28
Riacho de Santana	30.651	13.096	17.555	2.582,2	11,87
Serra do Ramalho	31.646	6.282	25.364	2.593,4	12,20
Sítio do Mato	12.051	6.866	5.185	1.751,0	6,88

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
03 - Chapada Diamantina	**371.927**	**179.964**	**191.963**	**32.664,80**	**11,72**
Abaíra	8.324	3.744	4.580	530,5	15,68
Andaraí	13.948	7.770	6.178	1.861,7	7,50
Barra da Estiva	21.190	10.406	10.784	1.346,6	15,73
Boninal	13.695	4.607	9.088	934,0	14,66
Bonito	14.851	6.246	8.605	726,6	20,42
Ibicoara	17.301	10.980	6.321	849,9	20,33
Ibitiara	15.519	3.437	12.082	1.847,6	8,39
Iraquara	22.607	6.758	15.849	1.029,4	21,96
Iramaia	11.988	5.402	6.586	1.947,3	6,16
Itaeté	14.932	6.213	8.719	1.208,7	12,35
Jussiape	7.972	3.063	4.909	585,2	13,72
Lençóis	10.368	8.037	2.331	1.277,0	8,12
Marcionílio Souza	10.508	5.317	5.191	1.277,2	8,22
Morro do Chapéu	35.207	20.281	14.926	5.742,9	6,12
Mucugê	10.548	4.183	6.365	2.455,0	4,30
Nova Redenção	8.034	5.237	2.797	431,3	18,63
Novo Horizonte	10.673	3.505	7.168	609,2	17,52
Palmeiras	8.408	5.237	3.171	657,7	12,79
Piatã	17.985	7.611	10.374	1.713,5	10,49
Rio de Contas	12.979	6.300	6.679	1.063,7	12,23
Seabra	41.815	20.292	21.523	2.517,3	16,60
Souto Soares	15.899	6.039	9.860	993,3	16,01
Utinga	18.193	12.817	5.376	638,2	28,47
Wagner	8.983	6.482	2.501	421,0	21,34
04 - Sisal	**582.331**	**249.182**	**333.149**	**20.398,80**	**28,55**
Araci	51.636	19.637	31.999	1.556,1	33,19
Barrocas	14.189	5.693	8.496	201,0	70,62
Biritinga	14.833	3.517	11.316	550,0	26,97
Candeal	8.895	3.476	5.419	445,1	19,99
Cansanção	32.923	11.025	21.898	1.344,8	24,47
Conceição do Coité	62.042	36.279	25.763	1.016,0	61,06
Ichu	5.255	3.365	1.890	127,7	41,16
Itiúba	36.112	9.698	26.414	1.722,7	20,96
Lamarão	9.027	2.087	6.940	174,3	54,84
Monte Santo	52.360	8.845	43.515	3.186,9	16,42
Nordestina	12.398	3.932	8.466	461,2	26,82

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Queimadas	24.583	12.492	12.091	2.024,2	12,15
Quijingue	27.243	6.384	20.859	1.342,9	20,27
Retirolândia	12.059	6.726	5.333	181,5	66,43
Santaluz	33.816	20.801	13.015	1.559,7	21,70
São Domingos	9.221	5.918	3.303	326,9	28,22
Serrinha	77.285	47.177	30.108	658,9	116,50
Teofilândia	21.484	6.692	14.792	335,5	64,02
Tucano	52.391	21.947	30.444	2.799,1	18,73
Valente	24.579	13.491	11.088	384,3	63,90
05 - Litoral Sul	**772.694**	**632.866**	**139.828**	**14.664,70**	**52,63**
Almadina	6.360	5.080	1.280	251,1	25,32
Arataca	10.403	5.604	4.799	375,2	27,70
Aurelino Leal	13.599	11.430	2.169	457,8	29,70
Buerarema	18.622	15.299	3.323	128,4	50,26
Camacã	31.468	24.682	6.786	230,5	80,73
Canavieiras	32.331	25.901	6.430	626,7	50,22
Coaraci	20.964	19.134	1.830	1.327,0	24,37
Floresta Azul	10.660	7.343	3.317	282,6	74,17
Barro Preto (Governador Lomanto Junior)	6.453	5.295	1.158	293,5	36,33
Ibicaraí	24.241	17.853	6.388	231,9	104,65
Ilhéus	184.231	155.300	28.931	1.760,0	104,68
Itabuna	204.710	199.668	5.042	432,2	473,50
Itacaré	24.340	13.670	10.670	737,9	32,96
Itaju do Colônia	7.278	5.845	1.433	1.222,7	5,98
Itajuípe	21.094	16.847	4.247	284,5	74,11
Itapé	10.986	7.188	3.798	459,4	23,94
Itapitanga	10.207	7.591	2.616	408,4	24,99
Jussari	6.467	4.876	1.591	356,8	18,14
Maraú	19.097	3.561	15.536	823,4	23,20
Mascote	14.640	11.669	2.971	772,5	18,95
Pau Brasil	10.853	7.383	3.470	606,5	17,89
Santa Luzia	13.332	8.072	5.260	774,9	17,22
São José da Vitória	5.715	5.162	553	72,5	78,83
Ubaitaba	20.697	17.604	3.093	178,8	115,71
Una	24.106	15.030	9.076	1.177,5	20,48
Uruçuca	19.840	15.779	4.061	392,0	50,61
06 - Baixo Sul	**359.234**	**191.173**	**168.061**	**7.695,20**	**46,43**
Aratuípe	8.590	5.508	3.082	181,1	47,47
Cairu	15.366	8.144	7.222	461,0	33,35

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Camamu	35.160	15.616	19.544	920,4	38,22
Gandu	30.329	24.840	5.489	243,2	124,76
Ibirapitanga	22.610	6.163	16.447	447,3	50,53
Igrapiúna	13.347	4.277	9.070	527,2	25,31
Ituberá	26.592	19.243	7.349	417,3	63,73
Jaguaripe	16.467	5.300	11.167	898,7	18,32
Nilo Peçanha	12.530	3.104	9.426	399,3	31,38
Piraí do Norte	9.835	3.696	6.139	187,3	52,32
Presidente Tancredo Neves	23.857	9.576	14.281	417,2	57,16
Taperoá	18.791	8.725	10.066	410,8	45,64
Teolândia	14.850	5.068	9.782	317,8	46,68
Valença	88.729	64.401	24.328	1.192,6	74,35
Wenceslau Guimarães	22.181	7.512	14.669	674,0	32,92
07 -Extremo Sul	**416.989**	**320.015**	**96.974**	**18.535,4**	**24,79**
Alcobaça	21.319	11.112	10.207	1.481,3	14,36
Caravelas	21.437	11.317	10.120	2.393,4	8,95
Ibirapoã	7.960	4.534	3.426	787,7	10,10
Itamaraju	63.355	50.176	13.179	2.274,3	27,73
Itanhém	20.199	14.204	5.995	1.463,8	13,81
Jucuruçu	9.960	2.292	7.668	1.398,8	7,36
Lajedão	3.733	2.076	1.657	615,5	6,06
Medeiros Neto	21.541	17.057	4.484	1.238,7	17,40
Mucuri	36.043	27.484	8.559	1.780,6	20,23
Nova Viçosa	38.537	33.518	5.019	1.322,9	29,15
Prado	27.612	15.454	12.158	1.740,3	15,87
Teixeira de Freitas	138.491	129.412	9.079	1.163,9	118,86
Vereda	6.802	1.379	5.423	874,2	7,78
08 - Médio Sudoeste da Bahia	**247.321**	**194.832**	**52.489**	**11.763,00**	**21,01**
Caatiba	11.448	5.405	6.043	491,3	23,24
Firmino Alves	5.385	4.338	1.047	162,4	33,15
Ibicuí	15.786	11.965	3.821	1.176,8	13,41
Iguaí	25.724	14.608	11.116	827,8	31,05
Itambé	23.106	19.714	3.392	1.441,6	16,02
Itapetinga	68.314	66.329	1.985	1.627,5	41,95
Itarantim	18.548	15.311	3.237	1.805,1	10,27
Itororó	19.911	18.099	1.812	313,6	63,50
Macarani	17.088	13.631	3.457	1.287,5	13,28

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Maiquinique	8.782	6.916	1.866	492,0	17,85
Nova Canaã	16.727	6.836	9.891	853,7	19,58
Potiraguá	9.829	6.604	3.225	985,5	9,95
Santa Cruz da Vitória	6.673	5.076	1.597	298,2	22,38
09 - Vale do Jiquiriçá	**301.690**	**174.100**	**127.590**	**10.287**	**25,64**
Amargosa	34.340	24.895	9.445	463,2	74,16
Brejões	14.282	4.937	9.345	480,8	29,70
Cravolândia	5.042	3.180	1.862	162,2	31,09
Elísio Medrado	7.952	3.253	4.699	193,5	41,06
Irajuba	7.002	3.273	3.729	413,5	16,93
Itaquara	7.678	4.608	3.070	323,0	23,77
Itiruçu	12.693	9.526	3.167	313,7	40,46
Jaguaquara	51.019	38.858	12.161	928,2	54,95
Jiquiriçá	14.087	5.581	8.506	239,4	58,97
Lafayette Coutinho	3.901	2.104	1.797	405,3	9,63
Lagedo do Tabocal	8.305	5.149	3.156	431,9	19,23
Laje	22.206	6.082	16.124	457,7	48,50
Maracás	24.615	17.709	6.906	2.253,2	10,92
Milagres	10.306	7.789	2.517	284,4	36,24
Mutuípe	21.466	9.669	11.797	283,2	75,74
Nova Itarana	7.438	2.715	4.723	470,4	15,80
Planaltino	8.822	3.640	5.182	927,0	9,52
Santa Inês	10.363	9.514	849	315,7	32,83
São Miguel das Matas	10.414	3.360	7.054	214,4	48,57
Ubaíra	19.759	8.258	11.501	726,3	27,19
10 - Sertão do São Francisco	**494.624**	**315.960**	**178.664**	**61.616,50**	**8,02**
Campo Alegre de Lourdes	28.091	8.126	19.965	2.781,4	10,10
Canudos	15.755	8.716	7.039	3.219,3	4,89
Casa Nova	64.944	37.555	27.389	9.647,0	6,73
Curaçá	32.165	13.720	18.445	6.079,0	5,29
Juazeiro	197.984	160.786	37.198	6.500,7	30,45
Pilão Arcado	32.815	11.006	21.809	11.732,2	2,80
Remanso	39.149	23.607	15.542	4.684,0	8,32
Sento Sé	37.431	21.676	15.755	12.698,8	2,95
Sobradinho	21.988	19.999	1.989	1.238,9	17,76
Uauá	24.302	10.769	13.533	3.035,2	8,00
11 - Bacia do Rio Grande	**398.166**	**265.961**	**132.205**	**75.841,10**	**5,25**
Angical	14.073	6.531	7.542	1.527,9	9,21

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Baianópolis	13.863	3.495	10.368	3.342,6	4,14
Barreiras	137.428	123.734	13.694	7.859,1	17,49
Buritirama	19.589	7.892	11.697	3.942,2	4,97
Catolândia	2.609	966	1.643	642,6	4,06
Cotegipe	13.638	6.651	6.987	4.196,1	3,25
Cristópolis	13.280	3.133	10.147	1.043,1	12,73
Formosa do Rio Preto	22.534	13.647	8.887	16.404,4	1,37
Luís Eduardo Magalhães	60.179	54.955	5.224	3.941,1	15,25
Mansidão	12.594	4.784	7.810	3.177,4	3,96
Riachão das Neves	21.941	10.746	11.195	5.670,4	3,87
Santa Rita de Cássia	26.261	14.912	11.349	5.977,7	4,39
São Desidério	27.692	8.637	19.055	15.157,0	1,82
Wanderley	12.485	5.878	6.607	2.959,5	4,22
12 - Bacia do Paramirim	**163.198**	**59.009**	**104.189**	**10.155,50**	**16,07**
Boquira	22.042	7.361	14.681	1.482,7	14,86
Botuporã	11.162	4.076	7.086	645,5	17,28
Caturama	8.847	2.373	6.474	664,6	13,31
Érico Cardoso	10.855	2.016	8.839	701,4	15,48
Ibipitanga	14.171	5.155	9.016	954,4	14,85
Macaúbas	47.067	15.410	31.657	2.994,1	15,71
Paramirim	20.998	10.029	10.969	1.170,1	17,95
Rio do Pires	11.923	5.267	6.656	819,8	14,54
Tanque Novo	16.133	7.322	8.811	722,9	22,31
13 - Sertão Produtivo	**444.616**	**243.269**	**201.347**	**23.550,90**	**18,88**
Brumado	64.550	45.119	19.431	2.226,8	29,01
Caculé	22.231	13.313	8.918	668,4	33,27
Caetité	47.524	28.456	19.068	2.442,9	19,45
Candiba	13.205	7.725	5.480	418,0	31,60
Contendas do Sincorá	4.663	2.297	2.366	1.044,7	4,46
Dom Basílio	11.355	2.241	9.114	676,9	16,78
Guanambi	78.801	62.534	16.267	1.296,7	60,80
Ibiassucê	10.077	4.698	5.379	426,7	23,58
Ituaçu	18.127	6.569	11.558	1.216,3	14,90
Iuiú	10.905	5.284	5.621	1.485,8	7,34
Lagoa Real	13.934	2.800	11.134	877,4	15,88
Livramento de Nossa Senhora	42.705	20.546	22.159	2.135,6	19,99
Malhada de Pedras	8.452	3.233	5.219	529,0	16,01

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Palmas de Monte Alto	20.779	9.830	10.949	2.524,9	8,23
Pindaí	15.629	4.319	11.310	614,1	25,45
Rio do Antônio	14.786	5.976	8.810	814,3	18,19
Sebastião Laranjeiras	10.372	4.084	6.288	1.948,5	5,32
Tanhaçu	20.022	8.299	11.723	1.234,5	16,21
Urandi	16.499	5.946	10.553	969,4	16,99
14 - Piemonte do Paraguaçu	**268.361**	**169.096**	**99.265**	**17.791,6**	**15,09**
Boa Vista do Tupim	18.000	6.593	11.407	2.811,1	6,40
Iaçu	25.735	20.166	5.569	2.451,5	10,50
Ibiquera	4.865	2.461	2.404	945,3	5,15
Itaberaba	61.623	48.470	13.153	2.343,5	26,30
Itatim	14.539	10.113	4.426	583,4	24,89
Lajedinho	3.930	1.245	2.685	776,1	5,07
Macajuba	11.229	6.871	4.358	650,3	17,27
Mundo Novo	24.419	13.588	10.831	1.493,4	16,33
Piritiba	22.411	15.156	7.255	975,6	22,96
Rafael Jambeiro	25.555	7.238	18.317	1.218,9	18,77
Ruy Barbosa	29.869	22.070	7.799	2.171,4	13,76
Santa Terezinha	9.658	2.334	7.324	707,2	13,64
Tapiramutá	16.528	12.791	3.737	663,9	24,88
15 - Bacia do Jacuípe	**237.237**	**122.409**	**114.828**	**10.718,00**	**22,14**
Baixa Grande	20.069	8.333	11.736	946,6	21,19
Capela do Alto Alegre	11.527	5.595	5.932	649,5	17,75
Gavião	4.561	2.538	2.023	369,9	12,33
Ipirá	59.352	29.027	30.325	3.048,5	19,47
Mairi	19.335	11.121	8.214	952,7	20,29
Nova Fátima	7.602	5.074	2.528	349,9	21,73
Pé de Serra	13.752	5.174	8.578	616,2	22,32
Pintadas	10.345	5.842	4.503	545,5	18,96
Quixabeira	9.548	3.663	5.885	387,7	24,64
Riachão do Jacuípe	33.081	19.860	13.221	1.190,2	27,87
São José do Jacuípe	10.213	6.997	3.216	406,0	25,07
Serra Preta	15.401	6.920	8.481	536,5	28,71
Várzea da Roça	13.787	6.476	7.311	513,9	26,83
Várzea do Poço	8.664	5.789	2.875	204,9	42,27
16 - Piemonte da Diamantina	**229.787**	**141.237**	**88.550**	**11.661,4**	**20,13**
Caém	10.376	3.658	6.718	548,1	18,91

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Capim Grosso	26.529	21.725	4.804	336,2	79,06
Jacobina	79.285	55.887	23.398	2.360,0	33,58
Miguel Calmon	26.466	16.060	10.406	1.568,2	16,88
Mirangaba	16.323	7.494	8.829	1.697,7	9,59
Ourolândia	16.477	6.361	10.116	1.487,7	11,04
Saúde	11.847	6.646	5.201	504,3	23,49
Serrolândia	12.347	7.282	5.065	295,8	41,73
Umburanas	17.010	7.513	9.497	1.670,5	10,18
Várzea Nova	13.127	8.611	4.516	1.192,9	10,96
17 - Semiárido Nordeste II	**407.964**	**183.288**	**224.676**	**15.976,80**	**25,53**
Adustina	15.706	5.574	10.132	632,1	24,84
Antas	17.078	6.359	10.719	319,6	53,42
Banzaê	11.811	4.039	7.772	227,2	51,99
Cícero Dantas	32.304	17.726	14.578	673,0	47,99
Cipó	15.764	11.291	4.473	128,3	122,79
Coronel João Sá	17.066	7.043	10.023	883,4	19,32
Euclides da Cunha	56.312	27.420	28.892	2.235,3	25,18
Fátima	17.652	6.911	10.741	359,4	49,11
Heliópolis	12.444	5.429	7.015	312,5	42,22
Jeremoabo	37.661	17.443	20.218	4.656,1	8,09
Nova Soure	24.132	11.730	12.402	950,4	25,40
Novo Triunfo	15.057	7.505	7.552	251,4	59,86
Paripiranga	27.782	9.534	18.248	435,7	63,75
Pedro Alexandre	16.995	2.786	14.209	896,2	18,96
Ribeira do Amparo	14.267	1.921	12.346	642,6	22,22
Ribeira do Pombal	48.271	29.775	18.496	788,6	60,25
Santa Brígida	15.059	5.617	9.442	882,9	17,06
Sítio do Quinto	12.603	5.185	7.418	702,1	17,94
18 - Litoral Norte e Agreste Baiano	**628.071**	**401.389**	**226.682**	**14.516,90**	**43,28**
Acajutiba	14.830	12.786	2.044	193,4	75,75
Alagoinhas	142.160	124.245	17.915	752,4	188,66
Aporá	17.720	8.487	9.233	561,8	31,56
Araçás	11.569	5.808	5.761	487,1	23,73
Aramari	10.039	5.125	4.914	329,6	30,45
Cardeal da Silva	8.271	2.902	5.369	220,8	40,30
Catu	51.075	42.747	8.328	416,2	122,72
Conde	23.594	12.110	11.484	964,7	24,48

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Crisópolis	20.056	8.625	11.431	607,7	32,99
Entre Rios	39.883	23.844	16.039	1.215,3	32,81
Esplanada	33.278	20.826	12.452	1.320,7	24,84
Inhambupe	36.290	15.647	20.643	1.222,6	29,70
Itanagra	7.591	2.327	5.264	490,5	15,49
Itapicuru	32.278	6.675	25.603	1.585,6	20,35
Jandaíra	10.322	6.139	4.183	641,2	16,11
Mata de São João	40.210	29.852	10.358	633,2	63,46
Olindina	24.943	12.777	12.166	542,2	46,00
Ouriçangas	8.287	2.755	5.532	155,1	53,50
Pedrão	6.896	1.711	5.185	159,8	43,03
Pojuca	33.064	28.373	4.691	290,1	113,98
Rio Real	37.127	23.302	13.825	716,9	51,84
Sátiro Dias	18.588	4.326	14.262	1.010,0	18,78
19 - Portal do Sertão	**873.000**	**682.117**	**190.883**	**5.811,60**	**150,18**
Água Fria	15.726	5.777	9.949	661,9	23,77
Amélia Rodrigues	25.190	19.957	5.233	173,5	145,20
Anguera	10.248	4.326	5.922	177,0	57,85
Antônio Cardoso	11.548	3.225	8.323	294,5	39,24
Conceição da Feira	20.408	13.154	7.254	162,9	125,18
Conceição do Jacuípe	30.123	23.542	6.581	117,5	256,30
Coração de Maria	22.431	9.405	13.026	348,2	64,34
Feira de Santana	556.756	510.736	46.020	1.338,0	416,03
Ipecaetá	15.334	2.637	12.697	369,9	41,45
Irará	27.492	11.252	16.240	277,8	98,87
Santa Bárbara	19.064	8.669	10.395	345,6	55,15
Santanópolis	8.781	1.684	7.097	230,8	38,02
Santo Estêvão	47.901	27.707	20.194	363,0	131,92
São Gonçalo dos Campos	33.289	16.503	16.786	300,7	110,67
Tanquinho	8.008	5.711	2.297	219,9	36,42
Teodoro Sampaio	7.895	6.341	1.554	231,5	34,10
Terra Nova	12.806	11.491	1.315	198,9	64,36
20 - Vitória da Conquista	**694.885**	**450.433**	**244.452**	**27.275,60**	**25,49**
Anagé	25.500	4.927	20.573	1.947,4	13,10
Aracatu	13.732	3.928	9.804	1.489,8	9,22
Barra do Choça	34.788	22.407	12.381	646,6	53,80
Belo Campo	16.026	9.036	6.990	629,1	25,47

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Bom Jesus da Serra	10.123	2.770	7.353	421,5	23,99
Caetanos	13.666	3.300	10.366	774,7	17,61
Cândido Sales	27.916	19.293	8.623	1.617,5	17,26
Caraíbas	10.225	2.512	7.713	805,6	12,69
Condeúba	16.888	7.453	9.435	1.285,9	13,14
Cordeiros	8.169	2.551	5.618	535,5	15,25
Encruzilhada	23.786	5.135	18.651	1.982,5	11,99
Guajeru	10.383	2.079	8.304	936,1	11,12
Jacaraci	13.656	4.927	8.729	1.235,6	11,05
Licínio de Almeida	12.320	6.264	6.056	843,4	14,60
Maetinga	7.031	2.817	4.214	681,7	10,32
Mirante	10.512	1.809	8.703	1.061,0	9,90
Mortugaba	12.482	5.889	6.593	612,2	20,38
Piripá	12.789	6.196	6.593	439,7	29,08
Planalto	24.497	14.878	9.619	961,7	25,46
Poções	44.760	34.698	10.062	826,5	54,08
Presidente Jânio Quadros	13.657	4.198	9.459	1.185,1	11,52
Ribeirão do Largo	8.573	4.624	3.949	1.271,3	6,77
Tremedal	17.032	3.937	13.095	1.679,6	10,14
Vitória da Conquista	306.374	274.805	31.569	3.405,6	90,11
21 - Recôncavo	**576.658**	**399.168**	**177.490**	**5.221,10**	**110,45**
Cabaceiras do Paraguaçu	17.327	4.644	12.683	226,0	76,66
Cachoeira	32.035	16.392	15.643	395,2	81,04
Castro Alves	25.419	15.700	9.719	711,7	35,70
Conceição do Almeida	17.895	7.926	9.969	289,9	61,70
Cruz das Almas	58.584	49.879	8.705	145,7	402,11
Dom Macedo Costa	3.873	1.760	2.113	84,8	45,71
Governador Mangabeira	19.826	7.417	12.409	106,3	186,41
Maragogipe	42.815	25.092	17.723	440,2	97,27
Muniz Ferreira	7.310	3.394	3.916	110,1	66,45
Muritiba	28.897	18.038	10.859	89,3	323,58
Nazaré	27.269	22.861	4.408	253,8	107,47
Santo Amaro	57.811	44.778	13.033	492,9	117,26
Santo Antônio de Jesus	90.949	79.271	11.678	261,3	348,14
São Felipe	20.305	9.820	10.485	206,0	98,57
São Félix	14.099	9.266	4.833	99,2	142,11
São Francisco do Conde	33.172	27.412	5.760	262,9	126,24

POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
São Sebastião do Passé	42.153	33.112	9.041	538,3	78,30
Sapeaçu	16.597	8.087	8.510	117,2	141,51
Saubara	11.201	10.948	253	163,5	68,51
Varzedo	9.121	3.371	5.750	226,8	40,16
22 - Médio Rio de Contas	**366.627**	**286.509**	**80.118**	**9.903,70**	**37,01**
Aiquara	4.602	2.680	1.922	159,7	28,82
Apuarema	7.463	5.121	2.342	154,9	48,17
Barra do Rocha	6.336	3.814	2.522	208,4	30,30
Boa Nova	15.409	5.808	9.601	868,8	17,74
Dário Meira	12.841	5.090	7.751	445,4	28,82
Gongogi	8.344	5.359	2.985	197,7	42,28
Ibirataia	18.946	15.751	3.195	294,9	64,24
Ipiaú	44.430	40.424	4.006	267,3	166,05
Itagi	13.053	10.210	2.843	259,2	50,36
Itagibá	15.210	9.583	5.627	788,8	19,26
Itamari	7.904	5.839	2.065	111,1	71,14
Jequié	151.921	139.452	12.469	3.227,3	47,07
Jitaúna	14.115	9.260	4.855	218,9	64,48
Manoel Vitorino	14.390	7.359	7.031	2.254,4	6,38
Nova Ibiá	6.648	2.801	3.847	178,7	37,19
Ubatã	25.015	17.958	7.057	268,2	93,22
23 - Bacia do Rio Corrente	**200.872**	**93.393**	**107.479**	**44.778,40**	**4,48**
Brejolândia	11.127	1.984	9.143	2.744,5	4,04
Canápolis	9.382	3.225	6.157	437,2	21,52
Cocos	18.182	8.572	9.610	10.148,1	1,79
Coribe	14.301	6.141	8.160	2.523,2	5,67
Correntina	31.259	12.611	18.648	11.941,0	2,62
Jaborandi	8.976	3.041	5.935	9.525,7	0,94
Santa Maria da Vitória	40.316	23.820	16.496	1.966,8	20,49
Santana	24.747	13.483	11.264	1.820,1	13,60
São Félix do Coribe	13.042	10.582	2.460	949,4	13,74
Serra Dourada	18.112	6.002	12.110	1.346,6	13,45
Tabocas do Brejo Velho	11.428	3.932	7.496	1.375,8	8,31
24 - Itaparica	**167.144**	**117.351**	**49.793**	**12.343,40**	**13,54**
Abaré	17.072	9.035	8.037	1.485,0	11,49
Chorrochó	10.734	2.631	8.103	3.005,3	3,57
Glória	15.073	2.827	12.246	1.255,6	12,01

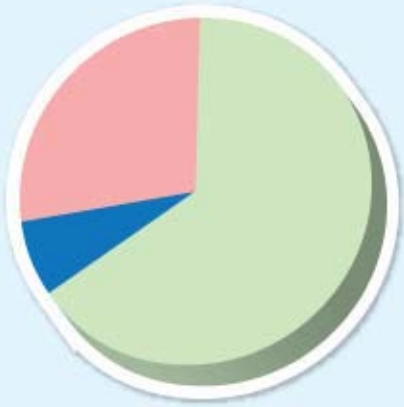
POPULAÇÃO SEGUNDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, MUNICÍPIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Bahia, 2010

Território de Identidade e Municípios	População (2010)			Área (Km²)	Densidade demografica - 2010 (hab/km²)
	Total	Urbana	Rural		
Macururé	8.067	2.859	5.208	2.294,3	3,52
Paulo Afonso	108.419	93.457	14.962	1.579,7	68,62
Rodelas	7.779	6.542	1.237	2.723,5	2,85
25 - Piemonte Norte do Itapicuru	**261.941**	**144.295**	**117.646**	**14.123,00**	**18,54**
Andorinha	14.417	6.213	8.204	1.247,6	11,55
Antônio Gonçalves	11.019	5.783	5.236	313,9	35,09
Caldeirão Grande	12.485	4.558	7.927	455,2	27,44
Campo Formoso	66.638	24.872	41.766	7.258,6	9,18
Filadélfia	16.749	9.031	7.718	570,1	29,36
Jaguarari	30.342	16.624	13.718	2.456,5	12,35
Pindobaçu	20.119	11.235	8.884	496,3	40,54
Ponto Novo	15.741	8.405	7.336	497,3	31,65
Senhor do Bonfim	74.431	57.574	16.857	827,5	89,93
26 - Metropolitano de Salvador	**3.439.670**	**3.394.333**	**45.337**	**2.779,20**	**1.237,35**
Camaçari	242.984	232.045	10.939	784,7	309,65
Candeias	83.077	75.917	7.160	258,4	321,87
Dias D'Ávila	66.373	62.417	3.956	184,2	360,64
Itaparica	20.760	20.760	0	118,0	175,58
Lauro de Freitas	163.414	163.414	0	57,7	2.833,43
Madre de Deus	17.384	16.861	523	32,2	539,58
Salinas da Margarida	13.465	5.972	7.493	149,8	89,81
Salvador	2.676.606	2.675.875	731	693,3	3.859,35
Simões Filho	118.020	105.808	12.212	201,2	586,65
Vera Cruz	37.587	35.264	2.323	299,7	125,33
27 - Costa do Descobrimento	**343.253**	**273.711**	**69.542**	**12.132**	**28,29**
Belmonte	21.838	11.426	10.412	1.961,2	11,11
Eunápolis	100.246	93.442	6.804	1.179,1	84,98
Guaratinga	22.195	10.453	11.742	2.325,4	9,53
Itabela	28.399	21.387	7.012	850,7	33,37
Itagimirim	7.110	5.649	1.461	839,1	8,47
Itapebi	10.497	8.271	2.226	1.005,4	10,44
Porto Seguro	126.770	104.090	22.680	2.408,5	52,70
Santa Cruz Cabrália	26.198	18.993	7.205	1.562,7	16,81

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010.

RECURSOS TOTAIS DO PPA — RECURSOS DO PPA POR ORIGEM

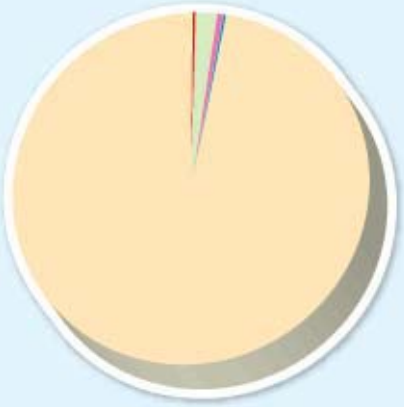


Origem	Valor (R$)	%
Tesouro	93.730.398.013	65,52
Outras do Tesouro	10.352.222.643	7,24
Outras Fontes	38.982.033.175	27,25
	143.064.653.831	**100,00**

RECURSOS TOTAIS DO PPA — RECURSOS DO PPA POR DESTINAÇÃO

Destinação	Valor (R$)	%
Compromissos do PPA	56.753.610.721	39,67
Manutenção Administrativa	56.141.176.176	39,24
Operações Especiais	30.169.866.934	21,09
	143.064.653.831	**100,00**

RECURSOS TOTAIS DO PPA — RECURSOS DOS COMPROMISSOS DO PPA POR PODER



Poder	Valor (R$)	%
Legislativo	1.067.103.000	1,88
Judiciário	407.644.000	0,72
Executivo	55.186.385.721	97,24
Ministério Público	41.845.000	0,07
Defensoria Pública	50.633.000	0,09
	56.753.610.721	**100,00**